

Revista ALPHA

Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas

UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas

Reitor do UNIPAM
Raul Scher

Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Ricardo Rodrigues Marques

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças
Milton Roberto de Castro Teixeira

Coordenadora de Extensão
Helena Maria Ferreira

FAFIPA – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

Diretora da FAFIPA
Neusa Helena de Queiroz Borges

*A **Revista ALPHA** é uma publicação anual dos cursos de História, Pedagogia e Letras, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas. Coordenadora do curso de Pedagogia: Maria Marta do Couto Pereira. Coordenador do curso de História: Marcos Antônio Caixeta Rassi. Coordenador do curso de Letras: Luís André Nepomuceno*

Impressão e acabamento
Grafipres: (34) 3811-1166

Capa
Desenho de Andreas Vesalius, para seu livro *De humani corporis fabrica* (1543)

Revista ALPHA. ano 9, n. 9, nov.
2008. Patos de Minas: Centro
Universitário de Patos de Minas,
2008.

Anual

ISSN 1518-6792

1. Cultura, Periódicos. I. Centro Uni-
versitário de Patos de Minas.

CDD: 056.9

Catálogo
Bibliotecária: Dione Cândido Aquino – CRB 1720

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
Centro Universitário de Patos de Minas
Rua Major Gote, 808 – Caiçaras
38702-054 Patos de Minas-MG Brasil
Telefax: (34) 3823-0300 web: www.unipam.edu.br

Revista ALPHA

Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas



ISSN 1518-6792
ano 9 – n.º 9 – novembro de 2008

Patos de Minas: Revista ALPHA, UNIPAM, (9):1-278, 2008



UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas
FAFIPA | Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

Revista ALPHA

Revista da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas
www.unipam.edu.br/alpha
e-mail: revistaalpha@unipam.edu.br

Editor

Luís André Nepomuceno

Conselho Editorial

Agenor Gonzaga dos Santos (UNIPAM)
Helânia Cunha de Sousa Cardoso (UNIPAM)
Luís André Nepomuceno (UNIPAM)
Maria Terezinha de Brito (UNIPAM)
Perciliana Pena (UNIP)
Rosa Maria Ferreira (Patrimônio Histórico, Patos de Minas)
Sueli Maria Coelho (UFOP)

Conselho consultivo

Alckmar Luiz dos Santos (UFSC)
Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU e UNIPAM)
Carlos Henrique de Carvalho (UFU)
Claire Williams (University of Liverpool)
Dermeval Saviani (UNICAMP)
Divino José da Silva (UNESP/ Presidente Prudente)
Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (USP)
Hugo Mari (PUC/ Minas)
Jorge Megid Neto (UNICAMP)
Jorge Ruedas de la Serna (Universidad Nacional Autónoma de México)
Juliana Alves Assis (PUC/ Minas)
Justino Pereira de Magalhães (Universidade de Lisboa/ Portugal)
Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)
Manuel Cadafaz de Matos (CEHLE, Portugal)
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)
Maria Violante Carraço F. C. Pereira Magalhães (Universidade de Lisboa/ Portugal)
Regina Horta Duarte (UFMG)
Rita Marnoto (Universidade de Coimbra/ Portugal)
Selva Fonseca Guimarães (UFU)
Walquiria Wey (Universidad Nacional Autónoma de México)
Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

Bibliotecária responsável

Dione Cândido Aquino (UNIPAM)

Sumário

07 **Apresentação**

Dossiê: “Vigiar e curar: a doença e a Medicina no olhar das Ciências Humanas”

- 13 Relações entre a medicina e a moral no racionalismo cartesiano
Alessandro Pimenta
- 25 As (des)ordens de um flagelo: notas de leitura
Carlos Roberto da Silva
- 38 A linguagem corporal e a dominação social: registro somático do sofrimento humano (reflexão teórica)
Cícero José Alves Soares Neto
- 45 Sob a máscara da (in)sensatez: loucura e poder em contos machadianos
Fabiana Ferreira Santos Miranda
- 54 Burnout: uma ameaça invisível, mas real
Gilson Xavier de Azevedo
- 67 Contribuição à História da Medicina em Patos de Minas: das origens até 1950
Giovanni Roncalli Caixeta Ribeiro
- 82 O corpo e a doença na História: confluências sobre a lepra
Luciano Marcos Curi
- 100 O *Decameron* e a peste como metáfora
Luís André Nepomuceno
- 113 Quando a menopausa transformou-se em doença: Considerações sobre a menopausa e Dr. Robert Wilson, precursor da Terapia de Reposição Hormonal
Patrícia de Freitas
- 123 O Carlos Chagas que eu vi (Crônica sentimental sobre o grande cientista)
Risoleta Maciel Brandão
- 129 Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso
Tatiana Piccardi
- 138 A medicalização do ébrio: as campanhas antialcoólicas em Florianópolis na Primeira República
Vanderlei Machado

Estudos lingüísticos e literários

- 149 Uma reflexão acerca do emprego do sufixo diminutivo no português do Brasil
Agenor Gonzaga dos Santos e Sueli Maria Coelho

- 158 Contribuições da heterogeneidade enunciativa para uma análise do discurso
Cássio Eduardo Soares Miranda
- 169 O olhar deslocando-se pelas trilhas de *Pedro e Paula*
Edson Oliveira da Silva
- 176 A alma desembesta, é festa
Fabiana Abi Rached de Almeida e Suzi Frankl Sperber
- 192 Os estudos aristotélicos (e averroístas) em Veneza e Pádua
ao longo do século XVI
Manuel Cadafaz de Matos
- 212 *A ademarragem* erótica na poética de Altino Caixeta de Castro
Rodrigo Guimarães
- 217 A construção do conhecimento discente na sala de aula de inglês: uma reflexão
sociointeracional de linguagem na escola pública
Rosana Mary Martins

Estudos sobre Educação e História da Cultura

- 227 Estilhaços de uma rede-vida arteira: experiências com o outro, com a sexualidade e com o currículo. Descaminhos de um devir professor
Alexsandro Rodrigues
- 239 O uso do computador nas escolas estaduais no município de Patos de Minas, MG
Adriana de Lanna Malta Tredezini e Daniel Caixeta Queiroz Garcia
- 250 O império otomano nos degraus do ensino
Bianca Melyna Filgueira
- 257 Da (im)possibilidade da experiência em educação: uma leitura a partir de Max Horkheimer
Divino José da Silva
- 269 Walter Benjamin, o cinema, a civilização das imagens e Jean-Luc Godard
Mário Alves Coutinho

Apresentação

Luís André Nepomuceno

Professor do UNIPAM e editor da Revista ALPHA

Neste ano de 2008, a Revista ALPHA completa nove anos de trabalhos ininterruptos com edições anuais sobre as temáticas envolvidas em sua proposta inicial, atendendo as áreas de História, Letras e Educação. Para este número, preparou um dossiê que pudesse abarcar todo esse conhecimento ao mesmo tempo, numa perspectiva interdisciplinar – que caracteriza o perfil mesmo da revista – e com o objetivo inicial de proporcionar um diálogo possível entre as áreas mencionadas, naquilo que diz respeito ao conceito de doença física e mental, nas suas relações com as ciências humanas. O tema mostrou-se profundamente curioso e profícuo, pois que era capaz de responder à grande expansão de uma área específica da historiografia, e sobre a qual têm se debruçado historiadores, sociólogos, antropólogos e até mesmo educadores e críticos literários, que é a história da medicina.

O tema inicialmente sugerido, “Vigiar e curar: a doença e a Medicina no olhar das Ciências Humanas”, para além de uma simples referência à obra de Michel Foucault (que tanto se dedicou a uma investigação sobre as relações entre o poder e o controle do corpo e das doenças), propõe uma discussão sobre o olhar das ciências humanas – como a História, a Sociologia, a Educação, a Antropologia e a Literatura – sobre o papel desempenhado pela medicina, em especial no que diz respeito ao controle das práticas de saúde pública e privada, bem como sobre a dimensão ética e social das doenças físicas e mentais na investigação da literatura.

Em sua sugestão inicial, o dossiê propôs que os pesquisadores se valessem de reflexões como a história das práticas médicas no Brasil e no mundo; a história das doenças físicas e mentais e seu papel no desenvolvimento social e no imaginário das sociedades; o olhar dos médicos sobre o corpo e a alma; o preconceito e as estratégias de segregação dos doentes físicos e mentais; a dor como condição da experiência humana; a doença e a saúde como elementos distintivos das comunidades; as pestes no olhar da Medicina, da História, da Antropologia, da Sociologia e da Literatura; e por fim, a visão da literatura clássica e moderna sobre as doenças mentais e sobre as doenças físicas como metáfora da dissolução de valores.

O dossiê ocupa pouco mais da metade da presente edição, com pesquisas de áreas diversas, o que em princípio correspondeu ao anseio inicial de se fazer um volume que partisse de um tema, mas que ao mesmo tempo, pudesse abrigar ensaios e pesquisas de âmbito inteiramente interdisciplinar – o que, evidentemente, atende à vocação da Revista ALPHA.

Portanto, na primeira parte da presente edição, Alessandro Pimenta, da Universidade Federal do Piauí, analisa como a medicina entrou, juntamente com a moral e a metafísica, nos projetos de reflexão racionalista na filosofia de Descartes. Carlos Roberto da Silva, do UNIPAM, propõe uma análise comum que permeia obras literárias e obras de arte da pintura, cujo eixo central é a doença como metáfora de uma condição humana ou da dissolução de valores sociais e familiares. Cícero José Alves Soares Neto apresenta os preâmbulos de uma pesquisa que dá continuidade a seus projetos de Mestrado e Doutorado na Universidade de Brasília, envolvendo uma compreensão da lin-

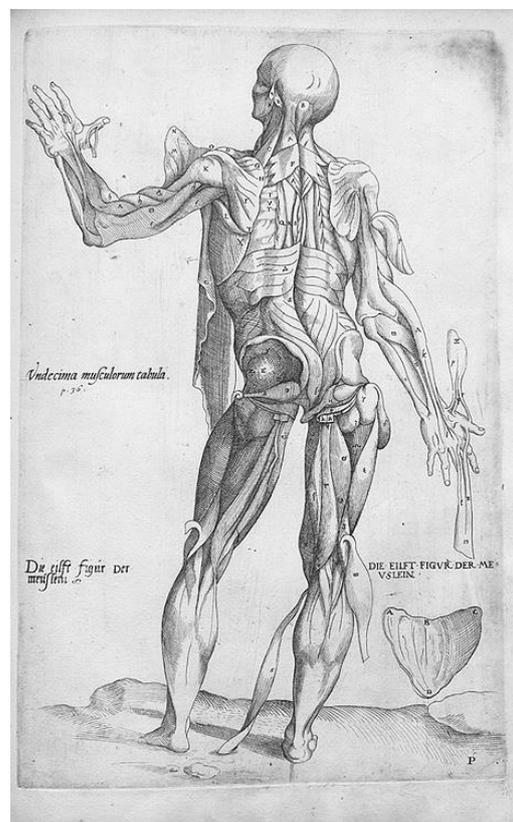
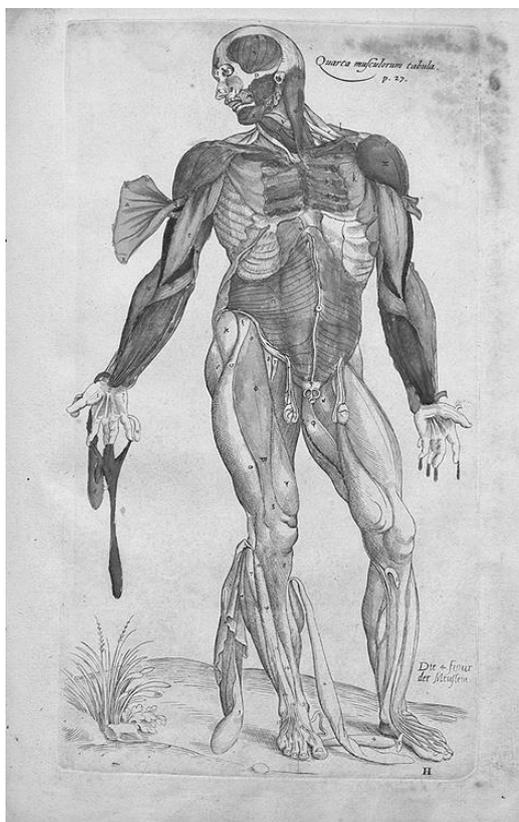
guagem corporal, por intermédio das doenças, como mecanismo de expressão da ética do corpo. A jovem mestranda Fabiana Ferreira Santos Miranda, da Universidade Federal de Uberlândia, mostra os resultados parciais de sua pesquisa, lidando com a temática da loucura na obra de Machado de Assis, buscando compreender nos textos machadianos as relações estabelecidas entre representações da loucura e diferentes relações de poder. Gilson Xavier de Azevedo, que é professor de Políticas Públicas e Saúde Profissional, apresenta informações atualizadas sobre a síndrome de burnout, um mal que tem acometido profissionais em estado de stress emocional, como os professores. Em seguida, o médico e professor Giovanni Roncalli Caixeta Ribeiro nos oferece uma primeira parte de suas pesquisas sobre uma história da medicina em Patos de Minas, cujo recorte vai até os anos de 1950 – um trabalho acompanhado de inúmeras fontes iconográficas, e que fora apresentado ao Instituto Mineiro de História da Medicina, do qual o Dr. Giovanni é membro. Luciano Marcos Curi, que é doutorando em História pela UFMG, mostra os preconceitos, o imaginário e os medos que sempre envolveram a cultura ocidental em relação à lepra, uma das doenças que mais geraram discriminações sociais na história. Luís André Nepomuceno apresenta uma análise da introdução contida no *Decameron*, de Boccaccio, em que a doença (no caso, a Peste Negra de 1348) é analisada como metáfora da dissolução dos valores cortesões e aristocráticos na Florença do séc. XIV. Em seguida, a historiadora Patrícia de Freitas, da Universidade Federal de Santa Catarina, comenta as conseqüências éticas e sociais do livro *Eternamente feminina*, do médico americano Dr. Robert A. Wilson, que revolucionou conceitos médicos sobre feminilidade, menopausa e reposições hormonais. Ainda no referido dossiê, publicamos uma antológica crônica escrita pela Sra. Risoleta Maciel Brandão, que relata sua experiência pessoal com a visita de Carlos Chagas a Patos de Minas, em 1923, a convite do Dr. Adélio Dias Maciel – texto que fora publicado no jornal *Estado de Minas*, em 1981, e anexado ao trabalho do Dr. Giovanni Ribeiro, a quem agradecemos pela “descoberta” da presente crônica. Em seguida, Tatiana Piccardi, doutora em Letras pela USP, propõe um trabalho de Análise do Discurso, a partir das falas emocionadas de pais que perderam os filhos e que participam de um grupo de ajuda mútua no Estado de São Paulo. Concluindo o dossiê proposto por esta edição da revista, Vanderlei Machado, doutor em História, propõe uma curiosa análise histórica de textos veiculados na imprensa de Florianópolis sobre o problema do alcoolismo, nos anos da primeira república, denunciando o discurso preconceituoso e as formas de poder e repressão que envolvem a constituição da família burguesa.

Mas a despeito da proposta inicial deste volume, de apresentar ensaios e pesquisas sobre história da medicina e das doenças na sua relação com as ciências humanas, a presente edição abre espaço também para outras temáticas diversas que igualmente dialogam com as áreas de atuação da revista: na seção “Estudos Lingüísticos e Literários”, Agenor Gonzaga dos Santos e Sueli Maria Coelho analisam formas estilísticas de sufixos diminutivos no português brasileiro; Cássio Eduardo Soares Miranda analisa o discurso feminino da Revista *Nova*, por meio de interpretações sustentadas nas teorias de Jacqueline Authier-Revuz e Patrick Charaudeau; Edson Oliveira da Silva investiga questões políticas e sociais no romance *Pedro e Paula*, do escritor português Helder Macedo; Fabiana Abi Rached de Almeida e Suzi Frankl Sperber apontam relações temáticas e estéticas entre o filme *Lavoura Arcaica*, de Luis Fernando Carvalho, e o romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar; o filólogo português Manuel Cadafaz de Matos (que, a partir deste volume, passa a integrar o conselho consultivo da Revista ALPHA) apresenta uma pesquisa erudita e elaborada, em que investiga as edições impressas das obras de Aristóteles no séc. XVI, em especial em Pádua e Veneza; e Rosana Mary Martins analisa relações entre ensino e aprendizagem em aulas de língua inglesa.

Na seção “Estudos sobre Educação”, Alexsandro Rodrigues faz reflexões acerca dos currículos escolares, no que diz respeito à temática da sexualidade; Adriana de Lanna Malta Tredezini e Daniel Caixeta Queiroz Garcia propõem uma pesquisa de campo sobre o uso de computadores nas escolas públicas de Patos de Minas; Bianca Melyna Filgueira propõe uma revisão de conceitos em livros didáticos de História, tendo como exemplo a expansão do império turco otomano que, nos livros didáticos, ape-

nas servem para demarcar o fim da Idade Média; Divino José da Silva faz uma exposição a partir de elementos teóricos de Max Horkheimer, em suas críticas à racionalidade instrumental e a suas aplicações na educação; e Mário Alves Coutinho fecha o volume, com um artigo sobre cinema, utilizando conceitos de Walter Benjamin e Jean-Luc Godard.

Lançar a matéria da pesquisa foi missão nossa; concretizá-la no âmbito da investigação e do conhecimento foi um trabalho de todos os pesquisadores aqui publicados. Esperamos que a diversidade de percepções e leituras aqui apresentadas possa contribuir para trazer novas luzes e servir de estímulo para outras indagações que serão sempre necessárias para a ampliação da observação humana sobre o mundo.



Desenhos anatômicos de Andreas Vesalius (1514-1564)

Dossiê “Vigiar e curar: a doença e a Medicina no olhar das Ciências Humanas”

Relações entre a medicina e a moral no racionalismo cartesiano

Alessandro Pimenta

Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho.
Professor de Filosofia na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Resumo: O racionalismo cartesiano busca adequar em um único sistema a metafísica, a medicina e a moral, a fim de que isso possibilite uma vida melhor ao sujeito moderno. Este artigo mostra as proximidades entre a medicina e a moral no projeto filosófico-científico de Descartes.

Palavras-chave: Medicina – moral – racionalismo – ciência e método.

Considerações iniciais

Não se pode negar a importância da filosofia de Descartes para a filosofia do séc. XVII, bem como para a época contemporânea. Seu legado vai da fenomenologia de Husserl à filosofia da mente, para citar apenas dois exemplos.

Há um certo receio de Descartes em tratar de assuntos ético-morais, visto que a moral se situa no âmbito das idéias confusas da união substancial e o sistema não se encontra finalizado. Entretanto, percebe-se que, desde suas primeiras obras, Descartes se preocupa em formular uma filosofia que se afaste da pura especulação escolástica e que seja uma filosofia prática que possa tornar o homem o mais feliz possível. Há, certamente, uma preocupação sistemática em formular uma filosofia que seja prática. Isso realmente fica claro nas ligações entre ciência e moral, ou melhor, entre a medicina e a moral cartesianas.

Nesse sentido, a medicina cartesiana implica a compreensão das analogias entre o corpo e a máquina, bem como suas limitações são importantes para a compreensão das sensações e dos humores. Realmente, se o homem, sujeito de suas ações morais, é um fator importante para a compreensão da moralidade, deve-se buscar compreender suas características enquanto corpo. Tendo consciência da importância e da limitação da análise mecanicista para a compreensão do composto, impõe-se a compreensão da união substancial, diante do pensamento e da linguagem humana.

É certo que é necessário compreender a fundamentação metafísica desse composto que se denomina “homem”, ou seja, a interação entre a *res cogitans* e a *res extensa*, e igualmente, dificuldades que a união dessas duas substâncias encerra. A indagação que emerge tange ao fato do possível abandono de Descartes de seus projetos iniciais em relação à medicina e à moral. O que se defende, neste artigo, é que não há um abandono propriamente dito, mas uma obra e projetos inacabados.

Enfim, o projeto científico-filosófico de Descartes é expresso, também, nas regras da *morale par provision* contidas na terceira parte do *Discurso do método* e na moral encontrada na correspondência com Elisabeth em 4 de agosto de 1645. Estas informações levam à afirmação de que a preocupação com a ciência (metafísica, método, medicina e moral) é constante no pensamento de Descartes e que as máximas de 1637 não são meramente circunstanciais. Elas fazem parte de um projeto de um sistema filosófico que busca a verdade absoluta, onde se pode encontrá-la, ou seja, na metafísi-

ca, mas que não se afasta das questões morais em virtude do grau menor de certeza que elas podem conter. Aliás, se na época de maturidade do sistema, quando Descartes na *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia* afirma que a moral constitui o último degrau da sabedoria, podemos seguir o raciocínio de que sua obra médica e moral se complementam e se adaptam coerentemente ao sistema.

1.1. O projeto filosófico-científico e o receio de publicar sobre moral

A ausência de polêmicas sobre questões morais é verificada no período que compreende a publicação das obras de Descartes. Descartes não teve opositores sobre esta temática como aconteceu com a metafísica. Entretanto, não se encontra uma obra cartesiana, especificamente sobre questões morais, publicada e dirigida “aos senhores deão e doutores da sagrada Faculdade de Teologia de Paris” (AT, IX, 4), acrescida de objeções e respostas.

Apesar de não apontar nenhuma razão de ordem filosófica de sua recusa em tratar da moralidade, em carta de 1º de novembro de 1646 a Chanut, Descartes explica que seu receio se refere às perseguições sofridas em razão da publicação de seus “inocentes princípios de física” (AT, IV, 536). Assim, a publicação de sua moral seria um pretexto para a calúnia e perseguições, impossibilitando o repouso necessário à procura da verdade¹. Um ano após a carta supracitada, em 20 de novembro de 1647, são apresentados dois motivos. Primeiro, se a moral se encontra no âmbito da união substancial onde as idéias são essencialmente confusas, existe a possibilidade real de ser caluniado por pessoas mal intencionadas², como já ocorrera por ocasião de suas publicações anteriores. Segundo, a perspectiva de que somente os soberanos³ e as pessoas por eles designadas podem regrar os costumes das pessoas (AT, V, 86). Poucas linhas após a exposição destes dois motivos, Descartes afirma que espera que “estes escritos sejam vistos somente por ela (Rainha Cristina da Suécia) e por você (Chanut)” (AT, V, 87). Nesta confiança, Descartes lhes endereça o *Tratado das paixões da alma* e algumas cartas que ele já tinha enviado a Elisabeth⁴ e recebido sobre o Soberano Bem.

A biografia e o itinerário intelectual de Descartes desmentem a opinião segundo a qual ele fora alheio a discussões. Sua prudência se volta, por um lado, às discussões inúteis que estes temas possam gerar, pois estas demandariam tempo o qual poderia ser melhor empregado em suas pesquisas e, por outro lado, a possibilidade da calúnia. O fato de ter receio em publicar suas reflexões sobre temas ligados à moralidade e à política não indica que não era projeto de sua filosofia (AT, IX-2, 14-15) – pelo menos se a *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia* for a referência – nem

¹ Em 1637, Descartes já mencionara o pensamento segundo o qual certa tranquilidade é necessária para a busca da instrução. É esta idéia que corrobora a justificação da *morale par provision* (AT, VI, 22-24). Apesar de se justificar e se adequar à filosofia de Descartes, o pensamento moral é visto por Burman como circunstancial, fruto da insistência de pedantes (AT, VI, 552), ou mesmo um recurso que visava impedir que fosse acusado de criar um caos moral, fruto da dúvida metafísica (AT, VI, 178). Entretanto, na carta de 1.º de novembro de 1646 a Chanut, Descartes classifica os textos que problematizam a moralidade como “mais agradáveis” (AT, IV, 536).

² Esta correspondência é posterior à querela de Utrecht (1641-1645). Sabe-se que esta polêmica não se limitou às discussões ou argumentações de cunho filosófico; ao contrário, houve processos judiciais.

³ Há certamente um conservadorismo político na filosofia de Descartes. Percebe-se isso já na primeira regra da *morale par provision* quando se prescreve seguir as leis e os costumes do país, bem como a fidelidade à religião (AT, VI, 23). Em uma correspondência a Elisabeth, em setembro de 1646, Descartes, ao comentar *O príncipe* de Maquiavel, faz uma diferenciação entre o príncipe legítimo e o ilegítimo. Esta legitimação é justificada pelo direito divino, pois Deus dá o direito a quem dá a força (AT, IV, 486-487).

⁴ À primeira vista, pode parecer estranho o fato de Descartes enviar parte de sua correspondência com Elisabeth (as que tratam do Soberano Bem) à Rainha Cristina, por meio de Chanut. Todavia, Descartes informa a Elisabeth, em carta de 20 de novembro de 1647 (mesma data da carta a Chanut), que fez o envio das correspondências e lhe explica que a razão disso é mostrar a eles que seu pensamento sobre o assunto em questão permanece inalterado (AT, V, 89-91). Não se tem informação de que a princesa tenha reprovado a atitude de Descartes.

que não o fez por meio de correspondências⁵, principalmente com a princesa Elisabeth, a rainha Cristina e Chanut⁶.

Certamente, o legado de Descartes traz uma imagem deturpada, tanto de seu projeto, quanto de sua obra. Alguns pré-conceitos lhe são atribuídos como a separação radical entre a *res cogitans* e a *res extensa*, sem procurar a compreensão da união substancial ou das três noções primitivas nas quais se encontra a noção de união substancial⁷, não como acidental, mas como uma mesma coisa (AT, IX, 12). Isso contribui para uma visão do cartesianismo como uma filosofia excessivamente metafísica e/ou mesmo alienada, pois no séc. XVII se desenvolvem perspectivas laicas para a compreensão da ciência, cuja influência de Descartes é inquestionável, e uma reformulação da moral e da política guiadas somente pela luz natural, tal como se encontra em Hobbes ou Maquiavel. Por um lado, a reforma da ciência de cunho aristotélico desde seus fundamentos (AT, IX, 9; AT, IX 13) é encontrada facilmente nos textos de Descartes, enquanto, por outro lado, a reforma da religião e do Estado não é uma preocupação imediata. Segundo Henri Gouhier (1973, p. 197), a abertura de novas possibilidades de reflexão sobre o cartesianismo que contemplem a moral se deve ao artigo de Victor Brochard intitulado *Descartes, stoïcien, contribution à l'histoire de la philosophie cartésienne*, em 1880, e, posteriormente, ao artigo de Émile Boutroux intitulado *Du rapport de la morale à la science dans la philosophie cartésienne*. Touchard (1897, p. 5) explica que uma compreensão da filosofia de Descartes alheia às questões de conduta é, por exemplo, defendida, radicalmente, por Brunetière ao afirmar que as questões relacionadas à conduta do homem são irrelevantes aos olhos de Descartes e, parcialmente, por Delbos cuja afirmação consiste em salientar a ausência de coerência e pouca unidade metódica do pensamento moral de Descartes⁸. O artigo de Boutroux se encontra em uma outra direção em relação aos textos de Brunetière e Delbos, pois afirma a coerência da moral cartesiana. Não é sem razão que a tese de Touchard chega às mesmas conclusões de Boutroux quando afirma que “o problema moral não foi nem negligenciado nem eliminado por Descartes” (TOUCHARD, 1897, p. 6).

É necessário, então, refletir sobre o projeto filosófico de Descartes, pois assim é possível investigar qual tipo de filosofia é criticada e qual a proposta de Descartes. Dessa forma, poder-se-á compreender se há espaço para um pensamento moral coerente com o projeto e, outrossim, se Descartes o redigiu e como ele compreende.

1.2. O projeto de Descartes – ciência e prática

Contrariamente a uma imagem deturpada ou parcial do pensamento de Descartes, mostrar-se-á, agora, que seu objetivo era a efetivação de um projeto prático, cuja

⁵ As correspondências no séc. XVII eram um meio de divulgação tanto científica, quanto filosófica. Dessa forma elas não tinham o caráter privado que têm atualmente. Por isso, a importância de Mersenne, situando-se como ponto de intersecção entre vários autores, entre eles Descartes e Hobbes.

⁶ Haveria, em Descartes, duas ordens de escritos sobre a moralidade, uma teórica e outra prática. As cartas à rainha Cristina, Chanut e Elisabeth se encontrariam no âmbito teórico ou de fundamentação, já as máximas da terceira parte do *Discurso do método* e o *Tratado das paixões da alma* seriam as aplicações ou a prática destes fundamentos (TEIXEIRA, 1991, p. 20; p. 151). *O Tratado das paixões da alma* é, especialmente, uma aplicação da metafísica cartesiana. A compreensão da *res cogitans* e da *res extensa*, bem como da união substancial é o fundamento metafísico desta obra.

⁷ Michelle Beyssade salienta a expressão latina *unum quid* para pensar na união substancial como uma noção primitiva e que a expressão “terceira substância” não se encontra em Descartes (BEYSSADE, 1997, p. 1). A tese da unidade na qual se afirma que a mente está unida ao corpo formando um *unum quid* depende de que as teses da existência dos corpos e da distinção real sejam demonstradas (LANDIM FILHO, 1994, p. 42).

⁸ O texto de Brunetière intitula-se *Cartésianisme et jansenisme* (1891), In: *Études sur l'histoire de la littérature française*. Já o texto de Delbos é *Le problème moral dans la philosophie de Spinoza et dans l'histoire du spinozisme*. Paris: Alcan, 1893.

compreensão contempla uma nova concepção dos princípios metafísicos⁹, conduta cotidiana, preocupação técnica, aplicação da medicina e a mais perfeita moral como corolário sua filosofia.

Se a leitura da primeira parte do *Discurso do Método* e de algumas *Correspondências* do período é considerada parte deste projeto, é possível afirmar que, ao contrário da escolástica¹⁰ que se identificava, segundo Descartes, pela ausência de fundamentos firmes (“Depois, quanto às outras ciências, na medida em que tomam seus princípios da Filosofia, julgava que nada de sólido se podia construir sobre fundamentos tão pouco firmes” [AT, VI, 7]) caracterizados por disputas que chegavam, somente, à verossimilhança desencadeando debates estéreis e insolúveis (AT, VI, 8), carecendo de fundamento, busca-se fundamentar novos princípios com objetivos práticos.

As regras para direção do espírito já abordavam a ligação entre busca da verdade e conduta da vida.

Quem se coloca seriamente na procura da verdade, não se deve limitar a alguma ciência particular, pois elas dependem umas das outras. Que se aplique melhor a desenvolver a luz natural de sua razão, não para resolver tal ou tal dificuldade da escola, mas para que, em cada ocasião de sua vida, seu entendimento mostre à sua vontade a escolha que é necessário fazer (AT, X, 361).

Mesmo que seja uma publicação póstuma e uma obra incompleta, acredita-se que sua data de redação é anterior ao *Discurso*, em meados da segunda década do séc. XVII. A importância desta obra, identificada mais por sua natureza metodológica, é que nela é possível encontrar as concepções iniciais, tanto do conhecimento, como do método. Aqui, interessa mostrar que esta busca da verdade e o desenvolvimento da luz natural por meio de um método (visto que o bom senso é comum a todos, então mais importante que ter o espírito bom é a aplicá-lo bem [AT, VI, 1]), conduzem à implicações práticas como a medicina, a mecânica e a moral (AT, IX-2, 15). Esta intenção expressa na *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia* já se encontra em germe nas *Regras*, pois o desenvolvimento da razão por meio de um método eficaz auxilia nas escolhas em “cada ocasião de sua vida” (AT, X, 361). Em carta a Mersenne de 30 de abril de 1630, Descartes afirma que sua pesquisa está voltada ao estudo da química e da anatomia, a fim de encontrar um remédio para seu correspondente e, referindo-se ao *Discurso*, afirma que o mais importante e que lhe preocupa, na ocasião, é saber o que é mais necessário para se conduzir na vida (AT, I, 137). É oportuno, então, investigar as indicações fornecidas a este respeito no *Discurso*.

A primeira frase do *Discurso do método*, a saber, “o bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa, não costumam desejar tê-lo mais do que o têm” (AT, VI, 1), pareceria confirmar nossa empreita, mas não é o caso, pois a expressão ‘bom senso’ não se refere diretamente à moral¹¹. A expressão indica, poucas linhas abaixo, que se trata da faculdade de julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, ou seja, bom senso é equivalente à razão (AT, VI, 1). Assim, termo bom não indica algo relacionado ao caráter e, para evitar equívocos, Descartes o explica poucas linhas depois de mencioná-lo. Ora, o que se persegue é que a busca de fundamentos

⁹ A união substancial merecerá um capítulo à parte. Neste capítulo, analisaremos a fundamentação da metafísica no *cogito* (AT, IX, 21) e a união substancial, pois é neste âmbito que se encontra a moral.

¹⁰ Descartes se refere à filosofia escolástica como “filosofia das escolas” (AT, VI, 62), como “filosofia tradicional” (AT, VII, 579) e, ainda, como “filosofia peripatética” (AT, VII, 580). É sinônimo de aristotelismo esta última expressão, aplicada, desde a antiguidade clássica, aos seguidores de Aristóteles.

¹¹ Deve-se a É. Gilson, em seu comentário ao *Discurso do método*, a compreensão de que a noção de bom senso não admite uma interpretação moralizante. Em seu comentário sobre o *Discurso*, Gilson (1967, p. 132) salienta que o bom senso é sinônimo de razão ou luz natural, ou seja, faculdade de distinguir o verdadeiro do falso.

na metafísica e na ciência, terá desdobramentos práticos, tanto na medicina, como na mecânica e na moral, pelo menos em projeto, pois como se sabe, parte de seus projetos ficaram inacabados. Assim, o termo bom senso, ainda que não se trate de uma terminologia ético-moral, implicará a sustentação do desenvolvimento da filosofia prática de Descartes, uma vez que a fundamentação da metafísica implica um modelo de ciência e se constitui a base para a busca da mais perfeita moral, como indica a *Carta-prefácio aos Princípios de Filosofia*.

1.3. Projeto de Descartes – ciência e filosofia

Ao se procurar investigar a concepção de ciência segundo a qual se pode compreender o projeto de Descartes, ainda incipiente, uma passagem da segunda parte do *Discurso do método* parece ser elucidatória:

Eu ainda estava na Alemanha, para onde fora atraído pela ocorrência das guerras que ainda não findaram e, quando retornava da coroação do imperador para o exército, o início do inverno me manteve num quartel, onde não encontrando nenhuma freqüentação que me distraísse, e não tendo, além disso, por felicidade, quaisquer solicitações ou paixões que me perturbassem, permanecia o dia inteiro fechado sozinho num quarto bem aquecido, onde dispunha de todo o vagar para me entreter com meus pensamentos (AT, VI, 11).

Esse fato, tal como se mostrou narrado no *Discurso*, data de 1619. Descartes procura informar a seus leitores os pensamentos que se lhe ocorreram na situação supracitada. É importante realizar um levantamento dos mesmos, pois sua importância consiste na corroboração da concepção de ciência que compreende um período que corresponde de 1619 a 1628 que se persegue nesta parte no trabalho. Dentre todos estes pensamentos, destaca-se, sob um enfoque cronológico, um pensamento com o qual a atenção de Descartes se ocupa. Este se volta à constatação de que “amiúde não há tanta perfeição nas obras compostas de várias peças e feitas pelas mãos de diversos mestres, como naquela em que um só trabalhou” (AT, VI, 11). Este é, segundo Gilson (1967, p. 157), o mais importante pensamento que ocorre a Descartes. A construção do edifício da ciência é obra de um só e Descartes se sente autorizado para efetivação de tal empreita. Esta passagem do *Discurso* liga-se, uma forma de eco, ao sonho de 10 para 11 de novembro de 1619, narrado nas *Olympica*. Nele, Descartes diz que estava prestes a descobrir os fundamentos de uma ciência admirável. Ao se observar tal literatura, percebe-se que Leibniz, que coletou a parte da obra que contém as *Olympica*, não fez como Baillet, ou seja, não transcreveu os três sonhos. Os dois primeiros não são de interesse aqui, portanto, somente o terceiro é imprescindível para nossa empreita. O terceiro, sim, auxilia na investigação da concepção de ciência nos textos de juventude da obra de Descartes. Este terceiro sonho fala de um dicionário e de um livro de poesias, *Corpus poetarum*, no qual se encontra escrito ‘que caminho seguirei na vida?’, bem como de um homem desconhecido que apresenta uma poesia a Descartes intitulada *Sim e não*. Baillet, biógrafo de Descartes, interpreta esse sonho em três etapas. O dicionário (em outra versão do sonho, a enciclopédia) liga-se ao encadeamento das ciências das quais Descartes percebe o princípio unificador (AT, I, 82-84). A interrogação de Rodis-Lewis (1996, p. 58) sobre a pertinência ou não desse anseio de posse global do saber por parte de Descartes leva à emergência dos nomes de Pontus de Tyard e Ronsard. Esta temática, como mostra a comentadora, já se encontrava na obra destes. Eles já falavam, respectivamente, de uma enciclopédia esférica da ciência e da filosofia que se encerrava em uma esfera na qual a ciência caía em nossas mãos como um brinquedo. No *corpus poetarum*, livro que desde a época de La Flèche era familiar a Descartes, encontram-se

indicações de um procedimento em que se fazia simplesmente uma abertura casual do livro, a fim de se encontrar nele um conselho ou uma máxima de orientação de vida.

A referência se encontrava o início do *XV idílio* de Ausônio, no qual, após a pergunta sobre o caminho, segue-se uma exposição pessimista sobre caminhos trilhados. Ausônio discorre, nesse sentido, expressamente, sobre a incerteza de se procurar um estado de vida e conclui, com certo pessimismo, que, de acordo com um pensamento dos antigos gregos, seria uma felicidade para o homem não nascer absolutamente, ou morrer antes de nascer (GOUHIER, 1958, p. 160). Essa passagem ressoa, segundo Rodis-Lewis (1996, p. 58), em uma outra, a passagem do *Discurso* que diz: “tomei um dia a resolução de empregar todas as forças do meu espírito para escolher os caminhos que devia seguir” (AT, VI, 10). Acrescente-se que um homem aparecia ainda com o *Idílio XVII* de Ausônio, no qual se lia “sim e não”, para evocar, segundo Baillet (AT, X, 183-184), a ambigüidade da vida. Todas essas asserções apontam para o propósito expresso no final da moral provisória, cuja formulação, segundo o próprio Descartes, data dessa época, na qual ele diz querer empregar toda sua vida a cultivar sua razão e progredir sempre mais no caminho da verdade (AT, VI, 27). Realmente, é certo que isso será de assaz importância para Descartes, de tal forma, que trinta anos depois, em 9 de outubro de 1649, ao relatar à princesa Elisabeth suas primeiras impressões na corte de Estocolmo, ele faz alusão à solidão de que ainda usufrui, “sem a qual é difícil que eu (Descartes) possa avançar na pesquisa na verdade e é nisso que consiste o bem principal dessa vida” (AT, V, 430). Se a investigação se voltar aos fundamentos dessa concepção, ver-se-á um pressuposto, quase que um arquétipo de fundo expresso nas metáforas do caminho e do livro. A primeira delas chama mais à atenção, pois ela possui duas dimensões, a saber, uma dimensão religiosa e outra filosófica. As religiões se arvoram como caminhos de salvação e felicidade, o poema de Parmênides se anuncia como a declaração de dois caminhos bem distintos nos quais um só é caminho do ser a ser percorrido. Tudo isso aponta para a posição especial que Descartes assumirá na história da filosofia, de modo especial pela insistência na criação de um método que, etimologicamente, significa um caminho para se atingir um fim. Quanto ao ‘sim’ e o ‘não’ escritos no livro, a interpretação do primeiro biógrafo de Descartes relatava que se trata de uma afirmação pitagórica na qual se insere a verdade e a falsidade nos conhecimentos humanos e nas ciências profanas. Segundo Gouhier (1958, p. 160), a citação de Ausônio diz que essas duas palavras ‘sim’ e ‘não’ são empregadas por todos e a determinação da vida do homem é resultante desses dois monossílabos.

Gouhier (1924, p. 44) relata em outra obra que, por ocasião do inverno de 1619, Descartes já começa a amadurecer os fundamentos de sua nova concepção de ciência que se pode ler nas *Cogitationes privatae* através da crítica à cultura livresca (KAMBOUCHNER, 1998, p. 5), pois os livros, ou trazem coisas que são por demais conhecidas, ou as coisas são escritas para preencher papel (AT, X, 214).

Sendo assim, e investigando todo o clima do sonho e da sua interpretação, Gouhier (1924, p. 45) procura estabelecer o sentido para o sonho de Descartes. Primeiramente, encontra-se a unidade das ciências. Todas as ciências são uma. Os conteúdos das ciências que aparecem no dicionário do sonho só têm sua existência na e pela ciência. Em segundo lugar, a ciência é uma e obra de um só¹², pois somente as ciências particulares necessitam de colaboradores. Em terceiro lugar, será mestre da ciência quem seguir os poetas, pois cada homem tem em si os germes da ciência e não serão os procedimentos puramente lógicos dos pretensos sábios que despertarão essa ciência. Em quarto lugar, Descartes é o destinatário desses preceitos divinos, uma vez que é capaz

¹² A defesa da tese segundo a qual a obra de um só é mais bem estruturada que a constituída por vários é encontrada no começo da segunda parte do *Discurso do método*, constituindo um dos primeiros pensamentos de Descartes depois de se instalar solitariamente na Alemanha. A carta de 26 de março de 1619, endereçada a Beeckman, tratando de “uma ciência totalmente nova”, corrobora a passagem do *Discurso*: “É uma obra infinita, e não para um só. Que incrível projeto ambicioso! Mas, no obscuro caos dessa ciência, percebi uma certa luz, por meio da qual creio poder dissipar as mais espessas trevas” (AT, X, 157-158). Ora, isso indica que desde 1619 já se encontra a tese apresentada no início da segunda parte do *Discurso*.

de compreendê-los e é chamado a dar à humanidade esta ciência admirável (GOUHIER, 1924, p. 45). Esse sonho perde, então, o caráter de uma ambição para se tornar uma missão que Maritain, citado por Gouhier, chama de pentecostes da razão (GOUHIER, 1924, p. 45).

A interpretação de Gilson (1967, p. 210) aponta para uma tríplice realidade relacionada ao sonho que o *Discurso* deixa perceber: que o corpo da ciência se caracteriza por sua unidade, que é possível reconciliar a filosofia com a sabedoria e que Descartes se sente investido por Deus para constituir o corpo das ciências e, por conseguinte, fundar a verdadeira sabedoria. Essa unidade é de certo modo antecipada na carta a Beeckman de 25 de abril de 1619, na qual Descartes diz que está procurando colocar em ordem as mecânicas ou a geometria (AT, X, 162)

Deve-se em parte a Beeckman o restabelecimento da importância das matemáticas para Descartes. Ele o fez descobrir que certos problemas físicos podem ser resolvidos com o auxílio de fórmulas matemáticas. Claro que isso é um ponto de partida, pois é necessário que se justifique que é possível a aplicação de um método de modelo matemático a toda a física (RODIS-LEWIS, 1996, p. 32). A importância dessa influência de Beeckman ao jovem Descartes faz com que o filósofo se empenhe em investigar a verdadeira utilidade da matemática (AT, VI, 7). Fichant (1998, p. 74) lembra que isso, na linguagem de Beeckman, será chamado de “fisicomatemático” e que será tributário, futuramente, da tese da livre criação das verdades eternas. Resumidamente, significa que não há diferença de estatuto ontológico entre as *mathemata* e as *physika*.

Pode-se perceber, de modo mais claro, que toda essa intenção de unidade da ciência em Descartes já se encontra na *Regra 1*, em que se afirma que um erro muito comum consiste em atribuir equivocadamente as propriedades na comparação de uma coisa com outra. O resultado dessa atribuição equivocada era a divisão aristotélica das ciências do espírito e das artes que impedida que alguém pudesse aprender simultaneamente todas as artes, porque se dividiam as ciências do espírito a partir de seus objetos e, por isso, era necessário, segundo Descartes, incorrer no erro de estudar as ciências separadamente (AT, X, 360). Compreende-se disso que as ciências não são outra coisa que a sabedoria humana que permanece sempre a mesma independentemente do objeto a que se aplica. As ciências têm entre si um encadeamento tão estreito, que é mais fácil aprendê-las todas em conjunto do que separar uma só de todas as outras. Esse é um traço distintivo entre Descartes e seus contemporâneos. Para que as ciências possam ser apreendidas por um só, é necessário que elas constituam um conjunto contínuo. Assim, ao contrário de seus contemporâneos, salienta Rodis-Lewis (1996, p. 48), que procuram a resolução de problemas isolados, Descartes procurar resolvê-los identificando uma unidade nas ciências.

Aquele, pois, que quer pesquisar seriamente a verdade das coisas não deve escolher uma ciência particular, pois elas são todas unidas entre si por um liame de dependência recíproca (AT, X, 361).

A esse respeito, o comentário de Gilson (1967, p. 214) é elucidatório. Nele, observa-se que Descartes não publicará jamais esta idéia fundamental na forma pura que ela possuía inicialmente, a não ser na *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia*, que nada mais é que um libelo contra o modo escolástico de fazer filosofia. Ora, quando se conhecem as razões que levaram Descartes a escrever os *Princípios*, bem como a referida *Carta-prefácio*, pode-se dizer que Descartes continua mantendo essa concepção ao longo de toda sua obra.

Na segunda parte do *Discurso*, depois de apresentar as etapas do método, pode-se afirmar que Descartes em 1637, dezoito anos depois, tira as conclusões necessárias de seu método e de sua intuição. Seu modelo é retirado dos geômetras que usam longas cadeias de razões simples e fáceis para chegar a demonstrações mais difíceis (AT, VI, 19). Tem-se, pois, o modelo da indução já estabelecido que levará Descartes a imaginar que

todas as coisas que podem cair sob o entendimento dos homens seguem da mesma maneira. Gilson (1967, p. 214) chama à atenção para algo decisivo nesse passo do *Discurso*, isto é, que tudo que é objeto de conhecimento verdadeiro é, por definição, suscetível de conhecimento matemático e ele conclui que “a idéia da unidade do corpo da ciência é inseparável, cronológica e logicamente, da extensão do método matemático à totalidade do domínio do conhecimento” (1967, p. 214). De 1620 a 1628, a vida de Descartes é muito pouco conhecida. O entendimento do que significa, nessa época, a ciência para ele, implica pesquisar alguns desenvolvimentos que o levaram a uma posição tal original.

Na coletânea dos textos de Descartes que foram juntados por Leibniz, tem-se um título geral *Parnassus* dividido em três partes que são *Preambula*, *Experimenta* e *Olympica*. Uma análise, mesmo que superficial desses apontamentos esparsos, pode ajudar a determinar a concepção de ciência nesse período da obra de Descartes. Os *Preambula*, que em suas poucas páginas tratam de questões preliminares de geometria e álgebra se iniciam por uma citação bíblica que diz: “o temor de Deus é o início da sabedoria” (Sl 110, 10; Prov 9, 7 e Eclo 1, 14). Gouhier explica que a citação veterotestamentária pode ser aplicada aos preâmbulos de alguma questão de geometria ou de álgebra. Todavia, a partir do fato de que *sapientia* e *scientia* estão juntas no plano de Descartes não pode causar estranhamento que esses preâmbulos contenham os princípios gerais da ciência admirável. A primeira referência de Descartes é a da máscara. Ele diz que “do mesmo modo que os comediantes se vestem de máscaras, para que não apareça o rubor em suas fontes, no momento em que vou me mostrar no palco, caminho mascarado” (AT, X, 213). Nisso, é perceptível que a atitude de prevenção, tão importante na constituição do método, fundamenta-se no *larvatus prodeo*. A análise de fragmentos esparsos da obra desse período revela que Descartes está preocupado em fixar regras para um método. Descartes lembra ainda que quando era jovem, diante das descobertas engenhosas (*ingeniosis inventis*) dos outros, procurava ver se as podia fazer por si mesmo, “sem ajuda de um guia e assim eu observava pouco a pouco que eu procedia seguindo regras fixas” (AT, X, 214). É importante que Descartes, nessa época, tenha uma idéia de ciência, que ele vai desenvolver mais tarde. Ele diz ainda na mesma passagem que a ciência “é como uma mulher, se pudica, ela permanece ao lado de seu marido e o honra, e se se oferece a todos, ela se alvilta (AT, X, 214). No mesmo texto, o tema da máscara é retomado para dizer que na sua época todas as ciências são mascaradas, “levantadas as máscaras, elas aparecerão com toda a sua beleza e para aquele que vê claramente será mais fácil retê-las em seu espírito do que reter a série dos números” (AT, X, 214). A característica que Descartes procura evidenciar é a simplicidade de seu método. Por que, por exemplo, é possível a retenção mental da série dos números? Simplesmente porque, observada uma técnica, pode-se chegar a uma numeração infinita. O impedimento para se dominar esta técnica é tão somente o fato de que as ciências estão mascaradas e que a natureza é, por vezes analisada sob critérios religiosos, sobrenaturais e obscuros. Kambouchner (2004, p. 293) explica que as máscaras ou ídolos baconianos, são empecilhos para o nascimento da nova ciência, mas uma diferenciação entre ambos deve ser feita: os limites individuais impedem que esta nova maneira de analisar o mundo seja obra de um só como pretende Descartes. Nas *Cogitationes privatae*, depois de ler a obra de Lambert Schenkel, *De arte memoria*, afirma-se que seria fácil de abarcar pela imaginação todas as coisas que descobriu. Isso se faz pela redução de todas as causas a uma só. Se o procedimento for esse, não haverá, certamente, necessidade de memória para se ter todas as ciências (AT, X, 230).

O diário de Beeckman assinalava, em 8 de outubro de 1628, por ocasião de sua visita a Descartes, que em aritmética e geometria ele não tinha nada mais a desejar, em virtude do progresso dos últimos nove anos, e Descartes encaminhará a Beeckman a álgebra que se encontra em fase de término, pela qual ele chega a um conhecimento perfeito da geometria (AT, I, 163). O que se pode dizer do progresso feito por Descartes a essa época é que ele se manteve fiel à promessa feita a Beeckman, no inverno de 1619-1620, de construir uma álgebra que fosse instrumento para sua físico-matemática.

O maravilhamento diante da natureza é, então, o objeto de preocupação de Descartes nessa época.

Há uma parte nas matemáticas que eu chamo de ciência dos milagres porque ela ensina a servir de tal modo do ar e da luz, que se pode fazer ver por seu uso todas as ilusões de que se diz que os mágicos fazem aparecer pela ajuda de demônios (AT, I, 21).

Os padres de La Flèche preocupavam-se com a defesa de seus alunos contra os charlatães e magos. Um dos professores de matemática de Descartes, Pe. François, era um especialista nessas questões e um de seus livros se chamava *Tratado das influências celestes em que as maravilhas de Deus nos céus são deduzidas, as invenções dos astrônomos para compreendê-los são explicadas, as proposições dos astrólogos judiciários são demonstradas como falsas e perniciosas de toda espécie de razões de autoridades e de experiência* (GILSON, 1967, p. 120). Um eco disso pode ser encontrado no *Discurso* quando Descartes relata que, “mesmo não estando contente com as ciências que nos eram ensinadas, percorri todos os livros que tratavam daquelas que se julgavam ser mais curiosas e as mais raras que podiam cair em minhas mãos” (AT, VI, 5). Pode-se dizer, pois, que Descartes foi informado da existência de tais ciências. Dessa forma, não se deve fugir delas, ao contrário, é preciso conhecê-las todas, a fim de evitar ser ludibriado por elas (AT, VI, 9). Há indícios, segundo Gouhier (1958, p. 111), de que Descartes tenha conhecido a obra de Agripa de Porta, principalmente no comentário que o primeiro faz da obra de Lúlio, *De occulta philosophia*, da qual ele toma exemplo de autômato a pomba de Arquitas de Terento, supondo que ela tinha entre as asas um moinho acionado pelo vento, de modo a poder voar sem seguir a linha reta. Há, por esta época, um movimento dos físico-matemáticos que rejeitam a física já anacrônica das escolas, mas na medida em que são inovadores, são obrigados a se prevenir contra toda confusão com os inovadores que não são físico-matemáticos (GOUHIER, 1958, p. 112). Gouhier mostra um destaque, sobretudo, dos alquimistas, astrólogos e mágicos que não só comentam a *Física* de Aristóteles, como também se apresentam como artesãos da verdadeira ciência (GOUHIER, 1958, p. 112). Note-se que a alquimia e a astrologia pretendem, à época, o estatuto das ciências positivas que tentam desacreditar a demonologia e a bruxaria, já que a magia se pretende agora natural, ou seja, são feitos, somente, recurso a causas naturais. O citado Pe. François no *Tratado das influências ocultas* distingue a magia branca da negra por seus resultados. A branca é identificada pela maravilha de seus efeitos e pela inocência de suas práticas, já a negra, pelos males e demônios que intervêm (GOUHIER, 1958, p. 113). O que querem os executores da magia natural? Para Gouhier, tanto Beeckman como Descartes não recusam, nos termos tardios de Augusto Comte, um saber que faz intervir na natureza agentes sobrenaturais, mas sim um saber que introduz entidades metafísicas (GOUHIER, 1958, p. 113).

A magia natural explora uma natureza impregnada de simpatias na qual o esquema é imaginado a partir do modelo de imantação, muito mais sentida do que concebida. Cornélio Agripa dizia que a magia natural era aquela que considera as virtudes e as propriedades de todas as coisas na natureza e no céu e, através de pesquisa curiosa, descobre os acordos e conveniências e coloca em evidência as potências e faculdades que estão escondidas nestas, ajuntando as coisas baixas aos dons e favores celestes como por atração e sedução, de modo que pela junção de uns com os outros sejam produzidos efeitos admiráveis e miraculosos (GOUHIER, 1958, p. 114).

Vê-se, então, que o que Descartes postula, segundo a perspectiva de Rodis-Lewis (1996, p. 50) é que as ciências, em sua diversidade, possam ser concebidas por uma só pessoa, formando um processo contínuo a partir do modelo matemático para a compreensão da realidade. E o que faz a diferença entre Descartes e seus contemporâneos é que estes colocam problemas particulares sem uma ligação entre si. Descartes condena as questões e as soluções propostas graças a um sistema que não lhes assegura

o fundamento. Beeckman revelara a Descartes que a física pode e deve ser tratada por fórmulas matemáticas (ALQUIÉ, 2005, p. 26)

Não se pode perder de vista que o plano de Descartes, revelado a Beeckman em uma correspondência de 26 de março de 1619, diz que seu intento é dar ao público não uma obra como a *Ars brevis* de Lúlio. Não se pretende voltar a todas as questões, mas sim para uma ciência totalmente nova que permite resolver, em geral, todas as questões que se podem propor, não importa de que gênero ou de que quantidade, tanto contínua como descontínua, cada uma segundo sua natureza (AT, X, 157). Depois de expor as linhas gerais do projeto, Descartes se admira de seu próprio projeto quando diz: “a obra é de fato infinita que não pode ser feita por um só. Que projeto incrível e ambicioso! Mas no obscuro caos desta ciência percebo uma espécie de luz com ajuda da qual penso poder dissipar as trevas mais espessas” (AT, X, 158). Desse modo, pode-se ver que intenções gerais guiavam Descartes ainda jovem. O desenvolvimento posterior da obra mostrará como tais intuições permanecem ao longo da filosofia cartesiana, pois a alegoria da árvore encontrada na *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia* (AT, IX, 17) e a abordagem física da moralidade o comprovam. Por isso, ao investigar sobre a coerência e inserção do pensamento moral na filosofia de Descartes, passaremos por temáticas distintas, como a concepção de ciência – apresentada neste momento – o mecanicismo e união substancial. Apesar de serem aspectos distintos, eles são necessários para a compreensão da reflexão moral encontrada no *Discurso do método, correspondência e Tratado das paixões*.

Considerações finais

O pensamento moral de Descartes é exposto em geral pelos comentadores como algo periférico, como uma parte de sua obra que poderia ser exonerada sem problemas para a compreensão da filosofia cartesiana. Já a medicina é apresentada, equivocadamente, como um projeto abandonado. O legado destas duas interpretações do sistema cartesiano é uma imagem parcial e, quiçá, deturpada, pois apresenta a filosofia de Descartes uma compreensão da realidade preocupada somente com abstrações e limitada pela metafísica dualista. A interpretação que se perseguiu aqui é a de que há uma preocupação desde as obras de juventude em edificar um sistema filosófico que possua uma base indubitável, a saber, o *cogito*, mas que desemboque em uma filosofia prática. Dito de outro modo, desde seus primeiros escritos, a relação entre ciência, metafísica e moral era um projeto que Descartes buscava efetivar.

Tendo como texto central para a compreensão do sistema cartesiano a *Carta-prefácio à edição francesa dos princípios de filosofia*, percebe-se que já na época de maturidade da filosofia de Descartes, permanece o mesmo objetivo de uma ligação intrínseca entre as várias áreas do saber. A moral, na reflexão cartesiana, é apontada como um dos frutos da árvore que é formada pelo conjunto das ciências. O objetivo de Descartes é refazer o edifício das ciências, colocando-se sob a perspectiva que se estabelece a partir da descoberta da primeira verdade, após a instauração da dúvida metódica.

É certo que Descartes buscou um ponto firme e seguro para a construção de todo o saber posterior, o *cogito*. A metafísica deve ser compreendida, então, como a fundamentação de todo o saber, entretanto, ela não é a finalidade última da filosofia cartesiana, embora sua importância não possa ser negada.

A investigação acerca do *cogito* e da distinção real entre a substância pensante e a substância extensa é fundamental para que se compreenda a medicina e a moral em Descartes, uma vez que é pela união substancial que se pode afirmar o “homem”. A noção de homem é certamente importante, pois, mais que uma simples máquina, há o pensamento e a linguagem, por isso a limitação da analogia entre o homem e a máquina. Note-se que como a moral e a medicina se encontram no âmbito da união substancial, o conhecimento daí proveniente não pode ter o mesmo grau de certeza que o conhecimento proveniente da metafísica. É nesse âmbito da união substancial que Des-

cartes identifica o plano operativo das ações morais. Assim, a moral se insere no plano das idéias confusas, o plano da união substancial. Ora, neste âmbito não há lugar para a clareza e distinção totais. Porém, não é a afirmação de um simples relativismo, é a busca de estabelecer os melhores juízos possíveis, já que a certeza não é possível.

Cabe notar que a moral e a medicina cartesianas possuem em comum o “si mesmo”. É sempre o si mesmo que conduz as ações. Na medicina, isso se constitui na expressão “médico de si mesmo” e nas indicações do auto-conhecimento e na recusa do uso de remédios, que, muitas vezes, do ponto de vista cartesiano são desnecessários. Já na moral, este “si mesmo” se constitui numa avaliação de si e das circunstâncias e na busca daquilo que é mais razoável. Cabe notar que isso leva a um egocentrismo na moral, pois não há alteridade como fator determinante na deliberação. Ainda que se busque avaliar a situação, é uma avaliação que se centraliza no “eu”, à medida que não há a consideração do que o outro pensa ou delibera. Certamente, esta concepção egocêntrica da moral vai ao encontro da filosofia de Descartes que buscava, já no *Discurso*, investigar por si mesmo. Ora, a coerência entre a moral, a medicina e a metafísica subsiste na fundamentação que esta última fornece e no conhecimento do corpo que interfere nas deliberações. Enfim, na moral cartesiana não há “outro”.

Referências bibliográficas

ALQUIÉ, F. *Leçons sur Descartes: Science et métaphysique chez Descartes*. Paris: La table de ronde, 2005.

AUCANTE, V. *L'horizon métaphysique de la médecine de Descartes*. Thèse de Doctorat. Paris: Sorbonne – Paris IV, 1997.

BITBOL-HESPÉRIÈS, A. *Le principe de la vie chez Descartes*. Paris: Vrin, 1990.

BOUTROUX, É. Du rapport de la morale et de la science dans la philosophie cartésienne. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 2. Paris: Armand Colin, 1996.

CANZIANI, G. *Filosofia e scienza nella morale di Descartes*. Florença: La Nuova Italia, 1980.

DANKMAIJER, J. Les travaux biologiques de René Descartes (1596-1650). *Archives internationales d'histoires de la science*, n. 16, 1951.

DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*. Ed. C. Adam e P. Tannery (AT). 12 vols. Paris: Vrin/ CNRS 1964-1976.

DREYFUS-LEFOYER, H. Les conceptions médicales de Descartes. *Revue de métaphysique et de morale* (Spécial, à l'occasion du troisième centenaire du *Discours de la méthode*), Paris: 1937.

GILSON, É. *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*. Paris: Vrin, 1984.

_____. *Index scolastico-cartésien*. Paris: Vrin, 1979.

_____. *Discours de la méthode* (texte et commentaire). Paris: Vrin, 1967.

GOUHIER, H. *Les premières pensées de Descartes: contribution à l'histoire de l'anti-renaissance*. Paris: Vrin, 1958,

_____. *La pensée religieuse de Descartes*. Paris: 1924.

KAMBOUCHNER, D. *L'homme des passions*. 2 vol. Paris: Albin Michel, 1995.

_____. Descartes et le problème de la culture. *Bulletin de la société française de philosophie*, n. 3. Paris: Vrin, 1998.

LOSANO, M. *Histórias de autômatos: da Grécia à belle époque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RODIS-LEWIS, G. *La morale de Descartes*. Paris: Puf, 1998.

_____. *L'anthropologie cartésienne*. Paris: Puf, 1990.

SILVEIRA, L. *As concepções médicas e morais na filosofia de Descartes* (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1985.

TEIXEIRA, L. *Ensaio sobre a moral de Descartes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TOUCHARD, G. *Morale de Descartes*. Paris: Ernest Leroux, 1897.

As (des)ordens de um flagelo: notas de leitura

Carlos Roberto da Silva

UNIPAM. Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas

A doença é zona noturna da vida, uma cidadania mais onerosa. Todos que nascem têm dupla cidadania, no reino dos sãos e no reino dos doentes. Apesar de todos preferirmos só usar o passaporte bom, mais cedo ou mais tarde nos vemos obrigados, pelo menos por um período, a nos identificarmos como cidadãos desse outro lugar.

Susan Sontag

Resumo: Análise de obras de arte como pintura, peça de teatro e literatura, a partir da idéia de estetização da doença como metáfora da própria sociedade. Baseia-se, para isso, no pensamento de Susan Sontag, Adam e Herzlich e outros que, numa perspectiva sociológica, estudaram as relações entre o homem, a doença e a sociedade, mostrando que a doença é mais que um desarranjo do organismo biológico, pois afeta também o organismo social e, conseqüentemente, o cultural.

Palavras-chave: Literatura – pintura – doença – metáfora – sociedade – cultura

O homem vive sempre à espreita do homem. Não só em atitude de vigilância, mas também em busca do conhecimento de si próprio. Segundo Marilena Chauí (in AGUIAR, 2002, pp. 31-63), “olhar é, ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si”. Desde o pensamento clássico, o ato de olhar está relacionado ao conhecimento e saber-se em todos os aspectos parece ser o grande desafio desse *homo sapiens sapiens*. As frinchas por onde o olhar se adensa são muitas, se bem que estreitas, profundas, às vezes. Escolher entre tantas é também escolher em que se deve pousar o olhar perquiridor. Assim, o homem busca a sua compreensão a partir das ciências, dos mitos e da arte, ou seja, organiza o mundo em torno de si tanto pelo olhar científico, sistemático e lógico, como pelo olhar aparentemente ilógico e contraditório das concepções míticas ou mesmo pela percepção ordenadora expressa no objeto estético; ou, por vezes, o cruzamento desses modos de ver e ordenar a realidade pode produzir uma consciência muito satisfatória de nosso estar no mundo. Esses atos de ver implicam abordagens diversas cujos resultados delineiam as relações do homem consigo, com o outro, com a natureza, com as idéias e com a história.

No entanto, para que haja conhecimento, é preciso sair do estado de espectador e assumir a posição de quem espreita, analisa e esquadrinha. Este ato proporciona na percepção do outro a compreensão de si. Disse, com propriedade, Alfredo Bosi que “a percepção do outro depende da leitura dos seus fenômenos expressivos dos quais o olhar é o mais prenhe de significações.” (BOSI, in AGUIAR, 2002, p. 65-87). Mas onde encontrar o olhar do outro para que o encontro dos olhares se torne consciência de si?

Se o sujeito se mostra em suas construções de linguagem, esse construto é o melhor caminho, pois as obras humanas se fazem reveladoras da frágil condição humana.

A arte pode ser vista como a expressão do olhar perspicaz e devorador do artista sobre o homem e suas relações. Imanente ao ser humano, ela revela-o, inevitavelmente. Assim, a atitude de espectador diante das manifestações artísticas é, na verdade, um ato de perquirição do próprio homem. Não é possível ver tudo, carece-se de escolhas, por isso, neste trabalho, pretende-se vasculhar o homem no que diz respeito a suas relações com a saúde, a doença e suas significações sociais e culturais. Para isso, preferiu-se, aqui, uma abordagem cultural, a partir das relações entre doença, pintura e literatura.

Há, neste tipo de abordagem, um vasto campo de investigação ainda não explorado.

Observações da antropologia evidenciam que o orgânico e o social se imbricam de tal maneira que sua separação seria um aleijão no processo de conhecimento do ser humano e suas obras. Sabe-se que a doença afeta não só o componente físico do indivíduo, mas todas as dimensões, desde a biológica, passando pela social e cultural até a psicológica. Por isso, teóricos de todas as áreas têm se debruçado sobre a necessidade de compreender as relações entre o homem, a doença e a sociedade. Relações complexas que são, têm gerado diversas formas de interpretação em que doença, corpo físico e cultura se entrelaçam na construção e afetação do corpo social. Dessa forma, a compreensão da doença vai além da compreensão da realidade orgânica do indivíduo para se resvalar em suas significações sociais, políticas, ideológicas, econômicas e culturais. Vê-se que variam conforme a época e sociedade não só as doenças – em suas várias tipologias – mas também suas significações culturais e suas implicações sociais. Para melhor esclarecer essa questão, recorre-se a Adam e Herzlich que, categoricamente, afirmam que “a doença e a saúde definem-se, portanto, em função das exigências e das expectativas ligadas ao nosso ambiente e às nossas relações, familiares e profissionais, por exemplo, e constituem, em sentido próprio, estados sociais.” (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 11-12). Expectativas da sociedade acerca do doente, relações médico/paciente, intervenções no corpo doente, assim como classificação, interpretação e hierarquização de doenças e doentes compreendem implicações relacionais estabelecidas pela cultura de pertença do indivíduo .

Portanto, não só o saber científico (nesse caso, o saber médico) esclarece o encontro da pessoa com a doença e suas relações com a sociedade, mas também os discursos produzidos por indivíduos inseridos na sociedade – construtos culturais nos indicam caminhos na busca da compreensão desses aspectos. Ainda Adam e Herzlich reforçam esse ponto de vista:

Se se deseja compreender realmente como os saberes, representações e discursos fazem sentido para a ação, será conveniente sempre reportá-los às necessidades quotidianas da vida das pessoas de um lado e, de outro, às características de suas relações sociais. Os elementos da estrutura social, bem como os sistemas de valor e as referências culturais têm uma função. (idem, p. 86)

Não é vã, portanto, a tentativa de compreender as referidas questões a partir da arte, sobretudo, através das linguagens da pintura e da literatura, até mesmo porque ao longo de séculos todo o universo das doenças tem sido tema de representações estéticas. Pode-se mesmo até afirmar que há uma estetização da doença.

Na pintura, é vasto o número de autores que se dedicaram a representar pela linguagem pictórica essas relações. No século XVII, o pintor holandês, Gabriel Metsu (1629-1667) se notabilizou pelos quadros representando crianças doentes e assistidas pelo médico e pela mãe.

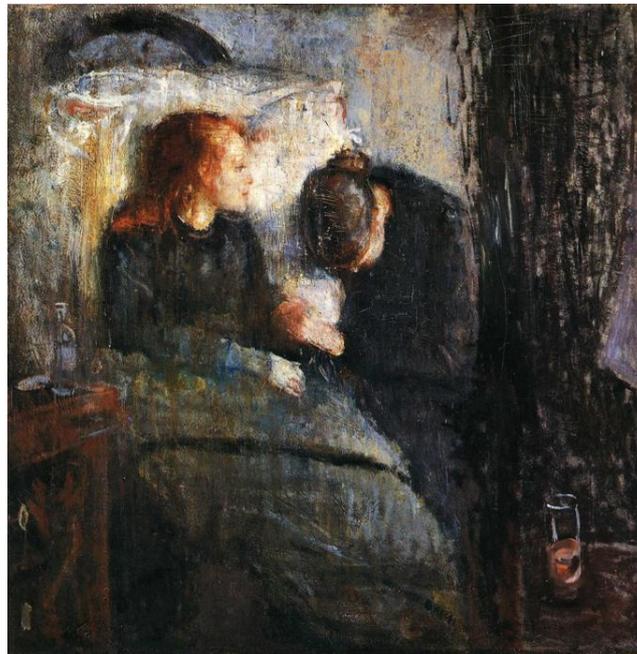
Não menos importante é a obra *Aula de anatomia do Dr. Tulp*, de Rembrandt (1632), que trata do assunto pelo viés da formação do saber médico. A exposição públi-

ca desse processo reforça a importância da medicina como ciência, que nessa mesma época inicia a escalada de conquista de seu lugar na sociedade, para mais tarde assumir seu *status* normativo e prescritivo, capaz mesmo de mudar hábitos e costumes. No quadro a seguir, uma dissecação pública de um cadáver assume condição de espetáculo, pois que demonstra um exercício de conhecimento de anatomia.



Rembrandt (1606-1669), *Lição de anatomia do Dr. Tulp* (1632). 169,5 × 216,5 cm

Outro pintor de destaque a retratar o assunto foi o norueguês Edvard Munch (1863-1944) no quadro *A criança doente*, de 1886.



Edvard Munch. *A criança doente*. 1885-86. 119.5 x 118.5 cm. Nasjonalgalleriet, Oslo, Noruega.

Nessa obra, fica evidente o envolvimento dos personagens na cena e, sobretudo, o abatimento dos membros da família. O pintor tem um intenso histórico de envolvimento com doenças epidêmicas, pois foi vítima da gripe espanhola¹, sua irmã Sophie, em 1877, morreu de tuberculose, assim como sua mãe, nove anos antes. Nesse quadro, a presença do grupo social, representado pela família, destaca a abrangência relacional da doença, despertando a atenção, a dedicação e o sofrimento, até certo ponto solidário. Dessa forma, a pintura vem atualizar a dimensão coletiva da doença, porque se inscreve em todos os lugares da vida social. A cena assinala a ausência do médico e a impossibilidade da cura, ou seja, sem o conhecimento da medicina a doença acaba para o fim inevitável. Em Adam e Herzlich, temos o seguinte:

No começo do século XIX, inicia-se uma virada decisiva: a da medicina anatomo-clínica, ainda chamada de 'escola de Paris'. (...) A medicina anatomo-clínica repousa sobre três princípios. Primeiramente, graças à aproximação entre médicos e cirurgiões e à prática sistemática da autópsia, a doença deixa de ser considerada como resultado de um conjunto nebuloso de sintomas, e começa a ser entendida como resultado de lesões orgânicas. Posteriormente, os clínicos desenvolvem com habilidade, no quadro hospitalar, a observação junto ao 'leito do paciente'. Por fim, esta observação é acompanhada de novas técnicas de exame, (...) a teoria dos humores e os outros sistemas especulativos ficam definitivamente ultrapassados.

No quadro abaixo, intitulado *O médico*, o pintor romântico inglês Sir Luke Fildes (1843-1927) além de protagonizar a cena com o médico, cria um cenário da doença, com ambiente escuro, composto com os objetos usados para a prática da medicina e, ainda, o grupo social envolvido. Se observados os dois quadros subsequentes, pode-se notar a presença em destaque da figura do médico, seu papel e sua importância na relação com o paciente. Adam e Herzlich assinalam que

o encontro entre esses dois atores não é somente interpessoal. Ele põe em cena o doente e seus próximos, pertencentes a diversos grupos sociais, e os membros de uma 'profissão' caracterizada por um estatuto suficientemente específico. Suas relações são aquelas de grupos diferentes em termos de competência, orientação, prestígio e poder; estão, portanto, inscritos nas relações estruturais da sociedade global. (2001, p. 88).

Não menos importante nestes cenários são os instrumentos da prática da medicina expostos ao lado do médico ou nas próprias mãos, completando seus olhares de homens da ciência, pois

a medicina conquistou plena autoridade sobre a doença e adquiriu o monopólio de seu tratamento. A essa evolução acrescentou-se a conquista de uma profissão privilegiada, ainda hoje com efeito, que a sociologia designa pelo termo de ascensão à condição de 'profissão'. (ADAM e HERZLICH: 2001, p. 38)

Nas duas obras seguintes, vale ressaltar essas questões, sobretudo a posição do médico com relação aos demais elementos da cena.

¹ Isso fica evidente em seu quadro *Auto-Retrato Depois da Gripe Espanhola* (1919). Edvard Munch (1863-1944). Óleo sobre tela, 105,5 x 131 cm Galeria Nacional (Oslo).



Sir Luke Fildes (1843-1927), *O médico*. 61 cm x 84 cm.

Há de se destacar Pablo Picasso com *Ciência e caridade*, de 1897, em que um médico toma o pulso de uma doente:



Pablo Picasso. *Ciência e caridade*. Óleo sobre tela; 197 x 249,5 cm. Museo Picasso, Barcelona.

Vêm-se, nessas obras, dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito à informação acerca do encontro do médico com o paciente, e o segundo, à importância dada ao papel do médico. Trata-se de obras do século XIX, período em que a ciência e, evidentemente, o saber médico predominam. Cenas assim são importantes para que a sociedade possa enxergar a medicina moderna como o triunfo do cientificismo e da modernidade.

Mas, a ciência médica, por si só, não esclarece todas as implicações da doença, pois “a enfermidade tem certa lógica; segue aquilo que se pode chamar de uma história natural, que aos poucos, e seguindo um trajeto mais ou menos previsível, transporta a pessoa para outra realidade, a realidade da doença.” (SCLAR, 2005, p. 10). Assim, as artes com suas posturas por vezes dicotômicas, ajudam no processo de conhecimento dessas questões. E seguindo outra linha, aquela do cômico, temos Goya, já no final do século XVIII, com *¿De qué mal morirá?*



Francisco de Goya, *¿De que mal morirá?* (1796-1797) Biblioteca Nacional, Madrid.

Nesse caso, o médico é representado por um asno. Pode-se ler a partir dessa representação satírica que “as relações do indivíduo com a medicina, e através dela com a ciência, a técnica, a especialização, a decisão política, surgem como protótipos de uma relação conflitiva com o social” (ADAM e HERZLICH, 2001, p. 140). Para melhor exemplificar isso, aporta-se no livro *Os Sonhos*, de Quevedo. Veja:

Deves saber que todos adoecem do excesso dos humores ou destempero dos humores, porém morrer, todos morrem dos médicos que os curam; quando perguntam não devem dizer: do que morreu fulano? “De febre, de dor do lado, de peste, de feridas”, e sim “morreu de um doutor Tal ou de um doutor Qual”. Deve-se advertir que em todos os officios, artes e estados foi introduzido o dom; em fidalgos, em vilões e em frades, como se vê na Cartuxa; eu já vi alfaiates e pedreiros com dom, e ladrões e galeotes em galeras. Se olharmos para a ciências, milhares de clérigos; muitos teólogos; letrados, todos. Só de médicos não houve nenhum com dom, mas todos têm o dom de matar e querem mais dom ao se despedir que dom quando os chamamos. (QUEVEDO, s/d, p. 102).

Também Molière, em pelo menos 07 de suas peças, enveredou pela sátira para desmerecer o saber médico e tornar tensa a relação médico/paciente. A mais notável de suas comédias, evidentemente, é *O doente imaginário*, última peça escrita pelo gênio do teatro francês², pois ridiculariza tanto o doente quanto a medicina e suas práticas. Se não bastasse a peça toda ser uma ridicularização do saber médico, ela se encerra com um intermédio em que além da língua – uma mistura de latim e francês – o discurso desconstrói toda a ciência médica. Convoca-se uma banca examinadora para argüir um recém-formado. Depois de uma verborragia elogiosa à faculdade e à medicina, inicia-se o questionamento³:

² A comédia estreou em 10 de fevereiro de 1673, retratando um saber médico avesso a inovações e que insiste no uso conservador de técnicas de tratamento como a purgação dos maus humores do corpo através da sangria, dos vomitórios, clisteres e diaforésias. O autor sente-se mal durante a quarta apresentação, 17 de fevereiro, e morre logo depois em sua casa.

³ Optou-se aqui por transcrever o fragmento adaptado para o português corrente, adaptação feita pelo tradutor Leonardo Correia. Segue-se uma amostra da construção original de Molière: “Sçavantissimi doctores / medicinae professores / Qui hic assemblatis estis, / et vos, / altri messiores, / sententiarum facultatis / fideles executores, / chirurgiani et apothicari / atque tota compania aussì, / Salus, honor, et argentum. (MOLIÈRE, 2002, p. 154).

PRIMEIRO DOUTOR: Se o presidente me concede a licença, e também os doutos doutores, e os ilustres assistentes, ao sábio bacharel, que estimo e honro, pergunto por quais razões e motivos o ópio faz dormir.

BACHAREL: Perguntou-me o douto doutor, por qual motivo e razão o ópio faz dormir, a qual respondo que ele possui virtude dormitiva cuja natureza é fazer os sentidos dormirem.

SEGUNDO DOUTOR: Com a vossa permissão, senhor Presidente, doutíssima faculdade e toda a companhia que assiste nossos atos, perguntarei, douto bacharel, quais são os remédios que na doença chamada hidropsia convém fazer.

BACHAREL: Aplicar clister, depois sangrar em seguida purgar.

(...)

TERCEIRO DOUTOR: Se vos bem parece, senhor presidente, doutíssima faculdade e companheiros aqui presentes, perguntarei, douto bacharel, que remédios julgai ético aplicar a propósito dos asmáticos e pulmonares?

BACHAREL: Aplicar clister, depois sangrar em seguida purgar.

(...)

QUARTO DOUTOR: Sobre estas doenças o douto bacharel diz maravilhas. (...)

Farei uma questão: ontem, um doente caiu em minhas mãos: tinha muita febre com redobramentos, grande dor de cabeça e grande dor nas costas com grande dificuldade e dor para respirar. Queira me dizer, douto bacharel, o que fazer nesse caso?

BACHAREL: Aplicar clister, depois sangrar em seguida purgar.

QUINTO DOUTOR: Mas se a doença é insistente e não que se curar, o que fazer então?

BACHAREL: Aplicar clister, depois sangrar em seguida purgar. Reclisterar, re-sangrar e re-purgar. (MOLIÈRE, 2002, p. 173-174).

Nestes exemplos analisados, percebe-se que se a doença desordena o sujeito e tudo que o rodeia, a arte parece querer reordenar e reorganizar, colocando as coisas em seus devidos lugares, sobretudo no que concerne à estrutura social. Isto se dá tanto pela função moralizadora da arte, assim como por seu viés irônico e ridicularizador, pois a desconstrução cômica também se assenta num degrau da moralidade.

A medicina, como se sabe, não descreve e não conhece todas as doenças. E, para Susan Sontag, enquanto mais misteriosa for a doença, mais ela se presta a processos de metaforização, por isso, a peste, o câncer e a tuberculose estão com mais frequência na literatura. Obras como o *Decameron*, de Boccaccio, *A peste*, de Camus, *A morte de Ivan Ilitch*, de Tolstoi e tantas outras são bons exemplos dessa questão.

Em sentido mais amplo, a doença permeia as obras literárias de duas formas não hierárquicas, nomeadas aqui de categorias. A primeira é aquela em que a doença entra na trama narrativa com enfoque denotativo: apenas mais um elemento na vida da personagem, isto é, apenas um ponto na tessitura do enredo. A segunda categoria, a que se propõe aqui uma análise, é aquela em que o autor faz da doença e suas implicações um objeto estético. Em algumas tramas ela acomete uma ou mais personagens, por um período curto de tempo ou mesmo durante todo o evento narrado; em outras, é o eixo em torno do qual gira toda a problemática da trama: torna-se, assim, personagem central da narrativa. No primeiro caso, a trama narrativa abre um espaço para a figuração da doença e suas conseqüências; no segundo, a doença configura toda a trama narrativa. No entanto, em ambos os casos, pode ser vista, a doença, como metáfora ou alegoria de fatos circunstanciais ou históricos, ideologias ou mesmo de toda uma sociedade. Acerca desse assunto, Susan Sontag, em excelente ensaio, afirma que “qualquer doença importante cuja causalidade seja tenebrosa, e cujo tratamento seja ineficaz, tende a ser saturada de significação. (...) A doença em si torna-se uma metáfora.” (2003, p.53). Se doença e doente são metáforas e são categorias sociais, através dos enfoques dados, podem-se apreender a estrutura, a organização, o código de valores, as ideologias e as significações dos constructos de determinada sociedade. Por essa razão, aos olhos dos estudiosos, obras dessa estirpe são vistas tanto como objeto de análise acerca das experiências individuais com as doenças e seus componentes sociais e cultu-

rais, como objeto de compreensão de fatos históricos.

Especialmente duas obras da literatura brasileira e uma da literatura estrangeira servem ao propósito deste estudo: *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo, e *Crônica da casa assassinada*, de Lúcio Cardoso e, em seguida, *A morte de Ivan Ilitch*, de Leon de Tolstoi.

Nas referidas obras, a doença ou o doente são metáforas da casa e, por sua vez, a casa é metonímia da sociedade com todos os seus componentes estruturais, ideológicos, históricos e culturais. Para melhor compreensão do assunto, recorre-se a Gaston Bachelard:

Nessa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico. (2000, p. 62)

Mesmo que de raízes na fenomenologia, o pensamento do filósofo presta à compreensão do assunto, pois lança uma luz que permite ao homem de espírito inquieto olhar a casa a partir de uma conjugação de sentidos entre o espaço geométrico e o que nele habita. Assim, ter o homem como metáfora da casa é compreendê-lo em suas inquietações individuais, mas também como partícipe de um tecido social e, ainda mais, como o microcosmo onde se constrói o macrocosmo. Ampliando mais esse conceito, Helena Buescu anota que “a casa não é só, ou não é tanto, um espaço físico como um espaço social, o que equivale a dizer um espaço simbólico e de construção simbólica.” (1999, p. 29). Por esse viés, no interior da casa reproduzem miniaturalmente os problemas que agitam a sociedade⁴, e, esses problemas são a base para a compreensão do real, pois “as casas são matrizes sociais, para lá de microcosmos pessoais e familiares (...). Nelas se reproduzem, perpetuam e transformam as dúvidas, guerras e violências sociais – mas também nelas é possível, embora com alguma dificuldade (...) traçar os caminhos para a abertura de diferentes soluções.” (id. p. 30).

Em *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo, a casa é metonímia de uma sociedade que esconde atrás das máscaras o interesse pecuniário, a promiscuidade, a hipocrisia, as taras sexuais e a desonestidade, ou seja, uma sociedade doente e em plena decadência moral. Nesse jogo de significações, personagens doentes, moral e fisicamente, metaforizam a mesma casa, metonímia da sociedade. No jogo dentro/ fora, misturam-se as doenças físicas das personagens à doença moral da sociedade. Amâncio, a mais importante personagem desse processo de ressignificação, é acometido por duas doenças:

Dias depois, o médico declarou que Amâncio estava livre do maior perigo. – As bexigas foram boas e secariam prontamente, sem quase deixar sinal na pele. Dentre em pouco abria-se a janela, do n.º 6, recolhia-se a última roupa que servira à moléstia, defumava-se o quarto pela última vez, e o mimalho entrava afinal na convalescença.

Logo, porém, que deixou a cama, apareceram-lhes dores reumáticas na caixa do peito e nas articulações de uma das pernas. Era o sangue de sua ama-de-leite que principiava a rabear. Bem dizia outrora o médico a seu pai, quando este o encarregou de amamentar o filho.

E, pois, vieram os remédios para a nova enfermidade, e Amâncio, a despeito de sua impaciência por ganhar a rua, continuou encurralado na casa de pensão e submetido a uma dieta rigorosa. (AZEVEDO, 1982, p. 170).

Outra personagem que metaforiza a decadência é o tuberculoso do quarto 07:

⁴ Idéia tomada em BUESCU, 1999, p. 29.

O tísico do n.º 7 há dias esperava o seu momento de morrer, estendido na cama, os olhos cravados no ar, a boca muito aberta, porque já lhe ia faltando o fôlego. (...) O homem estava muito aflito, debatendo-se contra os lençóis, no desespero da sua ortopnéia. A cabeça vergada para trás, o magro pescoço estirado em curva, a barba tesa, piramidal, apontando para o teto; sentia-se-lhe por detrás da pele empobrecida do rosto os ângulos da caveira; acusavam-se-lhe os ossos por todo o corpo; os olhos, extremamente vivos e esbugalhados, de uma fixidez inconsciente, pareciam saltar das órbitas, e, pelo esvasamento da boca toda aberta, via-se-lhe a língua dura e seca, de papagaio, e divisavam-se-lhe as duas filas da dentadura.

Não podia sossegar. O seu corpo, chupado lentamente pela tísica, nu e esquelético, virava-se de uma para outra banda, entre manchas excrementícias, a porejar um suor gorduroso e frio, que umedecia as roupas da cama e dava-lhe à pele, cor de osso velho, um brilho repugnante. Faltava-lhe o ar. (idem, p. 194-195).

Se as personagens estão doentes e lentamente morrendo, se arrastam em si a vida, isso significa que a casa, outra ponta da significação, também está. Ao longo da narrativa, os moradores mudam de casa por três vezes, na tentativa de reorganizar o seu mundo/dentro para que seu mundo/fora também se pareça organizado. Sobre essa relação, Buescu assinala que o espaço-casa é um “lugar íntimo, metonímica e metaforicamente ligado ao homem, como sítio em que o conhecimento de si próprio, dos outros e do mundo verdadeiramente pode ser obtido” (1999, p. 29). Assim a casa de pensão, mesmo sendo reformada e substituída, mais parece um hospital, pois seus moradores estão sempre doentes e caminham inevitavelmente para a morte: morrem o tísico, Nini e Amâncio – desfaz-se a casa e sentencia a morte moral de todos que a ocupam. Em *Casa de pensão*, doenças como a tuberculose, a bexiga, as dores reumáticas e a loucura são prenúncios de outra doença mais forte – a doença moral de seus moradores, sobretudo João Coqueiro, Mme. Brizard, Amélia e Amâncio.

Outra doença feita metáfora é o câncer. Em *Crônica da casa assassinada*, a personagem Nina é acometida por um câncer. Sobre essa doença, o olhar de Susan Sontag é muito esclarecedor: “é o câncer que representa o papel de uma doença vivenciada como uma invasão cruel e secreta” (2007, p. 12). Não por acaso a personagem entra na família Menezes – na casa – se casando secretamente com Valdo, no Rio de Janeiro e traz para a Chácara dos Menezes, em Vila Velha-MG, uma outra forma de vida, outro código de valores e, desde sua chegada, como um câncer, “desperta variedades de pavor completamente antiquadas” (Idem, p. 12). Em Nina, o câncer apodrece lentamente a personagem⁵ e, concomitantemente, a casa, passo a passo, se desmorona. Se se tem o câncer como metáfora da destruição, do apodrecimento, do incurável e a velha casa dos Menezes como metonímia da sociedade, vê-se, num processo de ressignificação, o autor aludir a uma morte lenta dos valores sociais e morais de uma época – final do século XIX, no interior de Minas Gerais. A velha tradição mineira, estampada nas personagens Valdo, Demétrio e Ana – baluartes do conservadorismo, do puritanismo arcaico e do preconceito – se sente ameaçada diante do novo. Nina vem da capital e se instala sorrateiramente na casa e, aos olhos dos outros, ela se enraíza como uma doença do mal. Não é à toa que sua morte de câncer determina também a morte dos Menezes. Embora, só André, mais tarde, tome consciência disso e o relate em seu diário:

Creio poder afirmar, no entanto, que só aí tive inteira consciência de que os Menezes não existiam mais. Tinha vindo para me despedir de um cadáver – e, durante alguns segundos, foi aquele homem que siderou meu olhar como se eu des-

⁵ “Assim que girei o trinco, estonteou-me o ar que vinha lá de dentro, rançoso, misturado a um vago alento de flores ou de maçãs apodrecidas. (Apesar de ser um odor de evidente repugnância, não era igual ao que sobreveio mais tarde, durante sua agonia, e em que se fazia sentir, quase palpável. O trabalho de dissolução do tecido humano. Um trabalho ingente, prematuro, como se mãos ciumentas tivessem pressa de desfazer na obscuridade o complicado amálgama que compunha a forma daquela mulher.” (CARDOSO, 1979, p. 416)

cobrisse um morto de repente. E um morto estranho, que eu nunca havia visto antes, que eu não sabia quem fosse, que para mim não ostentava nome e nem identidade alguma. Imóvel indaguei a mim mesmo, aflitamente, se aquele sentimento de estranheza não seria o resultado de um longo e paciente trabalho de desagregação. (CARDOSO, 1989, p. 25)

A imagem da doença é usada ainda no romance para exprimir a preocupação com a ordem social, por isso há um afastamento da sociedade pelos membros da casa e mesmo a sociedade se afasta da velha chácara. Na seqüência, o desmoronamento da casa, microcosmo da sociedade, reforça a idéia de que a metáfora do câncer amplia o tema da rejeição, assunto de que fala Sontag.

Um conjunto de valores não se corrompe impunemente; uma família não se desfaz sem um culpado, nem uma casa se desmorona sem uma tempestade. Há de se ter um culpado e esse culpado deve ser punido. Outra frincha se abre ao olhar para a compreensão do uso da doença na narrativa. Vale lembrar: desde sempre, as doenças têm uma imagem punitiva. Há no velho testamento, mais especificamente no *Levítico*, relatos acerca da lepra como impurezas da alma que afloram; na Idade Média, a Igreja perseguiu, excomungou, expulsou e até mesmo queimou leprosos sob acusações de a doença ser fruto do pecado; durante a peste negra européia, no século XIV, a Igreja outra vez a atribui ao castigo divino. O médico Stefan Cunha Ujvari registra que “segundo os membros do clero, a peste era decorrente de castigo enviado por Deus para punir os pecados da humanidade. Deus a enviou enraivecida pela quantidade de blasfêmia, avareza, usura, luxúria, cobiça e falsidade cometidas pelos mortais.” (2003, p. 61). Sontag ainda reforça a idéia: “A experiência medieval da peste estava estritamente ligada a idéias de contaminação moral, e as pessoas sempre procuravam um bode expiatório externo à comunidade afetada.” (2007, p. 63). Dessa forma, a chegada de Nina e sua doença permitem aos Meneses encontrar substitutos para o fracasso aterrador: Nina é a grande culpada e o seu câncer, a justa punição.

Em *A morte de Ivan Ilitch*, de Leon de Tolstoi, a doença envolve não apenas o doente e “a instituição médica, mas uma diversidade de registros sociais, como esferas familiares ou profissionais.” (ADAM e HERZLICH, 2001, p. 140). A novela de Tolstoi, cuja personagem central é Ivan Ilitch, apresenta ao leitor o conflito vivido pelo “jovem e elegante advogado” (TOLSTOI, 1997, p. 24), que passo a passo vai trilhando um caminho de sucesso desde a vida social até a vida familiar com o casamento e o nascimento de dois filhos, para depois desembocar na garganta inevitável da doença e da morte. Mais que a análise profunda da morte e do sentido da vida, a obra traz uma aguda reflexão sobre a doença e suas relações com o próprio doente, a família, a sociedade e, principalmente, a medicina. O magistrado que ao longo de sua vida profissional seja como promotor, juiz de instrução ou juiz, sempre deu relevância às formalidades das leis e dos procedimentos, se vê, no fim da vida, vítima da mesma visão cientificista, ou seja, vive o conflito entre a ciência e as aspirações do ser humano. Em seu leito de morte, Ivan Ilitch, num exame de consciência, percebe que toda a sua vida, enredada pela sociedade, foi movida pela superficialidade e pelas máscaras sociais, das quais ele agora se vê vítima.

A aguda e interminável dor física do personagem metaforiza a dor moral provocada por dois fatores. O primeiro aponta para a consciência da vida cujos atos se pautaram nos interesses efêmeros de uma sociedade de aparências. O segundo acena para a forma de tratamento dispensado pela família, pelos amigos e pelos médicos: a mesma superficialidade hipócrita de que foi agente ao longo de sua vida. Este tipo de relação provoca a desumanização das relações familiares, pois permite o predomínio dos interesses materiais sobre todos os outros. A família, os colegas de profissão, os médicos e os amigos não se dão conta do sofrimento moral de Ivan Ilitch, antes, querem se isentar da culpabilidade da doença e de suas conseqüências, e, mais que isso, durante o velório revelam a disputa pelo cargo deixado pelo doente e, a esposa já negocia a sua pensão.

A doença da qual padeceu e morreu Ivan Ilitch não foi identificada, embora seus

sintomas se assemelhem aos do câncer. Esta não-identificação permite associar os males da doença aos males sociais. Dois aspectos merecem menção: o primeiro é a duração da doença e de seu crescimento paulatino e o segundo, a inevitabilidade da destruição. Assim o autor acena para a visão cientificista e materialista da sociedade do século XIX e suas conseqüências arrasadoras que, como uma doença, se instalam na sociedade e vai, pouco a pouco, corroendo todo o organismo social. A doença, especialmente essa, afeta a todos, mesmo que todos se afastem dela, e, de forma metafórica, do doente. Veja como a dor (doença) vai se instalando e minando o doente que, na sua solidão, pressente a inevitabilidade da destruição:

Ivan Ilitch fica sozinho, consciente de que sua vida está envenenada e de que está envenenando a dos outros e de que esse veneno não está perdendo sua força mas, ao contrário, entranhando-se cada vez mais dentro de seu ser. E é com essa certeza, mais a dor física e mais o terror que ele vai para a cama, para na maioria das vezes ficar ali acordado, sentindo dor a maior parte da noite. (...) E assim ele tinha de viver, à beira do precipício, sozinho, sem uma alma que o entendesse e dele tivesse compaixão. (TOLSTOI, 1997, p. 60)

As transformações provocadas pela visão de mundo do século XIX são, na obra, metaforizadas pelas mudanças percebidas pela personagem central, que nessa cena faz uma comparação e um auto-exame:

Ivan Ilitch trancou a porta e pôs-se a examinar-se no espelho, primeiro de frente e depois de perfil. Pegou uma fotografia sua com a esposa e comparou-a com o que via no espelho. A diferença era enorme. Depois arregaçou as mangas até os cotovelos, olhou para os braços, baixou-as novamente, sentou-se no baú e sentiu sua alma negra como a noite.
“Não, não pode ser assim”. Disse para si mesmo. (TOLSTOI, 1997, p. 61)

Assim, Ivan Ilitch é a consciência dos males sociais, por isso, carrega toda a culpabilidade de sua doença, atribuindo-a a um pequeno acidente ocorrido na reforma de sua última casa, microcosmo da sociedade:

Na realidade, o efeito não passava do que normalmente é visto nas casas de pessoas que não são exatamente ricas, mas que querem parecer ricas e o máximo que conseguem é parecer-se com todas as outras pessoas de sua classe: havia damascos, ébano, plantas, tapetes, enfeites de bronze, tudo muito sóbrio e bem polido, tudo que as pessoas de uma determinada classe social possuem para parecerem outras pessoas. (TOLSTOI, 1997, p. 41)

E esse talvez tenha sido o maior mal da sociedade moderna: a perda da individualidade em função da corrida materialista e da visão cientificista, ou pelo menos, uma das denúncias de Leon de Tolstoi.

Neste trabalho, a partir de uma aparente descontinuidade entre dois assuntos, o saber médico e a estetização da doença, propositadamente pretendeu-se acenar para as várias faces da relação entre o ser humano e as doenças. Percebe-se que a doença se configura como um texto em que se lêem as inquietudes e conflitos do homem, ou, da mesma forma, as desordens da sociedade e, sobretudo, os discursos produzidos pela doença e sobre ela. Em todas as obras citadas, todas as construções discursivas sobre as doenças vêm imbricadas com as construções do saber médico. Nas escolhas feitas de obras da pintura, o discurso se sobressai ou salta aos olhos. Na literatura, por vezes, precisa ser lido em outras instâncias da narrativa.

Na peça *O doente imaginário*, de Molière, o questionamento do saber médico não se dá apenas pela crítica ao processo de formação intelectual e profissional do médico, mas enfaticamente aos resultados insignificantes da prática médica. Em *Casa de pensão*, é sintomático o fato de Amâncio estudar medicina, sendo acometido por doenças físicas e morais que vão desde o desmedido comportamento sexual até os esquemas na compra de avaliações escolares. Na *Crônica da casa assassinada*, há uma considerável impotência do médico em tratar o câncer de Nina. Sua função não vai além de informar ao marido (dela) do acometimento da doença. Para Ivan Itch, a postura do médico e seu discurso provocam a desilusão e a ira, pois o doente se irrita com o discurso de aparente otimismo do médico que nem sequer revela (ou sabe?) o diagnóstico da doença. Parece, assim, que há uma descrença no discurso médico, gerando uma relação conflitiva do indivíduo com a medicina.

Nem todas as obras tratam a questão dessa forma. Para citar apenas referencialmente, *A peste*, de Camus, traz uma concepção diferente do discurso e da prática da medicina. O médico Rieux, protagonista da história e narrador dela, não consegue vencer a epidemia, mas se dedica intensamente ao seu combate, num jogar-se quase de forma suicida à questão: entrelaça em suas ações o saber médico e seus impulsos solidários – mas há de pensar na obra como metáfora de poderes totalitários e a luta contra eles.

A desordem provocada pelas doenças, nos âmbitos pessoais e coletivos não pode ser anulada pela ciência, muito menos pela medicina, mas, como tábua de salvação, as desordens do flagelo podem ser reorganizadas pela concepção redentora da arte.

Referências Bibliográficas

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. Goiânia: Editora Waldré, 1982.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CAMUS, Albert. *A peste*. Trad. de Valery Rumjanek. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

CHAUÍ, Marilena. *Janela da alma, espelho do mundo*, in: AGUIAR, Flávio et alii. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 31-63.

MOLIÈRE. *O doente imaginário*. Trad. de Leonardo Gonçalves. Belo Horizonte: Crisálida, 2002.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do (et al.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Maud X, 2006.

QUEVEDO, Francisco de. *Os sonhos*. Trad. de Liliana Raquel Chwat. São Paulo: Ed. Escala, s/d.

RODRIGUES, Jose Carlos. *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006 (Coleção Antropologia e saúde).

SCLIAR, Moacyr. *O olhar médico: Crônicas de medicina e saúde*. São Paulo: Agora, 2005.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. Trad. de Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TOLSTOI, Leon. *A morte de Ivan Ilitch*. Trad. de Vera Karan. Porto Alegre: L&PM Editores, 1999.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora SENAC São Paulo, 2003.

A linguagem corporal e a dominação social: registro somático do sofrimento humano (reflexão teórica)¹

Cícero José Alves Soares Neto

Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Sociologia pela UnB.
ciceroalves@prove.ufu.br

Resumo: Objetiva-se compreender a linguagem corporal, por intermédio das doenças, como mecanismo de expressão da ética corporal, ou seja, visa-se entender o significado do registro somático como sinalização do que acontece entre o ato de adoecer e a dominação social. Busca-se, na realidade, identificar a origem social das doenças, desvendando o campo simbólico da mensagem somatodramática como canal de manifestação do que ocorre entre a sinalização corporal e as estratégias de dominação social na sociedade atual.

A pretensão desta reflexão é registrar, inicialmente, uma proposta de trabalho que vem se construindo ao longo dos últimos anos na nossa formação acadêmica e, em seguida, inserir esta interpretação num debate contemporâneo que começa a ser discutido de forma amadurecida e mais articulada. Enfim, o presente trabalho transforma-se numa linha de investigação que se apresenta com um horizonte presente na agenda atual. Então, a partir deste registro, o objetivo desta proposta de pesquisa é compreender a linguagem corporal como expressão da ética corporal e, então, entender o significado do registro somático como mecanismo da correlação de forças sociais na sociedade. Busca-se, em última instância, identificar a origem social das doenças. Assim, a intenção é desvendar o campo simbólico da mensagem somatodramática como canal de manifestação do que acontece entre a sinalização corporal e a dominação social. Portanto, visa-se apreender o fetichismo da linguagem somática, identificando um mapeamento corporal como um campo simbólico de expressão das estruturas de mando na realidade social, sob a ótica da Filosofia Oriental, a partir do paradigma do “chi”, na Medicina Tradicional Chinesa.

A origem da relevância social desta análise possui duas dimensões: a individual (micro) e a coletiva (macro), que se justapõem como fundamento motivacional do estudo. Inicialmente, na macro-abordagem, o enfoque recai no aspecto da singularidade da participação do corpo no sistema de poder na sociedade humana e, na micro-abordagem, no fator da resiliência que o corpo humano é dotado para enfrentar as adversidades da vida. E como se pretende articular a participação corporal no sistema de

¹ Deve-se entender este texto como um registro acadêmico de uma proposta de trabalho que se inicia e se apresenta à comunidade acadêmica como um desafio de reflexão que o autor expõe para o debate. Esta reflexão tem sido comunicada em alguns eventos: XXX Encontro Nacional do CERU/USP, 2003; IV Semana Acadêmica da UFU/2004, I Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares, UFU/2004 e III Simpósio Internacional Cultura e Identidades, UFG/2007.

poder social e a resiliência nas adversidades da realidade? Ou seja, a partir de qual perspectiva se cogita vincular o corpo e a resiliência no jogo de forças da sociedade humana?

No nosso trajeto na pós-graduação, tanto no Mestrado², quanto no Doutorado³, na Sociologia, a questão central da investigação repousava na compreensão da participação do homem do campo no processo eleitoral, ou seja, como se dava a entrada do camponês nas disputas partidárias do poder local. Objetivou-se entender de que forma ocorria a vinculação social da massa votante com o coronelato rural, isto é, como a estrutura social organizava a participação política do homem do campo do sertão nordestino no processo eleitoral potiguar, no período republicano (1889-1950)⁴. A preocupação com o tema da *participação política* mobilizou a percepção do analista social para a questão da linguagem corporal, pois se detectou de que forma ocorria a participação política por intermédio do registro somático no jogo da correlação de forças sociais. O olhar clínico do analista social deslocou-se para a questão corporal e identificou como o corpo registra o sofrimento humano imposto pela estrutura de dominação social e como este possui um código simbólico que se expressa no ato de adoecer. Enfim, a sutileza da ética corporal agendou-se no olhar do analista social. Após uma experiência com um problema de saúde pessoal, na busca por uma saída de re-equilíbrio, ocorreu uma aproximação com as artes marciais⁵ e, no convívio com a prática energética do ritual marcial, percebeu-se o vínculo energético desequilibrante provocado pelos conflitos sociais.

Na nossa formação de trabalhadores intelectuais, tem ocorrido a produção de críticos dos sistemas político, social, econômico, educacional e cultural, de forma competente e criteriosa, cientificamente falando. Entretanto, a questão corporal, sob o aspecto sócio-antropológico, tem se caracterizado por um olhar social limitado e recente. Daí, o despertar para a questão da alienação corporal como um campo que propicia ao estudioso um entendimento do que anda ocorrendo com a linguagem corporal enquanto temática de investigação social. Por outro lado, em função da convivência profissional, por mais de duas décadas, como funcionário público federal de uma Instituição de Ensino Superior, mais especificadamente, na Universidade Federal de Uberlândia, desde o ano de 1985, o fenômeno da linguagem corporal tem se apresentado de forma significativa ao “olhar clínico” do analista social como um campo de compreensão desafiante e promissor, na investigação científica. Diante deste relato histórico, que se inicia com a participação do corpo no jogo do poder, com ênfase na resiliência como fator de enfrentamento das adversidades, justifica-se a intenção de compreender como ocorre a doença, sob uma ótica sócio-antropológica no jogo de dominação social.

Portanto, o interesse pela questão corporal, como fonte de conexão entre a realidade social, por intermédio da estrutura de dominação e da identidade sócio-psíquica, sinaliza para a intenção de caracterizar o fundamento social dos registros corporais, por intermédio das doenças, que emergem como um fator desafiante de compreensão da mensagem somática vinculada à estrutura de poder e de dominação social. Consegue-se perceber uma tecnologia corporal, por um lado, e um enigma da doença, por outro, nas organizações e culturas que se transformam num desafio ao pesquisador social.

A origem desta questão reside na controvérsia do ato de adoecer, que apresenta duas abordagens: uma corrente, sob a ótica *psico-fisiológica*, procura criar um vínculo entre a emoção e a função fisiológica, conforme o ilustrativo título da obra: *Da Emoção à Lesão* (BALLONE, PEREIRA NETO e ORTOLANI, 2002), que sinaliza o registro somático do sofrimento humano; a segunda interpretação, de base *holística*, incorpora a leitura emoção-função fisiológica, mas insere a questão social para o debate, tornando o ato de adoecer mais articulado: o social, a emoção e a função fisiológica. Neste sentido, perce-

² Defendida na Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Décio A. M. Saes, em 1984.

³ Defendida na UnB, sob a orientação do Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento, em 2003.

⁴ A unidade de análise da pesquisa histórico-empírica foi a micro-região do Seridó, no Estado Potiguar.

⁵ Inicialmente, no Karatê, estilo marcial duro ou externo, da tradição japonesa e do paradigma “Ki”. Posteriormente, no Tai chi, do estilo suave e interno, da escola chinesa, do paradigma “chi”.

beu-se, como analista social, por um lado, e como funcionário público, por outro, a articulação dos espaços do político com o somático, como ocorre à conexão entre a linguagem corporal e a dominação social. A sensibilidade desta vinculação (analista social e funcionário público) despertou para se apreender a origem social da doença, no jogo da correlação de forças sociais na arena do mando e do poder. Sob a ótica holística, compreendeu-se o papel de “bode expiatório” aplicado, fisiologicamente, e articulado ao mundo social, aos órgãos da matriz corporal (PERERA, 1991). Do desempenho deste papel social emergiu a estratégia de um problema a ser compreendido: qual o significado do corpo como fonte de registro somático diante das estratégias de poder? Como compreender a linguagem corporal como expressão da dominação social? Enfim, como decodificar a manifestação somática diante das estruturas sociais de mando? Portanto, entender o nexo de vinculação entre a linguagem corporal e a estratégia do poder social é contextualizar e contribuir para a análise de como ocorre à participação corporal nos conflitos sociais. Em função deste interesse, ocorreu a produção de algumas orientações de pesquisas no tema, ora na especialização, ora na graduação: *Sedentarismo no serviço público federal: UFU (estudo de caso)*⁶; *Alcoolismo na UFU: DIAME (uma análise sociológica sobre a dependência química no serviço público federal)*⁷ e *Estresse no HC/UFU: equipe de enfermagem (estudo de caso)*⁸.

A proposta deste resgate conceitual é contextualizar, por intermédio da filosofia oriental, a distinção entre os paradigmas “*chi*”, da escola chinesa; o “*ki*”, da escola japonesa; e o “*prana*”, da escola hindu. Torna-se fundamental apresentar a diferença entre os sistemas energéticos de cura do oriente, pois a literatura ocidental tem escamoteado tal distinção que provoca um amalgamento que descaracteriza o que cada escola (chinesa, japonesa e hindu) articula e apresenta para a questão da “*energia vital*”: conceituação que a literatura ocidental tenta traduzir para o “*chi*”, o “*ki*” e o “*prana*”. Enquanto a escola chinesa privilegia os condutores energéticos e os meridianos (o processo em si), as duas outras correntes, a japonesa e a hindu, priorizam os campos energéticos, os chakras. Não identificar tais diferenças analíticas produz e provoca uma confusão interpretativa no mundo ocidental, que restringe a riqueza analítica de cada esquema paradigmático que enfraquece a compreensão da proposta de cada escola. Neste sentido, a distinção dos paradigmas (*chi*, *ki* e *prana*) torna-se um campo prioritário para, em seguida, definir num paradigma, o “*chi*”, como instrumento conceitual de investigação.

Para isto, busca-se, inicialmente, o fundamento teórico da filosofia oriental, por intermédio da medicina tradicional chinesa, que apresenta uma visão holística da sociedade humana. Na abordagem chinesa, apresenta-se a teoria materialista do Yin-Yang e dos cinco elementos (madeira, fogo, terra, metal e água). A compreensão da arquitetura conceitual da medicina tradicional chinesa tem no paradigma “*chi*” a chave de entendimento do que se pode apreender do funcionamento da sociedade humana. Isto aplicado aos cinco órgãos (o coração, o pulmão, o baço, o fígado e os rins), nas suas funções fisiológicas específicas e particulares, define uma relação de interação entre as relações mútuas de dependência e interdependência que a teoria básica do Yin e Yang e a teoria dos cinco elementos articulam. A conceituação da abordagem chinesa permite entender o registro somático com base nos princípios básicos: o “*conceito holístico e o planejamento do tratamento de acordo com o diagnóstico*” (BAI NE, 1999). Neste sentido, a interpretação oriental busca identificar a *gênese das doenças* e a *interconexão causal* que provoca um desequilíbrio da energia vital, o “*chi*” para a visão chinesa. Portanto, por intermédio da concepção chinesa, ao instrumentalizar-se a compreensão da energia vital apreende-se o registro somático como um campo de significado das estru-

⁶ Monografia do Curso de Especialização Metodologia da Pesquisa Social: Fontes Primárias, de Izilda Cardoso Costa, desenvolvida nos anos de 1994-5.

⁷ Monografia do Curso de Especialização Metodologia da Pesquisa Social: Fontes Primárias, de Elaine Fátima Silvério, desenvolvida nos anos de 1994-5.

⁸ Monografia do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia, de Ilda Cristina Santos, apresentada no ano de 1999.

turas sociais de poder. Busca-se, por conseguinte, na visão oriental, o instrumental de inserção no campo corporal. Por fim, identifica-se e caracteriza-se a dominação social na realidade ocidental, na qual se privilegia *o corpo como um canal de expressão das estratégias de poder*, como recurso de domínio e controle do mando social, de que forma isto ocorre, como o corpo se transforma num recurso final de entender o jogo de forças na sociedade ocidental. Desta forma, a intenção é efetuar um mapeamento corporal da dominação social, desvendando-se *o fetichismo somático, por intermédio do indicador social das doenças*. Portanto, a identidade teórica desta análise recai fundamentalmente em articular, conceitualmente, *o corpo como campo de registro somático das estratégias de dominação social*, a partir das contribuições da teoria da corrente oriental, fundamentada na *medicina tradicional chinesa*.

A proposta investigativa da pesquisa privilegia, apenas, neste momento atual, a reflexão *teórica*, sob um enfoque *holístico* e numa abordagem *sistêmica*. A partir da construção deste instrumento conceitual, o do paradigma do “chi”, da escola chinesa, pretende-se efetuar uma aplicação histórica na sociedade humana, no processo da conexão causal das doenças. A unidade de análise a ser escolhida, para verificar a aplicação histórica do estudo, sinaliza para a questão do câncer que se apresenta como uma manifestação somática do “chi” bloqueado. Nessa unidade de análise, percebe-se, de forma mais explícita, a sinalização do vínculo entre a estrutura social conflitante e o ato de adoecer. Por exemplo, dois casos, de domínio público, podem e servem, ilustrativamente, para configurar a relação do vínculo entre o somático e o conflito social: 1. Pedro Collor, irmão do ex-presidente Fernando Collor, após denunciar contra o grupo do poder e o seu próprio irmão, apareceu com um câncer fulminante no cérebro; 2. a filha não-legítima do famoso jogador de futebol, Pelé, após anos de luta para ser reconhecida e aceita como filha do Senhor Édson Arantes do Nascimento, também desenvolveu um câncer na mama que a levou a óbito. Portanto, tais casos públicos sinalizam para uma vinculação social entre a estrutura social conflitante e o registro somático do ato de adoecer e para o fato de que, simbolicamente, os órgãos afetados são expressivos da representação do conflito social vivenciado pelos participantes do problema: o cérebro, para o Pedro Collor denunciante da própria “família”; e a mama, para a Sandra, filha não-reconhecida e, acima de tudo, não-aceita pelo pai famoso. Segundo a corrente interpretativa holística acatada por esta reflexão, “*a doença torna as pessoas honestas*” (DETHLEFSEN, DAHLKE, 1995, p. 138). Então, pode-se identificar em tal movimento uma ética corporal que se manifesta de forma verdadeira e primordial, apesar dos mecanismos da racionalidade.

Bibliografia¹³

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ALEXANDER, Franz. *Medicina psicossomática: princípios e aplicações*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (org.). *Psicossomática e a Psicologia da dor*. São Paulo: Pioneira, 2001.

BAI NE, Zhang & HUI HE, Yin. *Teoria básica da Medicina Tradicional Chinesa*. São Paulo: Atheneu, 1999.

¹³ Esta bibliografia é apresentada como um horizonte amplo e desafiante aos que se interessam ao tratamento do tema, por um lado, e aos que desconhecem de forma mais profunda a discussão acerca do assunto. Pessoalmente, trata-se do meu desafio para a minha proposta de pós-doutorado e para as minhas investigações doravante, com certeza.

BALLONE, Geraldo José; PEREIRA NETO, Eurico; ORTOLANI, Ida Vanit. *Da emoção à lesão: um guia de Medicina Psicossomática*. São Paulo: Manole, 2002.

BOLTANSKI, Lue. *As Classes sociais e o corpo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CANESQUI, A. M. (org.). *Ciências Sociais e saúde*. São Paulo: Abrasco/Hucitec, 1997.

CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física: um paralelo entre a Física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1997.

DAHLKE, Rudiger. *A Doença como linguagem da alma: os sintomas como oportunidades de desenvolvimento*. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. *A doença como símbolo: sintomas, significados, tratamentos e remissão*. São Paulo: Cultrix, 2000.

DETHLEFSEN, Thorwald & DAHLKE, Rudiger. *A Doença como caminho: uma visão nova da cura como ponto de mutação em que um mal se deixa transformar em bem*. São Paulo: Cultrix, 1995.

DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DYCHTOWALD, Ken. *Corpomente: uma síntese dos caminhos do Oriente e do Ocidente para autoconsciência, Saúde e Crescimento Pessoal*. 5 ed. São Paulo: Summus, 1984.

FREIRE, Cristina. *O Corpo reflete o seu drama: somatodrama como abordagem psicossomática*. São Paulo: Ágora, 2000.

FROST, Peter J. *Emoções tóxicas no trabalho*. São Paulo: Futura, 2003.

GERBER, Richard. *Medicina vibracional: uma Medicina para o futuro*. São Paulo: Cultrix, 1997.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina M. G.; GOMES, Mara H. de A. *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GUIRAUD, Pierre. *A Linguagem do corpo*. São Paulo: Ática, 1991.

HAYNAL, A; PASINI, W; ARCHINARD, M. *Medicina Psicossomática: abordagens psicossociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2001.

HEGENBERG, Leônidas. *Doença: um estudo filosófico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HISADA, Sueli. *Conversando sobre Psicossomática*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

KELEMAN, Stanley. *O corpo diz sua mente*. São Paulo: Summus, 1996.

- HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LADE, Arnie & SVOBODA, Robert. *Tao e Dharma: Medicina Chinesa e Ayurveda*. São Paulo: Pensamento, 1998.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus, 2003.
- _____. *A Sociologia do corpo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LELOUP, Jean-Yves. *O corpo e seus símbolos: uma Antropologia essencial*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LOWEN, Alexander. *Bioenergética*. 5 ed. São Paulo: Summus, 1982.
- _____. *O corpo em depressão: as bases biológicas da fé e da realidade*. 3 ed. São Paulo: Summus, 1983.
- _____. *A espiritualidade do corpo: bioenergética para a beleza e a harmonia*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- MARTY, Pierre. *A Psicossomática do adulto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MALUF JR., Nicolau. *Reich: o corpo e a clínica*. São Paulo: Summus, 2000.
- MANN, W. Edward. *Orgônio, Reich & Eros: a teoria da energia vital de Wilhelm Reich*. São Paulo: Summus, 1989.
- MARTINS, Paulo Henrique. *Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MELLO FILHO, Júlio. *Concepção psicossomática: visão atual*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- _____. (org.). *Psicossomática hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de S. & COIMBRA JR., Carlos E. A. *Críticas atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- NAVARRO, Federico. *Somatopsicopatologia*. São Paulo: Summus, 1996.
- ODOUL, Michael. *Diga-me onde dói e eu te direi por quê: os gritos do corpo são mensagens das emoções*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PERERA, Sylvia Brinton. *O Complexo de bode expiatório: rumo a uma mitologia da sombra e da culpa*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- RAMOS, Denise Gimenez. *A Psique do corpo: uma compreensão simbólica da doença*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1994.
- SILVA, Marco Aurélio Dias da. *Quem não adoece: o papel das emoções na prevenção e cura das doenças*. 18 ed. São Paulo: Best Seller, 1998.
- SONTAG, Susan. *A Doença como metáfora*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- TAMAYO, Álvaro e colaboradores. *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TOTMAN, Richard. *Causas sociais da doença*. São Paulo: IBRASA, 1982.

TRUONG, N. & LE GOFF, J. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WINTER, Themis Regina. *Enigma da doença: uma conversa à luz da Psicossomática contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 1997.

Sob a máscara da (in)sensatez: loucura e poder em contos machadianos

Fabiana Ferreira Santos Miranda

Mestranda em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo: O presente artigo se propõe a uma reflexão acerca do tratamento dado ao tema *loucura* em contos machadianos, explicitando sob a percepção do autor, a utilização de máscaras sociais, ora de sensatez, ora de insensatez, e suas respectivas implicações. Desse modo, espera-se a partir das análises de “O alienista” (1881), pertencente à obra *Papéis avulsos* (1882); “O lapso” (1883) e “A segunda vida” (1884) de *Histórias sem data* (1884); e “Entre santos” (1896), da coletânea *Várias histórias* (1896), compreender as relações estabelecidas nos textos entre representações da loucura e diferentes relações de poder.

Passando do real à ficção, as artes, em seus diversos segmentos, retratam com coerência a experiência do insensato¹ ao longo da história, que assume diferentes feições, de acordo com a cultura e período em que se encontra inserida. Como tema ou personagem, a desrazão surge em textos por meio de imagens ou alegorias que possibilitam uma compreensão da racionalidade em diferentes épocas, já que cada visão da loucura está embasada em um sistema de valores que define a “anormalidade”. Assim, considera-se que de um modo geral, essas manifestações artísticas também oferecem um rico contraponto às verdades científicas acerca da loucura, permitindo relativizá-las, abandoná-las ou superá-las. Por isso, entende-se, neste estudo, a Literatura como espaço que oferece excelente possibilidade de estabelecer um olhar distanciado e crítico sobre as breves certezas da ciência e dos saberes em vários momentos e espaços históricos.

Nesse sentido, a obra de Machado de Assis (1839-1908) fornece interessante material de análise, uma vez que se destaca frente a outras publicações do Brasil do século XIX por abordar questões psicológicas. Se em outros textos literários a psicologia não passava de reverberações de teorias européias, na literatura machadiana encontram-se subjacentes ao texto, concepções sobre a conduta e o funcionamento psíquico que antecipam idéias freudianas e mesmo fenomenológicas, embora seu valor psicológico não consista apenas em antecipá-las, mas também em representar, com riqueza de detalhes, o ser humano em sua relação dinâmica com o mundo. De fato, muitos estudos têm revelado a profundidade psicológica da obra do autor, bem como o intenso diálogo

¹ A palavra *insensato* será utilizada como sinônimo de *louco*, uma vez que, conforme os estudos que se apresentam como suporte teórico da pesquisa, por longo tempo a loucura não se associa à doença mental, mas sim à transgressão de preceitos éticos e morais, estabelecidos socialmente. Os contos analisados se situam num período em que surge, no Brasil, o asilo psiquiátrico, mas em que loucos ainda são confundidos e tratados juntamente com outras pessoas que apresentam, segundo o julgamento de uma sociedade, comportamentos e condutas diferenciadas.

que ele, por meio da ficção, travou com a psiquiatria de seu tempo. Todavia, deve-se considerar que Machado de Assis não apenas se apropria das teorias psiquiátricas da época, como foi além, tratando a loucura dentro da dinâmica do homem com o seu meio social.

Uma constante busca pelo mínimo e pelo escondido das motivações humanas² justifica o interesse do autor pela loucura³: “Para Machado, não se trata de apropriação do pitoresco na figura do louco, mas de entrar na morada do homem, perscrutar a sala de visitas, ganhar intimidade e passar à de jantar, caminhar até o sótão, a modo de descobrir ali a sandice escondida.” (MARIA, 2005, p. 183). Assim, o olhar machadiano pretende atravessar os limites do espaço reservado às relações sociais e ganhar o sótão, território do que não é dito pelo indivíduo. Desse modo, “a ficção de Machado de Assis está interessada no homem, no seu destino individual, psicologicamente visualizado. As ações sofrem contínuo processo de desmascaramento, em proveito dos mecanismos íntimos e ocultos da alma.” (FAORO, 2001, p. 53). Nesse sentido, Bosi (2003, p. 86) observa desde os contos iniciais de Machado de Assis, forças que recaem sobre o indivíduo, como a existência de uma consciência acerca da máscara e do jogo instituído socialmente:

Chegando mais perto dos textos vê-se que a vida em sociedade, segunda natureza do corpo, na medida em que exige máscaras, vira também irreversivelmente máscara universal. A sua lei, não podendo ser a da verdade subjetiva recalcada, será a da máscara comum exposta e generalizada. O triunfo do signo público. Dá-se a coroa à forma convencionalizada, cobrem-se de louros as cabeças bem penteadas pela moda. Todas as vibrações interiores calam-se, degradam-se à veledade ou rearmonizam-se para entrar em acorde com a convenção soberana. Fora dessa adequação só há tolice, imprudência ou loucura.

Portanto, a necessidade de proteger-se, de vencer na vida, de ser aceito socialmente, faz com que surja o desejo de se adotar uma aparência dominante, de se usar uma máscara da conveniência. Pensando assim, “os meios para obter o calor da segurança estão legitimados. A máscara está justificada pela marcha da civilização.” (BOSI, 2003, p. 87-88).

Diferentes estudos críticos acerca do autor e de sua obra evidenciam como, na instância do literário, Machado foi capaz de reproduzir criticamente as relações que se estruturavam a sua volta, no Rio de Janeiro de final de século. Dessa maneira, em textos repletos de ironia, digressões e relações intertextuais, em que é preciso ir além da superfície da história para ler indícios, explora de modo sutil as complexidades das relações humanas:

Nem utópica nem conformista, a razão machadiana escapa das propostas cortantes do *não* e do *sim*: alumia e sombreia a um só tempo, espelha esfumando, e arquiteta fingidas teorias que mal encobrem fraturas reais.

A perspectiva de Machado é a da contradição que se despista, o terrorista que se finge diplomata. É preciso olhar para a máscara e para o fundo dos olhos que o corte da máscara permite às vezes entrever. Esse jogo tem um nome bem conhecido: chama-se humor. (BOSI, 2003, p. 126).

² Referência à frase que abre aquela que provavelmente foi a última crônica publicada pelo autor, em 11/11/1900: “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.”

³ Conforme apontado por José Leme Lopes em *A Psiquiatria de Machado de Assis* (1974), a loucura é tema recorrente das narrativas machadianas.

Embora o conto já viesse se firmando no Brasil a partir de meados do século XIX, será com Machado de Assis que o gênero irá revelar todas as suas possibilidades. Nos contos do autor, é apresentada uma sociedade de convenções, que a todos esmaga, impondo-lhes vidas sem autenticidade. Sua preferência estava em desenhar aspectos do psiquismo humano e explicitar os valores desgastados de uma sociedade desencadeadora de comportamentos e situações equívocas. Assim, entre outros temas surgirá, no realismo machadiano, a loucura.

Machado de Assis aparenta, durante a construção de sua narrativa, servir-se de idéias da história da loucura, e estar informado acerca da psiquiatria de seu tempo. Nesse sentido, uma visita ao acervo restante da biblioteca do escritor confirma seu interesse por novidades trazidas ao domínio do conhecimento por pesquisadores das ciências naturais. De acordo com Barbieri (2001), encontram-se em seu acervo, hoje localizado na Academia Brasileira de Letras (ABL), os títulos: *La Philosophie de l'inconsciente*, de Édouard von Hartmann, 1877; *Prolégomènes à la psychogénie moderne*, de Pierre Siciliani, 1880; *L'Homme selon la science* e *La vie psychique des bêtes*, ambos de autoria do Dr. Louis Büchner, editados em 1881; *Les maladies de la mémoire*, de Théodule Ribot, 1881; e *Physiographie*, de Th. H. Huxley, 1882. Segundo o pesquisador, apesar de escassa, a relação de obras decepciona pela ausência de nomes importantes, considerados como referência para a constituição da psiquiatria. Entretanto, chegar a conclusões exige cautela, já que a autenticidade do acervo é problemática, uma vez que, até sua doação para a ABL, é reconhecido que obras se perderam e que outras podem ter sido acrescentadas pelos herdeiros. Torna-se ainda relevante a observação de que dois dos volumes citados anteriormente por se referirem a estudos relativos à psicologia e psiquiatria, se destacam por terem sido muito manuseados pelo autor. São eles: *La Philosophie de l'inconsciente* (1877), de Hartmann, e o de Th. H. Huxley, *Physiographie* (1882).

Segundo Barbieri (2001), a leitura de Siciliani (1880) explicita desde seu primeiro parágrafo a importância da psicologia, uma ciência que surgia como o fundamento de todo o saber filosófico positivo, resultante do cientificismo do período. Portanto, a produção literária de Machado retrata possíveis influências de tais estudos e saberes, interessados em sondar os enigmas da alma. Desse modo, personagens como Simão Bacamarte, de “O alienista” (1881), e o Dr. Jeremias Halma, de “O lapso” (1883), podem, entre outros, ser considerados exemplos de caricaturas das ambições cientificistas daquele contexto:

Em franca oposição ao que pregava a retórica otimista da época, a mordacidade crítica do narrador machadiano desmonta o aparato de verdades científicas que as mascaravam e abala no leitor os fundamentos de certezas em que assentavam o valor gnoseológico e a eficácia positiva que elas prometiam. (BARBIERI, 2001, p. 338).

O conto “O alienista” (1881)⁴, de Machado de Assis, veiculado na coletânea *Pa-péis avulsos* (1882), em um momento histórico em que a psiquiatria se instituína na sociedade brasileira⁵, é reconhecido por questionar as dimensões do discurso médico, evidenciando importantes mecanismos sociais e políticos do século XIX que ligam a loucura à ciência e ao poder. Lançando um olhar crítico sobre o tema, o autor é consi-

⁴ Há uma divergência entre críticos sobre o gênero textual de “O alienista”, escolhendo uns classificá-lo como novela, sem dúvida levados pelo número de páginas do texto; e outros como Massaud Moisés, como conto, pela análise íntima da narrativa. Nesse trabalho convencionou-se entender o texto em questão como um conto.

⁵ Segundo Muricy (1988), em 18 de Julho de 1841 é inaugurado o Hospício Pedro II, atual Instituto Philippe Pinel, na Praia Vermelha (RJ), sendo que o conto em análise data de 1881. Desse modo, Machado de Assis transpõe as interrogações da realidade para a imaginária Itaguaí.

derado como um homem ligado às questões fundamentais de seu tempo, com preocupações e questionamentos sintonizados com a vanguarda intelectual de sua época.

Entendendo que a superioridade do homem está no saber, Simão Bacamarte, médico-psiquiatra, presume domínio da técnica do diagnóstico e tratamento das doenças mentais, o que lhe dá o poder de agir sobre os loucos da cidade, não como pessoas, mas como objetos em que seriam experimentadas suas teorias. Assim, Machado de Assis também adianta, em quase um século⁶, a problematização do assujeitamento do louco, já inquietando o leitor para a “[...] violência que representa o gesto de se destituir de seu próprio ser uma outra pessoa.” (MARIA, 2005, p. 306). O texto apresenta o asilo psiquiátrico, em consonância com estudos foucaultianos, como instituição repressiva e arbitrária que, por meio de uma falsa postura humanista apenas contribuiu para a exclusão e violência em relação ao sujeito considerado anormal.

Segundo Foucault, em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), coube à psiquiatria, no século XIX, a tarefa de diagnosticar a loucura, tomando como base para tal diagnóstico o desvio em relação à norma, legitimando a interferência do científico na história do indivíduo e da própria sociedade. Nesse período, a loucura é detectada ao nível da vontade, no comportamento que extrapola as normas. O olhar do médico é inquisidor e se volta para o indivíduo e para a sociedade. A loucura, pensada do ponto de vista da conduta, em consonância com a norma instituída, faz da medicina psiquiátrica um exercício de poder do Estado. Machado de Assis mostra, de modo satírico, o quanto o indivíduo pode se tornar vítima de poderes outorgados a diferentes instâncias como a ciência e a importância de se fazer parte da verdade pública. Nesse sentido, segundo Bosi (2003, p. 92), o autor trabalha com a idéia de que “é preciso apartar do convívio público todo aquele que se diferencia, de algum modo, da norma instituída, da aparência dominante.” Assim, explicita-se a existência de normas e padrões sociais que funcionam como uma lei invisível a qual se deve obedecer, sem se atentar para o ilógico que possam conter. Ao fugir a um padrão de normalidade instaurado pela sociedade como sendo o domínio da razão, “[...] o transgressor atrai sobre si um olhar coletivo carregado de desconfiança e até mesmo o pressuposto de uma desrazão ou demência.” (MARIA, 2005, p. 244).

Desse modo, conclui-se que o discurso, tudo o que podemos discutir ou saber, não é um meio transparente que “espelhe” o mundo, e o conhecimento passa a ser reconhecido como um conjunto de declarações que não poderá ser classificado como falso ou verdadeiro em um sentido objetivo, mas apenas a partir da perspectiva de algum grupo ou instituição. Essas perspectivas ou conhecimentos são uma função das relações de poder, e nesse sentido, somente poderiam ser avaliados a partir do questionamento de suas condições históricas, de seus efeitos, dos interesses a que servem e das relações de poder defendidas. A “verdade” estaria centrada no discurso científico e nas sociedades que o produzem, sendo de várias formas veiculada pelos aparelhos de educação ou de informação. Assim, segundo Michel Foucault (2006, p. 12):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Vale ressaltar que em “O alienista” mais do que uma caricatura do médico psiquiatra, é considerado por Machado de Assis o poder político e o prestígio de Simão Bacamarte que não aparenta ser um cientista maluco, mas alguém altamente capacita-

⁶ O percurso do louco e o próprio perfil da loucura em suas formas ambíguas marcariam os estudos analíticos arqueológicos de Michel Foucault (1926-1984), fundamentais para as ciências humanas.

do para executar os projetos da ciência. Filho da nobreza e reconhecido até pelo rei de Portugal, tem legitimados seu saber e suas ações, bem como o exercício do poder. A linguagem, instrumento de comunicação, é revestida por Simão Bacamarte pelas sutilezas retóricas, tornando-se importante mecanismo de persuasão.

Em “O alienista”, são bem exploradas as potencialidades do texto literário, sendo que o leitor encontra profundidade nas discussões acerca da loucura e do exercício do poder em diferentes âmbitos. Ao apresentar o protagonista, um alienado sob uma máscara de sensatez, o autor sinaliza, ainda, para uma ironia final, a tese de parecer haver mais loucura na pretensão de estabelecer com nitidez limites entre razão e loucura, do que em perder-se em seus supostos limites.

Atentando-se para eixos comuns dessa abordagem em que a razão enlouquece, passa-se à análise do conto “O lapso” (1883), já que também apresenta seus protagonistas envoltos em tratamentos médicos e sob uma máscara de aparente normalidade e respeito. Assim, apesar de suas especificidades em relação à apresentação das temáticas (saber, poder e loucura), há em ambos os contos a presença da máscara da sensatez.

O conto “O lapso” foi publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias* em abril de 1883, sendo no ano seguinte editado na coletânea *Histórias sem data*. O texto partilha com “O alienista” (1881) o motivo da ciência, e parecem ambos resultar de reflexões suscitadas por leituras de cunho psiquiátrico, publicações do cientificismo positivista do século XIX.

Sua análise evidencia um caso curioso de “esquecimento”. Tomé Gonçalves, completamente esquecido de pagar aos seus devedores, terá diagnosticada pelo médico Jeremias Halma, não uma falha moral, mas uma doença: o lapso de memória. Torna-se evidente ao leitor o tom de anedota e crítica presente na narrativa. O parentesco entre esse relato e o de “O alienista” reforça a atitude irônica de Machado frente à ciência e ao mal que intenciona problematizar.

Ao consultar os volumes da biblioteca do autor, em busca de fontes de interlocução com a ficção machadiana, Barbieri (2001) irá encontrar em *Les maladies de la mémoire* (1881) discussões que parecem servir como fundamento para a produção do conto em questão. Na obra, Ribot desenvolve uma teoria acerca das falhas parciais de memória, defendendo a existência de um parcelamento de funções, e não de uma faculdade unitária. De acordo com essa perspectiva, seria aceitável que uma função desaparecesse enquanto outras atividades mnemônicas continuassem inalteradas. Faltando-lhe estudos sistêmicos acerca da estrutura e funcionamento da linguagem que poderiam orientar uma classificação, Ribot limita-se a apresentar a origem e evolução de alguns casos.

Semelhanças são encontradas entre este texto científico editado em 1881 e o conto de Machado, veiculado em 1883. Assim, de acordo com as conclusões a que chega Barbieri (2001) a terminologia científica de Ribot se aplica ao personagem Tomé Gonçalves, que sofria de uma “desordem da memória”, definida como “uma forma de amnésia parcial”, que se manifesta através do sintoma da afasia, podendo esta ser permanente ou transitória. Felizmente, a do personagem é diagnosticada pelo Dr. Jeremias Halma como curável.

Imitando a forma retórica do discurso da ciência, Machado de Assis, leitor de Ribot (1881), parece realizar uma paródia da argumentação médica. Desse modo, um exemplo de lapso de memória, apresentado em *Les maladies de la mémoire*, o de um homem que não reconhecendo sua mulher, lhe dizia que precisava ir para junto da esposa e dos filhos, ganha uma nova configuração no conto. Dr. Jeremias, ao tentar convencer dois credores da eficácia do tratamento que poderia oferecer, conta-lhes como curou uma senhora que havia perdido a noção do marido: “[...] a princípio confundia o marido com um licenciado Matias, alto e fino, quando o marido era grosso e baixo; depois com um capitão, D. Hermógenes, e, no tempo em que comecei a tratá-la, com um clérigo. Em três meses ficou boa.” (Assis, 1975, p. 71) Assim, Barbieri (2001) conclui que

Enquanto a exposição do psicólogo apresenta-se com gravidade de quem pretende ter alcançado uma nova verdade científica, e para enunciá-la, necessita elaborar um discurso coeso e convincente, a narrativa do ficcionista desmascara, sob a aparência de falsa seriedade, a inconsistência da construção monolítica e presunçosa. (p. 343)

Torna-se evidente ao leitor o tom humorístico e crítico presente na narrativa. Ainda na epígrafe do conto, encontra-se um trecho bíblico do livro do profeta Jeremias: “E vieram todos os oficiais... e o resto do povo, desde o pequeno até ao grande. E disseram ao profeta Jeremias: Seja aceita a nossa súplica na tua presença.” (XLII; 1-2) Com alguns cortes, Machado de Assis adequou o trecho ao contexto satírico do conto, em que o cientista-psiquiatra e o profeta bíblico têm o mesmo nome. O Dr. Jeremias Halma passa a ser visto como um profeta da psicanálise, ou melhor, como profeta da alma, uma alusão ao seu sobrenome. O médico foi descrito como um homem que

Viajara muito, sabia toda a química do tempo, e mais alguma; falava correntemente cinco ou seis línguas vivas e duas mortas. Era tão universal e inventivo, que dotou a poesia malaia com um novo metro, e engendrou uma teoria da formação dos diamantes. Não conto os melhoramentos terapêuticos e outras muitas coisas, que o recomendam à nossa admiração. Tudo isso, sem ser casmurro, nem orgulhoso. (ASSIS, 1959, p. 66)

Com tratamento irônico, Machado de Assis apresenta o cientista. Assim como o Dr. Simão Bacamarte, de *O alienista* (1881), o personagem Jeremias é visto com o respeito de sua autoridade médica. Entretanto, donos de tantos saberes saem da Europa, morrendo na obscuridade das terras brasileiras. Em ambos os casos o cientista é vítima de sua ciência, já que Simão Bacamarte acaba internando-se como o verdadeiro demente, e Jeremias Halma é o único a não alcançar pagamento, nem de Tomé Gonçalves, nem de nenhum de seus credores.

O tratamento utilizado pelo médico contempla dois procedimentos distintos: a prescrição de um remédio milagroso que restaura na mente o campo semântico danificado e o exercício da contemplação dos gestos esquecidos; por isso “O médico levava o doente às lojas de sapatos, para assistir à compra e venda da mercadoria, e ver uma e muitas vezes a ação de pagar.” (ASSIS, 1959, p. 73) Curando Tomé Gonçalves, Jeremias restabelece a tranqüilidade social, mas é inevitável a indagação quanto à validade do procedimento que continua a resultar em débito. Deste modo, Machado de Assis evidencia, no conto, o questionamento da ciência e de seu agente, dando voz cômica à racionalidade científica. O médico, que ocupa na sociedade papel de respeito, possuindo credibilidade frente à ingenuidade das pessoas, é ironicamente comparado ao profeta, apresentando um discurso que é visto, naquele período, como a verdade incontestável e eterna da ciência. A observação das relações sociais também explicita a posição do personagem Tomé Gonçalves, que além de abastado ocupava o cargo de vereador, o que justifica o cuidado com que seus credores continuam a tratá-lo. O medo de brigar com uma pessoa tão importante impede as cobranças, destacando descrições de comportamentos e perfis que definem as diferentes classes.

Posteriormente, os contos “A segunda vida” (1884) e “Entre santos” (1896) possibilitam uma análise diferenciada, que viabiliza a explicitação do próprio discurso da loucura e da forma como é entendida pela sociedade em geral. Desse modo, em “A segunda vida”, conto também pertencente à coletânea *Histórias sem data* (1884), que tem como motivação uma suposta reencarnação, um personagem louco oferece risco, é ameaça e tem sua palavra considerada como inverossímil. No entanto, suas reflexões são pertinentes e coerentes em relação à alma e vida humana, o que traz o entendimen-

to de que por trás de uma máscara de insensatez, colocada por uma sociedade, pode haver uma determinada parcela de razão.

No conto, o Monsenhor Caldas ouve a narrativa de José Maria, o relato de sua primeira vida e de como alcançou a graça de nascer novamente. O sacerdote considera a história pouco lúcida, passando a desconfiar da sanidade daquele homem: “[...] fala da minha parte ao comandante, e pede-lhe que venha cá com um ou dois homens, para livrar-me de um sujeito doudo.” (ASSIS, 1959, p. 440). Entretanto, o Monsenhor enquanto aguardava ajuda ouvia com sorrisos, assentimentos de cabeça, espantando-se e alegrando-se com o enredo. José Maria revela que na velhice de sua primeira passagem pela Terra sentia-se imensamente frustrado e infeliz, e que atribuía à inexperiência as escolhas realizadas. Portanto, quando lhe foi concedida a oportunidade de uma segunda vida não hesitou em nascer com experiência. Infelizmente, será o excesso de cautela gerado pela experiência do passado que lhe acarretará vários infortúnios. A prudência excessiva o impede de viver intensamente, já que sempre há a possibilidade de sofrimento ou fracasso na experiência amorosa, na paternidade, na amizade, etc.

Foucault (1961) demonstrará como, na história do Ocidente, o louco teve a sua figura construída junto com o saber psiquiátrico, ou melhor, a psiquiatria é que constrói o louco à medida que dá a si mesma o direito e o poder de estruturar uma verdade acerca desse louco. Nesse sentido, lembra o surgimento de obras como as do artista Antonin Artaud (1896-1948), figura irredutível à cura de sua alienação, que resiste com todas as suas forças ao aprisionamento moral:

E o que é um autêntico louco?

É um homem que preferiu ficar louco, no sentido socialmente aceito, em vez de trair uma determinada idéia superior de honra humana.

Assim, a sociedade mandou estrangular nos seus manicômios todos aqueles dos quais queria desembaraçar-se ou defender-se, porque se recusaram a ser seus cúmplices em algumas sujeiras.

Pois o louco é o homem que a sociedade não quer ouvir e que é impedido de enunciar certas verdades intoleráveis.

Nesse caso, a reclusão não é sua única arma e a conspiração dos homens tem outros meios para triunfar sobre as vontades que deseja esmagar. (ARTAUD, apud MARIA, 2005, p. 165).

Nesse mesmo viés de análise, podem ser apresentadas considerações acerca do conto “Entre santos”, pertencente à coletânea *Várias Histórias* (1896). Nesse texto, a discussão se torna ainda mais pertinente, uma vez que o protagonista tem uma experiência que só pode ser explicada como alucinação ou sonho. Desse modo, mesmo tendo certeza de que tudo aconteceu, mas não querendo ser tachado pela sociedade como louco, conta a história envolta em ambigüidades de modo que o leitor não o julgue mal. Esse é mais um exemplo do medo da loucura e do medo da exclusão dela decorrente. Nessa abordagem percebe-se que no discurso do louco há total ausência de poder, já que sua palavra tem sido ao longo da história interdita em diferentes instâncias da organização social: a jurídica, a econômica e a religiosa. Nesse sentido,

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; [...] (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

O conto, assim como os anteriores, sustenta a opinião de Schwarz (2000) de que em Machado de Assis não há frase sem segunda intenção ou propósito espiritual. As-

sim, ler um texto machadiano não é uma tarefa simples, pois envolve uma dupla decodificação: do que está sendo afirmado no nível da história e do que está sendo veiculado sobre um texto anterior na inversão quase sistemática proposta pelo autor. Desse modo, a plurissignificação do texto machadiano sugere o ambíguo, tramas abertas, sentidos que dialogam entre si.

O narrador em primeira pessoa do conto “Entre Santos” é testemunha de um acontecimento surpreendente. Enquanto era capelão na igreja de São Francisco de Paula, pôde visualizar, numa noite, o diálogo entre santos que durante o dia eram estátuas no templo. Discutiam o caráter humano de pessoas que vinham rezar diante deles. S. João Batista e S. Francisco de Paula eram os autores dos comentários mais ácidos em relação ao gênero humano. A postura dos santos se assemelha à de Machado de Assis, na medida em que são devassadores da alma humana.

Ambos os contos sinalizam indivíduos com comportamentos diferenciados e, portanto, considerados loucos. Entretanto, os textos explicitam como esses mesmos indivíduos podem apresentar discursos coerentes sobre o mundo e a humanidade, o que nos leva novamente aos estudos de Foucault, aos questionamentos sobre a verdade, sobre as convenções sociais, sobre os limites entre a razão e a desrazão.

Assim, além de uma análise que contemple a loucura como instrumento de poder e sob uma máscara de sensatez, também há no conto machadiano a representação do discurso do louco que tem conhecida essa condição. Nesse segundo caso, sua fala não alcança credibilidade, é inverossímil, seu discurso não é instrumento de poder, pelo contrário há ausência de poder. Portanto, apesar de cada uma das composições apresentar fisionomia própria, com enfoques distintos e traços específicos que as singularizam, percebem-se laços que aproximam os textos, um fio condutor que permite uma análise da loucura nos contos machadianos. Recorrentes nos textos em diferentes níveis de análises, o tratamento dado à temática evidencia que o autor, informado acerca da psiquiatria de seu tempo e das implicações do hospital psiquiátrico como espaço em que se concretizam relações de poder, dá voz a diferentes segmentos envolvidos, e antecipa reflexões que somente tomariam corpo em décadas posteriores por meio de estudos como os do pensador Michel Foucault.

Com seus textos, Machado não parece procurar pela natureza da loucura nem de alguma teoria científica. O que interessa é a grande loucura cientificista e positivista, que implica a busca dos limites entre razão e desrazão, a loucura de se pretender alcançar uma explicação exaustiva e racional para a mente humana. O questionamento da psiquiatria, de seus métodos e da insistente classificação realizada pela sociedade entre a lucidez e a loucura é tratada de modo irônico e crítico. As análises evidenciam a dúvida do escritor diante do discurso progressista de seu tempo, exemplificando como oferece à ficção brasileira obras que superavam limitações e inconsistências, apontando para uma verificação satírica de funcionamentos sociais.

Portanto, para Machado de Assis, a verdadeira insanidade parece consistir na busca e veiculação de verdades absolutas e inquestionáveis, na tentativa de se estabelecer limites e padrões para a “normalidade”. No contexto representado pelo autor, o homem enfrenta o desafio das normas sociais e não pode ser ele mesmo. Assim, o que o indivíduo é não é nada perto do que ele deve parecer ser. Daí, a necessidade da máscara, do negaceio, da hipocrisia e da mentira. Na esfera dos indivíduos, são apresentadas as marchas dos interesses e desejos do poder no nível microssocial: entre homem e mulher, irmãos, amigos e famílias. Machado, grande analista dessas relações turvas, constata o disfarce, e o ergue, desencobrendo os desejos primeiros e a vontade de poder, já que o status parece ser a grande ambição.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Afrânio Coutinho (org.). Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. Volume II: Conto e Teatro.

BARBIERI, Ivo. O "lapso" ou uma psicoterapia de humor, in: JOBIM, José Carlos (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks, 2001, p. 335-347.

BILLOUET, Pierre. *Foucault*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA LIMA, Luiz. O palimpsesto de Itaguaí. *Revista Pensando nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks, 2001.

LOPES, José Leme. *A psiquiatria de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1974.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARIA, Luzia de. *Sortilégios do avesso: razão e loucura na literatura brasileira*. São Paulo: Escrituras, 2005.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha. Racionalidade Moderna, Ciência e Loucura: especulações sobre O alienista de Machado de Assis. *Revista Trilhas*. Belém, ano 4, n.º 1, p. 85-94, jul. 2004.

Burnout: uma ameaça invisível, mas real

Gilson Xavier de Azevedo

Mestre em Ciências da Religião pelo Cethel-SP. Professor Titular de Filosofia do Direito pela FAQUI. Professor Titular de Políticas Públicas e Saúde profissional pela UEG.

Resumo: O artigo pretende analisar os aspectos histórico, laboral e social do desenvolvimento do stress em professores, caracterizado por um esgotamento sistêmico da estrutura motivacional, psíquica e por vezes física do indivíduo ou do coletivo onde atua. Esta pesquisa é o resultado de uma revisão de literatura sobre o que se entende hoje por Síndrome de Burnout; doença que vem acometendo cada vez mais professores no mundo. O aparecimento acaba por levar o indivíduo ao abandono da profissão. Uma pesquisa desenvolvida pela Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2008 revelou que quinze de cada cem professores do ensino fundamental e médio das redes particular e pública, têm a doença. No sentido de se ampliar a compreensão sobre o crescente problema profissional que, além de professores, acomete também profissionais de saúde, controladores de voo, motoristas de ônibus e profissionais da administração de empresas, serão feitas considerações sobre aspectos relacionados ao aparecimento histórico da doença, suas principais causas e as mais relevantes definições do distúrbio recorrendo-se aos pesquisadores do assunto.

Palavras-chave: Burnout – stress e trabalho – Síndrome do abandono – Trabalho docente – trabalho e saúde mental.



Estresse.

Fonte: www.unimedmachado.com.br/stress.htm

Considerações iniciais

Nos últimos vinte e oito anos, extensas mudanças ocorreram no campo do conhecimento humano. A privatização se tornou realidade em vários capôs sociais, a violência e a indisciplina social acabaram por chegar aos bancos da escola pública e priva-

da, além das muitas formas de tratamento que a profissão professor vivenciou por parte de governos e empresas, e que trouxeram para a sociedade latina um agravamento das relações de trabalho no âmbito da educação, ocasionando o aparecimento de doenças como o Burnout.

O termo burnout, que na década de 70 era conhecido por “estafa”, pode ser definido como um estado de completa exaustão física, mental e emocional ocasionado pelo desgaste nas relações pessoais, sociais e educativas. Seus sintomas são: desmotivação ou desinteresse; mal-estar interno e insatisfação ocupacional que parece afetar, em maior ou menor grau, algumas categorias ou grupos profissionais; além da diminuição do nível de satisfação profissional; aumento das condutas de risco; inconstância de empregos são cada vez mais comuns e intensos entre os professores.

Diante dessa problemática, especialistas vêm apontando o que seria uma nova forma de deterioração profissional chamada burnout. É sobre esta doença e seus decorrentes que este artigo pretende discorrer, de modo a enumerar causas, sintomas e sobretudo as soluções que têm sido apontadas para sua prevenção e tratamento.

Origem do burnout

As pesquisas sobre a Síndrome de Burnout têm no máximo cinquenta anos; no entanto já existe um consenso acerca da origem da doença. Inicialmente, o leitor deve ser advertido de que não se trata de um vírus, bactéria, embora se aponte que hoje a doença seja “psicologicamente contagiosa”. O cansaço emocional, aliado a alguns fatores de risco como pressão no ambiente de trabalho advinda da instabilidade emocional de quem exerce autoridade, atrasos no pagamento de salário e falta de colaboração, são o coquetel perfeito para fazer eclodir (surgir de dentro) o burnout.

O termo "Síndrome de Burnout" foi desenvolvido na década de setenta nos Estados Unidos por FREUNDERBERGER (1974). Ele observou que muitos voluntários com os quais trabalhava, apresentavam um processo gradual de desgaste no humor e ou desmotivação. Geralmente, esse processo durava aproximadamente um ano, e era acompanhado de sintomas físicos e psíquicos que denotavam um particular estado de estar "exausto" (GUIMARÃES & CARDOSO, 2002, p. 1).

J. Bradley teria publicado um artigo em 1969, falando de um suposto staff burn-out, dando a entender um desgaste de profissionais e propondo medidas organizacionais de enfrentamento (SCHAUFELI; EZMANN, 1998). Ainda na década de setenta o conceito de Síndrome de Burnout passou a ser mais bem entendido a partir dos fatores pressão e estresse ocupacional, principalmente em setores que desenvolvem serviços sociais, como aponta Cherniss (1980) em seus estudos. Ambos, porém, são concordes ao propor uma relação direta entre o exacerbado aumento de produção e produtividade proposto pelos modelos Fordista/Taylorista e o surgimento do que ficou conhecido desde então por “doenças do trabalho”.

Nos anos oitenta, os Estados Unidos lideraram as pesquisas e o conceito passou a ser investigado no “Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Israel, Itália, Espanha, Suécia e Polônia” (Guimarães; Cardoso, 2002, p. 1). O método conhecido como Maslach Burnout Inventory (1993) tornou-se muito utilizado desde então para identificar a doença.

Já no Brasil, a primeira publicação se deu em 1987, sob o título: ‘A síndrome de “burnout” que saiu na *Revista Brasileira de Medicina*. Na década de 90, teses e outras publicações começam a ser produzidas, especificando quais os focos da doença na sociedade brasileira, sendo que em 6 de maio de 1996 (BENEVIDES, 2003, p. 1), a síndrome de burnout é incluída no Anexo II da regulamentação da Previdência Social no que se refere aos Agentes Patogênicos causadores de Doenças Profissionais.

Mesmo com estas pesquisas sendo desenvolvidas, os responsáveis e profissionais da saúde no Brasil não tinham ainda pleno conhecimento e preparo para identificar e tratar coerentemente a doença, chegando a cometer absurdos ao medicar pessoas em processos burnout como se fossem casos de estresse ou depressão, não melhorando em nada a condição do paciente, nem atingindo os reais agentes causadores da doença; dentre os quais se pode destacar a questão salarial, a impossibilidade de errar (que acomete controladores de vôo e policiais), e a falta de resultados. Segundo a psicóloga Ana Maria Rossi, presidente da Isma (International Stress Management Association) no Brasil, o burnout é o nível de estresse mais devastador, podendo causar depressão profunda. Para ela, somente o afastamento imediato do ambiente de trabalho e um tratamento que envolve terapia, meditação e em casos específicos a medicação, podem reverter o quadro.

Benevides (2003, p. 2) irá mencionar as várias expressões utilizadas no Brasil para se determinar a doença, e a dificuldade de mapear por completo tais concepções e nomes; ele irá apontar para o:

[...] estresse laboral para assinalar a associação necessária ao mundo do trabalho (Büssing & Glaser, 2000; González, 1995; Herrero, Rivera & Martín, 2001; Schaufeli, 1999b), ou estresse profissional (May & Revich, 1985, Nunes, 1989), ou estresse assistencial, estresse ocupacional assistencial ou simplesmente estresse ocupacional evidenciando a maior incidência entre aqueles que se ocupam em cuidar de pessoas, independentemente do caráter profissional ou trabalhista (Carlotto, 1999; Firth, 1985; Shoröder, Martín, Fontanais & Mateo, 1996). Localizamos a expressão síndrome de queimar-se pelo trabalho (Gil-Monte & Peiró, 1997, Seisdodos, 1997) ou desgaste profissional (Moreno-Jiménez, Garrosa & González, 2000) em alguns estudos espanhóis. No Brasil, encontramos também a referência à neurose profissional ou neurose de excelência (Stella, 2001), ou síndrome do esgotamento profissional (Moraes, 1997), o que confunde e muitas vezes dificulta um levantamento de pesquisas na área.

Além desses, alguns livros começam a chegar ao mercado brasileiro, bem como dissertações e teses, artigos ou capítulos de livros, não se limitando apenas à área da educação, mas abrangendo profissionais da saúde, empresas e família. Aponta-se ainda para inúmeras comunicações científicas como as mencionadas acima, dentre outras fontes.

Tais levantamentos apontam para a temática do artigo de revisão no sentido de que a doença ainda se mostra como uma ilustre desconhecida em nosso meio. À exceção de Goiânia, são desconhecidos estudos sobre o tema, embora concorde que eles possam existir no interior do Estado. A temática começou a ser discutida no curso de Pedagogia vinculado pela UEG, em Quirinópolis em 2007, perfazendo já duas turmas onde os futuros profissionais demonstram perplexidade frente à realidade dos educadores. O trabalho ganhou em 2008 o status de pesquisa acadêmica e está sendo desenvolvido em todo o município com professores das redes estadual, municipal e particular que atuam desde a pré-escola até o Ensino Superior. A seguir, o artigo dispõe as principais definições do problema até aqui introduzido, de maneira a propor alguns aprofundamentos desta compreensão.

Definindo o burnout

Definir doenças localizadas e que não sofrem mutações situacionais é algo dotado de certa simplicidade; a complicação científica está em acertar o foco de problemas como HIV, câncer e burnout que tendem à mutação orgânica nos dois primeiros e de estrutura emocional no último caso. Outro fator é a evolução dos estados de saúde e doença nas sociedades nacionais, tendo em vista que a evolução humana se dá por

meio de relações políticas e, portanto, de poder e coerção, de maneira que é nesta observação que reside a origem e a formulação do conceito dessa síndrome, pelo menos de acordo com esta investigação no campo das “políticas públicas” no Brasil.

A luta por vagas e educação gratuita foi uma questão emergente nos países latinos como o Brasil nos últimos dois séculos. Se isso hoje é considerado conquista, ou seja, democratização do Ensino público, insurgem-se em tal contexto, problemas como trabalhar com o *todos*, inclusão, era hi-tech, que trouxeram para a educação novas formas de se compreender o papel do professor e da própria escola no contexto nacional e mundial¹. Disciplinas novas, desinteresse do aluno, violência e assédio a professores, exigências do ensino privado, baixos salários, greves entre um turbilhão de outros fatores, formularam um estereótipo educacional de difícil manutenção. De acordo com pesquisa da Isma-BR, indica-se que 26% dos professores brasileiros sofrem de “burnout”.

No âmbito educacional, fala-se hoje de necessidades individuais, atendimento ao aluno em particular, aula show, dinamismo e até em “super-profissionais” da educação. Todas essas exigências aliadas a fatores históricos, econômicos e sociais específicos contribuem para o que a Dra. Hilda (Alevato, 2004, p. 4) da Universidade Veiga de Almeida irá chamar de “processo coletivo de adoecimento”, situado nas bases sociais e políticas que acabaram por gerar uma ‘falência da centralidade de transmissão’ e execução de funções.

A primeira definição a ser evocada é de cunho lingüístico e trata a síndrome como “um anglicismo que corresponde ao termo antigo, mas ainda bastante descritivo, que é a ‘estafa’” (BITTENCOURT, 2006, p. 35). Esse termo designa o ponto em que o foguete lançado fica sem combustível, mas continua voando apenas pela inércia; uma completa exaustão física, mental e emocional (Lohmann apud Bittencourt, 2006). Uma pesquisa realizada em 1998 pela UnB referiu-se ao tema da seguinte forma: “26% dos professores ‘queimaram todo o gás’”. Para Hilda Alevato, (2004, p. 6):

Burnout é uma síndrome [ela não concebe burnout como doença, mas ameaça à saúde que inspira cuidados médicos e psicológicos] ainda pouco explorada por nossos médicos; de diagnóstico relativamente simples, apesar da complexidade dos sintomas, burnout é um estado de sofrimento psicológico resultante do trabalho, especialmente daquelas profissões que implicam relações afetivas. [...] uma espécie de desistência forçada, na qual o sujeito se vê impotente e conflituado, lutando para sustentar a auto-estima de um fracasso que não consegue explicar, nem enfrentar.

Maslach, Schaufeli e Leiter (2001) desenvolvem três manifestações ou formas da síndrome: Exaustão emocional, 1. falta de energia, entusiasmo e um intenso esgotamento pessoal; 2. despersonalização, em que o indivíduo passa a tratar os clientes, colegas e a organização como meios e não fins; 3. baixa auto-estima e realização pessoal e no trabalho; além de insatisfação profissional. Para Manassero et al. (1995) a Síndrome pode ser caracterizada por meio de três dimensões: psicossocial, organizacional e histórica. Por sua vez, Pichon-Rivière (1991, p. 5) irá fazer uma breve análise dos estressores que originam o distúrbio coletivizado resultante da busca de uma predispo-

¹ Um estudo feito entre professores que decidiram não retomar os postos nas salas de aula no início do ano escolar na Virgínia, Estados Unidos, revelou que entre as grandes causas de estresse estava a falta de recursos, a falta de tempo, reuniões em excesso, número muito grande de alunos por sala de aula, falta de assistência, falta de apoio e pais hostis. Em uma outra pesquisa, 244 professores de alunos com comportamento irregular ou indisciplinado foram instanciados a determinar como o estresse no trabalho afetava as suas vidas. Estas são, em ordem decrescente, as causas de estresses nesses professores: políticas inadequadas da escola para casos de indisciplina; atitude e comportamento dos administradores; avaliação dos administradores e supervisores; atitude e comportamento de outros professores e profissionais; carga de trabalho excessiva; oportunidades de carreira pouco interessantes; baixo status da profissão de professor; Falta de reconhecimento por uma boa aula ou por estar ensinando bem; alunos barulhentos; relação com os pais (WKP).

sição coletiva à “quantidade social” (todos os serviços e inclusive a educação na mão de todos e para todos):

[...] ao fator insegurança frente à sua tarefa, acrescenta-se a incerteza diante das mudanças políticas, sendo ambos sentimentos que repercutem no contexto familiar, onde a privação tende a se globalizar. O sujeito se vê impotente no manejo de seu papel, e isto cria um baixo limite de tolerância às frustrações, em relação ao seu papel de aspirações. [...] Essa depressão neurótica ou neurose de fracasso submerge o sujeito num processo regressivo para posições infantis.

Codo e Vasques-Menezes (1999) irão definir burnout como a “síndrome da desistência”. Se fosse possível renomear burnout uma das nomenclaturas seria a de “síndrome da reclamação”, mas aí o leitor poderia se perguntar se todos os que reclamam (do trabalho, da família, da escola, etc) estão acometidos pela síndrome e esta pesquisa diria que a princípio não, mas em frases como: “só continuo nesse casamento por causa de nossos filhos”, “aqui não adianta fazer nada mesmo, os alunos quebram tudo”, “só estou na educação por causa dos alunos”, “aos finais de semana, não tenho ânimo para sair e quando vai chegando Domingo à noite, eu começo a passar mal e fico tensa”, é possível notar que se trata de um agravamento do ato de reclamar, e isso vai se materializando. Então poderíamos dar nossa definição de burnout como o ato contínuo de exclusão ou ataque da própria realidade do indivíduo por ele mesmo². Tais expressões ficam ainda mais claras no depoimento desta professora à *Folha de São Paulo* em 1998:

“Sinto-me impotente ao lidar com os alunos, pois é algo semelhante a remar contra a maré. Às vezes é possível observar algum esforço por parte de alguns, mas não há retorno, pois as deficiências de aprendizagem e as barreiras são muito grandes. No total de alunos, 50% são totalmente apáticos, os outros 50% até têm esforço, mas não possuem base, não absorvem. Não vejo resultado em meu trabalho, sendo que os alunos da noite conseguem ser ainda piores. Estou sendo muito sincera, não consigo encontrar nenhum tipo de satisfação no magistério, se existir alguma, é quase desprezível. Trabalho apenas por obrigação. Ao sair para o trabalho, consigo perceber apenas o sentimento de obrigação, é como o gado que sai para pastar e depois volta para casa”.

Conforme já fora mencionado, nem sempre é simples estabelecer e reunir todas as informações para se formular um diagnóstico que englobe sintomas e causas precisos; de modo que o artigo passa agora a apontar alguns dos sintomas mais citados entre os especialistas.

O burnout e sua identificação

Conforme se trabalhou acima, identificar o burnout não é tão complexo quanto tratá-lo adequadamente. Freudenberger (1974) descreve sintomas como impaciência e grande irritabilidade, sensação de onipotência, paranóia, cansaço emocional e desorientação. Os pesquisadores Caballero e Millán (1999, p. 161) trabalham quatro sintomas de natureza específica:

² Segundo Edelwich e Brodsky (1980), os professores apresentam burnout quando gastam muito tempo de seu intervalo denegrindo alunos, reclamando da administração, arrependendo-se de sua escolha profissional e planejando novas opções de trabalho.

1. Fisiológica: falta de apetite, cansaço, insônia, dor cervical, úlceras; 2. Psicológica: irritabilidade ocasional ou instantânea, gritos, ansiedade, depressão, frustração, respostas rígidas e inflexíveis; 3. De conduta: expressões de hostilidade ou irritabilidade, incapacidade para poder concentrar-se no trabalho, aumento das relações conflitivas com os demais colegas, chegar tarde ao trabalho ou sair mais cedo, estar com frequência fora da área de trabalho e fazer longas pausas de descanso no trabalho; 4. Outros: aumento do absenteísmo, apatia face à organização, isolamento, empobrecimento da qualidade do trabalho, atitude cínica e fadiga emocional, aumento do consumo de café, álcool, barbitúricos e cigarros.

Guimarães e Cardoso (2002, p. 2) fazem alusão à fadiga ou esgotamento emocional, acompanhada de um sentimento de incompetência profissional e insatisfação no emprego, além de problemas de concentração, irritabilidade e negativismo, sendo que o principal indicador seria o agravamento do estado emocional por um período de vários meses, podendo ser observado por variados grupos de pessoas, tais como colegas, supervisores e outros. Gutiérrez (2000) não foge da perspectiva de Caballero e Millán, quando propõe cinco características da síndrome:

1. um predomínio de sintomas como cansaço mental ou emocional, fadiga e depressão; 2. a evidência pode ser vista em um sintoma mental ou de conduta mais do que em sintomas físicos; 3. os sintomas estão relacionados com o trabalho; 4. os sintomas se manifestam em pessoas "normais" que não sofriam anteriormente de nenhuma alteração psicopatológica; 5. se pode observar uma redução da efetividade e do rendimento no trabalho.

Garcés de Los Fayos (2000, p. 33) aponta para três seguimentos afetados pelo burnout: O psicológico (problemas somáticos, atitudes negativas contra si mesmo, depressão, culpabilidade, raiva passiva, estado constante de aborrecimento, intolerância e abuso de antidepressivos³); o contexto organizacional (diminuição do rendimento, falar mal do chefe, dos colegas e da instituição; irreverência, inadaptabilidade, abandono do posto ou trabalho, atrasos consecutivos, ou pausas longas, falta de compromisso); e por fim a atitude ambiental ou de depreciação da vida, do sistema humano, do sentido de existência.

McCornnell (1982 Apud Guimarães; Cardoso, 2002, p. 4) trabalha além do aspecto psicológico e físico, a questão das influências na conduta: “nos sintomas de conduta: existem graves alterações no comportamento que usualmente afetam os colegas, pacientes e inclusive seus próprios familiares”.

Em seu artigo “A síndrome de Burnout e o trabalho docente”, Carlotto (2002, p. 2) faz menção aos prejuízos específicos que se desenvolvem em quem contrai a síndrome: não-criatividade no planejamento de aula, tornando-se este menos freqüente e cuidadoso; perda de entusiasmo e criatividade e menos simpatia pelos alunos; sentir-se facilmente frustrado pelos problemas ocorridos em sala de aula ou pela falta de progresso de seus alunos; distanciamento e hostilidade em relação a administradores e familiares de alunos; desenvolvimento de visão depreciativa com relação à profissão, além de atitudes auto-depreciativas e em alguns casos, o indivíduo se mostra arrependido de ter ingressado na profissão, fantasiando ou planejando seriamente abandoná-la; sendo este conhecido como “síndrome da desistência”.

Ao se referir aos fatores de personalidade, Farber (1991 apud CARLOTTO, 2002, p. 3) entende que a síndrome afeta, sobretudo, aqueles professores ditos idealistas e entusiasmados com sua profissão, pois sentem que têm alguma coisa a perder. Os mais vulneráveis são os profissionais com menos de 40 anos de idade, provavelmente devido

³ Soderfeldt et al. (1995) também relacionam burnout ao consumo de álcool e até drogas entorpecentes.

às expectativas irreais em relação à profissão. “Estes professores são comprometidos com o trabalho e envolvem-se intensamente com suas atividades, sentindo-se desapontados quando não recompensados por seus esforços”.

A pesquisa de Farber aponta ainda que professores do sexo masculino são mais suscetíveis ao problema, mas que quanto maior a idade e tempo de experiência educacional (Cf. FRIEDMAN, 1991), menores são os riscos de se desenvolver o burnout. Já na pesquisa desenvolvida por Schwab e Iwanicki (1982) e Woods (1999), “professores de ensino fundamental e médio apresentavam mais atitudes negativas em relação aos alunos e menor frequência de sentimentos de desenvolvimento profissional do que os professores do ensino infantil” (apud Ib).

Ballone (2007), escrevendo para o site psiqweb, traça sete características do burnout, sem contudo especificar elementos relacionados aos educadores:

1. Esgotamento emocional, com diminuição e perda de recursos emocionais; 2. Despersonalização ou desumanização, que consiste no desenvolvimento de atitudes negativas, de insensibilidade ou de cinismo para com outras pessoas no trabalho ou no serviço prestado; 3. Sintomas físicos de estresse, tais como cansaço e mal-estar geral; 4. Manifestações emocionais do tipo: falta de realização pessoal, tendências a avaliar o próprio trabalho de forma negativa, vivências de insuficiência profissional, sentimentos de vazio, esgotamento, fracasso, impotência, baixa autoestima; 5. É freqüente irritabilidade, inquietude, dificuldade para a concentração, baixa tolerância à frustração, comportamento paranóides e/ou agressivos para com os clientes, companheiros e para com a própria família; 6. Manifestações físicas: Como qualquer tipo de estresse, a Síndrome de Burnout pode resultar em Transtornos Psicossomáticos. Estes, normalmente se referem à fadiga crônica, freqüentes dores de cabeça, problemas com o sono, úlceras digestivas, hipertensão arterial, taquiarritmias, e outras desordens gastrintestinais, perda de peso, dores musculares e de coluna, alergias, etc; 7. Manifestações comportamentais: probabilidade de condutas aditivas e evitativas, consumo aumentado de café, álcool, fármacos e drogas ilegais, absenteísmo, baixo rendimento pessoal, distanciamento afetivo dos clientes e companheiros como forma de proteção do ego, aborrecimento constante, atitude cínica, impaciência e irritabilidade, sentimento de onipotência, desorientação, incapacidade de concentração, sentimentos depressivos, freqüentes conflitos interpessoais no ambiente de trabalho e dentro da própria família.

De um modo geral, os sintomas apresentados variam de acordo com as especificidades de cada profissão, mas dentro do que fora apresentado, os aspectos psicológico, organizacional e comportamental são os principais focos de desenvolvimento da doença. Desse modo, a pesquisa passa agora a classificar quais são as causas comuns à síndrome.

Causas apontadas

A determinação das causas ou agentes causais do burnout passa por uma linha tênue entre a política e a profissão. Se muitos especialistas apontam a relação aluno-professor, é preciso ainda considerar que o agravamento de tal relação se dá por fatores externos a ela como, por exemplo, a questão da autoridade do professor na escola e a importância a ele atribuída na sociedade, a formação de valores familiares de cada aluno em particular, às tarefas desnecessárias ou não relacionadas à essência da profissão (e específico dos pais). É possível ainda apontar: “A falta de autonomia e participação nas definições das políticas de ensino tem mostrado ser um significativo antecedente do burnout. Estas questões, somadas à inadequação salarial e à falta de oportunidades de promoções, têm preocupado pesquisadores” (Carlotto, 2002, p. 3). A esses fatores,

deve-se ainda crescer a falta de estrutura física, laboratorial e a distribuição coerente de tarefas e atividades extracurriculares.

Embora se reconheça entre os que estudam a síndrome que as causas são sempre externas (não orgânicas num primeiro momento), existe no fator psicológico elementos que são comuns aos que desenvolveram a doença, dentre os quais se destaca o fator “isolamento profissional”. No caso de professores, diante da “solidão” da sala de aula, ou do não sentir-se incluído em todos os processos de gerenciamento da empresa (escola), o que gera o sentimento de exclusão do processo, o indivíduo vê o seu trabalho como sem significado para tal contexto e acaba sendo tomado por certa apatia em relação ao meio.

Freqüentemente sintomas como desejar férias, ansiar pelo fim do turno, pela aposentadoria, querer viajar para estar fora de casa, falar mal do chefe e em casos extremos desejar a eliminação dessas figuras, são confundidos com causas do burnout. Nesse caso, as causas estariam presentes no indivíduo afetado e não no meio como mostraram os estudos a que se fez menção; dessa maneira, tais sintomas surgem em função de um aspecto que merece atenção especial chamado “autoridade”.

Autoridade e burnout

Já foi dito que o burnout se desenvolve em ambientes de forte pressão sobre o indivíduo. Essa “pressão” seria uma forma arbitrária de se aplicar o poder. O poder está na base política de qualquer tipo de relação entre humanos e animais de modo a salvaguardar a ordem. A autoridade, nesse caso, assume pelo menos três formas: a normativa, retributiva e a coercitiva, sendo que alguns tipos de autoridade são exercidas apenas coercitivamente, impedindo a liberdade criativa ou argumentativa.

Para Fiedler (apud ALEVATO, 2002, p. 63) o líder é isoladamente o elemento mais importante sob os aspectos de influência à realização de uma equipe, sendo que tal influência é amplificada durante momentos de crise. Do mesmo modo que os clientes de uma empresa a vêem personificada em seus atendentes, os funcionários têm como empresa a figura do chefe. A Dra. Hilda (op. cit.) aponta a questão da centralidade do poder e/ou da autoridade na realização do chefe, na realização do funcionário, no desenvolvimento da empresa. Para a professora, as duas primeiras formas de autoridade só devem existir em função da terceira, sem, contudo, tornar os indivíduos coisas (reificação) ou máquinas em função da produção que, nesse caso, seria o conhecimento.

A condução do processo administrativo requer, portanto autoridade (carisma, visão e metas) e neste ponto reside o erro de algumas empresas/escolas que conferem poder como se estivessem conferindo autoridade. Para Hilda (Ib), ter autoridade é ter poder, mas nem sempre esse contrário é válido, pois se o poder não for aceito pelo grupo, passa a ser visto ou praticado como arbitrário; e é nesse ponto que aparecem as síndromes. Ultimamente empresários do ramo da educação que compram franquias e passam a trabalhar e exercer sua autoridade em função de metas mensais ou semanais têm construído sistemas de metas e cobrança que em pouco tendem a esgotar o funcionário, que acaba por depreciar-se com relação às inatingíveis expectativas da empresa, demitindo-se ou sendo demitido.

De mesmo modo que a pressão e cobrança afetam o indivíduo, empresas onde a “palavra oficial” não é comunicada geram incertezas, desencontros e atrasos de planejamento: “a pressuposição de que cada um já sabe por si mesmo o que é esperado dele, e que lhe caibam as decisões a cerca do melhor a ser feito, sacrifica a qualidade do produto” (Ib, p. 66). Todavia, o problema atual da autoridade pode estar alocado no ambíguo conceito de liberdade como “poder burlar a autoridade”, noção esta que é cada vez mais comum entre estudantes de todos os níveis de ensino.

Historicamente, temos diversos exemplos de educação autoritária nos âmbitos religioso (Idade Média) e militarista (ditadura); esses, embora roboticamente eficazes,

traziam o estigma de uma obediência centrada no medo e não na virtude e em certos valores éticos. Tal modelo não perdura mais, e quanto mais rígido ou ríspido o professor, menos respeito, mais dissimulação e assim, indisciplina. A autoridade autoritária, que usa meios como a nota, a reprovação, advertência, faltas e coerção, não cabem mais nem são aceitos entre os discentes. Nenhuma forma de autoritarismo ou totalitarismo encontram mais apoio pedagógico. De La Taille (1999, p. 10) irá afirmar que “a obediência nem sempre deriva de uma relação de autoridade, podendo ser estabelecida por coação, por medidas punitivas, o que reforça cada vez mais a heteronomia dos alunos [e até atitudes desafiadoras, boicotes, etc]”.

A punição pode então gerar situações como a repetição provocativa do erro pelo estudante, o respeito forçado e improdutivo da sala e a revolta coletiva. Percebe-se a necessidade de uma afetividade maior em sala de aula e uma forma de evitar a indisciplina como fomentada pelo autoritarismo. Cada turma em um “caminho das pedras” ou seja, um estilo individual, coletivo e grupal. A autoridade do professor é legítima na relação pedagógica. Isto ocorre porque o professor possui um saber, um conhecimento ‘interativo’ e mediador, sendo ele o responsável pela construção de um ambiente propício à aprendizagem, o que lhe confere certo poder.

Furter (1979; VINHA, 2000) entende que o erro não está na presença da autoridade, mas no abuso do poder ou no uso descontrolado deste, já que a autoridade se funda na liberdade e respeito à real condição de aprendiz do outro, no carisma do docente e em sua capacidade de interação como o afirmado anteriormente (aliança e não coerção). No momento em que a autoridade passa a ser arbitrária perde todos os seus pressupostos. Assim, autoridade está relacionada ao planejamento, objetivos claros, metodologia variada, carisma, formação do pensamento e da crítica; silêncio não é sinônimo de autoridade, nem de rendimento escolar. Entretanto, muitos professores têm dificuldade de abandonar a postura de centro. O mesmo pode ser dito com relação às coordenações e direções autoritárias e não planejadas.

Por fim, Guzzoni (1995) expressa que só haverá condição de autoridade se houver propósitos claros na interação, percepção dos papéis e das atribuições; hábitos e regras claras de convivência; além de um compromisso genuíno com o processo pedagógico. Desse modo a pesquisa passa agora à análise do fenômeno associado ao burnout conhecido como “síndrome do abandono” que nessa abordagem é visto como uma aparente solução ou ‘saída’ para a atual crise de sentido na educação.

A Síndrome do Abandono

A “síndrome do abandono”, conforme o artigo já apontou, seria vista entre os especialistas como uma possível fuga ou solução às situações de crise pessoal ou coletiva. No momento em que o indivíduo se vê estressado, sem ânimo de ir à escola ou de preparar aula(s) e preencher diários, além das atividades, tarefas, projetos e eventos, a única, mas difícil solução a ser tomada é pedir afastamento, abandonar o posto ou resistir e sucumbir organicamente aos problemas.

Fatores como carga horária excessiva, greves por melhores salários e ausência de uma política nacional de revalorização de professores caracterizam a profissão professor como um contínuo ‘trabalho de Hércules’⁴. São alunos indisciplinados, pais distantes, escolas sem estrutura ou politicamente incorretas, excesso de crianças em sala, quebra da autoridade. Tais questões se dão sobretudo no ensino público, já que no particular, existem exigências e traumas específicos que são em ambos os casos amplificados pelo fato de muitos docentes terem escolhido esta profissão como segunda opção:

⁴ Filho de Zeus e Alcmena, Hércules é personagem da mitologia grega, símbolo do homem em luta contra as forças da natureza. Desde que nasceu teve de vencer as perseguições de Hera. Aos oito meses de vida estrangulou com as mãos duas serpentes que a deusa mandou ao seu berço para o matarem. Quando homem, sobressaiu-se pela sua enorme força.

“Ser professor era a escolha possível no início da vida profissional. Tornar-se professor aparece, na maioria dos relatos, como a alternativa possível e exequível do sonhar-se médico (a), advogado (a), arquiteto (a), veterinário (a) etc” (Lapo; Bueno, 2003).

Acuados, os professores acabam tendo de procurar outro caminho financeiro, isso quando mantêm a profissão docente como complemento de renda, o que é apontado a seguir como um fator que amplia as dificuldades:

[...] insatisfação dos professores no magistério, um tema que tem sido objeto de estudo cada vez mais freqüente nos últimos anos, tanto no Brasil como em outros contextos. Quer seja entendido como um dos sintomas do chamado "mal-estar docente", conforme expressão cunhada pelo pesquisador espanhol José Manuel Esteve (1992), quer como manifestação das várias formas de esgotamento que afetam os professores, comumente enfeixadas sob a denominação de burnout, os estudiosos são concordes em reconhecer que esse fenômeno é desencadeado por uma multiplicidade de fatores e alimentado tanto pela escola como pela comunidade e a sociedade em geral (Le Compte, Dworkin, 1991 Apud LAPO; BUENO, 2003).

Ao contrário do que se pode intuir, em sua maioria os professores que abandonam ou licenciam-se, são jovens e de pouco tempo em sala de aula. Pelo menos um terço desses profissionais abandonam a profissão dentro dos primeiros quatro anos e 16% o fazem ainda no primeiro ano (NEVES, 1995, p. 51). Mas, para muitos, não é tão simples deixar a profissão de súbito⁵, embora sejam muitas vezes aconselhados por psicopedagogos e outros especialistas:

A ruptura total e definitiva dos vínculos estabelecidos com a escola e com o trabalho docente, mesmo quando estes já estão enfraquecidos pelas dificuldades e insatisfações, é muito difícil de ser realizada, como se pôde depreender das narrativas dos professores. A dificuldade de abandonar definitivamente o trabalho se deve a vários fatores [...]. Toda perda é difícil e se torna ainda mais difícil e dolorosa quando está associada ao confronto com as limitações e a sensação de impotência para reverter a situação e manter o que foi conquistado. Nesse sentido, o abandono definitivo será adiado pelo maior tempo possível, para que a sensação de fracasso e de perda também seja adiada. [...] a importância que o dinheiro recebido pelo trabalho tem para a pessoa. Se o professor não consegue outra atividade rentável, que garanta a sua sobrevivência e a de sua família, ele dificilmente deixará definitivamente o trabalho, por mais insatisfeito que possa estar (LAPO; BUENO, 2003).

São muito comuns os chamados “abandonos temporários”, seja por faltas, cursos fora da região, licenças e outros. Há também os que preferem pedir remoção de uma escola para outra, de uma cidade para outra e assim por diante. Isso se justifica pela “possibilidade de se transferirem de escola sem perderem o vínculo de emprego com o estado” (Lapo; Bueno, 2003) como relata a professora a seguir. A instabilidade em uma escola apenas é decorrente do stress, discriminação ou não-adaptação:

Foram mais ou menos sete [...] oito escolas e na nona escola, essa última onde eu estava, eu me exonerei para ocupar esse cargo técnico que eu tenho aqui no instituto. [...] O professor, às vezes, muda porque não se sente bem trabalhando naquela escola, não se sente bem integrado, então ele muda para uma outra escola. Essa é uma conveniência, digamos, política, mas que eu reconheço como um direito dele

⁵ De acordo com Esteve (1992), o abandono docente “tem como última opção um gesto de sinceridade: o abandono real da profissão docente”. Um último gesto, uma última ação que exige força e vontade, que exige a superação de medos e inseguranças. Uma última ação que representou, para os professores deste estudo, a solução encontrada para um processo de conflitos e insatisfações constituído lentamente durante seus percursos profissionais, o desfecho inevitável de um processo que há muito vinha se desenvolvendo.

de mudar... Se você não se sente bem em uma escola, você tem direito de mudar. (Sílvia, 50a, 13rp Apud LAPO; BUENO, 2003).

Existem também os profissionais que abandonam ou trocam de escola pela perspectiva de comodidade ou até segurança, tentando assim fugir de situações, ambientes ou grupos desagradáveis; ou ainda para ficarem próximos à sua residência. Sejam quais forem os motivos, o fato é que a profissão professor passa hoje por uma grande crise de sentido; esse “mal estar docente” não tem escolhido pessoas, setores ou países, é um fenômeno mundial e preocupante:

[...] uma pesquisa realizada recentemente com professores da Inglaterra — onde, nunca é demais lembrar, os salários são em média quatro vezes maiores que os daqui — mostra que o estresse é a terceira causa de abandono da profissão. Pelo menos 53% dos britânicos planeja se aposentar ou mudar de carreira num futuro muito próximo. Os problemas mais sérios aparecem no Ensino Fundamental: 26% querem deixar de dar aulas em cinco anos, 51% em dez e 71% em quinze (ZENTI, 2000).

Uma pesquisa realizada pelo Isma-BR (International Stress Management Association no Brasil) apontou que:

[...] no índice de “burnout” o Brasil só perde para o Japão. Os japoneses lideram disparados o ranking entre os locais pesquisados: cerca de 70% dos trabalhadores vivem em estado de exaustão física e mental. Segundo colocado, o Brasil registra cerca de 30%. O índice no país é o mesmo apontado por uma pesquisa do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, divulgada há 15 dias, que revelou que 30% dos professores de escolas particulares do Brasil sofrem da síndrome de “burnout” (*Folha de São Paulo*, 30 Jun. 02).

Conforme se verificou, o setor da educação tem sido bombardeado por situações diversas que acabam por provocar, dentre as muitas doenças da atual sociedade, a Síndrome de Burnout. O professor acaba percebendo que a profissão docente se tornou “de auto-risco”: “a atitude mais freqüente, dadas as atuais expectativas de emprego, é a de manter mais ou menos assumido o desejo de abandonar a profissão docente, porém, sem chegar a um abandono real, recorrendo então a diferentes mecanismos de evasão dos problemas cotidianos” (ESTEVE, 1992). É preciso, contudo denunciar ao final deste artigo que a “onda neoliberal”, que adota a lógica da produtividade exacerbada, colocando deveres e obrigações sobrepostos aos direitos do profissional da educação, acabou por gerar no docente a sensação de que ele é o responsável pelo “fracasso escolar”. Ao final deste artigo, levanta-se a seguinte reflexão sobre tal questão:

A culpa da falta de disciplina nas escolas [dentre outros fatores] definitivamente não é do professor. Ele é apenas uma vítima. O caso requer uma verdadeira cruzada das autoridades ligadas à Educação e da sociedade acreana, se se não quiser que, muito em breve nossos alunos não comecem a agir, de forma marginal, como age hoje parte dos estudantes das regiões pobres das grandes cidades brasileiras (BORGES, 2005).

Referências Bibliográficas

ALEVATO, H. Estresse, burnout e cotidiano escolar: novos desafios para a educação básica. *Revista do ISEP*. n. 2, v. 2, Abr. 2004. Disponível em: <www.isep.com.br/template.asp?include=pub_04.asp>. Acesso em: 28 Set. 07.

ALEVATO, Hilda. *Trabalho e Neurose: enfrentamento e tortura de um ambiente em crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quarter, 2002. 144 p.

BALLONE G. J. Síndrome de Burnout in. *PsigWeb Psiquiatria Geral*, Internet, última revisão, 2002. Disponível em: <<http://www.psigweb.med.br/cursos/stress3.html>>. Acesso em: 28 Set. 07.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. O Estado da Arte do Burnout no Brasil. *Revista Eletrônica Interação Psy*, Ano 1, n. 1, Ago. 2003, p. 4-11. Disponível em: <www.saudeetralho.com.br/download_2/burnout-benevides.pdf>. Acesso em: 28 Set. 07.

BITTENCOURT, R. Qualidade de vida: cansaço com hora marcada, in: *Revista Aprende Brasil*. Abr./Mai., 2006.

BORGES, Cleber. Sala de aula? Tô fora! (Opinião). Página 20, Rio Branco, 21 Mai 2005. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/pagina20/21052005/opinioao.htm>>. Acesso em: 17 Out. 07.

CABALLERO, L. & MILLAN, J. (1999). La aparición del síndrome del Burnout o de estar quemado. *Bulleti bimestral de comunicació interna*. Secretaria General d'administració i funció Pública, 2, Abril.

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicol. estud. Maringá*, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Out. 07.

CHENISS, C. (1980) Staff Burnout: job stress in the human services. *Beverly Hills- British Journal of Social Work* (1981).

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é burnout? Em W. Codo (Org.). *Educação: Carinho e trabalho* (pp. 237-255). Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DE LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. in: AQUINO, J. G. (org.) *Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas*. 9 ed. São Paulo: Summus, 1999. pp. 9-23.

EDELWICH, J. & BRODSKY, A. *Burnout: stages of disillusionment in the helping profession*. New York: Human Sciences Press, 1980.

ESTEVE, J. M. *O Mal-Estar docente*. Lisboa: Escher/ Fim de Século, 1992.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>>. Acesso em: 10 Ago. 08.

FREUDENBERG, H.J. Staff burn-out. *Journal of Social Issues*, 1974, vol. 30 (1), 159 - 165.

FRIEDMAN, I. A. (1991). High and low burnout schools: school culture aspects of teacher burnout. *Journal of Educational Research*, 84, 6, 325-333.

GARCÉS DE LOS FAYOS, E. (2000). *Tesis sobre el Burnout*. Tesis para optar al grado de Doctor en Psicología, Universidad de Barcelona. Solicitado a: Psiquiatria.com.

GUIMARÃES, Liliana A. M. & CARDOSO, Wilma Lucia C. D. *Atualizações sobre a síndrome de burnout*. (2002).

Disponível em: <www.debas.faequil.br/~wilcar/BURNOUT-editado.doc>. Acesso em: 13 Fev. 6 p.

GUTIÉRREZ, J. (1999). Estrés en los trabajadores de la salud. *British American Journal*.

Disponível em:

<<http://www.opas.org.br/gentequefazsaude/bvsde/eswww/fulltext/repind61/ps/ps.html>>

Acesso em: 13 Fev. 6 p.

GUZZONI, M. A. *A autoridade na relação educativa*. São Paulo: Annablumme, 1995.

JESUS, S. N. *A Motivação para a profissão docente*. Coimbra, 1995. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

LAPO, Flavinês Rebolo & BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cad. Pesqui.* São Paulo, n. 118, 2003.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Out. 2007.

MANASSERO, M. FORNÉS, J. FERNÁNDEZ, M. VÁZQUEZ, A. & FERRER, V. (1995). Burnout en la Enseñanza: Análisis de su influencia y determinantes. *Revista de Educación Española*, 308, 241-266.

MASLACH, C. & LEITER, M. P. (1999). Take this job and... love it. *Psychology Today*, 32, 50-57, 1999.

Disponível em: <<http://www.gmtoday.com/content/LSW/2005/January/63.asp>>. Acesso em: 28 Set. 07.

MASLACH, C. SCHAUFELI, W. & MAREK, T. (1993). "Professional Burnout", *Recent Development in Theory and Research*. Taylor & Francis.

PICHON-RIVIÉRE, E. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHAUFELI, W. & ENZMANN, D. *The burnout companion to study and practice a critical analysis*. Londres, Taylor & Francis, 1998.

SODERFELDT, M., SODERFELDT, B.; WARG, L. E. (1995). Burnout in social work.

Social Work, 40, 638-646.

Disponível em: <<http://www.debas.eel.usp.br/~wilcar/SINDROME%20DE%20BURNOUT%20-%20AULA.doc>>. Acesso em: 28 Set. 07.

WKP. Enciclopédia on-line. Disponível em: <pt.wikipedia.org>. Acesso em: 10 Ago. 08.

VINHA, T. P. *O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

ZENTI, Luciana. *Aprenda a relaxar: controlar o estresse do dia-a-dia vai aumentar seu rendimento e ajudá-lo a viver melhor*.

Disponível em: <http://novaescola.abril.uol.com.br/ed/132_mai00/html/cresca.htm>.

Acesso em: 28 Set. 07.

Contribuição à História da Medicina em Patos de Minas: das origens até 1950*

Giovanni Roncalli Caixeta Ribeiro

UNIPAM. Médico. Presidente da Associação Médica Regional de Patos de Minas e
Membro do Instituto Mineiro de História da Medicina.

*Em memória de minha amada Mãe.
Ao Dr. João Amílcar Salgado,
pelos meus primeiros passos na História da Medicina.
Ao Dr. José Sílvio Resende,
pelo exemplo.*

1. Apresentação

O presente trabalho é nascido da vontade de organizar, de forma didática, a História da Medicina em Patos de Minas desde os seus primórdios.

Valorosos registros se encontram nos livros *Patos de Minas: Capital do Milho*, do professor e historiador Oliveira Mello, e *Domínios de Pecuários e Enxadachins*, de autoria do jornalista Geraldo Fonseca. De fato, me valeram para inúmeras informações.

Tinha em mim, contudo, a inquietação de pesquisar em jornais antigos, entrevistas, documentos e fotos amareladas, a nossa própria História, a fim de que fosse esta contribuição a possibilidade de gerar novos conhecimentos. Devo a essa ansiedade o prazer de estar por muitas horas com colegas maduros, em deliciosas conversas, recheadas de casos e “causos” médicos.

2. Esculápios

O ofício e a arte de curar eram exercidos, em meados do século XIX, pelos boticários Aurélio Theodoro de Mendonça, João Camilo e major Jerônimo Dias Maciel. Este último abriu uma farmácia em Patos no ano de 1871. Havia chegado à cidade em 1859, pouco tempo depois de seu irmão Antônio Dias Maciel (pai de Olegário Maciel), cujo nome posteriormente foi dado ao primeiro hospital de Patos. Os dois irmãos oriundos de Bom Despacho, na época distrito de Pitangui, foram figuras importantes na história patense, na luta pela criação da Vila de Santo Antônio dos Patos, que ocorreu

* Trabalho apresentado ao Instituto Mineiro de História da Medicina. Devo reconhecimento aos doutores Helvécio Borges, Benedito Alves de Oliveira, Ary Guimarães, e aos descendentes de vários outros médicos aqui mencionados, que me forneceram dados valiosos. Sou grato à Maria Célia de Oliveira e Regina Duarte, do Hospital Regional Antônio Dias; a Alex de Castro Borges, Anderson Santos e Taís Azevedo, da Prefeitura de Patos de Minas; às senhoras Ione Maciel, Amália Maciel e Maria Beatriz Savassi; ao professor Oliveira Mello e a meu tio Jorge Eduardo Araújo Caixeta, pela ajuda nas pesquisas. À senhora Risoleta Maciel Brandão, que há muitos anos me incentivou a fazer este trabalho, e que nele coloca lirismo e sentimento, com “O Carlos Chagas que eu vi” (em ensaio nesta edição da *Revista ALPHA*). Ao Professor Agenor Gonzaga, pela cuidadosa revisão. Por fim, agradeço a meu pai, Dercílio; à minha companheira Ana Paula, aos meus filhos Bárbara e João Paulo, por entenderem minhas ausências e por completarem minha vida.

em 30 de outubro de 1866, e que foi efetivada a 29 de fevereiro de 1868 e marca a autonomia político-administrativa do município.

Major Jerônimo foi o mais votado para a primeira Câmara de Vereadores, tornando-se presidente da casa. A este cargo cabia também a função de agente executivo, que Jerônimo exerceu até 1873, quando foi sucedido por seu irmão Antônio, que permaneceu até 1878. Voltou a assumir o comando no período republicano, como intendente em 1891, tendo sido reeleito em 1895, 1900 e 1904, sempre como presidente, até a sua morte, a 13 de agosto de 1906.

É importante lembrar que, especialmente onde não havia médico (e até mesmo na sua existência), os farmacêuticos antigos sempre auxiliaram a comunidade. Já no século XX, registramos o trabalho de Agenor Dias Maciel, João Gualberto de Amorim Júnior, Sebastião Amorim, Fábio Helvécio Borges, Altino Caixeta de Castro e o prático Paulo Gomes. Nos distritos, lembramos de Heráclito Amaral, que, na primeira década do século XX, instalou uma farmácia no distrito de Santana; Jorge Veneroso e Cristiano José da Fonseca, em Capelinha do Chumbo; Manoel Euclides Cordeiro, em Guimarães; e Hercílio Trajano da Silva, em Ponte Firme.

Dr. Antônio Zacharias Álvares da Silva

Foi o primeiro médico a residir em Patos de Minas. Nascido em Pompéu, formou-se no Rio de Janeiro em 1873 e trabalhou primeiro em Formiga e Pitangui, indo depois para Paris, onde fez especialização em Obstetrícia. Morando em Abaeté, fundou uma fábrica de ferro no povoado patense de Areado, onde Eschwege, sábio mineralogista alemão, havia extraído prata. Sua atividade industrial e o fato de ser parente dos Dias Maciel o atraíram para a vida política de Patos, sendo eleito vereador em 1886 para a Câmara que tomou posse em 7 de janeiro de 1887, assumindo a sua presidência. Não completou o seu mandato, renunciando ao cargo de vereador por motivo de mudança do município, em 29 de setembro de 1888. Voltou a Patos em 1890, quando o governo dissolveu a Câmara e nomeou o Conselho Municipal de Intendência, sob o seu comando. Permaneceu até assumir o major Jerônimo Dias Maciel, em 1891. Transferiu-se para Carmo do Paranaíba em 1892 e para Abadia do Pitangui em 1895, retornando a Carmo do Paranaíba em 1903. Faleceu em Dores do Indaiá, em 1905.

Depois do Dr. Antônio Zacharias, foi contratado em 1898 pela Câmara o Dr. Guilherme Peixoto, do Rio de Janeiro, que permaneceu pouco tempo na cidade. Em seguida encontramos referência à presença no município do Dr. Josias Victor Rodrigues, vindo de Paracatu e do Dr. Pedrosa. Em 1906 Dr. Euphrasio Rodrigues mudou-se para Patos, para ocupar a vaga do Dr. Guilherme Peixoto.

Dr. Euphrásio José Rodrigues

Natural de Salvador, Bahia, nasceu em 15 de maio de 1873, filho de Manoel Rodrigues Paes e Josepha Maria de Sant'Ana. Farmacêutico, graduou-se depois em Medicina, com sacrifício, dada a sua origem humilde. Trabalhou no atendimento a indigentes, com remuneração autorizada pela Câmara Municipal. Era homem de visão, poeta, erudito e culto, colaborando em diversos periódicos patenses, com o pseudônimo "O Abelhudo". Em artigos do jornal "O Trabalho" pedia serviços de desinfecção ou um pequeno hospital, ao invés de iluminação, automóveis, etc. Clinicou no Hospital Regional Antônio Dias desde a sua fundação. Faleceu a 12 de fevereiro de 1957.

Dr. Laudelino Gomes de Almeida

Natural de Goiás, trabalhou inicialmente em Paracatu. Estudou no Rio de Janeiro. Mudou-se para Patos, onde se casou com Zamita Magalhães, montando seu consul-

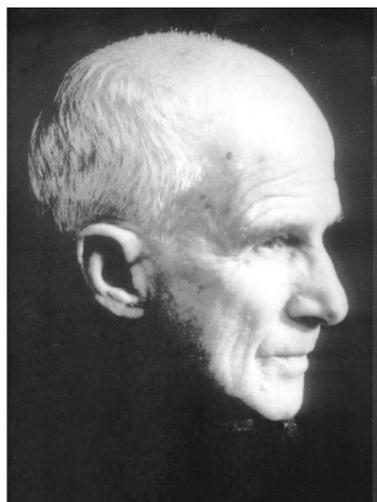
tório na Farmácia de Agenor Maciel. Foi um dos redatores do jornal “O Trabalho”, primeiro periódico patense, fundado em 1905. Transferiu-se para Franca, no Estado de São Paulo, e depois para Belo Horizonte, onde trabalhou em policlínica instalada em 1926, na Avenida do Contorno. Voltou a Goiás, onde foi chefe de polícia e deputado federal. Participou como revolucionário do movimento de 1930. Faleceu no Rio de Janeiro, em janeiro de 1937.

Dr. Adélio Dias Maciel

Nasceu em Patos de Minas a 18 de janeiro de 1889, filho do coronel Farnese Dias Maciel e Adelaide Caixeta Maciel. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1913, sendo o primeiro médico patense. Instalou, junto com o farmacêutico Agenor Maciel, laboratório de análises clínicas, em anexo à farmácia deste. Iniciou sua carreira política em 1916, sendo vereador, agente executivo (1918-1926), deputado estadual e federal. Participou, em 1915, com Dr. João Borges e outros líderes, do movimento para a criação do primeiro hospital em Patos de Minas, que veio a se tornar realidade em 1930, quando foi inaugurado o Hospital Regional Antônio Dias. Em 1923, hospedou em sua casa o médico Carlos Chagas. Sobre esta visita, há crônica escrita por Risoleta Maciel Brandão, irmã de Dr. Adélio (nesta edição da revista). Faleceu a 9 de agosto de 1953.



Dr. Adélio Dias Maciel



Dr. João Borges Júnior

Dr. João Borges Júnior

Nascido em 11 de setembro de 1886, em Patos de Minas. Filho de João Antônio Borges e Lina Corrêa Borges. Estudou no Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo. Graduado em Farmácia, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914. Sua tese de doutoramento foi “Estudo Clínico da Moléstia de Oppenheim”, na Cadeira de Clínica Pediátrica. Foi secretário do comitê central constituído para a criação do primeiro hospital de Patos de Minas. Casou-se com Maria Ferreira de Mello (D. Fia), com quem teve os filhos Clélia, Paulo, Zuleika, Fábio, Roberto, Helvécio e Maria Lina. Viúvo, desposou Mariquinhas de Mello Ribeiro (D. Maré), tendo os filhos João Lucas, Modesto e Lina Maria. Clinicou também em Carmo do Paranaíba. Foi vereador em Patos de Minas de 1947 a 1962. Em 1954 participou da fundação da Associação Médica de Patos de Minas. Teve grande empenho, ao lado de monsenhor Manoel Fleury Curado, para trazer o Colégio Marista para Patos de Minas. Faleceu em Patos de Minas, a 04 de janeiro de 1980.

Dr. Dolor Borges

Nasceu em 05 de setembro de 1895. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, concluindo o curso em 01 de janeiro de 1922. Casou-se com Sebastiana Caixeta Borges em 27 de janeiro de 1923. Trabalhou muitos anos como médico sanitário em Patos de Minas, tendo dirigido o Centro de Saúde. Transferiu-se depois para Belo Horizonte, onde veio a falecer em 20 de dezembro de 1993, aos 98 anos de idade.

Dr. Arthur César Boisson

Chegou a Patos em 04 de julho de 1930, para ser o primeiro diretor do Hospital Regional Antônio Dias. Carioca, formou-se aos 22 anos e trabalhou por dois anos como médico de bordo. Dirigiu posteriormente um hospital em Rio Branco, no sul de Minas, vindo para Patos com 26 anos. Realizou no Hospital Regional as primeiras intervenções cirúrgicas da cidade. Permaneceu menos de dois anos no comando do hospital, regressando ao Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1932.

Dr. Paulo do Prado Brandão

Nasceu a 25 de janeiro de 1909, de tradicional família sul-mineira. Formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, fez internato no hospital do Radium, na capital mineira. Veio para Patos em 8 de dezembro de 1932, sucedendo o Dr. Arthur Boisson na diretoria do Hospital Regional. Permaneceu até 1947, quando foi transferido para Belo Horizonte, passando a trabalhar na Secretaria de Saúde. Casou-se em 31 de dezembro de 1933 com Risoleta Maciel. Faleceu a 14 de julho de 1982, na capital mineira.

Dr. Ademar de Meira

Formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, veio para o Hospital Regional trabalhar como radiologista, mas assumiu também a enfermagem de mulheres. Teve curta estada em Patos.

Dr. José Olímpio de Melo

Nasceu a 02 de outubro de 1905, em Patos de Minas. Estudou no Colégio Santo Antônio, em São João Del Rey e no Caraça. Seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, colando grau em 1932. Regressou a Patos de Minas, trabalhando no Hospital Regional Antônio Dias e em seu consultório, na Rua Major Gote, 577. Casou-se com Clélia Maria Ferreira Borges, tendo os filhos José Aauto, Maria Amélia e Maria Augusta. Faleceu a 22 de maio de 1975.

Dr. Geraldo Rezende de Lima

Nascido em São João Nepomuceno, a 15 de abril de 1912. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, chegando a Patos em 1935. Iniciou seu trabalho na enfermagem de mulheres do Hospital Regional, assumindo sua direção em 21 de janeiro de 1947. Por motivo de doença, teve que deixar o cargo em 1958. Faleceu em 18 de fevereiro de 1963.

Dr. Durval Caixeta de Melo

Nascido a 19 de maio de 1909 em Patos de Minas, filho de Aurélio Caixeta de Melo e Henriqueta Caixeta de Queiroz. Colou grau em Medicina na antiga Universidade do Brasil (Praia Vermelha), no Rio de Janeiro, em 1935. Clinicou de 1936 até 1945 em Presidente Olegário, quando voltou a Patos de Minas. Em 1948 fez especialização em Puericultura no Rio de Janeiro, pelo período de um ano. Foi chefe do Centro de Saúde de Patos de Minas em 1958 a 1963 e de 1966 a 1968. Durante sua gestão foi feita a primeira campanha de vacinação BCG e contra a paralisia infantil na cidade. Trabalhou intensamente para a retirada de chiqueiros da área urbana. Em 1959 estagiou no Serviço Nacional de Lepra, implementando o Serviço de Controle da Hanseníase do município. Lecionou em várias escolas locais e foi médico perito do antigo INPS. Faleceu a 25 de outubro de 1985.

Dr. Adelardo Baeta Neves

Nasceu em Conselheiro Lafaiete – MG a 10 de novembro de 1912, filho do coronel Joaquim Pedro Baeta Neves e de Albertina Baeta Neves. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1939, veio no ano seguinte para Patos de Minas. Em março de 1940 foi nomeado pelo governador Benedito Valadares prefeito de Presidente Olegário, cargo que ocupou depois pelo voto direto. Vencido o mandato, foi nomeado médico da Rede Ferroviária Federal, trabalhando em Ibiá, Alfenas, Barra do Piraí, Ribeirão Vermelho e Santo Antônio do Monte. Voltou a Patos de Minas, onde foi nomeado chefe do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu). Faleceu em Belo Horizonte a 11 de outubro de 1985.

Dr. Antônio Paulo Ximenes de Moraes

Nasceu na cidade de Campanha MG, em 12 de junho de 1914, filho primogênito de João Paulo de Moraes e Maria das Dores Ximenes de Moraes. Graduou-se em Medicina em 1938, na Universidade de Minas Gerais, vindo para Patos de Minas no dia 1.º de agosto de 1940. Casou-se com Julia Regina da Fonseca Brandão em 19 de junho de 1943. Trabalhou no Hospital Regional Antônio Dias, primeiro na enfermagem de homens. Posteriormente conseguiu instalar um pequeno laboratório de análises clínicas e fazer funcionar o arcaico aparelho de raios – x, único da região. Foi diretor da instituição de 1965 a 1968. Como um dos sócio-fundadores do Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, em 1958 implantou e manteve o laboratório de patologia clínica até seu afastamento, em 1981. Faleceu a 28 de setembro de 1993.

Dr. Ubaldino Gusmão Figueira

Natural de Vitória da Conquista, na Bahia, faleceu em São Paulo em 14 de novembro de 1969. Instalou o primeiro hospital particular de Patos de Minas, a Casa de Saúde Miguel Couto, na esquina das ruas Major Gote e José de Santana, no prédio que se tornou posteriormente o Hotel dos Viajantes. Trabalharam nesta instituição Dr. Carlos Neves Cipreste, Dr. Paulo Corrêa da Silva Loureiro e Dr. Virgílio Novais Figueira. Dr. Ubaldino foi protagonista de um fato inusitado. Acometido de apendicite, operou a si mesmo, com a ajuda de enfermeiros e com espelhos colocados pela sala de cirurgia. Até pouco tempo, havia fotografias que registraram esse momento, de posse do saudoso senhor João Pacheco Filho. Infelizmente, as mesmas não foram encontradas para enriquecer este trabalho. Devido à repercussão negativa desta cirurgia, Dr. Ubaldino fechou o nosocômio no final de 1943.

Dr. Carlos Neves Cipreste

Trabalhou na Casa de Saúde Miguel Couto em 1941 e no distrito de Santa Rita, hoje a cidade de Presidente Olegário. Dirigiu também a Casa de Saúde Santo Antônio, em Tiros. Em 1943, foi nomeado por Benedito Valadares prefeito de Tiros.

Dr. Virgílio Novais Figueira

Trabalhou em 1943 na Casa de Saúde Miguel Couto. Na “Folha de Patos” anunciava: “Do Grace Memorial Hospital da Baía - Tratamento especializado em doenças do fígado e vias biliares”.

Dr. Agripa Ulisses de Vasconcelos

Autor de vários romances históricos sobre Minas Gerais, dentre os quais o famoso “A vida em flor de dona Beja”. Natural de Matozinhos, membro da Academia Mineira de Letras desde 1923, viveu em Capelinha do Chumbo (hoje se chama Distrito de Major Porto) de 1943 a 1947. Morando antes em Tiros, foi trazido por Jorge Veneroso, paraguaio que tinha vindo de Matutina e abrira uma farmácia no distrito. Auxiliado por este, Dr. Agripa realizou inúmeras cirurgias, especialmente apendicectomias e correções de lesões por arma de fogo. Pelo trabalho como parteiro, tornou-se padrinho de muitas crianças e várias receberam o seu nome. Na localidade foi muito comentada a amputação, feita com um serrote comum, de membro inferior de um paciente chamado Zote, vítima de fratura exposta devido à queda de um estaleiro. Zote viveu ainda muitos anos após esta intervenção. Agripa era casado com Henriqueta Tolentino Vasconcelos. Em 1947 transferiu-se para Belo Horizonte, onde faleceu a 21 de janeiro de 1969.

Dr. Paulo Roberto Ferreira Borges

Nasceu em Patos de Minas, em 09 de janeiro de 1918. Filho de Dr. João Borges e D. Fia. Formou-se em Medicina em 1941, pela Universidade de Minas Gerais. Ocupou os cargos de assistente de Anatomia Patológica na Faculdade de Medicina e de chefe do serviço de Anatomia Patológica no Hospital São Francisco de Assis em Belo Horizonte. Em 1946 foi nomeado laboratorista do Departamento de Saúde Pública de Minas Gerais. Neste ano recebeu uma bolsa de estudos do Ministério das Relações Exteriores (Department of State) dos Estados Unidos, tendo permanecido 14 anos naquele país (1946-1960), onde foi Chefe de Laboratório e colaborou no ensino médico. Trabalhou em Bar-Harbor (Maine), Boston e na Universidade de Yale. Desenvolveu pesquisas sobre o câncer, tendo publicado muitos trabalhos sobre o assunto. Em 1954 foi um dos representantes dos EUA no Congresso Internacional de Câncer em São Paulo. Foi membro de diversas sociedades científicas, incluindo a Academia de Ciências de Nova York. Seu nome se encontra no livro de referências sobre cientistas, *American Men of Sciences*. Em 1960 retornou ao Brasil. Escreveu crônicas, contos e ensaios, apreciados pela originalidade dos temas. Residiu em Patos de Minas até 01-02-1980, data de seu falecimento.

Dr. José Wilson Ferreira Pires

Nasceu em Ibiá a 17 de março de 1917, filho de Virgílio Ferreira Pires Filho e Maria Pires. Iniciou o curso de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1937, trancando matrícula após um ano, por dificuldades financeiras. Em 1942 retomou o curso, na Escola Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, onde esteve até o final do

terceiro ano. Em 1944 retornou a Belo Horizonte, onde colou grau em 08 de dezembro de 1946. Mudou-se para Patos de Minas em 1947, instalando seu consultório na Rua Olegário Maciel. Casou-se com Maria das Mercês de Lima Costa em 17 de março de 1949, com quem teve os filhos: Vanessa, Cynthia, Priscila e Nilo. Em 1951 funda o Hospital São José, na Praça do Mercado, onde trabalhou até 1958. Nesse ano, inaugura, com outros colegas, a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, sendo seu primeiro diretor administrativo. Por motivos pessoais afastou-se dessa instituição em 1968, fundando a Clínica São José, na Rua Agenor Maciel, 215. Faleceu, vítima de acidente automobilístico, a 10 de junho de 1983.

Dr. Paulo Corrêa da Silva Loureiro

Nasceu em João Ribeiro, hoje Entre Rios de Minas, em 25 de janeiro de 1911. Formou-se pela Universidade de Minas Gerais, em 21 de fevereiro de 1942. Casou-se com Zilda Cordeiro em 22 de fevereiro de 1941, com quem teve oito filhos: Paulo Ey-mard, Flaviano, Eustáquio, Maria Amélia, José Celso, Maria Aparecida, Eugênio e Zilda. Trabalhou na Casa de Saúde Miguel Couto, até 1943. Após o fechamento desta, fundou, com seu irmão, Dr. Benedito Corrêa, a Casa de Saúde Imaculada Conceição, inaugurada a 08 de dezembro de 1945. Era clínico e radiologista. Faleceu em 22 de março de 1990.

Dr. Benedito Corrêa da Silva Loureiro

Nascido a 18 de novembro de 1915, em João Ribeiro, hoje Entre Rios de Minas. Filho de Flaviano Corrêa da Silva Loureiro e Amélia Evangelista Loureiro. Estudou em Belo Horizonte, no Colégio Arnaldo, e depois na Universidade de Minas Gerais, concluindo o curso de Medicina em 1944. Casou-se com Astrogilda Maria Queiroz Corrêa, tendo 11 filhos. Com seu irmão, Dr. Paulo Corrêa, fundou a Casa de Saúde Imaculada Conceição, em 1945. Era cirurgião geral e obstetra. Foi vereador em Patos de Minas por muitos anos, além de presidente da Associação Médica. Faleceu em 21 de abril de 1993.

Dr. Benedito Alves de Oliveira

Filho caçula do Sr. Sátiro Alves de Oliveira e Sra. Adelina Alexandre de Oliveira, Benedito Alves de Oliveira nasceu em Patos de Minas, no dia 27 de outubro de 1924. Graduado pela Escola Paulista de Medicina em 1949, fez residência médica no Hospital Militar e depois no Hospital Cruz Azul, ambos na cidade de São Paulo. Trabalhou no início em consultório situado à Rua José de Santana, esquina com a Rua Major Gote. Foi o primeiro presidente da Associação Médica de Patos de Minas, em 1954. No ano de 1968, foi nomeado para o cargo de Diretor do Hospital Regional. Trabalhava incansavelmente, diurno e noturno, na busca da cura para os seus doentes e de recursos financeiros para manter aquele nosocômio. Permaneceu como Diretor até o mês de fevereiro de 1983, retornando a exercer o mesmo cargo pelo período de 1984 a 1990, conservando o espírito humanitário que sempre lhe fora peculiar. Prestou serviços médicos na cadeia pública por muitos anos. Ainda hoje trabalha como clínico na zona rural de Patos de Minas.

Dr. Délio Borges da Fonseca

Nasceu em Lagoa Formosa, então distrito de Patos, no dia 16 de dezembro de 1924, filho de Clarimundo José da Fonseca Sobrinho e Florescena Borges da Fonseca. Colou grau na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1950, especializando-se em Ginecologia e Obstetrícia. Vindo para Patos de Minas, trabalhou no Hospital Regional Antônio Dias, onde foi diretor por dois anos, e

por mais de 40 anos em seu consultório. Lecionou em várias escolas e na Fundação Educacional de Patos de Minas – FEPAM. Casou-se com Déa Neto da Fonseca, com quem teve seis filhos: Délcio, Déa, Délio, Dalton, Dilke e Denise. Faleceu a 18 de setembro de 1998.

Na primeira metade do século XX, outros médicos trabalharam em Patos de Minas. Dirigiram o Posto de Prophylaxia Rural Dr. Guilherme Libânio do Prado, Dr. Anísio Cardoso de Assunção, Dr. Bulcão, Dr. João Inácio dos Santos e Dr. Carvalho Melo. Foram chefes do Centro de Saúde J. de Almeida Neto, Epifânio Isauro Pereira, Antônio Carneiro Maciel, Manoel Benjamin Pável e Odilon Cardoso Teixeira. No jornal “Folha de Patos” há registros do Dr. Klaus Rudolph, cirurgião, e do Dr. Galeno Americano do Brasil, que clinicou em Capelinha do Chumbo.

3. Nosocômios

Em fevereiro de 1915, o semanário “Cidade de Patos” anunciava a idéia da construção de uma Santa Casa de Misericórdia. Foram os líderes desse movimento os médicos Dr. Adélio Dias Maciel e Dr. João Borges, os farmacêuticos Agenor Dias Maciel e João Gualberto de Amorim Júnior e o cônego Getúlio Alves de Melo. Por sugestão do Dr. Adélio, comitês foram formados na cidade e nos distritos, chegando a ser fundado, no papel, o Hospital Santo Antônio. O capitão José de Santana, o major Gote (Sesostris Dias Maciel) e o senhor Zacarias Albino fizeram a doação de um terreno, sendo iniciadas as obras em 1920. Foram utilizados todos os recursos do caixa conseguidos até então, contribuições da Câmara Municipal, de dona Etelvina Maciel e outras senhoras, além de materiais da antiga Igrejinha do Rosário, demolida no ano anterior.

Por falta de financiamento, as obras foram paralisadas até que Olegário Maciel, vice-presidente do Estado, ocupando a presidência devido à ausência de Raul Soares, retomasse a sua construção, em 1924. Três anos depois, diversos materiais que já estavam armazenados em Patos foram levados para o hospital de Barbacena, pela força política dos Andradas. Em 1929, por intermédio de Olegário Maciel, então no Senado Mineiro e Dr. Adélio Maciel, na Assembléia Legislativa, o presidente Antônio Carlos destinou, com diplomacia, novas verbas para o término do hospital.



Hospital Regional Antônio Dias

“Ata da Cerimônia da Inauguração do Hospital Regional de Patos”

“Aos 18 dias do mês de julho de 1930, com a presença do Sr. Senador Olegário Dias Maciel, Presidente eleito do Estado de Minas Gerais; Sr. Odilon Duarte Braga, Secretário da Segurança e Assistência Pública; Sr. Dr. Raul d'Almeida Magalhães, Diretor de Higiene do Estado; Dr. Washington Ferreira Pires, Deputado Federal; Dr. Antonio Maciel, Presidente em exercício da Câmara Municipal; Dr. Júlio Ribeiro Gorgulho, Juiz de Direito da Comarca; Dr. Adélio Maciel, Deputado Estadual ao Congresso Mineiro; Senador Jacques Montandon; procedeu-se a inauguração deste Hospital Regional de Patos, tendo o Revm^o Cônego Manuel Fleury Curado procedido à bênção do Edifício. Serviram de paraninfos a benção os srs. Senador Olegário Maciel e Dr. Odilon Braga, Dr. Antonio Maciel e Dr. Júlio Ribeiro Gorgulho.

“Olegário Dias Maciel
Odilon Duarte Braga
Júlio Ribeiro Gorgulho
Washington Pires
Raul d'Almeida Magalhães
C. M. Fleury Curado
Adélio Dias Maciel
Lincoln Continentino
Artur C. Boisson
Antônio Dias Maciel
Gastão de Nunes Filho
Dr. Luciano Furtado da Silva
Major Feliciano de Andrade
Cap. Elpidio Campos do Amaral
(ilegível)
Newton Ferreira Pires
Dr. Eufrásio José Rodrigues
(ilegível)
Guilherme César, Pelo “Estado de Minas”
Álvaro (?)
Alfredo Moreira da Silva
Farnese Dias Maciel
Osório Botelho
Dr. Anísio Assunção
Alexandre Dias Maciel
Ataulfo Dias Maciel
Randolfo Duarte Campos
Joaquim Aureliano”

Antônio Dias era o pai de Olegário Maciel. Nasceu em Bom Despacho a 1.^o de janeiro de 1826. Transferiu-se para Patos em fins de 1857, quando seu primogênito Olegário tinha dois anos de idade. Coronel da Guarda Nacional, em 1888 foi agraciado por D. Pedro II com o título de Barão de Araguari. Foi presidente da Câmara e agente executivo de 1873 a 1878. Faleceu a 1.^o de julho de 1910.

Inicialmente quiseram dar ao hospital o nome do próprio Olegário, mas o mesmo recusou a homenagem, sendo escolhido então o seu progenitor. É importante salientar que o Dr. Antônio Dias Maciel que assina a ata de inauguração é neto do patrono do hospital e era vice-presidente da Câmara, em exercício na ocasião.

A despeito do tamanho do hospital em relação ao da cidade, de início a população tinha medo daquele ambiente. Doze quartos particulares e quatro grandes enfermarias mostravam leitos vazios. A contista Risoleta Maciel recolheu os seguintes ditos do povo: “Coá... prá morrer a gente morre em casa mesmo... diz que lá eles dá o chá-da-meia-noite...” Somente decorrido algum prazo, este quadro foi se desfazendo. O sucesso no tratamento de doentes graves, cirúrgicos, atirados e esfaqueados trouxe a confiança nos médicos e no hospital.

Administrados por um diretor geral, abnegados médicos compunham o corpo clínico. Por sugestão do Dr. Antônio Martins Vilas Boas ao Dr. Adélio Maciel, nos primeiros dois anos a direção esteve a cargo do Dr. Arthur César Boisson. Foi sucedido pelo Dr. Paulo do Prado Brandão, até 1947, e em seguida pelo Dr. Geraldo Rezende de Lima. Assumiram então, pela ordem, Dr. Délio Borges da Fonseca, Dr. Antônio Paulo Ximenes de Moraes, Dr. Benedito Alves de Oliveira (1968-1983 e 1984-1986), Dr. Hely Tarquínio (1983-1984), Dr. Délio Borges da Fonseca Filho (1986 a 1991), Dr. Célio de Deus Simões (1991 a 1994), Alaídes Gonçalves Corrêa (1994 a 2003), Dr. Luiz Verçosa (2003 a 2006), Dr. José Orleans da Costa (2006 a 2007) e Dr. Francisco de Assis Andrade, até a presente data.

Desde 1932, a congregação das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores coordenava a enfermagem e demais áreas de apoio e prestava assistência religiosa a pacientes e funcionários.

O Hospital Regional tinha caráter assistencial, servia de clausura para as irmãs que atendiam órfãos, carentes e toda sorte de excluídos sociais. Era comum encontrar pessoas que “forjavam” suas doenças para obter, no Regional, serviços caritativos, como hotelaria. Sob os cuidados das freiras, os mendigos eram lavados, penteados, ganhavam roupas limpas e recebiam alimentação. Ao hospital chegava também um grande número de doentes mentais, ali atendidos por falta de uma instituição mais adequada na região. Esse assistencialismo perdurou por muitos anos, o que levou a população a manter uma idéia equivocada sobre a verdadeira vocação da instituição.



Enfermaria de mulheres com a Irmã Maria São Pedro



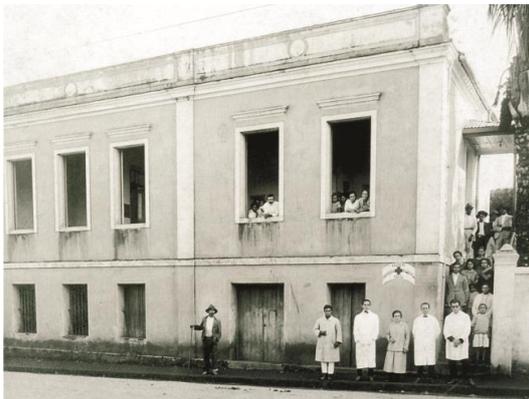
Quarto particular

Na década de 60, o hospital passa a ser administrado pela Secretaria de Estado da Saúde. De 1975 até janeiro de 1978 foi administrado pela Fundação Ezequiel Dias – FUNED e a partir desta data torna-se uma unidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG.

Em 18 de julho de 1980, por ocasião do cinquentenário do hospital, foi inaugurado o Pavilhão de Psiquiatria, devido aos esforços da Loja Maçônica “Amor e Justiça 3ª”, sendo denominado “João Pacheco Filho”, patense falecido pouco tempo antes, grande colaborador da cidade.

Ainda nos anos oitenta, o diretor do hospital, Dr. Hely Tarquínio pediu aos atendidos que colaborassem com um tijolo cada um, a fim de conseguir melhorias nas áreas físicas. Aprimorando este projeto, foi constituída a Associação de Amigos do Hospital Regional, sendo sua diretoria formada por Francisco Pinheiro Campos, Edmundo Boaventura, Pedro Maciel Guimarães e Rafael Gomes de Almeida. Esta entidade teve sucesso na empreitada, especialmente pela ajuda dos produtores rurais de Patos de Minas, que doavam gado para leilões e outras promoções destinadas a angariar recursos, para a implantação do Pronto Atendimento.

Em 19 de março de 1924 foi inaugurado o Posto de Profilaxia Rural de Patos, sob a direção do Dr. Guilherme Libânio do Prado. Esse benefício para a cidade foi conseguido graças à interferência do médico e cientista Carlos Chagas, que havia visitado Patos no ano anterior. O posto funcionava em edificação ainda hoje preservada, na atual Rua Olegário Maciel. O evento inaugural contou com a presença de várias autoridades, conforme pode ser visto em fotografia abaixo.



Posto de Prophylaxia Rural



Inauguração do PPR

O Centro de Saúde de Patos de Minas foi instalado em 1940, sendo o seu primeiro diretor J. de Almeida Neto, seguido de Dr. Antônio Carneiro Maciel. Sucederam-no Dr. Manoel Benjamin Pável, que posteriormente foi transferido para Uberaba, e Dr. Durval Caixeta de Melo, em cuja gestão foi realizada a primeira campanha de vacinação contra a paralisia infantil em Patos de Minas. Foram ainda diretores Dr. Odilon Cardoso Teixeira, Dr. Paulo José de Amorim, Dr. Irineu Belluco e Dr. Sandoval José da Silveira. Em 1968 o Centro de Saúde recebeu o nome de “Dr. Adélio Dias Maciel”. Para melhor compreensão do trabalho desenvolvido por essa unidade, vale conhecer uma síntese das atividades do Centro de Saúde no ano de 1949, publicada no jornal “O Patense”, de janeiro de 1950.



Hospital Regional: antiga farmácia



D. Calu, com o aparelho de diatemia

O primeiro hospital privado de Patos de Minas foi a Casa de Saúde Miguel Couto, fundada em 1941 pelo Dr. Ubaldino Gusmão Figueira, na esquina das ruas Major Gote e José de Santana. Esse estabelecimento foi fechado em 1943, devido a “pressões veladas” sofridas pelo seu proprietário, após famosa intervenção cirúrgica realizada em si mesmo (ver capítulo 1).

Em 1945, os irmãos Dr. Paulo Corrêa da Silva Loureiro e Dr. Benedito Corrêa da Silva Loureiro abrem a Casa de Saúde Imaculada Conceição, que funciona até hoje, na esquina das avenidas Getúlio Vargas e Brasil. A história desse e dos outros hospitais surgidos em Patos de Minas após 1950 será assunto de uma segunda parte desta pesquisa.

4. Jornada médica

O médico e cientista Carlos Chagas visitou Patos de Minas no ano de 1923, de 23 a 27 de novembro. Veio a convite de Dr. Adélio Maciel, na época presidente da Câmara, agente executivo e deputado à Assembléia Legislativa. Acompanharam Carlos Chagas os doutores Samuel Libânio, Otávio Magalhães e João Penido Filho. Aos 13 anos de idade, Risoleta Maciel, irmã de Dr. Adélio, captou a importância e o charme daqueles momentos, registrando-os décadas depois em uma crônica deliciosa, publicada no jornal “Estado de Minas” de 28 de janeiro de 1981. Com a permissão da autora, transcrevemos na íntegra o artigo, que muito enriquece este trabalho. Por questão de ética, respeitamos a grafia da publicação original*.

Na ocasião, Carlos Chagas proferiu conferência aos médicos e farmacêuticos da cidade, na sala de visitas de Dr. Adélio. Proponho para esse encontro o título de primeira “Jornada Médica” de Patos de Minas.

* A crônica referida está publicada em texto separado, nesta edição da Revista ALPHA: “O Carlos Chagas que eu vi (crônica sentimental sobre o grande cientista)”.



Primeira fila, da direita para a esquerda: Dr. Euphrásio Rodrigues, Dr. Adélio Maciel, Dr. Paulo Brandão (Diretor do Hospital), Dr. Geraldo Resende e Ataliba Maciel. Segunda fila, da direita para a esquerda: Luísa Maria Lara, Carolina Correia da Silva (D. Calu), Irmã maria Ignez Gaietty, Madre Maria Madalena da Misericórdia, Irmã Maria São Pedro e João de Deus Nascimento. Não identificamos as outras pessoas.

5. Referências bibliográficas

Livros

FONSECA, Geraldo. *Domínios de Pecúários e Enxadachins*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

MEDEIROS, José de Laurentys. *Associação Médica de Minas Gerais, 1946-1996, 50 anos*. Belo Horizonte: UNICS, 1998.

OLIVEIRA MELLO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Edição da “Academia Patense de Letras”, 1971.

_____. *Patos de Minas, minha cidade*. 3 ed. Patos de Minas, s.d. (no prelo)

OLIVEIRA MELLO, Antônio; OLIVEIRA, José Eduardo de; SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. *Uma História de Exercício da Democracia, 140 anos do Legislativo Patense*. Patos de Minas: Edição da Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

Jornais

Cidade de Patos – 1915

Jornal de Patos – 1925 a 1927

Folha de Patos – 1936 a 1943

O Patense – 1949 e 1950

Entrevistas

Dr. Ary Guimarães
Dr. Benedito Alves de Oliveira
Dr. Helvécio Borges
Sr. Apolinário Mendes

Arquivo

Patrimônio Histórico – Prefeitura Municipal

Hospital Regional Antônio Dias

O corpo e a doença na História¹: confluências sobre a lepra

Luciano Marcos Curi

Doutorando em História pela UFMG. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor de Ciências Humanas do Uniaraxá.
e-mail: luciano.curi@bol.com.br

Resumo: O artigo aborda a introdução da doença e do corpo como objetos de estudo da História, mostra a alteração na percepção da doença introduzida pela biologia e a compreensão contemporânea do corpo como constructo histórico e sociocultural. E trata da mudança ocorrida com o leproso na modernidade e sua relação com o desenvolvimento do saber médico, com a secularização do Ocidente e com as novas percepções da doença e do corpo.

Palavras-chaves: Lepra – hanseníase – doença – história – história das doenças.

Intercessões: a doença, o corpo e a lepra

Se algum dia a lepra pertencer ao passado, esperamos não esquecer as lições da história: que os seres humanos podem temer uma doença sem qualquer razão para tanto: que esse medo pode levar a uma grande crueldade; e que esse medo pode nos levar a esquecer de fazer perguntas que iluminarão os mistérios da doença. (FARREL, 2002, p. 98)

A concepção contemporânea sobre a doença, o corpo e o mal de Hansen são relativamente recentes na história. Comparado com o que ocorria há três séculos, ficam evidentes as inúmeras mudanças ocorridas particularmente a partir do século XIX. Embora Susan Sontag (SONTAG, [1977], 2007) tenha demonstrado que muitas doenças ainda carregam um séquito de representações que ultrapassam o mal biológico em si, no geral, o adoecimento na atualidade não gera os inúmeros percalços vividos no passado, apesar de acontecerem algumas recaídas². O corpo ganhou visibilidade e publicidade e a visão religiosa que, durante tantos séculos foi predominante sobre ele, perdeu espaço e declinou a favor de uma visão mais secular marcada tanto pela medicina e higiene quanto pela liberação sexual que teve curso no século XX.

Quanto ao mal de Hansen, a mudança foi ainda mais drástica e recente. A comparação com o que ocorria há cinco décadas assusta os observadores atuais. No Brasil,

¹ A palavra História escrita com H maiúsculo neste texto se refere à disciplina ou ciência que estuda o homem no passado e no presente. Quando grafada com h minúsculo significa o passado e o presente.

² Em entrevista uma semana antes das eleições presidenciais francesas de 2007, o ultranacionalista Jean-Marie Le Pen, famoso por suas opiniões radicais, disse numa entrevista ao jornal francês *Le Monde* que defendia o isolamento dos aidéticos. Le Pen ficou em quarto lugar nas eleições de 2007 e teve a segunda maior votação no pleito de 2002 daquele país. Segundo ele: “A aids é um tipo de lepra”. (Cf. NETTO, 2007).

por exemplo, a doença teve até o seu nome alterado para desvencilhar-se de um passado hoje considerado incômodo e cuja lembrança choca o indivíduo deste início de terceiro milênio.

Todas essas mudanças refletiram-se na própria História como disciplina. Nem o corpo, nem a doença eram objetos de estudo do historiador no século XIX e foram introduzidas nas *Ciências Históricas* durante o século XX, num momento em que dois fenômenos diferentes e contemporâneos se cruzaram. De um lado, a História se renova como disciplina, amplia suas fontes, diversifica sua metodologia e amplia sua temática até incluir o corpo e a doença (Cf. BURGUIÈRE, 1993; REIS, 1996); de outro lado, os estudos de biologia, primeiramente, inseriram a doença e o corpo como elementos da natureza aplicando sobre eles a reflexão ordinária utilizada para análise de todas as espécies. Posteriormente, pesquisas em diversas áreas demonstraram que a doença e o corpo não se resumiam a sua materialidade biológica. O surgimento e a consolidação da psicologia e da psicanálise, os estudos sobre as representações das doenças e do efeito placebo, dentre outros tantos exemplos, evidenciaram a inter-relação do corpo e da doença com o social e o cultural.

Nesse percurso em que o corpo e a doença tornam-se alvo da reflexão do historiador e novas abordagens sobre eles emergem, uma doença específica, a lepra, passa por significativas mudanças. Cabe então à História como disciplina interpretar essas modificações. Para isso necessita-se de uma contextualização à luz dessas novas concepções sobre a doença e corpo, ainda que brevemente, para situar o que neste amplo debate, aqui, interessa. O impacto dessas novas concepções sobre a lepra não foi pequeno. Com isso, não se está dizendo que as mudanças ocorridas com essa doença prescindam de outras explicações já costumeiras ligadas à medicina da época, aos interesses estatais, às questões econômicas e aos estigmas sociais, entre outros elementos (Cf. GOMIDE, 1991; MONTEIRO, 1995; NASCIMENTO, 2001; CURI, 2002; SERRES, 2004; CURI, 2006). Diz-se apenas que esses elementos apontados aqui são também importantes para explicar o que é considerado um dos capítulos mais embaraçosos na história da profilaxia das doenças infecto-contagiosas; a saber, o isolamento dos leprosos.

O filósofo francês Michel Foucault mostrou na sua *História da Loucura* que muito do que se considerava natural, biológico, sobre essa doença, era na verdade cultural e social (Cf. FOUCAULT, [1972], 2000). Pois bem, com relação à lepra, o social e o cultural foram, na primeira metade do século XX, reforçados pelo científico que conjugado com interesses estatais viabilizou uma política de segregação médica, o chamado *exílio sanitário*, que mesmo não sendo exclusividade brasileira, teve nesse país uma das maiores expressividades do Ocidente. O Estado Brasileiro e a Hansenologia moderna atualmente reconhecem a impropriedade do que fora praticado; contudo, hoje ambos estão sob o efeito de novas luzes oriundas de novos paradigmas que alteraram definitivamente nosso olhar sobre a doença, o corpo e a lepra³. Apenas a título de esclarecimento, a consolidação dos Direitos Humanos e sua aplicação à área da saúde delimitaram e restringiram os poderes dos profissionais que aí atuam ao colocar de vez nas mãos dos pacientes a decisão sobre tratamentos, medicação e quaisquer outros procedimentos, exceto em casos graves de interesse coletivo.

Este artigo pretende abordar como uma nova concepção sobre o corpo e principalmente sobre a doença surgida no final do século XIX e início do XX terminou por reforçar e dar uma nova justificativa à segregação dos leprosos, impingindo-lhe, inclusive, um rigor nunca dantes conhecido. Confluências sobre a lepra deram-lhe uma feição singular e uma história reveladora da extensão e das práticas que o medo pode ocasionar. Para tal far-se-á também, mesmo que rapidamente, o percurso inverso, isto é, da

³ A Hansenologia proscreve o isolamento dos leprosos desde 1958, quando, durante o VII Congresso Internacional de Lepra (Tóquio, Japão), foi aprovada junto às conclusões do evento uma resolução de não-recomendação desta medida. O Brasil aboliu definitivamente o isolamento em 1976 e o Japão em 1990, após uma decisão da suprema corte daquele país. Brasil e Japão são os únicos países do mundo que reconheceram e indenizaram os leprosos isolados ainda vivos. No Brasil isso foi feito através da Lei federal n.º 11.520 de 18/09/2007 (oriunda da Medida Provisória n.º 373 de 24/05/2007).

expansão da História rumo ao corpo e à doença para demonstrar como a atuação dessa disciplina é primordial para compreensão do que ocorreu naqueles idos anos com a velha lepra, um dos males mais antigos a perturbar a humanidade (Cf. MCKEOWN, 1990).

A doença e o corpo na História

A doença e o corpo não constituíam objeto de estudo da História no século XIX. Esses temas eram considerados secundários e muito especializados para os historiadores que se encontravam empenhados naquela época, predominantemente, na compreensão da sociedade através da história política e econômica. Foram principalmente médicos, sanitaristas, higienistas e advogados que se dedicaram a esses temas no decorrer daquele século⁴.

Os historiadores não chegaram, por sua própria iniciativa, à história do corpo. A necessidade e o interesse dos estudos nesse domínio foram impostas pelo exterior: a história das doenças feitas pelos médicos, história da tortura por advogados, história do corpo feminino, após Simone de Beauvoir, por mulheres, iniciações e curas por etnólogo (ROUSELLE, 1993, p. 176).

No século XIX apareceu uma nova concepção em que, de fator acidental, a doença tornou-se fator permanente da história. Naquela época, médicos publicaram grandes trabalhos médico-históricos que tinham por objetivo principal o estudo do comportamento natural das doenças numa perspectiva que fosse da dimensão do mal: a dos séculos. (BIRABEN, 1993, p. 245).

Contudo, essa história predominantemente médica caracterizava-se pelas preocupações inerentes às disciplinas que tomavam o corpo e a doença como objeto no século XIX. Não havia teorização e a dimensão biológica predominava nas análises (Cf. LE GOFF & TRUONG, 2006; LE GOFF, 1997). Não havia interesse na compreensão da sociedade a partir do corpo e da doença, nem o inverso. Durante o século XIX, o corpo figurava nos trabalhos de médicos e higienistas como cenário no qual a doença e a força de trabalho ganhavam materialidade e funcionalidade. Médicos e epidemiologistas advertiam sobre os estragos provocados pelas epidemias. Faziam-se crônicas das mortes, balanço geral das tragédias epidêmicas. A prática da descrição dos acontecimentos raramente era ultrapassada. O Estado, geralmente tomado de surpresa com as epidemias tão comuns naquele século, limitava-se a tomar precauções e procedimentos impostos pela dramaticidade da situação, e desse modo, valorizava e interessava-se pelo saber médico que lhe oferecia um receituário para tentar barrar aqueles eventos traumáticos. Tal receituário era muitas vezes ineficiente, mas a medicina era o discurso de cura que predominantemente se voltava para o adoecimento coletivo naquele século (Cf. CHALHOUB, 1996; FIGUEIREDO, 2002; HOCHMAN, 2006).

Neste contexto, a doença e o corpo eram considerados objetos de grandeza menor, inclusive no escopo do hegelianismo e do marxismo. Eram ignorados e duvidava-se que a atenção a esta “*pequena história*” pudesse contribuir na compreensão geral da sociedade⁵.

⁴ Jacques Le Goff salienta a existência de exceções como Jules Michelet, que aborda o corpo nos seus trabalhos sobre a feitiçaria na Idade Média. Nietzsche aborda a doença em *Ecce Homo*, alegando que há uma continuidade, entre doença e saúde, e que a distinção entre os dois é apenas um jogo de superfície. Contudo, resta dizer que estes autores foram resgatados apenas no século XX. (Cf. LE GOFF & TRUONG, 2006).

⁵ A editora portuguesa Terramar publica a coleção “Pequena história”. Nela exploram-se os temas negligenciados na chamada “*grande história*”. Os temas abordados são doença, medicina, sexualidade, bor-

Com a Escola dos Annales, na década de 1930, constituída por um grupo de historiadores franceses ligados à Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 pelos professores universitários Lucien Febvre e Marc Bloch, o corpo e a doença são incluídos como objetos da História. Mesmo sem uma unidade teórica e abrigando internamente várias tendências, esta escola representou uma oposição ao positivismo. Seus historiadores procuravam focar em seus trabalhos as estruturas sociais, seu desenvolvimento e funcionamento. Compartilhavam uma concepção de *história total* cujo objetivo é tratar dos grupos humanos sob todos os aspectos e, para isso, ampliaram a noção de documento. Consideravam fundamental o diálogo interdisciplinar entre a História e as outras áreas de conhecimento humano (Cf. REIS, 1996). Diferentemente do que ocorreu noutras disciplinas, que trilharam o caminho da especialização através da definição de recortes cada vez mais precisos, a renovação vivida pela História durante o século XX tomou o caminho da ampliação e variação dos temas e abordagens. Este movimento resultou na inclusão da doença e do corpo como objeto de estudo da disciplina (BIRABEN, 1993).

Tudo isso nos abre um campo imenso de estudos. Eis o que é conhecer o homem. Instaurar estudos sobre questões dessa natureza. São estudos difíceis, eu o sei (...). Que a dificuldade não nos desanime, entretanto. É preciso que a História se entregue a eles. É preciso que ela nos dote de uma *história humana da humanidade*. História dos sentimentos? Nós nem esboçamos ainda uma história do amor. “Este sentimento eterno”... dito apressadamente. Mas de quantos milhares de visões transitórias não se reveste a eternidade? E o trabalho da História é reconstituir toda essa série – História do ciúme? Nada. História da crueldade? Nada. História do medo? Nada. Não temos sequer uma história da vida humana e do preço que os homens dão a ela um preço que sempre variou, pois há épocas em que a vida do homem nada vale e outras, em que ela vale tanto que parecer ser o “todo” para a humanidade (Cf. FEBVRE, 1950).

Essa queixa de Lucien Febvre reflete as inovações introduzidas pelos Annales. Repetida inúmeras vezes, funcionou como um manifesto incitando os historiadores à pluralidade temática para a qual se reivindicavam abordagens teóricas interdisciplinares em prol do esforço de uma compreensão mais adequada da sociedade.

Fernand Braudel, membro da segunda fase dos Annales, avança em relação à doença e ao corpo (REIS, 1996). Numa resenha crítica republicada em 1969, faz advertências sobre a dimensão biológica excessiva do corpo assumida em alguns estudos.

A originalidade dessa introdução provém de uma redução sistemática dos problemas do homem ao plano de sua biologia. O homem, aqui, não é estudado em toda a sua realidade, mas somente sob um de seus aspectos, na qualidade de máquina vivente, na qualidade de planta e animal. O homem é capitado para falar com Maximilien Sorre, nas suas realidades de “homotermo de pele nua”. Não haverá, pois, no centro desse livro, o homem e nada mais, o homem vivo, isto é, uma coleção de seres, do homem social ao *homo faber* ou ao *homo sapiens* – sem esquecer o homem realidade ou, por assim dizer, realidade étnica. Só um dos lados (só uma das zonas) do homem é considerado: seu lado elementar de ser biológico, sensível ao quente, ao frio, ao vento, à seca, à insolação, à insuficiente pressão das altitudes, ocupado incessantemente em procurar e em assegurar sua alimentação, obrigado a defender-se enfim, sobretudo hoje em que se tornou consciente do perigo, contra

déis, família, divórcio e contracepção. A apresentação do exemplar sobre doenças é de Jacques Le Goff, e ali o historiador esclarece o valor e pertinência desses objetos. Contudo a oposição entre “*pequena história*” e “*grande história*” no título da coleção evidencia que esses objetos já foram preteridos pelos historiadores (Cf. LE GOFF, 1997).

as doenças que o seguem por toda parte lhe fazem, e desde sempre, num impressionante cortejo. (BRAUDEL, 2005, p. 144).

Por conseguinte, toda redução de fatos humanos à ordem geográfica deve ser, me parece, pelo menos dupla: redução ao espaço, sim, certamente, mas também redução ao social – esse social que o livro de Maximilien Sorre evita, que ladeia, e onde ele só se aprofunda quando é constrangido a fazê-lo pela unidade viva, infrangível de seu assunto. (BRAUDEL, 2005, p. 159).

Braudel insere a doença na perspectiva do cotidiano. Para ele esse é um local privilegiado para a percepção da doença e seus significados, e o inverso, para através dela captar características da sociedade.

As doenças aparecem, afirmam-se ou atenuam-se às vezes, por vezes desaparecem. É o caso da lepra, que as medidas draconianas de isolamento talvez não tenham vencido nos séculos XIV e XV no nosso continente (mas hoje, muito estranhamente, os leprosos em liberdade nunca provocam contágio); é o caso da cólera, que desaparece da Europa no século XIX; da varíola, que parece definitivamente extinta, em escala mundial, há alguns anos; da tuberculose ou da sífilis, tiradas de nossa vista pelo milagre dos antibióticos, sem que, contudo, se possa prever o futuro porque, ao que se diz, a sífilis reaparece hoje com certa virulência; é também o caso da peste que, depois de um longo descanso do século VIII ao século XIV, se desencadeia brutalmente com a peste negra, inaugurando um novo ciclo pestífero que só terminara no século XVIII. (BRAUDEL, 1995, pp. 73-74)⁶

Com a expansão da História através dos *Annales*, demarcou-se outra diferença crucial. O corpo e a doença não são apenas objetos complementares e elementos de auxílio na compreensão da sociedade, são objetos dignos de atenção e merecedores por si só de investigação e estudo. A idéia de “*pequena história*” é considerada inaplicável. As influências de cada época na constituição do corpo e na percepção das doenças e as modificações produzidas na história pelas doenças e pelas novas relações com o corpo constituem um campo de atuação formidável para o historiador.

A confluência entre corpo e doença remete o historiador a uma compreensão mais apurada da relação indivíduo/sociedade, esteja o corpo doente ou não. O processo de desdramatização, de desmetaforização, conforme preconiza Susan Sontag (SONTAG, [1997], 2007; SONTAG, [1988], 2007), ou normalização clínica que ocorreu com a lepra recentemente, inclusive formalizada com a cunhagem do neologismo *hanseníase*, é uma evidência de que a apropriação cultural e social das doenças e do corpo é complexa e histórica. Essa variabilidade incita e convoca os historiadores ao trabalho.

A doença

(...) a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social. (...). O acontecimento mórbido pode ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (REVEL & PETER, 1976, p. 144).

⁶ O autor comete um equívoco com relação à lepra. A doença continua contagiosa, contudo descobriu-se que ela possui alta infectividade e baixa patogenicidade. Quanto à endemia que existiu na Europa, encontra-se praticamente erradicada.

Uma das primeiras constatações dos antropólogos que se dedicaram ao estudo das doenças foi a de que os comportamentos suscitados por elas sofrem variações de acordo com cada cultura, mas que as doenças sempre suscitam comportamentos, ainda que com pequenas variações (Cf. ADAM & HERZLICH, 2001; LAPLATINE, 2004). No decorrer do século XX, os historiadores que se dedicaram às doenças também chegaram à mesma constatação (NASCIMENTO, 2005).

A Biologia imprimiu uma alteração decisiva na percepção da doença a partir do século XIX (GOULD, 1999; MAYR, 2005). Com a consolidação do evolucionismo, a doença torna-se definitivamente um fator regular da história e a teoria da *seleção natural*⁷ disponibiliza uma explicação funcional, que, em tese, deveria esvaziar as interpretações mágico-religiosas sobre a morbidez, isto é, a doença poderia perder sua excepcionalidade divina, fruto da ira de Deus sobre os homens no caso dos surtos epidêmicos, ou resultado da pecaminosidade do indivíduo, no caso de doenças endêmicas ou particulares (SONTAG, [1977], 2007). Todos os organismos vivos carregam patógenos que a qualquer momento podem resultar no adoecimento, ensinava a recém-nascida microbiologia.

Na *Íliada* e na *Odisséia* a doença aparece como castigo sobrenatural, como posseção pelo demônio e como o resultado de causas naturais. Para os gregos, a doença podia ser gratuita, mas podia ser também merecida (por falta pessoal, transgressão coletiva ou crime praticado por ancestrais). Com o advento do cristianismo, que impôs noções mais moralizadas da doença, como de tudo o mais, gradualmente evoluiu um ajustamento mais estreito entre a doença e a 'vítima'. A noção de doença como castigo produziu a idéia de que uma enfermidade podia ser um castigo especialmente justo e adequado. (SONTAG, [1977], 2007, p. 42).

No início do século XX, a explicação biológica sobre a doença ganhou muitos defensores e parecia encaminhar-se rumo à vitória sobre a visão religiosa. Aquele momento foi marcado por grande entusiasmo com os resultados obtidos pela ciência e pela industrialização⁸. A idéia de ver a doença como uma manifestação pura da corporeidade resolveria muitos problemas, como a ingerência religiosa, e justificaria definitivamente os gastos com pesquisas médicas, por exemplo. Aliás, este foi o intento positivista: ver a doença como pura materialidade biológica, afinal dizia-se que é no corpo que as doenças se desenvolvem (CLARO, 1995; HEGENBERG, 1998).

Contudo, as complicações não demoraram a surgir e não foram apenas devidas à continuidade e coexistência das explicações religiosas e biológicas para a doença; elas vieram também do interior da ciência. Sabe-se hoje que as explicações religiosas e biológicas, embora contraditórias, coexistem. Contudo, reconhece-se que a perspectiva biológica ocupa um espaço que foi subtraído da religiosidade (BIRABEN, 1993). A interpretação da doença como exclusiva manifestação da materialidade biológica foi contestada por estudos de ciência. Encerrada a primeira Guerra Mundial (1914-1918), e no auge do entusiasmo com a industrialização, o aprofundamento dos estudos da psicanálise, a consolidação da psicologia, e até mesmo os estudos econômicos vão abrir caminho para ligar a doença à pobreza, à mente humana, às práticas alimentares, entre outros, inviabilizando o projeto de reduzir a doença à mera manifestação biológica. Já na segunda metade do século XX, o desenvolvimento da sociologia médica e da antropologia da doença, dentre outros tantos exemplos, evidenciaram a inter-relação do corpo e

⁷ Apesar das resistências sociais à aceitação dessa teoria, sabe-se hoje que dentro da biologia em específico e na ciência em geral, ela é predominante. A consolidação da Biologia disponibilizou uma explicação concorrente à religiosidade sobre o adoecimento. Cf. MAYR, 2005, notadamente o capítulo 6, "As cinco teorias de Darwin".

⁸ Um dos observadores atentos e críticos desse entusiasmo pela ciência foi Karl Popper.

da doença com o social e o cultural. Algumas pesquisas evidenciaram a presença da subjetividade até na compreensão da sintomatologia.

Alguns anos mais tarde, um estudo feito por Irving Zola, em grupos de americanos de origem italiana ou irlandesa, mostrou que essa análise poderia ser estendida ao problema global da discriminação dos sintomas corporais. O autor estudou a descrição que os pacientes faziam de seus sintomas ao clínico geral, ao oftalmologista e ao otorrinolaringologista, e comparou com grande precisão a expressão das reclamações em pares de doentes, um de origem italiana, outro de origem irlandesa, que tinham recebido o mesmo diagnóstico. Os irlandeses localizam precisamente com maior frequência os sintomas, descrevem uma disfunção circunscrita e minimizam o sofrimento. Os italianos reclamam de sintomas mais numerosos e mais difusos; eles insistem sobre a dor e exageram, afirmando que seu humor e suas relações estão perturbados. Assim, para um mesmo problema de visão, a questão: “Qual é o seu problema?”, um americano de origem irlandesa responde: “não consigo enxergar o suficiente para pôr um fio no buraco de uma agulha ou ler o jornal”, enquanto que o paciente de origem italiana responde: “Estou com uma dor de cabeça que nunca passa, os olhos escorrem e ficam vermelhos” (ADAM & HERZLICH, 2001, pp. 71-72).

Hoje parece evidente a presença do social na constituição da doença e o inverso. Sobre o impacto da doença na história, pesquisou-se muito nesse sentido. Muitas reformas urbanas desenrolaram-se na esteira do medo coletivo da irrupção de novas epidemias. As doenças funcionaram como argumento legítimo para o Estado ampliar sua ingerência na sociedade e obter poder crescente de normatização junto dos corpos no âmbito do próprio cotidiano, em nome do bem-estar coletivo⁹. O Estado deixa de ser apenas um agente fiscal externo e começa a ditar posturas e modelos de organização cuja coordenação lhe compete. Tal mudança aumentou consideravelmente seu poder e ainda justifica e legitima a cobrança de mais impostos para custear as despesas daí decorrentes (FOUCAULT, [1974a], 2000, p. 88; DONZELOT, 1980).

A percepção sociocultural da doença tem muitos desdobramentos. Em âmbito individual ou familiar, a doença pode ser ocasião de despertar a atenção do outro, a sua complacência ou o abrandamento da sua severidade. Também, às vezes, representa a forma sádica pela qual se sacrifica o companheiro, ou ainda, a justificativa de furtar-se a certas obrigações. As restrições individuais, mesmo que sejam fonte de dependência e nem sempre sejam de origem patológica, podem impulsionar o indivíduo a edificar o domínio de si: a gagueira de Demóstenes o incitou a tornar-se um grande orador. Contudo, adoecer de lepra e tuberculose, por exemplo, em certos momentos da história, poderia ser uma tragédia individual com conseqüências para o acometido e extensivas a toda sua família (Cf. CURI, 2002).

Susan Sontag analisa as doenças como fenômenos carregados de metáforas. Essa dimensão metafórica ultrapassa a dimensão biológica e, em algumas doenças, como no caso do câncer, é considerada pior e mais nociva ao paciente do que a própria doença.

Qualquer doença encarada como um mistério e temida de modo muito agudo será tida como moralmente, senão literalmente, contagiosa. Assim, pessoas acometidas de câncer, em número surpreendentemente elevado vêem-se afastadas por parentes e amigos e são objeto de procedimentos de descontaminação por parte das pessoas de casa, como se o câncer a exemplo da tuberculose, fosse uma doença transmissível. O contato com uma pessoa acometida por doença tida como misteriosa

⁹ Ver o célebre episódio da história brasileira conhecido como Revolta da Vacina (1904). Cf. CHALHOUB, 1996.

malignidade afigura-se inevitavelmente como uma transgressão ou, pior, como a violação de um tabu. Os próprios nomes dessas doenças são tidos como possuidores de um poder mágico. Em *Armance* (1827), de Stendhal, a mãe do herói se recusa a dizer “tuberculose”, pelo medo de que pronunciar a palavra acarrete o agravamento da doença do filho (SONTAG, [1977], 2007, p. 10).

Essas conotações culturais da doença podem ser constatadas na comparação com outras enfermidades. Não se esconde a verdade de um paciente que teve uma parada cardíaca, pois nada há de vergonhoso num ataque do coração. No entanto, quanto aos cancerosos, a reação quase sempre é outra. “Mente-se aos pacientes cancerosos não só porque a doença é (ou tida como) uma sentença de morte, mas porque é considerada obscena, no sentido original da palavra: de mau presságio, abominável, repugnante aos sentidos.” (SONTAG, [1977], 2007, p. 13).

Essas constatações sobre o cultural e o social que acompanham a doença podem ser reforçadas pela observação do que ocorre atualmente com a Aids. Sua disseminação no início da década de 1980 ocorreu entre drogados e homossexuais, portanto pessoas ligadas a uma sexualidade considerada “desviante”, o que fez emergir interpretações da Aids ligando-a à culpabilidade e à condenação moral por uma vivência sexual tida como excessiva e reprovável. Analisada por Susan Sontag (SONTAG, [1988], 2007, p. 110), ela evidencia a estigmatização dos aidéticos. Doença encarada como a “praga” do século XX, seguramente a Aids não carrega na atualidade o peso que a lepra teve no passado, contudo, são inúmeros os depoimentos de aidéticos relatando discriminação sofrida e auto-discriminação dos acometidos por essa doença (SONTAG, [1988]).

Na *História da Loucura*, o que Foucault circunscreve não é a história dos loucos, nem a luta da razão em oposição à da loucura. Tratou-se de historicizar as fronteiras tênues entre o lúcido e o não-lúcido – divisão esta modificada no curso da história. São mudanças que demandaram novas posturas sociais para com os loucos. Se a definição mostrou-se móvel é porque ela não se apóia num dado biológico imutável, mas numa interpretação coletiva da doença (FOUCAULT, [1972] 2000).

Foucault trata das doenças em seus trabalhos. Além da loucura, ele aborda a peste e a lepra. Para ele o leproso é o anormal, o monstro banalizado, confluência do indesejável estético e do corpo perigoso que pode disseminar o mal e deve ser excluído (FOUCAULT, [1975], 2001). Ele esclarece os modelos sociais que a lepra e a peste legaram para o Ocidente. “A peste substituiu a lepra como modelo de controle político, e é essa uma das grandes invenções do século XVIII, ou em todo caso da Idade Clássica e da monarquia administrativa (...)” (FOUCAULT, 2001, [1975], p. 59).

No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim com a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão.

Esquemas diferentes, portanto, mas não incompatíveis. Lentamente, vemos-os se aproximarem; e é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os violentos formavam a população real) a técnica de poder própria do “quadriculamento” disciplinar. Tratar os “leprosos” como “pestilentos”, projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões – isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisa binária e da marcação (...) De um lado, “pestilentam-se” os leprosos; impõe-se aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares

permite marcar quem é “leproso” e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas de exclusão. (FOUCAULT, 2000, [1975], p. 165).

Contudo, paralelamente às modificações ocorridas na percepção da doença ocorreram também alterações na relação com o corpo. Foram fenômenos contemporâneos e interligados. A ascensão da medicina, a emergência de políticas de saúde pública, a secularização acelerada do final do século XIX e a demanda por trabalhadores, entre outros fatores, terminaram por resultar num novo cenário.

O corpo

O corpo é prenhe de significados simbólicos profundos, intensamente carregados e, amiúde, sumamente contraditórios. Para os cristãos ortodoxos, por exemplo, sendo originalmente feito à imagem de Deus, ele é um templo. Mas, desde a Queda e a expulsão do Jardim do Éden, os corpos têm sido “vis” e a carne é fraca e corrupta. Assim, o corpo cristão tanto é sagrado quando sórdido. As convicções médicas são sempre alicerçadas em atitudes e valores culturais referentes à carne (PORTER, 2004, p. 73).

Desde a Antigüidade, o ser humano foi concebido como composto de partes diferentes e distintas: o corpo (material), a alma (espiritual) e mente (intelectual). Essa separação já existia no pensamento grego antigo no século V a.C. (PORTER, 2004). Para Platão o ser humano se compõe de duas partes, uma superior (a alma) e outra inferior (o corpo). Na Idade Média, o corpo era considerado inferior, sede dos pecados, o que não anulava sua criação divina que lhe impingia um tom de sacralidade. No Renascimento e Idade Moderna, começam a ocorrer transformações a respeito da concepção do corpo, que passa a ser visto como máquina submetida a leis e causas gerais da natureza. Era a emergência do corpo-máquina (CAPRA, 1997).

No período que vai da Renascença até a modernidade ocorre uma dessacralização ou secularização do corpo e doença (LEPARGNEUR, 1987). No século XV começam a ocorrer as dissecações que propiciaram um grande avanço no conhecimento médico que até então estava impedido de investigar o interior do corpo, por força de ingerências religiosas. Data desta época as experiências de Vesálio (1514-1564), médico de origem belga que desafiou as proibições religiosas e praticou várias dissecações. A partir deste trabalho desvendou-se uma nova seara para a medicina, que propiciou a revisão de inúmeros aspectos da obra de Galeno, século II, notadamente quanto à anatomia humana (PORTER, 2001).

No século XIX, com a ascensão da biologia, o corpo humano foi remetido para o interior do conceito de espécie. Contudo até este momento as influências recíprocas entre corpo-sociedade permaneceram pouco estudadas. O corpo era uma materialidade dada que atravessava incólume a história. Era considerado como substrato biológico dado e inquestionável sobre o qual se projetava o social e o cultural (BIRABEN, 1993; BRAUDEL, 1995; MAYR, 2005).

Desde que se tornou objeto de estudo da História, o corpo passou a ser alvo de grande interesse. O postulado de que o corpo é ele próprio um constructo cultural, social e histórico plenamente investido de sentido e significação ganha força. Na cultura contemporânea, assiste-se a uma constante valorização de sua importância. Cada vez mais a preocupação com o corpo cresce. Manter um corpo “elegante” através de dietas, de exercícios físicos, do uso de drogas e de intervenções cirúrgicas tornou-se uma das principais obsessões da sociedade atual, a *corpolatria*, que ameaça inverter a hierarquia existente desde a Antigüidade que apregoava a superioridade da alma/mente so-

bre a matéria. Nessa nova compreensão, a corporeidade tornou-se um tema prestigiado de investigação e análise (LE GOFF & TRUONG, 2006).

A partir das investigações de Michel Foucault, o corpo passa a ocupar um lugar de destaque. As pesquisas que questionavam a normalidade física, através do estudo das figuras consideradas abjetas, monstruosas, defeituosas ou deformadas, evidenciaram a construção sociocultural do corpo. Foucault mostra que a corporeidade é atravessada por inúmeras relações de poder e que a disciplinarização e medicalização são responsáveis pela configuração do corpo no século XX (FOUCAULT, [1975], 2000, pp. 145-152).

O poder penetrou o corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua (FOUCAULT, [1975], 2000, pp. 146).

Foucault salienta que o controle do corpo do indivíduo em sociedade abriu brecha para a edificação de um poder para controlar o homem-espécie, isto é, a coletividade. Visto que o corpo pode ser retido nas malhas finas do poder disciplinar, surge por parte do Estado a aspiração de controlar o corpo social dentro de um poder positivo cuja tônica não é exclusivamente a punição e a cobrança do fisco, mas a gerência do cotidiano rumo a metas apregoadas como de valor universal (CRESPO, 1990).

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Recentemente a reivindicação feminista sobre a especificidade da experiência das mulheres com seu corpo também tem contribuído para o renovado interesse pelo significado cultural e social da corporeidade. (Cf. SOUSA, 2001).

Contudo, o objetivo aqui é tematizar o corpo do leproso. Mais especificamente a relação da sociedade com o seu corpo. Uma relação que variou; portanto, faz-se necessário historicizá-la.

O corpo e a doença: confluências sobre a lepra

Compreende-se por que os antigos viam no medo uma punição dos deuses, e por que os gregos haviam divinizado Deimos (o Temor) e Fobos (o Medo), esforçando-

se em conciliar-se com eles em tempo de guerra. (...) Assim, os antigos viam no medo um poder mais forte do que os homens, cujas graças, contudo, podiam ser ganhas por meio de oferendas apropriadas, desviando então para o inimigo sua ação aterrorizante. E haviam compreendido – e em certa medida confessado – o papel essencial que ele desempenha nos destinos individuais e coletivos (DELUMEAU, 1989, pp. 20-21).

A lepra representou a grande praga, a sombra sobre todos os dias da humanidade medieval. O medo de todas as outras doenças, juntas, dificilmente se pode comparar ao terror da lepra. Nem mesmo a Peste Negra, no século XIV, ou o aparecimento da sífilis, ao final do século XV, produziram tanto pavor (ROSEN, 1994, p. 59).

Foi dito neste texto que a lida com a lepra passou por mudanças drásticas desde meados do século XX. Isso não foi exclusividade do Brasil, mas foi em terras brasileiras que a relação lepra-sociedade atingiu contornos extremos que foram desde a invenção de um novo nome para a doença, *hanseníase*¹⁰ (atitude baseada na intenção de dar à doença uma nova face não discriminatória), até o atual desleixo governamental que impede a solução da endemia no país e o mantém no *podium* dos mais afetados do mundo num incômodo segundo lugar¹¹. Até na lepra/hanseníase, o Brasil é um país de contradições.

Mas qual foi afinal essa mudança drástica? A resposta é simples. Mudou-se de uma doença estigmatizante (que ocasionava por força de lei¹² o isolamento compulsório do acometidos em asilos-colônias, a dissolução da família e quase sempre embaraços de toda ordem aos familiares e amigos que tinham convivido com o doente que fora isolado¹³) para uma doença cujo tratamento hoje se faz em regime ambulatorial. A medicação é quase toda tomada no domicílio, e não existe mais isolamento ou privação de nenhuma relação social. Hoje a vida prossegue sem interrupções durante o tratamento até a alta por cura. Não é sem razão que a doença mereceu um nome novo. A diferença é brutal e um observador desavisado jamais as relacionaria.

Para explicar essa mudança, os historiadores se lançaram em inúmeras pesquisas que apontam predominantemente para interesses estatais, questões econômicas, surgimento da cura da doença, e difusão e consolidação dos Direitos Humanos na área da saúde, entre outros (Cf. GOMIDE, 1991; MONTEIRO, 1995; NASCIMENTO, 2001; CURI, 2002; SERRES, 2004; CURI, 2006). Um dos objetivos deste artigo é demonstrar que além destes fatores já citados, necessita-se incluir nesta lista as novas posturas para com o corpo e a doença surgidas nos dois últimos séculos, cujos impactos sobre a lepra alteraram-lhe definitivamente as feições. À medida que o corpo se tornou largamente acessível à prática e pesquisa médica e entregue aos cuidados dos profissionais da saúde, desvencilhando-se da áurea de sacralidade que lhe impedia o acesso, abriu-se caminho para conhecer e combater a lepra que estava no corpo, suprimindo-se, ao menos em parte, a culpabilidade e a moralização de sua etiologia. Quanto ao adoecimento evidenciam-se duas fases dessa nova abordagem sobre a doença. Na *primeira*, a biologia se contrapõe à religião e propicia a compreensão de que a doença se insere no jogo na-

¹⁰ O nome hanseníase foi adotado pela primeira vez em 1967 no Estado de São Paulo. Em 1976 ele foi adotado em âmbito nacional e em 1995 foi aprovada uma lei no Congresso Nacional regulamentando a matéria e proscurendo definitivamente o termo lepra no Brasil (Lei n.º federal 9.010 de 29 de março de 1995).

¹¹ O país com a maior endemia é a Índia. No Brasil a situação é particularmente grave, pois o país é o segundo do mundo em número de casos, e os índices de detecção de novos casos são crescentes nos últimos anos. O governo se defende alegando que isso se deve à melhoria dos serviços de saúde, o que em alguns momentos é difícil de acreditar, particularmente, quando se consideram Estados como o Mato Grosso, onde a hanseníase é hiper-endêmica pelos critérios da OMS.

¹² Cf. Lei Federal n.º 610 de 13/01/1949.

¹³ Mesmo os parentes e amigos sadios terminavam por partilhar ainda que em menor grau do estigma da lepra (Cf. CURI, 2002; CURI, 2006).

tural dos ecossistemas e das espécies. Numa *segunda* fase, percebe-se que a doença não se limita à materialidade biológica, mas a ultrapassa ligando-se ao social e ao cultural que tanto ocasionam a doença: “doenças da pobreza” e da “abundância”, “modernas” e “antigas”, são responsáveis por sua conceituação e entendimento¹⁴.

Dito isto, agora é preciso compreender como a primeira fase dessa nova concepção da doença, a compreensão biológica da doença, conjugou-se com outros interesses e com uma nova visão do corpo e terminou indiretamente por contribuir para a edificação do aparato estatal de isolamento dos leprosos, o chamado *exílio sanitário*, um dos capítulos que mais sobressalta aos olhos deste início de terceiro milênio.

O corpo do leproso: de maldito a perigoso

A lepra durante séculos foi vista como um mal do corpo que mantinha alguma relação com o pecado ou falhas morais do indivíduo (BROWNE, 2003; SONTAG, [1977], 2007). Um dos elementos mais marcantes dessa doença é o seu impacto estético (CURI, 2002). As imagens dos doentes terminais portadores de inúmeras seqüelas que desfiguram os traços físicos do rosto e comprometem as mãos, pés, nariz, entre outros, criaram o estereótipo do leproso como figura horrenda que incomoda e choca. Foucault esclarece que o leproso era encarado como o monstro banalizado que perturbou o cotidiano durante toda a Idade Média (FOUCAULT, [1975], 2001). Essa visão permaneceu durante a modernidade e não é exclusividade da cultura ocidental (BROWNE, 2003).

As primeiras referências indubitáveis à hanseníase vêm da Índia e são datadas de aproximadamente 600 a.C., embora provavelmente sejam resultado de tradições orais mais antigas. O *susruth samhita* resume o conhecimento tradicional sobre a hanseníase e menciona o óleo de *chaulmoogra* como tratamento. A obra identifica tantos sinais cutâneos quanto neurológicos, distinguindo a doença (mesmo em suas formas mais suaves) do leucoderma (lepra branca – atualmente chamada vitiligo). Os registros da China e do Japão são de datas um pouco posteriores às da Índia. Segundo Veith, a história da lepra no Japão possui paralelos interessantes com a da lepra bíblica: a imprecisão, as implicações não-clínicas, o medo excessivo (BROWNE, 2003, p. 35).

Inúmeras razões foram evocadas para explicar a feiúra do leproso, considerada repulsiva e horrenda. No Ocidente a leitura predominante foi a religiosa. Contudo, durante o século XIX, a concepção do leproso como indivíduo *maldito*, monstro banalizado que aterrorizava, será substituída pela idéia de *perigo* (FOUCAULT, 2001),¹⁵ de portador do mal, que assombra e ameaça a coletividade. Essa nova concepção sobre o leproso derivou da teoria do contágio das doenças que teve sua ascensão e consolidação no século XIX e substituiu a explicação miasmática até então predominante¹⁶. A conjugação da teoria do contágio com a ascensão da biologia abriu caminho para um novo olhar sobre o leproso, alguém *perigoso* e não mais um *maldito* que espreitava suas mazelas.

Uma aceitação literal de cada palavra na Bíblia era a visão padronizada de todo cristão ortodoxo no começo do século XIX. Tudo neste mundo, tal como o vemos,

¹⁴ Essa segunda fase não será tratada de maneira pormenorizada neste artigo. Fiz a opção de citá-la para situar o leitor quanto à complexidade dos estudos que envolvem a doença e propiciar um entendimento do quadro atual sobre o estudo dessa temática. (Cf. ADAM & HERZLICH, 2001; LAPLATINE, 2004; NASCIMENTO; 2005).

¹⁵ Cf. FOUCAULT, 2001.

¹⁶ A teoria miasmática postulava-se que os maus odores, chamados miasmas, eram os responsáveis pelo adocimento. (Cf. MARTINS, 1997).

havia sido criado por Deus. A teologia natural acrescentava a convicção de que no momento da criação Deus também havia instituído um conjunto de leis que continuariam mantendo a perfeita adaptação de um mundo bem projetado. (...) Embora a natureza viva, (referindo-se ao meio ambiente) desde Buffon, fosse cada vez mais importante na reflexão dos filósofos, ela não pôde ser propriamente organizada até que a biologia se tornasse um ramo reconhecido da ciência. E isso não aconteceu senão em meados do século XIX, quando se impôs a aceitação de idéias inteiramente novas, idéias vindas da biologia, e nem a ciência estabelecida nem a filosofia estavam bem preparadas para aceitá-las. Sua assimilação demandou uma revolução ideológica, e foi de fato uma revolução muito drástica, como depois se viu. Essa revolução demandava mais e mais drásticas modificações na visão de mundo das pessoas comuns do que havia ocorrido em séculos anteriores¹⁷. (...) Ele (referindo-se a Darwin) foi o responsável pela substituição de uma visão de mundo baseada no dogma cristão por uma visão de mundo estritamente secular. Além disso, seus escritos levaram a rejeição de várias visões de mundo anteriormente dominantes, tais como essencialismo, finalismo, determinismo e a suficiência de leis newtonianas para a explicação da evolução (MAYR, 2005, p. 111).

A lepra não ficou ileso a todas essas mudanças. O seu estatuto religioso milenar perde força e a doença foi inserida entre as doenças infecto-contagiosas como um dos mais terríveis males a ser combatido, como tão bem se expressou Oswaldo Cruz:

De certos problemas sanitarios, que preocupam continuamente o espirito dos que cogita, desses assumptos, as soluções praticas se apresentam, á primeira vista, inçadadas de dificuldades tão grandes que, aos mais corajosos trazem o desanimo: a tuberculose, a syphilis, o alcoolismo e a lepra, estão no rôl desses duendes que atormentam os hygienistas. A "lepra", entre nós, está a merecer cuidados especiais. A filha mais velha da Morte, como é cognominada no livro de Job, tem tomado aqui um incremento que está pedindo que se lhe anteponha paradeiro. (...) rara é a familia que não tenha pago doloroso tributo á horrivel molestia. Incompletos e insufficientes são nossos conhecimentos acerca da transmissão da lepra. (...) Mas o leproso é, ao menos, um dos depositos do virus. Isto está provado. Dahi a necessidade de isolal-o da comunidade. (...) segregal-os-iam da nossa cidade, evitando o mal que se está alastrando insidiosa, gradual e progressivamente, e que, em futuro não muito remoto, virá trazer-nos grandes dissabores. (...) É uma idéa a estudar que poderá ser modificada, melhorada e mesmo alterada, desde que o seu *subtractum* "o isolamento dos leprosos em colonias" permaneça de pé (CRUZ, 1913, p. 02). (sic)

O corpo do leproso carregava o mal que poderia se disseminar pela coletividade. Seu banimento irrestrito, a esmo, começou a ser repensado a partir do século XIX. Durante a Idade Média, o leproso era colocado em circulação no ermo. enquanto a comunidade se resguardava "sã" entre muros de castelos ou em vilas expurgadas dos seus entes malditos. Com a ascensão da medicina, do sanitarismo, do higienismo e da biologia e com a avalanche de agentes etiológicos que começam a ser conhecidos no século XIX, a idéia do leproso em livre circulação será revista, e sua exclusão imitará o modelo da reclusão, mas uma reclusão médico-sanitária que, conforme Foucault, obedecerá ao modelo da peste, "*o empestamento da lepra*". Essa exclusão reformada se caracterizará por um isolamento sob administração médica, circunscrito num espaço esquadrihado e obedecendo a um rigoroso controle do tempo e do indivíduo (FOUCAULT, [1975], 2000, p. 165). A prática até então comum dos leprosos circulando nas cidades esmolando e "*expondo sua lepra*" à caridade alheia será condenada. De repente, à luz

¹⁷ Michel Foucault no livro *A ordem do discurso* analisa um dos episódios célebres da dificuldade de assimilação da biologia ao abordar a genética de Mendel (Cf. FOUCAULT, [1970], 2001).

da biologia e da teoria do contágio, compreendeu-se que isso era perigoso. O leproso foi colocado sob suspeição e a reclusão sanitária foi indicada como a solução para a questão. Foi a partir daí que se assistiu no Brasil e no mundo ao endurecimento da segregação dos leprosos, uma nova segregação que revitalizou e radicalizou o dogma cristão exposto no Levítico.

Essa diferença das posturas verificadas com relação à lepra não se fundamenta apenas no aparecimento de novas concepções sobre as doenças. Também encontra suas condições de possibilidade na nova relação do Ocidente com o corpo.

A religião e a medicina dividiam uma orientação durante a Idade Média – formando um todo. Etimologicamente “holiness” (santidade) e “healing” (cura) derivam de uma raiz comum (a idéia de plenitude), assim como salvação e salubridade e também cura, cuidado e caridade (do latim *caritas*). Porém, nossa cultura (sendo letrada e analítica) desenvolveu também demarcações entre o corpo, por um lado, e do outro, a alma, mente ou espírito. Tais dualismos nutriram uma diferenciação da medicina da fé e o médico do padre, um se ocupando da cura dos corpos e o outro, da “cura das almas” (PORTER, 200, p. 84).

O leproso deixa de ser objeto de atuação sacerdotal, como ocorreu durante toda Idade Média, e passa para as mãos dos médicos. Esta mudança ocorre na esteira deste longo processo de retirada do corpo e das doenças da esfera religiosa que vai da Renascença e prossegue e consolida-se no século XIX. “De maneira nenhuma, a medicina ocidental desenvolveu-se dentro de sistemas-valores dominantes estabelecidos pela Igreja (até muito recentemente, a Medicina continuava como uma profissão menor, subalterna, de menos prestígio que a batina)” (PORTER, 2000, p. 84)

A visão do corpo, segundo o cristianismo – impuro, ainda que instrumento de Deus – sugeria uma divisão de trabalho entre a Igreja e a profissão médica. Padres eram inclinados à salvação da alma, enquanto tratar as enfermidades do corpo tornara-se privilégio dos médicos. O Quarto Concílio de Latrão (1215), em Roma, proibiu aos clérigos o derramamento de sangue através da prática da cirurgia e advertiu contra o envolvimento imoderado destes no tratamento de queixas físicas. Médicos e pregadores, assim, delimitaram “campos separados” – um princípio mutuamente aceitável de *modus vivendi*. Questões pertinentes à alma eram tratadas pela Igreja; e o corpo era entregue aos médicos. A coexistência pacífica da Igreja e médicos era a norma, embora invasões fronteiriças fossem inevitáveis (PORTER, 2000, p. 88).

A relação do Ocidente com o corpo se altera no século XV com a Renascença e acelera-se no sentido da secularização até o século XX. Foucault adverte sobre esta mudança e a aborda no âmbito da constituição do hospital moderno que surge no final do século XVIII (FOUCAULT, [1974-b], 2000, pp. 99-111). O hospital que, durante a Idade Média, fora o espaço de exercício da caridade e materialização do cuidado cristão, a partir do final do século XVIII, torna-se uma *casa terapêutica*. Essa nova formatação do hospital foi possível em função de uma relação não-religiosa com o corpo.

Essa mudança do *status* da lepra de “*mal divino*” para “*perigo infecto-contagioso*” foi então o resultado da convergência de vários fatores, tais como a secularização bastante ativa após a Revolução Francesa, a emergência da biologia, o surgimento da saúde pública e novas concepções sobre o corpo e a doença. Assim, na história do corpo leproso, podem-se perceber duas etapas distintas: primeiro ele era percebido como um pecador que expiava suas culpas; depois ele converteu-se em portador e

disseminador de um mal hediondo que definitivamente não combinava com nenhum dos ideais de sociedade apregoado no século XIX¹⁸.

Paradoxalmente, o leproso nestes dois momentos fora alvo de caridade e assistência ainda que por razões diferenciadas. No primeiro momento era a caridade cristã piedosa que buscava aliviar o sofrimento de alguém já condenado e garantir a salvação da alma dos beneméritos que a praticavam. No segundo momento era a filantropia, que visava acomodar o excluído adequadamente no seu lugar social. Nenhuma das duas posturas questionava o lugar que o leproso ocupava na sociedade; pelo contrário, ambas trabalhavam apenas para que sua estadia nestas paragens da exclusão fosse mais aprazível (CAPONI, 2000).

Desta forma, durante toda a Idade Média, predominou a perspectiva religiosa sobre a lepra, normatizada pela Bíblia: a doença era uma maldição. A idéia de perigo que ronda a coletividade surge no final do século XIX na esteira do movimento generalizado de consolidação da ascensão da medicina e de surgimento da biologia. A diferença desses dois momentos é significativa: de maldito que expiava as culpas para um ser perigoso que dissemina o mal¹⁹. Quando estava na categoria de maldito ele não ameaçava a coletividade, pois seus sofrimentos eram atribuídos a culpas individuais. A lepra era um mal que apenas lhe pertencia, e dessa forma, o Levítico previa que este apenas se abateria aos demais membros da comunidade, se esta o tolerasse no seu interior e não o rechaçasse.

Com a teoria do contágio, os leprosos, juntamente com uma série de doenças infecto-contagiosas, adquiriram um *status* de perigo ambulante que ronda os sãos. Até a caridade cristã sofreu o impacto desta nova concepção. Agora o contato deve ser evitado porque o mal pode ser transferido de uma pessoa para outra, de um corpo infectado para outro são. A higiene explica: o mal pode circular entre os homens. As intervenções médicas não podiam ainda liquidar com este mal no interior do próprio corpo do leproso. A única solução aventada na época foi a reclusão dos corpos leprosos, ou indivíduos leprosos, num espaço controlado e seguro para os sãos; em nome dos sãos (CURI, 2002).

Assim, neste ponto de intercessão entre novas concepções sobre as doenças, consolidadas no século XIX, e uma nova relação com o corpo, eis que surge o leproso como *perigo infecto-contagioso*, aquele que espreitava a sociedade, vetor do mal. Aquele que demandava cuidados. Fonte do medo contra o qual medidas severas então se justificavam, entre elas o isolamento médico-sanitário. Tema tão caro na história dessa doença, tão intrigante que revela muito do comportamento humano, do Ocidente e de sua cultura.

Considerações finais

O isolamento dos leprosos em asilos-colônias foi uma prática generalizada durante o século XX praticamente no mundo inteiro. Hoje, passados aqueles idos anos, a narrativa do que se fez em nome do combate à lepra e o conhecimento mais aprofundado da doença impõem uma dúvida comum ao cidadão do século XXI: como foi possível em pleno século XX isolar e segregar tantas pessoas? Tradicionalmente os historiadores apresentaram explicações envolvendo interesses de Estado, medo coletivo, estigma

¹⁸ Há ainda um terceiro momento que se refere ao final do século XX, quando a lepra perde seu estatuto diferencial e torna-se uma doença comum não causando alarde nem demandando atitudes de segregação social.

¹⁹ Oswaldo Cruz, no artigo já citado, "*Uma questão de Higiene social*", publicado em 1913, refere-se à lepra como "*a filha mais velha da morte*" – numa alusão ao livro bíblico de Jó. As publicações atuais já passaram por processos de revisão e não mais mencionam o nome do mal que o demônio enviou sobre Jó. Contudo fica evidente que se trata de um mal dermatológico – situação propícia para confusão e aproximações indevidas. Historicamente Jó figurou como leproso. O fato de atribuírem justamente a lepra como o mal enviado pelo demônio é indicativo de que essa foi a doença mais temida durante séculos.

social milenar, aspectos estéticos, entre outros. O presente artigo procurou abordar e acrescentar outras explicações até então pouco utilizadas. Foi uma nova concepção sobre o corpo e particularmente sobre a doença que legitimaram a edificação do aparato estatal de segregação da lepra. Essas novas concepções, inclusive, tornaram a doença e o corpo objeto de estudo das ciências humanas. Por isso, hoje historiadores, filósofos, cientistas sociais entre outros se dedicam ao estudo do que ocorreu com os leprosos no passado. O isolamento ocorrido no Brasil do século XX era de um tipo diferente daquele praticado num passado mais remoto de cunho religioso. Foi, então, toda esta série de mudanças, novo olhar sobre o corpo e a doença, que tornaram plausível o *exílio sanitário* dos leprosos: um dos episódios mais marcantes na história da profilaxia das doenças infecto-contagiosas, quicá do século XX. Um episódio que ainda desafia e nos faz refletir sobre o pesadelo que uma doença pode vir a representar numa coletividade.

Referências bibliográficas

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Bauru: Edusc, 2001.

BIRABEN, Jean-Noel. “Doença”, in: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 245-248.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. “Há uma geografia do indivíduo biológico?”, in: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 143-160.

BROWNE, Stanley George. *Lepra na Bíblia: estigma e realidade*. Viçosa: Ultimato, 2003.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLARO, Lenita B. Lorena. *Hanseníase: representações sobre a doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

CRESPO, Jorge. *História do corpo*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand, 1990.

CRUZ, Oswaldo. “Uma questão de hygiene social”, in: *O Imparcial* (Imprensa escrita – jornal). Rio de Janeiro, n. 211, p. 2, jul. 1913, apud: Souza-Araújo, Heraclides-Cesar. *História da lepra no Brasil: período republicano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Volume III, 1956, pp. 117-118.

CURI, Luciano Marcos. *Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil (1935-1976)*. Uberlândia: Programa de Pós-graduação em História/UFU (Dissertação de Mestrado), 2002.

_____. Lepra e Preventórios do Brasil: a Educação a serviço do “bem”, in: *Revista Evidência*. Araxá: Uniaraxá, Ano 2, n.º 02, 2006, pp. 149-179.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DONZELOT, Jacques. *Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FARRELL, Jeanette. *A assustadora história das pestes e epidemias*. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2002.

FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI (conferência), in: *História: Revista do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*. São Paulo, Ano I, n.º 01, 1950, pp.16-17.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social [1974a], in: *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, pp. 79-98.

_____. O nascimento do hospital [1974-b], in: *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, pp. 99-111.

_____. Poder-corpo [1975]. 15 ed. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000, pp. 145-152.

_____. *História da Loucura [1972]*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão [1975]*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A ordem do discurso [1970]*. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Os anormais [1975]*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. “Órfãos de Pais Vivos” - *A lepra e as instituições preventórias no Brasil: Estigmas, preconceitos e segregação*. São Paulo: FFLCH/USP (Mestrado em História), 1991.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HEGENBERG, Leonidas. *Doença: um estudo filosófico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2006.

LAPLATINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LE GOFF, Jacques (apresentação). *As doenças têm História*. 2 ed. Lisboa: Terramar, 1997, pp. 07-08.

_____. & TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Trad. Marcos Fa-
mínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- LEPARGNEUR, Hubert. *O doente, a doença e a morte*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MAYR, Ernst. *Biologia: ciência única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MCKEOWN, Thomas. *As origens da doença humana*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP (Doutorado em História), 1995.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- NASCIMENTO, Heleno Braz do. *A lepra em Mato Grosso. Caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar*. Cuiabá: UFMT (Dissertação de Mestrado), 2001.
- NETTO, Andrei. Extremista Le Pen volta a assombrar seus adversários, in: *Estado de São Paulo*. Sexta-feira, 20 de abril de 2007.
- PORTER, Roy. O corpo, in: *Das tripas coração*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 73-96.
- _____. O que é doença, in: *História Ilustrada da Medicina*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001, pp. 82-117.
- REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da História*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996.
- REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história, in: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.144-159.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Unesp/Abrasco, 1994.
- ROUSSELLE, Aline. “Corpo”, in: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp.176-181.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. *Nós não caminhamos sós: O Hospital Colônia Itapua e o combate à lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950)*. Santa Maria: Unisinos (Dissertação de Mestrado) 2004.
- SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas [1988]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Série: Companhia de Bolso).
- _____. *Doença como metáfora [1977]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Série: Companhia de Bolso).
- SOUSA, Vera Lúcia Puga de. Violência e desgoverno: o desaparecimento do Jardim das Delícias, in: MACHADO, Maria Clara Tomaz. (org.) *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: EDUFU, 2001.

O *Decameron* e a peste como metáfora

Luís André Nepomuceno

UNIPAM. Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp,
com Pós-doutorado na mesma instituição.

Resumo: O artigo pretende fazer uma investigação sobre as raízes da metáfora que caracteriza a imagem da Peste Negra na célebre introdução da Primeira Jornada do *Decameron* (1349-1353), de Giovanni Boccaccio. Pensando no retrato da peste como a síntese de um espírito histórico e social da Florença de 1348, tenho como hipótese que Boccaccio fundamentou-se em outras caracterizações da doença e das demais calamidades sociais daquele tempo, a partir de textos de Petrarca e Dante, para definir a peste como metáfora de uma condição humana, e ao mesmo tempo, como uma antítese do programa humanista de edificação das virtudes estoicas.

A famosa introdução à Primeira Jornada do *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, em que o autor nos faz uma minuciosa descrição dos efeitos arrasadores da peste negra na Florença de 1348, embora soasse como um verdadeiro entrave que assustaria as leitoras daquele tempo (*preziosissime donne*), já que tão horrível começo poderia servir como desestímulo à leitura, funciona na verdade como ponto de partida e uma reflexão indispensável às narrativas posteriores. Em outros termos, sem a “moldura” das narrativas, sem a descrição da peste e sem a apresentação da comitiva de narradores, com tudo aquilo que lhe envolve as circunstâncias (o encontro na Igreja de Santa Maria Novella, o retiro, os diálogos filosóficos anteriores, o *locus amoenus* do jardim etc.), o livro perderia uma imensa parte de seu sentido. O autor, no entanto, sabia que para uma literatura de caráter supostamente leve e divertido, e escrita ao gosto da “gente inculta” (Petrarca o definiria dessa forma, na sua carta *Fam.* XXXIV 3, de 1371), o começo era solene demais, trágico demais, e muitos por certo haveriam de desistir logo nas primeiras páginas. Mas pelo menos como princípio retórico, e sem abrir mão do intróito tão necessário, Boccaccio expõe o problema da seguinte forma: pede às leitoras que tenham paciência e pensem naquele mórbido princípio como na imagem de uma montanha, inóspita e íngreme no começo, mas bela e agradável no seu cume.

A justificativa retórica do autor que, a exemplo das literaturas moralizantes que lhe serviram de referência, pedia que o livro fosse lido como metáfora de escalada social ou espiritual, parece não ter convencido muitos de seus leitores dos séculos seguintes: Vittore Branca (1975, pp. 32-33), certamente o maior de seus críticos no séc. XX, aponta que muitos patriarcas da crítica italiana romântica (Foscolo, De Sanctis, Carducci) estiveram longe de chegar a um acordo quanto às reais intenções de Boccaccio com aquele *orrido cominciamento* que poderia espantar a ingênua boa vontade das leitoras, para quem o livro era dedicado, e que ali buscavam apenas um bom pretexto de entretenimento. Mas é o próprio autor que igualmente nos antecipa que fora forçado pela necessidade a escrever a respeito do que ora se punha a lume. No entanto, ainda que a imagem da montanha nos convença da utilidade do retrato da peste, por efeito de contraste, em que o caos social e político de Florença no início da narrativa contrasta com a

contemplação das virtudes nobres e beatíficas da Décima Jornada, é o mesmo Vittore Branca que se queixa de que esse “efeito de contraste” é “in generale ridotto a un senso impressionistico e meccanico, a un valore del tutto episodico”, ao mesmo tempo em que nos convence de que é preciso buscar a função precisa e categórica dessa *necessità* claramente afirmada por Boccaccio (BRANCA, *Op. cit.*, p. 33).

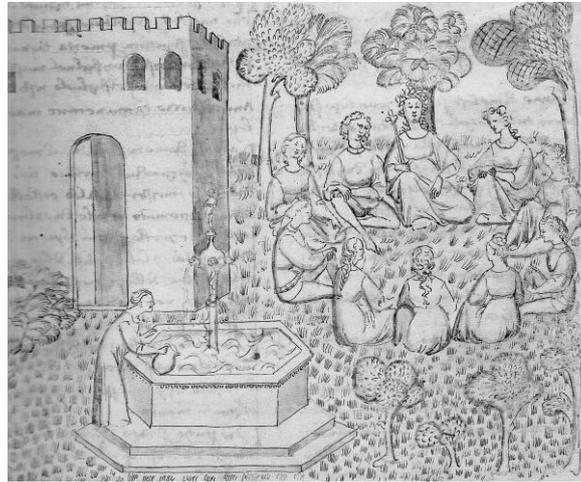


Fig. 1: A comitiva dos narradores. Desenho autógrafo de Boccaccio, c. 1365-67. Cod. it. 482. B.N.F. Paris.

Francesco Tateo (1998, p. 94 e segs.), sem contestar inteiramente o “efeito de contraste” sugerido pelo próprio Boccaccio, evidencia que o retrato da peste, na introdução do *Decameron*, condensa a curiosa peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, uma crônica (portanto, a representação de fatos históricos e sociais) e uma descrição fantástica, na medida em que comporta qualquer traço de “apocalittico, di straordinario, di miracoloso”. Portanto, seria um dúplice registro cronístico e fabuloso (como Daniel Defoe faria no seu *Um diário do ano da peste*, de 1722), em que o cenário é o retrato incômodo da dissolução das leis humanas e divinas, civis e religiosas. Suponho que, mesmo nesse caso, a sugestão de Francesco Tateo só faz aumentar as hipóteses de um efeito de contraste, ainda que isso nos deixe ainda mais amarrados ao direcionamento inicial de Boccaccio.

Em última análise, não nos resta dúvida: mesmo assombrando ou desestimulando o leitor, era preciso falar da peste. Boccaccio poderia estar pensando mais ou menos como Susan Sontag, quando refletiu sobre nossos sentimentos diante da dor dos outros: “Quando ainda não eram comuns as imagens diretas da realidade, pensava-se que mostrar algo que precisava ser visto, trazer mais perto uma realidade dolorosa, produziria necessariamente o efeito de incitar os espectadores a sentir – a sentir mais”. (SONTAG, 2008, p. 68). E sem excluir todas as possibilidades mencionadas acima (inclusive a intenção de provocar solidariedade e comoção), creio eu que a razão inevitável de tudo isso é o fato de que a peste é uma metáfora, em torno da qual gira o edifício imenso das narrativas, portanto a metáfora que será o ponto de partida indispensável para uma reflexão profundamente moral e filosófica que Boccaccio deseja imprimir a seu livro. E é justamente a natureza dessa metáfora que desejo compreender. A doença, pelo menos no formato apocalíptico a que Boccaccio se dedicou diante dos olhos apavorados de seus futuros leitores, não parece estar apenas no âmbito histórico e na dimensão fisiológica e sintomática que é peculiar às doenças de um modo geral, mas projeta-se num plano moral (o retrato da corrupção e da devassidão de uma Florença contextualizada no tempo), que, de certa forma, explica a sua razão de ser. O autor chega a afirmar que Florença mereceu o castigo, seja ele ou não o resultado da ira de Deus. E sobre isso, ainda falarei mais tarde.

Uma vez mais, Susan Sontag nos oferece uma estimulante sugestão, em seu ensaio *Doença como metáfora* (2007 [1978]), quando investiga as raízes das relações entre as doenças e o conjunto de elementos imaginários que as circundam. Desde então, seu diminuto ensaio, somado a outras considerações sobre a natureza social da Aids (*Aids e suas metáforas*, 1988 [2008]), tem estreitado cada vez mais uma aproximação teórica entre a medicina e as ciências sociais, nesse novo universo de pesquisas em que também Foucault teria dado uma substancial contribuição. Em linhas gerais, Susan Sontag deixa claro que doenças como a tuberculose, o câncer e a Aids – assim como a peste, na sua época – têm sido vistas como metáfora da expressão da identidade dos sujeitos que as contraem. Mostra, por exemplo, que a tuberculose, no séc. XIX, a exemplo da inspiração romântica, era tida como representação da sensibilidade e do requinte das identidades profundamente subjetivas que contrariavam a ordem mecânica e capitalista da lógica burguesa. A tuberculose, pelo aspecto enfermizo, sensível e vulnerável a que submetia suas vítimas, passou a ser uma espécie de essência do indivíduo, um distintivo de delicadeza e sensibilidade: “É o primeiro exemplo de larga difusão dessa atividade caracteristicamente moderna: promover o eu como imagem” (SONTAG, 2007, p. 30). Se a tuberculose era o resultado de um desejo contido pelas pressões sociais (lembre-se a série de romances com heróis e heroínas tuberculosos e vítimas da intolerância burguesa que não entende o amor), também o câncer, depois de sua vasta disseminação no séc. XX, tem estimulado considerações imaginárias que identificam a doença com o indivíduo vítima de angústias pessoais, decorrentes de uma repressão social ou amorosa qualquer. Enfim, aquilo que mais sintetiza as considerações de Sontag é o fato de que, no plano discursivo e imaginário, toda sociedade precisa identificar a doença com o mal (no nível social ou ético), de tal forma que a doença torne culpadas as suas vítimas. Daí a consequência de que “as enfermidades sempre foram usadas como metáforas com o intuito de reforçar as acusações de que uma sociedade era corrupta ou injusta” (Idem, p. 64).

Diferentemente de Camus, com seu romance *A peste* (1947), ou de José Saramago, com o seu *Ensaio sobre a cegueira* (1995), Boccaccio parece não se furtar inteiramente à idéia de que a doença, para além de suas implicações metafóricas, é mesmo um castigo àqueles que a mereceram, ou antes, é a vazão inevitável das corrupções de uma sociedade decaída. Edgar Allan Poe, em seu fantástico conto “A máscara da morte rubra” (1845), embora recuse o projeto de redenção humana que caracteriza o *Decameron*, também não deixa de atribuir à doença uma espécie de consequência dos males da humanidade, já que a peste anda longe para castigar o príncipe que abandonara o seu povo, para buscar os prazeres da corte num palácio próximo. Lendo e relendo a introdução do *Decameron*, é difícil não concluir que seu autor atribui à doença uma dose significativa de malignidade moral, muito embora Boccaccio faça fortes alusões a possibilidades diversas para a origem da doença, como a confluência dos astros ou a ira de Deus.

Bem, mas estamos na Itália no séc. XIV, toda ela ainda tomada pela força decisiva da visão de mundo eclesiástica e medieval. Entender um fenômeno social como a peste estava infinitamente distante das potencialidades médicas e filosóficas daquele tempo. A Peste Negra, embora não seja um fenômeno isolado na Europa medieval, já habituada a epidemias e calamidades (ver BEAN, in CAPITANI, 1999, p. 28), tornou-se um dos mais extraordinários fatos históricos do fim da Idade Média. Cardini (2007, p. 21), no seu ensaio sobre Boccaccio, aponta que desde os anos de 1960, a Peste Negra tem sido vista como uma cisão entre a Idade Média e o mundo moderno, eventualmente até mesmo como uma raiz e um princípio de engrenagem do movimento humanista e renascentista¹.

Philippe Adam e Claudine Herzlich, no pequeno ensaio *Sociologia da doença e da medicina* (2001, pp. 16-18), observam que o fato de a peste ser um fenômeno da

¹ A consideração é inadequada, já que o Humanismo nasceu antes da peste, nos círculos intelectuais de Pádua e Avignon, e especialmente por iniciativa de Petrarca que, já na década de 1330, buscava sistematizar os princípios básicos do que seriam os *studia humanitatis* (ver, por exemplo, BILLANOVICH, 2001).

mais ampla expressão coletiva deu a ela uma dimensão trágica e religiosa. A Peste Negra que, na Europa Ocidental, começou em Messina em 1347, faria apenas ela 26 milhões de vítimas, o que equivalia à quarta parte da população da Europa. Era compreensível que o imaginário e a mentalidade medieval criassem fantasias a seu respeito. Os autores acima mencionados lembram que, afora a ausência de médicos em toda a Europa, a medicina ocidental, diferentemente das práticas de observação dos sintomas na cultura oriental, baseava-se essencialmente nos cultos astrológicos e religiosos. A medicina do séc. XIV, tão criticada pelos primeiros humanistas (por razões que ainda mencionarei aqui), não era uma ciência sustentada na sintomatologia e na anatomia, mas nos conhecimentos clássicos de Hipócrates e Galeno, somados a concepções físicas, astrológicas e até mesmo éticas (BEAN, in CAPITANI, *Op. cit.*, p. 117 e segs.). O próprio Boccaccio faz menção aos diversos charlatães, na sua descrição cronística da peste. Diante de considerações como essa, era inevitável que o homem medieval projetasse os seus anseios astrológicos e teológicos a um fato que era de ordem médica. As diversas orações, práticas médicas e procissões religiosas mencionadas na introdução do *Decameron* – todas elas inúteis, conforme o autor – revelam que, pelo menos no olhar das comunidades científicas e religiosas, a humanidade só poderia se furta às calamidades da peste (vista no plano da metáfora, como aberração cósmica), pelo caminho do pietismo religioso e do saber técnico filosófico.

Embora Boccaccio não se exima de atribuir à doença a sua dimensão metafísica, bem como certos planos de moralidade ali envolvidos, seu olhar sobre as próprias raízes da doença e seu projeto de salvação e de redenção social soam sensivelmente diferentes do olhar daquela multidão que buscava as orações e súplicas a Deus, enquanto enterrava os seus mortos. E essa diferença, de uma forma ou de outra, pode nos levar às peculiaridades humanistas de sua metáfora da doença. Em outros termos, o que devemos perguntar é o seguinte: afinal, que sentido Boccaccio atribui à doença que ele descreve na introdução de sua obra-prima?

Para buscar uma resposta a isso, é preciso lembrar que as descrições introdutórias da peste fazem parte de uma moldura do livro, cuja necessidade já discutimos, e o autor não volta a essas indagações depois que as considera e as abandona nas páginas iniciais. Ocorre que, afora a narrativa cronística apresentada na moldura, Boccaccio oferece poucos elementos substanciais para uma sua interpretação da peste, mas o pouco que ele oferece já foi matéria de visões e revisões por parte da crítica. No todo, diria que Boccaccio faz apenas duas menções evidentes às raízes da peste, mas curiosamente – e, ao que tudo indica, num gesto propositado – prefere não se ater a qualquer uma das explicações que oferece. Nos primeiros parágrafos, por exemplo, diz:

Dico dunque che già erano gli anni della fruttifera Incarnazione del Figliuolo di Dio al numero pervenuti di mille trecento quarant’otto, quando nella egregia città di Fiorenza, oltre ad ogni altra italica bellissima, pervenne la mortifera pestilenza. La quale, per operatione de’ corpi superiori o per le nostre inique opere, da giusta ira di Dio a nostra correzione mandata sopra a mortali, alquanti anni davanti nelle parti orientali incominciata, quelle d’innumerabile quantità di viventi avendo private; senza ristare, d’un luogo in un altro continuandosi, verso l’Occidente miserabilmente s’era ampliata (BOCCACCIO, 1992, p. 5)².

² Ofereço pelo menos duas traduções em português: a primeira, de Torrieri Guimarães, é brasileira, da Ed. Nova Cultural: “Afirmo, portanto, que tínhamos atingido já o ano bem farto da Encarnação do Filho de Deus, de 1348, quando, na mui excelsa cidade de Florença, cuja beleza supera a de qualquer outra da Itália, sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em razão de nossas iniquidades, a peste, atirada sobre os homens por justa cólera divina e para nossa exemplificação, tivera início nas regiões orientais, há alguns anos. Tal praga ceifara, naquelas plagas, uma enorme quantidade de pessoas vivas. Incansável, fora de um lugar para outro; e estendera-se, de forma miserável, para o Ocidente”. A segunda tradução é portuguesa, de Urbano Tavares Rodrigues, embora eu me utilize aqui de uma impressão saída no Brasil, pela Ed. Crisálida: “Já tinha chegado o ano de 1348 da fecunda encarnação do filho de Deus, quando a cidade de Florença, nobre entre as mais famosas da Itália, foi vítima da mortal epidemia. Fosse a peste obra de influências astrais ou a consequência das nossas iniquidades e que Deus, na sua justa cólera, a tivesse precipitado sobre os homens, como punição de seus crimes, a verdade é que

Uma outra sugestão sobre as origens da peste, o mesmo Boccaccio escreve, ainda na introdução de sua obra-prima, poucas páginas adiante:

Che più si può dire (lasciando stare il contado, e alla città ritornando), se non che tanta e tal fu la crudeltà del Cielo, e forse in parte quella degli uomini, che infra 'l marzo e il prossimo luglio vegnente, tra per la forza della pestifera infermità e per l'esser molti infermi mal serviti o abbandonati ne' lor bisogni per la paura ch'aveano i sani, oltre a cento milia creature umane si crede per certo dentro alle mura della città di Firenze essere stati di vita tolti; che forse anzi l'accidente mortifero non si sarìa estimato tanti avervene dentro avuti? (Idem, p. 12)³.

A julgar pelas informações contidas em cada um dos trechos acima, é fácil perceber que Boccaccio, seja por uma consideração própria, seja pela avaliação de autoridades da época, evidencia que há pelo menos quatro possibilidades sobre as origens da peste – pensando-se obviamente que a origem da doença poderá nos levar à suposta metáfora que o autor cria dela. Em síntese, a tão temida peste poderia ter sua origem: 1) no Oriente, e nesse caso, a explicação se volta a uma verificação prática e científica; 2) na ira de Deus, portanto uma visão medieval e teológica para os conflitos humanos; 3) na confluência dos astros, e nesse caso, Boccaccio ainda estaria sustentado numa concepção medieval, o que não é inteiramente despropositado, já que o autor do *Decameron* era supersticioso e inclinado às ciências astrológicas; e por fim, 4) no caos social e político a que Florença fora arrastada nas últimas décadas, em decorrência da queda dos valores cortesões e cavaleirescos e do surgimento de novos modelos econômicos amparados por uma prática mercantilista e burguesa.



Fig. 2: Página do *Decameron* com desenho a bico de pena, autógrafo de Boccaccio, c. 1365-67. Cod. It. 482, B.N.F. Paris.

ela se havia declarado alguns anos antes nos países do Oriente, onde arrastara para a perda inúmeras vidas humanas. Depois, prosseguindo a sua marcha sem se deter, propagou-se, para o nosso mal, na direção do Ocidente”.

³ Os mesmos tradutores mencionados na nota 2 apresentam, respectivamente, as seguintes sugestões: “O que se poderá dizer ainda [...], a não ser que a cruzeta do céu foi de tal monta e tanta, e quiçá também o tenha sido, em parte, a crueldade dos homens, que, no período que vai de março a julho, mais de 100.000 pessoas é certo que foram arrebatadas da vida, no circuito dos muros da cidade de Florença?”; e “Que poderá dizer-se mais? A crueldade do céu e talvez a dos homens, foi tão rigorosa, a epidemia grassou de Março a Julho com tanta violência, uma multidão de doentes foi tão mal socorrida, ou mesmo, em consequência do medo que inspirava às pessoas saudáveis, abandonada numa indigência tal, que se calcula com segurança em mais de cem mil o número de homens que perderam a vida dentro dos muros de Florença”.

É perceptível, para qualquer leitor atento, que o autor prefere não decidir por ele mesmo as razões que levaram à disseminação da doença: em ambos os trechos apresentados acima, o uso de conjunções condicionais e elementos indeterminados (se isso... se aquilo, talvez..., ou isso... ou aquilo) deixa patente que, pelo menos por aquele momento, o “cronista” não deseja se ater a explicações, como que a julgar que, independentemente de suas origens, a peste assolou a cidade de Florença e deixou em calamidade os seus cidadãos. Isso basta. Acontece que para compreender a metáfora da peste, é preciso buscar suas raízes. Se Boccaccio deixa entrever sua crença na ira de Deus, por exemplo, conforme muitos têm sugerido, é certo que a metáfora da peste adquire contornos religiosos.

Vittore Branca (*Op. cit.*, pp. 34-35), sempre disposto à construção de um Boccaccio essencialmente medieval, diz que a impostação inicial da obra, a descrição da peste como calamidade, só pode ter origem divina: “la seconda citazione [o parágrafo 25 da introdução do *Decameron*, citado na nota 3 deste artigo] dimostra che il Boccaccio, fra le due ipotesi sull’origine della peste affacciate al paragrafo 8 (‘o per operazione de’ corpi superiori o per le nostre inique opere’), credeva proprio a quella provvidenziale” (BRANCA, *Op. cit.*, p. 34, n. 2). Não me parece um caso tão fácil de encerrar, e confesso que a crença na providência divina não condiz com o desenrolar das demais questões apresentadas na introdução do *Decameron*. Ainda que a suposta ira divina seja efetivamente mencionada na introdução (isso não é possível negar), deve-se considerar que as outras hipóteses (astrológicas, sociais etc.) lhe são colocadas lado a lado, naquele jogo de indefinições que tanto caracteriza o olhar de Boccaccio, quanto a esse tema.

As observações do crítico alemão Kurt Flasch, de que me valho numa edição italiana, sem desconsiderar os méritos do grande especialista Vittore Branca, dá um passo adiante na questão: estabelece, antes de tudo, que Boccaccio não nos diz qual das duas teorias da origem da peste (praga do Oriente ou ira divina) ele julga definitiva ou verdadeira, deixando que os homens o decidam. Sua única afirmação categórica é a de que, se a peste é fruto da ira divina (e há aqui uma condição), é porque a humanidade caiu em erro. Conclui o crítico: “Questa è un’interpretazione ipoteticamente teologica, ma categoricamente moralistico-politica” (FLASCH, 1995, p. 48). Mas sem querer forçar o mérito mais essencialmente humanista da questão, uma fato é indiscutível: apesar de exposições dúbias e expressões ambíguas, confirma-nos o crítico alemão, Boccaccio não apresenta, tanto na introdução quanto ao longo das narrativas do *Decameron*, uma solução religiosa, ou uma saída pelo universo da teologia, já que a própria crônica nos deixa claro que todas as preces e procissões religiosas foram inúteis aos olhos de Deus. Caso o autor se vinculasse à interpretação teológica e providencial (ao estilo, por exemplo, das pragas que assolaram o Egito pela ira do Deus judaico), é certo que não haveria a possibilidade de um retiro dos jovens narradores que, em momento algum, se revelam mais piedosos ou religiosos que a demais população. Em última análise, o projeto boccacciano de redenção – e é importante que se repita isso – não caminha na direção da teologia, nem ao menos propõe o pietismo e a devoção como alternativas. Se pensarmos em outros cronistas da época, tanto Giovanni Villani, numa sua crônica do dilúvio de Florença em 1333, quanto o Rei Roberto de Anjou, numa carta sua aos florentinos sobre a Peste Negra, fazem apelos a argumentos religiosos, filosóficos e até mesmo astrológicos, conforme nos indica o mesmo Flasch (*Op. cit.*, p. 52), que por fim, considera que é justamente essa dimensão religiosa que falta ao texto de Boccaccio.

Não há como negar isto: aos olhos do autor do *Decameron*, a origem da peste tem raízes sociais e históricas, e se a ira de Deus foi mencionada na introdução de seu livro, é apenas para corroborar a idéia de que a decadência dos costumes, as práticas das imoralidades e o exercício constante dos vícios levam inevitavelmente a uma espécie de doença social e coletiva. A seguir o exemplo daquele imaginário denunciado por Susan Sontag, Boccaccio não se furta a esta máxima: somos culpados por nossas doenças, e a raiz de todas elas (ou pelo menos daquela peste que vitimou Florença em 1348) é a decadência moral, base de uma metáfora profundamente humanista que deverá

servir como ponto de partida para uma reflexão que se estende ao longo das 100 novelas.

Nesse sentido, e a julgar pelo afastamento do mérito religioso e pelo direcionamento humanista do problema, suponho que certos diálogos entre Boccaccio e Petrarca possam ajudar a compreender a natureza dessas questões. A primeira redação do *Decameron* data de 1349-53 (Boccaccio o revê em 1370 para publicação), e seu projeto inicial, ou mais provavelmente sua execução parcial, pode ter contado com a duradoura influência de Petrarca, o grande mentor dos estudos humanistas e a quem Boccaccio conheceu pessoalmente em 1350, em Florença, à época do grande jubileu de Roma, e com quem ele haveria de se encontrar outras vezes, em profícuos diálogos literários. Inimigo dos médicos de seu tempo, Petrarca – que também escreveu sobre a peste como um símbolo – preferiu enxergar na doença uma metáfora da própria condição humana. Numa longa carta a Guido Sette, arcebispo de Gênova, escrita provavelmente em 1367 e inserida nas *Cartas Senis (Rerum senilium libri)*, em que o já ancião Petrarca faz um resumo de vida, reconstruindo partes de uma memória fugidia, o autor evidencia a decadência dos tempos, propondo o velho discurso saudosista e denunciando a sociedade de seu tempo como o retrato da ruína. Mas diante do caos, das calamidades, das doenças, Petrarca reflete sobre a condição humana, discernindo amargamente sobre suas razões: a mudança não está nas coisas nem no tempo, nem no mundo, mas no próprio homem, nas suas culpas que são desmedidas (PETRARCA, *Sen.* X 2, 1869, p. 85-106). Petrarca quis evidenciar estoicamente a seus amigos que as pestes em si não lhe abalavam os ânimos e a determinação da vida virtuosa, porque eram tão simplesmente o sinal da mudança dos tempos, e a elas bem como à própria morte resistiriam aqueles mais impetuosos e amantes das virtudes humanistas. Em outra epístola das *Cartas senis (Sen.* I 7), a Francesco Bruni, amigo do poeta e humanista e que, naquele tempo, o convidava para um retiro no campo com vistas a fugir da peste de Pádua em 1367, o ancião dizia que fugir da morte é inútil, atacava o medo e a ansiedade e, por fim, criticava os prognósticos de astrólogos – um de seus exercícios intelectuais prediletos. Embora tenha efetivamente se retirado de Pádua para Veneza (não para fugir da peste, mas para buscar sossego, conforme ele diz), a carta mantinha a justa dimensão metafórica que Petrarca queria atribuir à peste e à morte: da morte não fugia, porque isso não é atitude de vigor estóico, mas propunha-se a abandonar a cidade, por tudo aquilo que ela representava de calamidade e degradação humana, inclusive sua concretização na peste.

Exemplo petrarquiano mais perceptível de visão metafórica da peste, como retrato dos vícios humanos, está na fascinante carta *Fam.* XVI 2, que Petrarca escreveu a seu irmão Gherardo, monge do Monastério de Montrieux – texto que seria incluído nas *Cartas Familiares (Reum familiarium libri)*. Ali, o humanista narra ao irmão as notícias que teve, num jantar na casa de Ildebrandino Conti, bispo de Pádua, sobre a conduta do próprio Gherardo no monastério, durante a peste de 1348, na França. Diziam as novas que Gherardo, enquanto todos morriam ou abandonavam o monastério fugidos da peste, preferiu a decisão heróica de por ali permanecer e dar assistência aos doentes e dedicar-se ao sepultamento dos mortos e aos rituais cristãos de respeito aos cadáveres (PETRARCA, *Fam.* XVI 2, 1863-67, pp. 414-417). É certo que o ato magnânimo de Gherardo, que conhecemos apenas pela narrativa de Petrarca, chegou a nós pelo filtro poético do humanista: a atitude, seja ela ou não verdadeira, sintetiza todo o espírito de filosofia estóica que Petrarca desejava imprimir às suas *Cartas familiares*. Tratava-se de um *exemplum* que bem poderia ombrear com os modelos sugeridos por Sêneca, nas suas *Cartas a Lucílio*. Mais importante que a metáfora da peste, na carta *Fam.* XVI 2, de Petrarca, era a determinação de vigor filosófico que se deve ter frente a ela. Se a peste era o retrato de uma degradação humana, é certo que a coragem e o espírito de estoicismo deveriam lhe fazer frente. E essa talvez seja a lição filosófica que Pe-

trarca oferecia a Boccaccio, ao longo de tantos anos de correspondência e discussões literárias⁴.

Boccaccio, o maior dos discípulos de Petrarca (a expressão é do filólogo Giuseppe Billanovich), parece ter reconhecido nas *Cartas familiares* e nas *Cartas senis* de seu mestre e amigo um ponto de referência incontestável. É Billanovich (1947) quem nos dá um curioso testemunho crítico das relações literárias entre os dois intelectuais: evidencia, por exemplo, que em 1351 (em plena época da primeira redação do *Decameron*), Boccaccio faria uma visita a Petrarca na sua casa em Pádua, e desse encontro nasceria um diálogo fecundo entre os dois. Pela primeira vez em sua vida, Petrarca abria as portas de seu escritório ao amigo, oferecendo-lhe a intimidade de seus escritos, em raro momento de confiança intelectual no outro. Boccaccio fez cópia de muitas das obras petrarquianas, à época ainda em fase de composição e, pela primeira vez, conheceu de perto as *Cartas familiares* do humanista (BILLANOVICH, 1947, p. 119 e segs.). E certamente haveria de conhecer as *Cartas senis*, anos depois, nos encontros posteriores.

A lição de estoicismo e coragem diante da peste – esta, como metáfora de uma degradante condição humana – estava aprendida. O próprio Sêneca, síntese do espírito estoico da Antiguidade, e leitura obrigatória entre os primeiros humanistas, não havia ensinado que o medo faz com que as pessoas sofram antecipadamente problemas que talvez nem aconteçam, e que a atitude do sábio é não recear a doença e a morte?⁵ Por certo, tanto Boccaccio quanto Petrarca, a exemplo das lições de Sêneca, estavam pensando na reação à peste como um princípio filosófico da vontade do *vir sapiens*: não se deve fugir da morte; deve-se antes de tudo estar preparado para ela.

Mas a comitiva dos dez jovens narradores do *Decameron*, ao se retirar de Florença na introdução do livro, não estaria fugindo da morte e evitando a peste? Por estranho que seja, a resposta é não. E a carta de Petrarca ao amigo Francesco Bruni (na *Sen. I 7*), que lhe recomendava fugir da peste de Pádua em 1367, por mais capciosa e retórica que possa parecer (Petrarca dizia que não fugia da peste, mas buscava a paz e o sossego), pode nos dar uma importante dica sobre o retiro da comitiva dos jovens narradores do *Decameron*. Alguém poderá dizer que Petrarca provoca uma simulação meramente retórica: não admite o medo da peste e da morte, mas retira-se de Pádua, com o pretexto de buscar o ócio e a paz de que tanto precisava para suas reflexões. De certa forma, pelo menos no âmbito pessoal, não duvido de que esse pretexto seja mesmo uma artimanha teimosa – a velha e frágil desculpa do temeroso que se finge de valente –, mas sob o ponto de vista literário e retórico, o motivo parece elucidar algo que está fortemente sugerido na metáfora da peste e do retiro, na introdução do *Decameron*: se pensarmos na doença como falência de um sistema social, os jovens não estão exatamente fugindo da morte, mas recusando esse mesmo sistema e propondo a fundação de uma nova ordem social, por meio de uma revalorização ética, de inspiração estoica. E é só pela leitura das 100 novelas que podemos compreender isso.

Vittore Branca (*Op. cit.*, p. 94-95) já havia observado que o decurso narrativo do *Decameron* segue uma linha ascendente, que vai do “pior dos homens”, que é Ciappelletto (o tabelião corrupto que engana o padre na extrema-unção e ironicamente vira santo, na novela I 1), até Griselda, a mais virtuosa das mulheres, que, na novela X 10, suporta pacientemente todas as provações absurdas que o marido lhe impõe. É uma trajetória que vai de Judas a Maria, do mundo decaído ao mundo reconstruído, do “mundo como ele é” ao “mundo como dele deve ser” (Idem, p. 102). Embora o suposto “crescendo” moral e, portanto, a referida ascensão dentro de uma unidade, não seja inteiramente perceptível na composição total das novelas (ver, a esse respeito, RICCI, 2000, p. 144), a idéia de um “mundo como ele é” e de um “mundo como ele deve ser” –

⁴ A carta de Petrarca, acima mencionada, corrobora a tese de Norbert Elias (2001), no seu célebre ensaio *A solidão dos moribundos*, de que a morte na Idade Média ainda era vista como espetáculo público e afetivo, ao passo que tem se tornado cada vez mais tabu e relegada aos planos do espaço impessoal no mundo moderno. A esse respeito, ver ainda BRAET & VERBEKE (1996).

⁵ Vejam-se, por exemplo, as epístolas 13, 24 e 30 das *Cartas a Lucílio* (SÊNeca, 1991), entre tantas outras que tratam da coragem estoica e do enfrentamento da morte.

que o mesmo Branca interpreta como o *mondo rovescio* e a *arte dell'autentico ben vivere* – parece coerente com a totalidade da obra-prima de Boccaccio.

O fato de os dez jovens se retirarem de Florença, na introdução do *Decameron*, tem por certo uma implicação simbólica que está bem mais relacionada à refundação de uma nova ordem ética e social do que a uma fuga da morte. Quando o crítico Franco Cardini (2007) pensa na *rifondazione cavalleresca del mondo*, tem em mente os mundos opostos que se vêem no *Decameron*: de um lado, o desfile dos vícios e pecados da Primeira Jornada, a corrupção da Igreja e de outras instituições laicas, os ludíbrios, a astúcia e a inteligência do mundo burguês, disposto à manutenção de seu novo modelo econômico capitalista; e de outro, a celebração das virtudes, na Décima Jornada, todas elas atribuídas a uma ordem antiga, cavaleiresca e aristocrática. É também o próprio Cardini que afirma que a comitiva dos jovens narradores não está fugindo da realidade, nem ao menos busca desesperadamente um *carpe diem*; ao contrário, seus valores serão outros: *Questi anzi saranno, per lei e per gli altri, i fondamenti della convivenza d'una brigata concepita non per "sopravvivere", bensì per "rifondare" l'ordine sconvolto dal contagio e dal polverizzarsi delle istituzioni e dei costumi* (CARDINI, 2007, p. 72). A observação de Cardini, portanto, é de que a jovem comitiva não está destinada exatamente a “sobreviver” às calamidades da ordem social corrompida, mas a “refundar” uma outra ordem social e moral, que seja uma espécie de restauração de uma nova condição humana. É como no discurso retórico de Petrarca: com meu retiro, não estarei fugindo da peste e da morte, mas procurando um novo espaço (não geográfico, porém humano) de restauração da paz e da virtude.

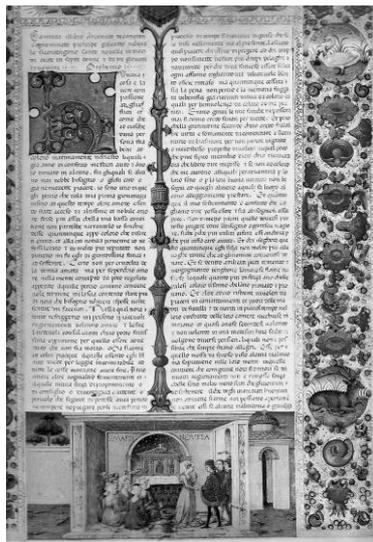


Fig. 3: Taddeo Crivelli (1446-1467?). Página inicial do *Decameron*. Cod. Holkman misc. 49. Bodleian Library, Oxford.

Mesmo diante dessa possibilidade, ou seja, a de que a doença é degradação moral e o retiro é refundação do mundo, a metáfora da peste é capaz de se desdobrar em interpretações múltiplas, à medida que se consideram os olhares igualmente múltiplos que teve Boccaccio sobre a doença social de Florença: Ricci (2001) e Cardini (2007), por exemplo, preferem compreender que Boccaccio, a exemplo de Dante, opunha-se à expansão dos valores mercantis e burgueses, tão ironizados na imagem da ruína social do *Decameron*, como forma de revitalização dos mitos cavaleirescos e dos áureos sonhos aristocráticos da corte francesa e napolitana de Roberto de Anjou, de que o próprio Boccaccio fizera parte na juventude⁶. Dante, no canto XVI do *Paraíso*, imaginava um encontro fabuloso com seu trisavô Cacciaguida, que lutara nas Cruzadas e que fize-

⁶ Para um aprofundamento biográfico das relações entre Boccaccio e a corte de Nápoles, bem como do impacto desta no *Decameron*, ver Branca (1991) e Surdich (2001, pp. 3-18).

ra parte da alta sociedade cavalheiresca de Florença – um encontro em que o parente célebre, do alto das esferas celestiais, condenava amargamente o mau-cheiro das práticas mercantis da burguesia, enquanto sonhava com a renovação das antigas virtudes do mundo aristocrático. Seria essa, portanto, a doença social de Florença, metaforizada na peste negra. Flasch (1995), por sua vez, sem contradizer as teses de Cardini e Ricci, prefere pensar a doença como a falência do sistema teológico e científico, a falência de um sistema de pensamento, ou ainda, como a crise do saber humano. Tendo a história de Ciappelletto como modelo inicial (*Decameron* I 1), Flash aponta que a novela tanto pode funcionar como uma crítica “protestante” ao culto dos santos, quanto uma ironia a certa crise epistemológica e lingüística que caracterizou o século do Humanismo (FLASCH, *Op. cit.*, p. 89). A história de Ciappelletto nasce de um equívoco suscitado pelo discurso, e que põe em pauta toda uma ordem do pensamento medieval disposta a solidificar uma compreensão lógica e lingüística do homem sobre as coisas. A teologia, tanto quanto a medicina, na Idade Média, partia de pressupostos irrefutáveis da lógica aristotélica, sustentada pela linguagem silogística das verdades aparentes. Nesse sentido, o frade que ouve a confissão de Ciappelletto mostra-se frágil na observação da essência das coisas, não por um erro próprio, mas por uma vinculação à própria ineficácia do sistema teológico tomista. Não era o próprio Tomás de Aquino que argumentava que não pode haver erro na veneração dos santos e que esta não pode admitir outra regra senão a intercessão do Paraíso?

A crítica à medicina e às práticas supersticiosas de médicos, na introdução do *Decameron*, tem razão semelhante. Boccaccio sabe que o exercício da medicina, com seu vínculo às verdades aparentes da astrologia – representação máxima da inutilidade do saber – não poderá funcionar como uma saída para a refundação do mundo. A crítica à medicina, naquele contexto, tinha raízes históricas: das práticas médicas do séc. XIV resultaram diversas polêmicas contra os humanistas, das quais a mais famosa é a representada pelas *Invective contra medicum*, de Petrarca⁷. Boccaccio parece se ocupar da polêmica logo na introdução do seu livro, de tal forma a evidenciar a sua verve humanista, o que era o mesmo que evidenciar de que lado estava, naquele confronto. A medicina, a teologia e a jurisprudência ocuparam, no cenário medieval, um status de natureza filosófica, um posto de respeito e dignidade. Nas suas *Invective contra medicum*, Petrarca, defensor da poesia, evidencia ao leitor que sua polêmica é contra a loquacidade, a superstição e as supostas verdades da medicina, como “arte mecânica”, e que se a medicina era cura do corpo, a poesia e a filosofia eram cura da alma. O que Petrarca buscava, na verdade (e isso se evidencia, por exemplo, na sua *Collatio laureationis*, de 1341), é a inserção da poesia no panteão enobrecido da filosofia moral. Para isso, usava a oração *Pro Archia* de Cícero para deixar claro que o poeta tinha um compromisso moral e uma iluminação divina, no seu ofício.

Billanovich (1947, p. 96) nos dá a notícia de que, para além das correspondências literárias, o encontro de Petrarca com o grupo de Florença (do qual faziam parte Zanobi da Strada, Francesco Nelli, Lapo da Castiglionchio e o próprio Boccaccio), resultou em trocas de manuscritos importantes: Lapo teria enviado as *Instituições Oratórias* de Quintiliano a Petrarca, e este, por sua vez, teria enviado o *Pro Archia* ao grupo de Florença, em 1350. Boccaccio, a esse tempo, escrevia o seu *Decameron*. O encontro com Petrarca em Pádua, no ano seguinte, e sua leitura do *Pro Archia*, somados à leitura da carta *Fam. X 4* (em que Petrarca explicava a natureza teológica e moral da poesia), parecem ter tido um impacto extraordinário em seu pensamento. A oração *Pro Archia*, pouco conhecida da Idade Média, era um discurso proferido pelo advogado Cícero, no fórum romano, em que ele defendia um certo Árquia, poeta asiático de Antioquia, acusado de usurpar a cidadania romana, a que não tinha direito, aos olhos do poder republicano. A matéria, sob a voz e a pena de Cícero, tornou-se um verdadeiro libelo em favor da grandeza divina e do compromisso moral e civilizatório desempenhado pelos poetas.

⁷ Para uma análise das *Invective*, ver NEPOMUCENO (2005).

A oração *Pro Archia* adquiriria um sentido profundo e revelador para o *Decameron*. Como Petrarca, e talvez por influência deste, Boccaccio igualmente buscava o soerguimento da poesia no panteão da filosofia moral. Foram essas as lições mais profundas sobre a natureza da poesia que ele expôs nos livros XIV e XV das suas *Genealogie deorum gentilium*, tantos anos depois. Como deixava claro a introdução do *Decameron*, tanto a medicina quanto a teologia, e de certa forma a jurisprudência, eram saberes inócuos diante da fúria da peste. A doença revelava ao homem a crise de seu próprio conhecimento. Embora Flasch, Cardini e Ricci tenham sensíveis divergências quanto à natureza da metáfora da peste, concordam todos em dizer que o que salva a comitiva dos jovens narradores do *Decameron* e consola o público feminino é o encanto da poesia e a prática das virtudes. Boccaccio possivelmente pensou no *Decameron* como uma espécie de tratado moral, a exemplo da *Comédia* de Dante (apesar das diferenças de tempos e olhares), ou mesmo como uma sua própria comédia, em que a condição humana saía do caos social estampado na peste, para encontrar o equilíbrio e a contemplação das virtudes. O ato de contar histórias parecia um itinerário salvífico (RICCI, *Op. cit.*, p. 153), uma salvação filosófica, uma saída à doença, por meio da poesia.

É certo que Boccaccio estava pensando no *Hexameron* de Santo Ambrósio, ou no livro homônimo de Basílio de Cesaréia, duas homilias “poéticas” do pensamento patrístico do séc. IV, para criar o seu *Decameron*⁷. As homilias da Antigüidade celebravam a criação do mundo, o trabalho de Deus em seis dias, o louvor das criaturas, a onipotência divina. Boccaccio pensava no mundo moderno, decaído, corrompido, nesse contexto tão diverso em que a tarefa do homem era reconstruir a si mesmo e o mundo. Nesse sentido, a jovem comitiva de narradores não fugia da peste e da realidade, mas atribuía a si a nobre tarefa de reconstruir a condição humana e de refundar uma nova ordem ética, social e política. Se Deus havia criado o mundo em seis dias, era missão do homem reconstruí-lo em dez, com a matéria mesma que Deus nos conferia: o amor, a poesia, a virtude.

Boccaccio não nega as hipóteses que Susan Sontag formula sobre o imaginário das doenças: somos efetivamente responsáveis, ou de certa forma, culpados pelas epidemias que nos assolam. Resta entender a natureza desse imaginário, as metáforas que o compõem. A esse respeito, a própria Sontag (2007, p. 40) se limita a dizer: “Toda a finalidade do relato de Boccaccio sobre a grande peste de 1348 – nas primeiras páginas de *O decamerão* – se resume em mostrar que os cidadãos de Florença se comportavam muito mal”. Sem contestar inteiramente essa afirmação, mas ao mesmo tempo, lembrando que a ensaísta americana não é uma grande leitora de Boccaccio – o que, de forma alguma, desqualifica os méritos de seu polêmico ensaio –, creio que seja necessário dizer que a poesia sobrevive de interpretações, método de olhar sobre as coisas que Susan Sontag sempre recusou. E suponho que, diante disso, nas linhas iniciais do *Decameron*, a doença, é, sim, uma metáfora, e sendo metáfora, abandona o sentido médico e original de epidemia. O homem não ficou doente do corpo apenas porque se comportou mal (visão psicossomática impensável para a época de Boccaccio), mas o sintoma do corpo é que é metáfora dos sintomas da alma. Nossas pestes contemporâneas poderiam ser a intolerância, o preconceito, a violência urbana, a corrupção pública e privada. E parece que poucos por aí ainda acreditam que Deus ou os médicos dêem conta disso. Nesse caso, a peste continuará sendo apenas uma metáfora (a crise de um saber técnico, a disseminação de novos modelos econômicos, a explosão da violência, o descaso com a natureza humana), e por ser metáfora, solicita o auxílio da poesia. Não a poesia como matéria ou exercício do verso simplesmente, mas a poesia como fabulação, como mitologização; a poesia como certeza de que não há outra saída senão a reconstrução do homem. E por isso, será tarefa do homem, denegada aos deuses.

⁷ Consultei as edições italianas de Santo Ambrósio (2002) e de São Basílio (2004) mencionadas na bibliografia.

Referências bibliográficas

1) sobre Boccaccio:

BOCCACCIO, Giovanni. *Il Decamerone*. 10 ed. Ed. Angelo Ottolini. Milano: Ulrico Hoepli, 1992. Edição brasileira: *Decamerão*. São Paulo: Nova Cultura, 2003. Tradução portuguesa: *Decameron, ou Príncipe Galeotto*. Trad. Urbano Tavares Rodrigues. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

BRANCA, Vittore. *Boccaccio medievale*. 4 ed. Firenze: Sansoni Ed., 1975.

_____. *Studi sulla vita e le opere del Boccaccio*. Milano/ Napoli: Riccardo Ricciardi: 1975.

_____. *Giovanni Boccaccio: profilo biografico*. Milano: Sansoni, 1997

CARDINI, Franco. *Cento novelle contro la morte: Giovanni Boccaccio e la rifondazione cavalleresca del mondo*. Roma: Salerno, 2007.

FLASCH, Kurt. *Poesia dopo la peste: saggio su Boccaccio*. Trad. Rosa Taliani. Roma/Bari: Laterza, 1995.

RICCI, Lucia Battaglia. *Boccaccio*. Roma: Salerno, 2000.

SURDICH, Luigi. *Boccaccio*. Roma/Bari: Laterza, 2001.

2) outras referências

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 2001.

AMBROGIO (sant'). *Esamerone*. Trad. G. Banterle. Roma: Città Nuova, 2002.

BASILIO (san). *L'esamerone*. Trad. J. Bernardini. Pizeta, 2004.

BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (ed.). *A morte na Idade Média*. Trad. Heitor Megale et alii. São Paulo: Edusp, 1996.

CAPITANI, O. *Morire di peste: testimonianze antiche e interpretazioni moderne della «Peste nera» del 1348*. Bologna: Pàtron, 1995.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HEGENBERG, Leônidas. *Doença: um estudo filosófico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

NEPOMUCENO, Luís André. "Uma batalha das artes no alvorecer do Humanismo", in *Revista Todas as Letras*. São Paulo: Mackenzie, vol. 7, n.º 2, 2005, pp. 39-47. Disponível em: <http://www4.mackenzie.br/10286.html>. Acesso em 25/05/2008.

PETRARCA, Francesco. *Lettere di Francesco Petrarca delle cose familiari libri ventiquattro. Lettere varie libro unico*. Ed. de Giuseppe Fracassetti. Firenze: Felice Le Monnier, 1863-1867.

_____. *Lettere senili di Francesco Petrarca volgarizzate e dichiarate con note*. Ed. Giuseppe Fracassetti. Firenze: Successori Le Monnier, 1869.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Doença como metáfora. Aids e suas metáforas*. Trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Quando a menopausa transformou-se em doença: Considerações sobre a menopausa e Dr. Robert Wilson, precursor da Terapia de Reposição Hormonal

Patrícia de Freitas

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Rede Pública do Estado.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a publicação “Eternamente Feminina” de autoria do médico Robert A. Wilson. Este texto é um marco para os estudiosos interessados em investigar experiências femininas sob a ótica da medicina, em especial a vivência da menopausa. Wilson compreendeu a menopausa como uma doença cujo tratamento estaria irremediavelmente ligado à prescrição da Terapia de Reposição Hormonal.

As preparações à base de hormônio, assim como a sua prescrição em casos de climatério, foram apresentadas à medicina ainda nas primeiras décadas do século XX. Os achados hormonais, assim como o isolamento destas substâncias, foram desenvolvidos ainda em 1923. Os preparados comerciais à base de estrógeno passaram a ser vendidos três anos depois (KEEP, 1990, p. 164).

Mas, a correlação entre a administração de estrógenos e a prevenção do climatério surgiu a partir dos estudos de Robert A. Wilson. O artigo publicado em 1963, de autoria do Dr. R. E. Brevetti, do Dr. Robert A. Wilson e de sua esposa Dr.^a Thelma Wilson, intitulado *Specific procedures for the elimination of the menopause*, credenciou o Dr. Wilson como o precursor da Terapia de Reposição Hormonal. Mas foi a publicação de *Feminine Forever*, em 1966,¹ um livro destinado às leigas, que teria expandido estas idéias de modo mais amplo. *Eternamente feminina* transformou-se num *best-seller*, vendido até mesmo em lojas de departamento. O livro também teria sido bem recebido pelas revistas femininas, além de ser lido nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na Alemanha.

Foi a publicação do Dr. Robert Wilson, que apresentou à classe médica e difundiu para um público leigo a idéia de que a diminuição da função ovariana além de estar relacionada ao climatério também responderia a uma série de processos degenerativos. O diferencial apresentado pelo Dr. R. Wilson foi correlacionar a prevenção desse processo à administração preventiva à base de estrógenos.

Atualmente a Terapia de Reposição Hormonal passa por duras críticas. Ainda em meados de 1970, as conclusões do Dr. Wilson foram postas à prova com a publicação de uma série de artigos que contestavam os efeitos benéficos dos hormônios de re-

¹ O livro foi traduzido, no mesmo ano, para o português: WILSON, Robert A. *Eternamente feminina*. São Paulo: EDAMERIS, 1966. Tradução dos Drs. Luiz e Lucinda Corrêa de Brito.

posição. As críticas alertavam para o risco do câncer do endométrio, que aumentava de 4 a 14 vezes em mulheres usuárias da reposição hormonal, e foram publicadas pelo *The New England Journal of Medicine*, em 1975 (MELO, 2001, p. 05). O fato é que a partir da publicação de *Feminine Forever* as reclamações em torno do climatério tiveram uma repercussão até então nunca vista. A experiência, até então partilhada entre amigas, passou a ser dividida de modo mais amplo e, por que não dizer, global, pelo menos no Ocidente. Não foi por acaso que já no primeiro ano de publicação o texto tenha sido traduzido para o português.

Jacira Melo, Coordenadora Editorial do Dossiê Menopausa, produzido pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e publicado em 2001, declarou que foi a partir do texto do Dr. Wilson que as vendas dos hormônios de reposição decolaram. Pelo que foi visto até agora, pode-se presumir que foi a promessa da cura da menopausa e de uma juventude eterna que teriam impulsionado a comercialização da droga, já que esse medicamento foi intitulado como uma “descoberta extraordinária que revolucionaria os meios científicos de todo mundo”; ao mesmo tempo, prometia “a eterna feminilidade, pela preservação indefinida de todos os atributos de sua juventude”.²

O reconhecimento científico desta substância, associado à promessa da juventude eterna, seriam suficientes para chamar a atenção e estimular qualquer venda, pois a referência de “científico” como sinônimo de “verdadeiro” servia para materializar um sonho que norteava, há muito tempo, a mente de homens e mulheres ocidentais. Mas a proliferação do texto do Dr. Wilson não se deu apenas pelo interesse das mulheres, que passaram de boca em boca a novidade. Segundo Jacira Melo, *Feminine Forever* foi uma bem sucedida operação publicitária financiada por laboratórios farmacêuticos, como o Searle, o Ayert e o Upjohn (MELO, 2001, p. 05). Mais que uma ação de marketing e indo além dos prós e contras da Terapia de Reposição Hormonal, as conclusões do Dr. Wilson evidenciaram o modo como as vivências femininas foram medicalizadas, como os médicos “[...] tendem a propor soluções médicas e técnicas para eventos normais da vida cotidiana, como são a menstruação, o parto e a menopausa” (NETTLETON, apud MELO, 2001, p. 07).

É importante ir além da reflexão em torno da medicalização das vivências femininas para não transformar a mulher em vítima e os médicos e os laboratórios farmacêuticos em seus algozes. Em algumas partes do seu livro, o Dr. Wilson evidenciou que as mulheres procuravam os médicos em busca de soluções para as suas queixas.³ As mudanças provocadas com a chegada da menopausa, particularmente a diminuição gradativa e contínua do nível hormonal, não podem ser ignoradas. É preciso levar em consideração as diferenças culturais no que diz respeito à interpretação da experiência da menopausa. Também não se pode ignorar que a menopausa é uma experiência particular, ou seja, algumas mulheres, numa certa etapa de suas vidas, identificam mudanças e procuram médicos; outras podem conviver com as mudanças sem buscar auxílio.

Contudo, neste momento, a referência feita diz respeito às mulheres ocidentais, em particular aquelas que fazem uso da terapia de reposição hormonal. Elas não procuram apenas amenizar suas queixas, mas manter a sua beleza, sua juventude. Nesse sentido, os médicos, assim como os laboratórios farmacêuticos e cosméticos, atendem desejos. Estes desejos de juventude, de beleza, estão relacionados a uma imagem, um modelo de mulher que precisa conservar-se, manter-se “eternamente feminina”, numa alusão direta ao título do livro do Dr. Wilson. Trata-se de um assujeitamento dos indivíduos, como sujeitos generificados, processo aqui observado como a condição de reprodução das relações sociais de gênero e de poder no ocidente moderno (GANDELMAN, 2003, p. 217).

Em relação ao debate em torno da reposição hormonal, o livro do Dr. Wilson foi o primeiro de uma seqüência de publicações que debateram a menopausa. Divido tais publicações em três grupos distintos: aqueles favoráveis à prescrição de estrógeno; ou-

² Estes dois dizeres estão estampados na capa da edição em língua portuguesa de *Feminine Forever*.

³ WILSON, R. A. Op. cit. p. 33-34.

tros que se colocavam a favor de tratamentos alternativos; e um terceiro grupo de textos escritos por mulheres que vivenciam ou vivenciaram a experiência da menopausa e interessaram-se pelo tema. Algumas autoras deste terceiro grupo chegam a ignorar as leituras que foram realizadas sobre a menopausa em momentos anteriores (Cf. CIORNAI, 1999), acreditando que as mulheres nascidas no *baby boom* teriam uma visão diferenciada do climatério e transformariam “[...] o desconforto da menopausa em uma passagem ‘positiva’, em uma tendência” (ABURDENE; NAISBITT, 1993, p. 159).

Feminine Forever, mais do que um acontecimento publicitário para vender hormônio de reposição, influenciou todas as produções sobre o climatério que o sucederam. Parece-me que a seqüência de livros sobre menopausa que apareceram depois de 1966, confirma, nega, ignora ou procura contrabalançar as conclusões do Dr. Wilson. É preciso destacar que este médico foi muito convincente no que pregou. Ele soube mostrar, com perspicácia e “autoridade”, a necessidade do estrógeno. Lendo seu texto chega-se a imaginar as filas nas farmácias em busca da substância miraculosa que daria à mulher a “[...] oportunidade de permanecer feminina indefinidamente” (WILSON, 1966, p. 21). É imprescindível pensar nas indicações estabelecidas pelo Dr. Wilson ao prescrever a terapia de reposição hormonal, uma solução capaz de transformar a mulher num ser “sexualmente restaurado” (WILSON, 1966, p. 23), que perpetuaria a mais significativa de todas as qualidades humanas que se expressa na “graça física e espiritual de uma mulher verdadeiramente feminina” (WILSON, 1966, p. 39). Mas tais valores não foram definidos exclusivamente pelo médico. Eles estavam dispostos na sociedade que lhes foi contemporânea. Ou seja, é preciso refletir a questão diante das relações de gênero, que exige da mulher predicados como a beleza, a juventude, a sedução, o corpo em forma, dentre outros.

A publicação de “Eternamente feminina” também pode ser pensada como uma jogada de marketing, como um jogo de imagem, de um texto que também foi construído para vender, logo, para convencer a cliente, a paciente. Mas Dr. Wilson foi muito além e seu texto é rico em informações e representações que não podem passar despercebidas. Algumas passagens são significativas e assinalam o modo como o médico chamou a atenção para um evento feminino, uma vivência fisiológica. Ao mesmo tempo, ele também definiu papéis distintos para a mulher em idade de menopausa. Acreditava e informava às suas milhares de leitoras que seus achados constituíam uma nova espécie de revolução sexual. Neste sentido, seu livro era o caminho, o convite para que todas pudessem participar desta aventura (WILSON, 1966, p. 17).

A constatação do médico já adianta muitas informações. Ao considerar a Terapia de Reposição Hormonal como uma verdadeira “Revolução biológica” (WILSON, 1966, p. 17), o ginecologista, além de colocar a importância do medicamento ao lado de outros reconhecidamente indispensáveis como os antibióticos, também destacou a gravidade da menopausa, interpretada como um mal sem precedentes. Ao recriminar a atitude profissional de muitos médicos que não davam à menopausa o destaque necessário, ignorando as reclamações das mulheres, Dr. Wilson a definiu como “[...] uma doença grave, dolorosa e freqüentemente mutilante” (WILSON, 1966, p. 33). A menopausa para ele era sinônimo de castração, pois os ovários reconhecidos como órgãos centrais deixavam de produzir o estrógeno. Este acontecimento foi considerado em várias passagens do seu livro como sendo um episódio “drástico”, “trágico”, uma “catástrofe” que afetaria todo o corpo da mulher (WILSON, 1966, p. 41). E deste “horror”, desta decadência vital, ninguém poderia escapar, pois “[...] toda mulher está ameaçada de sofrimento e incapacidade extremos” (WILSON, 1966, p. 44).

Dr. Wilson havia presenciado, durante a sua carreira, casos de angústia física e mental tão sérios que as pacientes acabavam se suicidando. Os sintomas da menopausa afetariam 85% das mulheres, eram variados e apareciam em graus diversos:

[...] todos os tecidos tornam-se secos, os músculos flácidos, a pele cede. Os ossos, por causa da deficiência hormonal, tornam-se frágeis e porosos, facilmente fraturáveis. O enfraquecimento dos ossos leva a uma gibosidade progressiva, conhecida

como “corcunda da velhice”, à medida que os anos passam. Ademais, enquanto as mulheres, durante seus anos férteis, são virtualmente imunes às doenças coronarianas e à hipertensão sangüínea, na menopausa – sem hormônios femininos – elas perdem logo esse privilégio e tornam-se tão propensas às afecções cardíacas e aos derrames cerebrais como um homem da mesma idade. Estes são os efeitos secundários da castração.

Quanto aos efeitos primários, eles são muito simples. Destituída de suas secreções fluidificantes naturais, pelo dessecamento geral dos tecidos, todo o aparelho genital seca. Os seios tornam-se caídos e murchos, e a vagina, seca e retraída. A fragilidade causa, com freqüência, inflamação crônica e fissuras da pele, que infeccionam, e tornam a união sexual impossível (WILSON, 1966, p. 42-43).

O médico ainda destacou outra série de sintomas que enfatizavam a gravidade e ao mesmo tempo uma espécie de confusão que se instalava nas mulheres durante este período. Este ato parecia justificar a atitude de alguns ginecologistas que, diante da situação, mostravam-se indiferentes e até mesmo céticos em relação a este momento da fisiologia feminina.

As demais conseqüências físicas da castração são tão variadas, obscuras e caprichosas que a maioria dos médicos fica perplexamente perdida diante da narração dos sintomas pelas suas pacientes menopausadas. Por exemplo, o que pode fazer um pobre médico para uma mulher que se queixa de nervosismo, irritabilidade, ansiedade, apreensão, fogachos, suores noturnos, dores nas juntas, melancolia, palpitações, crises de choro, fraqueza, vertigens, enxaquecas, distração, perda da memória, indigestão crônica, insônia, micções freqüentes, coceira na pele, vista seca, nariz seco, boca seca e dores nas costas? (WILSON, 1966, p. 43).

Dr. Wilson relatou vários casos dramáticos envolvendo mulheres na menopausa. Algumas sucumbiam por não acreditar ou temer a terapêutica à base de estrógeno. “Vi mulheres não tratadas que se deformaram em paródias de si próprias” (WILSON, 1966, p. 45). No decorrer do texto, várias histórias ilustraram a narrativa. Segundo a leitura do médico, eram mulheres bem sucedidas, bem casadas, que numa determinada idade acabariam acometidas pelos sintomas da menopausa, o que transformava suas vidas num verdadeiro inferno. Mas ele assegurava que para as mulheres sensatas tais sintomas jamais apareceriam. Para Wilson, as mulheres não poderiam mais conviver, compartilhar desta experiência. As atitudes em relação à idade estavam se modificando; a idéia de que uma mulher de 40 anos havia ultrapassado os anos mais importantes da sua vida estava ficando para trás. Tal situação só poderia ser possível devido ao aumento da expectativa de vida proporcionado pela medicina moderna. Dr. Wilson com isso queria dizer que em plena década de 1960, as mulheres de 40 anos estariam no “climax de sua atividade”, no “[...] apogeu de suas ocupações e carreiras profissionais e, no cenário doméstico, a figura da avó jovem e atraente está rapidamente suplantando o modelo rígido, tradicional, da avó idosa” (WILSON, 1966, p. 23).

No entanto, é preciso lembrar que para salvaguardar o apogeu da vida, mais do que isso, para “controlar o seu destino” (WILSON, 1966, p. 21), toda mulher deveria fazer uso dos preparados hormonais. Os hormônios teriam uma função primordial na vida das mulheres, especialmente o estrógeno. Além de ser a “[...] chave para a feminilidade da mulher”, seria também “[...] o hormônio da atração feminina e do bem estar” (WILSON, 1966, p. 63). Segundo o médico, ao contrário do que indicava a crença popular, “[...] o centro de gravidade feminino não é o útero, mas os ovários. O útero não produz hormônios. No que diz respeito à endocrinologia feminina, é completamente inerte. Os ovários é que produzem essas substâncias vitais – estrógeno e progesterona – que tornam a mulher feminina” (WILSON, 1966, p. 136). A idéia do ovário como órgão

de comando percorre todo o texto. Nesse sentido, é apenas a partir de uma certa idade que a menina se tornaria feminina (mulher) e este acontecimento não é dado pelo social, mas pelo biológico. A “chave da feminilidade” é o estrógeno. Assim, enquanto a menina não chegar à puberdade ela é considerada um ser neutro.

Somente com a aproximação da puberdade, quando os ovários passam a secretar pequenas doses de estrógeno na corrente sanguínea é que o “[...] o corpo de uma menina neutra está prestes a se tornar mulher” (WILSON, 1966, p. 72). Isso ocorreria num determinado momento da vida, quando a menina desabrocha para a vida: “Os seios se intumescem. O útero cresce, surgem pêlos pubianos e axilares, e o corpo todo assume contornos mais suaves. Finalmente, o ovário liberta seu primeiro ovo. Pouco tempo depois, ocorre a primeira menstruação – o acontecimento que assinala a transformação da menina em moça” (WILSON, 1966, p. 72). Mas, depois de determinado período, tal processo poderia ser interrompido. Com a chegada da menopausa, a mulher poderia deixar de ser mulher, de ser feminina. Por volta dos quarenta anos, ela, como nos primeiros anos de sua vida, poderia voltar a ser neutra. “Mas elas não devem viver como seres sexualmente neutros durante a metade de suas vidas” (WILSON, 1966, p. 27).

Para evitar este período de neutralidade, que poderia se prolongar até os últimos dias de sua vida, Dr. Wilson recomendava então a cura da menopausa, a qual se tratava, segundo ele, de uma obrigação social e moral. “As mulheres, afinal de contas, têm o direito de permanecer mulheres” (WILSON, 1966, p. 27). A principal preocupação do médico era a manutenção da feminilidade. Segundo ele, esta seria uma exigência do século XX, que supervalorizava as vivências sensuais, “[...] a feminilidade tornou-se um *gimmick* [truque ou macete publicitário] universal, a centelha que impulsiona a economia de um rendoso artigo nacional em contínua expansão” (WILSON, 1966, p. 28). Para poder sobreviver neste meio seria necessário manter-se atraente, jovial, o que inevitavelmente estaria associado à reserva de estrogênio que cada uma possuía, mas que um dia poderia acabar. A necessidade da feminilidade não se restringia à adolescência, cuja preocupação maior era a caça de um marido.

O prestígio de uma matrona e o êxito de uma mulher de negócios dependem, também, pelo menos indiretamente, da química orgânica, que permite a mulher obter feminilidade total, tanto física como psicologicamente. E, com os anos adicionais de uma vida mais longa, a mulher moderna é natural, ambiciona obter os meios capazes de conservar sua inestimável auréola de feminilidade muito além da tradicional barreira da menopausa (WILSON, 1966, p. 29).

O que mais chama a atenção no texto do Dr. Wilson é que a cura da menopausa não é uma conquista íntima, na qual as mulheres garantiriam única e exclusivamente a sua saúde ou um envelhecimento com maior qualidade de vida. O médico não negava os benefícios provocados pela Terapia de Reposição Hormonal, afinal de contas, esta é a essência do seu livro. Mas é a leitura que ele apresenta sobre a velhice que chama a atenção. A prescrição da terapia hormonal, antes de qualquer coisa, foi proposta como um antídoto contra a velhice, que precisava ser retardada a todo custo. A questão principal foi então a manutenção da juventude. Dr. Wilson, em 1960, reconhecia que os avanços da medicina haviam provocado o prolongamento da vida. Mas, seu discurso sobre o envelhecer, ou sobre como as mulheres ficariam caso não realizassem o tratamento hormonal para a menopausa, faz lembrar o tratamento dado à velhice a partir da segunda metade do século XIX “[...] como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais” (DEBERT, 1999, p. 14).

Não foi por acaso que o médico criticou enfaticamente outra interpretação da experiência do climatério. Discordava da leitura da escritora Maxine Davis, que pregava às suas leitoras que “A menopausa é um acontecimento normal na vida de qualquer mulher – normal como a manhã e a tarde, como o verão após a primavera” (DAVIS apud WILSON, 1966, p. 168-169), justamente como aqueles médicos que ignoravam a meno-

pausa como uma doença. Dr. Wilson caracterizou o texto de Maxine como “[...] o tipo mais desastroso de educação” (WILSON, 1966, p. 168). A autora, que segundo ele escrevia livros para guiar as mulheres, textos estes amplamente lidos, era até sensata na maioria dos temas abordados, mas no caso da menopausa ela ainda repetiria muitas noções antiquadas.

Só posso deduzir que a Srta. Davis não está a par das alterações introduzidas nas previsões para a vida humana, [...] a menopausa não é absolutamente um acontecimento “normal” da vida. Ela também parece ignorar, por exemplo, os efeitos da menopausa sobre o metabolismo e o balanço do nitrogênio na mulher. Se assim não fosse, como poderia uma grave doença deficitária, como a menopausa, parecer-lhe “normal”? (WILSON, 1966, p. 169).

Além de considerar a terapia de reposição como a única saída para a menopausa, Dr. Wilson deixou claro, em inúmeras passagens, que mais que um benefício próprio o tratamento beneficiaria terceiros: a família, os filhos. O benefício é sempre em função da manutenção do casamento. Também narrou casos em que a falta de estrógeno estaria impedindo o enlace matrimonial e, nestes casos, a mulher não precisaria estar necessariamente na menopausa. O excesso de acnes ou um corpo sem contorno poderiam estar associados a uma deficiência hormonal. Assim, a administração de estrógeno também era recomendada, o que leva a crer que a necessidade do hormônio não se restringia à menopausa; tudo dependeria da quantidade destas substâncias, ou seja, da qualidade dos ovários de cada mulher. Não existiria um tempo ideal para iniciar o tratamento, que poderia ocorrer antes, durante ou depois da menopausa. “O tratamento profilático deve começar, de preferência, no meio da década dos trinta, antes do início da menopausa. Isso prevenirá qualquer das alterações físicas usuais associadas a menopausa” (WILSON, 1966, p. 204).

Como foi possível perceber, a preocupação em torno da taxa de estrógeno secretado pelos ovários ia muito além da menopausa. Melhor seria dizer que ela se iniciaria bem antes de ela ocorrer. As adolescentes que possuíssem acne ou alguma deficiência de crescimento poderiam comprometer ou inviabilizar um casamento, já que uma mulher insuficientemente feminina não conseguiria atrair os homens (WILSON, 1966, p. 39). As mulheres preocupavam-se com isso e, segundo o Dr. Wilson, elas lhe perguntavam: “– Qual a idade melhor para iniciar o tratamento com estrógeno? – Respondo invariavelmente, que não há “idade melhor”. O estrógeno pode ser necessário em qualquer idade, antes ou após a menopausa. A maneira mais prática para se determinar essa necessidade, e a dose conveniente a ser administrada, é através do Índice de Feminilidade [...]” (WILSON, 1966, p. 170).

Para descobrir o nível de estrógeno, Dr. Wilson recomendava a realização do Pap Test, abreviação do Papanicolaou. Através da leitura do material colhido das paredes da vagina seria possível averiguar a situação das células e ainda verificar o “Índice de Feminilidade”. Essa avaliação diria se o corpo da mulher:

[...] ainda é feminino ou se já está, gradualmente, tornando-se neutro. Se oitenta por cento ou mais de todas as células contadas foram superficiais, você poderá ainda regozijar-se de possuir uma feminilidade total – seu organismo ainda conserva todos os atributos que a tornam mulher. Se a contagem das células superficiais for inferior a oitenta por cento, isso constitui um claro aviso de que sua feminilidade está se desvanecendo. (WILSON, 1966, p. 116).

O resultado do exame indicaria a quantidade precisa de estrógeno que a mulher precisava. A constatação do médico parece evidenciar que a mulher carece de hormônio, assim como do ar, para sobreviver. A sua administração determinaria sua existên-

cia enquanto mulher. Este fato, segundo o Dr. Wilson, não seria observado entre os homens, visto que:

O homem permanece homem enquanto viver. A idade não o priva de seu interesse sexual, nem dos meios de satisfazê-los. Ele se conserva, durante toda a vida, sensível à graça de uma adolescente ou ao encanto de uma mulher e, paralelamente, retém certa vivacidade exterior e um nível de motivação em outros setores que o fazem agir plena e responsavelmente como ser humano. É certo que sua reserva de hormônios sexuais diminui com o passar dos anos, porém sua sexualidade decresce mais lentamente. Não há crise abrupta a enfrentar. A vida de um homem desliza em polida continuidade. Sua auto-apreciação permanece intacta (WILSON, 1966, p. 51-52).

Seguindo tal lógica, o “destino” das mulheres é completamente distinto, a prescrição da terapia hormonal conceder-lhe-ia o direito de equiparar-se ao homem, que, por sua genética privilegiada, possuiria um organismo diferente.

Com a terapêutica estrogênica, a desvantagem fundamental das mulheres em relação aos homens – seu envelhecimento mais rápido e penoso – está superada. As mulheres, hoje, não precisam envelhecer mais rapidamente que eles. Se o organismo de uma mulher receber, através de pílulas, o estrógeno que falta (que não é mais suprido pelos seus próprios ovários) seu rápido desgaste durante os anos que se seguem à menopausa é sustado. Seu corpo reterá uma juventude relativa, tal qual o homem (WILSON, 1966, p. 52).

Dr. Wilson propôs uma análise que assinala que homens e mulheres seriam diferentes em todos os aspectos, pois a oscilação ou a falta de estrógeno ultrapassaria o aspecto meramente clínico da menopausa. “Ela transcende, mesmo, qualquer concepção restrita do sexo como tal. O que está realmente em jogo, é um fator sutil e quase metafísico – a feminilidade global da mulher” (WILSON, 1966, p. 22).

O livro do Dr. Wilson visou um público específico, aquelas mulheres que estavam próximas à menopausa e deste período em diante, mas como bem disse o Dr. Robert B. Greenblatt no prefácio da obra: “A vida e o destino de cada mulher dependem, em grande parte, da intensidade e duração da sua função ovariana” (WILSON, 1966, p. 13). De fato, a consideração do Dr. Greenblatt permeia todo o texto, ou seja, as mulheres precisariam estar sempre atentas à taxa de estrógeno; dela dependeria sua feminilidade, dando-lhe “[...] o direito de casar, de gerar e de exercer uma contínua influência na vida do marido e dos filhos” (WILSON, 1966, p. 73). O estrógeno seria o centro gravitacional do corpo das mulheres. Os homens também passariam por modificações hormonais, mas, na interpretação dos médicos acima citados, nas mulheres a repercussão dessas substâncias químicas é mais intensa. Como foi possível perceber em alguns momentos do texto, Dr. Wilson deixou claro que homens e mulheres são diversos. O médico utilizou o argumento da especificidade feminina (estrógeno) para determinar as diferenças entre os sexos.

A idéia de dois sexos não é recente: no final do século XVIII a representação de sexo único foi substituída por um “[...] novo modelo de dimorfismo [aparecimento de duas formas diferentes de uma determinada característica, dentro de um mesmo grupo] radical, de divergência biológica. A anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituíram uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem” (LAQUEUR, 2001, p. 17). A delimitação de diferenças entre os sexos não é um acontecimento isolado. A mudança na percepção do sexo biológico, da distinção homens/mulheres acompanha as transformações que ocorrem na sociedade. Durante os séculos XVIII e XIX, as diferenças não só de sexo, mas de idade e raça, foram influencia-

das por determinada ênfase das ciências, como no caso da anatomia, que passou a fazer uma leitura diferente da compreendida até então. Isso quer dizer o seguinte: os corpos já eram dissecados em períodos anteriores, mas foi num determinado momento que as especificidades entre homens e mulheres foram realçadas. O mais importante é perceber que essas mudanças de interpretação não ocorriam apenas ao nível de ciência, elas precisam ser entendidas levando-se em consideração um complexo conjunto de mudanças em diferentes níveis da sociedade ocidental.

Com isso deseja-se evidenciar que a diferença entre homens e mulheres, apresentada em *Feminine Forever* corresponde a questionamentos pertinentes a um determinado período, a descobertas distintas daquelas observadas em momentos anteriores. Mas o que se destaca do livro do Dr. Wilson é que ele foi apresentado, em 1966, ao público feminino, contudo suas colocações ainda estão presentes nas leituras e no discurso médico sobre a menopausa. As descobertas na área da endocrinologia não foram realizadas em meados de 1960. Nas primeiras décadas do século XX, notícias de estudos e medicações à base de preparados hormonais já eram publicadas em periódicos estrangeiros. Porém, como lembrou o próprio Dr. Wilson, foi em 1923 que dois pesquisadores norte-americanos, Dr. Edgard Allen e Dr. Edward A. Doisy “[...] descobriram que os ovários também funcionavam como uma fábrica química” (WILSON, 1966, p. 57). No entanto, a investigação inicial realizada por Dr. Doisy não foi desenvolvida num laboratório de endocrinologia, mas numa escola de agronomia e visava especificamente a estimulação da vida sexual das galinhas (WILSON, 1966, p. 110).

Em relação aos preparados hormonais⁴ em grande escala, Wilson evidenciou que, superados os empecilhos dispendiosos como as frequentes visitas ao consultório médico e as aplicações inicialmente realizadas por intermédio de injeção, situação que acabava encarecendo o tratamento, os chamados estrógenos naturais, em forma de comprimido, foram postos à disposição das mulheres ainda no início da Segunda Guerra.⁵ O fato é que os preparados hormonais vendidos em forma de comprimido transformaram-se nas mais novas vedetes da indústria farmacêutica, como já havia acontecido em momentos anteriores com os antibióticos e com os antidepressivos. Além dos hormônios prescritos para a menopausa, é importante mencionar que as pílulas anticoncepcionais também foram apresentadas ao grande público na década de 60. Os dois conjugados estão muito próximos, tanto no princípio ativo, especialmente nas pílulas estrogênicas, como na história do seu desenvolvimento. Ambos descendem do mesmo tronco, no que diz respeito às pesquisas e descobertas relacionadas aos hormônios sexuais.

As análises e publicações realizadas pelo Dr. Wilson devem ser compreendidas como empreendimento da ciência em busca das diferenças entre homens e mulheres. Este médico associou a menopausa, transformação hormonal que ocorre por volta dos 40 anos, a uma tragédia sem precedentes, além de legitimar uma representação no qual as mulheres estariam irreversivelmente subordinadas aos seus ovários, à sua menstruação (WILSON, 1966, p. 60) e, posteriormente, à administração de terapêutica hormonal, que poderia perpetuar-se pelo resto da vida.

Além de justificar a venda de um novo medicamento, o discurso da diferença, da especificidade feminina, em meados de 1960, relacionou a necessidade do equilíbrio hormonal à manutenção do casamento, da beleza, do desempenho sexual, da procura de um parceiro, da harmonia familiar. Antes de melhorar as condições de vida da mulher, a terapia hormonal, na concepção do Dr. Wilson, determinava papéis sociais que poderiam ser conservados para sempre. E mais, além de o hormônio garantir a perpetuação dos atributos femininos, eles poderiam ser encontrados em qualquer farmácia,

⁴ As substâncias hormonais, então chamadas “estrógenos naturais conjugados”, receberam esta denominação porque a conjugação química dos hormônios era realizada em condições naturais, obtidos a partir da urina de égua. WILSON, 1966, p. 112.

⁵ Existe uma divergência de datas a esse respeito. Alguns autores assinalam o pós-guerra como o período no qual as multinacionais farmacêuticas teriam começado a comercializar os extratos hormonais. MELO, 2001, p. 09).

conservados como jóias em frascos e estando ao alcance de qualquer mulher; bastava que elas quisessem utilizá-lo.

As explicações propostas por Wilson mais uma vez afirmam que, por sua natureza, as mulheres estariam destinadas a um fim previsível. Elas, especialmente a partir da instauração da menopausa, só poderiam continuar levando uma vida normal se a taxa de estrogênio fosse equilibrada. Tal “anomalia” só poderia ser sanada através do uso continuado dos formulados hormonais, que deveriam ser administrados até os últimos dias de sua vida, ou enquanto ela desejasse “sentir-se mulher”. Deste modo, sentir-se mulher significaria manter-se feminina, atraente, casada, feliz, ativa. A perda da feminilidade viria acompanhada da perda da concentração, de distúrbios mentais, indícios patológicos de toda espécie que aniquilariam a mulher.

A concepção de menopausa, engendrada por este médico, mais uma vez confirma como o conhecimento das ciências biológicas pode ser utilizado para definir a diferença sexual. São teorias que buscam inexoravelmente provar que as mulheres, por sua natureza, estariam subordinadas à esfera biológica e procriadora. Os estudos de gênero e das ciências humanas, de um modo geral, procuram mostrar como as mulheres e os homens foram e são definidos pelas ciências biológicas. Como, a cada momento histórico, as experiências corporais são interpretadas por vieses aparentemente consensuais, mas que levam em conta questões de gênero, este deve ser entendido como a compreensão plural e dinâmica daquilo que significa ser homem e mulher, dentro de contextos sociais distintos.

Referências bibliográficas

ABURDENE, Patrícia & NAISBITT, John. *Megatendências para as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

CIORNAI, Selma. *Da contracultura à menopausa: vivências e mitos da passagem*. São Paulo: Oficina de Textos, 1999.

DEBERT, Guíta Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP/ Edusp, 1999.

FONSECA, Paulo Timóteo. *Menopausa: para sempre mulher*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, Patrícia de. *Corpos de Mulheres em (Re)vista*. A representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia 1907-1978, 2005. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.

GANDELMAN, Luciana M. Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas, in: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KEEP, P. A. Van. The history and rationale of hormone replacent therapy. *Maturitas*, 12, 1990. p. 164.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MELO, Jacira (coord.) *Dossiê menopausa*. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001.

MINI COLLINS. Dicionário português-inglês, inglês-português. São Paulo: Siciliano, 1994.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina do século XIX, in: GRANDO, José Carlos. *A (des) construção do corpo*. Blumenau: Edifurb, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

O Carlos Chagas que eu vi (Crônica sentimental sobre o grande cientista) *

Risoleta Maciel Brandão

Embora o seu elevado cargo, suas medalhas e títulos honoríficos, nem por isso deixava de ser humano. De acessibilidade e amenidade de trato consistia uma das face-tas desse belo caráter.

Veio atento à pessoazinha que Adélio lhe apresentava: – “Esta é minha irmã – “Irmã!” Sorriu e, no tom carinhoso do adulto quanto se vê na obrigação de agradar um ente insignificante, puxou conversa. Das primeiras palavras não me recordo. Todavia, daquela “Vamos para o Rio de Janeiro comigo?”, jamais esqueci. A delicadeza do convite fez o coração acelerar de contente. E sorrindo, de pertinho, me encarava. Virgem, e se ele falasse que eu fui mordida de barbeiro? Todos nós colegas do 4.º Ano Misto, nos achávamos em “suspense”. A notícia que rolava era de que, a ele, bastava um golpe de vista para conhecer o paciente afetado. No seu sorriso-brandura pousou, de leve, a mão na cabeça da menina. Ainda bem que eu não tinha piolhos. Realmente, aquela sumida-de não cogitava de tal parasito, sua cisma era com os barbeiros. Esturdeza de sábio! Meter-se pelos socavões do Oeste, sujeito a toda sorte de peripécia, expondo-se a fadigas e desconfortos, revirando céus e terras atrás de um rele inseto. Mas é que o dito coisinha à-toa, antes classificado de inofensivo, não passava de um maligno hematófago (ordem hemíptero), contaminador do mal em suas entranhas, causador de milhares de mortes. E ali estava a autoridade máxima, na auréola de seu saber, a fim de comprovar a veracidade do fato: CARLOS RIBEIRO JUSTINIANO DAS CHAGAS, uma inteligência, uma índole laboriosa e tenaz, um estudioso que buscava o bem comum. A 22 de abril de 1909, no novo apogeu da mocidade (29 anos), doava à ciência o fruto de suas persistentes e extenuantes pesquisas. A concretização de seus trabalhos vinha provar à humanidade que a terrível moléstia difundida em diversas regiões da América do Sul, ceifando tantas vidas, devia exclusivamente a sua origem à picada do barbeiro. E, não obstante, a mais tarde denominada “Doença de Chagas”, em sua homenagem—até hoje considerada incurável – graças ao amor à nobre causa do insigne brasileiro, pôde tornar-se evitada, na fonte, com o extermínio do inseto transmissor.

Carlos Chagas, diretor da saúde pública nacional, consagrado cientista, mundialmente reverenciado, acumulava diplomas, condecorações e prêmios a ele conferidos pelos governos e entidades particulares, do País e nações estrangeiras. Honrarias ao mérito dado o inestimável valor de sua maravilhosa descoberta; sua eficiência e assiduidade na diretoria do Instituto de Maguinhos e devotamento, coroado de êxito, à frente das campanhas antimalárias em Santos, (SP) no Vale do Rio das Velhas, (MG) na Amazônia e à epidemia da Gripe Espanhola no Rio de Janeiro. Com tudo isso, em oratório de marfim, fechado por taramelas de ouro, conservava o dom precioso de sua reconhecida modéstia.

Sem ostentação, sem alardes, naquela manhã de 25 de novembro de 1923, caminhando pela sala de aula, levava o olhar ativo à turma, respeitosa e silente, cada qual,

* Publicado originalmente no jornal *Estado de Minas*, em 28 de janeiro de 1981.

de pé, ao lado da carteira. Chamou-lhe a atenção uma aluna de quem se aproximou e, baixando-lhe as pálpebras, discretamente indagou ao Adélio se ela residia em casa caída. Obtendo a confirmação, deu de ombros, alegre, num breve comentário: – “Cor natural de pele um pouco pálida” (Pele-pálida vive saudável até o presente). Encerrada a curta visita – iria ver as outras salas – disse adeus à classe.

Cumprimentou a nossa mestra dona Josefina e, assim como chegou, saiu, ágil, ligeiro no andar, acompanhado de seus auxiliares, de Adélio e do Prof. Modesto, diretor do Grupo Escolar “Marcolino de Barros”, único estabelecimento de ensino na pequenina Patos, a atual Patos de Minas.

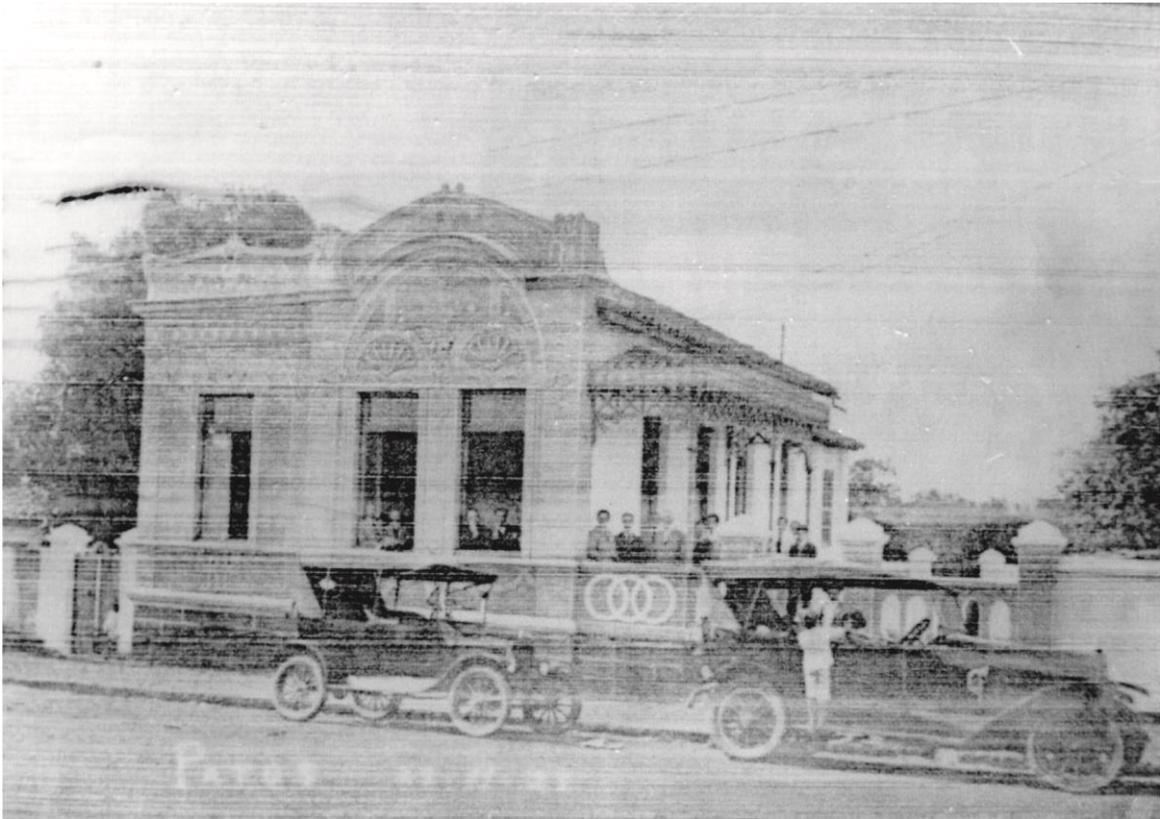


Foto tirada no momento da chegada de Carlos Chagas e colegas à casa de Dr. Adélio Maciel, em 23 de novembro de 1923.

No dia imediato, meus pais experimentaram a grata satisfação de recebê-lo em nossa casa. A ele, Carlos Chagas, e os outros três personagens, os mesmos que estiveram na Escola. Nessa eventualidade, a família, formalizada, compareceu à sala de visitas; exceto a caçula. Apesar de crescida, Mamãe entendia que menino, bicho atravessado, não tinha cabida numa roda de gente civilizada. Mormente em se tratando de doutores de tão alta circunstância. Não houve dúvida, não. Através das frestas das portas eu conseguia abranger todo o cenário com os principais protagonistas do ato. Escutei Adélio nas apresentações: “– Minha mãe... meus irmãos...” Quanto ao papai já conheciam, pois ele fora presença na chegada da ilustre comitiva à cidade.

O ambiente cerimonioso, dos primeiros instantes, logo cedeu lugar a uma franca e recíproca cordialidade. Não fugindo ao tradicional costume de nossos avós, uma das filhas do dono da casa, Rosa, mocinha expedita, é quem trouxe o café: o eterno Deus-te-salve na hospitalidade do lar mineiro. Luziam a bandeja de asas, as xícaras de porcelana chinesa, as colherinhas de prata, com o gostoso açúcar mascavo moreno e fofinho no açucareiro bojudado e a aromática rubiácea pelando de quente na cafeteira de estimação.

A prosa generalizava-se. Os meus queridos ouviam com a maior deferência a palavra abalizada dos benvindos forasteiros. Doutores laureados pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, facultativos de renome – cavalheiros, na finura de uma aprimorada educação e, segundo a moda masculina em voga, na sobriedade do trajar: tempo de casemira, gravata, colarinho e punhos engomados, abotoaduras de ouro, botinas de pelica. Os chapéus ficaram na sala de entrada.

CARLOS CHAGAS: 44 anos, estatura mediana, feições regulares, olhos escuros; na sua simpatia pessoal, irradiava bondade; na magnitude do gênio, inspirava veneração.

Mestre, na excelência de um admirável talento, dignificou a Cátedra na sua Escola do Rio de Janeiro. Nascido a nove de julho de 1879, teve por berço a fazenda do Bom Retiro – propriedade paterna – no Município de Oliveira (MG).

SAMUEL LIBÂNIO: 41 anos, olhos verdes e bem postos; era professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, clínico e figura proeminente na Capital Mineira, na sua condição de diretor de Higiene Pública do Estado, desde 1917. Nascera em Pouso Alegre, Sul de Minas.

OTAVIO MAGALHÃES: 33 anos, bigodes curtos e retorcidos, cabeleira farta; lembrava Osvaldo Cruz. De pouca altura e muitas aptidões, esse carioca de nascimento, em Belo Horizonte, se distribuía em suas múltiplas atividades: cientista, sanitarista, caçador de micróbios, etc., professor catedrático da referida Faculdade e assistia numerosa clientela. Como diretor do Instituto Ezequiel Dias, publicou notáveis tratados científicos.

JOÃO PENIDO FILHO: meia idade, alto, robusto (sem ser gordo), usava cavanhaque e gravata borboleta. Clínico e grande benemérito de Juiz de Fora, sua terra, aí exerceu em dois triênios os mandatos de presidente da Câmara e agente executivo municipal. Republicano e deputado, representou Minas na Câmara Federal.

Falaram de assuntos variados e entraram no campo de interesse: barbeiro, o prato do dia. Seguro de seus conhecimentos sobre o então vasto município de Patos e vizinhanças, atendendo o Dr. Carlos Chagas, meu pai enumerou os sítios infestados do inseto. Citou, outrossim, os mais castigados pelo impaludismo: terrenos maleitosos às margens do Rio Paracatu e seus afluentes ribeirões do Manabuiu e Taboca (Zona Paracatu), onde a Seção campeava impiedosa, minando organismos, aniquilando existências. Até os papudos vieram à baila. Mamãe pediu a opinião do Dr. Samuel sobre a causa do papo. Bócio, deformidade comuníssima que estragava a estética do indivíduo nas paragens sertanejas daqueles Gerais. Seria areia na água? Diacho! Não pude captar a resposta do higienista. Ele falava baixo, pautado, calmo como que procurando as palavras convincentes...

Outros lares abriram suas salas, a fim de receber os digníssimos senhores. Primeiro, quiseram conhecer avó Flaviana Maciel. Vó velhinha, curtindo saudades de seu primogênito; ele Olegário, lá longe, no Palácio da Liberdade, dirigindo os destinos de Minas. Aproveitando da bondade do prof. Otavio Magalhães, Adélio levou-o novamente à casa de avó Flaviana para encanar o braço quebrado da prima Zenóbia. A garota despençou do galho de uma mangueira, no quintal. Havia nos excursionistas uma alegria sã, uma boa vontade em servir, em agradar. E foi nesse estado de espírito que Carlos Chagas acompanhou Adélio até a chácara de tia Nhá Maciel, na finalidade de examinar Nhazita. Um caso gravíssimo – salvo engano, de meningite – que preocupava meu irmão médico e ele nutria plena confiança no diagnóstico, no olho-clínico do famoso cientista. Ademais, sua simples presença seria para a jovem enferma e família uma esperança, um raio de sol a brilhar no casarão entristecido. Entre as autoridades que visitaram Carlos Chagas, anotamos o Vigário da Paróquia, o Cônego Manuel Fleury Curado (depois Monsenhor). Na residência do cirurgião Dr. Eufrazio, o Dr. Penido, nos requintes de homem de sociedade, beijou a mão da idosa sogra do anfitrião, gesto que a surpreendeu, comentando depois: “Nunca vi gente madura tomar a bênção”.

Entretanto, o sentido de Carlos Chagas estava nas meias-águas dos bairros pobres, Várzea e beira da Lagoa: moradias de paredes barreadas, propícias ao esconderijo de barbeiros. Segundo afirma Dolor Borges, um dos médicos que assessorou o desco-

bridor quando chegava para a inspeção. Já sua equipe de serventes – guiada por um empregado da Câmara local – munida de ferramentas adequadas, havia cavado as tais paredes e retirado das cavidades punhados do inseto. Mansos, que fazia dó! Fiassem naquela mansidão e lerteza... De hábito noturno, os malfazejos continuam a passar o dia quietinhos, inertes, à espera do escuro. Aí, sim. Agir nas trevas! Sorrateiros, sugar – de preferência as bochechas de um adormecido, sem que ele perceba a picada. Felizmente, nem todos estão contaminados para transmitir a doença. Na falta do ser humano, qualquer mamífero lhes apetece, contando que lhes satisfaça a sede sanguinária. Vampiros duma figa! Apelidam de “Chupão” este agente etiológico da endemia chagásica, portador do protozoário de nome *Trypanossoma cruzi* – homenagem a Osvaldo Cruz. E pensar que Carlos Chagas – paciência de Jó – acomodava-os em caixinhas de madeira, de diferentes cores, certamente, separando espécies ou idades.

Sobre o tema em questão e outras moléstias tropicais, o herói desta história discorreu numa interessante palestra, na casa onde se hospedara. Uma conferência para homens responsáveis, os quais, sumamente honrados pela distinção do convite, aplaudiram o conferencista. Ali se achavam, além de seus auxiliares, as autoridades, os amigos, familiares de Adélio e da esposa e, em destaque, os esculápios da cidade: doutores em borla e capelo – esmeralda reluzindo cravejada de brilhantes no indicador. Tratava-se de Eufrásio José Rodrigues, João Borges, Dolor Borges e Adélio Dias Maciel. A exceção do primeiro, baiano, formado pela Faculdade da Bahia, os três patenses realizaram seus estudos e defenderam tese – merecendo excelentes notas – na mencionada Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Viam-se ainda nesta seleta reunião os farmacêuticos diplomados, nossos primos, Agenor Maciel e João Gualberto Amorim Jr. Todos esses assistiram os visitantes durante a sua estada (cinco dias) na cidade.

A ida de Carlos Chagas a Patos verificou-se a convite de Adélio. Claro que, com o Tio Olegário na governança do Estado, tudo facilitou para esta viagem de inspeção aos serviços de saneamento e profilaxia rural da região. (Olegário esteve na presidência de 12.9.1923 a 7.4.1924 e mais duas vezes, como substituto legal do presidente Raul Soares; este, sob prescrição médica, em repouso, numa estância hidromineral do Sul de Minas).

Na sua categoria de presidente da Câmara Municipal, agente executivo e deputado à Assembléia Legislativa, Adélio andou abaixo-acima, fiscalizando os preparativos a fim de receber condignamente os seus convidados. Aliás, todas as vezes que anunciavam a ida de alguém de importância, era um deus-nos-acuda! O hotel e a pensão, únicas hospedarias no lugar, não dispunham de acomodações convenientes pra alojar gente de seca. E, desta feita, meu irmão optou por deixar o seu teto à disposição dos hóspedes e, como Yayá, foi ficar conosco. A casa deles, conquanto singela, era uma recente construção, de alpendre de lado; e Yayá, casada de pouco, apesar de muito jovem, valendo-se da orientação e cooperação de suas irmãs, ajeitou tudo a contento, no prazer de estrear como mulher de político.

Cinqüenta e cinco anos se interpõem entre esses acontecimentos e agora, no entanto, certos pormenores ressurgem claros, nítidos, quase palpáveis. A menina, competente, cautelosa, conduzindo os castiçais e recados da mamãe. Na verdade, as lâmpadas elétricas resplandesciam em Patos desde 1915; contudo, Mamãe não dispensava os antigos processos de iluminação. “– Num vê. Ninguém deve fiar nessas invenções modernas. Quando menos se espera arma uma tempestade e a luz apaga”... Daí a precaução de aconselhar à nora que pusesse no criado-mudo de cada quarto a vela e a caixinha de fósforos. Desimpedida da incumbência, a mandalete não perdeu vaza de assuntar as novidades nos cômodos, minuciosamente arranjados, pois seus ocupantes não tardavam. Pé ante pé, a abelhuda embarafustou-se pela casa adentro, explorando salas e quartos, brunidos, arrumados a capricho; e fascinada, penetrou no aposento destinado a Carlos Chagas. Silêncio! Pairava no ar algo de estranho, de sublime, que ela não sabia definir. Tudo ali respirava harmonia. Suspenso do teto descia o cortinado de renda, o laço de fita azul cerrando as beiras daquele manto de neve que protegia o largo leito, em cambraias. Sobre o mármore da “toilette” o jarro de água e bacia de prata brilhavam com as pequenas peças do aparelho dispostas em simetria e rescendendo a suave per-

fume de sabonete “Reuter”, na saboneteira de cristal. Toalhinhas bordadas em organdi suíço guarneciam os móveis e, para contrabalançar a delicadeza do conjunto, pondo um toque de masculinidade, pesado e austero, aprumava-se o guarda-casaca de espelho. Chique demais! Daí vai a cheireta espiar a despensa. Os doces de mamãe, figos, mangabas e limões-galegos, verdinhos e mimosos, boiavam na transparência das caldas nas compoteiras; e a gostosa manteiga fabricada em nossa fazenda, nas lonjuras do sertão. Por seu lado, faziam fartura, o açúcar-de-forma, claro e seco, o delicioso requeijão tostado, os queijos, especialidades da fazenda do pai de Yayá. Na cozinha, de fogão a lenha, duas afamadas cozinheiras e uma menina azafamavam-se na culinária. Eram os doces, pudins, manjares, sequilhos, quitandas e, de antemão, ideando o cardápio das refeições: os almoços e jantares do frango-cheio, do tutu de feijão, do lombo de porco assado no espeto... Ainda, a serviço, havia um moço ladino, um tal de Zé Tintureiro, padeiro convertido em “garçon” e “valet de chambre”.

Eu não poderia esquecer da matilha do Dr. Penido; seis exemplares trazidos pelos vigias, já arranchados e acorrentados na coberta do terreiro. Uns cochilando, outros emproados; e todos eles em matizada doida, se farejavam um gato em cima dos muros, um urubu, aos pulinhos, ali se arriscando, na fiúza de catar restos de comida. É sabido que o personagem de Juiz de Fora foi à caça; e que, a fim de lhe servir de guia no esporte favorito, meu pai mandou chamar um sujeito treinado e de arrojo, por nome de Joaquim da Ana. Que o Dr. Otávio Magalhães compartilhou das sensações nas brenhas, ouvi dizer. Porém, se mataram animais de maior porte, eu não saberia contar. Naquela época, povoavam as nossas matas, campos e cerrados, uma infinidade de bichos selvagens: perdizes, codornas, pacas, antas, veados, caetetus, iraras, capivaras, lontras e raposas, coelhos, lobos vorazes, onças vermelhas e pintadas.

Anos mais tarde, a 3 de abril de 1933, Adélio, então deputado federal, acompanhando tio Olegário numa viagem a Juiz de Fora, – Olegário Maciel, presidente do Estado escolhera aquela cidade para o encontro com o presidente Getulio Vargas, que vinha a Minas a fim de, juntos, em acordo, resolverem assuntos da alta política, sobre as eleições de 1934 e outros–, foi recebido pelo dr. Penido de braços abertos. Distinguindo-o entre os maiorais da política, o ex-parlamentar, sempre grato pela hospitalidade em Patos, cumulou-o de gentilezas. Levou-o a sua residência senhorial, uma suntuosa mansão rodeada de extensos e belos jardins. Adélio caiu das nuvens ante aquela riqueza, ele, que oferecera a simplicidade de modestas acomodações. A surpresa atingiu ao auge, quando percorreram o canil. Ótimas instalações com sala mobiliada e na parede um grande mapa do “pedigree” dos cães: pura-raça, de longa linhagem, avós, pentavós, hexavós, até decavós nos países europeus. E no emaranhado desses galhos pintalgavam os seis perdigueiros, que, em Patos, tiveram por abrigo uma tosca cobertura de telhas e chão de terra poenta. De regresso, meu irmão, humilhado, confessou a esposa: “- Yayá, a casa dos cachorros do Dr. Penido é muito melhor do que a nossa...”

Voltemos a novembro de 1923. Enquanto os dois caçadores, de espingardas a tiracolo, embrenhavam-se nas profundezas das matas ou varavam capoeiras, Carlos Chagas, no seu “hobby”, com Samuel Libânio e Adélio, caçava barbeiros. Chusmas deles foram encontrados nas habitações dispersas, bibocas no Vale do Ribeirão das Três Barras,– glebas da Cachoeira e Sertãozinho, fazendas pertencentes ao pai de Yayá (Sertãozinho, a partir de 1937 tornou-se “Estação Experimental do Ministério da Agricultura”). De volta das tais “viajinhas”, feitas de automóvel e a cavalo, o pesquisador não demonstrava o mínimo sinal de enfado ou cansaço. Onde buscava resistência para tamanha capacidade de ação?!

Foi na manhã de 27 de novembro de 1923, que partiu a distinta caravana. Adélio e os médicos da cidade acompanharam-no até além da ponte e ali se deram as despedidas: os clássicos agradecimentos de parte a parte, os adeuses. Três dias depois, 30 de novembro, em Belo Horizonte, o “Minas Gerais” noticiava: “Regressou ontem, de noturno, para o Rio de Janeiro, o Sr. Dr. Carlos Chagas, diretor... O ilustre cientista, que se achava em viagem de excursão pelo Estado, teve embarque...”

Graças à interferência do eminente personagem, a 19 de março de 1924, instalava-se o “Posto de Profilaxia Rural” em Patos.

A casa que o agasalhou nesta cidade continua em perfeita conservação, na rua Olegário Maciel, 452. Uma foto batida no momento da chegada, Carlos Chagas e auxiliares, no alpendre ladeados de cidadãos da comunidade patense, constitui um documento de valor histórico.

O que mais eu poderia dizer a respeito desse luminar da ciência? A 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro, encerrou a sua peregrinação terrena, deixando um vazio no mundo dos tratados, das descobertas e nos corações amigos. E sua memória ficou em nossa mente como o fulgor de um astro: luzeiro que cruzou o espaço em órbita de aspereza, entrelaçada nos festões da glória.

Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso

Tatiana Piccardi

Doutora em Letras pela USP (São Paulo, Brasil). Pesquisadora colaboradora no Departamento de Linguística/IEL/UNICAMP (Campinas, Brasil). e-mail: tpiccardi@gmail.com

Resumo: O texto analisa relatos de pais enlutados e os processos de (re)construção da subjetividade em discurso, após a vivência da morte do filho. Observa-se que o ato de narrar a morte e o morrer do filho pode ser considerado ato de fala com força ilocucionária de caráter “curativo”, na medida em que, pelo narrar, o sujeito reconstrói o sentido da vida e coopera na (re)construção do sentido da vida de outros pais enlutados com quem dialoga.

Palavras-chave: ato de fala ilocucionário – discurso – dor – luto – subjetividade.

1. Introdução

Um dito de autor por mim desconhecido nos diz: “Quando os fios que tecem nossas vidas são violentamente rompidos, somente as mãos do tempo podem cerzir as malhas rasgadas. É preciso dar tempo ao tempo”. Eu diria, complementarmente: é preciso dar espaço ao narrar...

Este trabalho propõe-se a estimular reflexões sobre os sentidos da dor posta em discurso por meio da observação da prática linguística em um contexto bastante específico: encontros de pais enlutados. Optei por selecionar dois desses encontros e analisar as pequenas narrativas aí construídas. A abordagem teórica de fundo é a pragmática que se origina em Austin (1975). Para explicar alguns movimentos dessas narrativas, aproprio-me de alguns conceitos de Lacan, conforme elaborados por Žižek (2006), e por mim ajustados.

2. Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso

A cada dois meses aproximadamente um grupo de cerca de vinte mães e um pai enlutados se reúne para conversar sobre a vivência que tiveram, sobre os sentimentos que os monopolizam – de vários tipos, em meio à dor comum – e sobre as formas que cada um deles encontra de sobreviver à dor da perda do filho. O grupo¹ surgiu com o objetivo de ser um espaço de expressão para esses pais, que de outra forma não teriam

¹ O grupo denomina-se Núcleo Marcela Costa Baptista de Apoio a Pais Enlutados. Existe há três anos, por iniciativa da AHPAS – Associação Helena Piccardi de Andrade Silva, entidade de apoio a crianças e adolescentes com câncer, sem fins lucrativos e de interesse público, que viu por bem estender a assistência às mães e pais dos jovens terminais atendidos. O grupo é composto por pessoas de níveis sociais diversos, de diferentes regiões do país, de idades e crenças variadas. Predominam as mulheres (mães enlutadas) por razões várias, em especial razões relacionadas a coerções sociais que inibem os homens de buscar a vazão explicitada e compartilhada de sua dor. O trabalho do Núcleo começou por volta de 2002 e ganhou corpo a partir de 2005, com a sistematização, registro e planejamento das atividades.

onde, nem como, “colocar para fora” seus sentimentos. Observa-se que, independentemente do extrato social, os pais enlutados não encontram espaço de expressão em meio a familiares e amigos, que se calam ou mudam de assunto a cada tentativa desses pais de manifestarem sua dor, seja através de palavras, seja através do choro ou outra manifestação física da dor.

O grupo, embora tendo em sua coordenação uma psicóloga especializada em luto², não tem fins terapêuticos, portanto não substitui a necessidade de atendimento psicológico que alguns desses pais possam vir a ter. Da mesma forma, não substitui práticas religiosas que supram as necessidades espirituais advindas da perda. Sem caráter terapêutico, nem tampouco religioso, sobressai-se o caráter simbólico do trabalho. O conjunto de relatos nada mais é do que uma forma de re-significar o evento mais traumático da vida de cada um dos participantes. Nesse sentido, as falas individuais constituem-se como narrativas de vida e morte, que se costumam às narrativas de vida e morte dos demais membros do grupo, e que emergem entrelaçadas como uma grande tentativa de transformar a dor em caminhos de “superação”.

Das falas individuais enunciadas em encontro ocorrido em fevereiro de 2007 e de outro, ocorrido em abril de 2008, selecionei trechos que formam o breve corpus deste artigo³. Os nomes das mães, pai e dos filhos são fictícios e as idades aproximadas. O espaço de um ano entre um encontro e outro foi considerado útil para mostrar a mudança de foco que houve em alguns relatos, mudança que atesta os avanços e recuos das fases do luto e suas diferentes formas de discursivização.

Mariana, 25 anos, auxiliar de escritório, perdeu sua filha Tânia há meio ano, vítima de câncer, quando a pequena completava oito anos. Diz Mariana, emocionada, referindo-se ao seu apego material com objetos que lembram a filha:

Meu marido me irrita, me irrita porque ele não entende que eu preciso colocar fotos da Tânia pela casa toda, é a forma de lembrá-la, assim ela está sempre comigo. Quero que suas fotos e também suas coisas fiquem comigo, porque assim ela está comigo também. Tenho dificuldade de dar as roupas e os brinquedos de Taninha. Me apeguei muito. Eles são parte dela, não quero dar...

Gertrudes, 42 anos, dona de casa, muito pobre e com muito pouca escolarização, separou-se do marido em função dos problemas de relacionamento que se potencializaram com a doença do filho de quatro anos, falecido também com câncer, havia dois meses. Gertrudes conta o momento do óbito, com lágrimas nos olhos e a voz embargada:

Vitor estava deitado na caminha, muito fraquinho. A gente tinha voltado do hospital depois que a médica disse que era melhor ele ficar em casa, no cantinho dele, e era tudo o que o Vitor queria mesmo... Mas eu fiquei com medo de tirar ele do hospital porque se ele morresse no caminho eu não ia saber o que fazer, sozinha com ele... Mas no fim aconteceu diferente. Pude colocar o Vitor na sua cama, então, como dizia, foi quando ele me chamou e disse que estava vendo um homem na parede e que ele era bom, não dava medo. Me pediu para olhar só que eu não via nada. Vitor estava tão tranquilo, parecia que o sofrimento tinha acabado. Eu fiquei com ele nos meus braços na cama, tentando ver o tal homem. Foi quando o pai dele chegou, esse homem que nunca me deu apoio, nem ao filho... chegou na hora de ver o filho morrer...

² As demais coordenadoras (três) são mães que perderam filhos há mais de oito anos.

³ O registro das falas por meio magnético foi descartado, pois o gravador inibe a expressão. Assim, as falas foram registradas por escrito. A simultaneidade de vozes muitas vezes comprometeu a transcrição fiel, de modo que trechos perdidos foram recuperados tendo-se em vista a coerência geral da cena enunciativa.

Danuzia, dona de casa, perdeu seu filho, Tadeu, de doze anos, havia um mês. Tem cerca de 37 anos, está casada há vinte, tem outros filhos, mais velhos. Seu casamento não se abalou com a doença (câncer) e morte do pequeno Tadeu. Ao contrário da maior parte dos casos relatados pelas assistentes sociais de hospitais que atendem a população pobre, pelo sistema único de saúde (SUS), seu marido não abandonou a casa nem se entregou à bebida.

Tadeu nunca me deu trabalho. Era forte e tranquilo, carinhoso, foram anos lutando contra a doença e ele não se abalava. Tadeu me faz falta, mas não me sinto triste, porque meu filho foi um lutador. Tenho meus meninos mais velhos pra cuidar, isso me ajuda. Tenho meu marido e acho que agora precisamos ir em frente.

Beatriz (45), dona de casa, chorou muito ao contar sobre Edson, seu filho de 23 anos, morto com câncer após meses de luta. Suas saudades são amenizadas pelo cheiro de seu filho que impregna sua casinha humilde:

Sinto a presença de meu filho em casa, todos os dias. Seu cheiro está em todo lugar. Sinto às vezes um perfume mais forte, o perfume que ele usava, que aparece em casa sem nenhuma explicação, forte, sei que é o Edson que está presente e vem me consolar. Entro na cozinha, sinto o perfume, vou até a sala, sinto o perfume. Ele me acompanha e me ajuda a matar a enorme saudade que sinto do meu filho...

Sua fala é interrompida pela fala do casal, já idoso, Roberto e Eliana (ambos com mais de 80 anos), que perdeu duas filhas em situações distintas, uma com 25 e outra com 43 anos. Diz Roberto (o único homem do grupo):

Muitas vezes chegamos em casa e sentimos um perfume de rosas, um maravilhoso perfume de rosas... Só que não temos roseiras em casa, não há como explicar o perfume que sentimos. Sabemos que nossas filhas estão próximas, elas nos fazem sentir esse perfume, é o sinal de que estão vivas, de alguma forma, e esse perfume é o sinal que mandam para nos dizer isso, que estão vivas, e que estamos próximos, muito mais próximos do que se pode pensar...

Todas as mães e o pai presentes na reunião relatam sua dificuldade principal: a falta de ouvintes para suas histórias, para as histórias de vida e morte de seus filhos. Reclamam que a vida segue, em pouco tempo as pessoas se esquecem dessas crianças que se foram, e os pais ficam sós, sem ter com quem falar, sem ter quem ouça as histórias inesquecíveis que constituem a vida de cada filho morto. Todos sentem que fotos e objetos são a lembrança imediata, todos se apegam a eles porque é difícil compreender a irremediável separação física. Assim tais objetos consolam e revigoram, ao encarnarem uma presença física ainda necessária para que a vida faça sentido em seu aspecto mais imediato: o da necessidade de sobrevivência subsequente à perda. Por outro lado (e isto relatam os pais que vivem o luto há mais tempo), os perfumes que surgem sem explicação, ou mesmo sons inesperados, que podem ser um canto de pássaro, uma música especial, são todos sinais de que para além da morte inexplicável há vida, a vida de seus filhos que pulsa em outro nível e que envia sinais de sua espetacular existência.

De uma forma ou de outra, os relatos que incorporam experiências diretas e indiretas que atestam uma vida após a morte são o eixo da narratividade que os entrelaça. Seja por meio de metáforas sinestésicas, seja por meio de imagens de seres de outras existências habitando as experiências de pré-morte e morte, seja pela construção de imagens que descrevem o apego inicial a objetos materiais que fazem a ponte entre uma

existência física e outra, não-física, todos os relatos caminham na direção da re-significação do sentido da vida por meio do que chamo provisoriamente de metáforas metafísicas sobre a morte e o morrer.

Telma, 47 anos, cuja filha Elena faleceu com câncer aos cinco anos, contou o sonho que teve meses após a morte:

Foi tudo muito real. Elena estava no meu colo e eu podia sentir sua pele, seu cabelo, até seu hálito e o cheiro de seus cabelos. Eu podia acariciar e beijar, era como se Elena estivesse viva! Acordei de repente, demorei pra perceber que eu tinha sonhado... Não me importei quando vi que tinha sido um sonho, porque eu estava me sentindo tão bem! Parecia que meu coração ia explodir de alegria, porque eu tinha sentido minha filha, eu então soube que ela estava bem e quis que eu soubesse disso...

Sonhos com os filhos também são recorrentemente relatados e apreendidos como experiências de contato “real”. Tal qual o apego aos objetos da criança morta, que funciona como espécie de elo entre esta vida e a “outra”, o sonho também aparece como representação desse elo, ainda com mais intensidade, devido à força da história vivida em sonho. O sonho apresenta-se como a narrativa dentro da narrativa. Relatá-lo acrescenta elementos valiosos à experiência de re-significação pela palavra.

Hilda (53), dona de casa de classe média, relatou sua experiência de isolamento após a morte da filha, aos vinte anos, em acidente de carro. Não aceitou o apoio do marido, considerando-o insensível por se preocupar mais com ela (Hilda) do que com a filha morta. Findo o luto, após mais de sete anos, Hilda compreendeu que, ao se opor ao marido, pôde cultivar a memória da filha com mais intensidade, e assim construiu a “história” que precisava construir para resistir à dor dos primeiros anos:

Ele não me deixava ficar sozinha em casa. Eu, deprimida, só queria ficar na cama. Ele me arrastava ao escritório dele e lá me punha numa mesa numa sala isolada, onde eu fingia que fazia cálculos, mas apenas aproveitava o isolamento para chorar. Ele me deixava chorar, sabia que eu estava chorando, e eu o odiava porque eu achava que ele não respeitava minha dor, não me dava o tempo que eu precisava, enquanto isso eu sobrevivia...

A dita insensibilidade do marido aparece no discurso de Hilda com a força de um objeto material pertencente ao filho morto, ou com a força do sonho em que é permitido tocar no filho falecido, servindo de ponte entre vida e morte e de substância para o lidar com o luto nos anos iniciais.

No encontro ocorrido em abril de 2008, surgem pela primeira vez relatos que trazem em sua superfície discursiva as marcas do que chamo provisoriamente de concretude da morte e do morrer.

Jacira, 40 anos, dona de casa, perdeu seu filho Luiz, de quatro anos, de maneira súbita. Um erro na medicação contra dor de barriga num posto de saúde próximo à sua casa desencadeou a morte da criança. De luto há três anos, Jacira vive um momento crítico. Tem tido sonhos recorrentes, assustadores, em que a imagem do filho morto e imagens do caixão, túmulo, cemitério, velas se misturam e a aterrorizam, fazendo-a acordar à noite. Jacira tem medo da hora de dormir. Durante o dia, chora muito e não aceita ajuda do marido e dos demais filhos.

Eu tenho medo de dormir. Eu vejo Luiz morto, isso me apavora, é tão real, ele está lá, eu não posso acordá-lo, é terrível, terrível, eu pensei que eu estava melhorando,

que eu estava indo bem, mas agora tenho muito medo, ele está morto, bem na minha frente, e não há nada que eu possa fazer...

Heloísa, 38 anos, dona de casa, perdeu há cerca de dois anos a pequena Luíza, com apenas um ano e meio de idade, vítima de um tipo de câncer que transfigurou a criança, tornando-a irreconhecível. Luíza foi cremada. Nos últimos meses, tem tido problemas com o marido, que não aceita o fato de Heloísa ter escondido a urna onde guarda os restos mortais de Luíza. Segundo ele, Heloísa o priva de cultuar os restos da menina. Segundo ela, tal culto é desnecessário, pois Luíza não está lá de fato. Ainda assim, Heloísa não se desfaz das cinzas e chama a urna de “urninha”, numa aparente relação com “bercinho”.

Eu digo a ele que a urninha tem que ficar guardada. As cinzas que estão lá não são a Luíza, são só cinzas, guardadas numa urninha. Quero que ele a deixe em paz.

Tanto no caso de Jacira, como no caso de Heloísa, escolhas lexicais como caixão, túmulo, cinzas, restos mortais, urna funerária, se sobressaem. Embora as situações relatadas sejam distintas, em ambas as narrativas a concretude da morte e do morrer é explicitada lingüisticamente por uma terminologia que carrega todo o peso e a morbidez próprios ao fato inexorável que é a destruição do corpo físico. Admitir que o corpo físico do filho é destruído por um remédio errado, pela doença que transfigura e degenera, pelos vermes da terra, pelo fogo do crematório, é admitir a mais inaceitável das possibilidades: a de que a separação é definitiva e de que para este fato não há, no nível do que pode ser denotado, nenhuma explicação. Apenas imagens que confundem e atemorizam.

Um outro tipo de metáfora, assim, vem ocupar o lugar das metáforas metafísicas, estas últimas fundamentais para realizar um desligamento menos traumático entre mãe e filho. Trata-se de metáforas que remetem ao mundo físico, material, que trazem à superfície discursiva a constatação dramática da degeneração do corpo. Aparentemente essas metáforas são fundamentais em etapas posteriores do luto, quando se está prestes a dar o passo final do processo: a aceitação da morte do corpo físico.

Foi ouvido apenas um relato que vai nessa direção, de Patrícia, 48 anos, mãe de Amanda, que faleceu com câncer aos cinco anos:

Não me importa se minha filha está no paraíso, ou se está para reencarnar, ou se a verei após minha morte. Não me importa se não há mais nada de seu corpo embaixo da terra, um dente, um fio de cabelo, ela está sempre comigo a ponto de eu não precisar me lembrar dela para saber que ela está comigo.

Interessa observar que os relatos que trazem à superfície discursiva as marcas da concretude da morte e do morrer são ainda menos absorvidos socialmente do que aqueles que se constroem via metáforas metafísicas. A crueza deste tipo de relato impede sua circulação entre falantes em situações cotidianas. Trata-se de relatos-tabu.

3. Construção de uma história comum

Arrisco dizer, como diria Lacan, conforme interpretação de Žižek (2006:14), que o Real para os pais enlutados “persiste como uma dimensão eterna de falta, e toda construção simbólico-imaginária existe como uma certa resposta histórica a essa falta básica”. A falta básica é vivida por esses pais de forma absolutamente dramática: pela vivência traumática e desoladora da perda do filho. E a construção simbólico-

imaginária que desponta como resposta surge sob a forma dos relatos, do tipo exposto acima. Escapar ao Real horrendo significa construir histórias de vida após a morte, de contato físico com os mortos e de sensações permanentes, nesta vida, que indicam a presença da outra.

A interpretação de Zizek sobre a teoria do Real de Lacan consiste em considerar que a tríade lacaniana formada por Real, Simbólico e Imaginário é mapeada ou projetada no Real em si. Dessa forma, o Real deixa de ser o lugar da impossibilidade, ou “o Outro traumático a quem nunca se pode responder adequadamente”, para ser o lugar de enfrentamento dessa impossibilidade por meio do simbólico e do imaginário. Essa perspectiva psicológica contempla parte do que vemos acontecer nos relatos dos pais enlutados. Explicarei um pouco mais a proposta de Zizek para então prosseguir.

Para o autor, o Real formula-se em três níveis: Real real, Real imaginário e Real simbólico. Segundo suas palavras, o Real real seria a Coisa horrenda, o abismo, o monstro. A morte, então, seria o Real real em si mesmo, a Coisa horrenda em seu ápice. O Real simbólico consistiria no conjunto de fórmulas que simplesmente funcionam. Trata-se de um Real que não conseguimos integrar ao nosso horizonte de significação, o dizer que não se integra ao âmbito maior da experiência, e que permanece sem sentido. Podemos ver aí todos os chavões sociais utilizados nos discursos triviais sobre morte, em situações sociais chave, como, por exemplo, velórios e enterros, quando se ouvem fórmulas tais como: “foi melhor assim, estava sofrendo muito”; “agora ele descansou”; “renascerá para uma nova vida”. Aproprio-me de Zizek que afirma, embora em outro contexto, que a operação ideológica suprema é a elevação de algo à condição de impossibilidade como meio de adiar ou evitar o encontro com a Coisa. Acredito que as fórmulas do Real simbólico são exemplos de operação ideológica efetiva, pois buscam sistematicamente o escamoteamento da dor e do confronto com a morte, elevando o enfrentamento da dor e o confronto com a crueldade da morte à condição de impossibilidade. O tabu social persistente, que inibe que se fale sobre filhos mortos e que se pergunte sobre eles, funciona também dentro da esfera do Real simbólico, como operação necessária ao afastamento da Coisa horrenda.

O Real imaginário, por sua vez, designa “não a ilusão do Real, mas o Real da própria ilusão” (p. 87). É nesse aspecto da tríade que se encaixam os relatos dos pais enlutados. As narrativas de vida e morte dos filhos que se foram constroem um novo Real, a partir da ilusão. Ao narrarem, esses pais, que foram traumáticamente advertidos de que o Real real de fato acontece ao terem de enfrentar a perda do filho, entram na esfera do Real imaginário e reconstroem o sentido de suas vidas através do enfrentamento da impossibilidade. A Coisa horrenda foi vista e sentida, só será afastada para que a vida regular tome seu curso após a elaboração da perda no nível do imaginário, que tece os fios que reposicionam esses pais na esfera da trivialidade que mascara o buraco negro do Real. Quando isto é finalmente feito, termina o luto.

Tanto as metáforas metafísicas como as metáforas físicas (de acordo com terminologia provisoriamente adotada) são materializações discursivas que se dão no nível do Real imaginário e fazem parte do processo de (re)construção da subjetividade e do sentido da vida via explicitação da dor em discurso. As metáforas físicas que simbolizam a concretude da morte e do morrer, discursivizadas muitas vezes como crua descrição de um corpo que degenera e do contexto em que isso ocorre, representam a metáfora em sua forma menos óbvia e, portanto, a que mais “gruda” na realidade e causa o impacto da explicitação das grandes “verdades”.

4. A (re)construção da subjetividade

No nível do Real imaginário dá-se, a meu ver, e nesse contexto específico, o processo de (re)construção da subjetividade e do sentido da vida. Arrisco dizer que, ao narrar, os pais enlutados efetivamente vivem o luto, em todas as suas etapas, até seu término, o que significa que atribuo um caráter ilocucionário específico à ação de narrar

nessa situação. Para que se compreenda o que significa essa atribuição, retomo brevemente o cerne da teoria dos atos de fala de Austin (1975), que entende o ato de enunciar como ação que se constitui de três atos simultâneos e complementares, assim classificados: ato de fala locucionário, ato de fala ilocucionário e ato de fala perlocucionário.

Locucionário é o ato mesmo de formular o enunciado, para o que o falante utiliza os recursos da língua de que dispõe. É o ato de atualizar (pôr em funcionamento em situação concreta) o sistema lingüístico. Ilocucionário é o ato da comunicação em si, que implica o fazer algo ao enunciar, que pode ser um pedido, uma ordem, uma promessa, distinguindo-se assim o ato ilocucionário do significado do enunciado em si mesmo. Por exemplo, o enunciado “que calor faz aqui!”, em dado contexto, pode significar: “por favor, abram a janela!”. Esse significado, que muitos consideram equivocadamente como acrescentado, é o ato ilocucionário, e a finalidade específica que lhe é constitutiva no ato da enunciação (pedido, ordem, promessa, etc.) é o que Austin denomina força ilocucionária. Não se trata de acréscimo, pois o ato ilocucionário é inseparável do ato locucionário. Repetindo-se o contexto adequado, “que calor faz aqui!” continuará significando “por favor, abram a janela”. Perlocucionário, por sua vez, é o efeito do enunciado no interlocutor, que pode ser previsto pelo falante ou não. A imprevisibilidade dos efeitos da fala projeta o discurso para o novo, para o não-convencional.

Dessa forma, o narrar a perda do filho significa não apenas o conteúdo locucionário do ato, ou seja, a “história” narrada em si mesma, mas o que a narrativa faz no instante mesmo em que é enunciada. Esse fazer é, a meu ver, a força ilocucionária de caráter curativo desse tipo específico de ato de fala. Narrar a perda do filho por morte, mais do que compartilhá-la, provocando reações mais ou menos palpáveis, mais ou menos circunscritas ao contexto específico da fala, transforma o enunciador no instante mesmo da sua enunciação.

Da mesma forma, o silêncio que ronda os pais enlutados e que os força a calar a dor também possui um tipo específico de força ilocucionária: trata-se do silenciar que, no instante mesmo em que enuncia o silêncio, cala o outro.

Langton (1993), analisando a força do silêncio como ato ilocucionário, embora em um contexto de análise bastante diferente, nos diz:

If you are powerful, you sometimes have the ability to silence the speech of the powerless. One way might be to stop the powerless from speaking at all. Gag them, threaten them, condemn them to solitary confinement. But there is another, less dramatic but equally effective, way. Let them speak. Let them say whatever they like to whomever they like, but stop that speech from counting as an action. More precisely, stop it from counting as the action it was intended to be. That is the kind of silencing I will consider, and it is the kind of silencing about which Austin had something to say, without commenting on its political significance.² (p. 299)

Vejo no silêncio social que torna tabu a fala sobre filhos mortos a força do poder que cala. É o poder daqueles que se sentem mais fortes porque têm pena dos que têm seus filhos mortos. Ter pena do outro é a mais elementar demonstração de poder, e poucas vezes é levada em conta como tal. Os pais e mães enlutados assumem a qualidade de mais fracos nessa estranha balança, pois estão frágeis, ameaçados, ainda, pelo

² Se você é poderoso, você às vezes tem a habilidade de silenciar a fala dos menos poderosos. Uma maneira pode ser simplesmente calar os que não têm poder. Amordace-os, ameace-os, condene-os ao confinamento solitário. Mas há outra, menos dramática, mas igualmente eficiente. Deixe-os falar. Deixe-os dizer o que quiserem, para quem quiserem, mas faça com que suas falas não contem como ação. Mais precisamente, faça com que não contem como a ação que pretendiam ser. Este é o tipo de silenciamento que vou considerar, e é o tipo de silenciamento sobre o qual Austin teve algo a dizer, sem comentar sobre sua significância política. (minha tradução).

Real real, condenados a chorar sozinhos e a enunciar a sós, e em silêncio, a narrativa curativa.

Mas existe a possibilidade de falar para iguais, de enunciar para outros pais e mães que perderam filhos, como é o que ocorre nas reuniões do Núcleo de Apoio a Pais Enlutados. Suas falas são permitidas e estimuladas pelo grupo. Aos poucos se tornam percebidas, pelos próprios participantes, como atos com força ilocucionária de caráter autotransformador, o que não ocorre com os sujeitos de fora do grupo, que entendem tais enunciados, muitas vezes, como atividade “masoquista”, “exposição desnecessária da dor”, ou ainda como “ato de grande coragem”, “coisa de gente forte”, etc, expressões que não se antagonizam necessariamente, mas cristalizam a posição do sujeito que não vive a dor da perda, e finge que não a viveu nem viverá, a fim de afugentar o Real real. Esta posição discursiva dominante corresponde à visão social ocidental estabelecida sobre a morte e o morrer, em especial sobre a morte e o morrer do filho.

Os relatos dos pais enlutados nos lembram que a morte e o morrer nos constituem. O Real real está lá e não se pode negá-lo ou minimizá-lo, exceto por construções discursivas no âmbito do Real simbólico.

Da perspectiva da construção da identidade, que implica compreender-se como parte de um grupo social, os pais enlutados se constituem como grupo à parte e mal absorvido pelo conjunto da sociedade. Ainda assim, é a partir dessa experiência no grupo que a (re)construção da subjetividade e do sentido da vida se torna possível, ou facilitada, na medida em que sujeito se pergunta: “o que eu era, o que fazia, como eu vivia antes de ter sido tomado por esta dor?”. Simultaneamente, na direção do futuro (do término, mais ou menos distante, do luto), o sujeito se pergunta: “e agora, o que sou? O que resta de mim e no que me transformo?”. Nesse caminho encontram-se os elementos para a (re)construção da subjetividade e do sentido da vida.

5. Considerações finais

A análise dos relatos de pais enlutados aqui proposta faz-nos compreender que suas narrativas são parte de um processo autotransformador e “curativo” no caminho da (re)construção da subjetividade e do sentido da vida. Considero tais narrativas como atos de fala, cuja força ilocucionária transforma o falante no instante mesmo de sua enunciação e interfere no contexto em que se dá tal enunciação. Se a enunciação dá-se em situações do cotidiano, o efeito é de desestabilização e silenciamento. Se a enunciação dá-se no grupo de pais enlutados, o efeito parece ser o de re-estabilizar subjetividades.

Da mesma forma, a análise ora empreendida nos faz observar algo muito importante no que se refere aos processos de silenciamento e exclusão de grupos sociais. Noto que tais processos não são necessariamente processos vinculados ao âmbito da economia, ou do poder econômico, como em geral se supõe. Da mesma forma, processos de exclusão não são necessariamente processos vinculados a questões correlatas ao poder econômico, como os diferentes tipos de discriminação: cultural, racial, religiosa, de gênero, ou mesmo de faixa etária. Tais processos podem se dar à revelia das questões econômicas e afins ou podem apenas tangenciá-las. O que, a meu ver, subjaz aos movimentos de exclusão dos pais enlutados e de suas narrativas (e também de auto-exclusão a que alguns pais se submetem, e de que não trato aqui) é a necessidade de fugir da Coisa horrenda, ou, em outras palavras, da percepção de algo que é pressentido/intuído como um inescapável buraco negro presente no horizonte de cada um de nós.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London/New York: Verso, 2004.

_____. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19 ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. 2 ed. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LANGTON, Rae. Speech acts and unspeakable acts, in: *Philosophy and Public Affairs*, vol. 22, no. 4: 293-330, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Knowledge about language and emotion, in: Cenoz & Hornberger (eds.). *Encyclopedia of Language and Education*. 2 ed, vol. 6 , 2008.

ZIZEK, Slavoj & DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

A medicalização do ébrio: as campanhas antialcoólicas em Florianópolis na Primeira República*

Vanderlei Machado

Doutor em História e Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. e-mail: vandermachado@hotmail.com.

Resumo: O presente artigo busca discorrer sobre as campanhas antialcoólicas divulgadas pelos jornais de Florianópolis, na Primeira República. Através destas campanhas, uma série de representações foi divulgada acerca da masculinidade. Tais representações, presentes em artigos de médicos e em reclames de medicamentos que prometiam a cura do “hábito” da embriaguez, buscavam demonstrar que os ébrios “renitentes” eram degenerados física e moralmente. Sendo assim, eles seriam incapazes de ocupar a posição de chefe de família, de gerar uma prole saudável e de cumprir com suas obrigações sociais. Salienta-se que tais imagens foram divulgadas num momento em que o modelo de masculinidade valorizada socialmente era a do homem trabalhador, provedor da família e que controlasse os impulsos, tanto de violência quanto sexuais.

Em Florianópolis, durante a Primeira República, é possível perceber, através da imprensa, a divulgação de uma série de práticas e representações que visavam coibir o que se denominava o “hábito da embriaguez”. Naquele período, o centro da cidade recebeu uma série de melhorias. Entre estas estava o ajardinamento da Praça 15 de Novembro que se transformou num dos principais espaços de sociabilidade, notadamente, para os filhos e filhas da elite local. No entorno da Praça 15 estavam instalados o palácio do governo, a igreja matriz, a delegacia de polícia, a Câmara de Vereadores, o trapiche municipal, entre outros edifícios públicos, além de prédios comerciais e residenciais. A divulgação de uma série de notícias sobre prisões efetuadas nesta parte da cidade pode ter contribuído com o intento da polícia em afastar dali os “paus d’água”.

Na construção desta história optou-se por pesquisar, prioritariamente, os jornais diários que circularam em Florianópolis, entre 1889 e 1930, por mais de três anos. Dentro deste perfil se encontram os órgãos do Partido Republicano Catarinense, o jornal *O Dia*, que foi publicado ininterruptamente entre 1901 e 1918, e o jornal *República*, que circulou no período compreendido entre 1889 a 1903 e 1918 a 1930. Além destes dois jornais, que faziam às vezes de “Diário Oficial”, foram coligidos também jornais diários que se autodenominavam independentes. Entre estes estão os jornais *Gazeta Catarinense*, 1908 a 1910; *Folha do Comércio*, 1909 a 1915; *O Estado*, 1915 a 1930; e *Folha Nova*, 1926 a 1930.

O conceito de representação apresenta-se como central no presente trabalho. As representações construídas sobre o mundo, segundo Sandra Jatahy Pesavento, não só

* O presente artigo é um recorte da minha tese de doutorado intitulada “Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)”, orientada pela Professora Dra. Sandra Jatahy Pesavento. Durante os quatro anos do curso de doutorado contei com o precioso auxílio financeiro do CNPq.

se colocam no lugar deste mundo, como também fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. As representações formuladas pelos diversos agentes sociais “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 39). Através da imprensa diária de Florianópolis circularam artigos assinados por médicos e outras autoridades sustentando que o consumo de bebidas alcoólicas prejudicava a saúde física e mental masculina. Visando combater tal estado de coisas, os jornais da cidade passaram a veicular em suas páginas o que denominaram de “Campanha antialcoólica”. Por meio dessa campanha, a imprensa fez circular uma série de representações acerca do homem que consumia bebidas alcoólicas e das consequências da ingestão das mesmas para o corpo masculino. As representações imagéticas e discursivas que problematizavam a figura do ébrio tinham por finalidade demonstrar “o não-deve-ser masculino, reforçando o que o homem deveria ser” (MATOS, 2000, p. 61).

No presente estudo entende-se a masculinidade como uma construção social. Nos mais variados contextos históricos e culturais a masculinidade é percebida e vivenciada de forma diferenciada. Ou seja, não há masculinidade no singular. Os homens dos mais diversos e conflitantes grupos sociais têm suas próprias maneiras de ser, ver e portar-se no mundo. Apesar disso, é possível historicizar como se dão as tentativas de implementar um modelo ideal de masculinidade adequado às condições de uma sociedade capitalista urbana, a partir da realidade de Florianópolis, na Primeira República. Segundo o antropólogo Miguel Vale de Almeida, ser homem no dia-a-dia, na interação social, nas construções ideológicas, “nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados” (ALMEIDA, 1995, p. 128). Ou seja, em constante processo de construção.

Desde o início do século XX, alguns jornais como *A Vida*, órgão ligado à Igreja Católica, promoveram uma intensa campanha contra todo tipo de vício, fosse o jogo, o alcoolismo ou o fumo (*A Vida*, n. 15, de 27/5/1904). Nos artigos publicados no “Órgão Católico”, prevalecia uma imagem que relacionava alcoolismo à desagregação familiar. Ou seja, era a família, principalmente a esposa e os filhos, a principal vítima dos males causados pelo vício. O dependente do álcool, como qualquer viciado, “se casado, tem desorganizada a sua família; e se é solteiro não tem o direito de a constituir” (*A Vida*, n. 13, de 26/4/1904). A chefia de uma família, lembrava um articulista do jornal católico, “é o papel mais importante que o homem desempenha no circuito social. Se o homem é dado a dissabores do terrível vício, ele não pode enquanto viciado assumir tão bela responsabilidade” (Idem). O viciado se contrapunha à imagem masculina valorizada do chefe de família, provedor e que cumpria com os seus compromissos. Por isso, as campanhas antialcoólicas chamavam a atenção do público masculino para os efeitos deletérios do álcool no corpo do homem, na sua prole, na sociedade e na economia.

Em 1916, pequenos textos espalhados pelas páginas do jornal *O Dia* alertavam que “quem bebe muito não mede o que diz, não sabe o que faz, nem cuida do que o interessa” (*O Dia*, n. 8433, de 20/10/1916). Ou seja, é um indivíduo que não tem controle sobre suas próprias ações. Além disso, “o homem que bebe álcool esquece todos os seus deveres sociais” (*O Dia*, n. 8400, de 16/09/1916). O alcoolismo, informava um artigo intitulado “Um inimigo a combater”, ao afetar a memória levava à ruína muitos comerciantes, devido “ao esquecimento dos seus compromissos”. Devia-se atentar ainda para o hábito de se tomar freqüentemente aperitivos, pois este significava “abrir o apetite com chave falsa” (*O Dia*, n. 8730, de 10/11/1917).

A “Campanha antialcoólica” do jornal *O Dia*, em 1917, não deixou pairar dúvidas a respeito do tipo de bebida a que prioritariamente se referia. Havia, segundo o jornal, duas formas diferentes de o “homem absorver” o álcool: as bebidas fermentadas e as bebidas destiladas. As primeiras, “tais como a cerveja, os vinhos, têm uma pequena quantidade de álcool; as segundas, que compreendem as águas ardentes e os licores, são bem mais concentradas em álcool e, por conseguinte, mais nocivas”. Esta nota, em que o autor carregou nas tintas, oferecendo ao leitor um quadro tenebroso, seguia in-

formando que o álcool era “a causa provocadora das agressões, das rixas, dos homicídios, dos atos de bestialidade revoltante, cuja narração enche diariamente as colunas dos jornais” (*O Dia*, n. 8728, de 08/11/1917).

Logo a “Campanha Antialcoólica”, que inicialmente era publicada nas páginas centrais do jornal, ganhou destaque de capa. Num artigo intitulado “Um inimigo a combater”, anteriormente mencionado, o leitor podia acompanhar todo o circuito feito pelo álcool após sua ingestão e os efeitos produzidos por sua passagem pelos órgãos humanos:

“(…) Na boca: língua pastosa;
na garganta: voz rouca;
no estômago: digestão difícil e vômitos de manhã;
no intestino: desarranjos;
no fígado: elevação do ventre, hemorragias;
no sangue: espessamento, coagulação, formação de uma rolha que entrava na circulação e pode ir ao cérebro e produzir paralisia;
nas veias e artérias: adelgamento das paredes e dilatações parciais;
no coração: dilatação com opressão nas células nervosas do cérebro: perda da razão (loucura);
nos olhos e nos ouvidos: enfraquecimento sensorial” (*O Dia*, n.8729, de 09/11/1917).

Da mesma maneira que os embriagados e os desordeiros prejudicavam a circulação dos transeuntes pela cidade, o álcool, ao percorrer o organismo do homem, ia destruindo suas funções, paralisando, dilatando, oprimindo a livre circulação do sangue, obscurecendo os sentidos e acabava levando à loucura, à cegueira e à surdez. Ou seja, era a completa degeneração do corpo do homem, degeneração esta que, segundo um artigo assinado por um certo Dr. A. Araújo, publicado no jornal *O Estado*, de 1917, afetava também “o filho do ébrio”. Este, ainda que não nascesse fatalmente um alcoólatra, dizia o Dr. Araújo, era “em todo caso um predestinado ao crime ou embriaguez,” caso a sociedade não o educasse afastando-o do meio em que nasceu e viveu a sua infância. Ou seja, o filho tendia a seguir o exemplo do pai. O filho do bêbedo, continuava o médico, “nasce enfraquecido por causa da desintegração do organismo do seu progenitor, é um predisposto, pelo menos, ao cretinismo”. Tal ordem de coisas, continua o articulista, poderia ser evitada se, além de afastar o filho do ébrio do meio viciado, o governo, a exemplo das escolas de educação física adotadas pela França, investisse numa “educação física e moral metódica” dos meninos doentes. Tomando-se tais medidas, diagnosticava o médico, o filho do ébrio “poderá tornar-se um homem digno e útil à sociedade” (*O Estado*, n. 755, de 11/11/1917).

Além da “Campanha antialcoólica” promovida pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, a imprensa local noticiava também a arribada na cidade de palestrantes que combatiam nas trincheiras da “Guerra ao álcool”. Em 1920, noticiava-se a conferência que seria proferida pelo “naturalista sr. dr. Nigro Basciano”. “Guerra ao álcool! Guerra ao fumo” (*O Estado*, n.1453, de 6/3/1920), bradava o sr. Basciano. Na Ilha Capital também chegavam notícias da palestra proferida, no Rio de Janeiro, pela “grande propagandista contra o álcool”, miss Anna Gordon. A propagandista, segundo o jornal *O Estado*, em 1921, declarou aos jornalistas da capital federal que:

“a abolição do álcool nos Estados Unidos produziu entre outros os seguintes notáveis resultados:
1 – grande melhoramento da saúde geral; 2 – extraordinário impulso na indústria e comércio; 3 – completa transformação

no lar, substituindo a desgraça e a pobreza pela felicidade e prosperidade” (*O Estado*, n. 2072, de 24/5/1921).

Esta entrevista de “miss Gordon” parecia endereçada diretamente para Florianópolis e sua população. Na década de vinte, a imprensa da cidade fez circular uma série de artigos que relacionavam as dificuldades econômicas vivenciadas pela cidade às condições de saúde de sua população, principalmente daquela do interior da ilha. Foi nesta época que chegaram à cidade recursos da Fundação Rockefeller (Araújo, 1989, p. 17). Tais recursos foram utilizados numa ampla campanha visando melhorar a saúde dos habitantes das cidades de Santa Catarina. Nos anos 1920, circulou a tese que vinculava o limitado desenvolvimento econômico da cidade de Florianópolis com a degeneração física de seus habitantes (*República*, n. 395, de 29/01/1920), principalmente os das áreas rurais, os chamados “jecas da ilha”. Diante de tal constatação sugeria-se que as terras dos arrabaldes de Florianópolis fossem colonizadas por “elementos de origem germânica” (*República*, n. 372, de 01/01/1920). Os anos vinte do século passado foram marcados ainda pelo declínio das atividades do porto da capital catarinense e, conseqüentemente, pelas dificuldades advindas para o comércio e para a pequena indústria local.

Mas não era somente a economia da capital catarinense, segundo a imprensa, que declinava devido, entre outras coisas, “ao consumo do álcool”. Em 1927, os jornais de Florianópolis passam a noticiar uma campanha nacional de combate ao álcool e outras drogas “degeneradoras”, como a cocaína e a morfina. O álcool, segundo os organizadores da campanha, “concorre espantosamente para o crescimento da estatística dos degenerados que povoam o Brasil” (*O Estado*, n. 3975, de 28/08/1927). O presidente do Estado, Adolfo Konder, escolheu o mês de outubro de 1927 para a realização da “Semana antialcoólica”, evento que seria realizado conjuntamente com a “Liga de Higiene Mental”, do Rio de Janeiro (*República*, n. 311, de 14/10/1927). O enfoque, como se depreende, não seria mais sobre os efeitos deletérios das bebidas alcoólicas no corpo masculino. Passava-se, então, a denunciar o álcool como “degenerador da raça”. Com esse intento, o delegado local da “Liga de Higiene Mental, professor Laércio Caldeira”, proferiu, no Instituto Comercial de Florianópolis uma série de palestras, com base em trabalhos de importantes estudiosos e de estatísticas criminais, “acerca dos efeitos nocivos do álcool”. As colocações do palestrante, segundo um articulista de *O Estado*, “impressionaram a grande assistência” (*O Estado*, n. 3867, de 23/04/1927).

Na luta “Contra o Álcool”, procurava-se identificar os problemas econômicos advindos do consumo de bebidas alcoólicas. Em 1927, alegando buscar evitar prejuízos para os serviços ligados à “Inspetoria de Portos e Estrada”, do Governo Federal, o Ministro de Viação, Victor Konder, irmão do então presidente do Estado, expediu uma circular, informava *O Estado*, proibindo a venda de álcool nos armazéns dos tarefeiros de serviços públicos, dependentes do seu ministério. Tal medida, segundo o ministro, devia-se ao fato de que o álcool era provavelmente pernicioso à eficiência dos trabalhadores de construções, “pela perturbação que traz à disciplina dos serviços”. Os trabalhadores, cujo uso do álcool enfraquecia o organismo, tornavam-se “presas fáceis de várias moléstias” (*O Estado*, n. 3966, de 18/08/1927).

No ano de 1928, várias pessoas foram envolvidas na “Semana Antialcoólica”. O Sr. Dr. Raymundo Santos, médico da Força Pública, ficou responsável por realizar uma conferência no quartel da milícia sobre os “terríveis efeitos do alcoolismo”. O Sr. Osvaldo Melo, no templo da “Regeneração Catarinense”, falava para todos os maçons de Florianópolis sobre o “tóxico embrutecedor”. Nas escolas, caberia aos professores dissertar sobre o combate ao álcool, “ensinando as crianças a fugirem desse inimigo comum”. Tais palestras tinham por objetivo atuar “pela melhoria da raça ameaçada de agonia pelos efeitos desastrosos das bebidas alcoólicas” (*O Estado*, n. 4327, de 17/10/1928), efeitos esses que, conforme pregavam os envolvidos na empreitada de combate ao alcoolismo, se abatiam sobre todas as classes. Infelizmente, dizia um articulista, “uso

do álcool está generalizado e penetra tanto na choupana do camponês como no palácio do milionário citadino. Se um bebe a cachaça plebéia e barata, que tresanda na fala, o outro sorve a champanhe [sic], que ferve clara e elegante, na taça de cristal” (*O Estado*, n. 4817, de 16/10/1929). Portanto, as campanhas antialcoólicas não se dirigiam somente às chamadas classes populares, mas a todos os segmentos sociais. Notadamente os funcionários públicos, segundo um telegrama enviado pelo Ministro da Justiça, Vianna do Castello, ao Presidente do Estado, Adolfo Konder, deveriam ser objeto de intensa “propaganda contra o alcoolismo” (*O Estado*, n. 4808, de 05/10/1929).

Em agosto de 1930, um artigo do jornal *República*, dava conta da criação do “Movimento antialcoólico no Brasil”. Conforme a nota, “os poderes públicos acabam de tomar, pelo órgão da Câmara dos Deputados, medidas repressoras do alcoolismo”. Uma comissão de deputados ficou encarregada de apresentar “estudos acurados para a solução desse magno problema nacional” (*República*, n.1170, de 28/08/1930). Não ficamos sabendo sobre os resultados obtidos pela comissão parlamentar.

Se o álcool era um grande inimigo a combater, não faltou criatividade para as indústrias de bebidas, durante o período em estudo. Um fabricante, da vizinha cidade de São José, sugeriu a substituição das bebidas alcoólicas por bebidas sem álcool. Nas páginas do jornal *O Dia*, no verão de 1910, se anunciava:

“Bebidas sem álcool

Do fabricante Ernesto Fausel, em São José

Agradabilíssima para a atual estação.

Agentes no Estado Carl Hoepcke & Cia.”

(*O Dia*, n. 4445, de 26/01/1910)

O mesmo fabricante divulgava ainda, no mesmo número do jornal, a “Bilz superior bebida sem álcool” e ainda a “Tip-Top, a melhor bebida antialcoólica”. Todas elas vendidas “por preços de fábrica na casa Júlio Moura” (*O Dia*, n. 4445, de 26/01/1910). O combate ao alcoolismo favorecia a introdução de novos produtos no mercado. Infelizmente, não foi possível saber se esses produtos tiveram boa aceitação por parte dos “simpatizantes de Baco”. Talvez o curto período de divulgação dos produtos do fabricante Ernesto Fausel no jornal seja um indicativo da dificuldade das bebidas “antialcoólicas” para agradar ao público.

Mas além da proposta de substituição das bebidas alcoólicas, ocorreu por parte da indústria farmacêutica, a promessa da cura do alcoolismo. Durante os primeiros anos do século XX, era comum o leitor dos jornais da capital catarinense encontrar o anúncio do “Remédio contra a Embriaguez, preparado pelo farmacêutico GRANADO, do Rio de Janeiro, e aprovado pela Junta de Higiene” (*O Dia*, n. 883, de 29/12/1903). Segundo o anunciante, “sua eficácia na cura do vício alcoólico é incontestável”, o que poderia ser confirmado “pelos inúmeros atestados”, apesar de os mesmos não terem sido publicados. O anunciante advertia os consumidores para terem “cuidado com as falsificações” (*O Dia*, n. 1976, de 28/09/1907). Esta “advertência” servia, também, como uma estratégia de mercado, atestando a eficácia do “remédio”.

No início do século XX, os reclames do remédio Granado nada falavam sobre os efeitos do alcoolismo no corpo humano. Em 1916, o fabricante inovou em seu anúncio e passou a alertar os leitores para o fato de que “99% dos alcoólicos morrem vitimados pela tuberculose, artério-esclerose (sic.), cirrose hepática ou *delirium tremens*” (*O Dia*, n. 8490, de 20/12/1916). Além de ser bem mais incisivo do que simplesmente alertar contra as “imitações”, este anúncio remetia para os efeitos deletérios do álcool sobre o corpo, tornando o alcoólatra um doente, causador da miséria pessoal e que se contrapunha ao ideal de corpo masculino forte, saudável e disciplinado.

Em 1915, nas páginas centrais do jornal *O Estado*, os leitores se deparavam com o anúncio do Remédio ‘Minâncora’, produzido por um laboratório de Joinville, cidade do interior de Santa Catarina, prometendo acabar com o vício da “embriaguez”. O re-

clame fazia uso de uma imagem bastante divulgada pela imprensa local em sua luta antialcoólica, qual seja, a relação entre álcool e dissolução da família. Nesse sentido, o “Remédio Minancora, é o amigo da família. É o mensageiro da Paz doméstica. É a alegria e o conforto da casa onde vivia o desgosto, a desarmonia, o vício e a miséria”. E concluía afirmando que: “milhares de famílias têm recebido essa felicidade com um só vidro” (*O Estado*, n. 55, de 16/07/1915).

Assim como as bebidas antialcoólicas, anteriormente citadas, anunciavam-se também remédios que diziam não usar álcool em sua composição. O anunciante do medicamento “Phymotosina” alertava os leitores sobre o perigo do uso de remédios para o tratamento de fraqueza pulmonar, cuja fórmula levasse álcool. Os remédios “modernos”, alertava, deveriam ser isentos de álcool e substâncias que prejudicassem o estômago (*A Opinião*, n. 456, de 11/09/1916).

Em 1920, o jornal *O Estado* divulgava uma nota publicitária do medicamento “Luesol”, que contava com o atestado de eficiência assinado pelo médico, deputado estadual e chefe político da cidade gaúcha de Passo Fundo, Dr. Nicolau de Araújo Vergeiro. Segundo este material publicitário, nos “últimos tempos, a sífilis e o alcoolismo” representavam os “verdadeiros flagelos que têm contribuído grandemente para o aniquilamento” da humanidade. Por tal motivo, continuava o reclame, “a luta contra tão terríveis males tornou-se cada vez mais intensa”. O “depurativo Luesol” prometia a cura da sífilis, porém com a vantagem de não utilizar em sua fórmula o “veneno do álcool” (*O Estado*, n. 1612, de 27/09/1920).

Assim como a “campanha antialcoólica”, a imprensa de Florianópolis, desde o limiar da Primeira República, fez circular uma série de anúncios de remédios, clínicas e médicos, locais e da capital federal, que prometiam o tratamento e a cura da sífilis. Nestes reclames e nas discussões dos meios científicos denunciava-se a ação de diferentes agentes como responsáveis pela propagação da sífilis, tais como, os bêbados e as prostitutas.¹ O anunciante do “Luesol” explorou justamente a relação maléfica entre os “hábitos etílicos” e a propagação da sífilis. O consumo do álcool, mesmo na fórmula dos medicamentos, segundo os discursos da época, era um fator agravante da doença, pois o mesmo paralisava a ação curativa, principalmente do mercúrio.

Em 1924, o jornal *O Estado* passou a divulgar um medicamento que tinha uma proposta diferente dos remédios que prometiam curar o “vício da embriaguez”. Uma grande campanha publicitária anunciava os comprimidos de “Cafiaspirina”, da Bayer. No anúncio, um homem branco dorme, ainda vestido com uma fantasia de baile de carnaval e uma taça de bebida na mão. Em letras grandes podia-se ler: “Contra a dor de cabeça e o mal-estar causados pela intemperança, não há nada que se compare com a Cafiaspirina – comprimidos Bayer de aspirina e cafeína”. Abaixo da figura informava-se: “aprovado pela Diretoria de Saúde Pública da Capital Federal, sob o número 208 de 7-10-1916” (*O Estado*, n. 2931, de 02/04/1924). Conforme a data de registro, era um medicamento recém comercializado no Brasil.

Não era o “vício” que os comprimidos da Bayer prometiam curar, mas o mal-estar causado pela “intemperança”. Outro anúncio, com o desenho de um violão abandonado sobre um sofá, ladeado por uma mesinha cheia de taças vazias, informava que uma “simples dose de cafiaspirina” acabava com a dor de cabeça, levantava as forças e regularizava a circulação afetada por “uma noite na troça” (*O Estado*, n. 3911, de 14/06/1927). Tais anúncios foram veiculados na imprensa justamente num momento em que as campanhas antialcoólicas se tornaram mais constantes.

Além de inovar na abordagem do tratamento da embriaguez, os anúncios da “Cafiaspirina”, que também prometiam o alívio dos sintomas da gripe, dor de cabeça (*O Estado*, n. 3296, de 09/06/1925), dor de dente, dor nas costas, entre outras, fizeram circular uma série de representações sobre a masculinidade. Nesse sentido, numa campanha publicitária da “Cafiaspirina”, diferentes figuras masculinas, num enfoque geracional, eram apresentadas por uma personagem infantil chamada “Stellinha”, que pas-

¹ Sobre o combate à sífilis em Florianópolis ver: PEREIRA, Ivonete. “As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940). Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, pp. 63 a 91.

sava aos leitores uma série de informações sobre as personalidades paradoxais de alguns homens.

O primeiro a ser apresentado por “Stellinha” foi o “Vovô”. Este, narra a personagem, quando rapaz, fora elegante e dado a conquistas, “homem feito foi gastrônomo e apreciador de vinhos... Hoje, em conseqüência da alegre ‘vidoca’ passada, perseguem-no as dores reumáticas e já teve dois ataques de gota”. Apesar de ter sofrido bastante, “hoje ele sorri de todas as moléstias. Cafiaspirina alivia-lhe todas as dores” (*O Estado*, n.3700, de 04/10/1926). A imagem que salta desse reclame era bastante recorrente desde o século XIX, qual seja, o período que antecedia ao casamento era vivido de forma diferente por rapazes e moças (MACHADO, 1999, p. 83). Para elas, era a vigília à espera do casamento. Para o rapaz, o celibato era um tempo pleno, valorizado, período de liberdade e de aprendizagem. O casamento significava apenas se assentar e poderia até ser o fim (PERROT, 1993, p. 293). O fim, principalmente, de uma sexualidade desregrada, tão valorizada entre os rapazes solteiros.

A segunda personagem masculina era o “Tio Caramba”, representado pela imagem de um “fazendeiro de café”, mas que poderia ser também um *cow-boy* norte-americano, bem vestido, camisa xadrez, chapéu na cabeça e um charuto na boca. Segundo “Stellinha”, o Tio Caramba, irmão mais velho de seu pai, vendia saúde. Entretanto, “às vezes, acontece, nas suas vindas à cidade, exceder-se no fumo e no álcool, passar noites em claro e divertir-se com amigos e o resultado é, pela manhã, uma dor de cabeça e um mal-estar de todos os diabos”. Bastavam, para curá-lo, dois comprimidos de “Cafiaspirina” (*O Estado*, n. 4108, de 01/02/1928). O tio da menina não era um “ébrio contumaz”. Representava um homem trabalhador e celibatário que encontrava em algumas “noitadas” da cidade o alívio para o cansaço das lides no campo e, possivelmente, a liberação de suas energias sexuais.

“Stellinha”, em suas apresentações, não falou de seu pai, preservando assim a figura ideal do “pai higiênico”, ou seja, aquele que trabalhava, respeitava os horários das refeições e de descanso, cuidava da saúde do corpo e cujas energias eram canalizadas prioritariamente para o bem-estar da família, entendida como a esposa e os filhos. Como nos informa Jurandir Freire Costa, ao analisar os discursos médicos e higienistas, “a seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à saúde dos pais” (COSTA, 1989, p. 219). Estas idéias apareceram num reclame em que “Stellinha” apresentou outro personagem:

“O noivo de minha irmã”.

“Minhas Senhoras e meus Senhores, o noivo de minha irmã!

Medeiros, como todos os homens que se dedicam a trabalhos intelectuais, submetidos, constantemente, a forte tensão espiritual, sofre de violentas dores de cabeça, fadiga cerebral e abatimento nervoso. Mas é questão de minutos, pois que ele tem sempre a mão Cafiaspirina” (*O Estado*, n. 4162, de 05/04/1928).

O que causava “violentas dores” em Medeiros não eram os efeitos de noites mal dormidas e passadas na “troça”, mas o cansaço motivado pela tensão dos tempos modernos, que resultavam em “fadiga cerebral e abatimento nervoso”. Num *box* ao lado da figura do futuro cunhado, um homem de uns trinta anos, eram apresentadas informações complementares sobre “Medeiros”. Ele “é político, jornalista, orador e poeta”. Quando declamava uma poesia, “olha a mana de soslaio” (Idem.). Pela primeira vez “Stellinha” se dirigia diretamente às “Minhas Senhoras e meus Senhores”. Isto se devia, possivelmente, ao fato de a personagem “Medeiros”, ao contrário do avô e do tio da menina, representar um modelo de masculinidade que passava a ser socialmente valorizado, homem urbano e moderno, trabalhador ou, como reza o adágio popular, “o genro que toda sogra quer”. Nos anúncios de “Cafiaspirina”, não apareceram figuras femi-

ninas, somente a figura pueril de “Stellinha”, divulgando a idéia de que noitadas e bebedeiras eram coisas de “alguns homens”, que “às vezes” perdiam a “temperança”. Dentro destes limites, então, o uso e o abuso do álcool eram toleráveis.

Mas nem todos os anúncios se contentaram com a cura dos “efeitos”. Era preciso combater o problema do alcoolismo. E havia quem se candidatasse para atuar como “Mensageiro da regeneração”, conforme anúncio publicado, em 1930, que perguntava:

“Ele se embriaga?

Escreva hoje mesmo, pedindo grátis o ‘Mensageiro da Regeneração’ contra o alcoolismo. Remeta um envelope selado e subscrito para a resposta para L. Andrade – Rua D. Bárbara, 28 – Ceará” (*O Estado*, n. 4359, de 26/11/1928).

A quem a pergunta “Ele se embriaga?” era dirigida? Certamente se dirigia às esposas. Estas eram descritas, pela literatura em geral, como guardiãs do sossego do lar e responsáveis pela felicidade dos maridos e dos filhos, portanto, deveriam ajudar na regeneração do alcoólatra. Notícias que informavam sobre a prisão de mulheres que circulavam embriagadas pela cidade foram recorrentes na primeira década do século XX. A partir de 1910, tais notícias não foram mais divulgadas. Destaca-se que neste período surgiram no entorno da Praça 15 de Novembro os Cafés, que substituíram os antigos bares e tavernas. Os Cafés eram franqueados unicamente aos homens, principalmente funcionários públicos e profissionais liberais. As mulheres “honestas” somente poderiam adentrar naqueles espaços de sociabilidade masculina desde que acompanhadas de seus maridos. Por sua vez, as mulheres ditas “faladas” freqüentavam alguns bares que se localizavam nas ruas laterais da praça central da cidade. Estas não raro estiveram sujeitas a atos de violência masculina. As campanhas antialcoólicas e as campanhas publicitárias de medicamentos silenciaram em relação ao consumo de bebidas alcoólicas por parte das mulheres. Estas apareciam como vítimas ou responsáveis pela regeneração masculina.

O alcoolismo, durante as três primeiras décadas do século XX, como podemos perceber através da imprensa de Florianópolis, era um tema que deixou de estar reservado à esfera do privado, da família e passou a ser descrito como um problema nacional. Ao longo do período em estudo, como se procurou demonstrar, uma série de práticas e representações passou a problematizar a embriaguez masculina. O alcoolismo e a vida desregrada eram, segundo os jornais da época, os responsáveis pela dissolução dos vínculos familiares, pela decadência física, pelo embrutecimento, pela loucura, pela propagação de doenças, bem como pela bancarrota econômica, tanto do homem quanto da cidade.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América Portuguesa, in: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na História do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 71 a 92.

ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 1995.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

MACHADO, Vanderlei. Entrando no mundo dos homens pelos laços do himeneu, in: *Estudos de História*, v. 6, n. 2, Franca/SP, 1999. p. 83 a 100.

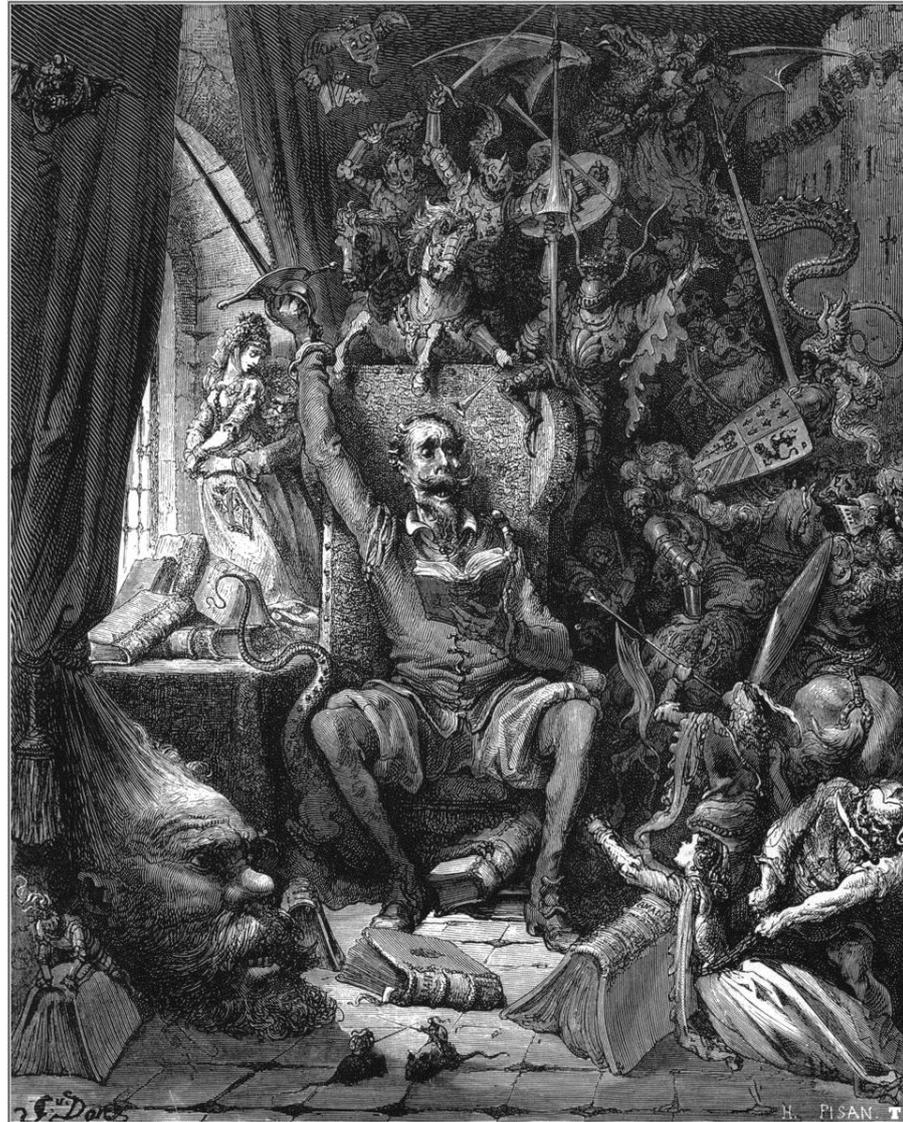
MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas – uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. “As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PERROT, Michele. À margem: solteiros e solitários, in: ARIÈS, Philipe e DUBY, Georges (dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1993, p. 287 -304.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



Gustave Doré (1832-1883), ilustração para *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes

Estudos lingüísticos e literários

Uma reflexão acerca do emprego do sufixo diminutivo no português do Brasil

Agenor Gonzaga dos Santos
UNIPAM

Sueli Maria Coelho
Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Onde eu estava ali era um quieto. O ameno âmbito, lugar entre-as-guerras e invasto territorinho, fundo de chácara. Várias árvores. A manhã se-a-si bela: alvoradas aves. (...) Mas há uma figueira, parrada, a grande opípara. Os figos atraem. O sabiá pulador. O sabiazinho imperturbado. Sabiá dos pés de chumbo. (João Guimarães Rosa)

Resumo: A despeito de o emprego dos sufixos diminutivos ser muito recorrente na Língua Portuguesa, não se encontram, na grande maioria das gramáticas dessa língua – sejam elas normativas, descritivas ou didáticas –, orientações acerca dos fatores que motivam a escolha que o falante faz pelo sufixo –inho ou pelo sufixo –zinho, quando deseja empregar um substantivo na sua forma diminutiva. Essa lacuna motivou o empreendimento de um estudo de natureza indutiva cujas generalizações são apresentadas ao longo deste artigo. Apresentam-se, ainda, as intuições alcançadas a partir da análise de um *corpus* composto por 575 substantivos da Língua Portuguesa.

Considerações iniciais

A produtividade e a recursividade lingüísticas são talvez um dos recursos que mais embelezam as línguas, já que facultam aos seus usuários um *status* de engenheiro, ao permitir-lhes façanhas que beiram o inimaginável. Não é privilégio dos literatos valer-se desses recursos como instrumentos de expressividade em seus textos. O falante desprovido de qualquer intenção literária, não raras vezes, recorre a esse expediente para expandir o seu vocabulário, empregando, analogicamente, recursos bem sucedidos em outros contextos. No âmbito da derivação sufixal, o apelo ao uso de sufixos diminutivos permite que o locutor seja capaz de empregar palavras nunca antes utilizadas, mediante o acréscimo de sufixos aos radicais já conhecidos. A despeito de os gramáticos registrarem inúmeros sufixos diminutivos, em se tratando do uso, a preferência do falante é pelas formas –inho ou –zinho¹. De emprego aparentemente fácil, principal-

¹ Embora haja autores que considerem que o sufixo de diminutivo é o –inho, interpretando o Z como uma consoante de ligação (cf. BECHARA, 2000), no presente trabalho, não se endossa essa tese. Adotou-se a

mente para os falantes nativos, esses elementos mórficos, porém, costumam causar algum embaraço, principalmente quando se trata de palavras pouco recorrentes. Rosa (1970), ao caracterizar o espaço onde se encontrava o narrador personagem, empregou estilisticamente o lexema *territorinho*. Esse uso, ainda que de valor afetivo, soa um tanto estranho, dado que a preferência, nesse contexto, seria pelo lexema *territoriozinho*. Apesar de o falante não ter conhecimento das regras que norteiam a seleção, procedendo a ela de forma intuitiva e excluindo construções que não são eufonicamente audíveis, tais regras existem. Segundo orienta Said Ali (1921 [2001]), o sufixo *-inho* “não serve para as palavras terminadas em vogal nasal, em vogal pura tônica ou em ditongo. É necessário substituí-lo então por *-zinho*.” (p. 48). A construção de Guimarães Rosa, portanto, não obedece aos cânones da língua, o que faz com que o falante imediatamente a identifique como estranha e reconheça o seu valor estilístico.

Em situações de uso da língua que transcendem o discurso literário, também se verifica a variação entre as formas *-zinho* e *-inho*, que passam a funcionar como alomorfes. É comum depararmo-nos com determinadas ocorrências que parecem aceitar os dois sufixos, sem qualquer distinção semântica entre eles, conforme se verifica em (1) e em (2), a seguir:

(1) Era tão mimada que por qualquer *queixinha* de nada ia logo reclamar para a mãe.

(2) Era tão mimada que por qualquer *queixazinha* de nada ia logo reclamar para a mãe.

Em casos como esses, o usuário do sistema lingüístico opta, indistintamente, por uma das construções, o que acarreta certo entrave, principalmente para o docente da área de língua, já que é comum ser inquirido quanto à adequação deste ou daquele uso.

Em outros casos, contudo, a distinção semântica é sensível, conforme se percebe em (3) e em (4) seguintes:

(3) Naquela casa afastada, mora um *macumbeirinho* há anos.

(4) Naquela casa afastada, mora um *macumbeirozinho* há anos.

Em (3), o emprego do sufixo *-inho* parece diminuir a importância do macumbeiro, desqualificando-o para o ofício, fato que não se verifica em (4).

Frente ao exposto, o presente trabalho se propõe a empreender um estudo reflexivo acerca dos sufixos diminutivos *-inho* e *-zinho* no português do Brasil, tentando delinear os contextos de ocorrência de cada uma das formas variantes. Pretende-se, ainda, a partir de um estudo de *corpus*, determinar qual dos dois sufixos é a forma básica e qual é a variante.

A presente proposta se justifica pela carência desse tipo de estudo na língua, bem como pelo caráter impressionista a que o falante recorre quando solicitado a empregar determinados diminutivos. Alguns renomados estudiosos do idioma chegam a afirmar que não há uma regra que norteie o emprego desses sufixos, cabendo ao falante a decisão por aquele que julga mais adequado; outros, contudo, assumem a existência de regras, ainda que escassas, mas, ao tentar delimitá-las, reconhecem quão árdua é essa tarefa, protelando-a para estudos futuros. De acordo com Cunha (1985), “excetuando-se o caso das palavras terminadas em *-s* ou *-z*, que naturalmente exigem a forma *-inho* (*piresinho*, *rapazinho*), não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre *-inho* e *-zinho*. Sente-se que muitas vezes a seleção está ligada ao ritmo da frase.” (p. 91)

argumentação de KEHDI (1996), para quem se trata de alomorfes de um mesmo morfema, dado que a consoante de ligação existe na língua apenas para efeito de eufonia, não apresentando qualquer significação, fato que a impede de ser interpretada como um morfema, como o fazem muitos autores.

Dessa forma, os resultados advindos do trabalho são significativos não apenas para o professor de língua materna, que poderá apoiar-se neles para orientar seus alunos quanto aos contextos de seleção dos sufixos, bem como para o falante, já que terá a seu dispor um arsenal que o auxilie no emprego da forma mais adequada, considerando-se a regularidade do sistema lingüístico.

Fundamentação teórica

A linguagem é a forma pela qual os elementos estruturais do pensamento tomam corpo e aparência. Às vezes, ela é a forma, o insubstituível veículo de comunicação, de apresentação de um conteúdo, de representação do mundo. Outras vezes, transmuta-se de significante em significado. Há ocasiões, ainda, em que conteúdo e estrutura se intercomplementam — e aquilo que era esqueleto e arcabouço torna-se a vida trepidante da criação. Quando isso ocorre, a uma linguagem física associa-se uma linguagem psíquica e o resultado é a obra de arte. Ao significado, junta-se, em cada palavra, a tonalidade afetiva, que funciona, ao mesmo tempo, como expressão e como apelo. Essa união, “a circunstância de as duas funções estarem socializadas indica que essa tonalidade é quase tão coletiva quanto a representação intelectual que na palavra se encarna.” (CÂMARA JR, 1977, p. 50). Essa integração denomina-se, segundo esse autor, “o mito individual das palavras”, que, associado ao mito coletivo, permite à palavra artística exercer completamente suas funções. (p. 231)

No meio desse universo expressional, certos sufixos destacam-se como poderosos centros de carga afetiva, assevera Câmara Jr. (1977). A posição do sufixo no interior do sistema é mais mórfica que semântica, já que serve, principalmente, para transpor um lexema de uma categoria de vocábulos para outra e apenas um número muito reduzido de sufixos encerra significação intelectual. “Essa vacuidade nocional facilita o fenômeno da saturação afetiva e faz de muitos sufixos portugueses uma série de vigorosos elementos estilísticos.” (p. 61). Mesmo os sufixos formadores de grau teriam apenas o papel óbvio de graduar, se não atuasse sobre as bases, de que eles são apêndice, a mágica e o feitiço do artista.

A propósito, a idéia de que os diminutivos surgiram historicamente para exprimir pequenez, em um primeiro momento, e só depois a afetividade, é rejeitada hoje pelos estudiosos do assunto. Alonso (1967), em estudo já antológico, afirma textualmente:

La vieja idea de que la significación empequeñecedora se ha derivado de la afectiva — ya que los objetos chicos despiertan en nosotros, por veces, sentimientos de protección y ternura o de desconsideración y menosprecio — va siendo rechazada cada vez con más seguridad. El diminutivo, más bien, era el signo de un afecto. ² (p. 161)

Embora, como ventilado na introdução, o uso do diminutivo não se restrinja a literatos ou a usuários de nível de conhecimento formal do idioma, seria natural que fosse em gramáticas da língua ou em manuais de estilística que se encontrassem mais referências ao assunto. Entretanto, na bibliografia consultada, pode-se notar que esses elementos têm pouco ou nenhum espaço. Na verdade, seja em gramáticas, seja em manuais de estilística, aborda-se o assunto de forma ligeira, superficial, quando se aborda.

² A velha idéia de que a significação dimensional se derivou da afetiva — já que os objetos pequenos despertam em nós, às vezes, sentimentos de proteção e ternura ou de desconsideração e menosprezo — vai sendo negada cada vez com mais segurança. O diminutivo, na verdade, era o sinal de um afeto. (ALONSO, 1967, p. 161. Tradução nossa).

Cunha e Cintra (1985), por exemplo — a par do que já se referiu —, limitam-se a mencionar a “significação” da forma diminutiva, isto é, “atenuada ou valorizada afetivamente”, citando, a propósito, uma passagem da Prof^a. Sílvia Skorge, segundo a qual o emprego dos sufixos diminutivos indica ao interlocutor que aquele que fala põe a linguagem afetiva em primeiro plano (p. 192). Também fazem uma listagem dos sufixos formadores do grau, tecendo, ao mesmo tempo, sucintos comentários sobre seu valor e sobre seu emprego (p. 90-1).

À semelhança dos autores citados, mas de maneira muito mais sintética, Bechara (1976) fala sobre os dois graus de significação do substantivo, acrescentando apenas que, fora a idéia de tamanho, podem traduzir “o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certos objetos e pessoas” (p. 87). Na edição reformulada da mesma obra, Bechara (2000) praticamente repete a lição (p. 140-141).

Lima (1975) faz uma lista, “para consulta”, dos diminutivos sintéticos e refere-se aos diminutivos meramente formais, comentando, com exemplos, que “o grau pode aparecer excepcionalmente nos pronomes, verbos e advérbios.” (p. 82).

Em trabalhos mais recentes, não se encontra uma referência mínima ao fato, caso, por exemplo, de Mateus e outras (1983) ou de Vilela e Koch (2001) ou ainda de Neves (2000).

Nos manuais de estilística, dá-se caso parecido ao das gramáticas. Lapa (1973), ao falar sobre os sufixos, menciona o diminutivo e os “cambiantes afetivos” que ele confere à palavra. O autor consagra parte do capítulo sexto de seu livro ao diminutivo na literatura de Língua Portuguesa, com citações de autores antigos e atuais (cf. p. 86 e subsequentes).

Vilanova (1977) dedica a maior parte do capítulo sobre estilística morfológica ao grau do adjetivo e do substantivo. Quando menciona o diminutivo, cita alguns gramáticos, como Celso Cunha e Júlio Ribeiro, e relaciona exemplos literários do emprego do sufixo com valor dimensional, afetivo, pejorativo e superlativo. (cf. p. 71s).

Martins (2000) é quem mais discorre sobre o assunto, dedicando parte do capítulo sobre estilística morfológica à “multiplicidade de valores afetivos dos sufixos de diminutivo e aumentativo.” (cf. p. 114s).

Nenhum dos autores compulsados, no entanto, faz qualquer menção a “regras” ou a “tendências” à alternância de uso dos alomorfes -inho/-zinho nos diminutivos, quer dimensionais, quer afetivos. O fato é que o emprego de um alomorfe ou de outro se dá de forma irrestrita, mas ocorre com mais frequência, ao que parece, em vocábulos que possuem certas “características” ou “formas”, como terminações, número de sílabas e acentuação, como já se anunciou.

Descrição da metodologia adotada

Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em algumas das mais conhecidas gramáticas de Língua Portuguesa (cf. Bechara (1976; 2000), Rocha Lima (1975), Mateus e outras (1983), Cunha e Cintra (1985), Cunha (1990), Vilela e Koch (2001), Neves (2000)) e também em algumas obras de cunho lingüístico (cf. Said Ali (2001 [1921]), Câmara Júnior (1998) e Kehdi (1996)), além dos autores que se dedicam aos estudos estilísticos (cf. Lapa (1973), Vilanova (1977) e Martins (2000)), para verificar se tais autores discorrem sobre as regras que regem a seleção dos sufixos diminutivos e o modo como o fazem. Verificada a inexistência de uma discussão mais acurada a esse respeito, conforme já se demonstrou na seção anterior, optou-se por empreender um estudo lingüístico de natureza indutiva, já que se partiu de uma amostragem do uso para se chegar à generalização da regra.

Delimitado o método adotado pelo estudo, procedeu-se à seleção do *corpus*. Diante da impossibilidade de se trabalhar com todos os substantivos da Língua Portuguesa, foi necessário selecionar uma amostragem. Na tentativa de se trabalhar com um *corpus* de extensão significativa e que contemplasse os diversos contextos de ocorrên-

cia, dado que o interesse do estudo reside justamente na identificação dos contextos que selecionam os sufixos –inho ou –zinho, adotou-se o procedimento descrito a seguir:

- (a) Selecionaram-se vinte e cinco substantivos de cada uma das letras do alfabeto, consultando-se, para tal seleção, o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa Século XXI (1999);
- (b) Para se evitar trabalhar sempre com os substantivos iniciais de cada letra, o que não contemplaria a diversidade de contextos pretendida, delimitou-se, como critério de seleção para integrar o *corpus*, também a segunda letra. Assim, iniciou-se com a primeira letra seguida de A; para a seleção dos vinte e cinco substantivos subseqüentes, iniciou-se com a primeira letra seguida de E, e assim sucessivamente, até completar-se todo o alfabeto;
- (c) Dado que se trabalhou com vinte e três letras do alfabeto, selecionando-se, em cada uma delas, vinte e cinco substantivos, como já descrito, o *corpus* total analisado foi composto de quinhentos e setenta e cinco (575) substantivos, o que constitui uma amostragem considerável;
- (d) Selecionados os substantivos integrantes do *corpus*, passou-se a transpô-los para o diminutivo, verificando-se qual o sufixo era selecionado em cada caso. Para isso, recorreu-se à intuição de falante e também a dicionários e a gramáticas da Língua Portuguesa. Em alguns casos, quando se cogitou a possibilidade de uso das duas formas (uma com o sufixo –inho e outra com o sufixo –zinho), registraram-se as duas ocorrências, passando-se a julgar a funcionalidade e a especificidade de cada uma delas;
- (e) De posse dos dados, procedeu-se à análise do *corpus*, bem como à busca de generalizações, as quais constituem o cerne da próxima seção.

Apresentação e discussão dos resultados

A intuição de Cunha (1985) de que a seleção de um ou de outro sufixo estaria ligada ao ritmo da frase foi confirmada por este estudo. Os dados analisados revelaram que a seleção é determinada, dentre outros fatores, pela cadência do vocábulo e por sua tonicidade. Assim, os monossílabos tônicos, as palavras oxítonas e aquelas terminadas em hiatos costumam selecionar o sufixo –zinho: *pazinha, pezinho, maçãzinha, macacãozinho, bebezinho, obturaçãozinha, bauzinho, jatazinha, jauzinho...*

As palavras proparoxítonas, assim como as monossílabas tônicas e as oxítonas, costumam fazer o diminutivo em –zinho: *bebadozinho, medicozinho, quadrupedezinho, suditozinho*³...

No que tange ao grupo das paroxítonas, a grande maioria das palavras da Língua Portuguesa, as generalizações não se apresentam tão definidas quanto no grupo das monossílabas tônicas, das oxítonas e das proparoxítonas. Em se tratando das paroxítonas, foi possível chegar apenas a algumas regras, quais sejam: (a) aquelas terminadas em hiato e em ditongo fazem o diminutivo em –zinho: *piazinha, tiazinha, nefralgiazinha, bibliazinha, necropsiazinha, substanciazinha...*; (b) as terminadas em consoante – salvo s ou z, que selecionam o sufixo –inho – também fazem o diminutivo acrescentando-se o sufixo –zinho: *caraterzinho, nectarzinho, revolverzinho...*; (c) paroxítonas cuja terminação é –dade também selecionam o sufixo –zinho: *lealdadezinha, saudadezinha, qualidadezinha...*

Além das generalizações alcançadas, há ainda algumas intuições dignas de registro. A primeira delas diz respeito ao valor do diminutivo. Endossando a explanação

³ Há de se registrar, entretanto, que, na variante não-padrão, é comum o falante transformar a proparoxítona em paroxítona e, nesse caso, a opção é pelo sufixo –inho: “Fulano tá bebinho de tudo.”

de Houaiss (2001), os dados coletados sinalizaram que o sufixo –inho possui um valor mais afetivo que dimensional, funcionando como intensificador em advérbios e em adjetivos: *agorinha*, *cedinho*, *pertinho*, *bonitinho*, *feinho*, *cheirosinho*. Essa seleção pode ser observada em relação ao mesmo vocábulo, que se apresenta ora com um sufixo, ora com o outro, dependendo da classe gramatical em que é empregado, conforme se observa em (5) e em (6) a seguir:

- (5) Em junho, faz um *friozinho* gostoso.
(6) Esse suco está *frinho*, uma delícia.

Em (5), o vocábulo *frio*, que funciona como substantivo, selecionou o sufixo diminutivo –zinho; já em (6), em que o mesmo vocábulo funciona como adjetivo, a opção foi pelo sufixo –inho, que intensifica o atributo expresso pelo adjetivo. Vê-se, pois, que, além do critério fonológico já descrito, fatores morfológicos também influenciam na seleção sufixal.

A despeito de os exemplos arrolados em (5) e em (6) comprovarem a tese de Houaiss (2001), no *corpus* analisado, encontrou-se um contra-exemplo para essa generalização. Trata-se do vocábulo *pobre*. Independentemente de este funcionar como substantivo ou como adjetivo, na variante padrão da língua, o diminutivo se faz pelo acréscimo do sufixo –zinho:

- (7) Esta manhã, um *pobrezinho* se aproximou de mim e me pediu ajuda.
(8) Aquele homem *pobrezinho* não tem o que vestir.

A forma com o sufixo –inho parece ser empregada apenas na variante não-padrão e, ainda assim, com valor estilístico:

- (9) Nossa, mas esse mês eu tô *pobrinho*, *pobrinho*.

Como se pôde constatar, em se tratando de tendências concernentes a ações humanas – e as operações lingüísticas integram tais ações –, pela própria natureza do ser, as generalizações não são absolutas, o que abre precedentes para pesquisas futuras.

Ainda no que se refere ao valor do diminutivo, os dados coletados demonstraram que os numerais selecionam, geralmente, o sufixo –inho, justamente em virtude de seu valor afetivo: *trintinha*, *quarentinha*, *cinquentinha*... O leitor, porém, pode argumentar que o diminutivo de *cem* é *centinho*, formado com o acréscimo do sufixo –zinho, o que parece invalidar a generalização apresentada. Há de se considerar que, pelo critério fonológico, tal numeral é monossilábico, o que justifica a seleção desse sufixo. Essa constatação parece sinalizar uma precedência do critério fonológico sobre os demais.

Outra intuição induzida pela análise do *corpus* relaciona-se à cadência do vocábulo, hipótese já ventilada por Cunha (1985). Os dados coletados indicam uma tendência de seleção do sufixo –zinho quando o vocábulo é polissilábico: *acidentezinho*, *badourozinho*, *bibliotecazinha*, *picaretazinha*...

Ainda em relação ao emprego do sufixo –zinho, a análise dos dados permitiu uma outra intuição: o sufixo –zinho é mais empregado para nomes mais eruditos, enquanto o sufixo –inho, provavelmente em virtude de seu valor mais afetivo, acopla-se mais a nomes mais populares: *nefelibatazinho*, *negritozinho*, *quimerazinha*, *pijamina*, *queijinho*, *rocinha*...

Delimitadas algumas regras que norteiam a seleção dos sufixos –inho e –zinho, bem como alcançadas algumas intuições, resta identificar qual dos dois sufixos estudados é a forma básica e qual é o alomorfe. De acordo com Kehdi (1996, p. 21), “a existência de diferentes alomorfes para um mesmo morfema remete-nos ao problema da escolha de um deles para representar o conjunto. O alomorfe selecionado recebe a designação de forma básica”, mas nem sempre é fácil estabelecê-la. Para o autor ora referenciado, a escolha deve ser balizada por alguns critérios, dentre os quais o mais importante

é o estatístico: “dentre as variantes existentes, é escolhida como forma básica a mais freqüente.” (*op. cit.*, p. 21) Segundo essa orientação, a forma básica do diminutivo na Língua Portuguesa é o sufixo –zinho, enquanto o sufixo –inho é o alomorfe. Entre todas as ocorrências analisadas, registrou-se uma ocorrência de 58,33% de empregos do sufixo –zinho em oposição à ocorrência de 36,33% de empregos do sufixo –inho. Há de se assinalar, contudo, que, em se tratando desses dois sufixos, não se pode dizer que se encontram em distribuição complementar, dado que há alguns contextos que permitem as duas ocorrências, conforme demonstrado. A despeito de os registros não serem tão expressivos, não podem ser desconsiderados. No *corpus* analisado, registrou-se um percentual de 5,34% de ocorrências que aceitam ora um, ora outro sufixo. Em alguns casos, como já discutido (cf. considerações iniciais), a alternância acarreta mudança semântica, mas em outros, se tais nuances existem, são praticamente imperceptíveis, o que impede a afirmação de que tais alomorfes são excludentes em determinados contextos. Com a análise aqui empreendida, foi possível delinear tendências de uso dos sufixos diminutivos, mas, sendo a língua dinâmica e sensível ao uso, tais tendências podem se firmar ou mesmo se alterar com o decorrer do tempo.

Considerações finais

Frente à lacuna verificada tanto em obras de cunho gramatical quanto estilístico no que tange à explicitação das regras que determinam a seleção dos dois principais sufixos de diminutivo na Língua Portuguesa do Brasil, empreendeu-se um estudo de natureza indutiva, no intuito de identificar não apenas os contextos de ocorrência dos sufixos –inho e –zinho na língua, bem como no de precisar qual dos dois constitui a forma básica e qual é a variante. A partir da análise de um *corpus* constituído de quinhentos e setenta e cinco vocábulos, alcançaram-se algumas conclusões, que serão explicitadas nos parágrafos subseqüentes.

Os fatores responsáveis pela seleção sufixal são preferencialmente de natureza fonológica, mas existem também fatores morfológicos ligados à classe gramatical a que pertence o vocábulo primitivo que determinam a seleção. No que se refere ao primeiro fator, percebeu-se que existe uma tendência na língua ao emprego do sufixo –zinho, o que faz dele a forma básica, relegando o sufixo –inho à condição de alomorfe. A despeito de constituírem formas variantes da variável diminutiva, tais sufixos não se encontram sempre em distribuição complementar na língua, já que, em alguns contextos, verificou-se o emprego tanto de uma, quanto de outra forma num mesmo vocábulo. Em alguns casos, a seleção da forma é determinada por fatores estilísticos, dado que se constatou uma tendência à seleção do sufixo –zinho para expressar valor dimensional, enquanto o –inho se presta mais à expressão da afetividade. Em outras ocorrências, contudo, a seleção parece ser mais aleatória, não traduzindo diferenças semânticas muito sensíveis. Cumpre registrar que tal alternância de uso só se verificou em se tratando de palavras paroxítonas, cujas regras de seleção parecem ser ainda instáveis na língua. Em se tratando de vocábulos monossílabos tônicos, oxítonos e proparoxítonos, foi possível chegar a uma regra, verificando-se uma preferência pelo emprego do sufixo –zinho. Esse é também o sufixo selecionado quando se trata de palavras paroxítonas terminadas em hiato, em ditongo e em –dade.

No tocante ao segundo fator de seleção, a natureza morfológica, verificou-se, em alguns vocábulos, a seleção do sufixo –zinho para efetuar a variação dimensional do substantivo e a seleção do sufixo –inho para fazer a variação de grau do adjetivo. Essa variação de grau é também realizada por meio do mesmo sufixo na classe dos advérbios. Os numerais, por variarem apenas afetivamente, também selecionam o sufixo –inho, a exceção dos monossilábicos, que obedecem à regra de seleção do sufixo –zinho.

Outra generalização alcançada, esta mais apropriadamente descrita em termos de intuição, foi uma tendência a se recorrer ao sufixo –zinho quando o vocábulo é po-

lissilábico e também quando este é mais erudito. Os nomes mais populares tendem a selecionar o sufixo –inho, que é de natureza afetiva.

Acredita-se que a pesquisa empreendida, a despeito de sua pequena envergadura, bem como os resultados e as generalizações alcançadas contribuem para a descrição morfológica da Língua Portuguesa do Brasil, apresentando não apenas uma natureza operacional, como também didática. As regras aqui sistematizadas certamente auxiliarão o professor de língua materna em sua atuação docente, já que nem as gramáticas, nem os manuais de estilística o fazem. Dessa forma, frente às indagações quanto à adequação deste ou daquele uso, o professor, muitas vezes, não tem a que recorrer, o que o obriga a uma resposta impressionista.

O mérito do trabalho reside, pois, na possibilidade que ele oferece de, a partir de análises de ocorrências lingüísticas empíricas, apresentar as tendências de uso dos dois principais sufixos formadores de diminutivo da língua. Como mencionado quando da discussão dos dados, por ser a língua dinâmica e passível de mudanças, as generalizações aqui apresentadas suportam novas investigações que, certamente, contribuirão para a elucidação de questões ainda por responder. Além disso, como demonstrado, a classe das palavras paroxítonas, apesar de ser a mais extensa da língua, não apresentou uma sistematicidade de uso, o que abre precedentes para pesquisas futuras.

Referências

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ALONSO, Amado. *Estudios lingüísticos*. Madrid: Gredos, 1967.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CÂMARA JR. J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *Problemas de lingüística descritiva*. 17 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12 ed. 2. tir. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996. (Princípios)

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 3 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MATEUS, Maria Helena Mira e outras. *Gramática de Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 1983.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

ROSA, João Guimarães. Uns inhos engenheiros, in: *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 46-49.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina. 2001.

VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife: Medalha, 1977.

Contribuições da heterogeneidade enunciativa para uma análise do discurso

Cássio Eduardo Soares Miranda
Doutorando em Estudos Lingüísticos pela UFMG

Resumo: O presente artigo apresenta as contribuições teóricas de Jacqueline Authier-Revuz à Análise do Discurso. Procura demonstrar como o conceito de heterogeneidade enunciativa pode se articular às elaborações teóricas de Patrick Charaudeau. Para tanto, faz um breve percurso teórico ao conceito de heterogeneidade para, em seguida, aplicá-lo a um *corpus* constituído de fragmentos de editoriais de revistas femininas. Finalmente, demonstra como uma revista que se diz feminina reforça estereótipos socialmente construídos a respeito da mulher e a coloca em posição de desvantagem em relação ao homem.

Considerações iniciais

A palavra é dialógica. Sua constituição é dialógica por excelência e revela que o discurso é constituído de uma alteridade que se revela em seu fio, de forma explícita, marcada, presente na heterogeneidade mostrada, ou ainda implicada em uma heterogeneidade constitutiva, manifestando a presença de um discurso distante, que se encontra em um outro lugar, aparecendo no discurso sob a forma de interdiscurso. Da mesma forma, a língua é um fato social, que aponta para fatores extralingüísticos, promovendo o fenômeno da interação social. Nota-se que todo fenômeno social está lingüisticamente representado e essa representação influi na evolução do idioma, tal como pode ser visto com Véron, a partir do conceito de campo lexical, anteriormente explicado.

Em Benveniste (1966), os pronomes pessoais exercem o papel de um ponto de ancoragem para a inscrição da subjetividade na linguagem, apontando para a instância da enunciação em que o discurso é produzido. Na perspectiva psicanalítica e da heterogeneidade, a subjetividade perpassa a todo o discurso, não estando necessariamente presente de forma tão destacada e aparente nos dêiticos pronominais, por exemplo. Pode, sim, se fazer presente de formas deflagradas ou não, no entanto, sempre ocorrendo no discurso, na forma de um outro que aparece, às vezes de modo inconsciente, vindo do inconsciente.

No intuito de se investigar a aplicabilidade do conceito de *Heterogeneidade enunciativa* a uma Análise do Discurso é que tomaremos fragmentos de editoriais da Revista *Nova* como *corpus* de nossa análise e, desse modo, demonstraremos como a heterogeneidade é uma estratégia discursiva importante na construção de um discurso sobre a mulher.

Existe um consenso entre os jornalistas de que o editorial é a parte mais nobre de uma publicação, por ser a parte na qual a revista expressa a sua opinião. Portanto, um editorial é uma parte diferenciada do veículo de comunicação desenvolvida pelo

chefe da equipe de jornalistas que produz uma revista¹. Constituído-se como esse espaço de expressão do pensamento da revista, os editoriais são um lugar privilegiado de manifestação da subjetividade e, logo, da heterogeneidade discursiva. Desse modo, buscaremos nos editoriais desta revista as marcas da heterogeneidade enunciativa que apontarão para o tipo de Mulher construído por *Nova*.

Heterogeneidade e não-coincidências do dizer

Authier-Revuz argumenta que o fundamento teórico da heterogeneidade enunciativa encontra-se em uma

... teoria elaborada por Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem como estruturalmente clivado pelo inconsciente –, consideramos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso: nesse caso, impõe-se a necessidade de repensar – de modo diferente que um simples reflexo – o estatuto dos fatos, observáveis, da auto-representação (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17).

Com o objetivo de demonstrar a heterogeneidade do discurso de *Nova*, apontaremos a modalidade autonímica sob a forma de um retorno metaenunciativo das palavras que extrapolam o fio do discurso voltando sobre as palavras do dizer. Dessa maneira, tomaremos do nosso *corpus*, de acordo com a metodologia exposta por Authier-Revuz (1998; p. 19) em que “... os diversos tipos formais pelos quais a configuração que sobrepõe dois planos – X e uma representação do dizer X – se realiza sobre o fio único do discurso”, enunciados que demonstram as não-coincidências do dizer, denunciando a heterogeneidade enunciativa.

Tomaremos como ponto de estudo, as seguintes representações das não-coincidências do dizer, a saber:

a) Não-coincidência *interlocutiva* entre dois co-enunciadores: esta não-coincidência apóia-se em uma concepção psicanalítica de sujeito, como aquele que é cindido, dividido, não-coincidente consigo mesmo, pelo fato de o inconsciente produzir sujeitos não-simétricos, tentando promover o bem-dizer da comunicação. A tentativa da teoria da comunicação é a produção do UM, de uma não-falha no processo. A Psicanálise aponta para o mal-entendido inerente ao processo de comunicação, uma vez que a teoria psicanalítica lacaniana apregoa que a marca do processo de comunicação é, sobretudo, a determinação do campo psy, por fazer com que o Sujeito do Inconsciente se apresente enquanto tal em sua fala. Por esse viés, Lacan promove uma subversão da lógica comunicacional ao propor a presença de uma lógica do Inconsciente, isto é, a presença do Sujeito dividido, cindido na fala. Para Lacan, há um momento na fala no qual o Sujeito deixa transparecer furos em seu discurso. Tais furos apresentam-se como anunciadores indelévels da presença do Inconsciente, sendo um acontecimento² que provém de uma instância psíquica.

No percurso aqui adotado, as figuras do discurso aparecem em duas versões: uma apontando para o fato de uma maneira de dizer, em que um sentido é inteiramente ou absolutamente “partilhado” por estratégias diversas. Trata-se de uma tentativa em restaurar o UM, a homogeneidade da co-enunciação lá onde ele parece ameaçado. A

¹ Cf. LAGE, 1986.

² Em filosofia, acontecimento é “um fato ou um evento que tem certo caráter acidental ou fortuito ou mais ou menos do qual não se pode excluir tal caráter”, sendo da ordem do inesperado. ABBAGNANO, 1982, p. 14.

outra versão apresenta uma não-homogeneidade (não-UM) marcando um distanciamento entre os interlocutores através da diferenciação das palavras que pertencem ao locutor e alocutário.

Nos editoriais, os enunciados abaixo apontam para a não-coincidência interlocutiva³:

34: “Abram o olho, garotas!” (Maio/2000).

4-5: “Na maioria das vezes, topamos com nossa cara metade no lugar em que menos esperamos...” (Junho/2000).

7-9: “Há histórias que são mesmo surpreendentes, porque começam a partir de estranhas coincidências. daquelas que, se vemos no cinema, dizemos: ‘Ah, isso não acontece na vida real’”. (Junho/2000).

35-36 “No mês de aniversário de NOVA, dê um empurrãozinho no destino e realize seus sonhos. Um beijo, *Marcia Neder*.” (Setembro/2000).

Noris: “Escolhi este Versace para a capa de Nova. Mas ficou ótimo em mim, não?” (Dezembro/2000).

UMA IRRESISTÍVEL FANTASIA: BATON, SALTO ALTO E MUITO DINHEIRO NO BOLSO. QUEM NÃO QUER? E MAIS: AMOR, SEXO, SAÚDE, MUITOS AMIGOS, FAMÍLIA UNIDA, SUCESSO NA CARREIRA... PARA NÓS E PARA VOCÊ TAMBÉM! Feliz 2001 (Dezembro/2000).

1-2: “Quem não tem celulite que atire a primeira pedra. Depois, trata de ajoelhar e rezar para agradecer essa bênção da natureza”. (Janeiro/2001).

18-21: “A menos que a mulher seja um queijo suíço, cheia de furinhos por todos os lados, duvido que a celulite deixe o homem desinteressado. Essa preocupação excessiva é coisa nossa. Somos muito detalhistas”, pondera a repórter de fotografia Valéria Massi”. (Janeiro/2001).

42-43: “Posso dizer que sou uma mulher feliz: tenho celulite e meu marido não liga. Não é o marido perfeito?” (Janeiro/2001).

44-46: A repórter Daniela Folloni também sentiu na pele o frio na barriga de um *blind date*, como dizem os americanos.

1-2: “Se sua resposta é sim, temos uma reportagem que vai trazer uma solução para o seu problema...” (Abril/2001).

3-4: “Artigos do jeitinho que você mais gosta – calientes e tentadores. Os selos são a nossa marca sexy. E você tem a sua?” (Novembro/2000).

A estratégia discursiva é a de criar um campo de aproximação entre os interlocutores, evitando um embate polêmico, lançando mão de conhecimentos partilhados, injunção do dizer em uma só voz; uso do nós inclusivo; apelo à boa-vontade do outro, no intuito de resgatar uma suposta perfeição na co-enunciação, para afirmar a homogeneidade do discurso. A importância dessa tipologia metadiscursiva é o fato de o metadiscorso revelar o sintoma de um discurso que se propõe homogêneo. A A.D, confor-

³ Os números correspondem às linhas em que o editorial aparece.

me Maingueneau (1996; 94), lida com textos relativamente bem controlados em seu processo de construção e daí, constata-se que “o metadiscurso mostra-se como tal, a ‘derrapagem’ verbal produz sentido. (...)”. Por um lado, o metadiscurso pode funcionar apenas como um conjunto de acréscimos que acontecem no texto com a finalidade de “... retificar a trajetória da enunciação, colocá-la em conformidade com as intenções do locutor” (id., ibid).

b) Não-coincidência do *discurso consigo mesmo*: a presença de um interdiscurso e de um dialogismo coloca tal não-coincidência como constitutiva, pois toda palavra é habitada por outras palavras, levando à constatação de que quando o sujeito fala, alguma coisa fala em um outro lugar, antes, de modo independente daquela fala do sujeito no aqui-e-agora. Mesmo que um discurso seja afetado por outros discursos, é possível especificar certas fronteiras entre um e outro, “... pelas quais um discurso produz em si mesmo, por diferença, uma imagem de si”. (id., ibid)

Uma marca evidente é a heterogeneidade mostrada do discurso, como marcas explícitas recuperáveis no texto a partir de fontes de enunciação. Assim, “a presença estrangeira de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso desenha nele mesmo o traçado (...) de uma fronteira interior/exterior” (id., ibid., p. 193), com palavras marcadas por aspas, negrito, itálico; palavras estrangeiras, etc.

17: Eu mesma fui “vítima” das artes do destino. Encontrei meu marido numa praça em Roma, no último dia da viagem (Junho/2000).

30-32: Giuliana, em sua edição de estréia, preparou uma super-reportagem, o “Dossiê da Tintura”, para você tentar uma mudança de visual sem surpresas desagradáveis. (junho/2000).

33: Nelas estão as perucas da expert *Nilta Murcelli...* (junho/2000).

35-37: Surpreendente mesmo foi a performance da estudante de publicidade *Izabela Laloni*, de 21 anos, como modelo da reportagem de moda “Grandiosa”. (Junho/2000).

1. *NOVA* é assim, faz parte da grande família *Cosmopolitan...* (Agosto/2000).

9- 10: Desta vez, o encontro das diretoras da *Cosmopolitan* aconteceu sob o tór-rido sol das Bahamas, no Caribe, no cinematográfico Hotel Atlantis (Agosto/2000).

26-27: Se você não consegue realizar suas fantasias porque anda sozinha, temos a solução para enfrentar esse período de “seca”. (Setembro/2000)

Gueguela: “Tem que ser muito zen para encontrar a peça de decoração certa para a foto”. (Dezembro/2000).

6-7: ...quando ainda não tem tempo de ele perceber todas as imensas qualidades você tem embaixo da “laranja”. (Janeiro/2001).

45-46: A repórter Daniela Folloni também sentiu na pele o frio na barriga de um *blind date*, como dizem os americanos. (Fevereiro/2001).

47-49: *NOVA* também fez uma “plástica” no seu logotipo. Uma pequena mudança que vai deixar sua revista mais bonita, moderna, sintonizada com o novo milênio. (Março/2001).

Os enunciados extraídos dos editoriais de *Nova* trazem uma quantidade expressiva de palavras entre aspas, seguida de palavras estrangeiras. As palavras destacadas possuem a função de mostrar aspectos positivos, de sucesso e de valor da revista ou de algo relacionado a ela, como por exemplo, um feito de uma das repórteres, o sucesso de uma modelo da revista, uma mudança no aspecto icônico ou de matérias circuladas. Ainda, as palavras destacadas visam estabelecer um contato, uma aproximação, uma diminuição do distanciamento entre o locutor e o alocutário, utilizando-se para tanto, de sintagmas que promovem uma menor distância entre o mundo da revista e o mundo da leitora, tais como “seca”, “laranja”, “vítima”, que se configuram como estratégias discursivas de captação da leitora e fazem fronteira com um discurso que se propõe intimista, de aproximação e amizade, relacionado a uma interdiscursividade representada. Este aspecto manifesta-se mais concretamente na finalização de Marcia Neder, a editora, que sempre termina seus textos com “um beijo”, assinando o artigo em letra cursiva, quase sempre em negrito.

Por outro lado, a fronteira discursiva exterior/interior que se constitui como uma diferença de outros discursos, mas ao mesmo tempo atesta a imagem de si, a imagem construída pela revista sobre si mesma.

c) Não-coincidência entre *as palavras e as coisas*: também vista por Authier-Revuz (id., ibid., p. 24) como constitutiva. O desvio ou a falta de palavra para nomear a coisa, remete às

infinitas singularidades do real a nomear, que inscreve um ‘jogo’ inevitável na nomeação, e, de outro lado, em termos lacanianos, do real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, isto é, da falta (constitutiva do sujeito como falho) de ‘captura do objeto pela letra’, que desemboca na ‘perda’ inerente à linguagem, à que respondem, sob modos opostos, a escritura – que habita essa separação – e a produção de mitos consoladores – línguas ‘perfeitas’ diversas, que recusam a separação.

As figuras que apontam para essa separação aparecem na tentativa de promover uma adequação pela falta de nomeação que aparece no discurso, em que o enunciador utiliza-se de uma série de estratégias para tentar diminuir a distância entre a palavra e a coisa. A falta de nomeação é a falta-a-nomear, sendo uma falta a dizer por ser o sujeito constitutivamente falho. O sujeito busca palavras e as palavras faltam e o que se manifesta no discurso é a intenção de restauração do UM, da não-falha do discurso. Materialmente, as marcas lingüística passíveis de captação encontram-se nos enunciados seguintes:

3: Rodrigo Baldissarella é isso tudo. Mesmo. (Setembro/2000).

Suzana J: “Controlo tudo o que é feito e sou implacável com a qualidade. Redatora-chefe é assim”. (Dezembro/2000).

Giuliana: “A beleza é uma ciência exata e possível: juro!” (Dezembro/ 2000).

Adriano: “assim como as garotas, nenhum Mac me resiste. Mas pode me chamar de assistente de arte.” (Dezembro/2000)

Heloisa: “temas difíceis de sexo? Eu sou fera”. (Dezembro/2000)

Denise: “um cinto de strass fivela pink, uma sandália prata com salto agulha... deixa comigo!” (Dezembro/2000)

Fátima: “Comigo aqui vão todas as vírgulas, todos os acentos. Não tem erro”.

Desse modo, pode-se notar “figuras do UM realizado na nomeação, tomado sob o ângulo da coincidência do enunciador com seu dizer (fazendo jogar intencionalidade, desejo pessoal, normas coletivas...)” (Maingueneau, id., *ibid.*, p. 194).

Essa forma de conotação autonímica, como as outras, aparece como uma costura que se faz sobre o tecido do dizer, apontando para uma falta, uma falha que evidencia a não-coincidência do dizer e a tentativa de se estabelecer um conserto meta-enunciativo, uma máscara utilizada para não permitir qualquer margem de interpretação diferente daquela proposta pelo enunciador. Assim, utilizam-se expressões que visam reforçar o enunciador uma vez que as palavras que ele utiliza são imperfeitas e portanto, não coincidem com a coisa enunciada.

d) não-coincidência das *palavras consigo mesmas*: as palavras são afetadas por outros sentidos, pelo jogo da polissemia, por um conjunto de outras palavras, posicionando-se contra uma abordagem monossêmica, sendo consubstancial à *lalangue* proposta por Lacan, que ocorre na língua, “consagrando fundamentalmente o sistema lingüístico de unidades distintas, e os enunciados, ao equívoco de uma homonímia generalizada, aquela em que se ancoram a poesia, a prática psicanalítica...” (AUTHIER-REVUZ, id., *ibid.*, p. 25), e que Saussure encontrou nos anagramas.

Authier-Revuz aponta quatro figuras que atestam o equívoco com o qual os enunciadores se deparam, os quais são: 1) “respostas de fixação de um sentido”, que aparecem em enunciados como *X, no sentido de...*; *X, sem jogo de palavra...*; 2) “figuras de dizer alterado pelo encontro do não-um, que se manifestam em desculpas, reservas, modalidades irrealizantes do dizer...”, que aparecem nas formas *seria preciso dizer X, se ousar dizer..., com perdão da palavra*; 3) “o sentido estendido do não-um”, no qual é possível perceber tal ampliação; *X também no sentido de Y; nos mais diversos sentidos da palavra*; 4) “o dizer reassegurado pelo não-um, freqüentemente imprevisto, do sentido (*X, é o caso de dizer; X, esta é a palavra; X, para falar de uma palavra preciosamente ambígua...*) (id., *ibid.*).

Um único enunciado foi encontrado, revelando essa não-coincidência:

Giuliana: “A beleza é uma ciência exata e possível, juro!” (Dezembro/ 2000).

O percurso explorado privilegia certas considerações teóricas que se relacionam à dimensão do sujeito, de um sujeito que se constitui enquanto um irreductível desvio, descentrado de si, “...pelo fato de que ele é falante e, por conseqüência do que ele é, falho”. (AUTHIER-REVUZ, 1997, p. 257) A sua tentativa é escapar à linguagem real, à linguagem do real com a perda que se encontra inerente a ela, com aquilo que se diz e não se encontra palavras para dizer. Quando o sujeito fala, a sua aposta fundamenta-se em uma fala sem falta e, para tanto, inaugura-se um campo de negociação do dizer através do uso de figuras na intenção de restaurar o UM da linguagem. O ponto de apoio e ancoragem encontra-se, segundo Authier-Revuz (id., *ibid.*, p. 259):

“Esta resposta, é no fio do dizer, pontualmente, que a encontramos, nos ‘laços’ meta-enunciativos de um dizer que retorna reflexivamente sobre um ponto de seu desenvolvimento, para, no tempo deste ‘laço’ – o de uma interrogação: *é esta a palavra?*, de uma crítica: *a palavra não con-*

vém, de uma aceitação: isto que eu chamarei na falta de algo melhor, de uma renúncia: eu não encontro a palavra etc... – suspender o ‘que vai por si mesmo’ sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente a falta”.

Com as meta-enunciações (também chamada de metadiscursividade), diversos sujeitos aparecem no fio discursivo como resultante de uma construção pelo enunciatador de níveis diferenciados no interior de seu próprio discurso. O que foi demonstrado é uma classificação sintética, uma vez que “nenhuma classificação deste assunto é satisfatória” (MAINGUENEAU, 1996, p. 94). Tomando a meta-enunciação como uma categoria de análise discursiva que deflagra a presença de sujeitos em uma fala, é oportuno ultrapassar uma visão ingênua do metadiscorso como apenas um conjunto de artifícios e acréscimos com a finalidade de retificar a trajetória da enunciação, de colocá-la em conformidade com as intenções de um dado locutor. A Análise do Discurso atua com textos que possuem uma produção bem controlada, e percebe-se que frequentemente em situações bem controladas⁴ “... o metadiscorso mostra-se como tal, a ‘derrapagem’ verbal produz sentido. Longe de ser um procedimento para corrigir falhas na comunicação, ele constitui um sintoma e deve ser apreendido através deste estatuto...” (MAINGUENEAU, 1996, p. 94).

Breves resultados analíticos

A análise discursiva dos editoriais de *Nova* revela-nos a heterogeneidade de um discurso que se pretende homogêneo. Contata-se que, através de estratégias discursivas, a editora cria um discurso marcado pela oralidade, pelo tom de entretenimento, criando a sensação de que enunciatador e enunciatário ocupam a mesma posição, através de uma fala comum, estando sintonizados, partilhando valores, desejos, aspirações e sentimentos.

O estilo do texto é um estilo de conversação, de uma conversa que conhecidos travam, em que a editora relata à leitora os fatos, as opiniões, as ocorrências, enfim, os artigos da revista. Com uma antecipação da imagem do enunciatário, lançando mão de um código de linguagem que se aproxima da linguagem oral, utilizando o português padrão como forma de realização da língua, o vocabulário empregado introduz um estilo de conversa entre amigas, como se *Nova* se constituísse como uma grande amiga, realizando uma fala típica do universo privado feminino. A figura da grande amiga é assumida pela editora Marcia Neder. É a redatora-mulher escrevendo para outra mulher, ocupando, de certa forma, o lugar comum da mulher, como aquela que relata seus desejos, narra episódios de sua filha e também aquilo que acontece na vida particular das repórteres e demais editoras. Neste caminho, nota-se a assinatura de Marcia Neder ao final dos editoriais, sua foto impressa na revista, seus relatos, o uso de palavras que tentam eliminar a distância da interlocutora, o uso da proxêmica (“beijo e até mês que vem”), do nós inclusivo como pontos que revelam o tom de entretenimento e a “conversa de comadre” que a revista estabelece. Local revelador deste tom de conversa são as cartas dirigidas à revista. As cartas das leitoras para a redação são também em tom de proximidade, nas quais as leitoras tratam a editora como uma amiga, uma confidente, o que faz com que a relação profissional seja “...encoberta pelo intimismo que se depreende da grande maioria das matérias e artigos, como se tudo não passasse de um bate-papo entre íntimos” (NEHRING, 1981, p. 76). Tal fato promove a cumplicidade cultural, permitindo que revista e leitora identifiquem-se.

⁴ O que denominamos aqui de situações *bem controladas* refere-se à tentativa da instância de produção em elaborar um texto em que a subjetividade será excluída, ou, ainda, um texto sem falhas do ponto de vista do sentido. O exemplo mais claro desse tipo de controle encontra-se no discurso científico.

De certo modo, a emoção é privilegiada nas estratégias discursivas da revista apontando para uma característica de um discurso de sedução, que tenta captar o leitor pelas vias do prazer, do agrado. As referências que são feitas à equipe, às modelos e ainda à leitoras conotam afeto, intimidade, às vezes indignação. Encontramos o uso de experiências pessoais como exemplificação, modalizações, a convocação de uma certa solidariedade do tipo “somos amigas” e, ainda, o uso de correções ou metaenunciações que, ao que nos parece, buscam eliminar ou reduzir a distância interlocutiva.

A linguagem de *Nova* é uma linguagem centrada no outro, delineando o perfil tradicional da mulher construída pela revista: Eva. Há percursos semânticos demonstrados no decorrer da análise que mostram a relação da mulher com sua sexualidade e o parceiro. Em *Nova*, a mulher é semelhante à mulher fatal, aquela que ultrapassa, por ser ousada, as caracterizações da mulher tradicional. Colocando o discurso de *Nova* em uma relação interdiscursiva, percebe-se que a revista opõe-se ao modelo biológico autoritário-fundamentalista da sexualidade que associa sexo com reprodução. Em substituição, a revista apresenta-se como um manual de amor e sexo, que ensina a mulher como gozar melhor. No entanto, o processo de substituição revela-se um tanto quanto autoritário pelo fato de a mulher ser forçada a gozar, mas do jeito que a revista determina, apontando para o lado fascista da publicação. O que prevalece na construção é uma orientação para crenças, reproduzindo um estado de coisas presentes na sociedade.

Por outro lado, em uma relação interdiscursiva *Nova* adere-se a um conjunto de revistas e textos que buscam informar sobre beleza, moda, sexo e comportamento e, ainda, há uma relação interdiscursiva por adesão com textos que mostram a mulher como aquela que deve agradar ao homem, revelados pelo percurso semântico do agrado. O que se detecta é que as receitas de bolo foram substituídas por receitas de vida: o que a mulher deve fazer, sobretudo, para agradar seu parceiro, se o tem, ou conquistá-lo, se não o possui.

A figura da mulher construída em *Nova* é uma figura estereotipada. O estereótipo refere-se à idéia pré-concebida que se tem do banqueiro, do militante de extrema esquerda ou direita, relacionando-se à imagem que portamos do *cow-boy* e da solteirona. O termo “estereótipo” foi introduzido nas ciências sociais pelo jornalista americano Walter Lippmann, em 1992, que o definiu como uma imagem que trazemos em nossa cabeça e que diz respeito a algo ou a alguém, estando relacionado ao esquema fixo através do qual o indivíduo apreende o real. De acordo com Amossy, o estereótipo é o “Prêt-à-porter” do espírito, uma vez que se constitui como uma idéia pré-concebida que cada sujeito faz de uma classe ou tipo de pessoas. Para Amossy, o sujeito é constituído de representações coletivas através das quais ele apreende a realidade quotidiana e constrói as significações do mundo.

São as significações construídas que a Psicologia Social denomina de *Representações Sociais*, considerando-as como uma descrição que se faz da realidade de acordo com significados elaborados socialmente cujos significados são atribuídos de modo pessoal.

Na atualidade, a imprensa assume um papel preponderante na construção de novos estereótipos e reforço de antigos. “Reciprocamente”, sustenta Amossy, “a produção cultural se nutre das imagens que circulam na sociedade contemporânea”⁵. Ela, por sua vez, se assenta necessariamente em um estoque pré-existente de representações coletivas, fazendo modificações necessárias alcançando mais ou menos sucesso. Assim, com um vai-e-vem incessante, as imagens se firmam em nossa mente através de uma divulgação abundante das idéias e representações advindas da mídia.

Com Amossy, pode-se pensar que o conceito de estereótipo é universal, sendo o seu modo de expressão e de difusão particulares. Cada comunidade a transmite de maneiras e modos diferentes a seus membros. Sendo um conceito universal, o conceito, a seu tempo, não é absoluto e eterno, “... mas uma noção encontrada na época moderna e

⁵ “Réciproquement, la production culturelle se nourrit des images que circulent dans la société contemporaine”: AMOSSY, 1991, p. 9.

bem feita para servi-la. A consciência do estereótipo é a última defesa que se dá uma sociedade dedicada ao nivelamento por baixo e à automatização”⁶.

A produção imagética e textual de uma revista como *Nova* não escapa à construção do estereótipo. Pelo contrário. O que *Nova* faz é se apropriar de imagens e mitos contemporâneos ou ainda mitos eternizados para construir seus textos um tipo de mulher. Um tipo rígido, por assim dizer. Com uma imagem estandardizada da mulher, de uma mulher ideal que parece sobrevoar todas as mulheres, a revista coloca-se ao lado de um conjunto de publicações que reforçam mais um modelo legado pela tradição. Há, de fato, um estereótipo construído em torno da mulher *Nova*: ousada, dinâmica, independente, agrada seu parceiro, sensível, competente, perseguida no trabalho, sensual, e tantos outros.

O que o estereótipo faz é criar uma imagem de mulher, aceita e partilhada socialmente por um grupo de pessoas que se identificam com tal imagem. É uma imagem rígida, que não existe por si só, sendo construída nas relações sociais a partir da representação social, tornando-se uma crença, por vezes exagerada, associada a uma categoria dada.

Em *Cosmopolitan*, pode-se proceder a uma descrição do contrato do discurso da revista feminina, segundo elementos básicos do nível situacional presente em todo discurso. Isso porque o contrato enunciativo estabelecido impõe algumas restrições ao enunciador, fazendo com que ele produza atos que se adaptem às características da estrutura que define a especificidade da local manifestação do discurso, definindo o contrato da revista feminina, podendo ser representado segundo a tipologia abaixo⁷:

- a) A finalidade: refere-se ao “para que dizer?”. Neste caso, a revista deve dizer fatos que estejam relacionados à vida da mulher, tais como moda, beleza, sexo, trabalho, tentando eliminar contradições relativas à “mulher moderna, dinâmica, independente” que poderiam impossibilitar a transmissão de uma imagem da mulher enquanto tal, a fim de obter a credibilidade e a vendagem junto ao público feminino.
- b) A identidade dos parceiros: relaciona-se a “quem se dirige a quem”. O editorial deve se dirigir à leitora, interpelada sob o modo de um conjunto de leitoras, marcando-lhes espaços e lugares enquanto mulheres que se posicionam ideologicamente, o que caracteriza a posição ideológica ocupada pela revista, de acordo com um conjunto de atos de fala e Metaenunciações.
- c) O propósito/domínio de saber (falar sobre o quê?): a editora deve fixar as condições, explicar de que trata a revista, dizer sobre o feminino, o que configura uma suposição de saber, relacionada àquilo que a mulher almeja. Deve-se falar aquilo que a mulher moderna quer ouvir, aquilo que a provoca de alguma forma.
- d) O dispositivo associa-se ao “falar em que quadro de vinculação”, uma vez que há vários dispositivos através dos quais o discurso sobre a mulher é construído. No caso da revista, refere-se a um dispositivo midiático específico: uma revista impressa.

Desse modo, a estrutura discursiva é construída observando os aspectos destacados acima, por meio de uma configuração específica da revista enquanto espaço no qual os processos enunciativos são engendrados a partir de um conjunto de estratégias discursivas que visam apagar a heterogeneidade do discurso.

⁶ id., *ibid.*, p. 11.

⁷ Tipologia extraída da Teoria Semiolinguística de P. CHARAUDEAU. Actos lingüísticos. In: *Enciclopédia Enaudi: linguagem e enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.2, p. 435- 452.

Considerações finais

Nas breves discussões realizadas acima, esperamos ter contribuído, ainda que de modo tímido, com os estudos enunciativos realizados na interlocução entre a Análise do Discurso de vertente francesa com a Psicanálise de orientação lacaniana. Diversos caminhos são possíveis de serem tomados mas, aqui, optamos por tomar os caminhos trilhados pelos campos lexicais e polifônicos para demonstrar como múltiplas vozes “falam” em um mesmo “sujeito”.

Os campos lexicais presentes na revista são hierarquizados, estando submetidos ao macro-campo do agrado: a mulher é bem-sucedida no trabalho e economicamente, pois isso é sensual, é sexy; ela é bem-sucedida nas relações, na vida social. O corpo construído submete-se à sensualidade/sexualidade, pois a mulher recorre à plástica, ao silicone, à tatuagem, à malhação para o seu corpo tornar-se mais belo, atraente, sensual e sedutor, alcançando, assim, sucesso. O campo da beleza submete-se por sua vez, à sensualidade/sexualidade, ao corpo construído e ao sucesso. Pois ser bela é também ser fera. Por fim, sobrepondo-se aos demais campos, encontra-se o campo semântico-lexical do agrado. A mulher deve ser bela, sensual, ousada, dinâmica, ter um corpo perfeito, ser uma boa profissional, com a intenção de agradar ao seu parceiro. O macro campo lexical é o do agrado. O discurso implícito de *Nova* é: agrade seu homem. De conquistadora a conquistada, a mulher de *Nova* continua sendo aquela que encontra no parceiro o seu ponto de realização. É possível identificar como um macro-campo lexical, que abarca a todos os outros campos estudados, o campo lexical do *agrado*, fundamentado na vida afetiva. Desde Freud, o afetivo é visto como sexual, sendo algo que engloba o sucesso, a beleza, o corpo, a sexualidade, o trabalho. Tais aspectos podem ser vistos como artifícios usados pela mulher-nova para tamponar a falta. O discurso de *Nova*, de fato, é: agrade o homem; seja bela, inteligente, dinâmica, ousada; tenha sucesso no trabalho e na área financeira, mas sempre com o objetivo de tornar-se mais sexy, mais atraente, com melhores condições de conquistar o seu macho. Atravessando, de modo geral, a todos os campos, encontra-se o discurso didático-pedagógico que aparece em um discurso revestido de autoridade, constituindo-se, por assim dizer, um campo discursivo. Tal discurso é demonstrado através de atos diretivos, apelando à citação de autoridade, no qual “o ‘locutor’ se apaga diante de um ‘locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação” (MAINGUENEAU, 1996, p. 100).

O discurso dos editoriais é um discurso polifônico, no qual se pode ouvir múltiplas vozes: a voz da editora como uma representante da revista; a voz de Marcia Neder, como uma mulher que escreve para mulheres; a voz de um Outro que fala, por vezes opondo-se ao discurso da revista, por vezes aderindo-se ao mesmo. Nota-se um sujeito locutor, impessoal, presente na figura da editora representando uma instituição discursiva. Tal locutor desdobra-se em um sujeito enunciador assumido por Marcia Neder e cuja posição discursiva concilia-se ao discurso da editoria geral. Há um segundo sujeito enunciador revelado na mulher Marcia Neder, que aparece dialogando com a revista, com a leitora e com outras instâncias. O terceiro sujeito enunciador aparece como um sujeito que se materializa na tentativa de conciliar a posição da revista com a posição de Marcia Neder, assumindo o lugar do “poder dizer”. “Esse ‘poder dizer’ é ditado pelas conveniências, resguardando, assim, a representação, papel esperado pela sociedade” (SILVA, 2000; p. 460).

O discurso de *Nova* é um discurso heterogêneo. Sua heterogeneidade é revelada de forma deflagrada, marcada pelas palavras entre aspas, pelas modalizações, pelas marcas de oralidade. Por outro lado, a heterogeneidade de *Nova* encontra-se não revelada, presente nos meandros das construções e relações interdiscursivas, confirmando que há uma relação radical do interior com o exterior do discurso.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- AMOSSY, Ruth. *Les idées reçues: sémiologie du stéréotype*. Paris: Nathan, 1991.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio, in: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BENVENISTE, E. O homem na língua, in: *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, Edusp, 1966. pp. 245- 315.
- CHARAUDEAU, P. Actos lingüísticos, in: *Enciclopédia Enaudi: linguagem e enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, v.2, p. 435-452.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1986.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo: USP, 1981. (Tese de doutorado).
- SILVA, Maria da Conceição Fonseca. Discursividade de gênero em Claudia: o mesmo e o outro no caso “uma ofensa à mulher”. *Síntese – Revista dos Cursos de Pós-graduação*. Vol. V, p. 457-467, 2000.
- VERÓN, Eliseo. *La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad*. S.l.: Gedisa, 1987.

O olhar deslocando-se pelas trilhas de *Pedro e Paula*

Edson Oliveira da Silva

Licenciado em Letras; Especialista em Estudos Literários e Mestrando em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Tudo para que este livro de agora, moderno e europeu, pudesse ter começado assim, à maneira realista. Ou seja: baseado no que eu próprio vi e não no mero diz-se.
(Macedo, 1999, p. 17)

Resumo: Estudos recentes sobre a contemporaneidade apontam para a fragmentação identitária do indivíduo humano que se vê encerrado entre a falência das profecias libertárias do pensamento marxista e as distopias das sociedades pós-coloniais. Tal conclusão constitui o ponto de partida fundamental para o delineamento das narrativas de ficção no Ocidente, e mais precisamente, em Portugal. Nesses termos, *Pedro e Paula*, romance de Helder Macedo, aponta para as discussões sobre a crise das utopias, e na condição de arte literária, apresenta-se como um instrumento de transfiguração dessa realidade. Dessa forma, analisar as principais mudanças da cena contemporânea, em Portugal, sob a ótica do romance *macediano*, é, pois, o objetivo principal deste trabalho.

Palavras-chave: Portugal – utopias – distopias – contemporaneidade.

Atendendo ao que nos propõe as literaturas nascidas sob a égide das profecias libertárias, mas que, hoje, vivem um momento de desencanto e de morte de utopias, *Pedro e Paula* (1999), segundo romance do escritor português Helder Macedo, aponta, simultaneamente, para a problematização do estilhaçamento identitário pós-colonial e para as transformações e contradições que moldaram a ex-metrópole, Portugal, em tempos finisseculares.

Desse modo, podemos dizer que este estudo visa, sobretudo, fornecer bases para que se possa compreender os principais elementos que participam do redimensionamento das literaturas de Língua Portuguesa, nessa era de incertezas e distopias. Nesse sentido, a partir da identificação, seleção e análise do nosso *corpus*, aqui, constituído pela obra mencionada anteriormente (ainda que para efeito de melhor clareza nas nossas discussões, só lancemos mão das passagens que forem indispensáveis à confirmação de nossas hipóteses), apontaremos para discussões que dão conta de fenômenos recorrentes em nossa atualidade, a exemplo da desconstrução de identidades cristalizadas pela tradição, do deslocamento do sujeito contemporâneo e, acima de tudo, da tomada da escrita literária como a última das utopias, tal qual nos propõe Carmem Lúcia Tindó Secco (2001-2, p. 110):

[...] nos anos da pré e da pós-independência das colônias africanas, quando voltam os temas sociais, as utopias revolucionárias, os textos celebratórios da liberdade; nessa época surgem também narrativas que discutem a necessidade de reconstrução social (década de 70), e, por fim, o que corresponde à *fase atual de desencanto (anos 80 e 90), em que a literatura reflete sobre a falência dos ideais do marxismo ortodoxo aposta na resistência cultural, apostando na recuperação dos mitos e sonhos submersos no inconsciente coletivo desses povos* (grifo nosso).

Atualmente, embora se viva o desencanto em relação a essas utopias, é urgente resgatar textos que despertaram o desejo de sonhar e repensar a realidade. É necessário construir novas utopias, nem que sejam “utopias do efêmero e do fugaz”.

Nesses termos, convém destacar que o apagamento de antigos paradigmas ideológicos e “a crise das utopias”, representados, especialmente, pela queda do Muro de Berlim, contribuíram enormemente para o desvanecimento dos líderes revolucionários que, nos anos 60, eram vistos como heróis por representarem a possibilidade de que as vanguardas políticas e os movimentos de libertação popular pudessem mudar o curso da história que se constituía àquele tempo. Sendo assim, a cena da nova conjuntura globalizante vê-se esvaziada de grandes causas sociais, de maneira que a ruína das *verdades* e da ética entorpeça muitos de nossos valores morais e ponha em xeque a realidade esfacelada de nossa contemporaneidade, traduzida em *simulacros* (CHAUI, 1991).

Contudo, é bem verdade que tais rupturas não constituem em si um momento isolado para o mundo ocidental. Afinal, conforme sabemos, o advento da modernidade representou para o Ocidente a soberania da razão, a possibilidade de se construir um outro mundo, que se contrapusesse às idéias, aos valores e aos princípios da Idade Média. Assim, em lugar dos preceitos medievais, criou-se espaço para a racionalização do processo de produção, para a impessoalidade nas relações, para a dominação das elites que buscaram moldar o mundo ao seu pensamento e para a conquista de novos mercados, pela organização do comércio, pela produção fabril e pela colonização (Fernando Lima, 1996).

Nessa medida, o triunfo da razão a que nos referimos, anteriormente – fundamento principal da modernidade – significou a substituição de Deus pela Ciência. Dessa maneira, posta na condição de tábula rasa, a tradição fundada no predomínio das idéias e dos valores cristão-medievais foi preterida em detrimento da tomada de novas formas de organização social e política, fundadas basicamente no domínio do pensamento racionalista.

Portanto, em substituição à segurança e à coesão social baseada na moral cristã-medieval, surge-nos a compreensão mutável do tempo, a hibridez dos sentimentos e dos vínculos pessoais, além das incertezas, da crise dos parâmetros e da desarmonia; tudo como uma espécie de síntese do pensamento moderno, conforme escreveu Berman (1986, p. 15): “o homem moderno vive sob o redemoinho de permanente mudança e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”.

De tal maneira, seguindo as mutações experimentadas pelo sujeito humano, desde o triunfo da razão (somente para efeito ilustrativo), podemos afirmar, em linhas gerais, que ainda em nossa contemporaneidade, ou, aliás, principalmente, em nossa contemporaneidade, as ditas sensações de angústia e mal-estar que acometem às sociedades há priscas eras têm crescido em ritmo frenético.

Em vista disso, *Pedro e Paula*, ademais de representar alegoricamente a fragmentação de identidades a que nos referimos, em reflexões anteriores – para lembrar Stuart Hall (2005) em *A identidade cultural na pós-modernidade* – também aparecemos como uma espécie de metonímia do próprio Portugal que se nos mostra emparedado pelo pensamento revolucionário de esquerda e pelos velhos anseios colonialistas da ex-metrópole.

Assim, fica-nos claro que é exatamente deste espaço de tensão que se retroalimenta a narrativa de Helder Macedo. É sob o signo da viagem, portanto, que as suas personagens afirmam-se enquanto potencialidades humanas, e através da transfigura-

ção de seus mundos e de suas realidades, buscam em diferentes tempos e espaços um sentido para o existir.

Sob tal perspectiva, Pedro e Paula, o casal de gêmeos protagonistas da estória, não representariam, esquematicamente, as duas faces antagônicas de uma mesma moeda conforme uma rápida analogia com os irmãos de *Esau e Jacó*, romance de Machado de Assis, poderia nos sugerir; mas sim, um emblema das contradições e das mudanças que perfilaram o Ocidente, durante a segunda metade do século XX. Em vista disso, pensar nas condicionantes que determinam o jogo intertextual e intratextual, que universalizam a linguagem de *Pedro e Paula*, significa, antes de qualquer coisa, tentar compreender as estratégias que regem a estruturação do romance contemporâneo.

Assim, imaginamos estar de posse de um romance que se apresenta como um corpo orgânico vivo, recomposto de inúmeros fragmentos da cultura ocidental, saborosamente deglutidos para bem da literatura transgressiva e itinerante. Logo, fonte e influência se articulam de modo que as referências ultrapassem o mero investimento da repetição e rasurem o que foi restaurado, tal qual nos esclarece Harold Bloom (1991, p. 181):

Empédocles sustentava que nossa psique, na morte, retorna ao fogo de onde saiu. Mas nosso *daimon*, de uma só vez nossa culpa e nossa potencial divindade, não vem a nós do fogo, mas dos precursores. O que foi roubado deve ser restituído: o *daimon* nunca foi roubado, mas sim recebido como uma herança transmitida na morte do efebo ao poeta tardio capaz de aceitar simultaneamente tanto o crime quanto a divindade.

Desse modo, em companhia do crime e da divindade referidos acima, tanto os dois irmãos quanto as outras personagens da narrativa, a exemplo de Fernanda, Gabriel, Ana, José e o próprio narrador, que joga abertamente com a questão da ficcionalidade – visto que dialoga, interroga e incita o leitor, a todo o momento – são delineados sob o patrocínio da viagem, visto que em menor ou maior escala, o deslocamento para tempos e espaços distintos, contribui para a construção desse jogo de imagens que enriquece os tipos humanos apresentados e faz da peregrinação uma espécie de metáfora da busca.

Assim, cidades como Londres, Lourenço Marques, Paris, Lisboa e outras regiões de Portugal, evocadas no romance, funcionam como rotas de viagem para que as personagens de *Pedro e Paula*, que vivem num interstício formado concomitantemente por realidade e ficção, possam realizar-se enquanto figuras dramáticas sem que estas cidades funcionem simplesmente como pano de fundo para o desenvolvimento das tramas que se arrolam ou como condicionantes para a elaboração dos perfis psicológicos das personagens. De tal sorte, o que se vê, entretanto, é uma espécie de extensão indivisível entre o sujeito humano e o espaço urbano, de modo que cada um deles exerça igual influência sobre o outro, de acordo com o que nos apresenta Maria Côrrea Silva (2002, p.55-56):

Genericamente falando, nota-se primeiro um trânsito entre três espaços que chamamos externos, nacionais, visitados pelos personagens: Londres, Lisboa e Lourenço Marques. Cada uma dessas cidades em “L” funcionará na narrativa como fulcro simbólico de uma busca, consciente ou não, de valores e de chances de realização pessoal (grifo nosso).

[...]

Se olharmos bem cada um desses “roteiros”, compreenderemos que não existe em Pedro e Paula um determinismo no sentido convencional do termo, onde o simples mudar de espaços condiciona as atitudes e os projetos de vida. Cada um dos personagens reagirá aos mesmos pontos de peregrinação segundo sua própria natureza.

Por esse viés, circunscrito pelas mediações da metaficção historiográfica, segundo nos sugere Linda Hutcheon (1991), já nas primeiras cenas do romance, o narrador nos apresenta uma atmosfera pautada na ficcionalização do real ou na realização do ficcional, à medida que traz imagens do filme *Casablanca* para a narrativa, deixando claras as suas intenções de desconstruir os limites existentes entre a realidade e a imaginação, uma vez que incorpora uma obra de ficção à outra obra de ficção, a ponto de conceber ambas como constituintes da supra-realidade que nos é sugerida, tal qual uma caixa dentro de outra caixa.

Com base nesse intento, portanto, *Pedro e Paula* lança mão de um processo de evocações culturais e literárias que não se restringe simplesmente a *Casablanca*. Assim, o diálogo com Machado de Assis, a que nos referimos, vai muito além da coincidência das personagens dos gêmeos, que no caso da narrativa de Helder Macedo são, a um só tempo, imprescindivelmente divergentes e complementares; passando pelo campo da estilística, da composição ficcional e, antes de tudo, do comprometimento com o diálogo explícito com o leitor.

Na escrita macediana, as personagens de *Pedro e Paula* tornam-se peças de um ardiloso jogo humano. Trata-se de peças que se repelem por inúmeros motivos, mas que se atraem por outros tantos. É na diferença de traços, de tipos e de experiências que eles se recriam e se reinventam, de maneira a dar vazão às triangulações amorosas que são suscitadas de outras letras, mas que nessas páginas, tomam novas formas e atravessam as linhas de cada um dos ângulos que compõem a geometria dessa estória.

Como se vê, a presença machadiana, de fato, ultrapassa a referência aos gêmeos, uma vez que ademais da similaridade de traços e reminiscências, em *Pedro e Paula*, também se pode ler o mesmo registro irônico e o mesmo tom de oralidade que marca a escrita do autor brasileiro. Tais aspectos são somados à revolução estrutural da narrativa contemporânea, que no romance *macediano* se sustenta, sobretudo, no emprego restrito de convenções de pontuação e na possível inexistência de um discurso assertivo, além naturalmente da participação ativa do narrador na condição de uma figura ambivalente e transicional, de acordo com o que nos apresenta Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1999, p. 96):

O que se vê em *Pedro e Paula* é também uma ficção que ganha um corpo demasiadamente próprio para continuar a ser meramente conduzida pelo arbítrio do narrador. *Fazer-se personagem, dialogar com seus seres de papel, encontrar-se com eles, escutar deles a história que deve narrar, saber menos do que eles têm para dizer, apaixonar-se por eles, tudo isso faz do narrador outro personagem* (grifo nosso) – ele que começara por instituir toda a escrita sob o signo do que não aconteceu, logo da sua invenção – e dá aos personagens potencialidades de decisão. Estratégias ficcionais todas elas, é certo, bluff de pôquer, finesse de bigode, jogos, enfim, em que o pacto de leitura é declarado.

Sob tal prisma, portanto, é possível que estejamos diante daquilo que se poderia chamar de narrador-autor. Uma espécie de personagem, capaz de deslizar, com absoluta fluidez, pelo interior da trama e instigar-nos, enquanto leitores, para que juntos discutamos questões de verossimilhanças e reflitamos a despeito do procedimento ficcional dos eventos concernentes à própria teoria da narrativa. Eis, então, uma personalidade que imprime ao romance uma outra cadência de leitura em virtude da prosódia desenvolvida que nos remete e da coloquialidade e mediação com as quais nos fala.

Nesse aspecto, a sobrepujância da típica proteção dada às personagens do romance tradicional cede espaço para o questionamento da estrutura narrativa, enquanto objeto conceitual, que agora se fixa na emancipação dos tipos humanos que constituem a ficção e na liberdade que lhes é conferida: “Os jogos estão feitos? Bom, estão e não estão. Diria antes que as cartas foram distribuídas, bem ou mal, e que agora compete a

cada personagem fazer o seu jogo, nunca esquecendo que muitas vezes não é quem tem a melhor mão que vai ganhar” (PP, p. 82).

Assim, a autonomia e o senso de livre-arbítrio que passam a reger a escrita de Helder Macedo também contribuem para a transfiguração do tempo histórico e para a ressignificação da ordem vigente. Nesses termos, tanto Pedro quanto Paula, ainda que em direções contrárias ou em caminhos paralelos, reforçam, cada qual, a capacidade do autor em plasmar imagens e edificar realidades descontínuas.

Sob tal perspectiva, o trabalho de sonegação do instante presente e a “revisão” da história institucionalizada são postos a serviço da expropriação da linha temporal e do entrecruzamento de formas e fios que compõem essa tessitura. De tal maneira, as múltiplas leituras que se agregam ao texto primeiro podem partir, por exemplo, da decifração das epígrafes do romance que reúnem passagens de Camões, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, Cesário Verde e Machado de Assis, ou ainda da concepção da variedade de temas, representações, influxos e diálogos que podem ser lidos na obra em análise.

E por tudo isso, de posse das palavras do próprio narrador, dizemos que tanto a Paula quanto o Pedro apetece-nos, imensamente. Apetece-nos as possibilidades de vida que se criam em torno de suas histórias e das intrigas que suscitam. Apetece-nos as suas travessias, os aclives e os declives que margeiam as rotas que percorrem. Apetece-nos, enfim, a articulação do binômio *memória - deslocamento* que as suas trajetórias nos propõem. Eis, portanto, diante de nossos olhos, segundo o que se lê em nossa epígrafe, um romance moderno e europeu que se constrói não com base na observação de testemunhos do real, e sim, sobretudo, com base na apreciação das inúmeras *situações-ficcionais* que se concatenam ao nosso cotidiano.

Dessa forma, podemos dizer que embora o romance de Helder Macedo se dedique em acompanhar as personagens reunidas em torno de Pedro e Paula e, a partir daí, penetrar em um primeiro Portugal desenhado sob o regime salazarista, e logo após, introduzir-se em um segundo, já depois do 25 de Abril, quando o país já vivia sob a égide da democracia; tal apropriação não é feita na perspectiva de responder aos anseios da história cristalizada pela tradição, mas sim com o intento de transfigurar as realidades que são evocadas e instituir uma outra que só faz sentido dentro da atmosfera da ficção (OLIVA, 2003).

Numa perspectiva historicista, entretanto, a definição do tempo e do espaço se faz essencial, mesmo porque os métodos da historiografia assim o exigem. No entanto, o olhar que a atualidade lança ao passado ultrapassa as barreiras formais da história. Especificamente, a atitude contemporânea consiste em tecer leituras do passado, tomando por parâmetro a consciência de que o conhecimento que se tem dele nada mais é do que a textualização das impressões humanas acerca dos eventos.

Assim, ainda que se trate de uma narrativa a respeito da geração portuguesa do pós-guerra, encarnada nas figuras do casal de gêmeos que transitam pelas memórias daquela Lisboa, *Pedro e Paula* é, antes de qualquer coisa, um romance que se sustenta no exercício do narrar e na meticulosa construção de psicologias em trânsito. Nessa perspectiva, não estaríamos, portanto, diante de uma escrita que se propõe simplesmente a nos revelar as experiências do autor e de seu meio social. De tal maneira, *o lançar de cartas à mesa* é feito muito mais no sentido de contrapor algumas possíveis *verdades* e comunicar o que poderia ter sido, e não necessariamente o que, de fato, foi; segundo nos explica Silviano Santiago (1989, p. 43):

Em virtude da incomunicabilidade da experiência entre gerações diferentes, percebe-se como se tornou impossível dar continuidade linear ao processo de aprimoramento do homem e da sociedade. Por isso, aconselhar – ao contrário do que pensava Benjamin – não pode ser mais “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”. A história não é mais vislumbrada como tecendo uma continuidade entre a vivência do mais experiente e a do menos, visto que o paternalismo é excluído como processo conectivo entre gerações. As narrativas hoje são, por definição, quebradas. Sempre a recomençar.

Por tudo isso, pensemos no romance de Helder Macedo como um painel em (re) composição, no qual o olhar humano contemporâneo é revelado enquanto desejo e palavra que transitam pela vias da imobilidade; uma espécie de “[...] vontade que admira e se retrai inútil, atração por um corpo que, no entanto, se sente alheio à atração, energia própria que se alimenta vicariamente de fonte alheia [...]” (ibidem, p. 50).

No entanto, embora representem especialmente o que aqui chamamos de hibridização do sujeito contemporâneo, nas rotas e nas travessias de *Pedro e Paula*, também ressoam vozes que se de um lado evidenciam o desencanto com relação às antigas utopias, de um outro, despertam-nos o desejo de sonhar e repensar a nossa realidade. Ao fim e ao cabo, “festa é festa” no romance de Helder Macedo, e por isso, é salutar que construamos novas utopias, ainda que elas habitem apenas o espaço do efêmero e da fugacidade, em conformidade com o que nos diz Boaventura de Sousa Santos (1996, p. 323):

Penso que só há uma solução: a utopia. A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e de desejar e por que merece a pena lutar.

Todavia, conquanto seja absolutamente indispensável ao homem não permitir que *a máquina do mundo* trague as suas possibilidades de ser, sonho e utopia deverão estar sempre atrelados ao exercício da crítica. Portanto, ainda que de forma consciente ou inconsciente, tal atividade penetra os interstícios da escrita literária, de maneira que os textos de ficção passem a valer-se de uma aprendizagem imaginativa que deverá ser colocada a serviço do enfrentamento de nossa realidade. Não obstante, é bem verdade que essa não é a função principal da literatura, embora não se possa falar exatamente em funcionalidade, nem tão pouco, no hedonismo purista que nos sugerem os antigos quando se está tratando de arte literária.

Em *Pedro e Paula*, o deslocamento do olhar ficcional, agora em mudança de perspectiva, direciona-se para as diversas facetas das sociedades, para a descentralização do poder e, sobretudo, para a subjetividade do narrador. Os gêneros ganham novo ânimo e são oxigenados pela intertextualidade e pela ironia que se mostram como balizas da escrita contemporânea. Desse modo, por tudo que foi dito, é inegável que as travessias literárias no universo da lusofonia, muito mais do que prescindir de tempo e espaço, constituem em si verdadeiros pontos de intersecção ou *entre-lugares* que se fazem enquanto novos signos de identidade ou identificação, para lembrar as reflexões de Homi K. Bhabha (2005), em *O local da cultura*.

Parece-nos, pois, que *Pedro Paula* cumpre esse papel. Partindo da solidez que atravança as relações humanas na contemporaneidade, Helder Macedo funda uma nova ordem. Longe de qualquer discussão *gnosiológica*, o escritor português inventa um novo tempo e espaço, onde a sua comunidade ficcional possa desfrutar de uma realidade libertária e insurrecta. Logo, eis, diante de nossos olhos, um romance que aponta para inúmeras direções. No entanto, qualquer uma delas que seja a escolhida nos levará sempre para um universo de mil possibilidades. Uma rota marcada pelo signo da passagem por onde desfilam Pedro, Paula e todas as personagens que vivem dentro da ficção ou fora dela.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da pós-modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras: 1986.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, Myriam Ávila. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BLOOM, Harold. *A angústia da influência*. Trad. Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. “A era dos simulacros”, in: *Jornal do Brasil*. Caderno Idéias. Rio de Janeiro: 08-04-1991, p. 6.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LIMA, Fernando. A razão na modernidade. *Cadernos de Educação*, Vol. 1, n. 1 , p. 5-7, abr. 1996.
- MACEDO, Helder. *Pedro e Paula*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Travessia e rotas das literaturas africanas de língua portuguesa (das profecias libertárias às distopias contemporâneas). *Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, nº 1, 2001-2, p. 91-113.
- SILVA, M.C. A viagem em Pedro e Paula, de Helder Macedo, in: *Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, 2002.
- SILVA, T. C. C. Em passeio com Pedro e Paula: Casablanca, Lisboa, Londres, Paris, Joanesburgo, O Mundo. *Vértice*, Lisboa PORTUGAL, v. 88, p. 95-102, 1999.
- OLIVA, Osmar Pereira. A travessia da escrita: Helder Macedo, leitor de Machado de Assis. *Revista Letras*. Curitiba: Editora UFPR, n. 59, p. 177-184, jan./jun. 2003.

A alma desembesta, é festa*

Fabiana Abi Rached de Almeida

Mestranda, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.

Suzi Frankl Sperber

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.

Resumo: O artigo apresenta o estudo comparativo de um episódio comum entre o romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar (1975), e o filme homônimo *Lavoura Arcaica* (2001), de Luis Fernando Carvalho. O objetivo é analisar como a literatura, valendo-se dos seus variados recursos retóricos, foi transposta para a linguagem cinematográfica, através de duas isotopias de leitura principais.

Palavras-chave: *Lavoura Arcaica* – literatura – cinema – festa – iteratividade – tradição – transposição.

Este texto tem como objetivo analisar¹ o diálogo travado entre romance e filme por meio das leituras de um trecho de ambos que nomeamos “a festa”. A descrição da festa começa no capítulo 5 (NASSAR, 2002, pp. 28 a 33)². Esse capítulo termina com André, narrador-personagem, indo embora da casa da família. A festa é retomada no capítulo 29 (p. 184), e termina com a morte de sua irmã, Ana. No filme, esse trecho faz parte da “seqüência da festa” (CARVALHO, 2002) e pertence ao capítulo 3, intitulado “Era boa a luz doméstica da nossa infância”, e termina no capítulo 15, “Foi assim que Ana tomou de assalto a minha festa”. Nesta parte introdutória, apenas a primeira festa, de cunho iterativo, será estudada.

O filme cinematográfico é constituído por um roteiro formado por partes separadas ou divisões. Estas partes do roteiro são as seqüências e cada seqüência é dividida em cenas que são, por sua vez, construídas a partir de séries de planos (XAVIER, 1983).

No filme, o trecho analisado corresponde ao final da seqüência da pensão, contando dois planos até um longo corte, e a seqüência da festa que compreende cinco subseqüências ou cenas. A primeira subseqüência tem 13 planos; a segunda, 16; a terceira, 4; a quarta, 7 e a última, 2 planos apenas.

Antes de começarmos a análise do diálogo, faremos um breve comentário sobre esse trecho destacado que é a descrição, feita pelo narrador-personagem, de uma reunião familiar da qual participam não só os membros da família nuclear, mas também os parentes da cidade e os amigos mais próximos. Esse momento de alegria é marcado

* Este artigo é fruto de alguns dos resultados obtidos no trabalho de iniciação científica (BOLSA IC Fapesp), “Arte: uma lavoura arcaica”, desenvolvido ao longo do ano de 2006, revisto nesse segundo momento de pesquisa.

¹ Neste trabalho, a análise do filme é feita a partir do estudo do romance como se ele iluminasse a “leitura” do filme.

² A edição do livro usada para esta análise é a de 2002. Sendo assim, colocaremos apenas o número da página correspondente.

pela abundância de alimentos oferecidos, como, por exemplo, a carne assada, as frutas, o vinho, e pela dança que ocorre após uma espécie de piquenique no bosque.

No romance e no filme, a festa faz parte das lembranças de André, suscitadas nos primeiros momentos em que Pedro, o irmão mais velho³, está no quarto de pensão⁴; é, talvez, a primeira vez que o narrador se refere a Ana⁵ de uma forma mais especial: “e eu nessa postura descontraída ficava imaginando de longe a pele fresca do seu rosto cheirando a alfazema” (p. 32); “[...], mas meus olhos cheios de amargura não desgrudavam de minha irmã [...]” (p. 33); é quando percebemos a importância que ela tem para ele.

A festa é também um momento importante da família reunida; representa uma cena iterativa, ou seja, algo que provavelmente ocorria várias vezes e tinha um caráter de repetição ritualística, no sentido de que “era assim que acontecia quando”, “era comum que acontecesse”.

Segundo Genette (1982), a iteratividade na narrativa está relacionada à frequência de um evento ou de eventos semelhantes e nos quais não há uma marcação temporal específica. No romance, na descrição da festa, o uso dos verbos no pretérito imperfeito (como “era”, “estendia”, “tardava” etc.) dá a impressão de algo que ocorreu no passado de forma repetitiva. Mas, dentro desta cena iterativa, há um elemento proléptico: a flor vermelha no cabelo de Ana, tal qual um coalho de sangue. Este “coalho de sangue” anuncia sua morte que acontecerá na última das festas da família. A morte de Ana, no filme, é metonímica, representada pela queda da flor vermelha de seus cabelos no chão.

No filme, a seqüência da primeira festa pode ser vista também como um evento igualmente de caráter iterativo pela marcação espacial, pela caracterização das personagens e pela narração em *off*. A mudança do tempo é marcada pelo espaço. Quando se trata de um acontecimento ligado à memória do protagonista, o “cenário” muda do quarto de pensão para a fazenda ou para o prostíbulo etc. A festa faz parte das lembranças que se referem ao bosque, atrás da casa da fazenda. Esta mudança espacial acarreta também a mudança da iluminação e das cores: o predomínio do escuro (das cores escuras) dá lugar à claridade e aos tons amarelos, marrons, cobre, verde etc. Aqui, seria quase uma mudança de “clima” ou de “atmosfera” no filme.

Como já dissemos, romance e filme partem do quarto de pensão, através das lembranças de André, para um outro tempo indefinido no passado. Não há quaisquer referências temporais. A única coisa que podemos inferir é que André já era adolescente quando sua memória se volta para esta época em função das observações e sentimentos mais sexualizados em relação à sua irmã. Isso não significa que, quando criança, André não pudesse nutrir tais sentimentos, mas não seriam eles (talvez) lembrados com tantos detalhes. Segundo Freud (1996), nos primeiros anos da infância, nossas recordações permanecem fragmentadas em nossa memória e esta é uma das diferenças fundamentais entre o funcionamento psíquico das crianças e dos adultos. Mas, mesmo que as lembranças desta época não correspondam a uma cadeia de eventos relativamente ordenada, elas não deixam de ser fundamentais (entre tantas outras coisas) para o entendimento das neuroses cujas origens estão relacionadas à vida infantil.

No filme, as marcas temporais estão também na caracterização das próprias personagens. Quando André já saiu de casa da família e está morando na pensão, o ator aparece barbado e, quando adolescente, não. Para as cenas que remontam à infância, há um menino como ator, por exemplo.

Ao final da fala do irmão⁶, “quanto mais estruturada, mais violento o baque, a força e alegria de uma família assim podem desaparecer com um único golpe (p. 28)”, há um plano-contraplano entre Pedro e André e a câmera “desce” e mostra os pés de

³ Pedro tem a incumbência de trazer o irmão pródigo para o seio da família.

⁴ André se hospeda num quarto de pensão quando sai da casa da família.

⁵ Irmã de Pedro e André.

⁶ É importante dizer que o diretor não reconstruiu as falas do texto literário, ou seja, as falas das personagens e a narração em *off* foram retiradas na íntegra do romance.

André se esfregando um no outro e também no chão. E, ao mesmo tempo, ouvimos uma voz que parece cantar em árabe, acompanhada do som de um alaúde e uma outra voz – narrador em *off*⁷– começa a falar dos “dias claros de domingo” (p. 28), nos quais os parentes da cidade e os mais amigos vinham para a fazenda se reunir com a família, da mesma forma como é retratado no romance.

É interessante observar que, antes mesmo do corte para a entrada da seqüência da festa, dois elementos antecipam o que virá: os pés e o som (voz seguida de alaúde), como se fossem elementos prolepticos que, pertencendo à seqüência que virá, “vazam” na cena anterior, produzindo certa apreensão no espectador. A recordação da festa também está relacionada a uma determinada sensação que era traduzida ou externada pelo ato de esfregar os pés na terra. Por isto, ao lembrar-se da festa no quarto de pensão, André esfrega os próprios pés. Assim, ele introduz a seqüência seguinte através de uma prolepse que é, na verdade, um sentimento expresso no corpo. A imagem sonora, igualmente, remete à festa típica que será mostrada. O corte entre esta seqüência e a seguinte é uma escuridão que toma conta de todo o plano. Este corte, exatamente por conter alguns segundos de total escuridão, parece estabelecer uma relação de antonímia com a seqüência seguinte que é iluminada, colorida, sonora.

No filme, a cena escura do quarto de pensão dá lugar a um bosque iluminado por um dia ensolarado, isto é: um primeiro plano no qual são mostrados galhos de árvores com folhas e um segundo no qual há uma movimentação de pessoas, mais ou menos embaçado. A filmagem é feita em *traveling* e a câmera vai penetrando neste ambiente. Assim, como prossegue o discurso do narrador no romance: “e era no bosque atrás da casa” (p. 28), uma voz que não é a do ator “André”, mas que podemos supor ser do narrador, que se “apresenta” nas obras como alguém que conta a sua própria história, começa a narrar em *off* (desde a seqüência anterior, no quarto de pensão), exatamente como ocorre no discurso da obra escrita, numa espécie de sobreposição de um elemento de seqüências diferentes que funde o fim de uma com o começo da outra:

[...] e, era no bosque atrás da casa, debaixo das árvores mais altas que compunham com o sol o jogo de sombra e luz, depois que o cheiro da carne assada já tinha se perdido entre as muitas folhas das árvores mais copadas, era então que se recolhia a toalha antes estendida por cima da relva, e eu podia acompanhar assim recolhido junto a um tronco mais distante os preparativos para a dança, os movimentos irrequietos daquele bando de moços e moças, entre eles minhas irmãs com seu jeito de camponesas, nos seus vestidos claros e leves, cheias de promessas de amor suspensas na pureza de um amor maior, correndo com graça, cobrindo o bosque de risos, deslocando as cestas de frutas para o lugar onde antes se estendia a toalha, os melões e as melancias partidas aos gritos da alegria (p. 28).

A narração em *off*, em *Lavoura Arcaica* (2001), representa claramente a inserção da figura do narrador-personagem, semelhante ao da estrutura literária. E, a priori, a narrativa da festa funciona como uma espécie de paráfrase da imagem que está sendo mostrada. Simultaneamente à fala do narrador, podemos ouvir uma música relativamente baixa e a câmera que estava distante da cena vem se aproximando das árvores e,

⁷ A narração em *off* faz parte de uma das três categorias que dividem a presença da palavra no cinema: palavra-teatro, palavra-texto e palavra-emanção (CUNHA, 2006). A primeira categoria equivale ao diálogo, ao monólogo e a voz interior que estão sempre relacionadas à imagem de quem fala. A segunda categoria comporta a narração em *off* e o comentário que se dissociam da imagem apresentada. Ou seja, aqui, a fala é exterior à imagem, podendo ser a voz de um personagem que está fora de campo ou de um narrador em terceira ou em primeira pessoa. A diferença entre a narração em *off* e o comentário é que este último se desvia da seqüência narrativa, aparecendo como ponto de vista, observação ou apreciação a respeito da diegese. A terceira categoria é quase um conceito e é de todas a mais cinematográfica. Não é bem uma fala e não é necessariamente compreendida na íntegra. Está ligada à emanção das personagens, aos aspectos da interpretação, à própria linguagem audiovisual.

aos poucos, a agitação das pessoas ao fundo fica mais evidente, como se fosse mesmo a representação da incursão na memória.

A representação da memória ou da incursão na memória se apresenta na literatura e no cinema de formas diferentes. Se, no filme, isso ocorre, muitas vezes, com a aproximação da câmera, com a utilização de plano-detelhe e com a “imagem sonora” do narrador em *off*, na literatura “a imagem da memória” suscita algo como uma metalinguagem, pois se refere à construção do texto-memória: “Fundindo os vidros e os metais da minha córnea, e atirando um punhado de areia pra cegar a atmosfera, incursiono às vezes num sono já dormido, enxergando através daquele filtro fosco um pó rudimentar...” (p. 64).

A seqüência da festa termina numa outra subseqüência ou cena que segue, após um corte “no escuro”, com a partida de André de casa. É interessante notar que de uma cena iterativa há um avanço no tempo, uma prolepse dentro de uma analepse, para um momento único e importante, a partida de casa⁸. O narrador, tanto no livro como no filme, dá um salto no tempo, mas dentro ainda de sua memória. Ou seja, mesmo que a saída de casa seja ainda algo no futuro em relação à festa, está dentro de uma analepse maior, dos acontecimentos resgatados pela memória.

Da literatura ao cinema: duas propostas de leitura

No romance, a descrição dos eventos é feita de forma magistral: há efeitos de sinestesia: “relva calma” (p. 28), “sombra calma” (p. 29) e a convocação dos outros sentidos além da visão: a audição, o tato, o olfato, o paladar; efeitos rítmicos, “*os melões e as melancias partidas aos gritos da alegria*” [grifo nosso] (p. 28); antíteses; metáforas, “e eu podia imaginar, depois que o vinho já tinha umedecido sua solenidade, a alegria nos olhos de meu pai mais certo então de que nem tudo deteriora no porão” (p. 32) e comparações, “logo, meu velho tio, velho imigrante, mas pastor na sua infância, puxava do bolso a flauta, um caule delicado nas suas mãos pesadas, e se punha então a soprar nela como um pássaro, suas bochechas se inflando como as bochechas de uma criança” (p. 29), que exploram ao máximo os sentidos denotativos e motivam a conotação.

Praticamente, todo substantivo tem um adjetivo que o singulariza ou o modifica por agregar-lhe valores às vezes contrários, respectivamente: “vestidos claros e leves” (p. 29), “selvagem elegância” (p. 31). Há também o uso freqüente do advérbio “mais”: “mais quente” (p. 28), “mais veloz” (p. 31), empregado, principalmente, para intensificar os adjetivos e cujo uso freqüente provoca ecos nesse trecho. O emprego de substantivos, adjetivos e de advérbios configura um discurso que se particulariza na medida em que se intensifica, criando seus próprios sentidos dentro do texto. Como se houvesse um ritmo gradativo construído pela linguagem que persegue o desenrolar das ações humanas num arquétipo de festa. Primeiro, a dança dos homens é lenta como um carro de bois, depois, com a aceleração dos passos, ganha força, tornando-se um moinho: “já não era mais a roda de um carro de boi, antes a roda grande de um moinho girando” (p. 30). Por isto também, no todo, há uma cooperação entre os termos que vinculam a palavra à imagem visual, sonora e olfativa. Observemos as construções: “o sol descendo espremido entre as folhas e os galhos, se derramando às vezes na sombra calma através de um facho poroso de luz divina que reverberava intensamente naqueles rostos úmidos” (p. 29); “e ao som da flauta a roda começava [...] até que a flauta voava de repente, cortando encantada o bosque, correndo na floração do capim e varando os pastos” (p. 30); “todos eles batiam palmas reforçando o novo ritmo” (p. 30); “e um primo menor e mais gaiato, levado na corrente, pegava duas tampas de panelas fazendo os pratos es-

⁸ Talvez, a angústia de André demonstrada ao longo da festa – a distância em relação à família, por não querer participar da comemoração, e pelos sentimentos demonstrados em relação à irmã durante sua dança – seja uma espécie de símbolo da desagregação familiar e, por isto, conveniente explicação para saída da casa da família.

tridentes” (p. 31, 32); “depois que o cheiro da carne assada já tinha se perdido entre as muitas folhas das árvores mais copadas” (p.28); com os pés brancos e limpos ia afastando as folhas secas e alcançando abaixo delas a camada de espesso húmus” (p. 32).

A riqueza verbal e imagética que há na construção desse acontecimento idílico, tanto no romance quanto no filme, possibilita um estudo através de duas isotopias de leituras complementares. A primeira, mais óbvia, trata da recriação da cena árabe, da tribo (família), da tradição; e a segunda, mais velada, trata dos instintos primitivos, relacionados à sexualidade, ao corpo.

I. A festa arcaica – a tradição

Segundo Hourani (1995), a história dos povos árabes está ligada à agricultura desde seu princípio. O recorte geográfico do solo e a variedade de condições naturais encontradas onde se desenvolveu esta civilização possibilitou o cultivo de oliveiras, grãos, legumes e frutas, principalmente a tâmara. A criação de bois, cabras e carneiros também era uma atividade importante.

Os processos econômicos e sociais típicos dessas áreas rurais geraram uma sociedade tribal cuja unidade básica era a família nuclear de três gerações, ou seja: avós, pais e filhos vivendo juntos ou numa das casas da aldeia ou numa tenda nômade. Os homens se encarregavam do cuidado da terra e do gado e as mulheres, da cozinha, da limpeza e da criação dos filhos, mas também ajudavam nos campos e com os rebanhos. As transações com o mundo externo competiam somente aos homens da família.

Embora as mulheres não fossem reclusas, eram subordinadas aos homens em muitos aspectos. As propriedades eram sempre transmitidas de pai para filho; cabia a eles a defesa dos bens e da honra e o atendimento às necessidades de todos os membros da família ou da tribo. Neste sentido, a mulher ficava totalmente sob a tutela do homem.

Porém, se elas não tinham chance de mobilidade dentro desse esquema patriarcal, o que poderiam fazer afetava profundamente a honra masculina, interferindo bem ou mal nesta dinâmica. A falta de pudor, a conduta provocadora em homens que não possuíam o direito sobre elas, entre outros, ameaçavam a ordem social. Por isto, junto ao respeito dos homens pelas mulheres de sua família, havia muita desconfiança e medo.

A mulher só adquiria maior autoridade na medida em que envelhecia e assumia plenamente seu papel de mãe de filhos homens ou de esposa mais velha (caso houvesse mais de uma). Neste momento, seu poder se estendia não só sobre as mulheres mais jovens, mas também sobre os homens.

Na maioria das vezes, essa família nuclear não era auto-suficiente e por isso podia ser incorporada por dois tipos de unidade maior: o grupo do parentesco e dos criados ou do interesse comum. O primeiro se refere às pessoas ligadas ou que se diziam ligadas por um ancestral comum de quatro ou cinco gerações passadas. Os membros deste grupo se procuravam por necessidade e, às vezes, até por motivo de vingança pela morte ou prejuízo de um dos parentes. O outro grupo se ligava por interesses comuns que, na maior parte do tempo, estava relacionado à divisão e ao uso da água e de terras produtivas.

As relações estabelecidas entre esses dois grupos eram bem complexas. Nas sociedades iletradas era difícil saber qual o grau de parentesco entre as pessoas depois de um tempo. Então, o que ocorria era uma espécie de parentesco simbólico, posto para dar força a uma relação de interesses. Tais relações se transformavam em outras maiores, as tribos, que correspondiam às pessoas pertencentes a uma mesma região, mas com a idéia de serem unidas por descendência. A tribo, antes de qualquer coisa, era um nome que adquiria uma força simbólica na mente dos seus integrantes, conferindo-lhes argumentos para suas ações. Quem compartilhava um mesmo nome partilhava uma crença e uma hierarquia de honra e de lealdade.

Essas características imprimiram nessas culturas alguns valores específicos que foram fortemente transmitidos de geração a geração. O conceito de honra, por exemplo, presente nas sociedades árabes atuais tem sua origem no campo ainda não influenciado pelas religiões organizadas das cidades (HOURANI, 1995).

A partir desse breve esboço da estrutura social de uma comunidade árabe, podemos apreender valores e características retratados por Raduan Nassar em sua obra: a atividade agropecuária, a formação da família nuclear e da tribo, os valores ligados à honra e à lealdade e a condição da mulher nessas sociedades.

A relação com a terra, com o cultivo agrícola e com o pastoreio está impressa na escolha lexical que reverbera em todo o texto. Na descrição da festa, há o uso de lemas, como: “carne assada”, “frutas”, “melões”, “melancias”, “uvas”, “laranjas”, “vinho” que, associados à dança, remetem às antigas celebrações da colheita. O fato de os alimentos serem produzidos ali mesmo, “as uvas e as laranjas colhidas dos pomares” (p. 29) reforça ainda mais este sentido. Afinal, antigamente, eram as comunidades que produziam, colhiam e consumiam o que elas plantavam em suas terras. Isto ajuda ainda a simbolizar um contexto rural que significa muito mais do que algumas atividades desenvolvidas no campo. É o espaço propício e simbólico para a criação de alguns valores morais.

Essas palavras referentes aos alimentos reforçam também a conexão que existe com o universo árabe por serem o resultado de alguns cultivos agrícolas próprios. Por exemplo, a descrição dos olhos de Ana como sendo “olhos de tâmara” (p. 32), fruto típico daquelas regiões, é uma referência explícita e proposital a este mundo. Há uma recriação de um espaço campestre simbólico árabe num espaço similar, que estabelece inter-relações semânticas dos valores sociais, religiosos, morais dos dois ambientes rurais. E é “simbólico” neste caso, porque a releitura da festa árabe é feita pelos imigrantes e por seus filhos, ou seja, por pessoas que não pertencem ao espaço e ao tempo que procuram restaurar na comemoração.

A família nuclear de três gerações é visivelmente retratada na obra. Há referências a um avô já morto, mas que provavelmente vivia com aquela família e cujo ideal de lealdade e honra não foi só preservado pelo pai, como também reforçado. A influência exercida pelo avô é muito presente até para a terceira geração:

Pedro ninguém amou mais, ninguém conheceu melhor o caminho da nossa união sempre conduzida pela figura do nosso avô, esse velho esguio talhado com a madeira dos móveis da família; era ele Pedro na verdade nosso veio ancestral, ele naquele seu terno preto de sempre, grande demais para a carcaça magra do corpo, carregando de torpeza a brancura seca de seu rosto, era ele na verdade que nos conduzia, era ele sempre apertado num colete, a corrente do relógio de bolso desenhando no peito escuro um brilhante e enorme anzol de ouro; era esse velho asceta, esse lavrador fadado de longa estirpe (p. 46).

Mas, é na festa que temos a presença do resto da “tribo”: dos parentes e dos amigos que, mesmo sem ter a mesma função de defesa e proteção dos antigos clãs árabes, muito provavelmente assumem relevância pela própria condição de imigrantes. O imigrante vive numa tênue barreira entre o mundo que ficou para trás e o novo, ou seja, entre a perda de referências espaciais e culturais e a construção de uma nova identidade, baseada nesta que ficou para trás. Por isso, o apego aos patrícios tem a força do reconhecimento cultural. Questões como estas não são abordadas explicitamente na narrativa, porém, só o cuidado de colocar termos que nos remetam a esta situação já é uma demonstração da preocupação em recriar algo próprio deste universo. É como se o narrador se esforçasse ao máximo em reproduzir com perfeição um belo quadro para, logo em seguida, destruí-lo. Primeiro, porque o impacto de ver desmoronar algo tão bem composto assume uma força devastadora. Segundo, porque se ele pode ser rasurado, não há tanta consistência naquilo que o sustenta. Frente a isto, perguntamos: será que

o tempo não desmotivou os significados de alguns valores? É possível traduzir o adjetivo ancestral sem alterá-lo? A festa é um dos “quadros” a ser destruído.

A preocupação em mostrar esses elementos culturais do mundo árabe também está no filme que, segundo o diretor Luiz Fernando Carvalho (2002), deveria promover um encontro entre Ocidente e Oriente. Para ele, o “sopro da tradição mediterrânea deveria estar presente na composição visual: no figurino, no cenário, na música, na dança, na narrativa hiperbólica etc, ou seja, mesclada junto à história de forma quase ‘imperceptível’, mas fundamental”. Essa preocupação foi levada tão a sério que, antes das filmagens, Luiz Fernando Carvalho esteve no Líbano a fim de conhecer e colher informações a respeito da cultura árabe. Assim se afinaria o diálogo entre os sentidos do texto e as imagens do filme de forma ainda mais completa, influenciando a própria estrutura fílmica que, de acordo com o diretor, foi pensada como sendo uma daquelas pinturas islâmicas em cerâmica, pintadas sobre superfícies circulares e onde cada desenho leva a outro.

A festa pode ser lida, tanto no filme como no livro, como uma espécie de quadro, de montagem, de recomposição de elementos que nos remetem à cultura árabe. O elemento repetitivo da seqüência constitui uma espécie de rito que conduz a crença pelas vias do lúdico, mas também pode ser a repetição do significado pervertido do imigrante. A morte de Ana, símbolo dessa destruição, só poderia ocorrer no momento da festa, desgovernando o movimento da repetição. Não haveria simbologia mais forte do que desmantelar o rito, imprimindo-lhe o diferente. É semear a morte dentro daquilo que venera a manutenção viva e clara de alguns sentidos morais. E neste sentido a festa há de ser pensada como a comunhão metafórica dos valores de união, lealdade e honra. Ao mesmo tempo, é o seu contrário: os valores foram mantidos vivos à força, estando, em verdade, fora de lugar, fora do tempo e espaço. O preço da tradição é a morte de alguém que representa uma nova geração, adequada a tempo, espaço e lugar, que representa a vida. A vida gera a morte, que engendrou a vida.

No filme, a narração termina com o trecho: “e os melões e as melancias partidas aos gritos da alegria” (p. 28). Em seguida, há um corte e outro plano, a câmera, que já está bem próxima daquela agitação, mostra-nos alguns homens partindo uma melancia. Neste momento, ouvimos gritos e um som de flauta que introduz a música “Ya Babbour” (o barco), uma canção do folclore libanês. A preocupação em recriar a festa levou o diretor do filme a colocar em cena o grupo árabe “Laieli Almaza” (www.laialmaza.com.br) que cantou e executou a música, seguido pelos atores e figurantes. A escolha desta música, provavelmente, se liga a inúmeros fatores, dentre eles a recriação “do quadro árabe”⁹, como já comentamos, por ser esta uma canção típica e, talvez, pela influência do próprio texto literário. Quase no final do episódio, André faz a seguinte conclusão a respeito do pai: “e eu podia imaginar, depois que o vinho tinha umedecido sua solenidade, a alegria nos olhos do meu pai mais certo então de que nem tudo em um navio se deteriora no porão (p. 32)”. “Porão” é uma das partes de um navio ou de um barco; barco e navio são hiponímias de embarcação marítima. Podemos imaginar que a música é um espelho que ajuda a recriação por refletir os vários sentidos do texto. E pensamos que a partir de uma imagem sonora, foi possível recriar estes “ecos” literários. Mas, quando o narrador em *off* diz essa passagem sobre o pai, já estamos em outra seqüência: a música muda e o plano mostra o pai e a mãe dançando no centro do círculo. Ora, mesmo que não haja correspondências exatas entre significados e os momentos de colocação das imagens sonoras e visuais, há um todo dotado de sentido que colabora para a criação desses ecos que acabam por circular¹⁰.

⁹ Em relação à construção do quadro árabe no filme, vale a pena lembrar os objetos de cena como o *masbaha* (terço árabe), o *narguilé*, o lenço na cabeça usado pelo “tio”, imitando um *quefié*.

¹⁰ O deslocamento ou a substituição da referência do texto literário por uma outra imagem, muitas vezes, corresponde a um ato de recriação poética, correspondente à linguagem do cinema. Por exemplo, enquanto, no texto, é o pai que puxa os mais jovens para a dança, no filme, isto não é mostrado. E quem vemos ir para uma das pontas da roda é Pedro. Ele, com um *masbaha* (terço árabe) na mão, faz a vez do patriarca, pois, no *dabke*, a roda é, geralmente, puxada em sentido anti-horário pelo chefe do *clã* que se-



Fig. 1: músicos no centro da roda

A partir deste momento (demonstrado pela Figura 1), a música rege a encenação: há um movimento no qual a imagem visual e a imagem musical narram em harmonia o acontecimento. A relação da música com a imagem, segundo Martin (apud Cunha, 2006), pode suscitar três significados: rítmico, lírico e dramático. O rítmico ocorre quando há uma correspondência exata entre o ritmo visual e o sonoro. O dramático é quando a música passa a intervir fornecendo um dado psicológico ao espectador, no sentido de completar o entendimento do episódio. O lírico é quando a música reforça a importância e a densidade de um momento.

Outra imagem sonora que vale ser comentada refere-se ao falar em árabe. “Gritar em língua estranha” e “elear-se em cânticos versos simples” são competências tanto do pai quanto das pessoas que dançam na roda. No filme, captou-se a importância não só do cantar, mas do cantar em língua estrangeira. Se o canto representa ali a alegria da festa e a comunhão, o falar e o cantar em árabe sublimam a descendência; renovam a tradição. E este é o sentido maior do diálogo que pode ser redistribuído e reorganizado na imagem. É importante lembrar que a festa é também um momento no qual “o peso da tradição” e a “descendência” são percebidas mais facilmente. O instante lúdico em comunhão está profundamente ligado à herança cultural, ao seu patrimônio mitológico.

gura um lenço ou o masbaha. A autoridade paterna, neste trecho do discurso verbal, é acentuada ainda mais pela presença efetiva do pai na dança. Afinal, é ele quem “rege” os movimentos dos mais jovens.

A escolha do diretor por Pedro e não pelo pai não destitui a autoridade parental, apenas a redistribui de uma figura para a outra. De acordo com as palavras do narrador, Pedro pode ser visto como o próprio pai: “a voz do meu irmão, calma e serena como conzinha, era uma oração que ele dizia quando começou a falar (era o meu pai) da cal e das pedras de nossa catedral” (p. 18). Se Pedro (ator) assume também em seus movimentos e falas o resumo do afeto e da autoridade da família, ele o faz através de representações, muito provavelmente, motivadas pelos motes dados pela obra escrita: “eu vi de repente seus olhos se molharem, e foi então que ele me abraçou, e eu senti nos seus braços o peso dos braços encharcados da família inteira” (p. 11); “era meu pai” (p. 18). Então, recriar, no espaço da dança, Pedro, e não o pai, como o dançarino, na verdade, redireciona os significados empregados a ele anteriormente na expressão verbal e “redistribui” a “autoridade parental”, um dos valores presentes nas obras. Eis, aqui, um bom exemplo do efeito dialógico provocado na obra: ao invés de buscar a recriação de algum sentido através da linguagem verbal como, por exemplo, a narração que reproduziria o discurso verbal pela voz em *off* ou não, apura-o no uso dos recursos visuais, sonoros e de atuação para re-significar o mote.

Essa recriação dos valores de forma mais sutil e até metonímica integra um mecanismo interno da organização dos elementos e, que, por isto, percorre várias cenas. Por exemplo, a autoridade parental ou o poder em si é um valor que está presente, praticamente, em todas as partes e, por isso, ora é representado pelo pai ora pelo filho mais velho ou pela família como um todo. Isso porque, é mais do que uma figura humana; é um dos motivos das obras. E, assim, redistribuído nos elementos ao longo do filme.

De acordo com o romance, dado o tempo de organização da dança, a “roda de bois” passa a ser um moinho: “e já não era mais a roda de um carro de bois, antes a roda grande de um moinho girando [...] (p. 30)”. Com o som da flauta e com o barulho dos pés das pessoas, a roda adquiriu força e é estimulada pelas palmas dos mais velhos e das mais moças que esperavam a sua vez para dançar. Poderíamos pensar que o diretor resolveu montar sua cena a partir do tocador de flauta em diante e por isto não teria sentido recriar nada que fosse anterior a isto. Assim, pensaríamos que o pai, na verdade, faz parte da roda de senhores que apenas observam e, por isto, só agora o vemos enchendo seu copo e fumando com outros homens, próximo ao centro da roda.

Porém, como aqui não apostamos num deslocamento totalmente literal e, sim, numa recriação inventiva, cremos que ações similares se desenrolem sob motes e que significações existentes em todo o texto estimulem as recriações em movimentos circulares. Por exemplo, não nos interessa tanto se a imagem do pai não está associada à dança *a priori*, já que Pedro representa a autoridade parental, significado impresso nestas figuras familiares; e, se o pai comunga com os mais velhos naquele momento, quer dizer que há, nesta figura, respeito e credibilidade inata de patriarca que lhe conferem aquele lugar. Seria possível pensar que houve uma recriação aleatória da cena. No entanto, como estamos trabalhando com a possibilidade de diálogo entre as obras, e há, no romance, uma descrição semelhante, achamos difícil que tal hipótese se perfaça sem ter sido estimulada por nada. Outra observação: quando o primeiro plano da dança nos é mostrado, o movimento das pessoas é diferente daquele que vem logo após, na entrada de Ana e com a abertura do plano. É preciso estar atento para perceber que há duas variações do dabke numa mesma seqüência (o dabke é uma dança folclórica típica e está relacionada à época da colheita e ao trabalho comunitário). Por isto, é possível que a primeira dança, menos agitada e mais lenta, seja “a roda de um carro de bois” e a segunda, mais agitada e cujos passos lembram pequenos pulos, seja o “moinho girando”.

Como a festa é um momento que congrega várias linguagens, como a dança e a música, é também um espaço no qual as mulheres se expressam de forma mais evidente. Dissemos, há pouco que, segundo Hourani (1995), a mulher na família ficava totalmente sob a tutela do homem em todos os sentidos e, dependendo de sua conduta, representava uma espécie de ameaça à ordem estabelecida. Sendo assim, não é errado supor que elas não tinham “voz”; não, talvez, no sentido literal, mas metafórico de não poder expressar seus desejos, opiniões e anseios. Nas obras, essa idéia encontra muitos ecos na caracterização das personagens femininas. Em Ana, por exemplo, isto é levado ao “pé da letra”: nenhuma fala é atribuída a ela ao longo de todo o texto: “Ana não tem voz”. Na sociedade patriarcal, negaram-lhe um dos direitos mais intrínsecos, o da linguagem formalizada na fala. Mas, sua sede de comunicação vence a barreira imposta, concretizando-se na sua dança e este é o verbo de Ana. As outras mulheres também têm sua vez na dança e no cheiro da comida, nos preparativos etc. Ora, as tarefas domésticas não eram exatamente suas funções na família? Podemos pensar que o feitiço representa o feitor. A festa, como um todo, está carregada de elementos que correspondem ao universo feminino e, por isto, talvez, este seja o momento em que mais encontramos sua presença na diegese.

Contudo, não que acreditemos que elas estejam ligadas à festa por estarem ligadas à perversão ou mesmo à transgressão. Se elas dançam, cantam ou brincam ali, é porque é permitido naquele momento, porque é um lugar protegido pelo olhar masculino. E se por algum acaso fazemos tais aproximações, é porque estamos nos valendo de um argumento “machista” freqüente, que associa a dança da mulher à perversão. A maior transgressão “da mulher” reverbera nos elementos femininos tão presentes na festa. Esses, compostos, ajudam a transgredir a ordem, porque tresvaloram o “rito”.

A festa é uma espécie de rito e, para as culturas primitivas, os ritos representavam uma incessante volta ao tempo primordial, no momento do ato de criação. E ajudavam a significar a vida em comunidade através dos modelos exemplares transmitidos pelos mitos. Obviamente, isto se perdeu e o que restou foram algumas simbologias. A festa folclórica trazida pelos imigrantes, por questões já tratadas aqui, não tinha a

mesma conotação que um dia tivera. Como ocorre em todo o texto, o que há é uma releitura ou uma nova interpretação dos valores ancestrais que acaba se transformando em laços de poder. Então, a festa tem seus intuitos ritualísticos, mas os valores transferidos estão na reiteração deste poder patriarcal sob uma nova ótica.

André é quem busca se conectar com a cena primordial, não no sentido do ato de criação coletiva, mas individual, em nossos instintos sexuais primitivos. Fazendo isto ele ressignifica o verbo, imputando outros valores para os lexemas escritos no texto. E podemos perceber isso através dos estudos dos elementos femininos presentes e do ato de olhar.

II. A festa sensorial – o corpo

Esse trecho convoca, através dos efeitos de sinestesia, todos os sentidos do corpo: a visão, o olfato, a audição, a degustação, o tato e a excitação sexual pela escolha lexical “sexualizada” e pela própria descrição da dança de Ana. Por isto, a narração acontece a partir do corpo, das sensações sentidas por ele, inclusive a sedução. Para Freud (1996), a cena primordial ou primitiva está relacionada à idéia de sedução. A cena primordial é o ato sexual em si, mais especificamente, o ato sexual dos pais.

Faremos, então, uma revisão do léxico desse trecho para tentar depurar como se combinam e recombina os significados. Começamos por aqueles que aparecem em primeiro lugar. A descrição do lugar onde ocorre a festa, “bosque, árvores, sol”, talvez, tenha um sentido que ultrapasse uma mera convocação idílica.

De acordo com os dicionários de Símbolos de Lexikon (1997) e de Chevalier & Gheerbrant (1982), a palavra “bosque” está relacionada à área sagrada, onde habitam deuses maus e bons e entidades femininas. O bosque representa o lugar da proteção e do abrigo, pois é o ambiente de refúgio das atividades do mundo; este sentido pode ser ainda mais enfatizado com o termo “no bosque *atrás* da casa” (p. 28) [grifo nosso], ou seja, fora do ambiente familiar moralmente protegido e das atividades cotidianas. “Bosque” é ainda o símbolo da concentração espiritual e do irracional. Para a psicanálise, é o símbolo do inconsciente e da mulher.

A árvore é o símbolo do renascimento da vida e o símbolo do ligamento entre a esfera cósmica e o mundo subterrâneo, entre a vida na terra e no céu. Por ser ereta, pode ser a representação do próprio homem no ciclo da vida. Mas, como a árvore traz o fruto e proporciona sombra e proteção, é tida freqüentemente como símbolo materno por muitos povos; e o tronco é associado ao falo. Na psicanálise, a árvore também é o símbolo da maternidade. Segundo a tradição indiana, a árvore invertida é o símbolo do desdobramento da existência a partir de uma causa originária, as raízes representam o princípio de todos os fenômenos e os ramos, a realização concreta de todos os princípios. O sol é um símbolo masculino da força, da união. Mas, na língua alemã, como sol é uma palavra feminina, ele está associado ao maternal. Vale lembrar também o tópico do *locus amoenus*¹¹. O bucolismo que caracteriza o tópico ao mesmo tempo foi usado, na Idade Média, para sinalizar o encontro amoroso. Assim, o lugar é ambíguo, como tantas caracterizações dentro da obra.

As frutas, “melancia, melões, uvas, laranjas”, podem ser estudadas como “fruto”. O fruto representa a maternidade e o desenvolvimento; frutos variados e diferentes representam a abundância. Mas, se analisarmos as frutas por agrupamento, temos as frutas com muitas sementes e a uva. As frutas com muitas sementes simbolizam a fecundidade. A uva, assim como a maçã e a cereja, simboliza o pecado e a tentação.

¹¹ Tópico literário característico da poesia de Virgílio e que foi recuperado, a partir do Renascimento, pela literatura europeia. Próprio do bucolismo, tornou-se o elemento mais importante para a constituição de uma paisagem poética ideal de que se destacam, como elementos característicos, o Prado, o rio, o arvoredo, numa ambiência calma que não suscita perturbação no observador. (cf. História Universal da Literatura Portuguesa. In http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=6_142)

Quando Ana está dançando, ela come justamente esta fruta, tornando, assim, sua dança mais lasciva:

[...] ela sabia fazer as coisas, essa minha irmã, esconder primeiro bem escondido sob a língua a sua peçonha e logo morder o cacho de uva que pendia em bagos túmidos de saliva enquanto dançava no centro de todos, fazendo a vida mais turbulenta, tumultuando dores, arrancando gritos de exaltação, e logo entoados em língua estranha começavam a se elevar em versos simples quase um cântico nas vozes dos mais velhos [...] (p. 31).

A cesta, onde estavam as frutas, simboliza o seio materno e, quando está cheia, representa as deusas da fertilidade como, por exemplo, Ártemis e Éfeso. Ainda: se pensarmos na imagem das frutas, podemos associá-las aos órgãos genitais femininos. A imagem das frutas sendo partidas “aos gritos da alegria” (p. 29) pode evocar a penetração no ato sexual: as mãos e os braços como falos e as frutas, suculentas, macias, cheias d’água, como os órgãos genitais femininos. O quadro de Adir Sodré nos ajuda a ilustrar isto¹²:



Fig. 2: Adir Sodré. *Orgia das frutas* (1987)

A terra, onde André desliza os pés ao ver Ana dançar, simboliza o feminino. Nos mitos do surgimento do mundo, o céu fecundou a terra e, por isto, é tida também como útero. Mas a terra é uma figura ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que é associada à fecundidade, é também associada à sepultura. Tudo acaba por retornar à terra. Esta semelhança com a sepultura também é estabelecida pelo narrador na obra: “e a minha vontade incontida era de cavar o chão com as próprias unhas e nessa cova me deitar à superfície e me cobrir inteiro de terra úmida” (p. 32).

A dança está relacionada tanto às forças da criação quanto à ordem. Em muitas culturas, as danças eram um meio de produzir união entre o céu e a terra. Como, aqui, a dança é feita em roda, associaremos este sentido ao do círculo. O círculo é o símbolo da unidade, do absoluto e da perfeição. É o símbolo do espírito em oposição à matéria.

¹² Imagem tirada do site: www.celarg.org.ve./Brasil/

A descrição da dança evolui de um carro de bois para um moinho, dando a idéia da formação de um círculo no qual as pessoas se dão os braços e batem com os pés no chão com firmeza. Podemos perceber que se trata do dabke, já citado.

Outros símbolos interessantes são o vinho e a flauta (tocada pelo velho tio imigrante), relacionados à festividade e ao sagrado. Remontam também à cena idílica da Arcádia grega: pastores, flauta e vinho. Lembra Pã, o deus grego tocador de flauta, que fazia deuses, homens e ninfas regorjarem ao som de seu instrumento. O som da flauta é a música celeste, a voz dos anjos (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1982) e a “imagem dos anjos” é, muitas vezes, representada pelos pássaros. Por isto, talvez, não seja à toa a construção da imagem: “e ao som contagiante parecia que as garças e os marrecos tivessem voado da lagoa pra se juntarem a todos ali no bosque” (p. 32). A flauta é ainda, no Taoísmo, um símbolo da fecundação.

Todos esses significados de uma forma ou de outra nos remetem, a partir da natureza, ao feminino: à maternidade, à proteção, ao alimento, à união etc. Não, necessariamente, só à mulher e ao órgão feminino, pois, os elementos masculinos também estão presentes (os símbolos fálicos, como os galhos, a flauta) conjugados com os outros, como, no filme, as mãos partindo uma melancia. O feminino está propriamente no fato de comportar o crescimento da vida que não pode florescer sem o masculino; está no fato de comportar, “abarcando” o masculino. A presença feminina durante a festa motiva esses sentidos, numa espécie de reflexo da natureza na imagem humana transpondo, reavivando, significados que percorrem os tempos.

Mesmo que não nos valêssemos de uma pesquisa sobre os símbolos trazidos pelas palavras, poderíamos nos aproximar desses sentidos evocados simplesmente pela depuração dos significados dos lexemas. E, neste caso, o feminino em sentido amplo viria do “líquido”. A árvore tem a seiva; as frutas são constituídas, basicamente, por água e frutose; a terra é úmida em seu interior; o suor das pessoas que dançavam, “rostos úmidos” (p. 29); o vinho; a saliva de Ana ao morder as uvas etc., ou seja, combinados, estes termos comungam o sentido de “líquido”. O líquido está associado à água que é, para a psicanálise, o símbolo do feminino e do inconsciente. Mas, são líquidos também o esperma, a lubrificação do órgão sexual feminino, o sangue etc.

Portanto, não é absurdo pensar que a festa compõe também o retorno à cena primordial, ao próprio ato sexual, a volta ao útero materno. André está sentado ao pé de uma árvore. Ao ver a irmã dançar ele esfrega os pés na terra e a vontade que tem é de cavar o chão com as próprias unhas. Como já dissemos, a árvore é um símbolo do feminino – e do masculino: o phallus – e a terra pode ser vista como o útero do mundo.

Essa idéia é ainda reforçada pelo olhar. André se satisfaz ao observar “escondido” a dança de Ana. O próprio ato de olhar já é um prazer relacionado aos instintos integrantes da sexualidade. Segundo Freud, a escopofilia (1996), o prazer que há em olhar, existe como pulsão, independentemente das zonas erógenas que temos, e consiste em tornar as pessoas objetos, podendo assim sujeitá-las a um olhar controlador e curioso. Um bom exemplo disto, para ele, é o voyeurismo infantil que se baseia no desejo de ver aquilo que é proibido ou reservado. Principalmente, no desejo de conferir as funções genitais e corporais dos seus semelhantes, a presença ou ausência do pênis e, retrospectivamente, a cena primordial.

Inicialmente, a escopofilia ativa está relacionada ao auto-erotismo pré-genital e, depois, é redirecionada para uma espécie de transferência do olhar para os outros. Mesmo que este desejo seja modificado, ele continua a existir como fundamento erótico do prazer que há em olhar os outros. Mas, na festa, André não olha para uma moça qualquer; ele olha sua própria irmã. Aqui, o instinto sexual original é profundamente contemplado, num retorno incansável à cena primordial: “que culpa temos nós dessa planta da infância, de sua sedução, de seu viço e constância?” (Jorge de Lima, em trecho referente à primeira parte da obra *Lavoura Arcaica*, intitulada “A partida”, p. 7). Talvez, a transferência do olhar para um objeto de desejo fora do ambiente familiar não ocorra até pelo enclausuramento em que vivem.

A tentativa de André de retorno ao útero materno é estabelecida no texto não só pela cadeia de significados gerados pelas palavras, mas também por uma “artimanha” lingüística que ajuda a provocar um efeito semelhante. Observemos este fragmento:

[...] eu desamarrava os sapatos, tirava as meias e com os pés brancos e limpos ia afastando as folhas secas e alcançando abaixo delas a camada de espesso húmus, e a minha vontade incontida era de cavar o chão com as próprias unhas e nessa cova me deitar à superfície e me cobrir inteiro de terra úmida, e eu nessa senda oculta não percebia quando *ela* (grifo nosso) se afastava do grupo buscando por todos os lados com olhos amplos e aflitos [...] (p. 32, 33).

André estava, até então, falando de Ana. Temos a impressão de que é a irmã que o está procurando e só vamos descobrir que se trata da mãe quando ele responde: “me deixa, mãe, eu estou me divertindo” (p. 33). O pronome “ela” faz, numa primeira leitura, com que o associemos à figura mais próxima no texto. O “velar” e o “desvelar” lingüísticos propositais alinham mãe e filha quase num mesmo patamar de erotismo, relacionado à constituição dos instintos sexuais primários.

No filme, esse “velar” e “desvelar” lingüístico não podem ser contidos totalmente. A chegada da mãe é marcada pela visão de André de costas, encostado na árvore, seguida de uma total escuridão da tela. Ou seja, primeiro, é a perspectiva da mãe que vem chegando e vê o filho, depois, a câmera é a visão de André que escurece, porque a mãe tapa-lhe os olhos. Logo após, vemos André de frente com as mãos da mãe em seu rosto e podemos entender o que se passou. O filho tira as mãos dela de seu rosto e as mesmas falas do texto são reproduzidas. Se a mãe, no romance, tira um cisco dos cabelos do filho antes de falar com ele, numa demonstração de zelo e carinho, no filme, o efeito lingüístico é extravasado de acordo com a matéria-prima cinematográfica. O “tirar um cisco” vira “tapar a visão” do filho e do expectador. Há nestes movimentos a apresentação dos cuidados maternos excessivos. E a preocupação em mostrá-los existe porque este também é um dos valores que impulsionam as obras.

Sobre essa questão do olhar, o cinema oferece uma discussão a mais a essa análise. Se a história contida na obra literária está aberta à imaginação do leitor, no cinema, o olhar do expectador é guiado pelas imagens previamente selecionadas. Segundo Umberto Eco (1995), a diferença substancial entre as duas artes está justamente no que os signos lingüísticos nos provocam e no que sentimos ao ver uma imagem. No primeiro caso, é através da abstração do campo semântico e sintático do texto que podemos formular conceitos e criar imagens mentais a partir deles. No segundo caso, temos exatamente o percurso inverso: primeiro, sentimos para, depois, racionalizarmos. Sendo assim, a nossa primeira relação com a imagem não é intelectual nem intuitiva e, sim, fisiológica.

Essa relação orgânica que temos com a imagem nos suscita inúmeros prazeres. Dentre estes prazeres estão aqueles que nos afinam com nossos instintos mais primitivos. Como já foi dito, “olhar” já é em si um prazer relacionado aos instintos integrantes da sexualidade.

O cinema com suas projeções e convenções narrativas dá a sensação ao expectador de que ele está entrando num mundo hermético, privado e, por isto, remonta às sensações de espionar o velado. Assim, o cinema satisfaz o instinto primordial de prazer visual, mormente no que diz respeito às figuras humanas. Neste caso, a necessidade do olhar se confunde com uma fascinação pelo reconhecimento e semelhança da forma humana, das relações que estabelece com os outros, dos espaços pelos quais ela pode circular, enfim, da relação da pessoa com o mundo.

Laura Mulvey (XAVIER, 1983) em seu ensaio “Prazer visual e cinema narrativo”, apropria-se também da psicanálise para explicar que a fascinação pelo cinema é intensificada não só por modelos já existentes de fascinação e que desde sempre operam na subjetividade humana, mas também pelas formações sociais que a moldam. Isto é, um

filme, ao refletir uma imagem, determinando a forma erótica através da qual devemos olhá-la, revela, muitas vezes, o inconsciente da sociedade patriarcal latente nas formas como o cinema se estruturou. O cinema de Hollywood e suas influências é um bom exemplo de como os filmes decodificaram o erótico dentro da linguagem da ordem patriarcal dominante.

Numa sociedade tomada por um desequilíbrio sexual, o prazer no olhar foi separado entre ativo/masculino e passivo/feminino. A figura feminina acaba sendo a projeção determinante do olhar masculino. As mulheres, por sua vez, assumem um papel exibicionista e se esmeram em ser olhadas, ou melhor, encarnam a condição “de servir para ser vista”, no sentido de objeto sexual. Elas sustentam e significam o olhar masculino.

Segunda a autora, a presença feminina num espetáculo, momentos de canto e dança, dentro do filme narrativo, costuma funcionar em sentido oposto ao desenvolvimento de uma história, pois tende a congelar o fluxo da ação em instantes de contemplação erótica. De uma forma geral, a mulher, no filme tradicional, funciona em dois níveis: como objeto erótico para o herói e para o espectador, podendo haver uma interação entre essas duas séries de olhares. Isso ocorre sem que haja quebras aparentes na diegese, pois os olhares masculinos na tela se combinam com os olhares dos espectadores, produzindo verossimilhança na narrativa, pois o espectador se identifica com o protagonista.

Esse momento de contemplação erótica também acontece no filme *Lavoura Arcaica* (2001), mas está junto à representação da cena iterativa. A função desta cena não é meramente de contemplação erótica. Há um momento de “combinação de olhares” que também aproxima espectador e personagem. Porém, Ana não faz parte dos elementos que ajudam a reforçar a ordem patriarcal predominante. Ao contrário, ela será símbolo da transgressão desta ordem.

Esse filme não reproduz uma cultura dominante. Nos filmes em que há essa reprodução, existe uma divisão do trabalho heterossexual entre ativo e passivo que controla a estrutura narrativa. Na ideologia dominante, a figura masculina não suporta a objetificação sexual. O homem não suporta o seu semelhante “exibicionista”. E esse não é o caso. É possível pensar que o incesto de André se estende também ao irmão. A figura do protagonista, assim como na obra literária, é altamente complexa e abarca características tanto masculinas como femininas.

Na verdade, o que nos interesse a este respeito é a colocação sobre o olhar, ou seja, a combinação entre o olho “da câmera”, o olho do protagonista e do espectador. Para o diretor, Luiz Fernando Carvalho (2002), o filme é um diário e, por isto, a câmera deveria sempre funcionar como um olho que estaria voltado mais para dentro do que para fora, revelando o estado interior de André. Assim, o diálogo com o espectador se estabelece com mais intensidade, fazendo com que ele assuma aquele olhar. Para tanto, houve a eliminação da maioria dos planos de André e, conseqüentemente, criou-se um sentido de subjetividade tal, como se o filme desse o lugar do personagem ao espectador. Como ocorre com um leitor ao ler um livro.

Então, em alguns momentos, quando André está olhando Ana dançar, a câmera, numa espécie de discurso indireto, oferece-nos seu olhar e passeamos com ela pelo corpo da dançarina. Confundimos nosso olhar com o olhar do protagonista. E, talvez, até mais do que isto: assumimos o seu desejo. Como ele está observando a cena de longe, sentado ao pé de uma árvore, não poderia vê-la tão de perto. Portanto, a câmera nos mostra o que ele imagina ou gostaria.

Mas, o olho da lente (câmera) é também um olho reflexivo. O narrador que nos conta essa “história passional” já está olhando sua trajetória com reflexão, pois olha para um acontecimento do passado, irrecuperável. E o filme também é esta reflexão, mesclada com a passionalidade: “essa relação entre passionalidade e reflexão da lente é que existe para mim em termos de construção cinematográfica” (CARVALHO, 2002, p. 54).

III. A festa plural

Essas duas isotopias de leitura nos mostram como a festa, enquanto rito que marca uma incessante volta ao tempo primordial, no ato de criação, que aqui é coletivo e individual (retorno à cena primordial), comunga com a pluralidade de sentidos. A percepção da tradição, do coletivo, não nega os sentidos construídos pelo e no corpo do indivíduo. O que acontece é a criação de um espaço de tensão (a festa) entre o aparente (tradição) e o latente (corpo). A festa é ao mesmo tempo a evocação do “sopro mediterrâneo”, da cultura árabe, como momento privilegiado de encontro familiar e tribal, momento de reunião e de descontração, momento de revelação de dotes, momento de doação e também – ou exatamente por isso – onde é possível “desembarstar os sentidos”. A sexualidade aflora motivada pelas linguagens que a festa congrega.

Dessa forma, um tópico do romance e do filme revela a pluralidade de sentidos de um mesmo tópico, ou símbolo: é o *locus amoenus*, lugar de recolhimento e de luxúria que fecunda o sentido do corpo vivo, desejante e, daí, como os sentidos solicitados vão solapando a utopia da tradição, da manutenção a toda força do mundo árabe fora dele. Haverá um preço, uma vítima e, pois, uma imolação.

Freud propõe¹³

que certa energia procedente da provisão da libido narcisista, correspondendo, pois, ao Eros dessexualizado, deslocável e indiferente, atua provavelmente tanto no eu como no id. Os instintos eróticos nos parecem, em geral, mais plásticos, desviáveis e deslocados que os de destruição. Podemos, portanto, concluir sem dificuldade que esta libido deslocável trabalha a serviço do princípio do prazer para evitar os estancamentos e facilitar as descargas. Reconhecemos, ainda, que neste trabalho o principal é o próprio fato da descarga, sendo indiferente o caminho pelo qual é levado a cabo.

Esta reflexão nos sugere que tanto no romance, quanto no filme, dois instintos trabalham simultaneamente. Por um lado, atua a libido deslocável, aceita pelo patriarca e pela cultura árabe; por outro lado, germina e atua o instinto de destruição, impelido pela mudança para o novo mundo, que tem outros valores e confere outro tratamento à libido.

As duas obras (filme e romance) espelham a memória que, por sua vez, reconstrói as cenas. Ela pretende reconstruir o bom, forte, da tradição e da família. Mas ela apanhou detalhes que despem pouco a pouco o valor da unidade da tradição, para revelar a violência subjacente – e o preço a ser pago.

Do filme à literatura, há um diálogo fortemente marcado por um significado que se quer compartilhar e pela função poética, presente de forma exemplar nas duas obras, mas que ocorre de formas diferentes nas duas linguagens. Ao falarmos em recriação poética, arriscamos dizer que as imagens literárias podem ser vertidas em imagem fílmica sem que percam o sentido primevo, mas ganhem um novo “significante”.

Bibliografia

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, n. 2. *Raduan Nassar*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1996.

CARVALHO, L. F. *Sobre o filme Lavoura arcaica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

¹³ Freud. "El 'yo' y el 'ello' (1923). in *Obras completas. Tomo III (1916-1938) [1945] Ensayos XCVIII al CCIII*. 3ª ed. Trad. directa del alemán Luiz Lopez-Ballesteros y de Torres. Ordenación y revisión Jacobo Numhauser Tognola. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973: 2719.

CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

CUNHA, R. *As formigas e o fel: literatura em um copo de cólera*. São Paulo: Annablume, 2006.

ECO, U. *A definição da arte*. Trad. José Mendes Ferreira. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FREUD, S. *Obras completas* (vol. III/ 1883-1899). Trad. Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Brito e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. *Obras completas* (vol. VI/ 1883-1899). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. *Obras completas* (vol. XIV/ 1914-1915). Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GENETTE, G. *Discurso da narrativa*. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1995.

HOURLANI, A. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOOGAN, A. & HOUAISS, A. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1998.

LAVOURarcaica. Direção de Luiz Fernando Carvalho. Produção Donald K. Ranvaud e Luiz Fernando Carvalho. Adaptação do romance homônimo de Raduan Nassar. 2001. Rio de Janeiro: Riofilme distribuidora, 2001. 1 bobina cinematográfica (163 min), son., color., 35mm.

LEXIKON, H. *Dicionário de símbolos*. Editora Cultrix: São Paulo, 1997.

NASSAR, R. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NUNES, B. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.

PELLEGRINI, T. JOHNSON, R. XAVIER, I. GUIMARÃES, H. AGUIAR, F. *Literatura, cinema e televisão*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

RIBEIRO, J. C. *Vocabulário e fabulário da mitologia*. São Paulo: Martins, 1964.

XAVIER, Ismail (org). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Os estudos aristotélicos (e averroístas) em Veneza e Pádua ao longo do século XVI

Manuel Cadafaz de Matos

Professor Associado, E.S.D., Lisboa; Prof. Catedrático convidado da Universidade de Barcelona;
Presidente da direcção da associação Centro de Estudos de História do Livro e da Edição –
CEHLE; director da *Revista Portuguesa de História do Livro*

Evocando ainda Charles B. Schmitt
no 20.º aniversário da sua morte
(Pádua, 15 de Abril de 1986)

Ao longo de todo o século XVI, em Itália, os estudos aristotélicos conheceram, sobretudo em meios universitários e eclesiásticos, um significativo desenvolvimento. Tal ocorreu em vários planos, desde o da tradução, ao da análise crítica e filológica, ao editorial, de um ponto de vista técnico e de difusão, sobretudo em cidades como Veneza, Pádua, Bolonha e Roma.

Tal verificou-se como uma natural continuidade do que já havia sucedido nas últimas décadas do período quatrocentista. Num manifesto regresso ao período clássico, importava contribuir para um *renascimento* de uma época dourada da História das Ideias, repensando os sábios da Antiguidade, em particular os eruditos e pensadores helénicos.

Faremos aqui, primeiramente, a análise de um período de transição entre autores do período incunabular transalpino¹ que ainda conheceram uma significativa difusão nas primeiras décadas do século XVI nas universidades daquela região (com uma natural propagação a outros meios intelectuais europeus dessa época). Iremos, de seguida – e procurando-se sintetizar algumas das linhas de pensamento no âmbito da difusão editorial aristotélica a partir daquelas mesmas cidades – avaliar alguns dos casos mais marcantes de investigadores, comentadores e tradutores de obras do Estagirita, que aí estiveram activos.

Para efeitos deste levantamento, num plano geral, seguimos os repertórios que, a nosso ver, terão levado mais longe o conhecimento da pesquisa bibliográfica e editorial aristotélica no Renascimento italiano. Trata-se dos trabalhos meticulosos desenvolvidos, durante décadas, quer por Edward Cranz² quer por Charles Lohr³.

¹ Vide Manuel Cadafaz de Matos, “As edições italianas de Aristóteles nas três últimas décadas do século XV...”, in *A Apologia do Latim. In Honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses*, Lisboa, CEHLE e Edições Távola Redonda, 2005, pp. 251-282.

² F. Edward Cranz, *A Bibliography of Aristotle Editions, 1501-1600*, 2ª. edição, com acréscimos e revisões por Charles B. Schmitt, Baden-Baden, Verlag Valentin Koerner, 1984. Esta edição fora precedida (no ano anterior) pela publicação, por parte de Charles B. Schmitt, da obra *Aristotle and the Renaissance*, Harvard University Press, Cambridge – Londres, 1983. Este trabalho beneficiou de uma edição francesa, *Aristote et la Renaissance*, em 1992, a cargo de Presses Universitaires de France (col.º. “Epiméthée”). – No presente estudo seguimos, como fio condutor do nosso discurso (embora não como linha orientadora

Há que ter em conta que muitas das obras aristotélicas de que vamos tratar foram impressas neste período em Itália – mais particularmente em Veneza e Pádua – tendo em vista servir públicos estudantis (na grande maioria dos casos) de um mercado nacional mais vasto. Algumas delas – porventura as mais bem sucedidas – foram até canalizadas, em significativas quantidades, para o mercado externo, alimentando o comércio e servindo as comunidades universitárias (de cursos de humanidades) mais proeminentes da época.

A técnica tipográfica que possibilitava, desde o último quartel do século XV em Itália, a circulação em letra de forma das obras de literatos, cientistas ou filósofos – neste caso Aristóteles – participava, assim, de um processo muito mais vasto, relativo à própria democratização dos textos e da leitura. Iniciado na Europa central e do ocidente em Mogúncia, esse processo de reprodutibilidade e da multiplicabilidade técnica dos textos alastou, em curtas décadas, um pouco por todo o lado. Pensando-se, apenas, em alguns dos impressores cujas edições fizeram verdadeiramente história nesta época – a par do trabalho, esclarecido, rigoroso e tecnicamente perfeito desenvolvido em Veneza por Aldo Manutio (1459-1515) – destacaram-se, seguramente, de entre eles, no período quinhentista, Robert Estienne I (1503-1559) e Claude Garamont (c. 1500-1561), em França e Christophe Plantin (1519/20-1589), na Flandres⁴.



Três dos mais destacados impressores do século XVI, Robert Estienne I, Claude Garamont e Christophe Plantin, tendo contribuído todos eles para a circulação, em letra de forma, de obras de filósofos da Grécia Antiga

1. Aristotelismo em Veneza, na transição do período quatrocentista para o quinhentista

Podem sumariar-se, aqui, alguns dos estudos mais marcantes – desde começos do século passado até as últimas décadas – no âmbito da bibliografia material e da pes-

dominante) a listagem final de humanistas aristotélicos do Renascimento apresentada por Charles B. Schmitt no seu “Répertoire bibliographique”, na parte final desta edição francesa da sua obra, pp. 151-164.

³ Charles H. Lohr, *Latin Aristotle Commentaries. II Renaissance Authors*, Florença, 1988. O leitor encontra algumas indicações complementares de interesse (ainda do ponto de vista da bibliografia material aristotélica) em Miroslav Flodr, “[Edições de] Aristóteles”, in *Incunabula Classicorum*, Amesterdão, Verlag Adolf Hakkert, 1973, pp. 18-38; e H. M. Adams, “[Edições de] Aristoteles”, in *Catalogue of Books printed on the continent of Europe, 1501-1600 in Cambridge Libraries* (2 vols.), Cambridge University Press, 1968, vol. I, n.ºs. 1730-1972 (pp. 60-70).

⁴ Jean-Claude Faudouas, *Dictionnaire des Grands Noms de la Chose Imprimée*, Paris, Retz, 1991; *Cronique Générale de tous les Pères (...) roys, ducz, princes et aultres hommes illustres de toutes professions...* [Paris], 1620, obra extremamente rara, referenciada no catálogo *Livres Rares – Belles Reliures*, Paris, Librairie Paul Jammes, 2008, n.º. 23 (de onde extraímos as ilustrações dos impressores que aqui se apresentam).

quisa aristotélica veneziana. Contam-se entre eles as pesquisas bibliográficas de Antoine Augustin Renouard, em torno dos prelos aldinós⁵ (e apontando-se, naturalmente, os interesses aristotélicos daquele impresor), bem como o não menos pioneiro – e já com algumas interessantes informações de síntese nesta área – da autoria do Príncipe de Essling, acerca dos livros de figuras impressos nessa urbe do Adriático⁶.

Em meados do século XX esta perspectiva conheceu, naturalmente, um maior desenvolvimento e já na especificidade. De destacar três obras de charneira, da década de cinquenta, neste domínio, da autoria de Eugenio Garin⁷ e de Kristeller⁸ e uma outra, colectiva, produzida por ocasião de uma exposição da biblioteca Marciana⁹.

Nas três últimas décadas do século XV – e, praticamente, desde o começo da acção tipográfica em Veneza – as obras de Aristóteles acompanharam a História da Imprensa naquela cidade. Iniciemos estas deambulações com uma análise à participação nesse movimento por parte de Donato Acciaiuoli.

Este humanista, em 1478 – crendo-se que seja esse, precisamente, o ano da sua morte – fez editar em Veneza a *Expositio Ethicorum Aristotelis*¹⁰. Chegou até aos nossos dias, na Biblioteca Nacional de Florença¹¹, o manuscrito dessa sua versão aristotélica, que se sabe ter sido produzido “secundum traductionem Argyropoli”. Essa versão do grego beneficiou de significativa divulgação, tendo sido objecto de estudo em diversas universidades europeias tanto no último quartel do século XV como foi, ainda, objecto de estudo pelo menos até à década de trinta do século seguinte.

Um dos outros “case studies” que poderemos chamar aqui à colacção diz respeito à edição dos *Opera*, de Aristóteles, ocorrida na mesma cidade de Veneza em 1483, nos prelos de Andreas Torresanus (que virá depois a estar ligado familiarmente, como é sabido, a Aldo Manutio). Trata-se de um valioso incunábulo, em três partes que, ainda em começos do século XVI, continuou a ser uma prestimosa fonte de referência para estudos sobre o Estagirita em muitas cidades transalpinas.

Nesses volumes – objecto de primoroso trabalho de iluminura por Girolamo de Cremona, da escola de Mantegna – apresentam-se os resultados do esforço de Nicoletto Vernia (1420-1499). Trata-se de um dos mais destacados averroístas do seu tempo, que foi professor na Universidade de Pádua, centro este que, como se verá adiante, constituiu um dos principais focos da difusão do pensamento aristotélico em Itália.

De acordo com a bibliógrafa Pia Palladino, nessa edição, numa inscrição constante da secção inferior do frontispício da *Física* regista-se: *VLMER ARISTOTILEM PETRVS PRODVXE[R]AT ORBI*¹², ou seja, “Peter Ugelheimer deu ao mundo [este] Aristóteles”. Indica-se, portanto, que esta publicação foi encomendada e, provavelmente, financiada por Peter Ugelheimer de Francoforte sobre o Meno, rico banqueiro e bibliófilo alemão, então residente em Veneza. Este banqueiro possuía parte da célebre oficina tipográfica

⁵ Antoine Augustin Renouard, *Annales de l'Imprimerie des Aldes ou Histoire des Trois Manuces et de leurs éditions*, 3^a. edição, Paris, 1834.

⁶ Prince d'Essling, *Les Livres à Figures Vénitiens de la fin du XV^e. Siècle et du Commencement du XVI^e.*, Florença-Paris, 6 tomos, 1908-1914.

⁷ Eugenio Garin, “Le traduzioni umanistiche di Aristotele nel secolo XV”, in *Atti e Memorie dell'Accademia Forentina di Scienze Morali “La Colombaria”*, vol. XVI, Nov. Sér. II, Anos 1947-1950, Florença, Ed. Felice Le Monnier, 1951, pp. 57-104. Em 2005, no nosso trabalho atrás referenciado, tivemos ensejo de editar – como documento anexo – uma síntese dos ensinamentos do Prof. Garin (a partir desse seu estudo de 1951).

⁸ P. O. Kristeller, “Petrarch's ‘Averroists’: A Note on the History of Aristotelism in Venice, Padua and Bologna”, in *Bibliothèque d'humanisme et Renaissance*, 14, 1952, pp. 59-65.

⁹ Catálogo *Manoscritti e Stampe Venete dell'Aristotelismo e Averroismo (Secoli X-XVI)*. *Catalogo di Motra presso la Biblioteca Nazionale Marciana in occasione del XII Congresso Internazionale di Filosofia (Padova e Venezia, Settembre, 1958)*, Veneza, Biblioteca Nazionale Marciana, 1959.

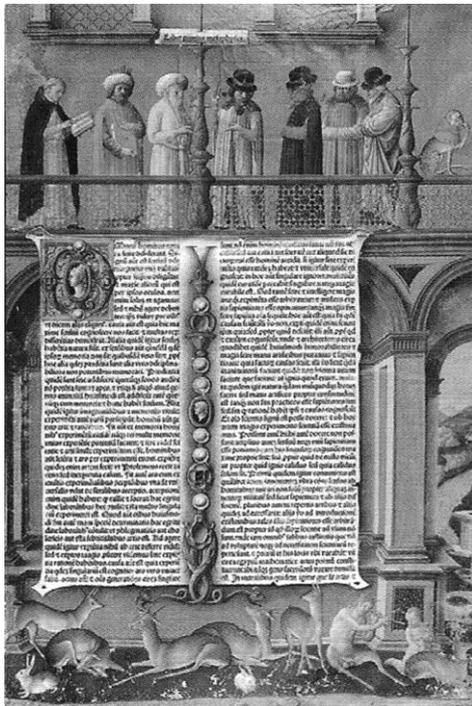
¹⁰ Miroslav Flodr, *Incunabula Classicorum*, edição ant. cit., p. 38, n^o. 183; Lohr, in *Traditio*, 23, 1967, pp. 400-401; Manuel Cadafaz de Matos, “As edições italianas de Aristóteles...”, edição ant. cit. (2005), pp. 270-271.

¹¹ Piero Scapecchi, “New light on the Ripoli edition of the *Expositio* of Donato Acciaiuoli”, in *The Italian Book, 1465-1800. Studies presented to Dennis Rhodes on his 70th birthday*, edição de Denis V. Reidy, Londres, British Library, 1993, pp. 31-33.

¹² Ver esta inscrição ao fundo da imagem que adiante se apresenta.

dirigida por Nicola Jenson e que, por morte deste, em 1480, foi adquirida por Torresanus¹³.

Nessa histórica edição aristotélica veneziana de 1483 merece uma particular atenção do leitor o trabalho, em iluminura, de Girolamo de Cremona. Importa determo-nos, um pouco, no exemplar desta edição incunabular existente em Nova Iorque na Pierpont Morgan Library.



Página iluminada por Girolamo de Cremona da edição dos *Opera*, de Aristóteles, com o texto harmoniosamente disposto em duas colunas, ocorrida em Veneza, em 1483, na oficina de Andreas Torresanus, fl. 2 (exemplar da Pierpont Morgan Library), à esquerda; Folha iluminada da mesma edição, com particular destaque para o trabalho de Girolamo de Cremona, marcado por Mantegna, à direita

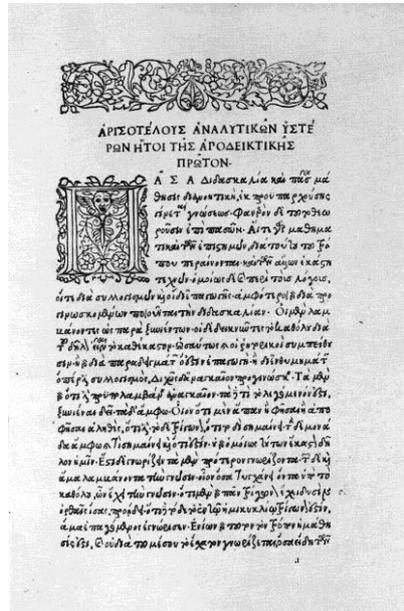
No trabalho de iluminura (que se apresenta, adiante, com maiores dimensões) pode observar-se – e seguimos, aqui, as reflexões de Pia Palladino a este propósito – Aristóteles, sentado em ambiente de paisagem rural, vestido segundo a tradição grega “moderna”. Encontra-se como que a ministrar o seu ensino ao seu comentador árabe, Averróis, à esquerda na imagem e identificado por um turbante. Já na parte inferior desta folha impressa aparece “o outro mundo”, mítico, da Antiguidade, povoado de sátiros e de *putti* em diferentes posições, diante de um monumento em bronze dourado¹⁴.

Pode referir-se que, na pegada do exímio trabalho tipográfico desenvolvido por Torresanus em Veneza, foi Aldo quem, decerto, levou mais longe, ante o mundo culto do Renascimento, a qualidade técnica da imprensa nessa cidade. Tendo iniciado as suas actividades, neste domínio, em 1495 (e estando activo até praticamente à sua morte em

¹³ Pia Palladino, “Aristote...”, in *Venise et l’Orient*, Paris, Institut du Monde Arabe - Éditions Gallimard, 2006, p. 300 (n.º. 17); Lilian Armstrong, «Aristotle, Works; Porphyrius, Isagoge», in Jonathan J. G. Alexander (ed.), *The Painted Page: Italian Renaissance Book Illumination, 1450-1550*, catálogo de exposição, The Royal Academy of Arts, Londres e The Pierpont Morgan Library, Nova Iorque, 1994, pp. 204-205.

¹⁴ Pia Palladino, *op. cit.*, p. 300.

1515) foi ele que se incumbiu da exigente tarefa de impressão do Aristóteles *grego*, em cinco volumes (com o *Organum*)¹⁵, no que foi auxiliado pelo helenista Alex. Bondinus. Tal sucedeu, como é sabido, em 1495-1498 numa (outra) edição que ainda hoje constitui uma referência entre os trabalhos do Estagirita impressos na época.



Uma das folhas do exórdio da primeira edição do *Organon*, de Aristóteles (Veneza, Aldo Manutio, 1495)

Os inícios da actividade tipográfica de Aldo Manutio em Veneza corresponderam, de algum modo, com o do desaparecimento de um outro difusor do pensamento aristotélico, Ermolao Bárbaro (Hermolaus Barbarus) (1454-1493)¹⁶. Este humanista veneziano, com efeito, empreendeu aprofundados estudos de filosofia peripatética sobre a natureza e a moral. Como tradutor, desempenhou um papel significativo na difusão do pensador grego que aqui nos congrega. Este apreciador da arte tipográfica de Torresanus, traduziu, por exemplo, as *Paraphrases* de Themistius sobre Aristóteles.

É por demais evidente que, no século XVI, o mundo culto europeu, os seus eruditos e as suas bibliotecas ficaram a dever muito do conhecimento de Aristóteles aos prelos venezianos e paduanos. Aliado ao facto de Veneza ser, nas primeiras décadas desse período, uma zona portuária de charneira na ligação da Europa aos portos do Extremo Oriente – que nem com a descoberta de Vasco da Gama perdeu uma parte da influência de que já desfrutava – nesta cidade a cultura caracterizava-se por uma vivência real, objectiva. A par de impressores, escultores, pintores, miniaturistas, artesãos especializados, alguns dos melhores gravadores transalpinos viveram ou estiveram ocasionalmente em funções nessa urbe.

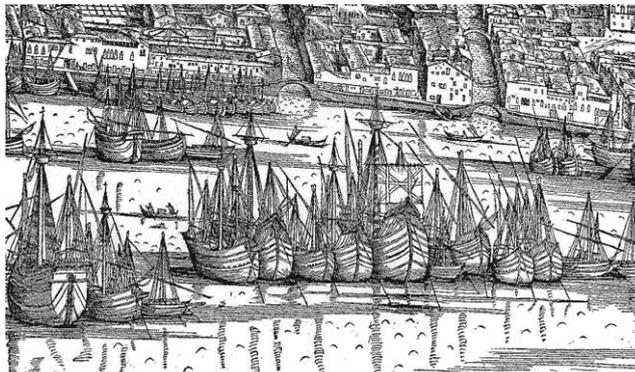
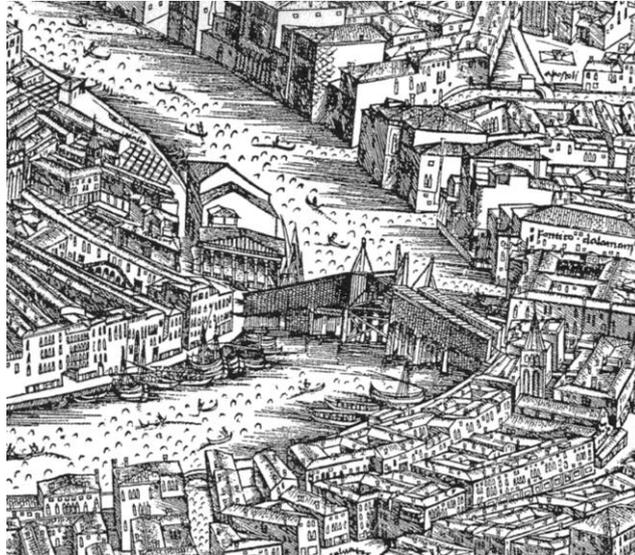
Nesta época de preponderância e afirmação da obra aristotélica, o gravador germânico Jacobo Walch¹⁷ – que os italianos passaram mais tarde a designar como Jacopo de'Barbari – esteve activo em Veneza, onde aliás terá conhecido, em 1494, Albrecht Dürer (que virá a influenciar nos seus traços). Foi precisamente Jacopo de'Barbari quem, entre fins do século XV e inícios do séc. XVI, provavelmente em 1500,

¹⁵ Renouard, edição ant. cit., pp. 7-9.

¹⁶ Lohr, in *Traditio*, 24, 1968, pp. 2.36-2.37; et *DBI*, t. VI, pp. 96-99.

¹⁷ E. Bénézit, in *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, Librairie Grund, vol. I, 1976, p. 427, regista que ele «é, sem dúvida, de origem alemã», sendo citado em documentos sob o nome de «Meister Jacob der weylische oder wellische Maler».

estabeleceu e gravou um plano de Veneza *à vol d'oiseau*¹⁸. Nesse plano da cidade – conforme as imagens que aqui apresentamos documentam – patenteia-se nitidamente a zona de Rialto (onde alguns impressores deste período estavam activos) e, ainda, o porto da mesma cidade, de onde muitas centenas de exemplares de edições aristotélicas saíram à conquista da Europa, penetrando assim em múltiplas universidades do Velho Continente.



Plano de Veneza *à vol d'oiseau* estabelecido pelo gravador germânico Jacopo de'Barbari, podendo-se observar a zona de Rialto, em cima; e a zona portuária da mesma cidade, em baixo

2. Algumas das edições aristotélicas venezianas ocorridas na primeira metade do século XVI

Nas primeiras décadas do século XVI continuaram com efeito, em meios universitários venezianos mas não só, a ser seguidas atentamente as versões aristotélicas ali produzidas tipograficamente nesse mesmo período (desde fins do século XV). Tal sucedeu, por exemplo, com a edição de textos científicos como o *De natura animalium* – cuja impressão tinha sido ultimada em Veneza, na oficina de Joannes e Gregorius de

¹⁸ Tal sucedeu antes de Jacopo de'Barbari, antes de ele próprio rumar em direcção ao império germânico, tendo estado ao serviço do imperador Maximiliano.- Estas duas ilustrações venezianas são apresentadas no já referido catálogo *Venise et l'Orient*, pp. 60 e 76.

Gregoriis, em 18 de Novembro de 1492¹⁹ - ou com o *Libro de Caelo et Mundi*²⁰, cuja impressão foi terminada não muito tempo depois, em 18 de Agosto de 1495, na mesma cidade, mais precisamente na oficina de Bonetus Locatellus, para Octaviano Scoto.

Esta produção tipográfica de Veneza não se destinava apenas, como referimos atrás, a servir o mercado dos estudantes ou investigadores naquela cidade. Quanto a exemplos de obras que seguiram nesse âmbito, em direcção ao mercado externo, situam-se precisamente os soberbos exemplares do *Organum* – com impressão terminada em 1 de Novembro de 1495 na oficina de Aldo Manutio²¹ – de que se conhecem várias cópias que pertenceram e foram utilizados até meados do século XVI em meios universitários na bacia do Mediterrâneo e em outras potências como França, Inglaterra, Castela e Portugal.

2.1. Das edições de Pietro Alcionio às de Alessandro Achillini

Pietro Alcionio²² é outro nome que importa reter na difusão do pensamento aristotélico do Renascimento, e de igual modo relacionado com o promissor mercado bibliográfico desta mesma região transalpina. Tendo nascido provavelmente em Veneza c. de 1487 (o ano da morte do helenista Argirópulo), durante a sua juventude trabalhou ao serviço da oficina de Aldo Manutio naquela cidade.

Sabe-se que Alcionio foi um conhecedor, crê-se mesmo que profundo, da língua grega (à semelhança de um significativo número de humanistas do seu tempo), para além de múltiplos outros interesses que tinha²³. Traduziu, assim, do grego para o latim tratados de Aristóteles como os *De anima*, *Parva naturalia* e *De generatione et corruptione*, chegando mesmo a ser editado fora de Itália²⁴.

Na circulação de algumas das obras de Aristóteles impressas neste período ocorrem, ainda, outros factos dignos de registo. São seus protagonistas impressores como Bernardino e Mattheo Vitali, ou homens de ciência como o médico Alessandro Achillini.

No primeiro semestre de 1523, com efeito, Bernardino e Mattheo Vitali conseguiram obter, junto das entidades eclesiásticas venezianas, o privilégio para a impressão e difusão comercial do tratado de Aristóteles, *Parva Naturalia*²⁵. É bem sabido, afinal, como esta edição conheceu, ao longo de todo o século XVI, uma significativa popularidade em meios estudantis que não apenas em terras transalpinas.

Não foi esse, porém, o único caso de sucesso na primeira metade do século XVI, no tocante a uma extraordinária difusão dos textos aristotélicos. Após vários anos de pesquisa nos principais tratados do Estagirita, Alessandro Achillini²⁶ (que tinha nascido c. de 1487 em Veneza), terminou com êxito a preparação dos *Opera Omnia*, que também beneficiou de uma significativa aceitação.

¹⁹ Prince d'Essling, *Livres à Figures Venetiens*, edição ant. cit., I Parte (II.1.), p. 124, n.º. 677

²⁰ Idem, *ibidem*, I Parte (II. 2), p. 272, n.º. 858.

²¹ Prince d'Essling, *op. cit.*, I Parte (II.2), n.º. 862, pp. 275-276.

²² Voir *DBI*, t. II, pp. 77-80.

²³ Quando contava cerca de 35 anos – e servindo-se, provavelmente, da relação antiga que já tinha com um dos seus antigos empregadores (ou mesmo mestres) – viu ser editada, em Novembro de 1522, na oficina de Aldo Manutio e de Andre Asulano – uma obra sua intitulada *Legatus de exsili*. Remete-se, ainda, para Adams, n. 633 (t. I, p. 21).

²⁴ É conhecida uma edição que Alcionio preparou da *Historia Animalium*, de Aristóteles, ocorrida já fora de Itália, mais precisamente em Paris, na oficina Simon de Colines, em 1524, de três anos antes do seu falecimento. Veja-se, a este respeito, Adams, n.º. 1768 (t. I, p. 62).

²⁵ Prince d'Essling, *op. cit.*, II Parte (II), n.º. 2202, p. 465.

²⁶ Trata-se de um médico de Bolonha, que viveu entre 1463 e 1512. Ele foi, além de homem de ciência, também filósofo. Cfr. Lohr, pp. 5-6; e H. S. Matsen, *Alessandro Achillini (1463-1512)*, Lewisburg, 1974.



Retrato de Achillinus, constante da edição dos *Elogia*, de Paolo Giovio, de 1577

Dotado de uma cultura filosófica vasta (na esfera do pensamento tardo-medieval²⁷), Achillinus foi surpreendido pela morte em 1527. Os textos por si fixados, porém, só vieram a ser publicados em letra de forma, na oficina de Hieronymum Scotum, em 1545²⁸. Ele já não pôde saborear, portanto, o acolhimento desses textos impressos em meios universitários, para além de Veneza, em muitas outras cidades universitárias no período quinhentista.

2.2. Das edições de Marcantonio Zimara às de Alessandro Piccolomini

Uma sorte idêntica teve o esforço de Marcantonio Zimara (c. 1475-1532)²⁹. Este filósofo italiano (que nasceu c. de 1475) esteve activo em diferentes universidades transalpinas. A sua vida não foi, porém, muito longa, vindo a falecer em 1532, após intenso trabalho intelectual.

Uma parte dos seus estudos aristotélicos foram editados, tal como sucedeu com Alessandro Achilinni – a título póstumo. A elevada qualidade desses trabalhos levou a que eles fossem sendo reimpressos, com alguma frequência, ao longo de várias décadas do século XVI.

Dos esforços de Zimara na difusão dos principais tratados do Estagirita retenham-se, apenas e em termos de síntese, dois meros exemplos. A obra *Tabula, & dilucidationes in dicta Aristotelis & Averrois* teve impressão em Veneza em 1556 e 1558. Alguns anos mais tarde, em 1565, a mesma saiu ainda reimpressa nessa cidade, na oficina de Ioannes Gryphius³⁰.

Alessandro Piccolomini foi um outro erudito votado aos estudos filosóficos, tendo as obras de Aristóteles beneficiado de muito do seu labor. Tendo nascido em 1508, foi desde muito novo destinado à carreira eclesiástica. Ocupou, muito mais tarde,

²⁷ Deve-se de igual modo a Alessandro Achilinni uma renovação do interesse pela obra de Guillaume d'Ockham, c. de 1500.

²⁸ Adams, n.º. 113 (t. I, p. 4).

²⁹ Ver Lohr, pp. 504-512; e A. Antonaci, *Ricerche sull'aristotelismo del Rinascimento*, Galatina, 1971-1978.

³⁰ Adams, *op. cit.*, t. II, p. 357. Uma outra edição de Zimara que conheceu, na segunda metade do período de quinhentos, uma significativa popularidade foi a intitulada *Limitationes Theorematum* (que também saiu impressa em Veneza).

o cargo de Arcebispo de Patras.

Em Veneza teve lugar, em 1565, sob a sua responsabilidade, a 1.^a edição de *Parafrasi di Monsignor Alessandro Piccolomini... Sopra le Mekaniche d'Aristotile, tradotta da Oreste Vannocci Biringucci, Gentilomo Senese*. Tal obra veio a ser reeditada em Roma, na oficina de Francesco Zannetti, em 1582.

Esta edição italiana, dada a matéria que comporta, acompanharia posteriormente, e em algumas circunstâncias específicas, certos textos de Galileu³¹. Chegou a circular, inclusivamente, entre missionários europeus que laboravam na evangelização da China³².

Alessandro Piccolomini veio a falecer em 1578. Pouco depois da sua morte a referida obra (que produziu a partir da tradução parcial de textos de Aristóteles por Oreste Vannocci Biringucci) veio ainda a ser reeditada.

2.3. Das edições aristotélicas de Giovanni Camozzi às de Ludovico Castelvetro e de Petrus Pomponatius

Um outro intelectual também fortemente apostado na difusão do pensamento aristotélico em Veneza foi Giovanni Battista Camozzi (Ioannes Camotius) (1515-1581)³³. Editor e tradutor italiano, ele também ensinou Filosofia em várias universidades de Itália. Deve-se-lhe a edição *Aldina minor* de Aristóteles, ocorrida em Veneza em 1551-1553.

Debruçando-se sobre este pensador, Adams referencia a sua edição em letra de forma – que terá ocorrido entre 1550 e 1551 – intitulada *Commentariorum in primum Metaphysices*. Os trabalhos tipográficos estiveram, neste caso, a cargo de Federicum Turrisanum³⁴.

Um outro tradutor italiano de trabalhos do Estagirita foi Ludovico Castelvetro (que nasceu c. 1505)³⁵. Como filólogo, tendo-se ocupado, de igual modo, como crítico literário, Castelvetro distinguiu-se – antes de falecer em 1571 – pela publicação de duas outras obras, uma sobre “o dialogo delle lingue di B. Varchi”, e outra sobre uma “canzone di A. Caro”³⁶.

Petrus Pomponatius, por seu lado, foi um intelectual mais apostado em trabalho de fundo sobre os textos originais de Aristóteles. Ele principiou a dar testemunho dos seus estudos filosóficos desde muito cedo. Já em 1516 deu à estampa em Bolonha, na oficina de Justiniano Leonardo Ruberiense, o *Tractatus de immortalitate animae*³⁷.

Tendo tido uma assinalável longevidade na circulação dos seus trabalhos, Pomponatius beneficiou, cerca de cinco décadas depois, mais precisamente em 1563, da impressão, na cidade de Veneza, de um dos seus mais conhecidos trabalhos. Trata-se de *Dubitationes in quartum Meteorologicorum Aristotelis librum*³⁸, que fez dele um dos reputados divulgadores e estudiosos da obra do Estagirita. Sabe-se que este traba-

³¹ Daí que esta obra possa surgir, também, acompanhada (numa mesma encadernação) com o *Discorso intorno alle cose, che stanno in sù l'aqua, o che in quella si muouono*, Florença, 1612. Tal sucedeu, por exemplo, no exemplar que existiu na colecção da biblioteca de Pé-T'ang, em Pequim (descrita na nota sgt.)

³² *Catalogue de la Bibliothèque du Pé-T'ang* [em Pequim], a cargo de Verhaeren, Pequim, Imprimerie des Lazaristes, 1949, p. 990 : n.º. 3400.

³³ Cfr. *CTC*, t. I, p. 100.

³⁴ Adams, n.º. 463 (t. I, p. 233).

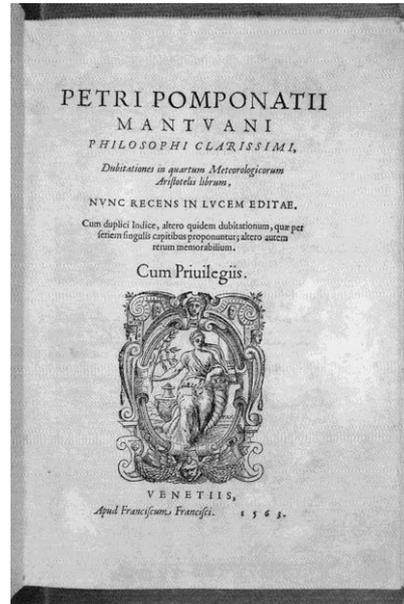
³⁵ Cfr. *DBI*, t. XX, pp. 8-21. A versão para italiano e o respectivo comentário da *Poética*, por Ludovico Castelvetro (como helenista), foram bastante lidos no seu tempo, tendo sido particularmente influentes até ao século XIX.

³⁶ Adams, n.ºs. 922-923 (t. I, p. 250).

³⁷ Adams, *op. cit.*, vol. II, n.º. 1828, p. 105.

³⁸ Idem, *ibidem*, n.º. 1832, p. 105.

Iho foi bastante apreciado e seguido quer em meios académicos de Veneza quer no centro aristotélico-averroísta de Pádua.



Gravura de Pomponatius, constante da edição dos *Elogia*, de Paolo Giovio, de 1577, à esquerda; e frontispício do livro sobre os *Meteorologica*, de Aristóteles, preparado por Pomponatius e editado em Veneza, em 1563, à direita

Registe-se, finalmente, que na Veneza quinhentista foram ainda apreciados os contributos bibliográficos trazidos à causa da difusão do Estagirita por parte de Andrea Cesalpino e de Giambattista Bernardi.

Andrea Cesalpino (Andreas Caesalpinus) (1524/1525-1603)³⁹ foi um médico, filósofo e botânico italiano que ensinou em várias universidades. Entre os estudos que legou à posteridade destacam-se, neste âmbito, uma edição das *Peripateticae quaestiones* (Veneza, Giunta, 1571⁴⁰), que foi bastante apreciada tanto em Itália como, até, na Europa do norte.

Quanto a Giambattista Bernardi (Johannes Baptista Bernardus) de registar, ainda, que este filósofo e jurista italiano, na segunda metade do século XVI, deixou também o seu nome associado a estudos sobre Aristóteles. Entre 1570 e 1585 ele produziu uma compilação intitulada *Seminarium totius philosophiae*⁴¹, que terá sido editada, um pouco antes de falecer, entre 1582 e 1585. Deste vasto trabalho temos conhecimento apenas da edição *Seminarium totius philosophiae Aristotelicae et Platonica*, ocorrida em Veneza, na oficina de Melchior Sessa, em 1599⁴².

Pelo exposto é possível estabelecer que as oficinas tipográficas de Veneza tiveram equipamentos e pessoal qualificado para, ao longo de todo o século XVI – e, neste sentido, dando seguimento ao que havia ali ocorrido no último quartel do período quatrocentista – levar por diante a impressão de muitas obras de pendor aristotélico. Im-

³⁹ Cfr Lohr, pp. 70-71.

⁴⁰ Esta obra foi objecto de reedição na cidade de Bruxelas, "Culture et Civilization", 1973.

⁴¹ Cfr. G. M. Mazzuchelli, *Gli Scrittori d'Italia*, Bréscia, 1753-1762, t. II, pp. 966-967. De assinalar que Adams (in *op. cit.*, I, n.º. 787, p. 446) referencia um tal Giovanni Bernardo Forte, que na mesma cidade de Veneza fez editar, em 1522, na oficina de Alexandrum de Bindonis, uma obra intitulada *Vocabulista ecclesiastico latino e vulgare* [Vocabularius].

⁴² Adams n.º. 743, t. I, p. 115; há uma segunda edição desta obra (idem, n.º. 744) apontada pelo mesmo bibliógrafo como de Genève, do mesmo ano.

portava, com efeito, que estas passassem ao terreno do impresso de forma a atingirem, pela técnica da reprodutibilidade textual, os mais variados públicos não só transalpinos como um pouco os de toda a Europa.

2.4. As fontes manuscritas e impressas (incluindo as aristotélicas) que graças ao Cardeal Bessarion integraram a Biblioteca Marciana

Recuando no tempo, até fins do século XV, não é possível estruturar uma perspectiva de conjunto dos estudos aristotélicos na Veneza quinhentista sem nos debruçarmos, de igual modo, sobre a importância dos fundos bibliográficos da Biblioteca Marciana desta cidade, que tinham encontrado no Cardeal João Bessarion (Trebizonda, 1403 – Ravena, 1472) um elemento a todos os títulos *fundador*.

De registar que Bessarion – possuidor ele próprio de uma grande biblioteca – tinha sido enviado (quando contava 50 anos) pelo Papa Pio II a Constantinopla como emissário da cristandade junto dos ortodoxos. Tendo esta cidade sido atacada pelos Turcos a 29 de Maio de 1453, acabou por ficar no domínio do exército otomano. Este enviado papal acabou por fugir daquela cidade, levando consigo um conjunto de importantes manuscritos (entre os quais um dos mais antigos testemunhos do Almagesto).

Tendo chegado a Veneza – numa fuga um tanto precipitada – João Bessarion acabou por doar, então, esse valioso tesouro bibliográfico com um total de 746 manuscritos, aquela cidade dos doges. Tratava-se nada mais nada menos de 482 manuscritos em grego e de 246 em latim. Esse gesto constitui, no fundo, a base da fundação da histórica biblioteca de S. Marcos ou Marciana, daquela cidade⁴³. É nos fundos aristotélicos que a integram que hoje os historiadores do livro e da edição quinhentista encontram um dos mais ricos mananciais para o seu estudo.

3. Linhas de sensibilidade da iconografia aristotélica na Veneza quinhentista: o contributo de M. Falomir

Enquanto ocorria em Veneza esta significativa caminhada intelectual em torno da difusão dos trabalhos de Aristóteles, foi também aí manifesta a procura ou tentativa de *reconstituição* da sua vera efigie, a partir de alguns testemunhos (mesmo que indirectos) que haviam chegado da Antiguidade *Clássica*. Alguns impressores activos nessa cidade, como por exemplo Hieronimus Scotum, partilharam desta mesma procura.

Em 1560, foi dada à estampa, na oficina tipográfica deste membro do clã veneziano dos Scotos, a obra de Aristóteles, *Augustini Svesani ... Subtilissima Commentaria in Libros Meteorologicorum, & in librum de Mistis sive Quartum Meteororum ab antiquis nuncupatum & ordinatum...* Para o respectivo frontispício, que aqui reproduzimos, o impressor escolheu uma gravura ovaloide que então fez acompanhar da inscrição *VERA ARISTOTELIS STAGIRITAE EFIGIES*⁴⁴.

Esta forma de representação – manifestamente na distância dos séculos (em que o filósofo viveu) e um tanto de carácter ficcional – não deixa, no entanto, de se afirmar como bebendo, de alguma forma, de uma *traditio* de representação do Estagirita, vigente tanto nessa cidade como em Florença e outras urbes cultas transalpinas.

⁴³ *Biblioteca Marciana, Venezia*, sob os cuidados de Mariano Zorzi, Florença, Nardini Editore, 1988, pp. 18-24; uma síntese sobre esta matéria pode ser consultada ainda com proveito in “Moyen Âge, Le Nouveau regard des chercheurs”, por Azar Khalatbari (“Sur les pas des aventuriers du savoir”), in *Science et Avenir*, Hors Série, n.º. 155, Julho-Agosto de 2008

⁴⁴ Esta imagem é recolhida de *Manoscritti e Stampe Venete dell' Aristotelismo e Averroismo (Secoli X-XVI)*, *Catalogo di Mostra*, Veneza, Biblioteca Marciana, 1958, fig. 13.

Ao longo dos últimos decénios estes aspectos da tradição iconográfica aristotélica quinhentista vieram a conhecer significativos desenvolvimentos, desde Coppel⁴⁵ a Miguel Falomir. É precisamente baseado neste segundo autor⁴⁶ que procuramos apresentar, aqui, com a devida vénia, um estado de ciência de alguns dos mais pertinentes conhecimentos neste âmbito.

Existe, com efeito, no Museu do Prado, em Madrid, um retrato de Aristóteles, em mármore (62 x 56 x 5 cm), que é datado de c. 1545, que M. Falomir caracteriza como sendo de um “taller veneziano”, possivelmente do “círculo de Vincenzo Grandi”. Segundo este historiador de Arte, tal retrato foi propriedade de Diego Hurtado de Mendoza (1504-1575), poeta, bibliófilo, antiquário e embaixador imperial em Veneza, entre 1539 e 1546, período em que se mudou para Roma.

Voltando-se um pouco atrás, e observando-se a pretendida *vera efigie* de Aristóteles que Hieronimus Scotum, em 1560, apresentou no frontispício daquela sua edição do Estagirita, facilmente se conclui que ela se insere numa mesma família de representações iconográficas do filósofo grego então vigentes na Itália levantina.



A *vera efigie* de Aristóteles, em gravura utilizada pelo impressor Hieronimus Scotum, em Veneza, 1560, à esquerda; e retrato de Aristóteles, em mármore, de c. 1545, de “oficina veneziana”, prov. do círculo de Vincenzo Grandi, à direita.

Esta representação em mármore fazia par com um retrato de Platão, também no Museu do Prado, tendo ambos sido doados por Mendoza a Filipe II. Não deixa de se relevar, com efeito, que se tratava de um dignitário das mais altas instâncias do poder político filipino⁴⁷.

Só o interesse filosófico em Hurtado de Mendoza – que, segundo Paez de Castro, foi um grande aristotélico – permite explicar, na óptica de M. Falomir, a presença entre os seus bens de retratos de pensadores como estes (esculpidos e estampados em tecido), bem como de uma “pintura da Filosofia”.

Este historiador de Arte estabelece neste mesmo âmbito, por outro lado, que Mendoza foi autor de uma tradução da *Mecânica*, de Aristóteles. Na respectiva dedica-

⁴⁵ Vide R. Coppel, *Museo del Prado. Catálogo de la Escultura de Época Moderna. Siglos XVI-XVIII*, Madrid, 1998. Nas suas deambulações sobre este tema, M. Falomir seguiu, inclusivamente, algumas das informações dadas por Coppel nesta matéria.

⁴⁶ Miguel Falomir, “Aristóteles, c. 1545”, in *El Retrato del Renacimiento*, edição de catálogo de exposição a cargo precisamente de M. Falomir, Museu Nacional do Prado / Ediciones El Viso, Madrid, 2008, p. 301.

⁴⁷ Remete-se o leitor, entre outra abundante bibliografia neste vasto âmbito, para Henry Kamen, *Filipe I, o Rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2008; ou ainda para *Filipe I*, por Fernando Bouza e para *Filipe II*, por Fernanda Olival, ambas editadas em Lisboa com a chancela de Perspectivas e Realidades.

tória, dirigida ao Duque de Alba⁴⁸, teve ensejo de assinalar os propósitos desta sua empresa como trasladador do trabalho vertente do Estagirita:

Mi principal propósito ha sido ocupar el tiempo [...] en ver y reconocer las obras de Aristóteles por los intérpretes y testos, que han venido a mi mano.

De assinalar, ainda, que a predileção de Mendoza pelo filósofo se reflectiu também na sua biblioteca, tão rica em obras deste e sobre este autor⁴⁹ que a pôs à disposição da Academia Aristotélica, criada por alguns dos que haviam assistido aos trabalhos do Concílio de Trento⁵⁰.

Voltando nós a este busto de Aristóteles, M. Falomir – seguindo, neste contexto, as indicações de Cott – estabelece que estamos perante uma réplica de um relevo anónimo florentino do século XV⁵¹. Trata-se, afinal, do relevo dado ao Estagirita que desfrutou de uma certa difusão em Veneza na primeira metade do século XVI. Testemunho iconográfico chegou ao terreno da gravura, do que é um claro testemunho a imagem (a que atrás aludimos) utilizada em livro por Hieronimus Scotum em 1560.

São conhecidas hoje, em particular devido a F. de Gramatica – regista de igual modo esse historiador de Arte espanhol – várias versões em mármore desse retrato de Aristóteles, sempre em parelha com o de Platão. O melhor par conhecido conserva-se no palácio arcebispal em Trento, sendo atribuído ao escultor Vincenzo Grandi (c. 1493-1577/1578)⁵².

Comparativamente a esta representação aristotélica de Trento segue-se, em qualidade, a do Museu do Prado, de medidas praticamente idênticas, e a certa distância dos exemplares algo semelhantes existentes em cidades como Munique ou Paris.

M. Falomir conclui – a propósito da autoria deste exemplar (existente no Museu do Prado) por um artista do círculo veneziano de Vincenzo Grandi – que abona, a tal propósito, a presença de Mendoza, em Trento, durante as sessões inaugurais do referido concílio, em 1545.

⁴⁸ Também o Duque de Alba e sua Esposa foram intelectuais de significativos interesses. Ficaram associados, como em estudo recentemente produzido tivemos ensejo de apurar, às edições das *Obras* de Frei Luís de Granada em terras da Flandres.

⁴⁹ Os fundos da rica biblioteca de Diego Hurtado de Mendoza – como salientou já em fins do século XIX António Rotondo e como sublinha agora M. Falomir (que aqui continuamos a seguir) – ingressaram na biblioteca do Convento do Escorial em 1576. Tais fundos específicos contavam então, entre obras de Aristóteles e comentários às mesmas, com 16 manuscritos latinos, 22 manuscritos gregos, um árabe e mais de uma centena de edições impressas latinas. – As investigações de M. Falomir, neste âmbito, podem também ser perspectivadas no estudo que este historiador apresenta in Checa Cremades *et al.*, *Filipe II. Un monarca y su época. Un príncipe del Renacimiento* [catálogo de exposição], Madrid, Museu do Prado, 1998, n.ºs. 253-254, pp. 632-634.

Em estudos que estamos de momento a desenvolver, assinalamos a importância desta biblioteca “aristotélica” de Diego Hurtado de Mendonça no sentido de uma reconfirmação – na segunda metade do século XVI – do pensamento do Estagirita na Península Ibérica, inclusivamente no pensamento português da época.

Ainda em relação aos fundos da biblioteca de Diego Hurtado de Mendoza no Escorial, António Rotondo, na sua obra *Descripción de la Gran Basílica del Escorial*, 4.ª edição, Madrid, Imprenta de Cuevas y Minuesa, 1868, p. 96, assinala que – tendo “a base desta biblioteca sido a livraria pessoal de Filipe II, com a riqueza de 4000 volumes” – acabaram por o “imitar, nobremente, D. Diego de Mendoza, embaixador que foi em Veneza e logo em Roma, e depois deste muitos outros homens estudiosos, até completar 19000 volumes”.

⁵⁰ Registe-se que o Concílio Ecuménico de Trento ocorreu nesta cidade italiana entre 1545 e 1547; de seguida em Bolonha de 1547 a 1549 e numa terceira fase uma vez mais em Trento entre 1551 e 1552 e entre 1562 e 1563. Pode concluir-se, assim, que quando Diego Hurtado de Mendoza se mudou (nas suas funções diplomáticas ao serviço do império) de Veneza para Roma, em 1546, estavam a decorrer os trabalhos finais da primeira fase daquele Concílio, em Trento.

⁵¹ P. B. Cott (referenciado por M. Falomir), *Renaissance Bronzes from the Kress Collection*, Washington D. C., National Gallery, 1951, n.º. A 279. 2b, p. 63.

⁵² F. de Gramática (referenciado por M. Falomir), “Fonti figurative nella cantoria di Vincenzo e Gian Gerolamo Grandi in Santa Maria Maggiore a Trento”, in *Studi trentini di scienze storiche*. Sezione II, LXX, (1991) [1995], pp. 217-274, em particular in pp. 233-238.

Este historiador não deixa de referenciar, ainda, um contributo de C. Davis. Foi assinalado recentemente, com efeito, existir alguma semelhança entre estas parselhas de filósofos gregos e o auto-retrato de Valério Belli (Londres, Victoria & Albert Museum). E mesmo que não se tenha proposto a autoria de Belli para os relevos outrora pertencentes a Mendoza, fez-se notar que o embaixador espanhol adquiriu nesse período em Veneza numerosas encadernações que incluíam reproduções de medalhas e plaquetas de Belli⁵³.

Pode estabelecer-se, em suma, que na Veneza quinhentista alguns intelectuais, incluindo filólogos, exegetas, tradutores (e alguns artífices num plano técnico) procuraram dar corpo à *reconstituição* dos textos dos principais tratados de Aristóteles que, até aí, muitas vezes circulavam apenas na língua grega matricial. Num outro plano – e entrando-se já mais especificamente na História do Livro – pode referir-se que alguns outros artistas procuraram, nesse mesmo período, proceder a um outro nível de *reconstituição*, ou seja, o da tentativa de fixarem – mesmo que a um nível abstracto e ficcional – a vera efigie do Estagirita.

4. O centro universitário de Pádua como um dos focos de difusão do aristotelismo e do averroísmo transalpino

Não restam hoje dúvidas aos estudiosos do aristotelismo renascentista que, em terras transalpinas, a cidade e a universidade de Pádua foi o lugar onde se perpetuou, em maior dimensão, essa vertente do pensamento helénico e do averroísmo em particular.

Sabe-se através de autores contemporâneos, como A. de Libera, que o aristotelismo medieval, na Europa, se propagou fundamentalmente através do averroísmo, o mesmo será dizer, por via de tradutores árabes. Assim, é por demais evidente que a alguns centros medievais dos séculos XII e XIII (com significativas escolas de tradutores) como Toledo, correspondem, já em fins do século XV, centros de afirmação do aristotelismo averroísta como Pádua (e até, de algum modo, outros como Veneza).

4.1. As amplas extensões do averroísmo em países da franja do Mediterrâneo

Existem curiosamente, até, documentos que fazem a ligação entre esses centros averroístas de Toledo e os transalpinos. Nos fundos manuscritos da Biblioteca Marciana, de Veneza, há um códice membranáceo do século XIV – porventura proveniente de S. Giovanni da Verdara, Pádua – contendo, entre 27 textos (a maioria deles de matriz aristotélica e pseudo-aristotélica), o *De differentia*⁵⁴.

No aludido códice (fls. 278v^o.-383v^o.) o copista deixou bem claro esse ponto de contacto entre os dois referidos *caminhos* de tradução (o de Toledo e o transalpino, de Pádua):

*De differentia, “transl. hispalensis” ... In dei nomine et eius auxilio incipit liber differentie inter animam et spiritum. Constabe Luce cuidam amico scriptori cuiusdam regis edidit et Iohannes Hispalensis ex arabico in latinum Raimundo tholetano archiepiscopo tradidit*⁵⁵.

⁵³ C. Davis, “Ritratti di Valerio Belli”, in *Il ritratto nell’Europa del Cinquecento*, edição por A. Galli, C. Piccinini e M. Rossi, Florença, 2007, pp. 243-277, em particular pp. 271-275.

⁵⁴ [*Metaph., Natur., Animal., Ps.-Arist.* (lat.): trad. recentiores], Veneza, Bibl. Marciana, Cod. Lat. VI, 33 (=2462), n^o. 14 (de 27), *De Differentia*.- Este códice encontra-se descrito no já referido catálogo *Manoscritti e Stampe Venete dell’Aristotelismo e Averroismo (Secoli X-XVI)*, Veneza, Biblioteca Marciana, 1958, n^o. 86, pp. 56-57.

⁵⁵ Este códice terá sido adquirido em Veneza em 1437, passou a integrar o cenóbio de S. Giovanni de Verdara em 1467 e, mais de três séculos depois, em 1782, foi incorporado nos fundos da Biblioteca Marciana

4.2. Dos trabalhos impressos de Canozio e do averroísta Nicoletto Vernia ao de Ulocrino (evocando Alexandre de Afrodísia)

A existência deste códice nos fundos pergamináceos de S. Giovanni da Verdara, (integrado, repetimos, nas colecções daquela instituição da região de Pádua em 1467) leva a admitir, pelo menos, o cenário se essa fonte não terá sido, também, objecto das pesquisas quer de L. Canozio quer do averroísta Nicoletto Vernia (1420-1499), este último, como também já dissemos, quando das suas funções docentes em Pádua.

Importa ter presente, com efeito, que c. de 1473, nessa cidade, a instâncias do filósofo aristotélico L. Canozio (e com alguns comentários seus), foi impressa a obra do Estagirita *Physica*, comentada por Averróis. Tal sucedeu em caracteres góticos como era usual na época.

Desta edição conserva-se, ainda hoje, um exemplar na biblioteca Ariosteia de Ferrara. Apresenta várias folhas iluminadas, considerando-se um cimélio (pela sua antiguidade e aspecto precursor) de uma importância admirável.



Frontispício da *Física* de Aristóteles, com comentários de Averróis, na edição de L. Canozio (Pádua, c. 1473)

Há elevados níveis de probabilidade, com efeito, de Nicoletto Vernia ter procedido à leitura do referido códice (outrora existente em S. Giovanni da Verdara). A existência de uma temporalidade sincrónica entre a sua produção dos *Opera* de Aristóteles – que, na fase de manuscrito, foram encaminhados para a oficina de Torresanus em Veneza entre 1482 e 1483 – permite ajuizar neste mesmo sentido.

Foi efectivamente enquanto professor da Universidade de Pádua que Nicoletto Vernia concebeu o ambicioso projecto de proceder à edição dos *Opera*, de Aristóteles. Depois da respectiva negociação com Torresanus⁵⁶, na dita cidade veneziana, esse projecto acabou por vir a público em três partes, em várias fases de edição (inserindo a impressão da *Física*), entre Fevereiro e Outubro de 1483⁵⁷. Este seu trabalho antece-

(onde tivemos ensejo de o consultar há mais de duas décadas, quando de uma nossa missão de pesquisa, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, naquela cidade).

⁵⁶ Além de Andrea Torresanus, também participou na impressão desta obra incunabular, conforme se regista na mesma, o tipógrafo Bartolomeo de'Blavi.

⁵⁷ Um exemplar, truncado, desta obra – que pertence ao Mosteiro da Santíssima Trindade, de Lisboa – integra hoje as colecções de incunábulo da Biblioteca Nacional de Portugal. Remete-se para Maria Valentina Mendes, *Catálogo de Incunábulo, Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1988, n.º. 126, p. 58; e idem (co-

deu, portanto, os esforços editoriais dos *Opera*, do Estagirita-Averróis, empreedidos por Leonardus Brunus Aretinus⁵⁸ e, ainda, a publicação do tratado *De Animalibus*, com texto fixado por Teodoro de Gaza (1400-c. 1476), em edição de Sebatianus Manilius⁵⁹.

Nicoletto Vernia foi, com efeito, um dos mais destacados averroístas do seu tempo. Os seus ensinamentos editoriais – para além das suas classes paduanas – tornaram-se obviamente extensivos a todos os centros universitários tardo-medievais (ou, se se preferir, dos alvares do Renascimento) europeus, que não apenas transalpinos, onde esses volumes circularam, com proveito dos estudiosos.

A preocupação (em termos diacrónicos) que em fins do século XV motivou os religiosos eruditos de S. Giovanni da Verdara a *revisitar* as traduções aristotélicas (a partir do árabe), feitas nos sécs. XII-XIII em Toledo, é a mesma que levou, no período de transição do século XV para o XVI os eruditos aristotélico-averroístas paduanos a *revisitar* Alexandre de Afrodísia. Como é sabido, este outro Alexandre – também ele ligado a Aristóteles (desta feita como comentador) – viveu no século III e foi, naquele período recuado, um dos mais distintos analistas e divulgadores da obra do Estagirita.

Não muito depois do período em que Nicoletto Vernia desenvolveu em Pádua um intenso trabalho pedagógico e de análise aos comentários de Averróis a Aristóteles, o escultor paduano Ulocrino produziu uma curiosa placa, em relevo, representando precisamente (como a imagem documenta) um *encontro* simbólico entre Aristóteles e o referido Alexandre de Afrodísia.



Placa de Ulocrino representando Alexandre de Afrodísia e Aristóteles, à esquerda;
Pormenor de iluminura representando Aristóteles e um sábio árabe, numa das folhas da edição dos *Opera* do filósofo grego (Veneza, 1483)

ord^o.), *Os Incunábulo das Bibliotecas Portuguesas, volume I, catálogo, 1995*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro – Secretaria de Estado da Cultura, “Inventário do Património Cultural Móvel”, 1995, n.º. 162, p. 72.

⁵⁸ Entre 31 de Janeiro e 5 de Setembro de 1489 (portanto cerca de seis anos antes de Aldo Manutio iniciar as suas actividades tipográficas nessa cidade), Leonardo Bruno Aretino viu serem impressos em Veneza, na oficina de Bernardino Stagnino, os *Opera* de Aristóteles com os comentários de Averróis, de que também existe cópia na Biblioteca Nacional de Portugal. – Ver Maria Valentina Mendes, catálogo ant. cit. (1988), n.º. 127, pp. 58-59.

⁵⁹ Maria Valentina Mendes, catálogo ant. cit. (1988), n.º. 128, p. 59. A esta matéria aludimos sumariamente em 2005, no estudo “As edições italianas de Aristóteles nas três últimas décadas do século XV” (in *A Apologia do Latim*, pp. 267-270).

Essa placa, dos últimos anos do século XV ou dos primeiros do século XVI – da qual existe um exemplar em Veneza, no Museo Cívico Correr – ostenta, sintomaticamente, a inscrição *ALEX APH* (folha) *ARIS*, ou seja, referente ao nome daquele filósofo medieval.

Trinita Kennedy, tendo analisado esta placa, conclui que “este relevo parece tributário à composição do frontispício do primeiro volume da edição veneziana de 1483 dos *Opera* de Aristóteles, existente na Pierpont Morgan Library, de Nova Iorque”⁶⁰. Aí encontra-se representado, com efeito, um dos mais distintos e respeitados comentadores da obra do Estagirita, Averróis, escutando a lição do mestre.

Esta investigadora detém-se, a dado passo, nos modos distintos como se encontram cobertas as cabeças dos dois filósofos representados. Aristóteles ostenta “um chapéu redondo, como aquele que serve perfeitamente, na arte veneziana, para significar a origem grega de um determinado personagem”.

Alexandre de Afrodísia, por seu lado – mesmo que ele fosse também grego – apresenta, curiosamente, na cabeça um turbante de estilo otomano. Assinale-se ainda que na arte dos círculos humanistas venezianos o turbante evoca praticamente sempre a sabedoria e a cultura daquele que o usa, referenciando-o muitas vezes como *hakîm*, ou seja, como sábio⁶¹.

Em muitas das iluminuras destes círculos venezianos Aristóteles é representado, aliás, com turbante. A essa *traditio* interpretativa da representação do sábio grego não é estranha a vinculação do legado espiritual da sua *herança* em relação aos eruditos árabes.

5. Um português (Damião de Góis) na Pádua averroísta com mais interesses em Platão do que em Aristóteles

Constitui uma nota de significativo interesse verificar-se que, apenas cerca de três décadas e meia depois da morte do professor averroísta Nicoletto Vernia em 1490, o humanista português Damião de Góis ter chegado a esta cidade (em 1534 e depois do convívio com Erasmo em Friburgo de Brisgóia) para ali desenvolver um plano de estudos. Tendo permanecido nessa cidade transalpina até c. 1538, ele fez imprimir, na vizinha cidade de Veneza, tanto uma versão do *De senectute*, de Cícero, como uma sua transcrição comentada do texto bíblico do *Eclesiastes*.

Os quatro anos da permanência de Damião de Góis em Pádua foram, reconhecidamente, deveras frutuozos. Não só estreitou os contactos com alguns dos proeminentes intelectuais que aí ensinavam ou investigavam e até com outros ausentes⁶² (por via da epistolografia) como, também, se aproximou da cultura filosófica latina e helénica.

⁶⁰ Trinita Kennedy, “Ulocrino...”, in catálogo *Venise et l’Orient*, edição ant. cit. p. 332.

⁶¹ Trinita Kennedy, *op. cit.* (loc. cit.).

⁶² São conhecidas, do seu período de Pádua, pelo menos (e por ordem cronológica) as três primeiras cartas que ele dirigiu a Bonifácio Amerbach (31 de Outubro de 1534; 23 de Junho de 1535; 28 de Setembro de 1535); duas endereçadas a Erasmo de Roterdão (22 de Dezembro de 1535; 26 de Janeiro de 1536); três outras enviadas a Bonifácio Amerbach (31 de Agosto de 1536; 24 de Setembro de 1536; 14 de Dezembro de 1536); uma emitida para o Cardeal Tiago Sadoletto (1 de Julho de 1537); uma outra para Nicolau Cleonardo (19 de Agosto de 1537); e, finalmente, uma que fez seguir para “certo amigo seu” (27 de Agosto de 1537), pouco antes de regressar a Lovaina, onde já encontrava em 13 de Setembro de 1539 (data esta correspondente a uma carta que enviou então dessa cidade da Flandres para Itália, dirigida de novo ao Cardeal Pedro Bembo). – A fixação do texto latino dessas cartas e a sua correspondente versão em língua portuguesa são apresentadas por Amadeu Torres, in *Noese e crise na epistolografia latina Goisiana. I As cartas latinas de Damião de Góis*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp.268-313.



Retrato de Damião de Góis, hoje existente na Universidade Pádua, da autoria de Giacomo dal Forno (1942)

No respeitante à cultura latina, a sua versão do *De senectute*, de Cícero, a que atrás fizemos referência, constitui decerto o aspecto mais marcante. Quanto à sua proximidade à cultura helénica, não deixa de ser pertinente que, estando ele na capital do aristotelismo averroísta, indicia nos textos por si publicados em Itália nesse período ter-se aproximado no essencial de Platão não ostentando nenhuma citação de Aristóteles.

Revisitando-se o texto das notas (seu principal ponto de intervenção textual criativa neste aspecto particular) que Góis escreveu para fazer acompanhar a sua versão portuguesa daquele texto de Cícero – que editámos em 2002⁶³ – conclui-se que são de algum modo frequentes as suas deambulações filosóficas no *terreno* de Platão⁶⁴.

Apresentando essa edição – em fidelidade ao texto do Arpinate – vários *doestos* sobre a velhice, regista-se que (e só em moldes de exemplificação sumária) logo na primeira dessas secções, citando entre outros Platão e Isócrates, o humanista português enaltece do primeiro que “foi cidadão de Atenas, preclaríssimo filósofo, de quem se disse que se os Deuses viessem à terra, que nenhuma outra linguagem fariam que a de Platão”⁶⁵.

Existe, porém, nos textos de Góis produzidos neste período em Pádua – mais particularmente na carta que escreveu em 19 de Agosto de 1537 e enviou a Nicolau Cleonardo (a que atrás fizemos referência em nota) – uma sua aproximação indirecta à

⁶³ *Obras de Damião de Góis, vol. I (1532-1538)*, direcção de Manuel Cadafaz de Matos com a colaboração do Dr. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa CEHLE e Edições Távola Redonda, 2002.

⁶⁴ *Obras de Damião de Góis, vol. I...*, edição ant. cit. pp. 212, 227, 235, 255, 257, 291, 303-306, 308, 309, 313, 319, 322, 323, 328, 330.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 304. Assinale-se, ainda, que nesta sua incursão por textos de Platão, Damião de Góis dá uma particular ênfase ao texto da *República*.

problemática aristotélica. Tal sucede quando regista, a propósito do *De senectute*, ser um leitor de Teodoro de Gaza (c. 1398/1400 - c.1476)⁶⁶, um dos mais importantes filósofos e difusores do aristotelismo pré-renascentista⁶⁷: “O varão disertíssimo que é Teodoro Gaza... omitiu na sua versão grega, onde se fala de Lívio Andronico, os nomes dos cônsules [romanos]”⁶⁸.

De salientar, com efeito, que Damião de Góis – para além dos seus interesses nos considerandos de Teodoro de Gaza sobre os cônsules romanos – também poderá ter sentido alguma apetência cultural pela cultura helénica (para além de Platão). Nos interesses culturais do humanista de Alenquer neste período não houve, claramente, uma eventual disponibilidade para o estudo de Teodoro de Gaza como comentador do *De animalibus* de Aristóteles. Não é muito provável, também, que ele se tenha interessado, então pelo texto desse helenista *De lingue graecae institutione liber secundus, Erasmo interprete*⁶⁹, que merecera ao seu correspondente de Roterdão (que ele tanto admirava) a cuidada edição de Lovaina, de Fevereiro de 1518⁷⁰.

6. Dos filósofos aristotélicos com difusão em Pádua, Francesco Piccolomini e Jacobus Zabarella

De referir, ainda, que no período correspondente ao da saída (em 1538) de Damião de Góis de Pádua para Lovaina, não se considera encerrado, definitivamente, o capítulo da vigência do averroísmo aristotélico naquela cidade transalpina. O *fantasma* de Nicoletto Vernia continuou, muitos anos depois da sua morte em 1499, a estar bem presente em muitos intelectuais que, na universidade daquela urbe, continuavam a ver em Aristóteles um filamento de luz na mudança para o entendimento do homem, da sua cultura e pensamento, da sua corporeidade e do seu destino.

Dois dos autores da segunda metade do século XVI que circularam, pelas suas obras, em meios aristotélicos paduanos foram, precisamente, Francesco Piccolomini e Jacobus Zabarella. Iremos sumariar, apenas, alguns aspectos essenciais da sua acção teórica.

Quanto a Francesco Piccolomini (1523-1607), trata-se de um filósofo de Sienna que estudou, e depois ensinou, em Pádua durante numerosos anos⁷¹. Escreveu sobre uma larga gama de obras de Aristóteles e foi adversário do filósofo Zabarella.

O último pensador aristotélico no qual nos vamos deter é, curiosamente, esse mesmo Jacobus Zabarella (1533-1589)⁷². Trata-se de um filósofo paduano que passou toda a sua vida a ensinar na sua cidade natal. Ele foi, segundo regista ainda Charles B. Schmitt (falecido precisamente em Pádua em Abril de 1986⁷³), um dos mais distintos

⁶⁶ Importa referir que o helenista Teodoro de Gaza – para além de traduzir do grego para latim as obras de Aristóteles (entre outras como as de S. João Crisóstomo) – tinha traduzido para a língua grega quer o *De senectute* quer o *Somnium Scipionis*, ambas do Arpinate.

⁶⁷ Manuel Cadafaz de Matos, “As edições italianas de Aristóteles...”, edição ant. cit. (2005), pp. 268-269.

⁶⁸ Amadeu Torres, *op. cit.*, I, p. 305.

⁶⁹ Adams, I, nº 516, p. 270. De assinalar ainda que a gramática grega, deste helenista bizantino (natural de Salónica), a que aqui fazemos referência, fora editada em Veneza em 1495. Ela foi considerada por M. Gonçalves Cerejeira, in *Clenardo, o Humanismo e a Reforma* (II, Coimbra Editora, 1975, p. 164), “o maior monumento da erudição grega do século XVI”.

⁷⁰ Interrogamo-nos, até, se Damião de Góis não possuía – dada a sua grande admiração por Erasmo – esta edição de 1518 preparada a partir dos cuidadosos trabalhos de Teodoro de Gaza.

⁷¹ Ver Lohr, pp. 331-342; e, ainda, A. E. Baldini, “La politica ‘ética’ di Francesco Piccolomini”, in *Il pensiero politico*, 13, 1980, pp. 161-185.

⁷² Ver Lohr, pp. 497-503; e *DSB*, t. XIV, pp. 580-582.

⁷³ Tendo o pensador britânico Charles B. Schmitt – que dedicou praticamente toda a sua vida ao estudo de Aristóteles e da sua obra (em particular no período do Renascimento) – desenvolvido o seu trabalho na cidade de Pádua em Abril de 1986, ali veio a falecer no dia 15 desse mês. É caso para se poder afirmar que maior ventura poderia ter um filósofo do aristotelismo, como ele, do que finar os seus dias na cidade onde, porventura, foi levado mais longe o aprofundamento do aristotelismo na sua vertente averroísta.

pensadores aristotélicos do seu tempo. As suas obras sobre Lógica e a Filosofia da natureza foram abundantemente lidas na Europa do seu tempo.

Algumas conclusões

Ao longo deste trabalho procurou-se aprofundar a perpetuação e revitalização do pensamento de Aristóteles em Veneza e Pádua, desde o último quartel do século XV. Esta análise foi extensiva a todo o período quinhentista, pois que a partir da morte do impressor Aldo Manutio em Veneza, diversos outros tipógrafos se empenharam em continuar a fazer circular em letra de forma os principais tratados do Estagirita, sobretudo em língua latina.

Para o trabalho desses impressores poder ter lugar foi indispensável que hele-nistas credenciados transpusessem o texto desses tratados do Estagirita da língua grega para o latim. A revolução tipográfica europeia iniciada em meados do século XV em Mogúncia (por Gutemberg e Fust) ganhou efectivamente uma natural caminhada qualitativa, no plano da sua evolução histórica, em terras transalpinas. A difusão do aristotelismo e do platonismo em meios humanistas como Veneza, ou Pádua (a par de outros lugares), insere-se na esclarecida caminhada evolutiva das ideias filosóficas da Renascença e, em particular, na História da Imprensa nessas cidades.

Mesmo que tenham sido aqui aflorados, reconhecidamente, apenas alguns dos contributos aristotélicos de pensadores que foram deveras importantes para a História da Filosofia (e sobretudo do aristotelismo) neste período da cultura italiana, procurá-mos trazer a este nosso estudo, pelo menos, uma leitura transversalizante, seguindo Schmitt, dos principais esforços então empreendidos nesse mesmo sentido.

No século XVI, com efeito, o mundo culto europeu, os seus eruditos e as suas bibliotecas ficaram a dever muito do conhecimento de Aristóteles aos prelos de Veneza e de Pádua.

A *ademarragem* erótica na poética de Altino Caixeta de Castro

Rodrigo Guimarães

Doutor em Literatura Comparada pela UFMG. Pesquisador Fapemig-Unimontes
e-mail: rodrigo.guima@terra.com.br

Resumo: Trata-se de um estudo da obra de Altino Caixeta de Castro, em que se busca assinalar algumas modalidades do erotismo que marcam significativamente sua poética, realizando incessantes desterritorializações no campo da sintaxe, do léxico, da lógica e da semântica. Para tanto, foi analisado, especialmente, seu livro *Cidadela da rosa: com fissão da flor* (1980).

Palavras chave: Altino Caixeta de Castro – poesia contemporânea – erotismo

Escreve-se o livro:
eis o circo montado.
Vêm os acrobatas
para o salto sem redes.

Altino Caixeta, *Sementes de sol*

A inspeção contínua não possibilita a organização de um mapa-múndi. Constatam-se, na poética altiniana, cintilações “ímêmores”: Heráclito, Parmênides, Aristófanes, Platão, Epicuro, Homero, Safo, Anacreonte. Os desconstrutores também comparecem: Derrida, Deleuze, Nietzsche, Borges, Joyce, Lautreamont. Assomam-se os poetas críticos da modernidade: Eliot, Pound, Paz e Haroldo de Campos. E, por vias sinuosas, infiltram-se os orientais: Lao e Chuang Tse, Bashô, Omar Khayyamn, Khalil Gibran. Do lado de cá, Camões, Augusto dos Anjos, Alphonsus, Cruz e Souza, Mário Faustino, Drummond, Cabral e tantos outros “gangorrandos em Gôngora”. Mostruário de escrituras que se conversam e viajam sem mapas.

Altino Caixeta de Castro, sobretudo em seus livros *Cidadela da rosa: com fissão da flor* (1980) e *Diário da rosa errância e prosoemas* (1989), mediante intrincado processo de referências e citações, desequilibra as estruturas em que a historicidade textual e filosófica se apóiam. Valendo-se de uma *ademarragem* erótica, da volúpia e dos jogos sensuais com a corporeidade das palavras, o poeta encena uma *erótica menor* em várias seções de *Cidadela da rosa* em que o leque de *eros* não se entreatre desmedidamente. “O discurso amoroso” na poética altiniana escreve seu *phatos antilogos* de forma bastante peculiar. A modernidade paradoxal de Altino Caixeta possibilita liames de vocábulos e operações aparentemente desconexos. Assim, sua escritura dialoga com a beleza “lógica-louca-lírica-lúdica” que ressona incessantemente e ultrapassa o “banquete platônico”, em que *eros* é cativo do bem (Fedro), do amor celeste (Pausânias), da

harmonia (Erixímaco), da falta (Aristófanés), da verdade (Sócrates) ou do belo (Agátton).¹

Quanto ao último aspecto de *eros* (“o belo”), atualizado na frase de Vinícius de Moraes que prontamente se converteu em um bordão (“As feias que me perdoem, mas a beleza é fundamental”), Altino, ciente de que essa dicotomia deve ser problematizada, ressalta, em entrevista concedida à Maria Esther Maciel: “Mas não é bem assim. Às vezes basta que uma mulher tenha um belo nome. Ou uma pinta no nariz. Ou olhos de cabrita assustada, no espanto de ser. Ou mágoas de flor-Bela. A mulher é necessária ao poeta. [...] Mas a química, a filosofia, a física e a arte também são”. Daí a sua afirmação, em outro momento dessa mesma entrevista: “Sou um seduzido pelas palavras. São elas que me erotizam no poema”. (MACIEL, 2002, p. 20-21)

Por isso identifico, nos poemas de Altino Caixeta, um traço que se afina em matéria erótica mediante atenta leitura. Esse é o caso de seu soneto “Deusa da Hiléia”.

me aconchego ao teu corpo com recato
nas paisagens do sonho: e, nos começos
de teu perfil apenas amanheço
na quase plenitude do regato.

vou madrugando mais: o líquido espesso
apalpo. o teu fulgor: e, no meu tato
floresce o amor dos noitibós do mato.
nas pirogas do espanto embarco e desço.

Sensualidade ou erotismo, conforme o ângulo em que se depõe o olhar e o gradiente de inclinação a favor das entrelinhas. O ritmo entrecortado do soneto merece uma análise à parte. Maria Esther Maciel em seu artigo “Altino Caixeta de Castro: O Guardiã das Palavras” analisa, de forma pormenorizada, os sonetos insólitos e de “exceção” presentes em *Cidadela da rosa*. Temas estranhos, tom antilírico e vocabulário incompatível com as convenções poéticas perfazem alguns dos recursos incomuns utilizados por Altino Caixeta. Em relação ao soneto “Deusa da Hiléia” acima transcrito, Esther Maciel destaca

a pontuação inusual, como pontos finais e dois pontos no meio do verso, somada ao uso ostensivo de minúsculas no início dos versos e após os pontos finais – fratura a linearidade do poema e interrompe a continuidade do ritmo, garantindo, graficamente, efeitos de descontinuidade e dispersão. (MACIEL, 1999, p. 77)

Por vezes, alguns poemas de *Cidadela* apresentam uma cena explicitamente erótica que se entesa de forma peculiar mediante certas coordenadas de leitura, como acontece com o poema “Cúpula”, analisado no ensaio “Sob as bênçãos de Eros” por Antônio Sérgio Bueno, em que o crítico se dedica a sondar, com requinte, as significâncias sub-reptícias do texto altiniano:

Quando se preme
as popas redondas
da Amada

¹ Sobre uma circunscrição mais precisa da noção de “erotismo”, ver o ensaio “A Lição do Fogo: Amor e erotismo em Octavio Paz”, de Maria Esther Maciel. Ao analisar alguns textos do poeta mexicano, Maciel escreve: “Para Paz, se o poema é uma erótica verbal, o erotismo é uma poética corporal: na mesma proporção em que o poema desvia a linguagem de sua finalidade natural, imediata, que é a comunicação, o erotismo desvia o corpo e sua função primeira, a reprodução. Daí ser o erotismo uma sexualidade transfigurada: uma metáfora”. Cf. MACIEL, 1999, p. 112.

para a cúpula
realiza-se uma arquitetura
de cúpula,
circular,
depressão cinética-tátil,
enquanto o corpo
extenso-vertical
realiza-se gótico

Antônio Bueno começa o seu ensaio lembrando ao leitor que o nome gótico refere-se ao estilo arquitetônico que, de forma sumária, é definido pela arquitetura das ogivas entrecruzadas. A seguir, destaca nesse enlace o impulso à verticalidade e a sugestão de sacralidade. Há outros entrecruzamentos semânticos e visuais, como cúpula-cúpula que sugerem um encontro sexual, bem como os adjetivos compostos: “cinética-tátil” e “extenso-vertical”, que por sua vez reafirmam o caráter de união pelo processo de hifenização, visto por Bueno como ponte copulativa. O último verso “realiza-se gótico”, pode ser lido tanto como a consumação do ato sexual quanto como a sacralidade presente no gótico, que busca, por meio do misticismo, uma fusão com a totalidade, conexão supostamente viabilizada pela linguagem poética. Sabe-se que o sagrado está vinculado ao erotismo em muitas tradições místicas, o que leva Antônio Bueno a sugerir que a palavra “gótico”, que encerra o poema, seja uma condensação de gozo e erótico.²

Há, em alguns textos altinianos, uma *desarrumação* topológica contundente. O poeta parece escrever em transe, possuído por uma espécie de *libido scribendi* (Maciel) que resulta em poemas como “Elegia dos soberbos subúrbios”:

[...] nos subúrbios
de teu umbigo
búzios vazios
mastúrbios
macambúzios falares
desvãos de vôos

nos subúrbios
de teu umbigo:
há conúbios
de canábis sativa
inúbias
cornamusas
pronobus
planórbios
conciliábulos
cibos e cibas
recibos
tribo
luminiscentes.

² A análise de Antônio Sérgio Bueno chama a atenção para a dimensão plástica do poema. Acrescentam-se ainda, aos aspectos acima mencionados, algumas “minúcias estilísticas” presentes em seu ensaio: “ – O jogo de abertura e fechamento que se verifica na alternância das vogais abertas e fechadas. As sugestões eróticas decorrentes desse movimento são cristalinas. [...] É impossível ignorar o caráter fisiognômico do sintagma “popas redondas”, onde os dois *p* e os *d* visualizam em posições invertidas a parte do corpo que estão nomeando e caracterizando. Basta olhar para o desenho das letras para constatar que o *p* de cabeça para baixo é *d*, e vice-versa. Que Altino e o leitor me perdoem se estou tendo delírios visuais”. Cf. BUENO, 2002, p. 23.

A cristalinidade evocada por Bueno, creio eu, poderia ser facilmente acusada de “superinterpretação” (na acepção que lhe confere Humberto Eco). Certamente que a “máquina” acoplada por Bueno carrega outros sentidos que não estão explícitos no texto. Mas como negar aos acréscimos de Bueno, mesmo que conjeturais, certa *radiância*? Eu diria, na esteira de Altino, que é preciso “surpreender a poesia dos poetas”.

Quem lê Altino se vê forçosamente obrigado a romper os liames dos sistemas classificatórios depositados na continuidade das circunstâncias. Essa “elegia arteira” (conservo a forma antitética) promove uma “poética da desaprendizagem” em que se constata alogicidades que comportam, concomitantemente, versos que se nutrem de uma dicção erótica e lúdica ou, ainda, de imagens surreais encadeadas por uma meticolosa construção rítmica absolutamente incomum, que exalta vogais fechadas “o” e “u” como se girassem no diminuto espaço redondo do umbigo: búzios/ mastúrbios/ macambúzios/ conúbios/ inúbias/ cornamusas/ pronobus/ planórbios. Constata-se aí um exemplo ilustrativo do poeta seduzido pelas palavras, por seus jogos sonoros, visuais e semânticos; aliciado pela estranheza de ritmos evocados por nomes relacionados ao tupi-guarani (inúbias) e de outros campos disciplinares; atraído pelas luminiscências de palavras que sugerem sentidos extraviados (cornamusa: do francês *cornemuse*, gaita de foles).

Em vez de recorrer a neologismos ou palavras-montagem para alcançar um efeito de estranheza no texto poético (à maneira de Joyce ou Haroldo de Campos), Altino é mais afeito às palavras deportadas de seu sistema contextual, procedentes do latim, das línguas indígenas, do português arcaico ou regionalista, da esfera filosófica, religiosa, lingüística, mítica ou das ciências naturais (Pronobus, por exemplo, é o nome da deusa do casamento na mitologia romana antiga e planórbios é um tipo de molusco). Quanto aos termos técnicos na poética altiniana, Maria Esther Maciel assinalou, a esse respeito, “um ponto de interseção com a obra de Augusto do Anjos, um poeta que, sob o signo da excentricidade e da estranheza, não encontrou até hoje um lugar definido na história da poesia brasileira”³.

A “Elegia dos soberbos subúrbios” é composta por quinze blocos semânticos que recebem, esporadicamente, algumas pinceladas rápidas de imagens surreais: “musas mescalinas [...] astrolábios em biombos/ biocos/ de sombra”. A maneira com que Altino Caixeta se apropria do fluxo imagético decorrente da estética surrealista é bastante particular. Quase sempre, o texto altiniano recorre a esses procedimentos de forma parcimoniosa, promovendo apenas um leve deslocamento no centro de gravidade do poema ou um fechamento inusitado dele:

Essa *ademarragem* erótica e o chão exíguo de sua brevidade

Referências bibliográficas

BUENO, Antônio Sérgio. Sob as bênçãos de eros: Notas sobre um poema de Altino Caixeta de Castro. *Rev. Alpha*. Patos de Minas, Centro Universitário de Patos de Minas, ano 3, n. 3, p. 22-24, nov. 2002.

CAMPOS, Haroldo de. *Galáxias*. São Paulo: Ex-Libris, 1984.

CASTRO, Altino Caixeta de. *Cidadela da rosa: com fissão da flor*. Brasília: Horizonte Editora, 1980.

_____. *Diário da rosa errância e prosoemas*. Brasília: Escopo, 1989.

_____. *Sementes de sol*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

³ Em seu ensaio “Do espanto da palavra e outras perplexidades: a poesia de Altino Caixeta de Castro”, Esther Maciel elabora uma lista de nomes que dizem respeito à “exogamia lingüística” altiniana: “para o leitor mais atento, não é difícil constatar que os termos técnicos na poesia de Altino têm uma função eminentemente poética, não apenas por um certo efeito encantatório que provocam, como também pela potencialidade que têm de causar estranhamento”. Cf. MACIEL, 2004, p. 116-117.

GUIMARÃES, Rodrigo. A escritura hexagramática de Altino Caixeta. *Rev. Alpha*. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, Ano 3, n. 3, nov. 2002.

GUIMARÃES, Rodrigo. A escritura múltipla de Altino Caixeta de Castro, *Minas Gerais*. Ano 39, n.

MACIEL, Maria Esther. *A memória da coisas*: ensaio sobre literatura, cinema e artes plásticas. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2004.

_____. *Vôo transverso*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

_____. “Do espanto da palavra e outras perplexidades: conversa com Altino Caixeta de Castro” *in: Revista Alpha*, Ano 3, n. 3, p. 21, nov. 2002.

PLATÃO. *Diálogos: Mênon-Banquete-Fedro*. 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [sd.]

WALTY, Ivete Lara Camargos. Aldeia e mundo na palavra de Altino Caixeta. Belo Horizonte: *Rev. Scripta*. v. 7, n. 13, dez. 2003.

A construção do conhecimento discente na sala de aula de inglês: uma reflexão sociointeracional de linguagem na escola pública

Rosana Mary Martins

Mestre em Lingüística Aplicada pela Universidade de Taubaté, orientada pela Prof.^a Dr.^a Solange Teresinha Ricardo de Castro. Bolsista da SEE do Governo do Estado de São Paulo.
www.rosanamary1@yahoo.com.br

Resumo: O propósito deste estudo foi investigar as reações dos alunos de duas salas de inglês do Ensino Médio, ambas de escola pública, frente a uma situação de ensino e aprendizagem da língua por meio de um desenho de curso baseado em um gênero textual, e compreendê-las à luz de uma abordagem sociointeracional de aprendizagem. Além disso, examinamos o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento lingüístico em inglês desses alunos. Exploramos, também, a afetividade e valoração como elementos indissociáveis do processo cognitivo. As propostas dos PCN orientam a base pedagógica deste trabalho. Adotamos a pesquisa de base interpretativista e contemplamos a pesquisa-ação como instrumento investigativo deste estudo. O trabalho contribui com algumas reflexões sobre o ensino de inglês na rede pública e sobre algumas formas de intervenção docente para que o aluno alcance o seu direito de aprender.

Palavras-chave: ensino e aprendizagem de inglês – gêneros textuais – escola pública

Introdução

Tendo em vista a atribulada situação pela qual atualmente se encontra o ensino de inglês, particularmente na escola pública, desenvolvi uma pesquisa sobre a construção do conhecimento discente na sala de aula de inglês numa perspectiva sociointeracional de linguagem para verificar as oportunidades de aprendizagem construídas nesse contexto.

Este estudo foi realizado com alunos de duas salas de inglês do Ensino Médio de uma escola pública da zona rural do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, com o objetivo de examinar as reações dos alunos acerca do seu próprio aprendizado frente a uma situação de ensino baseada em um gênero textual em inglês e verificar como essas reações são compreendidas à luz da abordagem sociointeracional de aprendizagem de Língua Estrangeira (LE). A partir dessas reações, apresento alguns resultados que podem contribuir com o professor de inglês no desenvolvimento de um trabalho condizente com a realidade do seu aluno e que lhe desperte o interesse em aprender uma segunda língua.

O aporte teórico deste trabalho fundamenta-se na teoria vygotskyana (1934/1989, 1998) e seus seguidores, e na teoria de gêneros do discurso¹ bakhtiniana (1992).

¹ Bakhtin adotou a nomenclatura *gêneros do discurso* em seus trabalhos.

Além disso, discuto a proposta de uma seqüência didática baseada em gêneros textuais² elaborada por Ramos (2004).

Na seqüência, discuto os procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados que foram adotados nesta pesquisa.

Em seguida, apresento alguns resultados levantados nesta pesquisa, discutindo o processo de construção do conhecimento discente na língua inglesa (LI) e as formas de intervenção docente que propiciaram a aprendizagem do aluno.

Por fim, nas considerações finais, teço alguns comentários sobre o processo de construção do conhecimento discente que se estabeleceu neste estudo.

A construção do conhecimento na perspectiva sociointeracional de linguagem

Nesta seção, discutimos o processo de construção do conhecimento discente dentro de uma perspectiva vygotskyana (VYGOTSKY, 1934/1989, 1998) e de seus seguidores (LEONTIEV (1981) e ROGOFF (1990) apud CUBERO e LUQUE, 2004; WERTSCH (1990) apud OLIVEIRA, 1992; TERZI, 2001; CUBERO e LUQUE, 2004), com a intenção de compreender, à luz da abordagem sociointeracional de aprendizagem de linguagem, as reações dos alunos frente a uma situação de ensino da LI com base em um gênero textual, na qual se entende que o conhecimento se forma nas interações sociais, por meio de uma negociação conjunta de significados.

1. A interação social

O processo de construção do conhecimento escolar, inserido numa perspectiva sociointeracionista, central na teoria vygotskyana, não pode ser interpretado como uma ação individual, mas como uma construção conjunta, um processo social e compartilhado, realizado com a ajuda de outras pessoas que, no caso da escola, são o professor e os colegas de sala de aula (CUBERO e LUQUE, 2004, p. 105).

No entanto, para que a aprendizagem ocorra na interação, é fundamental uma efetiva comunicação, mediada pela linguagem, entre os participantes, permitindo o compartilhamento de idéias e pontos de vista numa atividade. Esse processo chama-se intersubjetividade (TERZI, 2001; CUBERO e LUQUE, 2004).

Além do processo de intersubjetividade, para o desenvolvimento da aprendizagem, tem crucial importância, também, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade do aluno em solucionar problemas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas com a colaboração de um adulto ou colegas mais capazes (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

Com base na ZDP, Rogoff (1990 apud CUBERO e LUQUE, 2004, p. 101) introduz o conceito de participação guiada em contexto educacional e discute o processo de construção do conhecimento apoiado pelo professor e pares. Para ela, a aprendizagem escolar é um “fenômeno comunitário”, por meio do qual os alunos aprendem em função da sua participação nas atividades desenvolvidas coletivamente, atividades essas ligadas às práticas de sua comunidade e com a sua história. Quando os envolvidos nesse processo compartilham tais atividades, “adquirem formas mais maduras de participação na sociedade” graças à colaboração direta que recebem dos adultos ou de outros alunos (ROGOFF, 1990 apud CUBERO e LUQUE, 2004, p. 101).

² O Grupo de Genebra (Bronckart, Schneuwly, Dolz e outros) adotou a nomenclatura *gêneros textuais* e essa é a forma que adotamos neste estudo.

2. Afetividade e valoração: o poder de fogo na construção da linguagem

Aos três pré-requisitos necessários à aprendizagem discente, isto é, (i) compatilhamento de idéias e de pontos de vista numa determinada situação; (ii) intersubjetividade e (iii) mediação semiótica, Terzi (2001) acrescenta mais dois fatores que são cruciais na história de sucessos e fracassos na aprendizagem do aluno: (iv) afetividade e (v) valoração.

No que diz respeito à afetividade, Terzi (2001) refere-se à expressão não como uma manifestação de carinho físico, mas como uma “relação de confiança e de respeito mútuos” entre os participantes, ou seja, confiança do aluno para com o professor, certo de que esse se interessa por seu progresso e que se empenhará para conseguir ajudá-lo em seu desenvolvimento; e do professor para com o aluno, acreditando que esse deseja e se interessa em aprender, colaborando com “*feedback* contínuos” que possam orientá-lo adequadamente na sua prática. Segundo a autora, a confiança mútua pressupõe o respeito mútuo, ou seja, o professor deve respeitar o aluno como ser humano, como alguém que tem algo a dizer e que traz consigo um conhecimento que lhe é próprio, respeitar o seu ritmo de aprendizagem e a maneira como o faz. Por outro lado, é preciso que haja respeito do aluno para com o professor, aceitando-o como uma pessoa mais experiente e, portanto, capaz de orientar o seu processo de aprendizagem. Quando essa relação de respeito é quebrada por qualquer uma das partes, torna-se impossível estabelecer uma intersubjetividade, prejudicando o compartilhamento de idéias e colocando em risco todo o processo de aprendizagem do aluno na interação.

Quanto à valoração, Terzi (2001) define o termo como uma atribuição de valor ao objeto de ensino, o qual deve ter um sentido tanto para quem ensina como para quem aprende, e defende que é a construção desse sentido que faz com que as pessoas se engajem na interação, instaurando a propriedade à aprendizagem. Se qualquer uma das partes bloquear essa intersubjetividade, porque não vê razão para se engajar numa determinada interação, o processo de ensino e aprendizagem também fica comprometido.

3. A Língua Materna (LM) na aprendizagem da LE

Castro (2002), baseada em Vygotsky (1934/1987a) e em Stern (1983/ 1992), Cook (1977) e John-Steiner (1985), afirma que é incontestável o papel positivo da LM no processo de construção do conhecimento de LE, principalmente na fase inicial da aprendizagem, considerando que o aluno apresenta certo domínio de letramento na LM e nenhum, ou quase nenhum, conhecimento na LE.

Assim sendo, a LM serve como apoio no começo do processo de aprendizagem da LE, “emprestando” subsídios lingüísticos que auxiliem o aluno a superar as dificuldades na segunda língua, desempenhando a função de facilitadora na construção do conhecimento da LE (CASTRO 2002, p. 152-153).

As estratégias apontadas por Castro (2002), inseridas numa perspectiva socio-interacional vygotskyana, em que a LM é vista como mediadora no processo de aprendizagem da LE, serviram de apoio teórico na seqüência didática elaborada neste trabalho.

4. PCN-LE: uma proposta de construção de conhecimento de LE

Os PCN-LE entendem que a aprendizagem é de natureza sociointeracional, já que “aprender é uma forma de estar no mundo com alguém, em um contexto histórico, cultural e institucional” (BRASIL, 1998). Assim sendo, os PCN-LE (BRASIL, 1998) afirmam que os processos de aprender são gerados na ZDP por meio da interação entre o aluno e um parceiro mais competente, que pode ser o professor ou um colega de sala que se

envolvem, mediados pela linguagem, numa negociação de significados para resolução de tarefas, isto é, num processo de construção do conhecimento compartilhado.

Com relação à interação entre os participantes da sala de aula, os PCN-LE (BRASIL, 1998) salientam que o ensino atual ainda pratica uma interação assimétrica, ou seja, uma relação em que o controle ainda é exercido pelo professor, restando ao aluno o mero cumprimento das atividades propostas. A proposta dos PCN-LE (BRASIL, 1998) orienta que o professor compartilhe seu poder, deixando de lado sua posição de detentor do saber, e aprenda a dar voz ao aluno, para que ele possa se constituir como sujeito do discurso.

Os PCN-LE (BRASIL, 1998) também propõem desenvolver o conhecimento meta-cognitivo do aluno em relação ao quê e como ele está aprendendo, já que “quanto melhor for o controle que os aprendizes têm sobre o que estão fazendo no ato de aprender, maiores serão os benefícios do ponto de vista da aprendizagem”. Incluem-se nesses conhecimentos metacognitivos a consciência lingüística do aluno (conhecimentos de mundo, da organização textual e sistêmico) e a consciência crítica, que é a forma como esses conhecimentos serão usados na construção social dos significados.

No que diz respeito ao desenvolvimento de uma seqüência didática, os PCN-LE (BRASIL, 1998) enfatizam que os conhecimentos de mundo e da organização textual devem ser priorizados com relação ao conhecimento sistêmico. O importante, segundo o que se propõe em seus textos, é que as atividades em sala de aula se engajem com a vida real, com foco na construção do significado em detrimento dos aspectos puramente lingüísticos. Nesse sentido, os PCN-LE consideram incoerente com a perspectiva sociointeracionista o ensino estruturalista e descontextualizado da língua.

4. Gêneros textuais³: o que são e por que trabalhar com eles em sala de aula de inglês.

O conceito de gêneros textuais neste trabalho apóia-se em Bakhtin (1992), que defende, assim como Vygotsky, que a interação social, mediada pela linguagem, é a alavanca propulsora da construção do conhecimento e acrescenta que essa interação é ancorada em padrões lingüísticos, “relativamente estáveis”, típicos de cada esfera da atividade humana. Segundo o autor, comunicamo-nos através de gêneros textuais, que organizam a nossa fala e nos possibilitam entender a fala do outro.

Da teoria de Bakhtin, entendemos que se a vasta gama de gêneros textuais nos instrumentaliza com as formas mais fáceis e ágeis de comunicação e ação no mundo, o ensino de gêneros textuais no contexto escolar, especificamente na língua inglesa, não significa apenas ensinar nossos alunos a se comunicar, mas ensiná-los a ser agentes transformadores no e do mundo em que vivem, ou seja, é uma possibilidade de construção da cidadania.

Esse raciocínio nos remete ao propósito fundamental mencionado nos PCN-Introdução (BRASIL, 1998) que norteiam a educação brasileira: o de preparar o aluno para o exercício da cidadania⁴. Por preparo para a cidadania entendemos ser uma ação contínua e ininterrupta, visando ao desenvolvimento do senso crítico do aluno e sua capacidade de argumentar, ou seja, capaz de se engajar discursivamente nas diversas esferas sociais que fazem parte do nosso cotidiano.

³ Os PCN-LE utilizam o termo “tipos de texto”. Uma abordagem de ensino baseada em gêneros textuais, no entanto, casa-se com a teoria sociointeracional de aprendizagem da linguagem defendida nesse documento.

⁴ Fundamentado na Lei Federal nº 9394/96, LDBEN, estabelece que a “educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

5. Seqüência didática baseada em gêneros textuais

A seqüência didática elaborada neste trabalho, com base em um gênero textual, apoiou-se na proposta pedagógica de Ramos (2004). A autora propõe três etapas, ou passos:

- *Apresentação* (aborda elementos para a contextualização do gênero, através de atividades de *conscientização*, ou seja, sensibilizar o aluno com relação à circulação do gênero, quem são os usuários, quais seus propósitos, grupos, interesses; e *familiarização*, isto é, identificar as características que o aluno já conhece sobre o gênero em questão e oferecer mais informações necessárias que ele ainda não possui a respeito desse gênero). A autora recomenda expor o aluno a “diversos exemplos do mesmo gênero para que ele possa perceber as similaridades e diferenças”.
- *Detalhamento* – é uma *exploração* mais ampla, abordando aspectos mais específicos, isto é, explorar a função discursiva dos textos e suas características léxico-gramaticais, oferecendo oportunidade ao aluno de *usar e vivenciar* na prática esses componentes. A meta desta fase é aprofundar os conhecimentos necessários para compreensão/produção geral e detalhada dos textos pertencentes ao gênero em questão.
- *Aplicação* – é a ocasião em que se espera que o aluno consolide sua aprendizagem. A *consolidação* – expõe o aluno a muitos exemplos do gênero para que ele possa consolidar os conhecimentos sobre o mesmo e se aproprie do gênero em questão. A *apropriação* possibilita ao aluno trazer para situações da vida real o conhecimento adquirido sobre o gênero a fim de se tornar um usuário competente. Essas atividades visam o trabalho do aluno com o gênero como um todo, integrando os vários conhecimentos que adquiriu durante as fases anteriores.

As atividades que compõem a proposta de Ramos (2004) procuram “explorar a função social, o propósito comunicativo e a relação texto-contexto”, a fim de, baseadas nas necessidades dos alunos, favorecer a realização de atividades que lhes sejam relevantes, proporcionando ao aluno a oportunidade de usar a LE em uma situação real.

Com relação às atividades a serem propostas, Ramos (2004) recomenda: (i) assegurar que os exemplos de gêneros escolhidos para o ensino-aprendizagem sejam autênticos e adequados aos alunos, e (ii) proporcionar situações que favoreçam a interação entre os participantes da atividade, lembrando “que esta é uma arma poderosa de aprendizagem”.

Metodologia da pesquisa

Como este trabalho se insere na perspectiva sociointeracional e para atender ao que se propõe investigar, ou seja, verificar as reações dos alunos com relação a sua própria aprendizagem frente a uma seqüência didática baseada em um gênero textual, a metodologia de pesquisa adotada é, segundo Erickson (1986, p. 119), de base interpretativista e contemplou a pesquisa-ação como instrumento de investigação. Além disso, a pesquisa-ação se enquadra no perfil deste trabalho por (i) permitir o acompanhamento e avaliação continuados do desenvolvimento dos alunos, (ii) oferecer a possibilidade de eventuais intervenções e um redirecionamento da prática do professor à medida que as ações se fizerem necessárias, (iii) permitir que o professor acumule a sua função com a de pesquisador neste trabalho e, por fim, (iv) privilegiar um ambiente sociointeracional de aprendizagem (THIOLENT 2000).

Para coleta de dados, nesta pesquisa, colhi as reações dos alunos por meio de questionários respondidos ao término de cada aula e dos meus próprios registros em diários de aula, conforme sugerido por Erickson (1986, apud CANÇADO 1994, p. 56).

Com base nesses questionários, procurei conhecer as reflexões dos alunos sobre o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido neste estudo, nos quais eles relataram o que aprenderam, bem como registraram suas impressões e sugestões sobre determinados momentos da aula.

No decorrer da fase de coleta dos dados, segundo Cançado (1994) com base em Erickson (1986), transcrevi os questionários respondidos pelos alunos, bem como os meus registros, e os analisei para levantar as regularidades e formar asserções. Em seguida, re-examinei os questionários para testar as asserções, buscando evidências confirmatórias ou desconfirmatórias para essas asserções. Esse procedimento possibilitou o agrupamento dos dados em categorias.

Resultados da pesquisa

Os resultados da análise das reações dos alunos com relação ao aspecto interativo no processo de ensino e aprendizagem revelaram-se unanimemente positivos, corroborando os fundamentos teóricos que apóiam esta pesquisa, segundo os quais a aprendizagem ocorre na interação social por intermédio da linguagem (VYGOTSKY 1989, 1998).

De acordo com a teoria vygotskyana defendida por Terzi (2001) e Cubero e Luque (2004), as atividades foram realizadas em grupos ou em pares e tiveram a linguagem como mediadora. Isso possibilitou a criação de uma atmosfera de interação na sala de aula, despertando o interesse do aluno pela exploração do assunto e iniciando-se, positivamente, o processo de construção do conhecimento. Percebi que os alunos reagiram favoravelmente ao aprendizado da LI quando estimulados a trabalhar em pares ou em grupos, ocasião em que puderam ajudar o colega com dificuldade, bem como a serem ajudados quando necessário.

Com relação ao conceito de Participação Guiada (ROGOFF, 1990 apud CUBERO e LUQUE, 2004), elaborei atividades condizentes com a maturidade lingüística dos alunos e, gradativamente, fui aumentando a complexidade das tarefas. A proposta das atividades foram bem explicadas, a fim de ajudar o aluno a solucioná-las. À medida que a responsabilidade e a autonomia dos alunos na solução dos problemas aumentavam, fui transferindo o controle dessas atividades até que eles próprios as realizassem sozinhos.

Com relação ao papel da LM, sua primeira contribuição verificada ao longo da seqüência didática desta pesquisa foi a possibilidade de manter uma maior interação entre aluno/aluno e aluno/professora, sem a qual, segundo o que se defende neste estudo, não haveria aprendizagem, uma vez que entendemos ser na interação social que o aluno aprende (VYGOTSKY 1989).

Outra contribuição da LM apontada pelos resultados desta pesquisa foi seu papel de apoio para o aluno superar suas dificuldades na LI. Nesse caso, concordo com Castro (2002) ao afirmar que a LM emprestou subsídios lingüísticos relevantes que auxiliaram os alunos a compreender o contexto de produção e circulação do gênero, seu o propósito comunicativo e seus elementos lingüísticos na LI.

Entre as características positivas da LM na aprendizagem, também defendida por Castro (2002), está o aspecto afetivo. Percebi que os alunos puderam driblar suas insuficiências lingüísticas na LI, negociando significados na LM e compartilhando idéias, gerando uma atmosfera de confiança para o seu próprio aprendizado e evitando ou, pelo menos, minimizando possíveis frustrações provenientes da dificuldade com a LI.

Com relação ao aspecto afetivo na construção do conhecimento e de acordo com Terzi (2001), a relação de confiança e de respeito mútuos entre alunos e a professora é o que define o termo afetividade. Como professora pesquisadora, trabalhei com meus

alunos de modo que eles percebessem o meu empenho em ajudá-los a compreender o assunto a ser aprendido na LI, respeitando seus avanços e limitações, mas com o objetivo de levá-los a progredir no processo de aprendizagem. Isso deu certo, pois os alunos passaram a confiar na minha aula, rompendo as resistências com relação às dificuldades lingüísticas encontradas na LI que favoreceu o aprendizado.

Além da confiança e respeito mútuos, há o fator da valoração, também defendido por Terzi (2001), segundo o qual os alunos atribuem um sentido pessoal ao conteúdo que está aprendendo. Durante este trabalho, a exploração do contexto de produção e circulação do gênero em estudo contribuiu muito para despertar a valoração do aluno com relação a esse aprendizado. Os resultados das reações dos alunos revelaram que eles se perceberam como usuários discursivos do gênero e como participantes do seu contexto de circulação, fator esse que contribuiu para o aumento do interesse desses alunos sobre a sua própria aprendizagem do assunto.

Ainda com relação ao tema afetividade e valoração, segundo os PCN-LE (BRASIL, 1998), o professor deve abandonar o papel de detentor do saber e abrir espaço para o compartilhamento do conhecimento. Nesse sentido, conduzi meu trabalho buscando compartilhar o meu conhecimento com as experiências dos alunos e os resultados apontaram que, nesse compartilhamento, as vozes desses alunos se fizeram presentes, permitindo que eles se engajassem discursivamente no assunto.

Para ajudar meus alunos a superarem as dificuldades que envolvem o processo inicial de aprendizagem da LI, explorei o que o aluno já sabe sobre o contexto de produção e circulação do gênero, bem como o seu conhecimento gramatical e lexical, ou, como mencionado nos PCN-LE (BRASIL, 1998), os conhecimentos metacognitivos. Os resultados revelaram que os alunos se sentiram mais confiantes à medida que perceberam que não eram os leigos que julgavam ser e, apesar de pouco letrados na LI, puderam verificar o que já sabiam e como se valer desse conhecimento acumulado para facilitar a aprendizagem do assunto novo.

Os resultados também mostraram que, com relação ao ensino do conhecimento sistêmico, entendendo-o como um estudo posterior ao levantamento do conhecimento de mundo e da organização textual dos alunos, ficou bastante claro que o conteúdo gramatical não precisa ser ensinado dentro de uma ordem de dificuldade que parta do mais fácil para o mais difícil. Vale lembrar que, segundo as orientações dos PCN-LE (BRASIL, 1998), o importante, nesse processo, é que o aluno perceba por que ele está aprendendo determinado conteúdo e, principalmente, que ele possa vivenciá-lo na vida real, ajudando-o a se tornar um agente na sociedade em que vive.

Considerações finais

No que se refere à construção do conhecimento discente na sala de aula de inglês numa visão sociointeracionista, concluí que as situações de interação social favoreceram a aprendizagem dos meus alunos.

Ficou bastante evidente, enquanto professora pesquisadora, que a LM foi imprescindível para otimizar a aprendizagem da LI dos alunos, proporcionando meios lingüísticos que auxiliaram a compreensão do gênero em inglês, bem como o conteúdo gramatical e lexical recorrente desse gênero. Além disso, a LM contribuiu favoravelmente na auto-estima dos alunos ao aumentar-lhes a confiança no seu próprio aprendizado da LI.

Com relação ao aspecto afetivo, observei que o aluno precisa querer aprender, e esse querer aprender depende do seu autoconceito com relação a sua própria capacidade para aprender um assunto e de conseguir visualizar essa aprendizagem no contexto da sua própria vida. Para ajudar o aluno nessa decisão de querer ou não aprender, é necessário que esse aluno sinta confiança no envolvimento do professor no seu aprendizado, passando a respeitá-lo como uma pessoa que quer ajudá-lo. Por outro lado, o professor também precisa se sentir confiante com relação ao querer aprender do seu

aluno e passar a respeitá-lo por essa decisão. A confiança e o respeito mútuos são a base da afetividade que envolve o contexto escolar de aprendizagem.

Além de querer aprender, é necessário que o aluno entenda para quê lhe vai ser útil um determinado assunto ou conteúdo e em que isso vai afetar a sua vida. A partir do momento que o aluno descobre que aquele assunto ou conteúdo lhe faz sentido, ele atribui um valor a esse aprendizado e, conseqüentemente, aumenta-lhe o interesse em aprendê-lo.

Observei, por meio deste estudo, que o ensino de inglês dentro da perspectiva sociointeracionista e desenvolvido por meio de gêneros textuais corrobora a teoria de Bakhtin (1992), a qual defende a viabilidade de se utilizar dos gêneros como instrumento de ação no e para o mundo. Conseqüentemente, pode-se afirmar que a aprendizagem apoiada em gêneros textuais oferece maior oportunidade para desenvolver alunos cidadãos, capazes de se envolver, criticamente, em ações que fazem parte da sua realidade.

Finalizo este estudo com a pretensão de poder contribuir com o professor de inglês, principalmente o da rede pública, no desenvolvimento de um trabalho em sala de aula que tenha como meta o aumento do interesse do aluno pelo que vai aprender, bem como na otimização do processo de construção do conhecimento da LI no contexto escolar. Além disso, deixo esse trabalho como base para futuras pesquisas, pois entendo que todo processo educacional tem seu caráter dinâmico, e, portanto, requer um trabalho continuado por partes dos professores pesquisadores.

Referência bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CANÇADO, Márcia. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula, in: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, n. 23, p. 55-69, IEL/UNICAMP, Campinas, jan./jun. 1994.
- CASTRO, Solange Teresinha Ricardo de. Aprendizagem de línguas estrangeiras em contextos escolares: o papel da língua materna no processo, in: SILVA, Elizabeth Ramos da (org.). *Texto & Ensino*. Taubaté: Cabral, 2002.
- CUBERO, Rosário; LUQUE, Alfonso. Desenvolvimento, educação e educação escolar: a teoria sociocultural do desenvolvimento da aprendizagem, in: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.) *Desenvolvimento psicológico e educação*. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ERICKSON, Frederick. Qualitative Methods in Research on Teaching, in: WITTROCK, M. (org.) *Handbook of research on teaching: A project of the American Educational Research Association*. Nova York: Macmillan, 1986.
- RAMOS, Rosinda de Castro Guerra. Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos. *The Specialist*, vol. 25, n.º 2 (107-129) 2004.
- TERZI, Sylvia Bueno. *A construção da leitura: uma experiência com crianças de meios iletrados*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- VYGOTSKY, L.S. (1934) *Pensamento e Linguagem*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *A formação social da mente*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



Gustave Doré (1832-1883). Ilustração para a história de Chapeuzinho Vermelho

Estudos sobre Educação e História da Cultura

Estilhaços de uma rede-vida arteira: experiências com o outro, com a sexualidade e com o currículo. Descaminhos de um devir professor

Alexsandro Rodrigues

Faculdades do Vale do Carangola/ UEMG

Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação/ Universidade Federal do Espírito Santo

e-mail: xela_alex@bol.com.br

Resumo: Esse texto escrito de forma autobiográfica, busca na memória praticada o seu enredamento, conectando fios soltos de uma rede-vida complexa, na tentativa de estranhar as narrativas que tentam aprisionar a subjetividade humana em uma forma-normativa. Este ensaio vai ao encontro de algumas provocações nascidas com a escola e com os sujeitos da educação. A problemática deste artigo se abre em interlocuções com os discursos/teorias pós-estruturalistas, feministas e os estudos sobre o corpo, preocupadas que estão com as questões menores da vida cotidiana e que durante muito tempo e ainda hoje são subalternizadas por uma certa racionalidade científica. Neste ensaio vou puxando fios diversos de uma vida experienciada, atrelando infância, a importância do outro em nossas pesquisas e a constituição de um devir professor. Objetivo compreender neste ensaio a constituição do sujeito pedagógico atravessado por diferentes redes discursivas normatizantes, seus efeitos de silenciamentos e as redes de resistências que ali vão sendo produzidas. Este texto/ensaio não busca ter um tom afirmativo, apenas provocativo e curioso.

Puxando fios soltos, fios outros, fios [des]governados, fios que me são importantes alinhar às tramas de uma rede-vida, feito rendeira, enredando-os aos discursos sobre educação e sexualidade(s), apresenta-me como um grande desafio, tramando-se a temática de estudo por mim perseguida em meu doutoramento ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. A problematização dessa temática não brota como desejo e projeto de pesquisa do nada, é antes de tudo uma provocação. É um convite/provocação feito pela professora Regina Leite Garcia¹ (2004) na escrita de um artigo (RODRIGUES, 2004) sobre [homos]sexualidades e educação, quando ainda era seu aluno no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Por isso, o texto que apresento está posto como ensaio das muitas questões que venho refletindo e perseguindo em meus estudos acadêmicos, com a vida e com o cotidiano escolar.

Aceito o convite/provocação, comecei a me preocupar com um ponto de partida para a escrita/reflexão/problematização daquele artigo encomendado por minha professora. Encontrava-me naquele momento no lugar da dispersão, tentando encontrar fios de histórias subalternizadas, de memórias feitas de afetos, percepções, sentimentos, emoções, linguagens e imagens para dar início àquela conversa acirrada, pois como nos ensina Guimarães Rosa (2001, p. 155), *...essas são as horas da gente, as outras, de todo tempo, são horas de todos*. Buscava esses fios soltos, imanentes, não com a inten-

¹ Regina Leite Garcia é professora da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do GRUPALFA.

ção de encontrar a origem de uma sexualidade como razão de todas as coisas. Longe disso, com Foucault (2006, p. 18), aprendo que o “que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. Buscava na escrita daquele artigo, fragmentos, estilhaços de um lugar editado/ tatuado/ praticado/ experienciado, que a mim, naquele momento se apresentava seguro para a partida, mas não um lugar de conforto. Precisava de um fio, um ponto, um nó, um enlace, para a aventura da partida.

Assim, fui puxando fios soltos da infância e das lembranças dos colegas da escola primária que produziam em coro os discursos de uma masculinidade machista de auto-afirmação e identificação com uma certa posição de sujeito e da escola primária em seu silenciamento. Seguindo os rastros de Foucault (2006), sei que ali não estava a origem preservada de uma forma de sexualidade, mas sim, a dispersão e a materialização de vários discursos que produzem formas de subjetividades para se pensar a produção de sexualidade(s) na escola e de uma sexualidade masculina. Ao puxar esse fio da infância, *das horas que são da gente*, imanente, não o puxei como revanche, pois não era essa a intenção daquele texto. Busquei ressonâncias e marcas que o discurso disciplinar pode produzir no corpo e do não-entendimento em muitos momentos de sua produção, uma vez que o corpo, ainda que de forma provisória, sendo produto e produtor de cultura, é construído pela linguagem. Ainda que não entendesse o coro dos meninos ao me chamarem de mulherzinha/gayzinho, ia como radar, captando sensações e efeitos de poder que pretendiam dar forma a um determinado tipo de sujeito e fixar uma determinada forma de sexualidade. Esses discursos sexualizantes culturalmente distribuídos, ao produzirem efeitos e representações para uma condição sexualizada, para um corpo-identidade, o que e quem os pretendiam fixar: a heterossexualidade machista ou a submissão das meninas? O que será que se passava nas cabeças daqueles meninos ao colocar em prática um determinado currículo na escola? Ofensa? Ofensa a quem? Não seria essa uma ofensa antes de tudo às mulheres? Coitadas das garotinhas que ouviam esses gritos! Como elas também deveriam aprender seus lugares e seus significados naqueles momentos! Anterior ao enquadramento da sexualidade hetero(s)/homo(s), tivemos a classificação do corpo biológico, distinguindo o ser homem do ser mulher, o ser menino, do ser menina, o ser forte do ser fraco. Com essas classificações que tomam o biológico por referência, chegamos à distribuição desigual de poder, de lugares, de direitos, de valores, de trabalho, de respeito e muito mais. Mexer com a sexualidade, com currículo e corpo é revirar tudo isso! Às vezes é ter que rever os conceitos que nos foram colocados como forma idealizada de ter/ver/sentir o corpo como território identitário..., é ter que se deslocar e desenraizar de alguns lugares [corpo-sexualidade] onde estamos estabelecidos por algum tempo. É desnaturalizar, é estranhar! O corpo que me parecia ser um lugar de exercício para uma certa autonomia e intimidade é tomado de forma sutil pelas diferentes pedagogias culturais que o disciplina e o controla. O corpo e a sexualidade não nos pertencem. Por achar importante trago uma passagem do texto de Silvana Vilodre Goellner (2003), que me ajuda a pensar e entender o corpo como constructo cultural e social, aberto às muitas possibilidades de descobertas, de invenção e reinvenção, de desconstrução e contestação. Para Goellner, o corpo:

Não é, portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico da cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto as semelhanças biológicas

que o definem, mas fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem. (GOELLNER, 2003, p. 28-29)

Peter Pál Pelbart (2007) nos diria que na pós-modernidade, o corpo está sendo reduzido ao seu *mínimo biológico*. Estamos nos submetendo: “voluntariamente a uma ascese científica e biológica”, onde o investimento estético se reduz ao próprio corpo e, a vida como obra de arte, cai no esquecimento ou nas malhas do biopoder. “O próprio poder tornou-se “pós-moderno”: ondulante, acentrado, reticular, molecular. Com isso, ele incide sobre nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar”. O corpo desejado e desejável se transforma nos últimos tempos no corpo esculpido/ fabricado/capturado pelas tramas das ciências, do capital, do Estado, da mídia e pelo currículo. Pelbart (2007) nos fala que:

Desde algumas décadas, o foco do sujeito deslocou-se da intimidade psíquica para o próprio corpo. Hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, a sua aparência, a sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade. O predomínio da dimensão corporal na construção identitária permite falar numa bioidentidade. É verdade que já não estamos diante de um corpo docilizado pelas instituições disciplinares, como há cem anos atrás, corpo estriado pela máquina panóptica, o corpo da fábrica, o corpo do exército, o corpo da escola. Agora cada um se submete voluntariamente a uma ascese científica e estética a um só tempo. [...] Por um lado, trata-se de adequar o corpo às normas científicas da saúde, longevidade, equilíbrio, por outro, trata-se de adequar o corpo às normas da cultura do espetáculo, conforme o modelo de celebridades.

A provocação de Regina Leite Garcia produziu em mim, inquietações, insegurança, curiosidade e estranhamento no que diz respeito à naturalização do corpo, da sexualidade e do currículo na produção do sujeito do conhecimento e como conhecimento da modernidade. Em busca de uma outra compreensão para a temática anunciada, muitas redes estão sendo tecidas! Nesse sentido, o que me parecia familiar e natural, não era conhecido. Avoluma o meu estranhamento e a fragilidade do meu conhecimento sobre [sexualidade] e o meu (re)conhecimento do *poder* que pode ser produtor, como nos ensina Foucault, presente nas resistências, insistências e invenções cotidianas de alunos(as) professores(as) no que diz respeito ao trato com as sexualidades. Seria ingênuo neste trabalho/artigo/texto/discurso/ensaio tentar enquadrar todo(a) aluno(a) e professor(a) no lugar homogêneo da sexualidade heterossexista; caso o fizesse, estaria fechando e negando o caráter subjetivo e fluídico de viver a sexualidade(s) e de construir e governar o corpo. Nos fragmentos da história da sexualidade, como nos fala Foucault, os homens, ao serem produzidos heteros, ativos, fortes, racionais vão produzindo a subjetividade masculina. Ao se tornarem sujeitos, produzem seu oposto, a “passividade”, a recepção de seu sexo e de sua sexualidade.

Não somos somente professores(as) e alunos(as) nas escolas e não somos somente a escola e aquilo que o currículo escolar nos fez, nos faz e o que fazemos dele. Somos muito mais que isso, somos redes acontecimentalizadas, redes-vidas cotidianas. Fazemos e desfazemos escola, fazemos e desfazemos currículo, fazemos e nos desfazemos de nossas certezas cotidianamente. Nesse lugar processual de produção de subjetividades, que me é o cotidiano com tudo aquilo que o tece, formando rede-vidas, a pluralidade tende a acontecer. Ocupamos posições de sujeitos e produzimos identificações através dos lugares que nos tocam [corpo/ sexo/ sexualidade/ gênero/ classe/ raça/ religião/ nacionalidade, etc.] Nessas posições e identificações, lutamos por questões de ordem pessoal e coletiva, sendo convocados por diferentes forças e contextos. No cotidiano escolar, independente das posições que ocupamos e das forças que nos movimen-

tam, as redes de solidariedades estão sendo tecidas. As pessoas são tocadas/ sensibilizadas por questões que aparentemente são dos outros e, ao solidarizarem-se com o outro, aproximam interesses e tecem relações de amizade que independem das identificações e das posições que estamos ocupando naquele contexto, naquele momento. Estando na companhia do outro enquanto elemento potencializador de mudanças possíveis, sustentadas por múltiplos desejos e esperanças, é que minha indignação ganha novas razões para acreditar que homens e mulheres comuns no seu miudinho, resistindo, vêm produzindo forças não pensadas, mas acontecimentalizadas, abalando as certezas e as estratégias das políticas de governo da população. A dimensão formativa do fazer e do saber, permeada por acontecimentos/ experiências e atitudes, implica alterações, micro alterações, micro-revoluções nem sempre visíveis nos complexos e diferentes cotidianos. Para ver e sentir estas alterações ariscas e fugidias do cotidiano e para querer perseguir nossos objetivos, novas percepções, novas linguagens, novas imagens, novas formas de dizer e escrever, precisam ser construídas. Foi fazendo perguntas a minha história de vida, e tendo o currículo e a sexualidade como fios de muitas práticas discursivas objetivantes e subjetivantes, que a dimensão formativa dos fazeres e saberes que se enredam nos currículos realizados/praticados/experenciados no cotidiano escolar, deixaram de serem vistos por mim como o lugar do pouco e do não-valor.

Foi fazendo perguntas e me permitindo viver as crises da fragilidade do meu conhecimento, que começo a estabelecer sentido usual ao que Morin (1996, p. 280) nos ensina ao dizer que “não podemos separar o mundo que conhecemos das estruturas de nosso conhecimento”. Realço com Morin (1996) que todo agir no e com o mundo circunscreve-se numa realidade existencial, marcada por uma grande rede de história, feita de homens e mulheres, por saberes e poderes e pelas disputas dos jogos de verdades. Sabendo disso e reconhecendo que a dimensão do nosso conhecimento é resultado aberto de relações de poder/saber e que tudo pode ser apenas mais um ponto de vista, mais um discurso, mais um texto, mais uma prática, a curiosidade e o suspeitar da aparente ordem das coisas, tornou-se parceria constante. Na ânsia do querer conhecer, conhecendo-me e também inventar, inventando-me, vou aprendendo a aprender que a produção de “novos” conhecimentos só é possível quando nos abrimos à aventura da incerteza, num campo aberto de potências, problematizando, suspeitando e duvidando das coisas que achamos conhecer como *a verdade*, ou, que acreditamos no tempo-presente, conhecermos.

Duvidar, lançando mão dos limites da razão, ou de uma certa racionalidade, não é condimento suficiente para a produção do conhecimento que se busca do tipo novo, mas se torna primordial para o enfrentamento de nossas crises. Com Edgar Morin (1996, p. 277), aprendo a necessidade de desenvolvermos novos olhares, para enfrentarmos *a desordem e a incerteza*. Não basta apenas o olhar, é preciso (re)mexer na suposta ordem das coisas, tirá-las de seus tradicionais lugares, misturá-las. Misturando as coisas da vida cotidiana e nos misturando, a incerteza altera nossa caminhada fazendo-nos suspeitar dos caminhos por muitos já trilhados. Vamos, com cuidado, suspeitando dos perigos e das armadilhas que moram nestes caminhos e *que tudo nesse caminho*, ou quase *tudo*, é fruto da invenção humana. Sendo invenção humana, as coisas estão abertas à ambigüidade e ao jogo de poder/saber que as produzem como realidades. Como dizia a música cantada por Elis Regina: “Vivendo e aprendendo a jogar. Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas sempre aprendendo a jogar”.

Cada pergunta lançada a partir do desafio posto por Regina Leite Garcia, misturando e dando vida às incertezas, frustrações e esperanças, aproximava-me de um mundinho e de um grande mundo, praticado por uma multidão, onde a sexualidade é porta sempre aberta e mais, se é uma política e/ou verdade sobre o sexo, continua sendo disputada. Cada pergunta lançada naquele momento, na escrita do artigo já indicado anteriormente no jornal “A página da Educação”, sinalizava-me frágeis e possíveis respostas, que se abriam em fios cada vez mais interrogativos. Parecia-me que, ao sentir as crises em seus fragmentos apresentados acima, algo visceralmente forte impulsionava-me para outros caminhos, para outras paragens, para outros *espaços-tempos*. Nesses caminhos em que me fiz caminhante, as interlocuções com o cotidiano escolar, com o

currículo e as leituras que nasciam dessas relações, ajudavam-me a retirar algumas lentes que obscureciam o meu campo de visão para começar a compreender as múltiplas possibilidades de fazer pesquisa, compreendendo um pouco melhor as situações limites do fazer pesquisa.

Vou assumindo coletivamente a coragem de me aventurar nos meus não saberes. Isso só foi possível por atrelar as minhas incertezas, medo e coragem a um coletivo de pesquisas de algumas Universidades que me fortaleciam naquele momento e me encorajavam na aventura do desconhecido e do muito ainda a conhecer. Nesses grupos de pesquisas do cotidiano e do currículo, especificamente os que se encontram nas Faculdades de Educação da UFF e UFES, refletindo temas emergentes do cotidiano, sensibilizando-me com as questões de estudo dos amigos, enredando-os há tantos outros que aparentemente eram sem importância, a disciplina, o rigor e a curiosidade estiveram atrelados num só desejo, o de poder acreditar que a vida pode ser uma obra de arte. Fui ampliando nos estudos com o cotidiano e com o currículo a compreensão que toda pesquisa é uma espécie de autobiografia. Com esses grupos que se espraiam e mantêm relações de aprendizagens com tantos outros grupos espalhados pelo Brasil e pelo mundo, vou revendo as questões do micro, as micro-histórias e as histórias locais. Ajudado por este coletivo, vou desfazendo alguns mitos frente ao ato do pesquisar, no exercício do pesquisar. Vou descobrindo que as questões que nos impulsionam ao querer pesquisar precisam primeiramente passar pelo coração, pelo apreço à vida, pelas razões da vida de cada um que pesquisa e com as razões de um coletivo que dão sentidos a esta vida. Carlos Drummond de Andrade, poeticamente nos ensina que “o problema não é inventar. É ser inventado hora após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente”.

Memórias galopantes, aproximações possíveis com o desejo do fazer pesquisa

Entender as possibilidades e também os limites do estar sendo professor na condição de uma determinada forma de subjetividade sexualizante, me faz atrelar parceria com um determinado tempo para ser possível problematizar as forças que atravessam essa escolha. Nunca entendi bem ao certo como é que foi se produzindo cotidianamente minha sexualidade, nem muito menos como essa foi tomando forma, se estabelecendo, forjando, criando e sendo criada fora de uma lógica que se pretende dominante. Vale ressaltar, mais uma vez, que não estou em busca da origem das coisas. O que sei é que os meus não-saberes se fizeram segredos de criança, atormentando os meus pensamentos, o meu corpo, os meus desejos, a minha forma camaleônica de ser, de me esconder e, às vezes, raras vezes, de aparecer.

Vivi a infância aprendendo um jogo cujas regras e adversários não conhecia, jogo esse de experimentações, de negociações, de contestações, de disputas, de traduções e de mímicas. Aprendi naquele tempo que algumas coisas que se manifestavam em minha fala, em meus gestos, em minhas escolhas não eram interessantes aos olhos e ouvidos de muitos, principalmente do mundo dito e visto como masculino. Nesse contexto, estão também as mulheres de minha vida. Era preciso negociar posições para sobreviver com o ainda não conhecido, com o ainda não sentido, mas que se mostrava latente para alguns, não necessariamente para mim.

À medida que ia crescendo, para dentro e para fora, atento ao que me era ou não permitido, ia percebendo que o que eu estava sendo, ou não, era objeto de discussões, de interrogações, de críticas, de culpabilizações e disputas. Por volta dos meus seis anos de idade, assistindo a uma telenovela em família, disse: — *Como aquele moço da novela é bonito!* Como resposta, ouvi de meu pai: *Homem não acha homem bonito. É pecado homem achar homem bonito. Homem precisa é achar mulher bonita.* Meu pai, ainda sem saber, traduzia em discurso as primeiras lições da pedagogia da sexualidade como

nos ensina (LOURO, 2001). Não só isso. Ao dizer essas palavras, trazia consigo um princípio de família patriarcal representada na autoridade do nome do pai e de sua tradição, como nos ensina Albuquerque Júnior (2002). Nesse discurso estava uma das muitas investidas da história das masculinidades em torno do falo. Com o nome do pai, durante muito tempo, poderia ver mirado uma certa identidade, perspectiva de futuro da mesmidade do pai e o gozo de todo prestígio [social, político] que poderia trazer tal nome. O nome do pai, durante muito tempo, significava, honra e continuidade. Não só o pai tem o poder de produzir masculinidades. Ainda que a família patriarcal vá disputando espaço com a família burguesa no que ela possui de anonimato e emergência, o nome do pai, da família patriarcal contínua ressoar na educação de meninos e meninas. Para Albuquerque Júnior (2002), na modernidade:

Outras instâncias passam a ser importantes centrais de distribuição de sentido e modelos para a produção da subjetividade masculina: O Estado, a empresa, a instituição pública, à medida em que a economia, a política e a cultura desfamiliarizam. O pai aparece em toda sua pequenez. [...] O nome do pai, que representava a ordem, a tradição, a autoridade, o ponto de partida para a reprodução do mesmo, esgarça-se. O pai, agora, diz-se em várias nomes... (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2002, p. 114-115).

Ainda que na modernidade outras instâncias se encarreguem de produzir por outras vias subjetividades masculinas, que não sejam pelo sangue, pelo cinturão, e pela voz forte que nos diga diariamente [sou seu pai], o nome do pai e sua tradição continuam se embolando nos muitos sentidos dado à masculinidade pelas atitudes da modernidade. Se outras instâncias corroboram com a formação da masculinidade de um tipo, não posso negar que foi na afirmativa de meu pai que, pela primeira vez que um adulto me dissera com todos os sons que produzem ressonâncias múltiplas, que aquela forma de sexualidade não era bem vinda, objeto de perigo, e feria as leis da natureza e as de Deus. Nesse momento, o sexo começa a produzir discursos, cursos, entre-cursos, e começo a ouvir, a sentir que meu corpo estava sendo sexualizado. A casa, seu interior e sua organização trazem marcas disciplinares das muitas histórias que a projetou.

Meu irmão mais velho, ao mesmo tempo em que me protegia dos colegas que reproduziam práticas discursivas para se reconhecerem no modelo heterossexual dominante, impedia-me de viver algumas das aventuras permitidas aos meninos. Somos levados a uma moral de controle que tem suas origens no século XVII, numa lógica econômica, política e pedagógica. Esse *protetor*, pelos vínculos disciplinar da instituição familiar, na mesma proporção que me queria distante daqueles discursos e olhares, que o agredia e de uma certa forma lhe dizia muita coisa, impedia-me de viver as aventuras do mundo dos meninos. Entre o querer e o proteger, a proteção e sua sanção me confinou ao espaço da casa, ao universo dito feminino e aos cuidados da família. A família anterior ao Estado passa a ser a primeira instituição ortopédica do sexo, de seus usos e do prazer. Com Foucault, podemos saber:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar da sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que se sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar sanções. (FOUCAULT, 2003a, p. 9).

Não estou aqui fechando a questão, muito menos a dizer que a(s) sexualidade(s) se produz no universo da casa, nas relações de feminilidade, fragilidade, naquilo que se considera como delicado, sensível. O que quero dizer é que as diferentes maneiras de interdição dos prazeres se dão e se processam primeiramente pelo universo do particular, a casa. A casa passa a ser o abrigo, o esconderijo e o lugar de cuidado daquilo que é visto e pode se desviar de uma norma. A sexualidade vai se tornando objeto de atenção, de cuidado e, segundo Foucault, passa a produzir discursos. Seguindo as pegadas de Foucault, podemos em sua companhia dizer: Quando o sexo passa a ser uma coisa que diz respeito à utilidade, à procriação e às relações conjugais monogâmicas, todas as outras formas de relações sexuais passam a ser condenadas. A homossexualidade passa a ser problema da mesma forma que o adultério, o incesto, a poligamia. Todas as tentativas de ortopedia..., apenas produzem e nos ensinam novas maneiras de dizer, de querer saber, nos incitam a falar, e cada vez mais falar. Pensava que o discurso tinha o poder de libertar em seu curso descontínuo os que falam e os que ouvem.

Com Foucault, vou compreendendo que no discurso também está em jogo o duplo sentido. Entre tantas coisas ouvidas na infância, num jogo incessante de reascender palavras já ditas neste texto, não me esqueço das frases cantadas em coro na escola por alguns colegas, que por sinal me incomodavam. Como poderia ser mulherzinha se era dotado de todas as características físicas dos outros meninos? Não era aos olhos de meus colegas menino nem menina! O que na verdade eu era para aqueles olhos? Que marcas culturais trazem o corpo para estabelecer distinções? A escola não enxergava que isso acontecia e, se via, não produzia práticas pedagógicas para problematizar a questão. Talvez a não intervenção da escola se desse pelo fato de ela não querer expor a mim e a si própria por não saber tratar da questão da sexualidade, ou por achar que são descobrimento e desdobramento de futuro. Guacira Lopes Louro (2001) nos fala que:

... a sexualidade deverá ser adiada, da escola, para a vida adulta. É preciso manter a incoerência e a pureza das crianças e se possível dos adolescentes, ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade dos saberes sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam marcados como figuras que desviam do esperado. (LOURO, 2001, p. 26)

Misturavam-se a esse coro outras perguntas que ficaram sem respostas: *Você é menino ou menina?* Sabia que não era menina. Sabia que era *um menino*, e não, *o menino*. As perguntas produziam em mim estranhamento, me pondo num lugar singular e por sua vez, complexo. Só não sabia ainda, que para o que eu ainda não era, haviam inventado vários conceitos produzidos pela *scientia sexualis*, fixando a identidade e a normatividade sexual.

Fios de conversas interrogativas que justificam o ato sempre aberto de pesquisar

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
(ROSA, 2001, p. 334)

Busco neste fragmento de João Guimarães Rosa o fio que me falta e que preciso para esta conversa. Conversa *apertada*, acirrada que me *desinquieta* e que me aproxima de alguns sentidos, que a vida pode ter. Trago João Guimarães Rosa (2001) para

esta conversa por sentir que ele me ajuda a compreender, ainda que parcialmente, questões do cotidiano escolar que me parecem vitais e que necessitam ser escritos para produzirem discurso(s), outros discursos e, dentro deles, ações, reações e intenções. Nesse movimento inventivo em nós mesmos, vamos tornando-nos *caça e caçador*. Ferrazo (2003), pensando sobre as artes da existência no cotidiano, nos diz:

[...] eu penso o cotidiano enquanto me penso; eu faço parte desse cotidiano que eu penso; eu também sou esse cotidiano; eu não penso sobre o cotidiano, eu penso com o cotidiano; esses momentos, movimentos, processos, tentativas, possibilidades, de pensar com os cotidianos, de me pesar, possibilitam que eu me conheça ao mesmo tempo que busco conhecer os outros... mas eu também sou esses outros; sou todos aqueles que ali estão; sou parte ausente de uma história passada recon-tada pelos sujeitos de hoje; mas também sou parte de uma história presente ainda por ser contada pelos que virão. (FERRAÇO, 2003, p. 160-161)

O cotidiano escolar há muito vem sendo *espaçotempo* de reflexão, de resistência/ insistência, dos porquês, para quê, a favor do quê/quem e contra o quê/quem. Além disso, é um espaço aberto aos conflitos. Nesses entrecruzamentos de *espaços-tempos* feitos de palavras, sensações, imagens, currículos, “cada um tenta dar sentido a si mesmo, construindo-se como ser de palavras a partir das palavras e dos vínculos narrativos que recebeu” (LARROSA, 2004, p. 23). Estando nesse lugar [cotidiano escolar] na condição de professor e não só, a questão da sexualidade, camaleonicamente forjada na sentimentalidade, na linguagem, nas sensações, no corpo que se marca de palavras, cheiros, sons e narrativas, me faço, (re)faço e desfaço. Minha entrada na escola na condição de professor traz marcas que me fazem querer compreender as armadilhas do discurso do outro, mas de um outro que ainda insiste em produzir o estranho em nossas escolas. Rememoro falas da escola que no momento vivido não tinha condições de contestar. Não sabia se era possível contestar, mas sabia que era possível entrar no jogo e jogar. Falas do tipo: _ *Olha Alex, agora você é um professor, já não fica bem usar cabelo grande, muito menos brincos. Sabe como é, né? Os pais podem não te aceitar aqui na escola. O professor é espelho para seus alunos.* Não entendo esse espelho. Que leituras nossos alunos fazem de nossas maneiras de ser? O que esperam, enquanto projeto escolar, ver refletido no aluno? É possível perseguir a homogeneização e a nitidez do reflexo? Há reflexo? Reprodução? Há tradição ou traduções? Negociações?

Astuciosamente, naquele momento, minha intenção era de ocupar para resistir e existir na condição de professor. Não usei de estratégia, joguei da posição que ocupava naquele momento. De certo modo, risco, medo e coragem era uma coisa só e a força que me movimentava a querer negociar e empreender posições com a escola. Gustavo de Castro (2002), pensando sobre a ousadia do humano em seu vigor imperante e *imamente* pela sobrevivência, nos mostra que a vida se organiza e desorganiza numa pedagogia permanentemente do risco. Não conseguia entender o estranhamento da diretora da escola diante dos meus cabelos e do brinco que usava. Naquele momento, estava experienciando as formas de controle que se propagam e ressoam no discurso? Não conseguia entender a advertência! Os meninos de cabelos grandes e usando brincos já estavam na escola. Não seria eu a referência para o uso de brincos e dos cabelos compridos. Era somente correndo todos os riscos (inclusive cortando o cabelo e tirando o brinco) que poderia começar a sentir a escola na condição de professor.

No não-dito da diretora, podia-se ler: Guarde sua orientação sexual para você. Na escola ela não é bem vinda. Ou, ainda: Tenha a orientação sexual que você quiser desde que ela não chegue ao espaço público da escola. São duas questões que hoje consigo perceber como diferentes. A primeira leitura me remete ao lugar fixo que possa vir a ter os discursos sobre identidade e a segunda me faz pensar sobre a visibilidade da sexualidade e do tratamento que trazem as marcas de uma sociedade disciplinar, heterossexista e machista. O que pensar sobre as discussões que se ampliam da identidade e

da (in)visibilidade de nossos processos de arte-vida, compreendendo processos de arte a capacidade de todo humano em diferir? Para Foucault:

[...] se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem desvendar sua identidade própria e que esta identidade deva torna-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: “isso está de acordo com minha identidade?”, então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à heterossexualidade tradicional. Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós devemos excluir a identidade se é pelo viés desta identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal. (FOUCAULT apud GALLAGHER; &WILSON, 1982).

Venho interessando-me de forma crescente e apaixonada a compreender as estratégias que alunos(as) e professores(as) se valem para lidar com a ambigüidade que a sexualidade apresenta no interior da escola nos currículos realizados. Que forças nutrem o discurso sobre identidade? Quem ainda precisa da identidade e por que precisam? Os processos de diferenciação, como estado de arte, são produzidos em que relações? Ao trazer essa temática que apenas anuncia possibilidades de leituras, procuro ficar mais atento ao paradigma/atitude de modernidade que nos enquadra e nos classifica em relação ao sexo. Foucault (1982) nos ensina que o sexo tornou-se a *razão de tudo*. Seguindo essa linha de raciocínio que classifica possibilidades, a escola em todos os seus níveis nesse último século, foi sendo transformada em espaço de atuação e profissão de uma maioria de profissionais do sexo feminino. Por que esse espaço foi se transformando em espaço de trabalho feminino? Por que isso de deu? O que isso produz? Sendo esse espaço cada vez mais para as mulheres, surgem perguntas no campo da sexualidade e que se abrem ao currículo: Que distância se mantém a escola da sexualidade(s) e de formas de subjetividade(s) que muitos teimam em não ver? Que emergências a sexualidade e os discursos sobre a sexualidade vêm exigindo e provocando no interior da escola?

A escola primária, lugar que piso com medo e ousadia, traduzindo compromissos políticos em coragem, vem sendo vista aos olhos de muitos como *espaçotempo* de trabalho especificamente feminino [gênero], trabalho de mulher [sexo biológico/ maternidade/ cuidado]. Na escola primária à presença das mulheres é quase que totalidade, raros são os homens que estão na escola, quem dirá nas séries iniciais. Encontrar professores aprendendo a aprender a se tornarem professores no cotidiano da escola é, cada vez mais, motivo de surpresa! Vou percebendo que o magistério no século XX, tornou-se atividade de mulheres. Estudos feministas muito têm contribuindo para desmistificar esse pensamento. Estudiosas feministas situam o movimento de mulheres e o feminismo em dois momentos distintos e nos chamam a atenção para o fato de que esse movimento é composto por diferentes grupos de mulheres e com necessidades também singulares. Esse movimento, por ser multifacetado, se vale de diferentes referenciais teóricos, aproximando-se cada vez mais dos discursos pós-estruturalistas. Dagmar Estermann Meyer (2003) estudiosa das questões de gênero, indica esse movimento político, analisando dois momentos de lutas e interesses que se complementam. Para ela:

A primeira onda aglutina-se, fundamentalmente, em torno do movimento sufragista, com o qual se buscou estender o direito de votar às mulheres e este, no Bra-

sil, começou, praticamente, com a Proclamação da República, em 1890, e acabou quando o direito ao voto foi estendido às mulheres brasileiras, na constituição de 1934, mais de quarenta anos depois. É claro que a luta pelo direito ao voto agregou muitas outras reivindicações como, por exemplo, o direito à educação, a condições dignas de trabalho, ao exercício da docência e, nesse sentido, deve-se ressaltar que a história, em geral, se refere a um movimento feminista no singular, mas que já possível visualizar, desde ali, uma multiplicidade de vertentes políticas que fazem do feminismo um movimento heterogêneo e plural.

A segunda onda do movimento feminista, nos países ocidentais, inscreve-se nos anos 60 e 70 do século XX, no contexto de intensos debates e questionamentos desencadeados pelos movimentos de contestação europeus que culminaram, na França com as manifestações de maio de 1968. No Brasil, ela se associa também, à eclosão de movimentos de oposição aos governos da ditadura militar e, depois, aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira. Fundamentalmente, no âmbito dos movimentos feministas, a segunda onda remete ao reconhecimento da necessidade de um investimento sistemático de estudos e de pesquisas que tivessem como objetivo não só denunciar, mas, sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres tinham sido historicamente submetidos. (MEYER, 2003, pp. 11-12)

Se o magistério nesse último século foi se tornando atividades de mulheres, não dá para afirmar que o gênero da educação seja o feminino. Nossas escolhas, sendo elas afetiva, política, de gênero, religiosa, profissional, sexual estão quase sempre atreladas em maior ou menor proporção aos fios de diferentes redes cotidianas que trançam, (des)trançam, (re)trançam nossa existencialidade. Sabemos que o humano faz história, altera a história, *mundando-se* de acontecimentos, num enfrentamento permanente com as diferentes formas de limites. Se o magistério foi se tornando uma questão de gênero, precisamos ficar mais atentos aos detalhes da sexualidade, suas surpresas e os murmúrios que nos escapam na vida cotidiana e na escola. Somos rede, fios de muitas histórias, somos rede-vida. Somos a história no singular e plural. Somos complexos, somos aquilo que foi *tecido junto*. Se acreditarmos nisso, precisamos defender e fortalecer a idéia dos cotidianistas que cada vez mais acreditam que:

...nós e nossos alunos trazemos muitas marcas das tantas aulas que tivemos e do sem-número de contatos que, com outras pessoas, vamos tendo pela vida. Nesses contatos, mobilizamos todos os sentidos, olhando, ouvindo, cheirando, tocando, sentindo, sofrendo, muitas vezes. Fomos/somos marcados, assim por marcas que nem sabemos que guardamos, mas que estão em nós, deixadas pelos cotidianos das tantas escolas pelas quais passamos, pelos tantos professores e professoras, colegas, alunos/alunas, diretores e diretoras, pais e mães de alunos, outros servidores da escola, visitantes com os quais vamos tendo contato. (ALVES, 2002, p. 21)

Como o *correr da vida embrulha tudo*, não sei bem ao certo como foi se dando em mim, o desejo de um devir professor. Vou percebendo com a ajuda de Larrosa que “toda escritura pessoal, enquanto escritura, contém vestígios das palavras recebidas e histórias recebidas” (LARROSA, 2004, p. 25). Recordo-me de falas frágeis, como as de minha mãe: — *Suas mãos: são mãos de professor, você será um ótimo professor!* Engraçado, gostava de ouvir isso! Essas palavras soavam belas e fortes aos meus ouvidos! Será que o outro pode marcar as escolhas de alguém a partir do formato de suas mãos, tendo no tom e no poder da palavra o suporte? É possível pensar que coisas, aparentemente sem importância, como o formato das mãos, possam a partir da intervenção do outro produzir desejo em alguém em se tornar professor? Será que *vir a ser* professor é consequência do ensino profissionalizante oferecido aos filhos das classes populares? Ou será que a sexualidade com suas formas de subjetividades, aproximam pessoas que ocupam diferentes posições nas relações que se estabelecem com a sexualidade e com o

sexo nesse universo visto como feminino? Será que a aproximação a este universo dito feminino acontece, por ali perceber inúmeras possibilidades de solidariedade, aconchego, resistência e insistências? Muitas perguntas e poucas certezas... Essas incertezas vividas no presente permitem-nos enredar histórias de vida acontecimentalizadas aos efeitos de cientificidade das muitas atitudes da modernidade, como aproximação e problematização. Nas palavras de Goellner (2003), esse período [modernidade] é extremamente importante como fonte de análise, pois é nele que se consolidam algumas representações, que ainda hoje marcam nosso corpo e que nos produzem como sujeitos assujeitados a esses saberes.

Essa importância se dá, fundamentalmente, pela ação da ciência deste tempo que, ao debruçar-se sobre o corpo humano, buscou entendê-lo no detalhe. Neste momento, despontaram algumas teorias que, utilizando-se do discurso científico, analisaram os indivíduos a partir de suas características biológicas, ou seja, de forma da aparência do seu corpo. Não apenas os analisaram, mas lhe conferiram diferentes lugares sociais. O tamanho do cérebro, por exemplo, poderia justificar o nível de inteligência dos sujeitos; a aparência do rosto (cor da pele e dos cabelos) passou a ser um dos elementos a identificar a aptidão de alguns para o trabalho manual; as feições do rosto (traços do rosto), o tamanho das mãos ou do crânio poderia classificar os comportamentos e identificar os loucos, criminosos, tarados e agitadores políticos. Essas classificações colaboraram para que diferentes hierarquizações se estruturassem entre os humanos. Por vezes, os negros e/ou as mulheres foram considerados inferiores exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas nomeadas por essa mesma ciência como inferiores, incompletas ou díspares. (GOELLNER, 2003, p. 34)

Aproximações são possíveis, mas nunca a certeza definitiva do que realmente nos enreda na formação de nossas subjetividades. Compreendo que nas interpelações de minha mãe, em seu convite, para que viesse a me tornar professor, tendo por referência o formato de minhas mãos, havia marcas dos muitos discursos científicos que tomam o corpo como ponto de atuação, de classificação e em consequência de seu poder, e definem alguns lugares sociais para ocupação e utilização desse corpo. Acredito que só é possível pesquisar o cotidiano escolar quem tem perguntas. Estas perguntas, que movem incertezas, potencializam novas tantas perguntas, que neste ensaio não intenciono responder, mas incorporar no processo de pesquisa. Por isso, venho me valendo desta forma-escrita interrogativa, numa tentativa de remexer o cotidiano escolar a partir das questões que estou inventando como objeto/tema de estudo, correndo todos os riscos possíveis. Neste sentido volto a questionar: Será que a ação docente, pensada como obra de arte, sempre inventiva e permanentemente outra, contribui para os processos abertos de diferenciação? Ou será que a ação docente, a partir de uma escola uniformizante, (re) produz nos discursos e nas práticas a heterossexualidade, vistas como a normalidade? São perguntas que me faço e sei que todas as questões apontadas acima são possibilidades, merecendo cuidados especiais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades, in: RAGO, Maragareth; ORLANDI; Luiz B, Lacerda & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzchianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ALVES, Nilda (org.) *Criar currículo no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2002.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Gustavo de. ... Da fragmentação do homem-rede, in: CASTRO, Gustavo. (org.) *Ensaio de complexidade*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu caçador de mim, in: GARCIA, Regina Leite. (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro : DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GALLAGHER, B. & WILSON, A. Michel de Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Toronto, junho de 1982; *The advocate*, n. 400, 7 de agosto de 1984, pp. 26-30 e 58. Trad. Wanderson Flor do Nascimento.

Disponível em: <http://www.unib.br/fe/tel/filoesco/foucault>. Acesso em 10 de abril de 2006.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *A produção cultural do corpo*, in: FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LARROSA, Jorge. Dar a palavra: Notas para uma dialógica da transmissão, in: ____ & SKLIAR, Carlos (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

_____. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas, in: BARROS: Maria Elizabeth Barros de (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES. 1999.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política, in: *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1996.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade, in: SCHNITMAN: Dora Fried. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

PELBART, Peter Pál. Vida nua, vida besta, uma vida. Disponível em: p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl-21k Acesso: 10/09/2007.

RODRIGUES, Alexsandro. Homossexualidade: um descobrir cotidiano, in: *A página da Educação*, Portugal. Ano XIII (133), abril de 2004.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

O uso do computador nas escolas estaduais no município de Patos de Minas, MG

Adriana de Lanna Malta Tredezini

Mestre em Educação. Professora de Tecnologia Aplicada à Educação (UNIPAM)

Daniel Caixeta Queiroz Garcia

Aluno do 4.º ano do curso de Sistemas de Informação (UNIPAM)

Resumo: O presente artigo analisa a atual situação do uso do computador nas escolas estaduais no município de Patos de Minas-MG, tendo como embasamento teórico todo contexto que envolve esse assunto. Foi feita uma pesquisa qualitativa, com auxílio de dados quantitativos para auxiliar na análise dados.

Palavras-chave: Informática Educativa – ProInfo – NTE – Laboratórios de informática.

1. Introdução

Nos dias atuais, a tecnologia está inserida no nosso cotidiano como no simples ato de assistir televisão, fazer uma ligação em um telefone móvel, efetuar saques nos bancos em caixas eletrônicos ou através da Internet, fazer compras de qualquer produto, verificar o saldo da conta bancária, entre outras ações possíveis. Isso caracteriza a chamada Sociedade da Informação. De acordo com Takahashi (2000, p. 03), “rapidamente nos adaptamos [...] a viver na Sociedade da Informação, uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis”.

Porém, essa rápida evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) trouxe consigo algumas desvantagens. Várias classes da sociedade, principalmente as mais baixas, ficaram excluídas de todo esse processo, caracterizando assim a Exclusão Digital. Segundo Sorj e Guedes (2005, p. 02) “a introdução de novas TICs aumenta a exclusão e a desigualdade social”, com isso pessoas de menor renda que normalmente não têm como comprar essas TICs tornam-se excluídas. Ainda Sorj e Guedes falam que

Como o ciclo de acesso a novos produtos começa com os ricos e, posteriormente, se estende aos pobres, depois de um tempo mais ou menos longo (e o ciclo nem sempre se completa), a introdução de novos produtos essenciais aumenta a desigualdade. Os ricos são os primeiros a usufruir as vantagens do uso e/ou domínio dos novos produtos, no mercado de trabalho enquanto a sua carência aumenta as desvantagens dos grupos excluídos (SORJ & GUEDES, 2005 p. 03).

Levando em conta isso, o governo estabeleceu, por meio de políticas públicas, ações para mudar essa situação. Foram criados programas de inclusão digital, como o Computador para Todos¹, que visa estabelecer preços menores na venda de computadores; a instalação de telecentros² em comunidades mais carentes, entre outros. Esses são exemplos de algumas possíveis soluções para diminuir a exclusão digital e aumentar de certa forma a competitividade no mercado de trabalho das pessoas de classes sociais mais baixas.

Uma vez que TICs estão inseridas no nosso cotidiano, a educação não ficaria de fora desse contexto. Segundo Bastos³ (*apud* GRINSPUN, 2001, p. 25) “a educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica, o que, por sua vez, vai exigir o entendimento e interpretação de tecnologias”. Assim em 9 de abril de 1997, através da Portaria nº. 522, a Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), criou o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) que consistia em “promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio” (MEC, 2008c).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo foi analisar a situação do uso dos computadores pelos alunos nas escolas estaduais do município de Patos de Minas.

2. A Informática como auxílio à Educação

Informática Educativa é a junção de duas palavras, em que, segundo o dicionário Aurélio, Informática significa “Ciência que estuda o tratamento das informações quanto a sua coleta, armazenamento, classificação, transformação e disseminação” e Educação significa “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. Juntando essas duas palavras nesse contexto, entende-se o desenvolvimento da capacidade intelectual e moral do ser humano usando uma ciência que dissemina informação (FERREIRA, 1993, p. 197-306).

Na educação o computador tem sido utilizado tanto para ensinar sobre computação (inclusão digital) quanto para ensinar praticamente qualquer assunto.

No ensino de computação, o computador é usado como objeto de estudo, ou seja, o aluno usa o computador para adquirir conceitos computacionais, como princípios de funcionamento do computador, noções de programação e implicações sociais do computador na sociedade.

O ensino pelo computador implica que o aluno, através da máquina, possa adquirir conceitos sobre praticamente qualquer domínio e isso é normalmente feito por algum *software*.

Desse modo, caracterizam-se os chamados *softwares* educativos que são programas de computador cujo principal propósito é o ensino ou o auto-aprendizado. E assim foram divididos em categorias: Programas tutoriais, Programas de exercício-prática, Jogos educacionais e Simulação. Esses tipos de software enriquecem o ambiente de aprendizagem onde o aluno, interagindo com os objetos desse ambiente, tem chance de construir o seu conhecimento (construtivismo⁴). Nesse caso, o conhecimento

¹ Projeto que faz parte do Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Federal, iniciado em 2003 (PORTAL, 2008).

² Espaço Público com computadores ligados à Internet que são instalados em áreas de exclusão digital (STELA, 2008).

³ BASTOS, João Augusto S.L.A. Educação e tecnologia. *Educação e tecnologia*. Revista técnico-científica dos programas de pós-graduação em tecnologia dos CEFETs PR/MG/RJ. Curitiba, CEFET PR, ano 1, n.1, abr. 1997.

⁴ Teoria do suíço Jean Piaget, o construtivismo é uma das correntes teóricas empenhadas em explicar como a inteligência humana se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio. A idéia é que o homem não nasce inteligente, mas também não é passivo sob a influência do meio, isto é, ele responde aos estímulos externos agindo

não é passado para o aluno, mas o aluno é que é o construtor do seu próprio conhecimento (VALENTE, 1993a, p. 02).

Porém, o uso do computador nas escolas é um assunto bastante questionável. Até hoje, há várias visões em relação a esse assunto. Algumas são indiferentes; outras, céticas; e há, ainda, aquelas que são otimistas.

As visões indiferentes são realmente de desinteresse ou apatia: eles aguardam a tendência que o rumo da tecnologia pode tomar. Já as visões céticas usam de um argumento bastante comum, que é a pobreza do nosso sistema educacional: “a escola não tem carteiras, não tem giz, não tem merenda e o professor ganha uma miséria. Nessa pobreza, como falar em computador?”. Já os otimistas, segundo Valente, vêem o computador como ferramenta que pode

desenvolver o raciocínio ou possibilitar situações de resolução de problemas. Essa certamente é a razão mais nobre e irrefutável do uso do computador na educação. Quem não quer promover o desenvolvimento do poder de pensamento do aluno? No entanto, isso é fácil de ser falado e difícil de ser conseguido. Já foram propostas outras soluções que prometiam esses resultados, e até hoje a escola contribui muito pouco para o desenvolvimento do pensamento do aluno (VALENTE, 1993b, p. 06).

Então, foi nesse contexto que surgiu o ProInfo como uma solução de promover essa visão otimista em relação ao computador na educação.

3. ProInfo

O Programa Nacional de Informática na Educação foi criado em 9 de abril de 1997, através da Portaria n.º 522, pela SEED do MEC. Segundo o artigo n.º 1 da própria portaria assinada pelo então ministro da educação Paulo Renato Souza:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo, com a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal.

Parágrafo único. As ações do ProInfo serão desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância deste Ministério, em articulação com a secretarias de educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 1997).

Um dos motivos para a criação do ProInfo pode ser a Seção III (Ensino Fundamental) do Artigo 32 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que corresponde à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo objetivo é a formação básica do aluno do ensino fundamental visando “à compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (LDB, 2008).

sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada (CAMPOS, 2008).

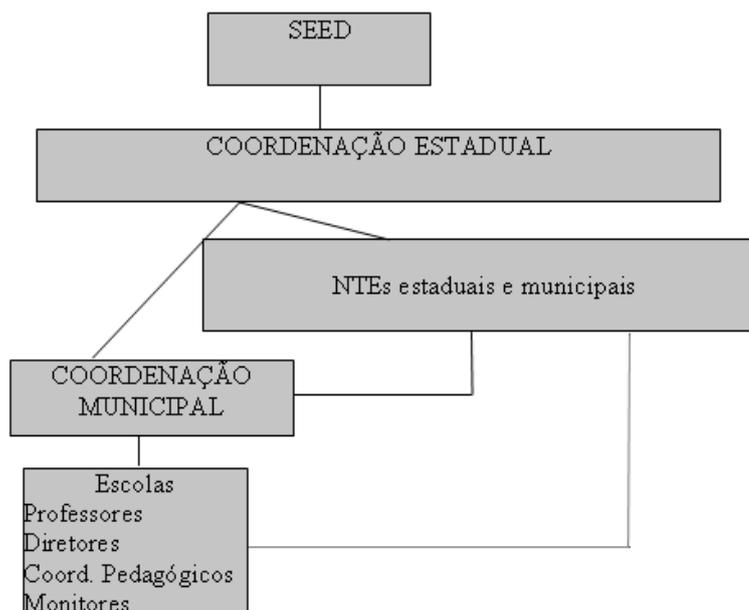


Figura 1. Estrutura Operacional de Implementação do ProInfo (MEC, 2008a)

A figura 1 demonstra como funciona o ProInfo. A SEED, por meio de sua Coordenação de Capacitação, relaciona-se diretamente com as Coordenações Estaduais, formadas por representantes da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação que, por sua vez, relacionam-se com os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) estaduais e municipais e Coordenações Municipais (MEC, 2008a).

A NTE, nesse contexto, é a parte mais importante na aplicação do ProInfo que é responsável pela capacitação do professor no uso de TICs, introdução de novas tecnologias educacionais no sistema público de ensino, manutenção dos equipamentos nos laboratórios de informática das escolas públicas, além do acompanhamento e avaliação do ProInfo (MEC, 2008b). De acordo com o site do NTE de Jaraguá do Sul-SC, os objetivos de qualquer NTE são:

Objetivo Geral

Possibilitar ao professor o contato com as novas tecnologias de comunicação e informação que enfatizem a construção do conhecimento.

Objetivos Específicos

Oportunizar ao professor o contato com o computador como instrumento a ser utilizado na criação de ambientes de aprendizagem que privilegiem a construção do conhecimento.

Oferecer condições para o professor construir conhecimento sobre as técnicas computacionais e entender por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica (NTE, 2008).

Estabelecidos esses objetivos, são definidas as metas que são:

Preparar professores e especialistas (multiplicadores), ligados à Secretaria Municipal de Educação, através de um curso de especialização em Informática na Educação, para que atuem em capacitações para os demais professores da Rede Municipal de Ensino;

Capacitar os professores da Rede Municipal de Ensino com noções básicas de informática (subsídios técnicos);

Capacitar os professores da Rede Municipal de Ensino com noções de desenvolvimento de projetos de aprendizagem em ambientes informatizados;

Envolver os multiplicadores (Especialização em Informática na Educação) na capacitação dos demais professores da Rede Municipal de Ensino;

Proporcionar aos alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino, que possuem computadores, atividades escolares diversificadas com o uso dos mesmos, através dos professores capacitados;

Estimular os professores a desenvolverem projetos, utilizando-se da informação e das ferramentas oferecidas pelo computador e/ou pelos softwares disponíveis nas unidades escolares;

Acompanhar e avaliar continuamente as atividades envolvendo o projeto de informática nas escolas municipais, através da atuação dos multiplicadores;

Equipar as unidades escolares com computadores, conforme o plano de atendimento elaborado pelo Setor de Planejamento da Secretaria Municipal; (NTE, 2008)

3.1. Participação das escolas

Para a escola participar do ProInfo, inicialmente ele deve apresentar o Projeto Político Pedagógico de uso das TICs na educação e formaliza o compromisso de prover a infra-estrutura para o adequado funcionamento junto à Coordenação Estadual do ProInfo na Secretaria de Educação do Estado (MEC, 2008b).

Porém, as escolas têm de preencher certos requisitos para poderem receber o laboratório do ProInfo que são:

- Possuir mais de cem alunos
- Ter energia Elétrica
- Ter uma infra-estrutura adequada para instalação do laboratório

4. Metodologia

A pesquisa deste presente artigo será classificada como pesquisa qualitativa com auxílio de dados quantitativos para complementar os seus resultados. Segundo Minayo (*apud* BONI e QUARESMA, 2005, p. 70) “os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa”.

Quanto aos meios, a pesquisa é fortemente telematizada e de campo, mas também documental e bibliográfica. A pesquisa é bibliográfica, pois, para a fundamentação teórica, foi realizada uma investigação sobre todo contexto que envolve a utilização de computadores em escolas públicas. É telematizada, porque a maior fonte de dados secundários e artigos sobre o tema é a *Internet*. É também documental, pois utiliza documentos internos da Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas, sendo que a própria pesquisa documental é também em grande parte telematizada. Por fim, a pesquisa é de campo, porque foram coletados dados através de entrevistas abertas.

A entrevista aberta considerada como uma técnica da pesquisa de campo foi usada no presente artigo para obter a maioria das informações de grande importância para o desenvolvimento do mesmo. Essa técnica consiste em uma conversa informal com o entrevistado a fim de obter um amplo grau de informações. Segundo Boni e Quaresma,

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal (BONI & QUARESMA, 2005, p. 74).

A entrevista aberta tem como vantagem produzir uma melhor amostra da população de interesse. Porém, essa técnica possui uma desvantagem que normalmente é usada quando há limitações do próprio entrevistador como, por exemplo, a escassez de recursos financeiros e o dispêndio de tempo (BONI & QUARESMA, 2005).

5. O uso do computador nas Escolas Estaduais no Município de Patos de Minas-MG

A seguir serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa do presente artigo.

5.1 Escolas Estaduais

Tabela 1. Dados das escolas estaduais do município de Patos de Minas

Nº	Escola	Alunos	Computadores
1	Cesec Ordalina Vieira Roriz Costa	1376	-
2	Colégio Tiradentes PMMG	547	20
3	E.E. Abílio Caixeta de Queiroz	1217	10
4	E.E. Abner Afonso	1712	10
5	E.E. Adelaide Maciel	843	6
6	E.E. Agrotécnica Afonso Queiroz	187	30
7	E.E. Arlindo Porto	105	12
8	E.E. Cônego Getúlio	791	-
9	E.E. Coronel Osório Maciel	176	-
10	E.E. de Boaçara	19	-
11	E.E. Deiró Eunápio Borges	1451	8
12	E.E. Dona Guiomar de Melo	1674	20
13	E.E. Dr. Paulo Borges	1443	10
14	E.E. Ilídio Caixeta de Melo	439	-

Tabela 1. Dados das escolas estaduais do município de Patos de Minas

Nº	Escola	Alunos	Computadores
15	E.E. João Barbosa Porto	145	10
16	E.E. Juca Mandu	308	12
17	E.E. Major Mota	218	12
18	E.E. Marcolino de Barros	2402	10
19	E.E. Monsenhor Fleury	688	-
20	E.E. Padre Almir Neves de Medeiros	658	6
21	E.E. Prof. Antônio Dias Maciel	1723	20
22	E.E. Prof. Manoel Lopes Nogueira	60	12
23	E.E. Prof. Zama Maciel	1622	18
24	E.E. Profa. Elza Carneiro Franco	983	20
25	E.E. Santa Terezinha	589	10
26	E.E. Dr. Sebastião Silvério de Faria	55	-
27	E.E. Professor Modesto	840	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela acima demonstra todas as escolas estaduais do município de Patos de Minas e suas respectivas quantidades de alunos e total de computadores nos laboratórios de informática.

Nota-se que nem todas as escolas estaduais possuem computadores e, conseqüentemente, laboratórios de informática para o uso dos alunos. Essa situação ocorre devido ao não-preenchimento dos requisitos propostos pelo ProInfo.

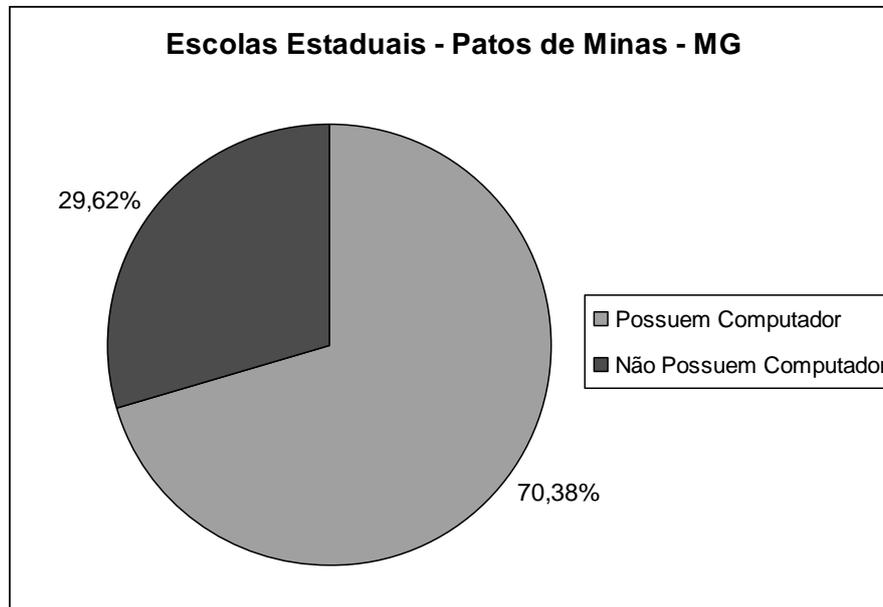


Figura 2. Gráfico das escolas estaduais que possuem e não possuem computador

O gráfico acima demonstra a percentagem das escolas estaduais do município de Patos de Minas que possuem e não possuem computador. Porém, esse cenário não é tão bom quanto aparenta ser.

5.2 Quantidade de Alunos por computador

Tabela 2. Escolas Estaduais com Computador

Nº	Escola	Alunos	Computadores	Alunos/PC
1	Colégio Tiradentes PMMG	547	20	27,35
2	E.E. Abílio Caixeta de Queiroz	1217	10	121,7
3	E.E. Abner Afonso	1712	10	171,2
4	E.E. Adelaide Maciel	843	6	140,5
5	E.E. Agrotécnica Afonso Queiroz	187	30	6,23
6	E.E. Arlindo Porto	105	12	8,75
7	E.E. Deiró Eunápio Borges	1451	8	181,375
8	E.E. Dona Guiomar de Melo	1674	20	83,7
9	E.E. Dr. Paulo Borges	1443	10	144,3
10	E.E. João Barbosa Porto	145	10	14,5
11	E.E. Juca Mandu	308	12	25,67
12	E.E. Major Mota	218	12	18,17
13	E.E. Marcolino de Barros	2402	10	240,20
14	E.E. Padre Almir Neves de Medeiros	658	6	109,67
15	E.E. Prof. Antônio Dias Maciel	1723	20	86,15
16	E.E. Prof. Manoel Lopes Nogueira	60	12	5,00
17	E.E. Prof. Zama Maciel	1622	18	90,11
18	E.E. Prof. Elza Carneiro Franco	983	20	49,15
19	E.E. Santa Terezinha	589	10	58,90
Total		17887	256	83,29576023

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela acima demonstra a realidade dos laboratórios de informática das escolas estaduais do município de Patos de Minas. Foi destacado o ponto mais importante observado:

- Distribuição desigual dos computadores por escolas. Enquanto há escolas com 60 alunos e 12 computadores, há também escolas com 2402 alunos e 10 computadores.

5.3. Uso dos laboratórios de informática

Após entrevistar algumas diretoras das escolas estaduais, constatou-se que a média geral das escolas é de 40 alunos por turma. Portanto, quando o professor leva a turma ao laboratório de informática, fica em média de 3 a 5 alunos por computador. Há casos em que o professor deixa de levar os alunos devido à quantidade de alunos por computador. Essa situação pode ser verificada na Figura 3.



Figura 3. Alunos de uma escola estadual de Patos de Minas no laboratório de informática

Também foi constatada a falta de manutenção dos computadores dos laboratórios das escolas estaduais por parte da equipe do NTE de Patos de Minas. Muitas das vezes não há aulas nos laboratórios devido a computadores parados por falta de manutenção.

Porém, há muitos casos em que o próprio professor se torna uma barreira no uso dos computadores, porque ainda existe aquele “medo” ou desinteresse por parte de alguns professores, principalmente os mais tradicionais.

5.4. Configuração dos computadores

Os computadores que são enviados atualmente para as escolas estaduais do município de Patos de Minas possuem a seguinte configuração;

- Processador 2.2 Mhz
- Hard Disk de 40 GB
- 512 MB de memória ram
- Monitor SRT de 15"
- Sistema operacional GNU/Linux Muriqui
- Aplicativos de escritório (BrOffice.Org)

Essa configuração dos computadores é adequada ao ambiente escolar, porém nota-se uma dificuldade tanto dos professores quanto dos alunos em relação ao sistema operacional instalado nos computadores.

5.5. Software Educacional

Após feita entrevista com o coordenador estadual do NTE de Patos de Minas, notou-se a necessidade do uso maior de softwares educativos, principalmente com os alu-

nos do ensino fundamental. Porém, não há softwares educativos suficientes para todas as escolas e não está previsto o envio desses tipos de software para o município.

6. Conclusão

Resumindo, a atual situação do uso do computador nas escolas estaduais no município de Patos de Minas contradiz o objetivo proposto pelo ProInfo de “promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio”, uma vez que os laboratórios são usados basicamente para pesquisa e digitação de trabalhos pelos alunos e uso da Internet.

De um lado, não há computadores suficientes para os alunos, de outro, professores deixam de dar aulas devido a computadores parados por falta de manutenção e há várias escolas que não possuem computadores devido a “burocracias” do ProInfo. Mas há, também, vários professores que dificultam o processo da melhoria da educação através do uso da informática devido ao medo em relação à tecnologia, desconhecimento das TICs ou por simples desinteresse.

Uma das possíveis soluções para melhorar essa atual situação seria ter a contratação de mais pessoas para a equipe do NTE, já que, atualmente, o órgão possui apenas dois funcionários que tomam conta de não apenas vinte e sete escolas estaduais do município de Patos de Minas, mas de todas as escolas públicas de Patos de Minas e de mais treze municípios vizinhos pelos quais a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Patos de Minas e NTE de Patos de Minas são responsáveis. Outra possível solução seria oferecer um maior número de cursos de capacitação para professores. Uma alternativa perfeitamente viável e, por último, a mais difícil, o aumento da verba destinada à Educação.

Referências

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis*, v. 2, n. 1, p.68-80, 2005.

Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BRASIL. Portaria n.º 522, de 9 de abril de 1997. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Informática na Educação. Brasília, DF, 1997.

Disponível em: <http://www.ictparliament.org/CDTunisi/ict_compendium/paesi/brasile/BRA15.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2008.

CAMPOS, Márcia de Borba. *Construtivismo*: Jean Piaget.

Disponível em: <<http://penta.ufrgs.br/~marcia/constru1.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577 p.

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin et al. (org.). *Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 231 p.

LDB de 1996: Arquivos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2008.

MEC: Ministério da Educação. Sistema de Gestão Tecnológica: estrutura operacional de implementação do ProInfo.

Disponível em: <http://sip.proinfo.mec.gov.br/entidade/arquivos/estrutura_operacional.doc>. Acesso em: 18 abr. 2008a.

MEC: Ministério da Educação. Perguntas Frequentes: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=209&Itemid=351>>. Acesso em: 27 abr. 2008b.

MEC: Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=136&Itemid=273>>. Acesso em: 10 abr. 2008c.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

NTE: Jaraguá do Sul. Disponível em: <<http://www.nte-jgs.rct-sc.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

PORTAL: Computador para Todos.

Disponível em: <http://www.computadorparatodos.gov.br/projeto/index_html>. Acesso em: 13 mar. 2008.

SEDINE, Patos de Minas. *Relatório EDUCACENSO - Patos de Minas*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <dcqg@hotmail.com>. em: 24 mar. 2008.

SORJ, Bernardo & GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estudos: CEBRAP*. São Paulo, n. 72, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2008.

STELA. *TID: Telecentros: O que é?*.

Disponível em: <<http://www.tid.org.br/modules/news/article.php?storyid=25>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

TAKAHASHI, Tadao (org.). *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.

Disponível em: <<http://atiid.incubadora.fapesp.br/portal/biblioteca/LivroVerdeSOCINFO-240701.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

VALENTE, José Armando. *Informática na Educação no Brasil: análise e contextualização histórica*. Disponível em: <www.nied.unicamp.br/~dafe/download/cap1.doc>. Acesso em: 13 abr. 2008.

VALENTE, José Armando. Diferentes usos do Computador na Educação, in: VALENTE, José Armando. *Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. p. 1-23.

Disponível em: <<http://www.nied.unicamp.br/publicacoes/separatas/Sep1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2008a.

_____. Por que o Computador na Educação?, in: VALENTE, José Armando. *Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993, p. 24-44.

Disponível em: <<http://www.nied.unicamp.br/publicacoes/separatas/Sep2.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2008b.

O império otomano nos degraus do ensino

Bianca Melyna Filgueira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acadêmica do 8.º semestre do curso de História e bolsista do Laboratório de História e Arte (LABHARTE).

e-mail: bi_hst@yahoo.com.br

Resumo: A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 tornou-se um marco não só na história como na historiografia. Por algum tempo, historiadores utilizaram este acontecimento como um verdadeiro *divortium aquarium* entre duas épocas, as convencionalmente chamadas Idade Média e Idade Moderna. Hoje, sob novas diretrizes, os profissionais da área têm buscado tratar a história de um modo mais encadeado, menos estanque, em que periodizações arbitrárias procuram ser evitadas. Todavia, no ensino não-acadêmico, ainda é bastante comum a reprodução de uma história factual, pautada em um método acrítico, lacunoso, que torna difícil ao indivíduo a construção do conhecimento. Neste artigo, busco identificar tais lacunas no ensino não-acadêmico especificamente no tema Império Otomano, através da análise de livros didáticos, confrontando com o que é – ou deveria ser – ensinado no âmbito acadêmico, bem como apresentar, em alguma medida, soluções para esta questão.

“A Idade Moderna se inicia com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453”; é muito comum ouvir essa sentença nos meios não-acadêmicos. Assim, ao longo da vida escolar, os estudantes, em geral, só tomam contato com o Império Otomano enquanto tema no momento em que se aborda a questão da transição da Idade Média para a Idade Moderna, e de forma muito superficial. Esse tipo de abordagem, embora se admita ser de algum valor pedagógico, no que se refere à divisão da história em períodos, no cômputo geral, acaba soando um tanto arbitrária, por dois motivos: primeiro, porque fazer um recorte tão brusco na história mundial, a fim de agrupar os fatos em blocos homogêneos, é passar por cima das inúmeras particularidades inerentes a cada região, a cada povo; “toda periodização é artificial”, nos lembra André Corvisier (1976, p. 6). Segundo, porque freqüentemente se ignoram os turcos pré e pós-1453 historiograficamente.¹

Os pontos centrais dessa discussão se concentram nos dois tipos de abordagens acerca da formação, do apogeu e da derrocada do Império Otomano: a acadêmica e a não-acadêmica. O objetivo aqui presente é procurar entender como esse tema é ensinado nessas esferas de ensino no Brasil, observando as divergências existentes entre as duas abordagens e tentando, em alguma medida, solucioná-las. Para isto, se faz necessário confrontar as fontes utilizadas nos meios acadêmicos com os livros didáticos, de modo que se possa ter uma noção mais exata do que se espera que os estudantes aprendam nesses dois ambientes.

¹ Ao longo deste artigo, optei por utilizar essas divisões (Idade Média, Idade Moderna) justamente por compreender seu valor didático, visando uma simplificação do texto, ainda que se reconheçam as limitações desse método.

Antes de se partir para a discussão propriamente dita, é importante destacar alguns aspectos da historiografia. O primeiro deles diz respeito ao fato de, admita-se, trabalharmos a partir de uma história etnocêntrica. Seguindo esta idéia, percebe-se que em poucos momentos a história oriental ganha algum tipo de destaque na produção historiográfica e, por consequência, no ensino. Isto nos leva fatalmente à idéia de que a historiografia não é somente etnocêntrica, mas, sobretudo, eurocêntrica, como afirma Marc Ferro (1999, p. 14): “A história se identifica com a história do Ocidente e nela se encontra a manifestação do etnocentrismo [...]”. Como aponta o historiador, muitos países só “entram” na história a partir do momento em que se “europeízam”, em que estabelecem algum tipo de relação com a Europa.

Assim, vê-se que o Império Otomano figura na periferia da historiografia. Embora sua história tenha, sim, muitos pontos de intersecção com a história da Europa Ocidental, permanece sempre à sombra desta. Na mesma situação, encontram-se nações importantes, como Japão, China e Índia, e mais apagados ainda da cena historiográfica estão os países do continente africano².

O cenário no qual se desenrola a história da formação do Império Otomano é repleto de elementos que, freqüentemente, permanecem inexplorados pela historiografia. Torna-se complicado abordar esse tema sem penetrar na história do Oriente Distante, por exemplo, já que há uma estreita ligação entre o avanço dos mongóis e a formação do Império Otomano. Já no século XIII, os mongóis haviam formado o Estado dos Ilcãs, localizado no Irã (PERROY, 1965, p. 65). Este reino, após seu desmembramento na metade do século XIV, daria origem à parte do Império Otomano. Mas é na Ásia Menor (atual Turquia) que se encontra a verdadeira gênese desse império. Antes mesmo do despontar do século XIV, os turcomanos, até então submetidos ao domínio mongol, emanciparam-se e fundaram uma série de principados, sobretudo nas fronteiras bizantinas, sendo que um deles foi fundado por Osmã, ancestral dos Osmanlis ou Otomanos (PERROY, 1965, p. 74), que instaurou a dinastia otomana – daí a origem do nome do império – após o declínio da dinastia anterior, a seljúcida, e se tornou a potência dominante não só na Turquia, mas em todo o mundo muçulmano.

Analizando essa questão da origem do Império Otomano nos livros didáticos, já se percebe uma série de omissões que certamente comprometem a compreensão do estudante acerca do tema. Primeiramente, a questão é tratada desvinculadamente dos outros povos e impérios orientais. Fala-se de povos nômades que disputavam entre si as pastagens da Ásia Central, sem fornecer uma noção mais exata da origem desses povos, a quem eles eram submetidos etc. Como mostra Perry Anderson (1985, p. 362),

estes soldados e aventureiros fronteiriços não buscavam apenas terras para seus rebanhos. Por uma espécie de auto-seleção, estavam também caracteristicamente marcados pelo chamado espírito *ghazi*, uma fé militante de cruzada muçulmana que rejeitava toda a acomodação com o infiel, do tipo que viria a definir os Estados constituídos do Antigo Islã.

Por isso, torna-se imprescindível também, para a compreensão do tema em questão, o estudo referente à expansão do Islã. Sem esse elemento, é provável que o estudante não consiga fazer uma ponte entre o conteúdo abordado no ensino da Idade Média e no da Idade Moderna.

No primeiro livro didático utilizado para esta análise, o conteúdo referente ao Islã encontra-se presente em algumas páginas antes da unidade que trata do Império Otomano. O que chama a atenção é o fato de se encontrar, no referido livro, raríssimas

² Neste sentido, no que diz respeito ao Brasil, muito embora o ensino de história da África tenha se tornado obrigatório nas escolas, o que se vê é que os obstáculos permanecem; a maioria dos professores ainda baseia-se no livro didático, o qual é, de forma geral, insuficiente para dar conta de uma história mais ampla e crítica, além do fato óbvio de só abordar a questão do negro em dois momentos: escravidão e, quando muito, *Apartheid*.

conexões entre os dois assuntos. Na unidade que trata do Império Otomano, há uma referência mínima à expansão muçulmana, e na que trata do Islã, não foi possível encontrar menção alguma aos turcos. Além disso, os termos *árabe*, *muçulmano* e *islâmico* aparecem inúmeras vezes como se fossem sinônimos uns dos outros, o que certamente dificulta muito a compreensão do aluno.

No segundo livro didático analisado, as constatações foram ainda mais decepcionantes. Não foi encontrada absolutamente nenhuma referência ao Império Otomano, nem mesmo ao muçulmano. A menção mais aproximada que se encontrou – não no texto, mas somente nas atividades! – referia-se às contribuições científicas dos árabes para os nossos dias, mais uma vez generalizando o termo *árabe* e definitivamente colocando a história desses povos orientais à margem da cena.

Não obstante, é preciso deixar claro que não é objetivo desta discussão eliminar a Europa do contexto da expansão otomana, afinal, a porção oriental do continente europeu foi palco de muitas conquistas otomanas, dos Bálcãs até as portas de Viena. As poucas milhas marítimas que separavam os otomanos da Europa abriam-lhes possibilidades quase ilimitadas de conquista. Uma vez conquistada Constantinopla (atual Istambul), os turcos puderam atravessar a Trácia e a Macedônia bizantinas, e avançar em direção aos Bálcãs, cuja conquista se iniciou pela Bulgária e pela Sérvia. Os novos vassallos balcânicos, bem como o imperador bizantino, enviaram aos turcos numerosos contingentes, o que, como observa Édouard Perroy (1965, p. 90-91), funcionou como uma gangorra: “[...] enquanto os turcos conquistaram os Bálcãs por conta dos otomanos, os balcânicos ajudaram estes otomanos a conquistar a Turquia: cada movimento desta gangorra, entre a Europa e a Ásia, possibilitava o planejamento de outras conquistas”.

Outro aspecto que interliga otomanos e europeus é, sem dúvida, o entrave que o avanço dos primeiros provocou no comércio entre Ocidente e Extremo Oriente. Como os turcos detinham o controle do mundo muçulmano e, portanto, o acesso ao Extremo Oriente, os ocidentais precisaram encontrar uma alternativa para o comércio, o que resultou nas aventuras marítimas em direção ao continente americano. Eis aí outro ponto importantíssimo que, nos livros didáticos, aparece – quando aparece – completamente desconectado do contexto: de um lado, aborda-se superficialmente o Império Otomano, concentrando a atenção somente na tomada de Constantinopla, e de outro, as grandes navegações e o imperialismo ibérico, tudo isso apresentado separadamente, de modo que dificulta ao estudante a tarefa de estabelecer relações que possibilitem entender a lógica da história.

Há ainda um terceiro aspecto referente às ligações entre turcos e europeus que deve ser explorado, a saber, a interferência européia na decadência do Império Otomano. Mas isso será feito mais adiante, pois é preciso antes narrar a história que, via de regra, só é mencionada nos meios acadêmicos – e, às vezes, muito superficialmente, pois nem todos os cursos de História contemplam essa parte: como se deu a expansão e a decadência desse império que perdurou por cerca de sete séculos e que ocupou um território extraordinariamente extenso.

Primeiramente, é preciso entender que a expansão do Império Otomano foi realizada metodicamente. Existia a preocupação de organizar os espaços conquistados, de só conquistar o que, de fato, pudesse ser organizado e de equilibrar os atributos turcomanos primitivos com os muçulmanos e os nativos não-muçulmanos (PERROY, 1965, p. 88).

O Império Otomano, conforme já dito, originou-se do principado de Osmã, que foi absorvendo lentamente os principados mais próximos e menos fortes. Os príncipes muçulmanos tinham por costume, tão logo conquistavam uma região, construir mesquitas, bazares e caravancarás, o que de certa forma demarcava seu domínio sobre a mesma. Além disso, “a disciplina e a ordem interna permitiam a regularidade das culturas, o trabalho dos artesãos para uma nova clientela que substituía a antiga, o acolhimento dos comerciantes para o escoamento dos produtos excedentes da região – alume e produtos têxteis” (PERROY, 1965, p. 89). Quase cem anos antes da tomada propriamente dita de Constantinopla, esta já estava sendo progressivamente cercada pelos

turcos. Sua conquista poderia ter ocorrido já nesse período, mas esta não era uma boa estratégia para um império que estava ainda se criando. Ao invés disto, os turcos partiram primeiro para a conquista dos Bálcãs – que passava por divisões e disputas internas – o que serviria de retaguarda para uma possível reação do Ocidente.

No início do século XV, os turcos puderam realizar novos progressos, conquistando a Bósnia e a Valáquia, suprimindo uma coalizão dos príncipes cristãos da Polônia, da Hungria e da Valáquia, e então coroar sua conquista, enfim, com a tomada de Constantinopla.

Vemos, assim, quantos fatos relevantes transcorreram até que se chegasse à efetiva conquista da então sede do Império Bizantino, e percebemos como ignorar esses elementos provoca um *déficit* na aprendizagem do estudante, não só no que tange à Idade Moderna, mas também em questões relativamente atuais, como os conflitos entre as nações da Europa Oriental, cujos territórios fizeram parte, no passado, de um só império.

E, cabe dizer, toda esta análise está, ao contrário do que possa parecer, levando em conta os diferentes níveis de complexidade característicos de cada ambiente de ensino. É evidente que no ensino acadêmico, as abordagens têm necessariamente de ser mais aprofundadas, afinal, o objetivo é a formação de um profissional que posteriormente estará também ensinando. Entretanto, a proposta aqui não é aumentar a complexidade do conteúdo abordado nos meios não-acadêmicos, mas, pelo contrário, oferecer subsídios para que os estudantes possam estabelecer relações, encadear os fatos, e entender, de fato, a história. Na verdade, é como se o conteúdo sofresse um acréscimo quantitativo em progressão aritmética, e qualitativo em progressão geométrica.

Ademais, como afirmou o professor Jéferson Dantas, em entrevista concedida a mim (2006),

as questões que envolvem o livro didático no ensino de História são complexas. Porém, as categorias analíticas do conhecimento histórico e os conceitos-chave envolvidos permanecem como um grande obstáculo na compreensão do próprio “movimento histórico” em diferentes temporalidades e espacialidades. Explicando melhor, um aluno de 5ª. série, por exemplo, ao sair da 4ª. série do Ensino Fundamental, depara-se com a História das Civilizações antigas, uma enorme carga de informações, pouquíssimas mediações e um vocabulário bastante específico e inadequado para a sua idade. A capacidade de internalização dos conceitos é fragmentada e não raramente os estudantes acabam memorizando passagens do Egito Antigo, da Grécia Antiga e de Roma, sem fazer qualquer relação com as permanências e rupturas das respectivas civilizações acima com a sociedade contemporânea atual.

Por tudo isso, vemos que o que não ultrapassa, às vezes, poucas linhas nos livros didáticos, corresponde a um período de cerca de oitocentos anos; foi este o período transcorrido desde os primeiros assaltos até a ocupação efetiva da cidade de Constantinopla.

É evidente que a expansão do Império Otomano guarda relações com vários outros temas, o que pode tornar o ensino mais conciso e lógico. Essa visão do todo nos permite, por exemplo, procurar respostas para perguntas como de que maneira os turco-otomanos conseguiram avançar e estabelecer, em seu império, uma unidade entre Ásia e Europa?

É possível, num primeiro momento, analisar a expansão, região a região. Na região da Anatólia, os turcos encontraram condições climáticas favoráveis à ocupação e permanência; planaltos áridos e frios, como na Ásia Central, de onde provinham: “o camelo bactriano, seu meio básico de transporte, adaptava-se perfeitamente às terras altas da Anatólia, que se tinham mostrado intransitáveis para o dromedário árabe dos trópicos” (ANDERSON, 1985, p. 362).

Já o principado otomano, que se situava num território pequeno, encontrou vantagens geográficas sobre os outros, como mostra Paul Coles (s/d, p. 14): “Em primeiro lugar, estava geograficamente afastado tanto da zona principal das invasões mongólicas como dos já poderosos emirados turcos do Sul e do Sudeste da Anatólia. Em segundo, era o único posto avançado turco que enfrentava o território bizantino ainda não conquistado”.

Além disso, outros fatores podem ser apontados como determinantes do sucesso da empresa turco-otomana. Um deles está relacionado, sem dúvida, ao espírito de cooperação entre as ordens religiosas e o poder político imperial, que também chama a atenção pela interpenetração de múltiplas crenças, em que diferentes doutrinas e práticas sunitas e xiitas, cristãs e pagãs, pudessem conviver lado a lado sem que isso viesse a fragmentar as estruturas organizacionais, como aponta Perroy. Isso mostra que

os primeiros otomanos souberam, sem dúvida, conquistar a cooperação de certos autóctones e a neutralidade do conjunto. É possível também que as exigências do regime, uma vez ultrapassada a fase da conquista, fossem menos arbitrárias do que as de Bizâncio ou dos anárquicos Estados latinos, muito menos controlados (PERROY, 1965, p. 88-89)

Um aspecto importante e até mesmo curioso para nós que vivemos numa época na qual o fundamentalismo muçulmano é um assunto que está constantemente em *voga*, se refere ao fato de, apesar da presença dos *ghazis*, o número de pilhagens e mortes ter sido bastante reduzido no processo expansionista do Império Otomano; a este fato, atribui-se a rapidez com que o império se desenvolveu. Além disso, era costume não remover os príncipes e senhores autóctones das regiões conquistadas, de modo que essas autoridades, prometendo fidelidade vassálica ao imperador otomano, podiam administrar seus estados segundo as próprias tradições (PERROY, 1965, p. 89-90).

Segundo Geoffrey Blainey (2004, p. 124), nos Bálcãs, um dos motivos que tornou possível a expansão turca, foi a colaboração de muitos camponeses cristãos que, incomodados com os ricos proprietários de terras para os quais trabalhavam, acolheram os turcos em silêncio, não só aceitando sua religião como juntando-se a seus exércitos. Assim, o estado grego sucumbiu, juntamente com a Albânia, de modo que não mais existiam fissuras no Império europeu dos turco-otomanos. Os Estados latinos, que já sofriam de um enfraquecimento interno, posto que as populações nativas mostraram-se hostis ao domínio de uma igreja estrangeira, também acabaram sendo conquistados (PERROY, 1965, p. 79).

Outras regiões também foram alvo dos turco-otomanos: na região do Oriente Médio, conquistaram territórios da Pérsia (atual Iraque) à Arábia; e da África do Norte empreenderam conquistas até as fronteiras do Marrocos (DEMANT, 2004, p. 58); e, mais impressionante geograficamente, foi a conquista no leste asiático, da Geórgia e do Azerbaijão.

O alargamento do poderio turco-otomano pode ser analisado também através da perspectiva marxista do absolutismo, donde é possível estabelecer uma ponte, mesmo no ensino não-acadêmico. Conforme Perry Anderson (1989, p. 365), “o seu perfil [do Império Turco-Otomano] forma um estranho contraste com os contornos do absolutismo europeu seu contemporâneo. O fundamento econômico do despotismo osmanli era a ausência virtualmente absoluta da propriedade privada da terra”. Enquanto os europeus praticavam a política de cercamentos, os turco-otomanos, mesmo quando transplantavam os camponeses de uma área conquistada à outra, forneciam terras equivalentes às que os autóctones possuíam na sua região de origem. Mas, sobretudo, todas as terras consideráveis aráveis e pastoris eram patrimônio pessoal do sultão. Para fins didáticos, apenas essa característica basta para compreender a relação entre os dois temas – absolutismo e expansão otomana –, deixando para as discussões acadêmicas a análise aprofundada que Perry Anderson faz acerca do termo *despotismo* nesse

contexto, bem como o conceito de modo de produção e outras ramificações do tema, mais complexas e até, podemos arriscar dizer, irrelevantes nesta etapa do aprendizado.

Por fim, no que diz respeito à expansão do império, é consenso entre os autores que o exército turco-otomano desempenhou um papel muito importante, aspecto este que, felizmente, foi possível encontrar em um dos livros didáticos analisados.

Inicialmente, a força otomana era formada pelas hordas, corpo voluntário de cavalaria, mas que, gradativamente, foi sendo substituída por novas estruturas. O exército otomano passou a ser constituído, então, por cavaleiros livres e pelos janízaros, “escravos de condição e recrutados ou inscritos à força de entre as populações cristãs ou ex-cristãs subjugadas” (BLAINEY, 2004, p. 15). Foi essa composição que possibilitou o sucesso do exército e, conseqüentemente, do império, pois, como bem observa Paul Coles (s/d, p. 16), se a aristocracia guerreira fosse formada somente por homens livres, qualquer monarca poderia vir a ter a autoridade contestada – o que veio a acontecer mais tarde, com alguns sultões do século XVII –, gerando disputas internas e um possível enfraquecimento precoce do império.

Mas era quase previsível que, em algum momento, esse exército começasse a se corromper, conquanto o próprio sistema do *timar*³, que no início despertava nos cavaleiros o apetite por novas conquistas, provocou uma alteração na ética militar: guerreiros que passavam a vida a cavalo, transformaram-se em senhores preguiçosos e sedentários, alguns deles passando até mesmo ao trabalho de artífices nas épocas de inatividade, se dedicando à venda de seus produtos manufaturados e, com isso, perdendo muito da sua disciplina tradicional (COLES, s/d, p. 172 e 175). Além disso, as próprias concepções muçulmanas, que atribuíam as vitórias à vontade de Alá, contribuíram para a estagnação bélica dos otomanos – ocasionada também pelo enfraquecimento econômico – ao passo que a Alemanha, por exemplo, se aperfeiçoava nas batalhas com artilharia e infantaria organizada (COLES, s/d, p. 193 e 198).

O processo de decadência do Império Otomano foi extraordinariamente longo, mesmo estando evidente, no século XVII, não só a superioridade bélica dos europeus, mas, também, cultural e econômica; o influxo da prata americana nas mãos dos espanhóis minou o artesanato turco (DEMANT, 2004, p. 59). Eis, então, o elo que interliga os personagens centrais desta análise – os turco-otomanos – a um tema muito explorado em todas as esferas do ensino: as grandes navegações. Além dos espanhóis, os portugueses também contribuíram para o processo de decadência otomana, porquanto conquistando territórios na África negra, limitavam qualquer possibilidade de expansão otomana nessa direção.

Um emaranhado de nomes – de batalhas, tratados, regiões, povos e governantes –, traço muitas vezes característico da nossa historiografia, torna, às vezes, fastidioso o ensino e o aprendizado da história. Mas, partindo de uma metodologia de ensino que vise transmitir aos alunos a idéia de que à história não cabe apenas a tarefa de narrar fatos e acontecimentos, mas, mormente, oferecer meios para que o aluno saiba como encadear tais informações, é possível tornar a história mais assimilável, coesa.

Especificamente no que diz respeito à temática deste artigo – o Império Otomano descortinado de diferentes maneiras nas também diferentes esferas de ensino –, em termos práticos, é possível sugerir algumas soluções no sentido de reduzir as discrepâncias existentes nessas esferas. Por exemplo, a abordagem deste tema pode ser realizada correlacionando-a com vários outros temas, a saber, a decadência do Império Romano, as grandes navegações empreendidas pelos povos ibéricos e até mesmo o absolutismo, conforme demonstrado ao longo deste artigo. Desse modo, a história tem a possibilidade de se mostrar menos factual e mais crítica, de sorte que, além de permitir a compreensão da realidade, levante “possibilidades de mudança a serem realizadas pelo homem com o objetivo de ampliar suas experiências coletivas”, como ensina Ana Lúcia Nemi (1996, p. 25).

³ Prática de conceder feudos aos cavaleiros turcos, entre os quais se introduz, à maneira feudal, gradações de propriedades e de títulos.

No mesmo sentido, seria importante também chamar a atenção para a interdisciplinaridade, mas isto fica como sugestão para trabalhos futuros. Aqui, limito-me a observar apenas que a conexão com a geografia torna-se bem pertinente; sem isso, a história acaba ficando carente de mapas e outros recursos visuais que facilitem a conversão de conteúdo em aprendizado.

O que fica evidente – e não posso deixar de apontar – é o fato de, principalmente fora do âmbito acadêmico, estarmos diante de um sistema de ensino totalmente influenciado pelas elites, de raízes jesuíticas, pautado no método escolástico, acrítico, onde não há produção de saber, mas somente e quando muito, reprodução. O livro didático, aparecendo como expressão desse sistema, acaba adquirindo uma nova potencialidade, oriunda das suas carências e limitações: ele pode ser utilizado como instrumento capaz de despertar o senso crítico do aluno, na medida em que lhe são apresentadas as falhas presentes no material e preenchidas as suas lacunas. Se esse despertar for fomentado em todas as direções, certamente o Império Otomano será visto, em todos os níveis de ensino, como o gigante que realmente foi.

Referências bibliográficas

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto & BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Diálogos com a História*. 6ª série. Curitiba: Positivo, 2005.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLAINEY, Geoffrey. *História do mundo*. São Paulo, Fundamento, 2004.

COLES, Paul. *Os turcos na Europa*. Lisboa: Verbo, s/d.

CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo: Difel, 1976.

DANTAS, Jéferson. Florianópolis: agosto de 2006. Entrevista concedida por e-mail a Bianca Melyna Filgueira. Acervo da autora.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERRO, Marc. Prefácio. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1999.

NEMI, Ana Lúcia Lana. *O tempo vivido: uma outra história?* São Paulo: FTD, 1996.

PERROY, Édouard. *História geral das civilizações*. Volume III. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

RODRIGUES, Joelza Ester. *História em documento*. Ensino Fundamental – 6. São Paulo: FTD, 2001.

Da (im)possibilidade da experiência em educação: uma leitura a partir de Max Horkheimer

Divino José da Silva

Doutor em Educação pela UNESP. Professor de Filosofia da Educação do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT-UNESP, Presidente Prudente.

Resumo: O nosso objetivo neste artigo é apresentar aspectos da crítica de Max Horkheimer à racionalidade instrumental e o que dela decorre para pensarmos a (im)possibilidade de uma educação para a experiência na atualidade. Ao inventariar o estatuto da razão ao longo da tradição do pensamento ocidental, o autor nos apresenta um diagnóstico em que se evidencia o caráter paradoxal do esclarecimento (*Aufklärung*), pois ao mesmo tempo em que emancipa o homem das ameaças da natureza acaba por submetê-lo à dominação. Nesta luta contra a natureza ameaçadora, a razão calculadora, identificada com os saberes científicos, limita a nossa experiência no mundo por meio do embotamento dos nossos sentidos e do nosso pensamento. O que não pode ser calculado, medido ou quantificado, deve ser tratado como inexistente ou relegado ao campo da superstição. Em nome do rigor e da verdade, a razão passa a forjar mitos e preconceitos.

Palavras-Chave: Razão Instrumental – Educação – Experiência – Preconceito

Introdução

Neste artigo temos como propósito retomar a crítica horkheimeriana aos pressupostos da racionalidade instrumental e suas implicações para se pensar os processos formativos na atualidade. Sobretudo interessa-nos explicitar, a partir dos chamados *escritos tardios*¹ de Horkheimer, o sentido de uma educação para a experiência, para a sensibilidade, portanto, que se contraponha à frieza e à insensibilidade e ao preconceito, os quais estão presentes em nossas práticas cotidianas. Manter a lucidez da razão, em um mundo em que a barbárie e o sofrimento humano são tratados como acontecimentos corriqueiros, constitui um desafio ético que se coloca para nós como uma exigência incontornável.

Assim, tendo em vista estas preocupações, dividimos nossa exposição em dois momentos. Apresentaremos primeiramente aspectos da crítica que o autor faz à razão instrumental para em seguida refletirmos sobre as conseqüências desta crítica para uma educação que tenha como meta se contrapor aos elementos regressivos da nossa cultura.

¹ Trata-se de textos de Horkheimer escritos entre 1940 e final da década de 1960. Daremos particular atenção para o livro *Eclipse da Razão* e para duas coletâneas: *Sociedad en transición: estudios de filosofía social e Sociologica*. Há, nesta última, artigos de Adorno. É também deste período o livro *Dialética do Esclarecimento*, resultado da parceria entre Horkheimer e Adorno.

Crítica à racionalidade instrumental

A partir da década de 1940, Horkheimer incorpora às suas preocupações filosóficas uma crítica radical à razão, por meio da qual realiza um inventário crítico sobre seu estatuto. Neste inventário, ele nos apresenta um diagnóstico sobre a longa trajetória da racionalidade ocidental em que a própria razão é responsabilizada pelos processos de reificação atuais. No prefácio ao seu livro *Eclipse da Razão*, de 1947, Horkheimer anuncia que as promessas de outrora, que acalentaram os sonhos da emancipação e de um mundo em que os homens se veriam livres do medo da morte e da destruição, teria conduzido a um processo de desumanização. A expansão do conhecimento científico que permitiu ampliar o domínio técnico sobre a natureza, acabou revertendo ele mesmo em maior domínio sobre as várias instâncias do vivido, produzindo deste modo uma “totalidade” que tudo “administra”. Nessa “sociedade administrada” por essa totalidade, os indivíduos perderam a autonomia e a capacidade de resistir aos mecanismos da dominação, pois já não fazem uso independente de seus juízos. Horkheimer não exime o pensamento da responsabilidade pela ameaça que a idéia de progresso científico lança sobre o próprio homem.

Um outro aspecto presente nesta crítica de Horkheimer refere-se ao paradoxo inerente ao desenvolvimento das forças produtivas, pois o mesmo conhecimento que é garantia do progresso técnico e científico se dá às expensas da crescente dominação da natureza humana que se vê humilhada e subjugada à condição natural. Em função desta constatação, Horkheimer (1976a, p. 05) estabelece como propósito no livro *Eclipse da razão*, “[...] indagar desde dentro o conceito de racionalidade subjacente em nossa cultura contemporânea, a fim de descobrir se seu conceito não contém falhas que, essencialmente, o tornam vicioso”. Nesse livro, escrito no início da década de 40, nos Estados Unidos, e publicado somente em 1947, o eixo da reflexão volta-se para o tema da dominação e seus vínculos com a “racionalidade produtivista”, presente na técnica e ciência modernas. Racionalidade e dominação entrelaçam-se na análise que Horkheimer faz do conceito de razão.

A posição teórica assumida por Horkheimer a partir de 1940 identifica-se com a crítica à racionalidade instrumental e aproxima-se do tema da racionalização em Weber. Conforme Habermas (1988), esses temas são convergentes e estão claramente presentes nos livros *Eclipse da Razão* e *Dialética do Esclarecimento*. Weber compreende a modernidade como a época marcada pelo processo de racionalização das imagens religioso-metafísicas de mundo, sustentadas pelos grandes sistemas que conferiam sentido à totalidade. Nesse mundo regido por essas imagens, destaca Habermas (1988), dá-se a fusão entre aspectos ônticos, normativos e expressivos. O que é característico da modernidade, na concepção weberiana, é a dissolução destas imagens metafísicas do mundo, em que as esferas de valor cognitiva, normativa e expressiva, ou seja, a ciência, a arte, e a moral se diferenciam e passam a ser regidas por princípios e lógica próprios.

O processo de formalização da razão tem origem nesta diferenciação de esferas. Assim, a esfera de valor cognitivo determinada pela calculabilidade, previsibilidade e eficácia na ação abstrai-se dos critérios de racionalidade prático-moral. A “racionalidade formal” na acepção weberiana, refere-se, como lembra Habermas (1988, p. 439-440),

[...] à racionalidade eletiva, oposta à noção de valores ou referências subjetivas. Ela significa também racionalidade com respeito a fins. Esta se refere à estrutura das orientações da ação que vêm determinadas pela racionalidade cognitivo-instrumental, com abstração dos critérios de racionalidade prático moral ou prático-estético.

De modo semelhante a Weber, Horkheimer entende que a racionalidade instrumental se fortaleceu a partir do enfraquecimento das imagens religioso-metafísicas

de mundo – em termos weberianos – a partir do desencantamento do mundo, passando, assim, a constituir a base da cultura tecnológica atual. Se para Weber houve um ganho e incremento de racionalidade, para Horkheimer isso significou perda de racionalidade, pois as demais esferas de valor foram desacreditadas e relegadas ao nível das escolhas subjetivas e a razão formal impôs-se como critério de racionalidade dominante. Horkheimer (1976a) designa esta razão como instrumental, subjetiva e de autoconservação que tem como função adequar meios a fins, sem se interrogar se seus fins são em si mesmos racionais. Portanto, não se discute a racionalidade de um propósito em si mesmo e muito menos se pergunta pela superioridade racional de um objetivo em relação a outro. Essa pergunta só adquire sentido, do ponto de vista da razão subjetiva, se os objetivos e propósitos em jogo pudessem ser utilizados eficazmente como meios na consecução de interesses mais elevados, sempre vinculados à autopreservação dos indivíduos.

O predomínio da razão instrumental na atualidade é sintoma, na visão horkheimeriana, de uma profunda mudança ocorrida no pensamento ocidental. Se ao longo dos séculos predominou um conceito enfático de razão que congregava em si tanto o sentido subjetivo quanto objetivo de razão, em que fins particulares e universais convergiam, o que se denuncia agora é o fracasso da metafísica e da ontologia na construção de justificativas das quais se pudesse deduzir “[...] uma concepção de destino humano” (HABERMAS, 1988, p. 441). Neste modelo de razão objetiva havia uma relação harmoniosa entre a razão enquanto “força da mente individual” e a razão enquanto força que preside a totalidade do mundo. As relações homem-natureza podiam ser compreendidas a partir de uma teoria da razão objetiva. A racionalidade imanente à totalidade conferia sentido à vida dos indivíduos. As ações e propósitos dos indivíduos eram julgados e avaliados a partir dessa estrutura objetiva normativa, em que os problemas éticos tinham precedência sobre os demais. O propósito destas filosofias fundadas sobre o ideal de racionalidade universal era “conciliar a ordem objetiva do ‘racional’ [...] com a existência humana, incluindo o interesse por si mesmo e a autopreservação” (HORKHEIMER, 1976a, p. 13).

É nesta relação de predomínio da razão subjetiva sobre a razão objetiva, que Horkheimer (1976a) irá identificar a crise da razão na atualidade, pois há um limite do pensamento em conceber a objetividade em si, negando-a como uma ilusão. Os ideais de razão objetiva continuam sendo anunciados, mas funcionam apenas como “invólucros formais” que exercem pouco efeito sobre a vida prática dos homens.

Com o predomínio da razão subjetiva, a verdade metafísica que fundamentava a unidade das esferas de valor foi desintegrada. A pretensão de validade inerentes às esferas de valor normativa e expressiva, ou seja, nos campos da moral e da estética estão desprovidas de sentido. A formalização da razão trouxe implicações tanto do ponto de vista teórico quanto do prático. Em função desse desgarramento da razão, “o pensamento em nada pode contribuir para determinar se qualquer objetivo em si mesmo é ou não desejável” (HORKHEIMER, 1976a, p. 16). Nesse caso, já não há mais critérios razoáveis que pudessem nos orientar na ação, visto que não cabe mais à razão reconhecê-los, esta atividade ficou relegada a fatores externos, à própria razão, não havendo, portanto, nenhum sentido em referir-se à verdade em nossas decisões morais ou estéticas.

O diagnóstico elaborado por Horkheimer identifica-se com a tese de Weber (1968), segundo a qual vivemos num mundo que carece de sentido. Habermas (1988) sintetiza o diagnóstico realizado por estes pensadores em quatro pontos coincidentes: a) o primeiro ponto refere-se à impossibilidade de se conferir a esse mundo um sentido, em decorrência do rompimento das imagens e dos conceitos metafísicos de mundo que caíram vítimas do próprio processo de racionalização. Embora estas imagens se façam presentes em nossas vidas, e sejam constantemente anunciadas, perderam força na determinação de nossas ações; b) um segundo aspecto trata-se de uma nova consciência inaugurada com a modernidade em que a racionalidade científica rompe com a consciência mítica; c) a subjetivação da razão passa a funcionar como instrumento exclusivo de autopreservação e definição de fins particularistas e individualistas; d) por

fim, Weber e Horkheimer reconhecem que com a perda da força integradora das imagens metafísicas e religiosas de mundo há uma perda da solidariedade social. Por esse motivo, estas imagens não podem ser consideradas como irracionais como fizera crer a ciência.

A identificação de Horkheimer com o diagnóstico que Weber realiza da modernidade não pára por aí, mas passa ainda pelo reconhecimento de que os processos de racionalização social desenvolvidos pelo capitalismo conduziu à perda de liberdade dos indivíduos. Weber (1987) vincula esta tese da perda de liberdade no capitalismo à idéia de profissão, cuja origem já estava presente na ascese cristã transposta para o âmbito das relações de trabalho e para a ordem econômica da produção. Disso decorreria a configuração de novos valores que justificam as relações de produção como uma espécie de estilo de vida. Este estilo converteu-se em invólucro férreo exercendo sobre os indivíduos um poder irresistível. Hoje, o capitalismo já não necessitaria desse invólucro nos termos postos pelo ascetismo, pois encontra em seu próprio funcionamento mecânico justificativas que produzem no homem o sentimento de importância e grandeza que perpetua a petrificação mecanizada de si mesmo. É deste ponto de vista, segundo Weber (1987, p. 200), que “[...]os últimos homens desta cultura farão verdade aquela frase: ‘especialistas sem espírito, hedonistas sem coração’”.

O sentido da tese da perda da liberdade tanto em Weber como em Horkheimer, na leitura de Habermas (1988), faz referência ao ascetismo religioso que ao longo da história fortaleceu a interiorização e potencialização da individualidade, ao mesmo tempo em que sustentou a harmonia entre os interesses do indivíduo e da sociedade no contexto das relações sociais e econômicas no liberalismo. A noção de indivíduo oriunda do cristianismo, salienta Horkheimer (1976a), influencia nossa cultura ao reforçar a negação da vontade em nome da autopreservação da alma. Ao proceder deste modo, confere ao homem um valor infinito. Pela imitação do Cristo o homem define um novo ideal por meio do qual modela sua vida terrena. Assim, Weber e Horkheimer associam o desenvolvimento do capitalismo em sua fase inicial a uma racionalidade que tem como elemento unificador o ascetismo da ética religiosa.

A idéia de individualidade, assinala Horkheimer (1976a), vai aos poucos se desgarrando do sentido religioso a partir da emergência do capitalismo e da livre concorrência. A individualidade passa a incorporar e a exprimir os divergentes interesses materiais dos indivíduos, com exigências próprias e direitos intransferíveis. O liberalismo torna-se o cerne do debate teórico e da prática liberal burguesa, que acredita que o progresso da sociedade se dá mediante a integração desses interesses no mercado, por meio da concorrência e competição ilimitadas entre os indivíduos.

Ao estabelecer como princípio mediador dos interesses dos indivíduos as relações de troca e o comércio, o liberalismo passa a regular e conformar a vida a partir do sucesso no mercado. Esse conformismo foi elevado ao *status* de ideal, conferindo a todas as coisas um ar de semelhança. Se para Horkheimer (1976a) o vínculo entre a emergência do indivíduo moderno e os interesses econômicos é claro, por outro lado o declínio deste mesmo indivíduo se dá no âmbito do espírito empresarial próprio do liberalismo. Nesse contexto, a liberdade e a autonomia do indivíduo são ameaçadas pela crescente burocratização da empresa e do Estado capitalistas, que são redefinidos em função das novas demandas econômicas. O processo de racionalização desenvolvido pelo capitalismo não significou para Horkheimer mais liberdade, mas perda de liberdade.

Horkheimer compreende a tese da *perda da liberdade*, na perspectiva do ajustamento dos indivíduos aos imperativos produzidos pela ordenação capitalista que controla comportamentos. Ao interpretar o sentido que a tese weberiana assume em Horkheimer, Habermas (1988, p. 448) comenta o seguinte:

O controle do comportamento passa tendencialmente da instância da consciência dos indivíduos socializados às instâncias planificadoras das organizações sociais.

Os sujeitos sentem cada vez menos necessidade de orientar-se conforme seu superego e cada vez mais necessidade de acomodar-se aos imperativos à sua volta.

Embora esse processo de ajustamento tenha existido ao longo de todo o processo civilizatório, Horkheimer (1976a) entende que com o moderno industrialismo ele adquiriu novas características, tornando-se mais deliberado e eficiente. Neste novo contexto, a vida do indivíduo foi “submetida à racionalização e ao planejamento”. Suas necessidades e desejos antes relegados à esfera do domínio privado foram devassados e submetidos às exigências da autopreservação, e postos a serviço do ajustamento ao sistema. Essa racionalização foi entregue à ação planejada e consciente de especialistas, que devem orientar todas as energias dos indivíduos para estarem “dentro e a partir do movimento da coisa” (HORKHEIMER, 1976a, p. 106).

Os conceitos que antes regulavam a realidade, a partir dos quais se desenhavam o ideal de uma sociedade mais justa e livre, são substituídos pela própria realidade que foi elevada ao *status* de ideal. Os conceitos elaborados pela razão objetiva adquirem o caráter de ideologias, dificultando, portanto, que se estabeleça a tensão entre a realidade e a suposta verdade sobre ela mesma, colocando sérios limites ao exercício da crítica. Em função deste ajustamento, Horkheimer (1976a) argumentará que se por um lado o homem encontra-se hoje mais livre e independente dos “padrões absolutos de conduta”, por outro lado ele passou a reagir de forma automática aos mecanismos gerais de adaptação.

O suposto acréscimo de liberdade produziu nos indivíduos uma espécie de comportamento autômato, pois suas necessidades, emoções e espontaneidade cedem lugar às exigências impessoais da sociedade de mercado. Segundo Horkheimer (1976a) os indivíduos submetem-se a estas exigências como alguém que desiste da sua individualidade. É nesse sentido que da tese da *perda da liberdade* decorre para o autor a pergunta pelo fim do indivíduo, pelo fim do sujeito. Esta questão põe em evidência a dificuldade em sustentarmos as noções de indivíduo e sujeito, na perspectiva kantiana. Horkheimer (1976a, p. 104) descreve, nos seguintes termos, a condição à qual teria sido reduzido o sujeito na modernidade:

A total transformação de todos os domínios do ser à condição de meios leva à liquidação do sujeito que presumivelmente deveria usá-los. Isso dá à moderna sociedade industrializada o seu aspecto niilista. A subjetivação, que exalta o sujeito, também o condena.

O interesse de Horkheimer e Adorno, segundo Habermas (1988, p. 451), volta-se para a reflexão sobre o significado do “atrofiamento da individualidade” na sociedade contemporânea, em que as várias esferas da vida, antes autônomas, foram progressivamente integradas pela “racionalidade cognitivo-instrumental”. A esse mundo reduzido ao pragmático, Horkheimer e Adorno o denominam de “mundo administrado” ou “sociedade administrada”. Com estas expressões os autores tratam dos novos processos de dominação desencadeados com o capitalismo tardio, cuja força não se baseia mais na violência física, mas em mecanismos opressivos que atuam de forma anônima no âmbito da subjetividade.

O conceito de “sociedade administrada” ou “mundo administrado” articula em si fatores econômicos, culturais e sociais, que conduzem de modo planejado ou automático ao monopólio da consciência e opinião dos indivíduos, impondo sérios obstáculos à sua capacidade de imaginar um mundo diferente daquele no qual estão inseridos. É desta perspectiva que Adorno e Horkheimer (1985) lêem o conceito de racionalidade formal desenvolvido por Weber para explicar o funcionamento da empresa capitalista, que impregnou os processos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade con-

temporânea, que submetem os interesses dos indivíduos à lógica da organização burocrática.

A pré-história da subjetividade e o enrijecimento do sujeito

A formalização da razão nos termos acima descritos têm suas raízes no próprio processo civilizatório. Adorno e Horkheimer (1985) vão identificar uma dialética iluminista imanente à racionalidade ocidental, que porta em si o “civilizatório e o anticivilizatório”. É nesse sentido que estes autores pensam os conceitos de formalização e coisificação da razão para além do contexto do capitalismo nascente estendendo-os a toda história da espécie humana. Portanto, esses conceitos são identificados, conforme Habermas (1988, p. 484), à pré-história da subjetividade e da formação da identidade do eu e articulados em termos de uma filosofia da história. No livro *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer analisam trajetória da razão ao longo da história.

O pressuposto do qual partem os autores nesta análise é o de que “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 15). O pensamento que vai do mito ao esclarecimento, com o objetivo de livrar o homem do medo das potências ameaçadoras, redundou em uma nova mitologia. As diferentes estratégias criadas para escapar ao medo assumiram aspectos de uma nova dominação. O conhecimento resultante desse embate entre o eu e as forças obscuras conferiu ao homem o *status* de senhor. Já estaria presente no mito a tentativa de dominar os acontecimentos e a angústia que eles infligem ao homem. A observação dos ritos tem por objetivo aplacar a fúria dos deuses. Para isso, os homens criam imagens fantasiosas cuja função é conter o próprio medo. Já se encontra presente nesta atitude a condição de “sujeito” que o homem doravante assumirá. Adorno e Horkheimer (1985, p. 23) afirmam que “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento”. O mito adota “o princípio da racionalidade corrosiva”, próprio do esclarecimento.

A luta contra as potências ameaçadoras requer sacrifício, renúncia, cálculo racional, autodomínio e ascetismo. É por meio dela que se dá a constituição da subjetividade ao longo do processo civilizatório. Adorno e Horkheimer (1985) compreendem estes ideais ascéticos como imperativos que estão a serviço da autopreservação, os quais comportam elementos de violência. Nisso consiste o caráter paradoxal do esclarecimento que possibilita o domínio da natureza externa, à custa de colocar sob o jugo da razão a natureza interna.

No excurso “Ulisses ou mito e esclarecimento”, os autores tratam de forma detalhada do entrelaçamento entre mito e esclarecimento, a partir da releitura da *Odisséia* de Homero, pois entendem que “a *Odisséia* em seu todo dá testemunho da dialética do esclarecimento” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 53). A viagem de Ulisses de Tróia a Ítaca representa a metáfora da “proto-história da subjetividade”. O retorno de Ulisses representa o seu esforço em livrar-se das forças míticas, que ameaçam a sua identidade e sua própria sobrevivência. Por isso Ulisses torna-se astucioso e se faz herói pela astúcia, movido pelo medo da morte e da destruição. Para vencer as ameaças que o mundo da natureza lhe impinge, ele age de maneira calculada para atingir seus fins. Neste embate, o instinto de autopreservação é aguçado. A cada perigo vencido o eu sai fortalecido: “o sobrevivente sábio é ao mesmo tempo aquele que se expõe mais audaciosamente à ameaça de morte, na qual se torna duro e forte para a vida” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 56). Tornar-se “duro e forte para a vida” constitui o lema ulissiano e a condição para que o Herói possa se manter vivo, saindo ileso em todos os perigos. O preço pago pelo experiente Ulisses é o da auto-renúncia, da disciplina do eu, em favor do seu próprio fortalecimento e consolidação.

Ulisses constitui o protótipo do homem moderno e esclarecido, pois submete a natureza ao domínio de maneira calculada. À semelhança de Descartes, exerce o controle sobre seus desejos e paixões, cujo objetivo é dominar de maneira mais eficiente a

realidade. O domínio da razão sobre os sentidos, expresso no programa cartesiano, teria redundado numa espécie de “apatia” moderna, representada pelos personagens de Sade, cujo modelo inspira-se no sujeito moral kantiano. Para Adorno e Horkheimer (1985) a relação entre o projeto cartesiano e toda a modernidade, está vinculada à preocupação em manter o controle dos instintos em nome do saber e da emancipação dos indivíduos.

Em Descartes e Kant, o eu confere unidade aos fatos. Com este último, afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 87): “o ego, a unidade sintética da apercepção”, é definido como “o ponto supremo a que é preciso ligar a lógica inteira”. O eu passa a ser o “produto e a condição da existência material” e funciona como instância da previsibilidade. Ao postar-se como instância calculadora, a razão coloca-se acima dos interesses que estão em jogo, o que fará da razão um instrumento neutro tanto a favor da paz ou da guerra, da tolerância ou da repressão: “A razão é o órgão do cálculo, do plano; ela é neutra com respeito a objetivos; seu elemento é a coordenação” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 87).

Esta razão calculadora, cujos modelos identificamos no racionalismo cartesiano e no transcendentalismo kantiano, estabelece uma perfeita harmonia entre conhecimento e ação conferindo à sociedade burguesa um caráter de funcionalidade. A vida em seus mínimos detalhes encontra-se racionalizada. É nesse sentido que para Adorno e Horkheimer, Descartes e Kant antecipam no plano da razão o que Sade realizou em suas práticas. Em Sade esta funcionalidade encontraria seu modelo, “nos *teams* sexuais de Juliette, onde nenhum instante fica ocioso, nenhuma abertura do corpo é desdenhada, nenhuma função permanece inativa” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 87). Autonomia, liberdade e independência do sujeito perante a vida, postulados que constituem o legado da filosofia iluminista, são identificados pelos dois frankfurtianos com os personagens de Sade, os quais são lidos a partir do modelo moral do sujeito kantiano levado às últimas conseqüências. As novelas sadeanas revelam o que aconteceu com as pretensões da moral iluminista. A “saída do homem da menoridade” está condicionada ao uso rigoroso que se faça da razão, transformada em instrumento do cálculo e da contenção das paixões.

Não obstante reconhecerem a importância da moral kantiana, Adorno e Horkheimer (1985) vão identificar neste ideal moral alguns paradoxos. Um primeiro paradoxo refere-se à discrepância entre os aspectos formais da moral kantiana e as disputas econômicas que regem o mercado. Esperar que os indivíduos se submetam aos princípios da moral kantiana neste contexto tem para Adorno e Horkheimer algo de improvável. O segundo paradoxo está na base mesma desta moral que acredita no agir moral racional em situações em que o crime, a infâmia, o sofrimento encontram um clima propício para prosperar. O rigor da moral kantiana, pensada nos termos dos paradoxos acima, antecipa os horrores que inspiraram a barbárie, ao expulsar do campo da ação moral os sentimentos e os instintos. Segundo este raciocínio, as forças éticas seriam tão neutras quanto a razão cientificista. É neste ponto, então, que vão identificar na moral iluminista os aspectos da frieza presentes nas práticas totalitárias.

O imperativo categórico kantiano adquire aspectos de cientificidade. O pensamento calculador instala-se no âmbito da própria moral. É sob esta perspectiva que Adorno e Horkheimer vêem na “arquitetônica da razão pura” de Kant e no esquitejamento do corpo nas orgias de Sade o prenúncio de uma vida integralmente organizada, em que os princípios e os propósitos da razão iluminista foram funcionalizados pelos interesses econômicos no capitalismo.

Assim, podemos dizer que tanto em Kant quanto em Sade, a liberdade moral requer o distanciamento de qualquer sentimento: remorso, culpa, amor, ódio, compaixão. O melhor remédio contra estes sentimentos é a prevenção. No contexto da práxis burguesa é necessária a contenção destes sentimentos em função do bom andamento dos negócios. Neste caso, afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 93), remetendo-nos a Kant: “A apatia (considerada como fortaleza) é um pressuposto indispensável da virtude”. Por meio da “apatia moral” se exerce o controle sobre os sentimentos. A força da virtude está na manutenção da calma e determinação na consecução dos propósitos.

O resultado final produzido pela formalização da razão, identificada nas peripécias de Ulisses e no gozo racionalizado dos personagens de Sade, acabou redundando na mutilação do próprio sujeito, que submetido à rigorosa disciplina já não pode lançar-se a novas experiências. Nesta perda da possibilidade da experiência podemos localizar o processo de enrijecimento dos indivíduos, que cada vez mais têm que se adaptar às exigências da realidade social que elimina tudo aquilo que de longe lembra os instintos originários. O não estar enquadrado às exigências do sistema social, o não se identificar com ele pode ser motivo de desprezo e hostilidade por parte dos integrados.

Esta leitura que fizemos de Adorno e Horkheimer nos permite argumentar com os autores sobre os riscos de uma nova barbárie, inerente ao processo civilizatório. As novas vítimas podem ser criadas a qualquer momento e atraírem sobre si toda fúria socialmente reprimida.

Até o momento insistimos em descrever a dialética imanente ao esclarecimento que teria conduzido, inexoravelmente, às práticas da dominação, da violência e da crueldade, por meio da formalização da razão, contraposta aos instintos originários vistos como inadequados por nos remeterem aos elementos da natureza que ainda insistem em sobreviver. Na realidade, Adorno e Horkheimer apontam os limites dos propósitos emancipatórios da razão iluminista, os quais, o esclarecimento não conseguiria transpor.

Da (im)possibilidade da experiência em educação

A reflexão do autor sobre a história do pensamento ocidental e os rumos por ela assumidos na modernidade traz sérias implicações para a autonomia dos indivíduos e para toda educação que se fundamenta nos ideais da razão iluminista. Estes ideais sustentam-se na crença de que seria possível a construção de uma sociedade segundo os desígnios do próprio homem, na qual a educação teria papel fundamental na formação do sujeito moral e epistemológico. Porém, a razão que se propunha formadora de sujeitos autônomos vê-se hoje limitada pelos mecanismos desencadeados pela racionalidade a ela imanente.

Para Horkheimer estamos vivendo uma crise ética decorrente da crise da própria razão. Nesta crise o pensamento revelou-se incapaz de conceber os ideais de razão objetiva ou, em muitos casos, passou a negá-los. Os princípios morais da nossa cultura perderam a força para direcionar as nossas ações práticas. Sob os efeitos desta crise, os interesses do mercado passaram a exercer um domínio, cada vez maior, sobre a consciência dos indivíduos. Esse processo culminou, como descrevemos anteriormente, na apatia e na frieza. Indivíduos embalados pela ideologia do bem-estar já não são capazes de sentir inquietações morais, pois o que é mais interessante nestas circunstâncias é garantir a sobrevivência, evitando a todo custo o sofrimento. É certo que não temos que sofrer sem necessidade ou desistir da busca da felicidade, mas quando esta busca coloca-se no nível da mera sobrevivência e da busca pelo prazer, corremos o sério risco de cair na indiferença para com o outro e perder o sentido da própria vida.

Esta situação é identificada com a mimese instaurada com a modernidade, controlada pelos princípios da racionalidade científica. É nesse ponto que podemos localizar o processo de endurecimento dos indivíduos, que cada vez mais têm de se adaptar às exigências da realidade social. Contra esse processo de enrijecimento dos indivíduos e da incapacidade de se espantarem diante da morte e do sofrimento, Horkheimer busca recuperar a sensibilidade, na expectativa de poder evitar a identificação com crueldade, portanto, com a barbárie.

Contra a crueldade, que persiste em sobreviver em cada indivíduo, o que podemos fazer é insistir em uma educação que sensibilize as pessoas para o exercício da alteridade. Horkheimer pensa sempre em uma educação que possa devolver às pessoas a capacidade de identificação com o outro, seja ou não do nosso grupo, partido político, etnia ou nacionalidade. Esta educação deve ocupar-se com a infância e a juventude,

períodos em que os preconceitos produzidos pela sociedade têm maior poder na estruturação do caráter e da personalidade.

Ao discutir o preconceito e o quanto ele molda nosso caráter, Horkheimer (1976b) alerta-nos para o quanto ele traz em si sentimentos bárbaros que ainda não fomos capazes de evitar, pois permanecem vivos e orientam nossas vidas. O preconceito funciona, desde a nossa infância, como um filtro que limita ou simplifica nossas experiências com o mundo e com as pessoas. Ele é resultante de um repertório de crenças e valores adquiridos socialmente, que de modo consciente ou inconsciente, determinam nossa valoração do mundo e dos objetos. A origem dos preconceitos é diversa. Podem ser fruto dos instintos de conservação, do amor próprio ou do prestígio social que determinadas práticas proporcionam aos indivíduos. Há também aqueles preconceitos mais obscuros que fazem referência ao poder, à inveja e à crueldade, os quais têm origem nas bases do processo civilizatório, que em nome da cultura impôs aos indivíduos a repressão dos instintos.

Há por parte das instituições sociais e da educação um relativo insucesso na formação de pessoas mais livres e capazes de se dedicarem à vida em sociedade. Esse limite está intrinsecamente ligado aos aspectos repressivos inerentes à própria cultura que acabou produzindo nos indivíduos profundas “cicatrices psíquicas”, em decorrência do caráter competitivo da sociedade ao longo da história. Mas a cultura se encarregou também de dissimular os conflitos criando o verniz da convivência feliz, em que a violência, o ódio e a frieza entre os indivíduos são ocultados. Deste modo, conforme Horkheimer (1976b), os preconceitos compreendidos como estruturas que simplificam o pensamento funcionam como a porta pela qual a “maldade reprimida” ganha passagem.

Como podemos perceber os preconceitos não são sentimentos naturais, pois são engendrados pela própria sociedade. Embora não tenham nada de natural, eles podem se converter numa espécie de disposição do caráter, que o indivíduo pode até conseguir dissimular, mas sem abandoná-la. Por esta razão, argumentar contra o preconceituoso não é tarefa fácil e a possibilidade de demovê-lo de suas idéias é sempre remota. O que não significa que tenhamos que desistir desse trabalho, porém sabendo o quanto ele é limitado.

Os limites de se argumentar contra o preconceituoso se devem à rigidez, ao enrijecimento, ao qual ele está submetido e que estrutura sua personalidade. Há, para Horkheimer e Adorno, uma íntima ligação entre o preconceito e a formação da personalidade autoritária. Isto torna os indivíduos mais vulneráveis às ideologias totalitárias.

Há nesse tipo de personalidade, segundo Horkheimer (1976c), uma renúncia à autodeterminação, em razão de um eu frágil, que não consegue se impor diante da prepotência das instituições sociais. Esse tipo de caráter rejeita a autodeterminação que poderia pôr em risco sua falsa segurança. Despreza a autonomia intelectual, a fantasia e a imaginação. Cultua a força e a virilidade, mas no fundo de tudo isso residiria o desejo de destruição inconsciente. Horkheimer resume assim os traços desse tipo de personalidade:

Uma entrega mecânica aos valores convencionais; submissão cega à autoridade que, com ódio cego, ataca a todos os oponentes e intrusos; repúdio do comportamento introvertido; mentalidade rigidamente estereotipada; tendência à superstição; valoração moral média; visão cínica da natureza humana; projetividade. (HORKHEIMER, 1976c, p. 174)

O desafio, portanto, é como educar esses indivíduos para que tenham uma experiência ampla com a cultura. Para Horkheimer (1976d) esse desafio requer algo que vá além da mera inculcação de crenças. Demanda uma educação que possibilite restabelecer nestes indivíduos a capacidade de se relacionarem de forma espontânea, intensa e viva com as pessoas e coisas. Para isso alguns obstáculos precisam ser enfrentados. O

primeiro refere-se aos aspectos autoritários que estão arraigados na própria cultura, aos quais estamos sujeitos. Essa cultura caracteriza-se pelo modo de pensar “à base do *ticket*”, que exige das pessoas uma rápida adaptação à realidade. O segundo obstáculo diz respeito aos processos de transformação sofridos pela família, em que o papel que o pai e a mãe antes desempenhavam foi hoje substituído pelo grupo e pela sociedade. Esse fato teria produzido indivíduos cada vez mais integrados à coletividade. Por fim, o último obstáculo que limita essa formação da personalidade autônoma está relacionado à indústria cultural que trata as idéias e o mundo de forma caricaturada e vaga. Os valores e os comportamentos são tratados de forma efêmera e contraditória sem possibilitar às crianças e adolescentes experiências consistentes.

Cientes dos obstáculos que precisam ser superados, como educar os indivíduos para que alcancem uma relação espontânea e viva com as pessoas e coisas? Para isso, é preciso pensar uma educação que combata os traços da personalidade autoritária, portanto, que não esteja baseada na repressão e na força. Ao explicar o sentido dessa experiência, retomamos o uso que o autor faz de três imagens. Sobre a primeira, afirma Horkheimer (1976e, p. 81):

Um exemplo para a interpretação desta amplitude de experiência o temos no vinho e no ato de beber vinho, na forma como realiza este ato o bebedor de vinho, o qual descobre com ele toda uma relação cultural e gustativa da qual obtém sobretudo a alegria. A palavra cultura relaciona essencialmente com o cultivo, o crescimento da uva e o ato de beber vinho. A alegria torna, precisamente, o homem melhor.

Esta imagem é bastante rica, pois explicita os profundos vínculos existentes entre as experiências dos sentidos e a experiência da cultura. O apreciador de vinho além do paladar apurado domina os segredos do cultivo da uva, da colheita e preparo, do armazenamento, o modo como deve ser servido e em que ocasiões. Isso demanda uma relação com experiências acumuladas ao longo de gerações, que foram vividas, ensinadas e incorporadas as quais proporciona ao verdadeiro apreciador o prazer e a satisfação.

Nessa relação encontram-se articulados os aspectos culturais e os elementos dos sentidos, donde emerge a intensidade da experiência. O ato cognitivo passa a ser uma atividade que envolve todos os nossos sentidos e estão associados ao “gosto”. Portanto, àquilo que proporciona o gozo e o prazer. Com esta imagem Horkheimer parece dizer-nos que nestas circunstâncias as pessoas estão mais propensas a mudanças e são mais alegres, felizes e encontram no mundo e nas coisas muitas maneiras de realizar o verdadeiro gozo e de ser feliz. Esta experiência possibilita a formação de sujeitos mais livres e mais predispostos às “experiências existenciais”, rompendo assim com a apatia.

A segunda imagem utilizada por Horkheimer (1976e) para exemplificar o sentido da “amplitude de experiência” trata da leitura que geralmente fazemos do rosto das pessoas. Olhamos para o rosto de alguém e lemos coisas do gênero: “a esse são concedidas melhores coisas que a mim” ou “esse talvez seja meu adversário político”, projetamos nas pessoas os nossos conflitos íntimos, marcados muitas vezes pela inveja e o ódio inconscientes. Este é um comportamento típico de pessoas que ainda não aprenderam a viver e a gozar a vida a partir da “amplitude de experiência”. Em uma vida baseada na “amplitude de experiência”, certamente teríamos um maior conhecimento dos homens e o rosto das pessoas passariam a dizer-nos coisas interessantes. Com esta imagem Horkheimer nos revela o quanto os preconceitos enrijecem os indivíduos limitando-os para a experiência. Olhamos as pessoas e definimos previamente em quais clichês elas se encaixariam e passamos a julgá-las a partir de conteúdos projetivos.

A terceira imagem utilizada por Horkheimer (1976e) faz referência ao turismo moderno, em que as pessoas movimentam-se apressadamente de um lugar para outro, de um museu a outro, de curiosidade em curiosidade, em busca de uma experiência que

já não são mais capazes de tê-la. Já não há mais tempo para as experiências, pois o espírito introjetado pela indústria cultural interpôs-se entre o indivíduo e a obra de arte. Nesse caso fica impossibilitada a atividade paciente da experiência simbólica que modifica o nosso interior, própria das experiências da cultura, que exige um tempo que não é este dado pela lógica do mercado. Essa figura do turista moderno revela a dificuldade dos indivíduos em realizar hoje experiências estéticas, pois os nossos sentidos encontram-se reificados e modelados pela mercadoria.

Para Horkheimer, a condição para se pensar uma ética passa pela possibilidade de se restabelecer nos indivíduos a capacidade para “experiências” que permitissem um vínculo com valores e crenças há muito suplantados pelo pragmatismo da razão instrumental e que, ao mesmo tempo, pudessem quebrar o enrijecimento produzido pelos preconceitos ao longo da civilização. É contra a educação que se baseia nesses princípios repressores, imanentes a toda história da civilização, que Horkheimer se levanta reivindicando a experiência como um caminho pelo qual podemos nos opor à uma educação para a identificação perversa com o todo social, ou, em termos frankfurtianos, que se identifica com a mimese repressora, reproduzindo a insensibilidade e o enrijecimento dos sujeitos.

Contra o risco permanente de retorno às práticas cruéis, Horkheimer reclama uma educação para a experiência que ainda seja capaz de predispor os indivíduos para a ruptura com a “frieza” e “apatia” do espírito, criando neles a aversão à crueldade evitando reforçar o ódio e a inveja e as diversas formas de preconceitos. Ter experiência no presente, nos termos reivindicados por Horkheimer, requer a reeducação dos sentidos por meio dos quais, quem sabe, o estranhamento diante do mundo pode ser restabelecido.

Horkheimer sabe das dificuldades em educar para a experiência indivíduos acostumados aos imperativos da indústria cultural. Embora reivindique a experiência, ele sabe o quanto ela tem se tornado rara em nossos dias. Vivemos em uma época marcada por paradoxos. De um lado o excesso de informação e de opinião, a falta de tempo e a obsessão pela novidade. De outro a nossa incapacidade de experienciar e significar o que nos acontece. Assim, o sujeito moderno se transformou num consumidor voraz de informações e de novidades, mas incapaz de estabelecer com as coisas, com o mundo, com os acontecimentos uma relação intensa de experiência e de sentido. Isto teria afetado também o tempo e o espaço escolar. Tem-se reivindicado mais tempo na escola e no ensino superior, mais formação permanente e mais atualização que acelere o ingresso dos sujeitos no mercado. Mesmo assim, temos a sensação de que estamos em dívida conosco e com o mercado, pois a qualquer momento podemos nos tornar defasados, portanto, descartáveis. Num contexto regido por essa lógica do ganhar tempo e do vencer a todo custo, a possibilidade da experiência é limitada. Este parece constituir o grande desafio para a educação hoje, o de educar para a experiência, numa época em que todas as nossas energias são consumidas, para usar uma imagem cara a Walter Benjamin (1992), no esforço em aparar os choques na multidão. Ou, ainda, como falar em experiência na educação escolar, se a cada dia tanto aluno como professores saem da escola emudecidos sem significar o que ali acontece? Assim, ao postular o empobrecimento da nossa experiência na atualidade, Horkheimer nos desafia a pensar a possibilidade de uma educação para a experiência, situados neste paradoxo.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter (1936). O narrador, in: *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Tradução. Maria Amélia Cruz. Lisboa, 1992. p. 25-57.

GAGNEBIN, J. M. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Tradução de Manuel de Jimenez Redondo. Madrid: Editora Taurus, 1988.

HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial do Brasil, 1976a.

_____. Sobre el prejuicio. Tradução de Joan Godo Costa, in: *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Península, 1976b.

_____. Prejuicio y carácter. Tradução de Joan Godo Costa, in: *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Península, 1976c.

_____. Enseñanzas del fascismo. Tradução de Joan Godo Costa, in: *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Península, 1976d.

_____. Ideas sobre la educación política. Tradução de Joan Godo Costa. In: *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Península, 1976e.

WEBER, M. A ciência como vocação, in: *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira Mota. São Paulo: Cultrix, 1968.

_____. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Tradução de José Almaraz e Julio Carabaña. Madrid: Taurus Ediciones S/A, 1987.

Walter Benjamin, o cinema, a civilização das imagens e Jean-Luc Godard

Mário Alves Coutinho

Doutor em Literatura Comparada pela UFMG

O cinema é uma arte mutante, que vem ao fim de alguma coisa,
que é signo de alguma coisa.

Jean-Luc Godard, em *Avenir(s) du cinéma. Cahiers du Cinéma*,
numéro hors-série, Avril 2000

I

Em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, o cinema era, para Walter Benjamin, aquela arte, espaço, lugar de convergência e de passagem, no qual estava acontecendo e condensando-se alguns fenômenos que já vinham aparecendo, nas outras artes e técnicas (pintura, litografia, imprensa, fotografia e até mesmo a poesia: ver sua leitura de Charles Baudelaire). Para ele, esta arte por excelência do século vinte levava adiante algumas contradições e características observáveis na evolução das outras artes (e técnicas), e, detalhe importante, realizava uma outra síntese, “num novo estágio técnico, isto é, numa nova forma de arte” (p. 190). Acredito ser argumentável que seu texto aponta, também, para alguns desenvolvimentos posteriores do cinema em direção ao que vem sendo chamado de civilização das imagens, termo que tem resumido um fenômeno muito maior: esta designação cobre não somente o cinema, mas também o vídeo, a televisão, as imagens produzidas e exibidas na internet, o cinema exibido no vídeo e na televisão, o cinema exibido no computador e no celular, enfim, uma série de técnicas (artes?) e procedimentos artísticos, típicos deste início de século e milênio. Ao colocar o fenômeno cinematográfico numa perspectiva histórica, como técnica e arte que é herdeira e continuadora de “choques”, conflitos e demandas anteriores, e que realiza uma outra síntese, ele nos permite (não seria melhor dizer, exige?), por nossa vez, perguntar para onde vai o cinema, quais as demandas e necessidades que ele não está atendendo ultimamente, quais os meios técnicos (ou artísticos) que poderiam estar respondendo a estas demandas insatisfeitas pela cinematografia e, finalmente, para que outra síntese esta civilização das imagens tende. Neste trabalho, pretendo agrupar algumas colocações do autor, referentes ao cinema (e que estão, quase todas, em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, mas não somente) e refletir separadamente sobre elas. Ou então, chamar a atenção para as evoluções possíveis, em direção às quais seu pensamento aponta, da forma e da linguagem cinematográficas. Esta interpenetração dialética de passado, presente e futuro, onde o futuro contém o passado, e o presente resume todas as temporalidades, devem sempre estar todas presentes no leitor de todo texto benjaminiano.

Ela estava presente na magnífica abertura de *Quatro Quartetos*, de T. S. Eliot, o mais radical herdeiro de Charles Baudelaire, ao mesmo tempo autor e signo maior da modernidade nas artes, segundo Benjamin:

*O tempo presente e o tempo passado
Estão ambos talvez presentes no tempo futuro
E o tempo futuro contido no tempo passado.
(...)
O que poderia ter sido e o que foi
Convergem para um só fim, que é sempre presente.*

II

* (...) o astro de cinema impressiona seu público sobretudo porque parece abrir a todos, a partir do seu exemplo, a possibilidade de “fazer cinema”. A idéia de se fazer reproduzir pela câmara exerce uma enorme atração sobre o homem moderno. (Walter Benjamin, *Obras Escolhidas*, Volume I, p. 182).

* Cada pessoa, hoje em dia, pode reivindicar o direito de ser filmado. (Ibidem, p. 183).

* Toda tentativa de gerar uma demanda fundamentalmente nova, visando à abertura de novos caminhos, acaba ultrapassando seus próprios objetivos. (Ibidem, p. 191).

* Uma das tarefas mais importantes da arte foi sempre a de gerar uma demanda cujo atendimento integral só poderia produzir-se mais tarde. A história de toda forma de arte conhece épocas críticas em que essa forma aspira a efeitos que só podem concretizar-se sem esforço num novo estágio técnico, isto é, numa nova forma de arte. (Ibidem, p. 190).

* (...) em certos estágios de seu desenvolvimento as formas artísticas tradicionais tentam laboriosamente produzir efeitos que mais tarde serão obtidos sem qualquer esforço pelas novas formas de arte (Ibidem, p. 185).

* A arte contemporânea será tanto mais eficaz quanto mais se orientar em função da reprodutibilidade e, portanto, quanto menos colocar em seu centro a obra original. (Ibidem, p. 180).

Lendo algumas colocações de Benjamin, estamos diante de intuições muitas vezes simples, mas cheias de conseqüências. O desejo narcísico, a “idéia de se fazer reproduzir pela câmara” ou a reivindicação do direito de ser filmado – muito provavelmente, aspirações já observadas e descritas por outros autores – são algumas destas iluminações benjaminianas aparentemente óbvias, mas que remetem diretamente a desenvolvimentos do cinema e da civilização das imagens. O cinema podia, no momento em que Benjamin escreveu este texto (década de trinta do século passado), satisfazer este desejo como nenhuma arte (ou técnica) até então. Posteriormente, a televisão e tecnologias afins (vídeo, computador, internet) levaram esta capacidade de realização do desejo narcísico (e de interação) muito mais longe do que se julgava possível através do próprio cinema.

Desde cedo os programas de auditório, noticiários, documentários e mesmo as ficções colocaram no ar, na TV, o “homem moderno”, como Benjamin afirmou que aconteceria. No momento atual, os “reality shows” vão no mesmo sentido. As câmeras e os aparelhos de vídeo trouxeram para uma grande quantidade de pessoas a possibilida-

de não só de se filmarem (e às suas famílias e amigos), mas a de mostrarem aos outros (principalmente amigos, parentes e vizinhos) a sua imagem. Já o computador, a internet e as “home pages” tornaram possíveis a exibição de seus textos, imagens (fixas ou em movimento) e mesmo sons, para virtualmente qualquer pessoa do globo que esteja ligada na rede mundial de computadores. Tem pouca relevância dizer que esta possibilidade, no momento, ainda é utilizada por relativamente poucas pessoas: todas as tendências apontam para o crescimento cada vez maior desta técnica, no futuro próximo. Benjamin, de alguma maneira, antecipou este estágio, quando escreveu que “toda forma de arte conhece épocas críticas em que essa forma aspira a efeitos que só podem concretizar-se sem esforço num novo estágio técnico”: o computador, a internet e as “home-pages” estão levando ao paroxismo um fenômeno que Benjamin imaginou ter começado na coluna dos leitores, nos jornais do século XIX, passou pela imprensa especializada do mesmo século, e foi amplificado pelo cinema e depois pela televisão. Pois, como escreveu Roberto Machado no ensaio “Cultura e técnica: aproximações”, “a história da arte não é apenas a história das idéias estéticas, como se costuma ler nos manuais, mas também e sobretudo a história dos meios que nos permitam dar expressão a essas idéias”.

Ao dizer que “a arte contemporânea será tanto mais eficaz quanto mais se orientar em função da reproduzibilidade” ele nos permite antecipar a discussão e colocar algumas questões para os pensadores e ensaístas de arte (atuais e futuros), pois a arte e as técnicas modernas cada vez mais escolhem este caminho. Ao discutir vídeos, internet, “home pages”, a infinita produção de todos para todos, estamos falando de um progresso técnico ou de um outro estágio artístico? Ou estamos falando de um progresso técnico que leva (ou levará) fatalmente a um outro estágio artístico? Aqui, não poderia deixar de ser citado o que ele afirma na página 192: “A massa é a matriz da qual emana, no momento atual, toda uma atitude nova com relação à obra de arte. A quantidade converteu-se em qualidade. O número substancialmente maior de participantes produziu um novo modo de participação”. Quantidade se transformando em qualidade: uma clássica colocação marxista. O contexto destas frases é a maneira de recepcionar estas obras de arte, “recolhimento” ou “distração”. Acredito, no entanto, ser possível deslocá-las para este novo espaço, o da enorme produção/divulgação audiovisual e a voracidade da civilização das imagens, pois o passo seguinte à problematização da produção/divulgação é exatamente a discussão da recepção, também incrivelmente aumentada, desta mesma produção. A grande divulgação/recepção está diretamente conectada à enorme produção. Será que “a quantidade converteu-se em qualidade”, também na área da produção, ou se converterá, num futuro próximo? Ou será esta pergunta somente mais uma volta retórica ao passado, quando se discutia se o cinema (este antecessor da civilização das imagens) era arte ou indústria?

Outras perguntas são possíveis, também relacionadas ao desenvolvimento de novas técnicas: o cinema, cada vez mais *exibido* (deveríamos dizer reproduzido) no formato vídeo, terá a possibilidade de ser *filmado* em vídeo digital, abandonando o suporte celulóide (isto já está acontecendo. O que não se sabe, hoje, é se esta tendência, em breve, será usada por 100% dos cineastas, ou somente por grande parte deles). Será o suporte celulóide totalmente abandonado? Caso isto aconteça, o cinema continuará “cinema”, ou passará a ser outra coisa? O cinema filmado no suporte digital, atualmente, é cinema, vídeo, ou uma outra arte? Outras tantas perguntas que Benjamin nos obriga a fazer, se quisermos levar até as últimas conseqüências suas idéias.

III

* Na melhor das hipóteses, a obra de arte surge através da montagem, na qual cada fragmento é a reprodução de um acontecimento que nem constitui em si uma obra de arte, nem engendra uma obra de arte, ao ser filmado. (Ibidem, p. 178).

Ao escrever que a obra de arte, no cinema, surge através da montagem, Benjamin está fazendo uma escolha parcial, mas clara: sua concepção da arte cinematográfica é definitivamente influenciada pela escola russa de cinema e Eisenstein: o cinema da montagem (a partir da década de oitenta do século passado, Jean-Luc Godard poderia ser invocado neste contexto: desde então, ele tem dito que o cinema existe, ou foi inventado, para realizar e se utilizar da montagem). Esta é, sem dúvida, uma das possibilidades mais legítimas quando se trata de fazer cinema “artístico” (a outra vertente formal, poderíamos chamá-la de cinema realista – maiores criadores nesta vertente: Eric von Stroheim, F. W. Murnau, Robert Flaherty, Jean Renoir, Orson Welles, Roberto Rossellini, segundo o grande teórico desta escola (André Bazin) – ou neo-realista: depois da morte de Benjamin, foi esta escola que prosseguiu com esta tradição). O que não se justifica, na minha maneira de entender, é ele afirmar que o todo é obra de arte, mas não as partes que constituem este mesmo todo. Já quando ele escreve que “o montador procede então à seleção, escolhendo uma delas (...)” (página 178), fazendo referência à necessidade de se escolher, em cada filme, uma das muitas “tomadas” do mesmo plano, ele comete um erro primário: quem escolhe a melhor “tomada” é sempre o diretor, ou então o produtor (se o diretor não tem direito à última versão da montagem (“last cut”), como é comum no cinema americano), e não o montador: este é apenas um dos colaboradores, o técnico que realiza os procedimentos manuais (e artísticos) necessários para a edição de um filme.

IV

* *O filme é criação da coletividade.* (Ibidem, p. 178)

Esta frase, no contexto em que ela está colocada (produção e recepção da obra cinematográfica), pode ter um significado ambíguo: o cinema seria o produto de uma coletividade ampla, uma classe social, ou mais exatamente, de toda uma cultura (ou país?). Com este sentido, não somente o filme é produto de uma coletividade (de seus desejos, fantasias e interpretações), mas também quaisquer obras de arte (quadro, livro, etc), pois todas elas nascem *em situação*, dentro de um enquadramento social, econômico, ideológico e psicológico de um grupo, nação ou cultura. E este enquadramento influencia claramente a produção de qualquer artefato artístico. Jean-Paul Sartre já havia apontado, sucinta e definitivamente, os limites desta argumentação: Paul Valéry é um burguês, mas nem todo burguês poderia ser Paul Valéry (eu diria que somente um conseguiu esta façanha...). Se o significado de “coletividade” é mais restrito (a equipe que efetivamente realizou tecnicamente ou que produziu o filme), então acredito ser possível dizer que Benjamin escreveu mais uma verdade parcial: o cinema é, sim, uma arte coletiva (fruto do trabalho criativo de um grupo), mas também, individual (existe sempre o autor – diretor ou produtor, em todo caso o responsável, em última análise, pelas decisões definitivas e finais durante a feitura do filme – aquele que orienta toda a equipe, que dá o “tom”, que unifica as diversas contribuições e que as escolhe). O filme é, portanto, produto de uma *coletividade*, sim, mas também, e dialeticamente, fruto da orientação, direção e encenação de um *autor* ou responsável.

V

* *O cinema é a forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo. Ele corresponde a metamorfoses profundas do aparelho perceptivo, como as que experimenta o*

passante, numa escala individual, quando enfrenta o tráfico, e como as experimenta, numa escala histórica, todo aquele que combate a ordem social vigente. (Ibidem, p. 192).

Somente a intuição benjaminiana pode explicar a originalidade de tais aproximações. É claro que podemos sempre chamar a atenção para a aparição do “flaneur” (“[...] as metamorfoses profundas [...] que experimenta o passante, numa escala individual, quando enfrenta o tráfico...”) neste texto sobre o cinema, e sua aproximação com o espectador (anteriormente à passagem citada acima, Benjamin discorria sobre a maneira como o espectador cinematográfico “recepção” as imagens). Ou então, para a equiparação do espectador ao revolucionário. Ao aproximar o cinema ao mundo e à fenômenos modernos, além de roçar temas eminentemente pessoais, Benjamin sugere mas não explica, produz cintilações extremamente sugestivas e enriquecedoras, mas não as desenvolve. O que está operando, aqui, não é a lógica, mas a poesia, como bem o viu o escritor Bernardo Carvalho, ao falar de um outro grande ensaísta, Maurice Blanchot, numa passagem que poderia comentar com exatidão as práticas textuais benjaminianas: “... a literatura não era simples comunicação ou expressão de uma subjetividade, mas a forma que restava aos homens para falar do que não podiam compreender, do que não podia ser expressado pela linguagem do dia a dia. (...) o que está em jogo na literatura é a autonomia da palavra para manifestar o que ultrapassa a nossa compreensão...”

VI

** Muitas deformações e estereotípias, transformações e catástrofes que o mundo visual pode sofrer no filme afetam realmente esse mundo das psicoses, alucinações e sonhos. Desse modo, os procedimentos da câmara correspondem aos procedimentos graças aos quais a percepção coletiva do público se apropria dos modos de percepção individual do psicótico ou do sonhador. (Ibidem, p. 190).*

Aqui, uma intuição psicanalítica: através da projeção e da identificação, o público cinematográfico é capaz de passar por experiências psicóticas, alucinatórias e oníricas. Na página anterior (p. 189), ao falar do “inconsciente ótico” e do “inconsciente pulsional”, mais uma vez, o método benjaminiano é dificilmente o da explicação cumulativa, racional e passo a passo do ensaísta, mas o da descoberta intuitiva do grande poeta em prosa que ele era. Aliás, toda esta passagem, com suas afirmações sobre o “equilíbrio entre o homem e o aparelho” (p. 189), “a natureza que se dirige à câmara não é a mesma que se dirige ao olhar”, é profundamente misteriosa, e provavelmente até hoje não explicada por nenhum comentador benjaminiano. Mas as cintilações e reverberações destas descobertas poéticas, se aparentemente inexplicáveis, são extremamente sugestivas, ainda que não provadas factualmente. Numa entrevista concedida à revista “Cahiers du Cinéma, n. 556, abril de 2001, Jacques Derrida comentava exatamente algumas dessas possíveis aproximações entre Benjamin, a psicanálise e o cinema: “Todo espectador, numa sessão, coloca-se em comunicação com um trabalho do inconsciente, que, por definição, pode ser aproximado do trabalho da obsessão, segundo Freud. Ele chama isso a experiência do que é “estranhamente familiar” (*umheimlich*). A psicanálise, a leitura psicanalítica, está em casa, no cinema. Primeiramente, psicanálise e cinema são verdadeiramente contemporâneos; numerosos fenômenos ligados à projeção, ao espetáculo, à percepção deste espetáculo, possuem equivalentes psicanalíticos. Walter Benjamin tomou rapidamente consciência disto, ele que aproximou quase que imediatamente os dois processos, a análise cinematográfica e a psicanalítica. “[...] A percepção cinematográfica não tem equivalente, mas ela é a única a poder fazer compreender através da experiência o que é uma prática psicanalítica: hipnose, fascinação, identificação, todos estes termos e processos são comuns ao cinema e à psicanálise, e está aí um signo de um ‘pensar junto’ que me parece primordial” (p. 77).

VII

** É justamente o que acontece no cinema, através de suas seqüências de imagens. O cinema se revela, assim, também desse ponto de vista, o objeto atualmente mais importante daquela ciência da percepção que os gregos chamavam de estética. (Ibid, p. 194).*

** O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. (...) Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como em um tanque de energia elétrica. E, logo depois, descrevendo a experiência do choque, ele chama este homem de um “caleidoscópio dotado de consciência”. (...) A técnica submeteu, assim, o sistema sensorial a um treinamento de natureza complexa. Chegou o dia em que o filme correspondeu a uma nova e urgente necessidade de estímulos. No filme, a percepção sob a forma de choque se impõe como princípio formal. (Walter Benjamin. Obras Escolhidas III, p. 124-125)*

A arte de Baudelaire como uma tentativa de responder, explicar e dar forma ao mundo moderno. A percepção e leitura do cinema como uma nova resposta – numa “nova forma de arte” – aos mesmos estímulos, quer dizer “choques”, que deram origem à obra de Charles Baudelaire. Aqui, simplesmente gostaria de chamar a atenção para a linha genealógica que Benjamin estabelece entre Poe (citado, também, nesta última passagem), Baudelaire e o cinema. Todos eles parecem responder, cada um de uma maneira e de uma forma, aos “choques” da modernidade, isto é, ao “choque” das muitas e variadas experiências modernas.

Quando discorre sobre a dialética do “recolhimento” e da “distração”, das diferenças entre a maneira mais prestigiosa e antiga de receber uma obra, e daquela mais moderna, Benjamin chega a uma conclusão extremamente importante para o cinema: naquele momento, é esta arte que colocava as questões mais importantes e momentosas do século vinte, pois é aquela que agregava um maior número de interessados: “o número maior de participantes produziu um novo modo de participação” (p. 192). Aqui, fica claro que, para Benjamin, o cinema era o entrecruzamento do que estava acontecendo (e já havia acontecido) nas outras artes, mas também aquela arte que apontava para desenvolvimentos futuros. Qual é, hoje, então, o “objeto atualmente mais importante daquela ciência da percepção que os gregos chamavam estética?” A televisão? O vídeo? O computador (internet)? Ou, ainda o cinema? Ou a literatura e a poesia? Talvez ainda não estejamos em condição de responder a estas perguntas. Mas é tentador lembrar que o cineasta Jean-Luc Godard é aquele artista do século vinte (e vinte um?) que mais tem pensado estas questões, teóricas, e, ao mesmo tempo, produzido obras excepcionais em todas estas áreas: ele fez (e ainda faz), cinema, vídeo e programas para televisão; além do mais, a literatura e a poesia estão presentes em toda sua produção.

VIII

** Para o cinema é menos importante o ator representar diante do público um outro personagem, que ele representar a si mesmo diante do aparelho. (Benjamin, Walter. Obras Escolhidas, Volume I, p. 179).*

** Desde muito, os observadores especializados reconheceram que “os maiores efeitos são alcançados quando os atores representam o menos possível”. (Ibid, p. 181).*

* *O ator cinematográfico típico só representa a si mesmo.* (Ibid, p. 182).

Nesta dialética entre representar a si mesmo, e representar o outro, ambos os lados desta equação estão presentes na história do cinema. De um lado, o que poderíamos chamar o cinema-espetáculo, pretensamente realista, onde o ator “representa” e entra na pele de um personagem, que ele fabrica com todos os recursos que dispõe. Mas existe uma outra tradição, aquela que foi prenunciada pela “experiência Kuleshov”: em seguida ao mesmo plano de um ator impassível, repetido três vezes, foram montados três planos diferentes: o de uma sopa, uma criança brincando e um funeral. Os espectadores ficaram maravilhados com a capacidade expressiva do ator, que era capaz de mostrar, sucessivamente, fome, ternura e desespero. Esta experiência, que foi realizada pelo cineasta russo Lev Kuleshov, na década de vinte, teve seus resultados amplamente divulgados, e Walter Benjamin devia conhecê-la. A partir daí, não foram poucos os autores que pregaram o minimalismo na interpretação cinematográfica. Alfred Hitchcock, mestre do cinema-espetáculo, conhecia a “experiência Kuleshov” e usou-a amplamente nos seus filmes, montando o rosto de seus atores contra o que eles estavam vendo, em sucessivas seqüências de muitos filmes, criando significados múltiplos e um suspense suplementar. Não será exatamente devido ao fato de saber que não precisava da capacidade expressiva de seus atores (ele podia sugerir o que quisesse através da montagem) a razão dele ter dito, certa vez, que eles deveriam ser tratados como gado? Robert Bresson, cineasta francês que começa sua obra na década de 40, no outro extremo, fez exatamente isto: seus dois primeiros filmes foram realizados com atores profissionais. Depois disto, somente trabalhou com pessoas que nunca haviam interpretado. Em “*Notes sur le cinématographe*”, escreveu que “não se trata de uma interpretação ‘simples’, ou de uma interpretação ‘interior’, mas de não interpretar nada” (p. 99). Em “*Au Hasard Balthazar*” (1966), ele chegou ao máximo desta radicalização: não tratou seus ‘atores’ (pessoas que nunca tinham interpretado, antes) como gado, mas seu personagem principal foi exatamente um animal, um burro... Jean-Luc Godard, por sua vez, sempre adotou o ponto de vista benjaminiano, isto é, o partido de não filmar personagens, mas atores que interpretavam personagens: são muitas as ocasiões em que eles (os atores) se dirigem (e interpelam) diretamente os espectadores. Em outros momentos, o olhar do ator se dirige à câmara, como que pedindo orientação ao diretor, que estaria atrás dela (Godard manteve estes planos na montagem final: é só se lembrar, por exemplo, de Anna Karina em “*Viver a Vida*” e “*Pierrot le fou*”). Um outro procedimento godardiano: entrevistar filósofos, ensaístas e artistas, que se dirigem aos personagens (atores) do filme (Brice Parain, em “*Viver a Vida*” e Francis Jeanson, em “*A Chinesa*”; Samuel Fuller, em “*Pierrot le fou*”; Fritz Lang, em “*O desprezo*” e Roger Leenhardt em “*Uma mulher casada*”). A posição benjaminiana, de apostar no minimalismo da interpretação cinematográfica, tem uma longa e honrada tradição no cinema, anterior e posterior ao seu texto. Anterior: o cinema russo da montagem. Posterior: numa crítica que publicou no “*Cahiers du Cinéma*”, em 1959, Godard falava do “rosto amorfo de Gary Cooper [que] pertence, em “*O homem do oeste*”, ao reino mineral”.

IX

* *Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma. Sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem.* (Ibidem, p. 197)

A intuição benjaminiana de uma humanidade que se oferece aos deuses como espetáculo, nos tempos de Homero, e que agora está naquela situação em que “sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como “um

prazer estético de primeira ordem” é altamente produtiva, conforme os desenvolvimentos da história atual. Um exemplo: a Segunda Guerra Mundial, um apocalipse amplamente registrado pelo cinema (numa entrevista à “Folha de São Paulo”, o cineasta Roman Polanski falava das imagens que viu para escrever o roteiro de seu filme “O pianista”, que se passa no Gueto de Varsóvia: “...tivemos que pesquisar o período e assistir às imagens produzidas na época. Eles [os alemães] adoravam filmar tudo!”). Mais recentemente, isto aconteceu várias vezes. A Guerra do Golfo foi auto-destruição (mais exatamente, destruição) “como um prazer estético de primeira ordem” e a racionalização (através deste meio audio-visual, a televisão, herdeira e continuadora do cinema) da razão de estado do império americano. A exibição da destruição das torres gêmeas foi, igualmente, “viver a própria destruição como um prazer estético de primeira ordem” (não por acaso, muitas pessoas, quando das primeiras imagens da catástrofe, pensaram que se tratava de mais um dos “disaster movies” americanos). Agora, depois da guerra contra o Iraque, está se tornando cada vez mais possível sermos os espectadores de cada vez mais novas catarses, e “viver sua própria auto-destruição como um prazer estético de primeira ordem”. Entre o fascismo republicano/evangélico/fundamentalista de Bush (durante muito tempo apoiado pela maioria dos americanos) e o fascismo fundamentalista de parte do Islã, será que conseguiremos resistir à fascinação de mais alguns (quantos?) espetáculos cinematográficos, televisivos, imagéticos e apocalípticos?

Mas é bom lembrar um outro momento do século vinte, que parece desmentir esta fascinação sem limites pela “própria destruição como um prazer estético de primeira ordem”: a Guerra do Vietnã. Não foram poucos os que argumentaram que as forças armadas americanas começaram a perder aquela guerra quando os noticiários diários, na televisão americana, passaram a exibir cenas cada vez mais insuportáveis daquele conflito. Aqui, não aconteceu a fascinação que poderia servir aos desígnios imperiais e políticos do país, como em outras guerras, mas o horror, o distanciamento e a denúncia. Será que isto já está acontecendo na guerra do Iraque? (Cada vez mais as pesquisas de opinião indicam que a maior parte dos americanos desaprova a condução desta). Será que a reação à Guerra do Iraque conseguirá eleger o primeiro presidente negro americano? (Escrevo este texto antes do resultado da eleição presidencial americana).

É bem verdade que os americanos, durante todo século vinte, se venderam através do cinema, das imagens e da televisão: é argumentável que Hollywood (como o espaço/engrenagem que produziu quase todo o cinema e televisão realizados nos e distribuídos pelos Estados Unidos) contribuiu enormemente para o status de potência única que os americanos desfrutam hoje, ao vender não somente sua produção material, mas também sua produção ideológica.

Mas não seria argumentável, igualmente, que as imagens, o cinema e a televisão poderiam ser usados contra o Império ou, mais exatamente, para discutí-lo, como efetivamente aconteceu na Guerra do Vietnã? Mas quando, exatamente? Quando o sistema imagético tipicamente hollywoodiano – identificação, fascinação e hipnose – pode ser substituído por outro sistema de agenciar imagens, godardiano/brechtiano, por exemplo, usando as técnicas do distanciamento e/ou efeito de estranhamento? (aqui, podemos ver claramente o traço de união benjaminiano entre estes dois autores. Brecht não somente foi um leitor atento de Benjamin, mas seu amigo, também. Quanto a Godard (que foi admitidamente e visivelmente influenciado por Brecht), é cada vez mais clara a presença de Benjamin no seu cinema, nos últimos quinze anos: citações de trechos de sua obra em *História(s) do Cinema (1988-1998)*, *Hélas pour moi (1993)* e *The Old Place (1998)*, por exemplo; um personagem chamado Benjamin, em *Hélas pour moi*; para não falar das profundas semelhanças que certos ensaístas vêem entre a concepção de algumas obras benjaminianas e godardianas. Por exemplo, o fato de que tanto os *Pas-sagen-Werk* quanto as *História(s) do Cinema* serem quase inteiramente “uma montagem de citações” (Monica Dall’Asta, em *For Ever Godard*). Por sua vez, Alan Bergala – citado por Dall’Asta, e editor dos dois volumes onde foram reunidos a quase totalidade da produção “escrita” de JLG, *Jean-Luc Godard par Jean-Luc Godard* – afirma que

“Sobre o Conceito de História”, de Benjamin, se constitui “no texto mais importante para a compreensão do projeto godardiano dos últimos vinte anos”). Por outro lado, é claro que o sistema dominante pode sempre ser “pervertido” de dentro: Alfred Hitchcock é o exemplo mais claro de como é possível subverter os procedimentos da projeção, identificação, fascinação e hipnose, desestabilizando o espectador e sua crença na ordem estabelecida e seus valores, mas ele não é o único a trabalhar nesta chave. Diferentes maneiras, aparentemente opostas, de agenciar o cinema e a civilização das imagens: esta substituição de sistemas produtivos (de obras, evidentemente) depende somente de mudanças na produção e/ou da recepção das próprias obras? Ou depende também da situação histórica, econômica, política e ideológica onde estas obras vão aparecer, ser recepcionadas e atuar?

Referências bibliográficas

BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Obras Escolhidas III*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRESSON, Robert. *Notes sur le cinématographe*. Paris: Gallimard, 1995.

CARVALHO, Bernardo. *Autor estabeleceu uma nova concepção da literatura*. Folha de São Paulo, 25/02/2003.

DERRIDA, Jacques. *Les cinéma et ses fantômes*. Cahiers du Cinéma, Paris, n. 556, Avril, 2001.

ELIOT, T. S. *Poesia*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GODARD, Jean-Luc. *Entretien avec Jean-Luc Godard: “Avenir(s) du cinéma”*. Cahiers du Cinéma, Paris, número hors-série Avril 2000.

MACHADO, Arlindo. *Prêmio Multicultural Estadão 2002*. São Paulo, O Estado de São Paulo, 2002.

POLANSKI, Roman. *Réquiem de Polanski*. Entrevista. Folha de São Paulo, 05/03/2003.

TEMPLE, Michael; WILLIAMS, James S.; WITT, Michael (ed.). *For Ever Godard*. London: Black Dog Publishing, 2004.

Normas para publicação na Revista ALPHA

1. Os artigos enviados à Revista ALPHA serão submetidos a um Conselho Editorial, que irá selecionar os textos a serem publicados.

2. Os originais não devem exceder 15 laudas, digitadas em espaço 1,5, no programa Word for Windows. O texto deverá ser entregue em 2 (duas) vias, acompanhadas de respectivo disquete.

3. Os artigos devem ter um resumo em português, com 30 a 150 palavras. O resumo deve ser inserido depois do título do artigo e do nome do autor. Junto de seu nome, o autor deverá incluir, em nota de rodapé, com asterisco (*) sua titulação e/ou instituição onde desempenha sua função acadêmica, junto de seu e-mail, se for o caso.

4. Os artigos enviados devem seguir os critérios estabelecidos pela ABNT. Para facilitação no preparo de originais, seguem normas para as quais chamamos atenção:

4.1. Citações bibliográficas curtas (até 3 linhas) deverão estar inseridas no texto. Citações longas (mais de 3 linhas) deverão constituir parágrafo independente, digitadas em espaço um, ou letras menores, recuadas da margem esquerda.

4.2. As citações deverão ser seguidas do sobrenome do autor e ano da publicação (e página, se for o caso), entre parênteses: Ex: (NOVAIS, 1998, p. 175).

4.3. As notas de rodapé estarão restritas a observações pessoais, no sentido de prestar esclarecimentos sobre informações que não estejam no corpo do texto, e deverão ser numeradas seqüencialmente.

4.4. As referências bibliográficas deverão aparecer no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome do autor, da seguinte forma:

a) para livro: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título (em itálico). Edição. Local: editora, data.

b) para artigos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo. Título do periódico (em itálico). Local, volume, número, página inicial e página final do artigo, mês e ano.

c) para artigos de congresso: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo. In: NOME DO CONGRESSO, número do congresso, ano, local. Título da publicação (em itálico). Local, editora, data, página inicial e página final do artigo.

5. A Revista ALPHA reserva-se o direito de alterar os originais, no sentido de adequá-los às normas adotadas por esse padrão editorial.